TCU

ATAS
Originais
22
Plenário

Junho

1998

Secretaria
Geral das
Sessões

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

ATA Nº 22 DE 16 DE JUNHO DE 1998
- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA-

PLENÁRIO

APROVADA EM ..... DE ..... DE 1998
PUBLICADA EM .....DE ..... DE 1998

Blenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ATA Nº 22, DE 16 DE JUNHO DE 1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência do Ministro Homero dos Santos
Repr. do Ministério do Público: Dr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral
Secretário-Geral das Sessões: Dr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, declarou aberta, a Sessão Extraordinária, às dez horas, conforme fora convocada.

Registrou a presença dos Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugarin e Valmir Campelo, dos Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo, Lincoln Magalhães da Rocha e do Auditor Benjamin Zymler, bem como do Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues e a ausência do Ministro Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, por motivo de férias.

Consignou a presença dos Ministros aposentados João Baptista Ramos, Guido Fernando Mondin, Ewald Sizenando Pinheiro, Luciano Brandão Alves de Souza e Paulo Affonso Martins de Oliveira. Registrou, ainda, a presença do Subprocurador-Geral aposentado, Dr. Sebastião Baptista Affonso.

Consignou, também, a presença do Sr. Subprocurador-Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado e dos Procuradores, Drs. Ubaldo Alves Caldas e Cristina Machado da Costa e Silva.

Comunicou que a Sessão Extraordinária do Tribunal de Contas da União fora convocada em 23 de abril passado e se destinava à apresentação do Relatório sobre o exercício financeiro de 1997 e à emissão de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, atinentes àquele período, nos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais (Constituição, artigos 49, inciso IX, 57 **caput**, 71, inciso I, e 84, inciso XXIV; Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, artigos 1º, inciso III, e 36; Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigo 68; Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, artigo 2º, inciso I; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 82 § 1º; e Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução Administrativa nº 15, de 15 de junho de 1993, artigos 1º, inciso VI, 19, inciso I, alínea **a**, 28, 29, 32, inciso II, e 172 a 182).

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, concedeu, em seguida, a palavra ao Ministro Humberto Guimarães Souto -- Relator sorteado na Sessão Plenária de 25 de setembro de 1996, conforme Ata nº 38/96 – para apresentar o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, atinentes ao exercício financeiro de 1997.

Concluída a leitura da Síntese do Relatório e apresentado o Projeto de Parecer Prévio (v. em Anexo I a esta Ata o inteiro teor do Relatório e do Projeto de Parecer Prévio), o Presidente, Ministro Homero dos Santos, após ter colhido os Votos, proclamou, de acordo com o disposto nos artigos 59, inciso I, 80, inciso IV, alínea **a** , e 83, inciso I, do Regimento Interno, a Deliberação do Plenário, aprovada, por unanimidade, sob a forma de Parecer Prévio, quanto às Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997 (v. Anexo II desta Ata).

Apresentaram as Declarações correspondentes aos seus Votos, os Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Bento José Bugarin, Valmir Campelo e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha, cujos textos foram inseridos no Anexo III desta Ata (Regimento Interno, arts. 61 e 66, inciso VIII, alínea **a**).

Anunciou, a seguir, que seriam remetidos ao Congresso Nacional e amplamente divulgados (Regimento Interno, artigo 182), o inteiro teor do Relatório elaborado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto e cuja Síntese foi lida em Plenário; o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal de Contas da União; os textos correspondentes às Declarações de Voto apresentadas e aos demais pronunciamentos feitos em Plenário.

Pelo Ministério Público junto ao Tribunal, manifestou-se o Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues (v. Anexo IV desta Ata).

Após o pronunciamento do Ministério Público, o Presidente, Ministro Homero dos Santos, devolveu a palavra ao Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto que expressou-se nos seguintes termos:

"Sr. Presidente,

Serei rápido, apenas ao considerar cumprida a tarefa que os meus eminentes pares confiaram, quero aproveitar para agradecer as palavras generosas dos Srs. Ministros com referência ao nosso trabalho, com referência a nossa preocupação em produzir um trabalho que espelhasse efetivamente a realidade das Contas do Governo. Devem ter percebido o Sr. Presidente, os Srs. Ministros, que evitamos nos posicionar com opiniões políticas no exame das contas do Senhor Presidente da República. Limitamo-nos a um exame frio, técnico, analítico, porque entendemos que esta é a competência do Tribunal de Contas.

Quero pedir desculpas aos Srs. Ministros pela singeleza do trabalho, naturalmente dentro das limitações que são impostas a cada um de nós, mas quero aproveitar a oportunidade, principalmente para agradecer aos funcionários que me ajudaram diretamente neste trabalho, principalmente os funcionários do meu gabinete, quero cumprimentar aos senhores funcionários da SECON, na pessoa do seu dirigente e do responsável pelas Contas, pelo trabalho incansável e sério que conseguiram produzir durante o período que lhes foi reservado após análise das contas do ano anterior.

Confesso ao Sr. Presidente, aos Srs. Ministros e ao Sr. Representante do Ministério Público que gostaria de ter tido tempo de trazer um trabalho mais minucioso, mas o tempo que é destinado ao Tribunal, em torno de 50 dias, para examinar as contas do Presidente da República e oferecer um Parecer é extremamente limitado.

Entendo que alguma coisa tem que ser feita ainda para aprimorar a análise dessas Contas com a finalidade de atingir os objetivos que a Constituição e a sociedade brasileira confiou ao Tribunal de Contas, mas que em época oportuna deverei trazer a este Plenário e aos Srs. Ministros.

Reafirmando os meus agradecimentos pelas generosas palavras e os elogios aqui recebido pelo nosso trabalho empreendido em nome do Tribunal, eu dou a nossa tarefa por encerrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente."

Antes de dar por encerrados os trabalhos, o Presidente, Ministro Homero dos Santos, apresentou suas considerações (v. Anexo V desta Ata).

ENCERRAMENTO

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, deu por encerrada às doze horas e trinta minutos, a Sessão Extraordinária, e, para constar, eu, Eugênio Lisboa Vilar de Melo, Secretário-Geral das Sessões, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Tribunal.

EUGÊNIO LISBOA VILAR DE MELO
Secretário-Geral das Sessões

Aprovada em 24 de junho de 1998

IRAM SARAIVA
Presidente em exercício

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO I DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Inteiro teor do Relatório e do Projeto de Parecer Prévio apresentados pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, cujas conclusões foram acolhidas pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, ao aprovar, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

S U M Á R I O

I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO 7

II - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA 11
2.1 - Panorama Econômico em 1997 11
2.2 - Produto Interno Bruto 13
2.3 - Nível de Emprego 14
2.4 - Preços e Salários 16
2.5 - Mercado Financeiro 17
2.6 - Dívida Pública Mobiliária Federal 18
2.7 - Dívida Pública Mobiliária Estadual e Municipal 19
2.8 - Meios de Pagamento e Base Monetária 20
2.9 - Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público 22
2.10 - Setor Externo 24
2.11 - Empréstimos do Sistema Financeiro 26
2.12 - Execução Financeira do Tesouro Nacional 27
2.13 - O Setor Agrícola 28
2.14 - Anexos 32

III - OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

3 - OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS 45
3.1 - Considerações Preliminares 45
3.2 - O Plano Plurianual 45
3.3 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias 45
3.4 - A Lei Orçamentária Anual-LOA/97 47
3.5 - Comparação entre a LDO/97 e a LOA/97 47
3.6 - Execução dos Orçamentos Federais 48
3.6.1 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 48
3.6.2 - Alterações dos Orçamentos 50
3.6.3 - Receita Orçamentária Fiscal e da Seguridade Social 50

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

3.6.4 - Despesa Orçamentária Fiscal e da Seguridade Social 53

3.6.5 - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais 63

IV - ANÁLISE DOS BALANÇOS

4 - ANÁLISE DOS BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO 73

4.1 - Gestão Fiscal e da Seguridade Social 73

4.1.1 - Considerações Preliminares 73

4.1.2 - Balanço Orçamentário 74

4.1.3 - Balanço Financeiro 76

4.1.4 - Balanço Patrimonial 85

4.1.5 - Demonstrações das Variações Patrimoniais 95

4.2 - Administração Indireta 98

4.2.1 - Considerações Gerais 98

4.2.2 - Balanço Financeiro Consolidado 99

4.2.3 - Balanço Patrimonial Consolidado 101

4.2.4 - Autarquias 104

4.2.5 - Fundações Públicas 111

4.2.6 - Fundos Especiais 117

4.2.7 - Empresas Públicas 123

4.2 8 - Sociedades de Economia Mista 131

4.3 - Anexos 140

V - OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO

5 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO 175

5.1 - Emissão e Resgate de Papel-Moeda 175

5.2 - Reservas Cambiais 177

VI - TEMAS EM DESTAQUE

6 - TEMAS EM DESTAQUE 181

6.1 - Política e Ação Social do Governo 181

6.1.1 - Gastos Sociais Agregados 181

6.1.2 - Área da Saúde 183

6.1.3 - Área da Educação 195

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.1.4 - Anexos 207

6.2 - Áreas de Infra-estrutura 231

6.2.1 - Considerações Iniciais 231

6.2.2 - A Área de Energia 232

6.2.3 - A Área de Comunicações 241

6.2.4 - A Área de Transporte 246

6.3 - Os Financiamentos Externos 256

6.3.1 - Considerações Preliminares 256

6.3.2 - A Comissão de Financiamentos Externos 256

6.3.3 - Os Projetos em Execução 259

6.3.4 - Projetos em Fase de Desembolso 260

6.3.5 - Os Encargos dos Empréstimos 262

6.3.6 - O Fluxo Financeiro 264

6.3.7 - Acompanhamento e Avaliação 265

6.3.8 - Anexos 267

6.4 - Dívida Pública Federal Interna 285

6.4.1 - Considerações Iniciais 285

6.4.2 - A Dívida Pública Mobiliária Federal 286

6.4.3 - Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal 289

6.4.4 - Os Juros e Encargos com a Dívida Pública Federal 292

6.4.5 - A Dívida Pública Contratual 293

6.4.6 - Operações de Securitização da Dívida Agrícola 297

6.4.7 - Refinanciamento da Dívida Pública dos Estados e do DF 303

6.4.8 - Títulos da Dívida Agrária - TDA 311

6.5 - A Carga Tributária Nacional 315

6.5.1 - Considerações Preliminares 315

6.5.2 - Estimativa do Coeficiente Tributário Federal 316

6.5.3 - Aspectos Tributários de 1997 317

6.5.4 - Tributos Diretos e Indiretos 320

6.5.5 - Valores do Balanço/97 X Relatório SERPRO/SRF 320

6.5.6 - Anexos 323

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.6 - O Programa Nacional de Desestatização 334
6.6.1 - Considerações Iniciais 334
6.6.2 - Breve Retrospecto 335
6.6.3 - Legislação do Período e Inclusão de Empresas no PND 336
6.6.4 - Avaliação dos Serviços A e B e os Preços Mínimos Propostos 337
6.6.5 - Os Meios de Pagamento Utilizados no PND 339
6.6.6 - Os Ajustes Prévios Necessários para a Alienação das Empresas 345
6.6.7 - Custos e Despesas Incorridas com as Privatizações 346
6.6.8 - Avaliação dos Resultados Obtidos com o PND 347
6.6.9 - As Participações Minoritárias 351
6.6.10 - Perspectivas do Programa 353
6.6.11 - Anexos 355

VII - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

7 - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO 369
7.1 - Considerações Preliminares 369
7.2 - Poder Legislativo 370
7.2.1 - Câmara dos Deputados 370
7.2.2 - Senado Federal 371
7.2.3 - Tribunal de Contas da União 372
7.3 - Poder Judiciário 374
7.3.1 - Supremo Tribunal Federal 375
7.3.2 - Superior Tribunal de Justiça 376
7.3.3 - Justiça Federal 377
7.3.4 - Justiça Militar 377
7.3.5 - Justiça Eleitoral 378
7.3.6 - Justiça do Trabalho 379
7.3.7 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 380
7.4 - Funções Essenciais à Justiça 381
7.4.1 - Ministério Público da União 381
7.4.2 - Advocacia Geral da União 383
7.5 - Poder Executivo 384

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

7.5.1 - Aspectos Gerais 384

7.5.2 - Ações Desenvolvidas 386

a) Área de Ciência e Tecnologia 386

b) Área de Recursos Hídricos e Irrigação 389

c) Área de Indústria e Comércio Exterior 390

d) Área de Emprego e Renda 391

e) Área de Previdência e Assistência Social 392

f) Área de Agricultura e Reforma Agrária 394

g) Área de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento 396

VIII - SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROJETO DE PARECER

8. SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROJETO DE PARECER 401

8.1 Síntese do Relatório 401

8.2 Conclusão 416

8.3 - Projeto de Parecer Prévio 419

IX - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

9 - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 423

9.1 - Resumo da Ata n° , de 16.06.98, Anexo II 423

9.2 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União 425

9.3 - Resumo da Ata n° , de 16.06.98, Anexo III 427

9.4 - Votos dos Senhores Ministros 429

9.4.1 - Ministro Adhemar Paladini Ghisi 429

9.4.2 - Ministro Carlos Átila Álvares da Silva 432

9.4.3 - Ministro Iram Saraiva 434

9.4.4 - Ministro Bento José Bugarin 436

9.4.5 - Ministro Valmir Campelo 440

9.4.6 - Ministro José Antônio Barreto de Macedo 444

9.4.7 - Ministro Lincoln Magalhães da Rocha 446

9.4.7 - Resumo da Ata n° , de 16.06.98, Anexo IV 451

9.5 - Palavras Proferidas pelo Procurador-Geral 453

9.6 - Resumo da Ata n° , de 16.06.98, Anexo V 455

9.7 - Palavras Proferidas pelo Presidente do Tribunal de Contas da União 457

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

INTRODUÇÃO

Em razão do sorteio realizado na Sessão Plenária de 25/09/96, cabe-nos, nesta oportunidade, a tarefa de relatar as Contas prestadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, bem como no artigo 36 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) e nos artigos 172 a 182 do Regimento Interno deste Tribunal.

Nos termos prescritos na Carta Magna, compete ao Congresso Nacional julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, cabendo ao Tribunal apreciá-las mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias.

As contas em exame foram encaminhadas a este Tribunal em 23/04/98 e referem-se ao Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1997.

Referidas Contas estão constituídas pelos Balanços Gerais da União e pelo Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, onde os demonstrativos contábeis registram a realização da receita e a execução da despesa pública, no citado exercício financeiro, inerente aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e dos fundos especiais dos Poderes da União.

O Relatório produzido guarda conformidade com as diretrizes aprovadas pelo Plenário na Sessão Extraordinária realizada em 20 de agosto de 1997 (Decisão nº 533/97) e está estruturado nos moldes de trabalhos anteriores elaborados no âmbito desta Corte de Contas.

Constam deste trabalho, além das indispensáveis análises dos Balanços Gerais da União e da execução dos Orçamentos Públicos Federais, informações gerais sobre o desempenho da economia, a dívida pública federal, os financiamentos externos, o Programa Nacional de Desestatização e as ações setoriais dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

No tópico intitulado "Política e Ação Social do Governo" procuramos destacar especialmente os setores de Saúde e Educação, e no item referente à Infra-Estrutura foram enfatizados os setores de energia, comunicação e transportes.

Além disso, foram incorporadas ao Relatório informações referentes à Carga Tributária Nacional e aos mecanismos existentes para avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior, buscando atender Decisões proferidas pelo Tribunal no ano passado, ao acolher proposições formuladas pelos Senhores Ministros Carlos Átila Álvares da Silva e Marcos Vinicios Vilaça (Decisões Plenárias nºs 710 e 731/97).

Cumprindo, pois, a incumbência que nos foi delegada, e dentro do prazo constitucional, submetemos à apreciação do Egrégio Plenário o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio, na forma prevista no Regimento Interno desta Corte de Contas, agradecendo a colaboração prestada a este Relator por servidores da Secretaria de Contas do Governo e Transferências Constitucionais – SECON, da 5ª e 6ª Secretarias de Controle Externo e da Secretaria de Auditoria – SAUDI, para a elaboração do presente trabalho.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

II - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1 Panorama Econômico em 1997

O panorama da economia brasileira, ao longo do exercício de 1997, mostra dois períodos distintos. Até o mês de outubro, a economia mantinha a tendência de retomada do crescimento iniciada no ano anterior, após o desaquecimento induzido pelo Governo em 1995. Esse quadro caracterizava-se pelo crescimento moderado do Produto Interno Bruto-PIB, a taxas de 3 a 4%, consistente com a necessidade de manter o déficit em transações correntes sob controle. A taxa de juros mostrava-se declinante, embora elevada, de forma a evitar pressões inflacionárias e assegurar o influxo de capitais externos. Ademais, os índices de preços registraram uma redução da taxa de inflação para um patamar de cerca de 5%, em 1997, e a taxa de desemprego aberto, estabilizada em cerca de 6%.

O quadro observado até outubro seria revertido com as medidas monetárias e fiscais adotadas pelo Governo, tempestivamente, para fazer face à crise do mercado financeiro internacional. A crise financeira dos países do Sudeste Asiático provocou uma seqüência de sobressaltos nos mercados financeiros internacionais. Iniciou-se um processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra as moedas locais, com conseqüências particularmente drásticas nos últimos dias de outubro.

Nesse contexto, surgiram preocupações quanto à vulnerabilidade de países em situação semelhante, ou seja, dependentes do influxo de capitais externos para financiar déficits em transações correntes e manter taxas de câmbio sobrevalorizadas. Como a economia brasileira enquadra-se nesse perfil, a crise no Sudeste Asiático desencadeou forte queda nas bolsas de valores e um processo de fuga de capitais. Na Bolsa de Valores de São Paulo, as quedas nos preços das ações foram significativas e o Índice Bovespa de outubro (fechamento) registrou redução de 23,8% em relação a setembro. Para manter a taxa de câmbio, o Banco Central foi forçado a utilizar, em outubro, US$ 8,3 bilhões das reservas internacionais, que se reduziram para US$ 52,9 bilhões no conceito de caixa ou US$ 53,7 bilhões no conceito de liquidez internacional.

A reação do Governo à crise foi imediata com a duplicação da taxa de juros e o anúncio, em 10 de novembro, de um "pacote" de medidas fiscais. O Comitê de Política Monetária - COPOM, em reunião extraordinária no dia 30 de outubro, elevou a Taxa Básica do Banco Central - TBC para 3,05% ao mês e a Taxa de Assistência do Banco Central - TBAN para 3,23%, equivalentes a nada menos que 43,41% e 46,44% ao ano, respectivamente. Cabe lembrar que essas taxas condicionam as demais taxas de juros praticadas no mercado financeiro e que, desde o mês de abril, a TBC mantinha-se estabilizada em 1,58% ao mês e a TBAN em 1,78%.

O "pacote" fiscal compreendeu um conjunto de 51 medidas visando ao aumento da receita e redução da despesa, com impacto estimado em R$ 19,6 bilhões, ou cerca de 2,5% do PIB, representando uma contração fiscal dividida entre a União (R$ 11,8 bilhões), estados (R$ 4,8 bilhões) e empresas estatais (R$ 3,0 bilhões).

Como principais medidas do "pacote" fiscal, pode-se destacar:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

a) redução em 15% das despesas de custeio, excetuando-se as áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária (R$ 1,7 bilhão – Projeto de Lei);

b) redução em 6% das despesas de investimento (R$ 0,5 bilhão – Projeto de Lei);

c) mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, com adicional de 10% sobre o imposto devido, vigorando para 1998 e 1999, e fixação do limite global de 20% para as deduções e benefícios do imposto devido (R$ 1,2 bilhão – Medida Provisória);

d) aumento temporário dos preços dos derivados de petróleo (gasolina, diesel e GLP) e do álcool (R$ 1,16 bilhão);

e) reprogramação dos investimentos das empresas estatais (R$ 2,1 bilhões – Decreto);

f) contenção do crédito ao setor público (R$ 2,0 bilhões – Resolução do CMN);

g) redução das despesas com pessoal em 1998, inclusive com a suspensão de reajustes salariais (R$ 1,5 bilhão – Projeto de Lei);

h) demissão não-incentivada e seletiva de cerca de 33 mil servidores públicos não-estáveis na administração pública federal (Decreto);

i) redução linear de todos incentivos setoriais e regionais (Finor, Finam e Funres) em 50% e redução dos incentivos à informática (CNPq e PDTI/PDTA) (R$ 0,55 bilhão – Medida Provisória);

j) eliminação da isenção de entidades educacionais, instituições de saúde e entidades de prática desportiva (Medida Provisória); e

k) aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre automóveis e bebidas (R$ 0,8 bilhão – Medida Provisória).

As demais medidas que integram o "pacote" fiscal têm impacto financeiro pouco significativo, do ponto de vista macroeconômico, e aparentemente foram adotadas para sinalizar ao mercado a disposição de fazer o máximo ajuste fiscal possível, dentro das limitações constitucionais. Algumas medidas, como a extinção de 70 mil cargos efetivos civis vagos no Poder Executivo, têm impacto financeiro nulo; outras, como as que visam a coibir o subfaturamento de bens importados e a concessão de benefícios previdenciários irregulares, deveriam fazer parte da rotina dos órgãos responsáveis.

Outra medida questionável é a manutenção da idade de 70 anos para concessão de benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, cancelando a redução para 68 anos, o que pode ser considerado injusto do ponto de vista social, na medida em que sacrifica os idosos pobres na faixa de 68 a 70 anos. Poderíamos ainda citar a redução em 12,5% das dotações

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

destinadas à concessão de bolsas de ensino e pesquisa, com reflexos negativos sobre a área de ciência e tecnologia.

Importa assinalar os efeitos sobre as contas públicas, em especial da União, das medidas monetárias e fiscais adotadas pelo Governo. A duplicação das taxas de juros implicará em aumento das despesas do Tesouro Nacional com juros e outros encargos financeiros, considerando o elevado estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF no mercado, da ordem de R$ 254,5 bilhões em dezembro de 1997. A Fundação Getúlio Vargas – FGV estima um acréscimo de 25% na despesa com juros sobre o valor de 1997. No entanto, esse impacto não será imediato, em sua totalidade, já que apenas 43% da DPMF é indexada à taxa SELIC ou à TR, sendo que o restante consiste em títulos pré-fixados, indexados ao câmbio ou a outros índices (IGP-M, TJLP etc).

2.2 Produto Interno Bruto

A economia brasileira apresentou em 1997 mais um ano de crescimento moderado, com o Produto Interno Bruto - PIB registrando um crescimento real de 3,0% em relação ao ano anterior. Assim, de acordo com estimativas preliminares da Fundação IBGE, o seu valor a preços correntes alcançou R$ 865,9 bilhões. Cabe considerar que os números definitivos do PIB só estarão disponíveis com a publicação das Contas Nacionais, em meados do segundo semestre do ano seguinte. O crescimento do PIB de 3,0% reflete a recuperação da atividade econômica a partir do segundo trimestre de 1997, após a queda observada no trimestre anterior, e é ligeiramente superior à taxa de 2,8% observada em 1996 mas inferior à de 4,2% registrada em 1995.

Portanto, a economia brasileira mantém uma tendência de crescimento moderado do produto, a taxas de 3 a 4%, consistente com a necessidade de manter o déficit em transações correntes sob controle e com a política de juros reais elevados. Embora não se possa afirmar que a economia apresente um quadro recessivo, existe consenso de que o ideal seria o país crescer a taxas maiores, de 6 ou 7% ao ano. Com isso, haveria maior geração de empregos, necessária para absorver o crescimento da população economicamente ativa e, também, elevação da arrecadação tributária, com reflexos positivos sobre o déficit público.

Deve-se entender que o crescimento da economia a taxas de 3 a 4% é o reflexo do modelo econômico adotado pelo Governo Federal após a implementação do Plano Real, em julho de 1994. A recuperação da economia observada até o terceiro trimestre de 1997 demonstra a incompatibilidade entre crescimento acelerado do PIB, a atual política cambial e o controle do déficit em transações correntes. Um desses elementos tenderá ser deixado de lado por inconsistência com os demais. Assim, o que se observa é o menor crescimento da economia brasileira e uma menor geração de empregos.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

Produto Interno Bruto - Taxa de Variação Real (%)

Setor de Atividade	1995	1996	1997
Agropecuária	4,1	4,1	1,2
Indústria	1,9	3,7	5,5
Serviços	4,5	1,9	1,3
TOTAL	**4,2**	**2,8**	**3,0**

Fonte: Fundação IBGE

A análise setorial mostra que o crescimento do PIB foi liderado pelo setor industrial, com 5,5%, enquanto o setor agropecuário cresceu apenas 1,2% e o de serviços 1,3%. Cabe considerar que esse quadro repete o observado em 1996, quando o crescimento da economia foi liderado pelo setor industrial. Esse fenômeno é explicado em parte pela acomodação dos preços dos serviços, especialmente pela absorção do impacto das correções dos preços dos serviços públicos. Ademais, deve-se considerar também a acomodação do processo de reestruturação da indústria nacional, caracterizado pela transferência de parte de suas atividades para o setor de serviços.

Destaque-se no setor industrial o excelente desempenho dos subsetores da construção, com 8,5%, e da indústria extrativa mineral, com 7,3%. No setor de serviços, o bom desempenho do subsetor de transporte, com 4,5%, contrasta com a queda do subsetor financeiro. Essa diminuição decorre da continuidade do processo de ajustamento das instituições financeiras às baixas taxas de inflação após a implementação do Plano Real. Tal fato é positivo já que a participação do setor financeiro no produto (e na renda) era excessivamente elevada, em detrimento do setor produtivo, e a estabilidade dos preços atuou no sentido de corrigir essa distorção da economia brasileira.

2.3 Nível de Emprego

O nível de emprego do setor formal da economia mostra um quadro de estagnação, conforme indicam os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho, instituído pela Lei nº 4.923/65. O índice do nível de emprego registrou um aumento de 0,9%, até novembro de 1997, o que significou criação líquida (admissões menos demissões) de postos de trabalho formais no período. No entanto, cabe considerar que o índice do nível de emprego registrou queda de 1,2% em 1996 e de 1,7% em 1995, evidenciando uma tendência de diminuição do emprego formal no conjunto da população ocupada.

De fato, a taxa de informalidade, definida como a relação entre os empregados sem carteira assinada mais os trabalhadores por conta-própria e a população ocupada, subiu de 45,5% em 1994 para 52,0% em 1997. Portanto, observa-se um aumento da informalidade no mercado de trabalho, em decorrência da política econômica do Plano Real e das transformações estruturais da economia brasileira. Tal quadro mostra uma inequívoca deterioração da qualidade dos postos de trabalho, já que no setor informal inexistem os direitos trabalhistas (FGTS, seguro-desemprego e demais direitos elencados no art. 7º da Constituição Federal) e, ainda, as condições de trabalho são geralmente inferiores.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Os setores de melhor desempenho foram o do comércio, com aumento de 2,0%, até novembro de 1997, e o da construção civil, com 2,8%. Já a indústria de transformação registrou queda de apenas 0,1%, no período indicado, após queda de 2,5% em 1996 e de 4,5% em 1995. Portanto, a indústria de transformação tem registrado sistemática diminuição do nível de emprego, o que pode ser explicado, além dos fatores conjunturais, pelo processo de reestruturação e terceirização por que passa a indústria brasileira, submetida a um ambiente de maior competitividade.

A taxa de desemprego aberto da economia mostra um quadro de estabilização, no exercício de 1997, conforme indicam os dados da Pesquisa Mensal de Emprego-PME da Fundação IBGE, que abrange o conjunto das seis Regiões Metropolitanas pesquisadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). A taxa média de desemprego aberto em 1997 foi de 5,66% da População Economicamente Ativa-PEA, ligeiramente superior à taxa de 5,42% registrada em 1996. A manutenção da taxa de desemprego é consistente com o nível de atividade da economia, já que a taxa preliminar de crescimento real do PIB foi de 3,0% em 1997, um pouco acima da efetivamente registrada em 1996.

Taxa Média de Desemprego Aberto (%)

Região Metropolitana	1996	1997
Rio de Janeiro	3,65	3,73
São Paulo	6,28	6,60
Belo Horizonte	4,63	5,09
Porto Alegre	5,92	5,47
Salvador	6,84	7,73
Recife	5,65	5,89
TOTAL	**5,42**	**5,66**

Fonte: Fundação IBGE

No entanto, as medidas monetárias e fiscais adotadas pelo Governo, no final de outubro de 1997, provocaram redução do nível de atividade e aumento do desemprego, embora com defasagem de alguns meses. De fato, a taxa de desemprego aberto, calculada pela Fundação IBGE, passou de 4,84% em dezembro para 7,25% em janeiro de 1998, a maior taxa verificada em um mês de janeiro desde 1985. Assim, é possível uma elevação do patamar da taxa de desemprego, no próximo ano, para cerca de 7% da População Economicamente Ativa - PEA. Tal fato é bastante preocupante, especialmente se considerarmos que mais de 50% dos trabalhadores não estão cobertos pelo seguro-desemprego, já que se encontram no mercado de trabalho informal.

Ademais, cabe assinalar que a taxa de desemprego aberto, calculada pela Fundação IBGE, mede o percentual das pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias, em relação à PEA. Portanto, o conceito é bastante restrito e não são considerados desempregados aqueles que têm qualquer ocupação, por mais precária e eventual que seja. Nesse contexto, a política econômica adotada

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

deve estar atenta ao agravamento do problema do desemprego, que segundo pesquisas recentes constitui-se na principal angústia da população brasileira.

A análise regional mostra que a taxa de desemprego foi maior nas Regiões Metropolitanas de São Paulo com 6,60% e Salvador com 7,73%. Já a taxa foi mais baixa no Rio de Janeiro, com apenas 3,73%, o que pode ser explicado, em parte, pela maior participação dos setores de comércio e serviços em relação ao setor industrial.

2.4 Preços e Salários

O ano de 1997 mostra a continuidade do sucesso do Plano Real no que se refere à estabilização dos preços. O INPC calculado pela Fundação IBGE registrou variação anual de 4,34% em dezembro, inferior à variação de 9,12% observada em 1996 e de 21,98% em 1995. Verifica-se uma tendência de queda da taxa de inflação, após a implementação do Plano Real. O IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, registrou variação de 7,48% e o IPC da FIPE, por sua vez, registrou variação de 4,82%. O controle da inflação é inegável mesmo quando medida pelo Índice de Custo de Vida – ICV, calculado pelo DIEESE, que registrou variação de 6,11%, bem inferior à de 13,18% em 1996.

Taxas de Inflação (%) (1)

ÍNDICE	1996	1997
IGP-DI	9,34	7,48
INPC	9,12	4,34
IPC-FIPE	10,03	4,82
ICV-DIEESE	13,18	6,11

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Variação anual em dezembro.

Os índices de preços registram uma redução do patamar da inflação para cerca de 5% ao ano, em 1997, mostrando a continuidade do processo de acomodação dos preços relativos da economia. Esse processo foi mais intenso para os setores produtivos submetidos à concorrência externa, como o de produtos eletroeletrônicos e de vestuário. De fato, no IPC-FIPE os preços dos produtos comercializáveis (*tradables*) aumentaram apenas 1,34% em 1997, enquanto os preços dos produtos não comercializáveis (*non-tradables*) aumentaram 8,85%, variação superior à taxa de inflação registrada pelo IPC-FIPE de 4,82% no período.

A taxa de inflação no Brasil mostra uma tendência declinante e, embora não tenha alcançado ainda o patamar dos países desenvolvidos, é bem inferior aos elevados níveis observados nas últimas duas décadas no País.

O salário mínimo foi reajustado de R$ 112,00 para R$ 120,00, em maio de 1997, representando um aumento nominal de 7,1%. Dessa forma, o salário mínimo real de dezembro de 1997 (deflacionado pelo INPC) foi 2,7% maior que o de dezembro do ano anterior. Portanto, pode-se afirmar que o reajuste de 7,1% permitiu a manutenção do poder de compra do salário mínimo, em 1997, a exemplo do que ocorrera no ano anterior. De fato, o custo da cesta básica, de

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

acordo com o Procon/DIEESE, passou de R$ 109,86 no final de 1996 para R$ 117,59 no final de 1997, representando um aumento de 7,0%, praticamente igual ao do salário mínimo.

Os salários do funcionalismo público federal não foram reajustados no exercício de 1997, por decisão governamental, a exemplo do ano anterior. Embora não tenha sido concedido reajuste geral, ou "linear", foram concedidos reajustes a algumas carreiras específicas.

Cabe lembrar que o último reajuste geral concedido ao funcionalismo público foi em janeiro de 1995, no percentual de 22,07%, por força da Portaria Interministerial nº 26, de 20 de janeiro de 1995. O Governo entendeu não ser obrigatório o reajuste automático, em janeiro de 1996, dos salários do funcionalismo público. Posteriormente, esse entendimento foi corroborado por decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, que considerou inexistir data-base para a categoria dos servidores públicos. Portanto, para o Governo, eventuais reajustes condicionar-se-ão a critérios de oportunidade e disponibilidade de recursos.

O salário real do funcionalismo público federal vem sofrendo desvalorização desde o último reajuste, em janeiro de 1995. Não obstante o declínio da taxa de inflação, tivemos uma inflação acumulada (calculada pelo INPC) de nada menos que 36,91% no período. O salário real (deflacionado pelo INPC) sofreu perda de 4,2% em 1997, acumulando-se às perdas observadas em 1996 e 1995, o que resultou em uma queda real de 27,0%, desde janeiro de 1995.

2.5 Mercado Financeiro

O ano de 1997 foi marcado pela consolidação do Plano Real, no que se refere à estabilização de preços, e pela continuidade da política monetária menos restritiva até o mês de outubro, quando a crise do mercado financeiro internacional obrigou o Governo a uma duplicação das taxas de juros. Por conseguinte, a taxa básica de juros (taxa SELIC) apresentou trajetória descendente ao longo do ano, mas com uma expressiva elevação de 1,67% em outubro para 3,04% em novembro. No exercício em análise, a taxa SELIC acumulada passou de 27,4%, com posição de final de 1996, para 24,8% em final de 1997. Assim, a taxa SELIC real (deflacionada pelo IGP-M) passou de 16,7% para 15,8%, mantendo-se no mesmo patamar, já que a elevação das taxas de juros somente ocorreria no final do exercício.

As taxas de juros das operações ativas dos bancos também foram reduzidas, até o mês de outubro, em decorrência do abrandamento das medidas de contenção ao crédito e da redução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a prazo. No entanto, tal redução foi bem menos acentuada que a queda na taxa básica de juros, refletindo o risco ainda elevado de tais operações, decorrente dos elevados níveis de inadimplência.

O Banco Central do Brasil vem buscando um aperfeiçoamento da política monetária com a criação, em junho de 1996, do Comitê de Política Monetária - COPOM. Dentre suas atribuições está a de fixar a Taxa Básica do Banco Central - TBC e a Taxa de Assistência do Banco Central - TBAN, ambas com a finalidade de estabelecer o custo da assistência financeira de liquidez. Nesse sentido, as operações de redesconto são resgatadas como instrumento clássico de política monetária.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Os rendimentos reais (deflacionados pelo IGP-M) dos principais ativos financeiros, nos anos de 1996 e 1997, estão sintetizados na tabela abaixo. Observa-se, em 1997, a manutenção dos patamares dos rendimentos reais observados em 1996, sendo que as cadernetas de poupança apresentaram rendimento real de 8,2%, superior ao de 6,5% do ano anterior. Os rendimentos em 1996 e 1997 foram bem inferiores aos observados em 1995, quando as autoridades econômicas levaram a cabo uma política monetária extremamente restritiva, com o objetivo de garantir a estabilização de preços, o que proporcionou ganhos extraordinários às aplicações de renda fixa.

Rendimento Real de Ativos Financeiros (1) - Acumulado no Ano (%)

ATIVO	1996	1997
SELIC	16,7	15,8
CDB	15,7	15,3
Caderneta de Poupança	6,5	8,2
TR	0,4	1,9
Dólar Comercial	-2,1	-0,3

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Deflacionado pelo IGP-M.

O comportamento da Taxa Referencial-TR é de particular importância já que é o indexador utilizado nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação-SFH e para a correção dos passivos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, do Fundo de Compensação das Variações Salariais-FCVS e dos depósitos de sentenças judiciais. A TR real passou de 0,4% em 1996 para 1,9% em 1997, significando que esse indicador aumentou em proporção semelhante à dos índices de preços, funcionando portanto como um índice de correção monetária.

No entanto, com a elevação das taxas de juros no final do exercício a TR passou de 0,66% em outubro para 1,53% em novembro, ou 20,03% ao ano. Caso as taxas de juro mantenham-se elevadas em 1998, teremos um substancial aumento dos passivos corrigidos por esse indicador, penalizando fortemente os mutuários do SFH, e aumentando os passivos do Governo junto ao FGTS e FCVS.

2.6 Dívida Pública Mobiliária Federal – DPMF

A Dívida Pública Mobiliária Federal – DPMF, no exercício de 1997, continuou sua trajetória de expressivo crescimento, a exemplo do que ocorrera nos exercícios de 1995 e 1996. De fato, o estoque da DPMF fora do Banco Central alcançou o montante de R$ 254,5 bilhões, no final do exercício, representando um aumento nominal de 44,4% em relação ao ano anterior. Cabe lembrar que o estoque da DPMF era de apenas R$ 61,8 bilhões, no final de 1994, de forma que houve um aumento de nada menos que 311,9% nos exercícios de 1995 a 1997.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

Do estoque total da DPMF, R$ 189,3 bilhões correspondem a títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e R$ 65,2 bilhões a títulos emitidos pelo Banco Central, como se pode verificar em quadro anexo ao final desse tópico. O estoque da dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional teve um aumento de 103,3%, em relação ao exercício anterior, cujo montante era de R$ 93,1 bilhões. No que concerne à dívida de responsabilidade do Banco Central, constatou-se um decréscimo de 21,5%, em relação ao exercício anterior, cujo montante era de R$ 83,1 bilhões.

Essa explosão da dívida mobiliária foi provocada principalmente pela negociação efetivada em 1997, para a assunção e refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo. Foram emitidos R$ 56,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, no último mês do exercício em análise.

A participação por indicador nos títulos da DPMF em mercado, no final do exercício, apresenta a seguinte composição: 34,9% de títulos indexados à taxa SELIC (LFT, LFT-A e LFT-B), 40,7% de títulos pré-fixados (LTN), 8,1% vinculados à TR (NTN-P e NTN-H), 15,4% indexados ao câmbio (NTN-D), e os 0,9% restantes vinculados à TJLP e IGP-M.

2.7 Dívida Pública Mobiliária Estadual e Municipal

Os títulos da Dívida dos Estados e Municípios acumularam um saldo de R$ 41,0 bilhões no final de 1997, contra um montante de R$ 51,7 bilhões em final de 1996. Pelos saldos apresentados verifica-se uma variação nominal negativa, de um período para outro, de 20,7%. Esse saldo é representado por R$ 32,9 bilhões (80%) de dívida mobiliária estadual e R$ 8,1 bilhões (20%) de dívida mobiliária municipal.

O referido decréscimo na posição de final de 1997 se deu por conta das conclusões das renegociações realizadas pela União com o Estado de São Paulo, isto é, pela assunção da dívida mobiliária desse Estado pela União, em valor superior a R$ 23 bilhões, quando da data da assunção efetiva.

Nesse sentido, o Estado de São Paulo, que até o final de 1996 tinha o maior peso na composição das dívidas de estados e municípios (45,9%), ficou com um estoque de dívida mobiliária estadual em final de 1997 zerado. Vale lembrar que o Estado, como Unidade da Federação, ainda mantém um estoque de dívida mobiliária concernente ao Município de São Paulo, no valor de R$ 6.242 milhões - posição de final de 1997. Este montante representa 15,2% de todo o estoque da dívida mobiliária de Estados e Municípios.

Dessa forma, o Estado de Minas Gerais passou a ser o que tem o maior estoque de dívida mobiliária, com um saldo de R$ 10,9 bilhões - posição de final de 1997. Esse montante representa 26,6% de todo o estoque da dívida de Estados e Municípios. Em relação ao exercício anterior, que registrou uma dívida de R$ 8,8 bilhões, o referido saldo representou um crescimento de 24,4%.

O Estado do Rio de Janeiro vem logo em seguida com um saldo de dívida mobiliária no montante de R$ 9,0 bilhões, sendo que R$ 7,4 bilhões referem-se à divida estadual e R$ 1,6

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

bilhão pertence ao município. O montante da dívida desse estado representa 22,0% de toda a dívida mobiliária de Estados e Municípios. Esse saldo corresponde a um crescimento, em relação ao exercício anterior, de 24,3%.

O Estado do Rio Grande do Sul participou com R$ 8,1 bilhões, ou 19,8% de todo o estoque da dívida supracitada, enquanto os demais estados participaram com R$ 6,7 bilhões, ou seja, apenas 16,3%.

Pelos valores apresentados pode-se abstrair que somente esses quatro estados devedores representam mais de 83% da dívida mobiliária estadual e municipal, enquanto os demais representam apenas 17%. Assim, como em exercícios anteriores, a grande maioria dessa dívida é de responsabilidade de poucos, e, particularmente, dos estados mais ricos da Federação.

2.8 Meios de Pagamento e Base Monetária

Os meios de pagamento, no conceito restrito (M1 – Papel Moeda em Poder do Público mais Depósitos a Vista), cresceram dentro da programação monetária nos três primeiros trimestres, enquanto que no último trimestre o saldo foi de R$ 45,6 bilhões, inferior à meta estipulada entre R$ 48,6 e 57,1 bilhões . A crise asiática no último trimestre de 1997, que forçou a elevação dos juros reais, certamente influenciou o comportamento do M1, como se pode observar na contração de 1,4% em novembro de 1997, pelo critério de média diária.

Os meios de pagamento, M1, apresentaram crescimento de 57,4%, pelo critério de média diária e 60,1%, pelo critério de fim de período, no exercício de 1997, representando valores de R$ 45,6 e R$ 47,7 bilhões respectivamente. Esse agregado evoluiu de acordo com o padrão sazonal esperado, havendo maior expansão no último mês do ano, quando ocorreram os pagamentos de férias e 13° salário e o aumento do ritmo das transações comerciais, gerando maior demanda por moeda. Deve-se ressaltar que no mês de dezembro houve um crescimento dos meios de pagamento de 16,3% e 18,6% pelos critérios supracitados respectivamente.

Deve-se ressaltar, ainda, que houve uma expansão substancial dos meios de pagamento no exercício de 1997 em relação ao exercício anterior. Em 1996, pelos critérios de média diária e de fim de período, verificou-se que o M1 cresceu 9,1% e 4,6%, respectivamente.

Conforme já foi destacado, embora tenha havido um incremento substancial deste agregado monetário entre os dois exercícios, este comportamento já era previsto pela Autoridade Monetária (BACEN), se enquadrando dentro de suas estimativas. Isto se explica em parte pela queda da inflação acumulada nos últimos 12 meses, de uma média de 8,79% em 1996 para 5,27% em 1997, pois com o fortalecimento do poder de compra da moeda nacional há uma tendência natural de migração dos outros agregados monetários (M2, M3 e M4) para o M1.

Por outro lado, observando-se a composição do M1 (critério de média diária), verifica-se que houve uma redução no crescimento percentual do Papel Moeda em Poder do Público no exercício em análise, que alcançou 19,8% em 1997 contra 29,2% em 1996. Inversamente, os depósitos à vista expandiram em 95,7% em 1997, contra uma contração de 5,9% em 1996. Esse incremento substancial nos depósitos à vista se explica, em parte, pelo resultado da

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

migração de recursos dos fundos de investimento financeiro de curto prazo, decorrente da cobrança da CPMF. Assim, com a redução da inflação e com o custo de transação imposto pela CPMF, há uma tendência à redução da velocidade de circulação da moeda.

O comportamento da base monetária, no conceito restrito, ocorreu dentro do previsto pelas metas monetárias, conforme destacado no quadro abaixo. No exercício em análise, a base apresentou crescimentos de 60,6%, com saldo de R$ 32,2 bilhões em dez/97, e de 60,8%, com saldo de R$ 31,8 bilhões no mesmo mês, de acordo com os critérios de média diária e de fim de período, respectivamente.

Da mesma forma que o M1, a base monetária apresentou no exercício de 1997 um substancial incremento em relação ao exercício anterior, no qual apresentou retração de 3,1% e 8,7% , de acordo com os mesmos critérios supracitados, respectivamente. As explicações para esse comportamento são equivalentes às apresentadas para o M1.

Entre os fatores que causam a expansão da base monetária destacam-se as operações de recompra líquida por parte do BACEN de títulos públicos federais. No exercício em análise, ocorreu a expansão da base com a recompra de R$ 22,1 bilhões. Por outro lado, como principais fatores contracionistas, destacam-se os depósitos de Instituições Financeiras no BACEN, no valor de R$ 8,8 bilhões, e as operações com o setor externo, através das vendas líquidas de ativos externos pelo BACEN, no montante de R$ 9 bilhões. As operações com o Tesouro Nacional foram contracionistas em R$ 5,1 bilhões, registrando-se maior transferência de recursos tributários para a Conta Única em relação à observada em 1996.

A evolução da base monetária e dos meios de pagamento, no exercício de 1997, demonstra que esses agregados apresentaram valores inseridos nos intervalos estimados (à exceção do M1 no último trimestre, que possui valor inferior ao limite mínimo estabelecido, conforme já destacado no texto), não superando em nenhum trimestre o limite superior. Dessa forma, a programação monetária autorizada pelo Conselho Monetário Nacional foi integralmente obedecida no exercício em exame. A tabela a seguir sintetiza tais resultados.

Principais Agregados Monetários – Valores Estimados e Ocorridos (1)

R$ Bilhões

	1° Trimestre Voto CMN n° 005/97	2° Trimestre Voto CMN n° 055/97	3° Trimestre Voto CMN n° 121/97	4° Trimestre Voto CMN n° 156/97
Base Monetária Estimada	23,3 - 27,3	24,0 - 28,1	22,7 - 26,7	31,7 – 37,2
Base Monetária Ocorrida	24,7	24,7	26,2	32,3
M1 Estimado	33,2 - 39,0	35,1 – 41,2	33,8 – 39,7	48,6 – 57,1
M1 Ocorrido	36,9	36,8	38,8	45,6

Fonte: BACEN

(1) Refere-se ao último mês do trimestre (média diária de saldos).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

2.9 Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público

As duas metas de política fiscal estabelecida pelo Governo Federal para 1997 não foram alcançadas. A primeira meta se propunha a estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o PIB. Em dezembro de 1996, o estoque da dívida líquida do setor público representava 31,4% do PIB, enquanto que em dezembro de 1997, o mesmo representava 34,2% do PIB, havendo um incremento de quase três pontos percentuais do PIB (2,8%).

A segunda meta estabelecia um superávit primário de 1,5% do PIB, distribuído entre Governo Central (0,8%), Empresas Estatais (0,7%) e Estados e Municípios (0%). Conforme demonstrativo a seguir, observa-se que houve um déficit primário de 0,68% do PIB, com equilíbrio das contas do Governo Federal e BACEN (0%), superávit das empresas estatais (0,07%) e déficit dos Estados e Municípios, 0,75%. Portanto, nenhum dos três níveis alcançou seu objetivo, como se pode verificar no quadro a seguir:

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Em % do PIB

DISCRIMINAÇÃO/ANO	1996	1997
Nominal	**5,87**	**5,89**
Governo Federal e Banco Central	2,55	2,39
Governos Estaduais e Municipais	2,72	3,05
Empresas Estatais	0,60	0,45
Operacional	**3,75**	**4,07**
Governo Federal e Banco Central	1,62	1,52
Governos Estaduais e Municipais	1,82	2,27
Empresas Estatais	0,31	0,28
Juros Reais	**3,66**	**3,39**
Governo Federal e Banco Central	2,00	1,52
Governos Estaduais e Municipais	1,27	1,52
Empresas Estatais	0,39	0,35
Primário	**0,09**	**0,68**
Governo Federal e Banco Central	(0,38)	0,00
Governos Estaduais e Municipais	0,55	0,75
Empresas Estatais	(0,08)	(0,07)

Fonte: BGU
Nota: Os valores entre parênteses significam superávit

A necessidade de financiamento do setor público, no conceito nominal, manteve-se praticamente no mesmo patamar, com 5,87% do PIB em 1996 e 5,89% em 1997, apresentando um incremento de apenas 0,02 pontos percentuais. Entretanto, como a inflação foi maior em 1996 do que em 1997, houve um incremento maior do déficit operacional entre os dois exercícios no valor de 0,32 pontos percentuais. Em 1996 o déficit foi de 3,75% do PIB, contra 4,07% em 1997. Pode-

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

se observar que os Governos Estaduais e Municipais foram os responsáveis pelo incremento do déficit nos dois conceitos mencionados, conforme demonstrativo acima.

Por outro lado, houve uma redução de gastos com os juros reais (juro nominal descontada a inflação) entre os dois exercícios. Isto se deve aos patamares de juros mais elevados em 1996 , que caíram gradualmente em 1997, pelo menos até o último trimestre de 1997, quando a crise asiática obrigou o BACEN a elevar os juros reais novamente. Em 1996 gastou-se 3,66% do PIB com juros reais, contra 3,39% em 1997, gerando uma redução de pagamento de juros de 0,27 pontos percentuais do PIB.

Quanto aos resultados primários, que excluem dos fluxos nominais as despesas com juros, o setor público apresentou um incremento do déficit de 0,59 pontos percentuais do PIB, comparando-se os dois exercícios. Em 1996 o déficit foi de 0,09% do PIB e em 1997 apresentou um déficit de 0,68% do PIB. Pode-se observar, pelo demonstrativo supra, que houve uma piora nas contas públicas nos três níveis. O Governo Federal e BACEN tinham um superávit de 0,38% do PIB e reduziu para 0% em 1997. As Empresas Estatais, que também possuíam um superávit de 0,08% do PIB em 1996, reduziu para 0,07% em 1997. Quanto aos governos estaduais e municipais houve um incremento no déficit de 0,20 pontos percentuais do PIB entre os exercícios, com 0,55% do PIB em 1996, e 0,75% em 1997.

As contas públicas apresentam de forma mais clara, pelo conceito de déficit/superávit primário, o esforço de cada nível do setor público para ajustar-se, controlando suas despesas e buscando ampliar suas receitas. Nesse sentido, pode-se concluir que as empresas estatais praticamente mantiveram seu superávit, com uma queda de apenas 0,01 ponto percentual do PIB. Mas ao contrário do que se propaga, o Governo Central teve uma situação de piora de suas contas maior do que os Governos Estaduais e Municipais. Houve uma redução do superávit do Governo Central de 0,38 pontos percentuais do PIB, contra um menor incremento do déficit dos Governos Estaduais e Municipais, de 0,20 pontos percentuais do PIB.

Entre os principais fatores que contribuíram para o desarranjo das contas do Governo Central, pode-se destacar os seguintes:

- despesas não contempladas na meta fiscal, como aquelas decorrentes da desapropriação de terras para reforma agrária, assim como os gastos com a equalização decorrente da securitização da dívida agrícola . A contenção de gastos com pessoal, evitando-se o reajuste geral de salários, compensou parte desse aumento;

- desequilíbrio nas contas da Previdência Social. A implantação do SIMPLES não produziu ainda o esperado crescimento na formalização do trabalho e, conseqüentemente, na base de contribuintes do INSS, com o que sua arrecadação teve um desempenho muito fraco – crescimento de apenas 1,2% em termos reais. De outro lado, os benefícios do INSS têm crescido de forma considerável, tanto em termos do valor médio de contribuição, quanto do número de novas concessões **vis a vis** saídas da aposentadoria. Tais efeitos indicam uma tendência de agravamento nas contas da Previdência Social. O grande ganho da proposta de Emenda à Constituição n° 33/95 (Reforma da Previdência), que hoje tramita no Congresso será reduzir a velocidade de crescimento dos benefícios, de 7,3% em 97;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

- incorporação dos fundos regionais a partir do mês de junho/97, enquanto a meta fiscal previa a inclusão de seus resultados primários a partir do mês de janeiro; e

- ocorrência de déficit no BACEN em função de suas operações quasi-fiscais, isto é, operações que estão à margem do orçamento mas que possuem algum impacto fiscal.

Cabe destacar que a despesa com pessoal contribuiu como fonte de ajuste fiscal pelo lado dos dispêndios. Para tal, não foi concedido reajuste geral de vencimentos ao funcionalismo, como também foi adotada uma série de medidas, em 1997, com vistas à redução do crescimento vegetativo da folha. Mesmo assim, o gasto com pessoal encontra-se mais de 12% superior ao que era em 1994, ano de implantação do Real, quando a combinação de reajuste salarial para os servidores com a interrupção da dinâmica inflacionária fez esta despesa se expandir fortemente.

Com relação ao desempenho fiscal dos estados e municípios, deve-se ressaltar a utilização de recursos provenientes das privatizações de empresas para o pagamento de dívidas vencidas com fornecedores/empreiteiros e de sentenças judiciais (precatórios). Também foram utilizadas em investimentos e outras despesas correntes, inclusive pagamento integral de 13° salário em dezembro de 1997, quando a prática dos últimos anos era parcelar essa despesa durante o exercício seguinte.

No que tange ao saldo da dívida fiscal líquida do setor público, esta alcançou o montante de R$ 305,5 bilhões em final de 1997, que corresponde a 34,2% do PIB, apresentando uma elevação de 2,8 pontos percentuais em relação a 1996, que registrou uma dívida fiscal líquida de R$ 254,2 bilhões, correspondente a 31,4% do PIB. Desse saldo, a dívida interna líquida participou com 87,7% (R$ 267,9 bilhões), enquanto a dívida externa líquida participou com 12,3% (R$ 38,6 bilhões). Deve-se destacar que da soma dos saldos das dívidas líquidas interna e externa subtrai-se o valor de R$ 993 milhões de ajuste patrimonial.

O aumento da dívida líquida do setor público em 1997 foi de R$ 51,3 bilhões (20,2%), enquanto a dívida mobiliária do setor público cresceu R$ 67,8 bilhões (26,7%), sendo uma das principais explicações para esses aumentos o constante crescimento do déficit nominal, que alcançou R$ 51,3 bilhões, ou seja, 5,93% do PIB. Deve-se destacar, ainda, que a referida dívida líquida do setor público não computa os passivos dos fundos sociais (FCVS, FGTS, PIS, previdência social, fundos de pensão de estatais, entre outros).

2.10 Setor Externo

De acordo com dados preliminares, as Transações Correntes, do Balanço de Pagamentos de 1997, alcançaram um déficit de US$ 33,4 bilhões contra US$ 24,3 bilhões em 1996, indicando que houve um incremento de 37,4% da poupança externa. A Balança Comercial obteve um déficit de US$ 8,3 bilhões, enquanto que a Balança de Serviços gerou um déficit bem maior, no montante de US$ 27,3 bilhões. As Transferências Unilaterais tiveram um superávit de US$ 2,2 bilhões.

O incremento do déficit de Transações Correntes entre os exercícios de 1997 e 1996 foi de US$ 9,1 bilhões (37,4%). Isto se explica, principalmente, pelo aumento do déficit da

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Balança Comercial - FOB de 51,1%, equivalendo a uma elevação do déficit em US$ 2,8 bilhões e, também, pelo incremento da Balança de Serviços (líquido) de 25,7%, o que corresponde ao acréscimo de pagamento de serviços (líquido) ao exterior em US$ 5,6 bilhões, comparando-se os dois últimos exercícios e considerando que houve uma redução de US$ 0,7 bilhão nas Transferências Unilaterais (caiu de US$ 2,9 bilhões para US$ 2,2 bilhões).

Numa perspectiva de ajuste do Balanço de Pagamentos a médio e longo prazos é importante analisar a tendência desses números. Entre 1995 e 1996 o déficit da Balança Comercial aumentou em 65,2%, enquanto que entre 1996 e 1997 o crescimento do déficit caiu para 51,1% , o que mostra um crescimento a taxas decrescentes. Por outro lado, a Balança de Serviços teve um déficit de 16,7% entre 1995 e 1996, contra um incremento do déficit de 25,7% entre 1996 e 1997, o que demonstra um crescimento do déficit a taxas crescentes. O resultado líquido sobre o crescimento do déficit em Transações Correntes pode ser verificado pelo incremento do mesmo de 35,4% para 37,3% entre 1995/96 e 1996/97 respectivamente. Portanto, para que essa tendência se reverta é necessário que haja uma queda muito mais acentuada do déficit da Balança Comercial, do que o incremento do déficit da Balança de Serviços, considerando que em termos de pontos percentuais houve um maior incremento na Balança Comercial do que na de Serviços.

A reversão dessa tendência mostra-se preocupante, uma vez que o serviço da dívida externa é uma despesa elevada e fixa e o câmbio está sobrevalorizado, além de que um incremento substancial das exportações, via produtividade, tem limitações, e o efeito é de médio e longo prazos, considerando-se ainda que para a obtenção do referido incremento deve-se ter uma conjuntura internacional favorável.

As Transações de Capital geraram um superávit para o exercício em análise de US$ 26,7 bilhões, apesar de ter havido uma redução de 17,4% em relação ao exercício anterior. Entre 1995 e 1996 houve um incremento das Contas de Capital de 10,3%, o que mostra uma tendência de superávits cada vez menores. Isto se explica pelo pagamento crescente de amortizações, que passaram de US$ 14,4 bilhões para US$ 28,7 bilhões entre 1996 e 1997. Algumas contas de capital vêm se destacando com substanciais taxas de crescimento, como as contas de Investimento (líquido), Financiamentos, e Empréstimos a Médio e Longo Prazos, apresentando taxas de crescimento entre os dois últimos exercícios de 33%, 325% e 26,3% respectivamente.

O Balanço de Pagamentos fechou o exercício de 1997 com um déficit de US$ 7,8 bilhões. Já o volume de reservas internacionais situou-se em dez/97 em US$ 51,3 bilhões, pelo conceito de caixa, e em US$ 52,1 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional, o que equivale a 10 meses de importação. Vale ressaltar que as reservas, pelo conceito de caixa, tinham alcançado em agosto do exercício em análise US$ 62,2 bilhões, mas com a crise das bolsas asiáticas, em outubro, houve uma redução do estoque, justificada pela recuperação de posições dos especuladores internacionais.

A dívida externa total alcançou US$ 192,8 bilhões em final de 1997, contra US$ 178,1 bilhões em final de 1996, apresentando um incremento de 8,2%. A dívida de médio e longo prazos apresentou aumento de US$ 16,2 bilhões, ou seja, saiu de um patamar de US$ 141,2 bilhões em final de 1996 para um total de US$ 157,4 bilhões no final do exercício em análise, enquanto que a dívida de curto prazo apresentou uma redução de US$ 1,4 bilhão, pois saiu de US$ 36,8 bilhões para US$ 35,4 bilhões entre os exercícios de 1996/97.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Deve-se destacar que a dívida do setor público não financeiro diminuiu, passando de US$ 93,7 bilhões, ao final de 1996, para US$ 86,7 bilhões, ao final de 1997. No setor privado, verifica-se a elevação de um patamar de 87,5 bilhões, em final de 1996, para US$ 106,2 bilhões, no final do exercício em análise. Isto é, no mesmo período houve um incremento de dívidas do setor privado de 21%, decorrência principalmente da forte entrada de empréstimos e financiamentos, acima comentados, enquanto no setor público, especificamente no setor não financeiro, houve uma redução de dívidas de 7%.

É de se destacar que foram gastos com a dívida externa, no exercício de 1997, pelo pagamento de juros, o montante de US$ 10,4 bilhões, correspondente a um crescimento de 5,6% em relação ao exercício anterior, que pagou juros de US$ 9,8 bilhões.

2.11 Empréstimos do Sistema Financeiro

O Sistema Financeiro Nacional concedeu, no exercício de 1997, um total de crédito aos setores público e privado, caracterizado como normal, no montante de R$ 255,2 bilhões, com uma taxa de expansão de 3,8% em relação ao exercício anterior. Deve-se esclarecer que são considerados créditos normais aqueles que não têm inadimplência. A referida expansão mostra uma desaceleração da concessão de créditos, uma vez que as taxas entre 1996/95 e entre 1995/94 foram de 14,5% e 16,8% ao ano, respectivamente.

Numa análise das atividades retratadas em anexo, onde estão inclusos os setores público e privado, constata-se que as duas atividades que mais sentiram a desaceleração do crédito foi a de Serviços, com uma redução de 21%, e o próprio Governo, que teve uma redução de 17,3%, comparando-se os exercícios de 1997 e 1996. A Indústria e o Comércio tiveram uma expansão de apenas 2,3%, Atividades Rurais de 23,3%, Pessoas Físicas de 51,3% e a atividade Habitacional com incremento de 9%.

Essa desaceleração da concessão de crédito afetou muito mais o setor público, como se pode observar no demonstrativo citado, pois houve uma redução em termos absolutos em relação ao exercício anterior. Em 1996 foi liberado R$ 60,6 bilhões, enquanto que em 1997, foram liberados recursos destinados ao setor no montante de R$ 41,3 bilhões, representando uma redução de 32%.

Comparando-se os exercícios de 1997 e 1996 pode-se constatar que houve uma contração do crédito para o setor público em todas as atividades. A Indústria teve uma redução de 41,5%, o Comércio em 37%, Serviços em 78,4%, Habitacional em 3% e o Governo em 17,3%.

Portanto, essa redução de recursos para o setor público foi canalizada para o setor privado, que teve uma expansão em relação ao exercício anterior de 15,5%, contra uma expansão de apenas 3,9% entre os exercícios de 1996/95. Conforme demonstrativo mencionado, a Indústria teve uma expansão de 12,2%, o Comércio de 2,3%, Serviços de 9,3%, Atividades Rurais de 23,3%, Habitacional de 10,5%, e, finalmente, a Atividade Pessoas Físicas, com 51,2%.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

2.12 Execução Financeira do Tesouro Nacional

No exercício de 1997, a execução financeira do Tesouro Nacional apresentou um déficit de caixa de R$ 5,8 bilhões (preços de dez/97), inferior ao déficit de R$ 10,3 bilhões apresentado no exercício anterior. O déficit do exercício em análise é 43,4% inferior ao observado em 1996, demonstrando uma melhora na situação financeira do Tesouro Nacional, devido ao incremento da receita, 10,2%, superior ao das despesas, 5,6%, em termos reais, comparando-se com o exercício de 1996.

Do total da receita de R$ 119,6 bilhões, 93,7% (R$ 112 bilhões) correspondem à receita tributária, 6,2% (R$ 7,4 bilhões) à receita de operações oficiais de crédito - retorno de aplicações em programas de custeio ao setor agropecuário, venda de produtos agrícolas etc., e os 0,1% restante, corresponde à remuneração das disponibilidades no Banco do Brasil, item que passou a ser insignificante devido as baixas taxas de inflação.

No item Receita Tributária, destaca-se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que atingiu R$ 7,1 bilhões em 1997 (em valores de dezembro), e o crescimento real dos Impostos sobre Importação, 12,6%, e sobre Operações Financeiras, 22,5%.

O total da despesa do Tesouro Nacional, também a preços constantes (dez/97), atingiu o montante de R$ 125,4 bilhões. Do total da despesa, 35,2% referem-se as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 20,6% correspondem às transferências a Estados e Municípios, 21,4% referem-se ao grupo Outras Despesas, e os Encargos da Dívida Mobiliária Federal, Interna e Externa, correspondem à 8,4% e 6,4% respectivamente. Os principais itens da receita e despesa estão demonstrados no quadro a seguir:

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL – 1997

R$ milhões (1)

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	PARTIC. %	1997/1996 %
A – RECEITA TOTAL	108.507	119.579	100,0	10,2
Receita Tributária	102.619	112.032	93,7	9,2
Receita das Operações Oficiais de Crédito	5.744	7.440	6,2	29,5
Remuneração disponibilidades no B.Brasil	144	107	0,1	(25,7)
B – DESPESA TOTAL	118.781	125.395	100,0	5,6
Pessoal e Encargos Sociais	45.291	44.193	35,2	(2,4)
Transferências a Estados e Municípios	23.310	25.830	20,6	10,8
Outras Vinculações	7.046	7.367	5,9	4,5
Encargos da Dívida Mobiliária Federal	12.171	10.485	8,4	(13,9)
Encargos da Dívida Interna e Externa	5.779	8.028	6,4	38,9
Operações Oficiais de Crédito	2.594	2.609	2,1	0,6
Outras Despesas	22.590	26.884	21,4	19
RESULTADO DE CAIXA (A - B)	(10.274)	(5.817)	-	(43,4)

Fonte: BACEN - DEPEC/DIFIN e Secretaria do Tesouro Nacional

(1) Valores constantes de dez/97.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Analisando mais detidamente a composição da despesa, comparando-se os exercícios de 1997 e 1996, destaca-se o incremento de 38,9% dos Encargos da Dívida Interna e Externa. Além disso, ressalta-se o aumento de 19% do grupo Outras Despesas, que é composta dos grupos de despesa " Restos a Pagar " que apresentou uma redução de 23,8% e " Custeio e Investimento " que obteve um incremento de 24,5%. Houve também o aumento de 10,8% relativo a Transferências a Estados e Municípios.

Por outro lado, houve uma redução do crescimento dos Encargos da Dívida Mobiliária Federal de 13,9% e das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais que tiveram uma queda de 2,4%. Portanto, verifica-se que o incremento da despesa deve-se não só ao aumento das despesas financeiras (Encargos da Dívida Interna e Externa), mas também ao aumento das despesas ordinárias, como é o caso do Custeio e Investimento, que passou de R$ 20,1 bilhões em 1996 para R$ 25 bilhões em 1997. Se tomarmos o total de Encargos das Dívidas Mobiliária Federal, Interna e Externa, teremos um montante de R$ 18,5 bilhões em 1997, contra R$ 17,9 bilhões em 1996, o que representa um incremento de apenas 4%.

2.13 O Setor Agrícola

Apesar de todo o esforço do Governo Federal em fomentar o setor agropecuário, o mesmo teve um crescimento de apenas 1,2% no decorrer de 1997. A produção de grãos registrou um volume de 78,3 milhões de toneladas em final de 1997, frente a uma produção de 73,6 milhões de toneladas em 1996, que corresponde a um crescimento, para esse segmento do setor, de 6,4%.

O aumento da produção de grãos acompanhou o crescimento da demanda por esses produtos, tendo em vista que a estabilização da moeda e dos preços para esse segmento é refletida no referido crescimento.

Para atender as demandas do setor, que vem se ressentindo de uma Política de Preços Mínimos mais atuante e valorizativa, o Governo Federal liberou recursos, em 1997, para formação de estoques reguladores, por intermédio de EGF - Empréstimos do Governo Federal e AGF - Aquisição do Governo Federal, que totalizaram R$ 1.179,2 milhões.

Foi também de relevante importância para o setor a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, criado pelo Decreto n° 1.946, de 28 de junho de 1996, que tem como finalidade contribuir para o aumento da capacidade produtiva e aumentar a renda dos pequenos agricultores. Esse programa, no que tange ao crédito rural, orienta-se por Resoluções do Banco Central e por normas específicas dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte-FNO, Nordeste-FNE e Centro-Oeste-FCO.

O PRONAF fundamenta-se na estratégia da parceria entre os Governos, Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. A aplicação do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos participantes às normas operacionais do Programa e a efetivação de suas contrapartidas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O PRONAF, como um dos 42 projetos do Programa Brasil em Ação, apesar de recente, ainda não conseguiu alcançar sua finalidade, pelo menos em seu caráter distributivo entre as regiões, considerando que a demanda por crédito não é determinada pela necessidade econômica da região, ou pelo período dos plantios de safras ou pela condição social de cada estado da federação, mas pela oferta de serviços das organizações, das cooperativas e outras, que têm em suas composições famílias produtoras mais organizadas.

Dessa forma, o PRONAF ainda não atendeu a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda em todo o país.

Para verificação do afirmado acima, pode-se observar no quadro abaixo que entre janeiro e dezembro do exercício em análise, dos recursos destinados ao PRONAF, foram despendidos R$ 1,6 bilhão, dos quais 65% foram direcionados para a região Sul, atendendo 332.307 mutuários, 18% à região Sudeste, para atender 61.073 mutuários, 6,8% à região Centro-Oeste, para atender 14.697 mutuários, enquanto para as regiões Nordeste e Norte foram destinados 9,4% e 1,5% para atender 75.008 e 6.337 mutuários, respectivamente. Observa-se ainda que as regiões Sul e Sudeste ficaram com 83% dos recursos. Esses números indicam a ação dos sindicatos e das instituições organizadas dos estados mais ricos na determinação da oferta de recursos.

FINANCIAMENTOS RURAIS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO – PRONAF – CONTRATADOS, POR REGIÃO
POSIÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1997

FONTES	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		TOTAL	
	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)	Nº de Mutuários	Valor (R$ 1.000)
TOTAL	6.337	23.722	75.008	154.008	61.073	289.844	332.307	1.048.839	14.697	108.467	489.422	1.624.878
Investimento	1.034	8.821	13.676	70.164	14.457	120.472	64.402	455.146	8.125	82.363	101.694	736.965
Custeio	5.303	14.902	61.332	83.841	46.616	169.372	267.905	593.694	6.572	26.104	387.728	887.912

Fontes: BACEN/RECOR, Banco do Brasil e BNDES

O objetivo dessa política de aumentar a capacidade produtiva e melhorar a renda dos agricultores familiares não tem sido atingido com eficácia, dado que as regiões mais pobres não são atendidas plenamente devido à falta de organização ou mesmo ausência de entidades representativas. Assim, pode-se estar cometendo os mesmos erros de programas anteriores, onde o crédito fácil e acessível aos produtores com renda mais elevada e melhor organizados, e a ausência de assistência em todas as formas às populações mais pobres, mantêm o nível de desigualdade entre as regiões.

Pode-se observar, em quadro anexo, que os recursos direcionados ao Programa são provenientes em sua maioria do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, isto é, no período em análise, esses recursos somaram R$ 1,36 bilhão, o que corresponde a 84% do total.

Seria oportuno que esses valores fossem distribuídos de forma mais equilibrada entre os estados e com períodos bem definidos para liberação do crédito, o que é importante, pois as safras nos estados não acontecem no mesmo período, havendo prejuízo para aqueles em que o cronograma de desembolso para liberação do crédito não coincide com o plantio da safra. Outro fator importante é a cultura familiar em certas regiões, como no Nordeste, que relutam ou mesmo

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

não têm acesso ao sistema bancário. Existe também o problema da informação, necessária em qualquer política de desenvolvimento, que é, sem dúvida, um dos mais importantes fatores que desfavorecem as regiões mais pobres.

O estímulo para que as famílias também trabalhem em grupos passa a ser condição necessária porque nas regiões mais desenvolvidas a organização dos produtores torna mais fácil atender as exigências por parte do sistema bancário. Além desses fatores, deve-se abstrair qualquer interferência no caráter distributivo dos recursos, inclusive na agência bancária, como última instância de liberação dos recursos, onde devem prevalecer os critérios técnicos e sociais.

As garantias também são um fator importante para a liberação dos créditos, por esse motivo é necessário mudar a relação entre os pequenos agricultores e os bancos, porque os primeiros, conforme a região, não têm nenhum acesso ao crédito. Dessa forma, apenas a organização dos pequenos agricultores em forma de sindicatos ou cooperativas pode facilitar o atendimento das exigências bancárias, em especial as relativas às garantias. É preciso lembrar ainda que os pequenos agricultores sempre procuram cumprir seus compromissos, haja vista a questão da inadimplência do setor agrícola junto ao Banco do Brasil S.A.

Observa-se que a inadimplência do setor agrícola, em 1995, atingiu quase R$ 8 bilhões, conforme demonstrado em tópico específico deste Relatório, sendo que os créditos de até dez mil reais, que correspondiam apenas a 212.988 clientes, representaram menos de 1% no total da inadimplência, enquanto as faixas de operações acima de duzentos e quarenta mil reais e quinhentos mil reais correspondiam a 12,4%, e, ainda, as operações acima de quinhentos mil reais, com 7.464 clientes, e os acima de quinhentos mil reais, com 6.580 clientes correspondiam, respectivamente, a 12,4% e quase 70% do total do inadimplemento.

Nesse contexto, oportuniza-se que o Governo identifique imediatamente a origem das falhas nas distribuições dos recursos e promova mecanismos para executar os programas, mediante órgãos afins como a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, além de outras instituições que possam elaborar projetos para as regiões menos desenvolvidas, de acordo com o manual operacional do PRONAF, que tem como objetivo capacitar e habilitar agricultores familiares e técnicos para levantar participativamente as demandas dos agricultores e suas organizações; compatibilizar e priorizar as demandas dos agricultores e suas organizações; compatibilizar e priorizar as demandas com as prioridades e ações dos governos municipal, estadual e federal; definir as ações a serem desenvolvidas para atender às demandas identificadas; e elaborar e monitorar a execução dos Planos Municipais de Desenvolvimentos Rurais – (PMDR).

A profissionalização, por sua vez, tem como objetivos proporcionar aos agricultores familiares os conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis aos processos de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização agrícola; além de ampliar as atividades de disseminação e transferência de novas tecnologias; e promover a difusão de experiências em educação, profissionalização e de tecnologias coerentes com as necessidades do homem do campo.

É importante ressaltar que os países desenvolvidos já descobriram que o setor agrícola, por intermédio da agricultura familiar, é fonte de crescimento e desenvolvimento de qualquer

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

região. Os problemas relatados precisam ser saneados, pois podem inviabilizar o Programa ou direcionar os recursos para as classes que têm acesso ao sistema bancário.

O PRONAF tem ainda uma linha de crédito específica para os municípios, com o objetivo de financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e relocalização da infra-estrutura e serviços. Utilizando recursos orçamentários desembolsou até o período em análise, em infra-estrutura e custeio para a criação de prestação de serviços, um montante de R$ 75,4 milhões.

Criado no ano de 1996, o PRONAF pode ser um dos programas de maior peso para o desenvolvimento agrícola e tem grande potencial econômico para o País. No entanto, no *ranking* dos Programas da Agenda Básica que têm ajudado os municípios a combaterem a fome, a pobreza e a exclusão social, o PRONAF, do Brasil em Ação, participa com apenas 5,2%, segundo levantamento anual executado pela Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária junto aos municípios prioritários, feito em novembro de 1997, de acordo com o demonstrativo abaixo.

Embora não se possa fazer comparações entre os programas a seguir mencionados, devido ao caráter financeiro e econômico e social de cada um, cabe ressaltar que a distribuição de cestas básicas de alimentos, que tem um índice de 89,4% dos programas que mais têm ajudado as famílias carentes, poderia em grande parte ser substituído por um PRONAF mais eficiente. É de se ressaltar que os esforços podem ser direcionados para o fortalecimento dessas estruturas familiares, recuperando a capacidade produtiva de cada cidadão e sua cidadania.

	PROGRAMAS BENEFICIADOS EM 1996	**(%) (1)**		**PROGRAMAS QUE MAIS TÊM AJUDADO**	**(%) (2)**
1°	Cestas Básicas de Alimentos	84,5	1°	Cestas Básicas de Alimentos	89,4
2°	Merenda Escolar	78,6	2°	Transporte Escolar	63,1
3°	Transporte Escolar	63,1	3°	Merenda Escolar	57,8
4°	Imunização	55,4	4°	Leite é Saúde	52,6
5°	Saúde do Escolar	54,4	5°	PACS	42,1
6°	Repasse Direto às Escolas	49,7		Saúde do Escolar	42,1
7°	Leite é Saúde	48,5	6°	Imunização	21,0
8°	PACS	39,0		Geração de Emprego e Renda	21,0
9°	Saneamento Básico/FNS	25,6	7°	Saneamento Básico/FNS	15,7
10°	Educação Infantil (Pré-Escola)	21,6		Educação Infantil	15,7
11°	Geração de Emprego e Renda	18,9		Repasse Direto às Escolas	15,7
12°	Fort. Agricultura Familiar-PRONAF	15,6		Habitar-Brasil	15,7
13°	Assist. Integ. à Saúde do Escolar	13,9		Educação Profissional	15,7
14°	Ação Social em Saneamento – PASS	13,6	8°	Ação Social em Saneamento – PASS	5,2
15°	Habitar – Brasil	10,9		Fort. Agricultura Familiar – PRONAF	5,2
16°	Educação Profissional	7,4		Não citado: Assist. Integral à Saúde do Escolar	

Fonte: Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária
(1) Municípios do Comunidade Solidária que foram contemplados com recursos dos referidos Programas
(2) Pesquisa junto à comunidade local beneficiada (Nos municípios do Comunidade)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

(3) FINANCIAMENTOS RURAIS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO - PRONAF - CONTRATADOS POR REGIÃO

Posição de janeiro a dezembro de 1997 (final)

R$ mil

FONTES	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		TOTAL R$	
	MUTUÁRIOS	VALOR	MUTUÁRIOS	VALOR	MUTUÁRIOS	VALOR	MUTUÁRIOS	VALOR	MUTUÁRIOS	VALOR	MUTUÁRIOS	VALOR
MCR 6.2	0	0	331	563	2.057	7.099	105.161	173.998	628	2.772	108.177	184.431
Investimento	0	0	81	48	10	31	77	411	478	2.426	646	2.917
Custeio	0	0	250	515	2.047	7.067	105.084	173.587	150	345	107.531	181.514
FAT	6.337	23.722	68.943	142.855	58.497	281.305	227.146	874.842	7.550	38.838	368.473	1.361.562
Investimento	1.034	8.821	7.927	59.736	13.928	119.000	64.325	454.735	1.128	13.079	88.342	655.371
Custeio	5.303	14.902	61.016	83.119	44.569	162.305	162.821	420.107	6.422	25.758	280.131	706.191
FCO	0	0	0	0	0	0	0	0	6.519	66.857	6.519	66.857
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	6.519	66.857	6.519	66.857
Custeio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECIN/PRONAF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custeio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FNE/PRONAF	0	0	5.734	10.587	519	1.440	0	0	0	0	6.253	12.027
Investimento	0	0	5.668	10.380	519	1.440	0	0	0	0	6.187	11.820
Custeio	0	0	66	208	0	0	0	0	0	0	66	208
TOTAL	6.337	23.722	75.008	154.006	61.073	289.844	332.307	1.048.839	14.697	108.467	489.422	1.624.878
Investimento	1.034	8.821	13.676	70.164	14.457	120.472	64.402	455.146	8.125	82.363	101.694	736.965
Custeio	5.303	14.902	61.332	83.841	46.616	169.372	267.905	593.694	6.572	26.104	387.728	887.912

Fontes: BACEN/RECOR, Banco do Brasil e BNDES

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB
EVOLUÇÃO - 1988/1997

ANO	PREÇOS CORRENTES (R$)	DEFLATOR IMPLÍCITO (%)	TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO DO PIB (%)				POPULAÇÃO (Milhões)	PIB "Per Capita"	
			SETOR AGROPECUÁRIO	SETOR INDUSTRIAL	SETOR SERVIÇOS	TOTAL		A PREÇOS CONSTANTES DE 1997 (R$)	TAXA REAL DE VARIAÇÃO (%)
1988	29.376	628,0	0,8	-2,6	2,3	-0,1	139,819	5.097,15	-1,9
1989	425.595	1.304,4	2,8	2,9	3,5	3,2	142,307	5.166,29	1,4
1990	11.548.795	2.737,0	-3,7	-8,2	-0,8	-4,3	144,091	4.880,38	-5,5
1991	60.285.999	416,7	1,4	0,3	2,0	1,0	146,408	4.852,62	-0,6
1992	640.958.768	969,0	4,9	-4,2	1,5	-0,5	148,684	4.752,53	-2,1
1993	14.097.114.182	1.996,2	-0,1	7,0	3,2	4,9	150,933	4.912,06	3,4
1994	349.204.679.000	2.240,2	5,5	6,7	4,7	5,9	153,143	5.124,38	4,3
1995	646.191.517.000	77,6	4,1	1,9	4,5	4,2	155,319	5.265,80	2,8
1996	778.820.353.000	17,3	4,1	3,7	1,9	2,8	157,482	5.336,82	1,4
1997	865.918.768.992	7,9	1,2	5,5	1,3	3,0	159,884	5.415,91	1,5

Fonte: Fundação IBGE

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ÍNDICE DO NÍVEL DE EMPREGO - 1988/1997

Dezembro de 1984=100

ANO (1)	INDÚST. DE TRANSFORMAÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃ CIVIL	TOTAL
1988	115,82	118,50	116,06	117,15	114,18
1989	120,37	124,23	119,71	114,86	117,49
1990	110,70	121,49	117,13	105,50	112,81
1991	105,79	115,88	115,76	103,60	109,99
1992	100,31	112,10	113,76	98,93	106,87
1993	101,06	114,18	114,86	97,08	107,60
1994	102,63	116,83	116,39	95,50	108,94
1995	98,05	116,30	115,91	92,64	107,07
1996	95,59	115,83	115,24	91,28	105,77
1997(2)	95,46	118,14	116,18	93,84	106,72

Fonte: Ministério do Trabalho - MTb

(1) Índice de dezembro.

(2) Índice de novembro.

TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (1) 1988/1997

Percentual

ANO	REGIÕES METROPOLITANAS						
	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	RECIFE	SALVADOR	MÉDIA
1988	3,09	4,02	4,02	3,63	5,56	4,63	3,85
1989	2,76	3,44	3,39	2,58	5,31	4,37	3,35
1990	3,50	4,55	4,09	3,72	5,65	5,39	4,28
1991	3,59	5,52	4,11	4,34	5,90	5,91	4,83
1992	4,04	6,51	4,80	5,69	8,59	6,76	5,97
1993	4,07	5,73	4,46	4,02	8,91	6,61	5,32
1994	4,10	5,41	4,28	4,13	6,80	7,06	5,06
1995	3,42	5,17	3,78	4,46	5,45	6,72	4,64
1996	3,65	6,28	4,63	5,92	5,65	6,84	5,42
1997	3,73	6,60	5,09	5,47	5,89	7,73	5,66

Fonte: Fundação IBGE

(1) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias, em relação à População Economicamente Ativa - PEA.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

TAXAS DE REAJUSTE SALARIAL
EVOLUÇÃO - 1988/1997

Percentual acumulado no ano

ANO	SALÁRIO MÍNIMO/PISO NACIONAL DE SALÁRIOS (1)	FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL (2)		SETOR DA PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL NAS INDÚSTRIAS DE BASE	INFLAÇÃO (3)
		CIVIL	MILITAR		
1988	1.022,9	839,8	941,6	1.123,9	994,32
1989	1.849,7	1.534,2	2.151,4	1.775,4	1.863,56
1990	1.021,2	689,0	689,0	1.259,4	1.585,18
1991	375,3	185,0	185,0	581,2	475,10
1992	1.143,3	332,0	332,0	1.345,7	1.149,06
1993	3.492,6	1.627,9	1.627,9	2.711,3	2.489,11
1994	926,1	258,4	0,0	885,4	929,32
1995	42,9	22,1	0,0	30,6	21,98
1996	12,0	0,0	0,0	9,5	9,12
1997	7,1	0,0	0,0	4,7	4,34

Fontes: Banco Central do Brasil, Fundação IBGE e Abdib

(1) O Piso de Salários substitui o Salário Mínimo pelo Decreto-lei nº 2.351, de 07.08.87, retomando em 03.07.89 com a edição da Lei nº 7.789.

(2) Os acréscimos em decorrência de incorporação de gratificações, em 1989, foram considerados apenas para o funcionalismo militar.

(3) INPC: variação acumulada no ano. A partir de abril/90 o Governo deixou de adotar a expressão "inflação oficial", ficando a cargo de cada analista o uso do índice de preços que lhe convier.

MEIOS DE PAGAMENTO E BASE MONETÁRIA
EVOLUÇÃO - 1988/1997

Saldos em final de período(1)

ANO	MEIOS DE PAGAMENTO				BASE MONETÁRIA					
	PAPEL-MOEDA EM PODER DO PÚBLICO (A)	DEPÓSITOS A VISTA	SALDO (C = A+B)	VARIAÇÃO %	PAPEL-MOEDA EMITIDO 4	RESERVAS BANCÁRIAS 5	SALDO (D=4+5)	VARIAÇÃO %	MULTIPLICADOR	INFLAÇÃO (%)
1988	2.090	4.854	6.944		2.284	1.353	3.637		1,9	933,62
1989	40.362	62.698	103.060	1.384,2	43.926	23.509	67.435	1.754,1	1,5	1.764,87
1990	979.722	1.530.525	2.510.247	2.335,7	1.044.649	576.622	1.621.271	2.304,2	1,5	1.476,56
1991	3.613.000	7.199.000	10.812.000	330,7	3.974.585	2.367.584	6.342.169	291,2	1,7	480,18
1992	36.889.000	67.686.000	104.575.000	867,2	43.211.000	25.999.000	69.210.000	991,3	1,5	1.157,95
1993	934.781.000	1.396.614.000	2.331.395.000	2.129,4	1.062.528.000	358.478.000	1.421.006.000	1.953,2	1,6	2.708,55
1994	8.700.000	14.073.000	22.773.000	876,8	10.046.000	7.639.000	17.685.000	1.144,5	1,3	1.093,84
1995	12.367.000	16.126.000	28.493.000	25,1	13.770.000	7.911.000	21.682.000	22,6	1,3	14,78
1996	15.317.000	14.491.000	29.808.000	4,6	17.188.000	2.608.000	19.796.000	-8,7	1,5	9,34
1997	18.110.000	29.619.000	47.729.000	60,1	20.251.000	11.578.000	31.828.000	60,8	1,5	7,48

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) Dados em R$ até 1993 e em R$ 1.000 a partir de 1994.

Edemir T. G. Santos
Secretária do Planalto

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO - NORMAL
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Saldo em R$ milhões

ATIVIDADE	AO SETOR PRIVADO		AO SETOR PÚBLICO		TOTAL	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Indústria	50.604	56.772	11.592	6.781	62.196	63.553
Comércio	21.529	22.035	27	17	21.556	22.052
Habitacão	53.356	58.938	6.527	6.343	59.883	65.281
Outros serviços	21.690	23.701	11.455	2.478	33.145	26.179
Rural	18.278	22.546	0	0	18.278	22.546
Pessoas Físicas	19.796	29.948	0	0	19.796	29.948
Governo	0	0	30.992	25.650	30.992	25.650
TOTAL	185.253	213.940	60.593	41.269	245.846	255.209

Fonte: Banco Central do Brasil

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL
DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA
EVOLUÇÃO - 1992/1997

Saldo em R$ milhões

ANO	RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL (A)				RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL		
	LBC	BBC	NBCE	TOTAL	LFT	LTN	BTN
1992	6	90	0	96	34	0	0
1993	0	1.077	0	1.077	188	240	5
1994	2.133	24.320	0	26.453	7.771	519	41
1995	22.561	26.784	0	49.346	18.460	19.588	50
1996	32.789	50.316	0	83.105	0	49.101	54
1997	25.282	28.327	11.629	65.238	72.181	87.056	60

Fonte: Banco Central do Brasil

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL
DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA
EVOLUÇÃO - 1992/1997
(continuação)

RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL (B)				CARTEIRA DO BANCO CENTRAL	FORA DO BANCO CENTRAL	VARIAÇÃO (%)	
NTN	SUBTOTAL	VARIAÇÃO (%)					
		REAL	NOMINAL	(C)	(A+B-C)	REAL	NOMINAL
321	441	6,0	1.243,8	373	164	188,0	3.549,4
11.199	11.632	-10,7	2.535,0	7.722	4.988	3,1	2.941,7
50.972	59.302	-50,8	409,8	23.973	61.782	19,7	1.138,7
46.498	84.596	24,0	42,7	25.456	108.486	52,7	75,6
65.620	114.775	25,2	35,7	21.669	176.211	48,7	62,4
66.468	225.765	83,6	96,7	36.512	254.491	34,8	44,4

Fonte: Banco Central do Brasil

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA
EVOLUÇÃO - 1992/1997

Saldo em R$ milhões

ANO	RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO		R. G. DO SUL SUL	MINAS GERAIS	DEMAIS ESTADOS	TOTAL
	OTE/LFTE/ LTE	OTM/LFTM	OTE/LFTE	OTMLFTM	OTE/LFTE	OTE/LFTE	OTE/LFTE	OTE/LFTE
1992	8	1	23	3	9	12	5	61
1993	249	60	759	139	265	360	159	1.991
1994	3.072	763	9.550	1.854	3.336	4.506	1.835	24.916
1995	4.656	1.165	14.603	3.951	5.133	6.882	3.122	39.512
1996	5.935	1.338	18.723	5.021	6.543	8.773	5.387	51.720
1997	7.383	1.658	0	6.242	8.143	10.912	6.698	41.036

Fonte: Banco Central do Brasil

INDICADORES ECONÔMICOS
EVOLUÇÃO - 1988/1997

INDICADORES	VARIAÇÃO (%)									
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI	1.037,56	1.782,90	1.476,56	480,18	1.157,95	2.708,55	909,61	14,78	9,34	7,48
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	981,14	1.972,91	1.620,97	472,70	1.119,10	2.477,15	916,46	22,41	9,56	5,22
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	994,32	1.863,56	1.585,18	475,10	1.149,06	2.489,11	929,32	21,98	9,12	4,34
Índice de Preços ao Consumidor da FGV (1) - IPC-BR	1.006,41	1.759,16	1.657,70	493,79	1.156,00	2.828,74	992,03	25,91	11,34	7,21
Meios de Pagamento	570,3	1.384,2	2.335,7	330,7	867,2	2.129,4	876,8	25,1	4,6	60,1
Base Monetária	622,3	1.754,1	2.304,2	291,2	991,3	1.953,2	1.144,5	22,6	-8,7	60,8
Variação Real do PIB	-0,1	3,2	-4,3	1,0	-0,5	4,9	5,9	4,2	2,8	3,0

Fontes: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

(1) De 1988 a 1989 IPC do Rio de Janeiro e a partir de 1990 IPC - Brasil.

Elenir C. Santos
Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ENDIVIDAMENTO EXTERNO
EVOLUÇÃO - 1988/1997

US$ milhões

ANO	SERVIÇO DA DÍVIDA			DÍVIDA BRUTA (B)	RESERVAS INTERN.(1) (C)	DÍVIDA LÍQUIDA (D=B-C)	EXPORT. FOB (E)	SERVIÇO DA DÍVIDA/ EXPORT. FOB (F=A/E) %	DÍVIDA LÍQUIDA/ EXPORT. FOB (G=D/E) %
	AMORT. 1	JUROS 2	TOTAL (A= 1+2)						
1988	5.541	13.836	19.377	113.511	9.140	104.371	33.789	57,3	308,9
1989	5.582	7.237	12.819	115.506	9.679	105.827	34.383	37,3	307,8
1990	4.620	3.490	8.110	123.439	9.973	113.466	31.414	25,8	361,2
1991	5.322	6.694	12.016	123.910	9.406	114.504	31.620	38,0	362,1
1992	8.572	7.253	15.825	135.949	23.754	112.195	35.793	44,2	313,5
1993	9.978	8.280	18.258	145.726	32.211	113.515	38.555	47,4	294,4
1994	50.411	6.338	56.749	148.295	38.806	109.489	43.545	130,3	251,4
1995	11.023	8.158	19.181	159.256	51.840	107.416	46.506	41,2	231,0
1996	14.423	9.840	24.263	178.131	60.110	118.021	47.747	50,8	247,2
1997(2)	28.757	10.388	39.145	192.892	52.173	140.719	52.986	73,9	265,6

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) Conceito de liquidez.

(2) Dados Preliminares.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

III - OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

3 - OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

3.1- Considerações Preliminares

O orçamento público no Brasil, pela nova ordem constitucional de 1988, sofreu diversas modificações desde a sua estrutura até a forma de apreciação das propostas apresentadas para sua elaboração.

Uma das modificações mais importantes instituídas pela Constituição foi uma maior participação do Poder Legislativo na fiscalização e direcionamento dos recursos públicos, bem como, no processo de formulação e acompanhamento de políticas públicas de curto, médio e longo prazos, devido ao forte vínculo que passou a ter o orçamento com o planejamento governamental. Com o exercício dessa prática democrática, a cada exercício financeiro, o processo orçamentário vem se aperfeiçoando.

Os instrumentos utilizados para a elaboração do orçamento são as leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias, que estabelecem parâmetros e diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

3.2 - Plano Plurianual (PPA)

A Constituição Federal de 1988, no § 1° do art. 165, estabelece que "*A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.*"

O PPA define as linhas básicas do planejamento governamental para um período de 4 anos, a contar do segundo ano de exercício do mandato presidencial até o final do primeiro ano do exercício do governo seguinte.

O Plano Plurianual em vigência para o período de 1996 a 1999 foi aprovado pela Lei n° 9.276/96, de 09.05.96. As fases de elaboração, tramitação e aprovação do PPA no Congresso Nacional foram analisadas pelo TCU no relatório referente às Contas do Governo da República do exercício de 1996.

3.3 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A definição da LDO está consignada no § 2°. do art. 165 da Constituição Federal de 1988, que diz "*A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*"

O papel fundamental da LDO no sistema orçamentário nacional é servir de instrumento de ligação entre o planejamento de longo prazo, definido pelo PPA, e a programação orçamentária anual, instrumentalizada pela LOA.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

É relevante considerar que a LDO possibilita a participação efetiva e indireta do Congresso Nacional na elaboração da proposta orçamentária, pela identificação antecipada das políticas públicas, pela análise e compatibilização entre o PPA e a proposta da LDO e pelo direcionamento e aperfeiçoamento das ações que irão se materializar na Lei de Meios.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento de 1997 foi sancionada e promulgada sob o n° 9.293, de 15 de julho de 1996 (D.O.U - Seção I - n° 136, de 16/07/1996).

Alterações na LDO/97

Após a publicação da LDO/97 o Exmo. Sr. Presidente da República adotou diversas Medidas Provisórias alterando o texto legal .

A primeira delas, Medida Provisória n ° 1.519, de 20.09.96, e sua reedição, de 18.10.96, incluíram o inciso IX no artigo 35, estabelecendo que a forma e condições para a entrega de recursos às Unidades Federadas e Municípios deveriam se ater ao previsto no Anexo da Lei Complementar n° 87, de 13.09.96.

A Medida Provisória n° 1.525, de 30.10.96, e sua reedição, de 29.11.96, convalidaram a alteração já realizada pela MP n° 1.519 e sua reedição.

A Medida Provisória n° 1.558, de 18.12.96, e suas reedições, de 16.01.97, 13.02.97, 13.03.97, 11.04.97, 10.05.97, 10.06.97 e 10.07.97, promoveram as seguintes modificações:

- incluíram o § 3° ao art. 19, ressalvando ainda das disposições do artigo - que estabelece condições a serem obedecidas para empréstimos, financiamentos e refinanciamentos - as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancárias e financeiras;

- inseriram o § 4° ao art. 34, referente à dívida pública federal, que diz *"§ 4° A lei orçamentária anual e os seus créditos adicionais deverão contemplar ainda dotações necessárias ao atendimento das operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público na atividade financeira bancária"*;

- no art. 36 - que proíbe a inclusão na LOA de estimativas de receitas decorrentes da emissão de títulos da dívida pública federal interna superior à necessidade de atendimento de despesas especificadas em seus incisos - suprimiram do inciso V, que trata de despesas com a equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, no âmbito do PROEX, a obrigação de os títulos conterem cláusulas de inalienabilidade; e convalidaram o inciso IX, já incluso em medida provisória anterior;

Elenir C. Santos
Secretária do Plenário

- incluíram, ainda, no § 4° do art. 53, o inciso XV, ressalvando do limite previsto de 1/12 do total de cada dotação, a prevista para atendimento com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A Medida Provisória n° 1.579, de 23.07.97, e suas reedições de 21.07.97, 18.07.97, 18.10.97 e 13.11.97, incluíram o inciso X ao art. 35, que dispõe *"X - a entrega de recursos financeiros a Estados e seus Municípios, e ao Distrito Federal, em conformidade com a legislação pertinente."*, e convalidaram as alterações anteriores.

A Medida Provisória n° 1.603, de 27.11.97, incluiu os §§ 8° e 9° e excluiu as alíneas "d" e "e" do art. 18, que trata de transferências de recursos da União, consignadas na LOA, para Estados, Distrito Federal e Municípios. As alterações flexibilizam as exigências aos Municípios de comprovarem percentuais mínimos de receitas tributárias próprias em relação ao total das receitas orçamentárias, por ocasião do ato de assinatura de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

3.4 - Lei Orçamentária Anual - LOA/97

Conforme estabelece a Constituição Federal no § 5° do art. 165, a LOA compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das empresas em que a União detém a maioria do capital social com direito a voto.

A elaboração dessa lei deve seguir as orientações emanadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada para o exercício em questão, e seguir as metas e prioridades constantes da Lei sobre o Plano Plurianual relativo ao período em vigor.

A lei orçamentária foi sancionada e promulgada sob o n° 9.438, de 26 de fevereiro de 1997, publicada no Diário Oficial n° 39, de 27/02/1997.

3.5 - Comparação entre a LDO/97 e a LOA/97

Confrontando-se a lei que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1997, com as diretrizes estabelecidas para a sua elaboração, conclui-se que, de maneira geral, não há incompatibilidade, cabendo ressaltar apenas os seguintes pontos:

- Uma falha, já verificada nos últimos exercícios, é o não cumprimento do disposto no art. 42 do ADCT, que determina a aplicação de 50% dos recursos destinados à irrigação na região Nordeste e 20% na região Centro-Oeste. No exercício de 1997, esses percentuais são de 67,4% e 17,82%, respectivamente. Portanto, apesar da pequena diferença, permanece a incorreção quanto à distribuição dos recursos à região Centro-Oeste. Cabe considerar, nessa análise, que o orçamento público é autorizativo e o cumprimento real do referido dispositivo constitucional somente pode ser verificado no encerramento do exercício;

- Observa-se, também, que o Demonstrativo dos Benefícios Tributários para 1997, estimados em R$ 15.368 milhões, foi atendido apenas parcialmente quanto ao disposto no inciso XVII, do § 3° do art. 3° da LOA/97, quando do envio ao

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Congresso Nacional da Mensagem inicial (n° 403, de 1996-CN e n° 820/96, na origem) que encaminhou a proposta orçamentária, em conformidade com o mandamento constitucional expresso no § 6°, do art. 165, já que não foi fornecido o demonstrativo regionalizado dos benefícios financeiros e creditícios à época própria. Valendo ressaltar que o mencionado demonstrativo, e outros que faltaram quando do encaminhamento da Mensagem inicial, foram encaminhados posteriormente por intermédio da Mensagem n° 467, de 1996-CN (n° 896/96, na origem).

3.6 Execução dos Orçamentos Federais

3.6.1 Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social aprovados para o exercício de 1997 estimaram a receita e fixaram a despesa em R$ 431.593 milhões, conforme as suas origens e orçamentos discriminadas no quadro abaixo:

R$ Mil

ORÇAMENTOS	Recursos do Tesouro	Recursos de Outras Fontes	Recursos de Todas as Fontes
Orçamento Fiscal	322.333	6.192	328.525
Orçamento da Seguridade Social	101.704	1.364	103.068
TOTAL	**424.037**	**7.556**	**431.593**

Fonte: Lei Orçamentária Anual – 1997

A receita estimada, segundo as suas origens, está discriminada no quadro a seguir:

R$ Mil

RECEITA ESTIMADA	DOTAÇÃO
RECEITAS DO TESOURO	**215.595.209**
RECEITAS CORRENTES	**176.382.324**
Receita Tributária	62.626.083
Receitas de Contribuições	98.507.754
Receita Patrimonial	2.553.631
Receita Agropecuária	17.179
Receita Industrial	43.559
Receita de Serviços	9.234.425
Transferências Correntes	21.148
Outras Receitas Correntes	3.378.545
RECEITAS DE CAPITAL	**39.212.885**
Operações de Crédito Internas	21.358.864
Operações de Crédito Externas	8.956.320
Alienação de Bens	460.809
Amortização de Empréstimos	5.220.304
Outras Receitas de Capital	3.216.588
RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADM. INDIRETA	**7.556.000**
Receitas Correntes	6.346.836
Receitas de Capital	1.209.164
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	**208.441.886**
Operações de Crédito Internas	201.692.649
Operações de Crédito Externas	6.749.237
TOTAL DAS RECEITAS	**431.593.095**

Fonte: Lei Orçamentária Anual - 1997

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A despesa fixada, segundo as suas origens, orçamentos e categorias econômicas, está discriminada no quadro a seguir:

R$ Mil

DESPESA FIXADA	DOTAÇÃO
PROGRAMAÇÃO À CONTA DE RECURSOS DO TESOURO	**424.037.095**
Orçamento Fiscal	**322.333.209**
Despesas Correntes	85.818.857
Despesas de Capital	235.839.511
Reserva de Contingência	674.841
Orçamento da Seguridade Social	**101.703.886**
Despesas Correntes	93.402.228
Despesas de Capital	6.247.455
Reserva de Contingência	2.054.203
PROGRAMAÇÃO À CONTA DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES	**7.556.000**
Orçamento Fiscal	**6.192.216**
Despesas Correntes	2.997.687
Despesas de Capital	3.194.529
Orçamento da Seguridade Social	**1.363.783**
Despesas Correntes	1.301.859
Despesas de Capital	61.924
TOTAL DAS DESPESAS FIXADAS	**431.593.095**

Fonte: Lei Orçamentária Anual - 1997

Com a implantação do conceito de Gestão, a partir de 1993, todos os órgãos e entidades passaram a compor os orçamentos federais com o objetivo de dar maior transparência à execução de todo o universo de despesas do Orçamento Geral da União.

Conceitua-se "Gestão", para efeito de interpretação das Demonstrações Contábeis, a parcela do patrimônio gerida pelos órgãos e entidades públicos, sujeitos à tomada ou prestação de contas, nos termos do princípio contábil da Entidade, estabelecido na Resolução nº 750, de 23.12.93, do Conselho Federal de Contabilidade.

A Gestão "Orçamento Fiscal e de Seguridade Social" é a parcela do patrimônio público gerida pelo Governo Federal que engloba a administração direta e a indireta, integrantes da Lei Orçamentária Anual.

Esse novo enfoque é registrado no Balanço Geral da União quando são identificados todos os registros contábeis de Transferências realizadas entre as Gestões e esferas governamentais, principalmente as realizadas entre Órgãos e Entidades da Administração Indireta e as Entidades de outras esferas de governo.

Essas Transferências são identificadas pela correspondência necessária que deve existir entre Receitas e Despesas de Transferências, correntes ou de capital.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

3.6.2 Alterações dos Orçamentos

Objetivando alcançar o montante necessário à execução orçamentária do exercício em análise, foi autorizada a abertura de créditos adicionais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no valor de R$ 115.243 milhões, de acordo com o seguinte desdobramento:

R$ Mil

NATUREZA DO CRÉDITO ADICIONAL	ORÇAMENTOS		
	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Créditos Suplementares	8.030.673	492.556	**8.523.229**
Créditos Especiais	106.449.532	194.851	**106.644.383**
Créditos Extraordinários	61.000	14.000	**75.000**
TOTAL	**114.541.205**	**701.407**	**115.242.612**

Fonte: Balanço Geral da União – 1997

Como se pode observar, o montante de créditos adicionais atinge a quase 27% do total autorizado pela Lei Orçamentária, valendo destacar que o montante de créditos adicionais autorizados para o exercício foi proveniente da publicação de mais de uma centena de dispositivos legais, sendo que muitos desses dispositivos referem-se a créditos especiais de 1996.

Dos dispositivos publicados em 1997, mais de 60% foram editados no mês de dezembro, o que vem a corroborar o reiterado alerta que esta Corte de Contas vem fazendo em seus Relatórios e Pareceres sobre as Contas do Governo dos últimos exercícios, quanto à necessidade de melhorar o planejamento embutido na peça orçamentária.

3.6.3 Receita Orçamentária Fiscal e da Seguridade Social

A Receita Orçamentária da União, relativa aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, está discriminada no quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 1997

R$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	Arrecadação 1996	LOA 1997	Arrecadação 1997	Var. % LOA 1997 / Arrecadação 1996	Var. % Arrecadação 1997 / Arrecadação 1996	Var. % Arrecadação 1997 / LOA 1997	Part. % Arrecadação 1997 / Total Arrecadado	Var. % Arrecadação 1997 / Categoria Econômica	Var. % Arrecadação 1997 / Grupo Receita
TÍTULO	(A)	(B)	(C)	(B) / (A)	(C) / (A)	(C) / (B)	(C) / (D)	(C) / CE	(C) / GR
RECEITAS CORRENTES	**156.867.579**	**182.729.160**	**175.270.916**	**16,49%**	**11,73%**	**-4,08%**	**42,21%**	**100,00%**	**N/C**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**53.557.746**	**62.640.238**	**58.624.324**	**16,96%**	**9,46%**	**-6,41%**	**14,12%**	**33,45%**	**100,00%**
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	4.183.987	4.538.788	5.070.830	8,48%	21,20%	11,72%	1,22%	2,89%	8,65%
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	1.784	3.990	2.816	123,61%	57,81%	-29,42%	0,00%	0,00%	0,00%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	30.831.976	37.482.950	32.808.266	21,57%	6,41%	-12,47%	7,90%	18,72%	55,96%
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	196.838	119.385	241.518	-39,35%	22,70%	102,30%	0,06%	0,14%	0,41%
IMPOSTO S/PROD. INDUSTRIALIZADOS	15.045.755	17.267.386	16.166.475	14,77%	7,45%	-6,38%	3,89%	9,22%	27,58%
IMP. S/OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.832.597	2.599.264	3.760.017	-8,24%	32,74%	44,66%	0,91%	2,15%	6,41%
OUTROS TRIBUTOS	464.808	628.475	574.402	35,21%	23,58%	-8,60%	0,14%	0,33%	0,98%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**79.315.417**	**99.022.503**	**92.849.747**	**24,85%**	**17,06%**	**-6,23%**	**22,36%**	**52,97%**	**100,00%**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	**77.773.696**	**97.150.816**	**91.235.874**	**24,91%**	**17,31%**	**-6,09%**	**21,97%**	**52,05%**	**98,26%**
CONTRIB. PLANO DE SEG. SOCIAL SERVIDOR	2.579.436	4.222.781	2.575.756	63,71%	-0,14%	-39,00%	0,62%	1,47%	2,77%
CONTRIB. EMPREG. TRAB. P/SEG. SOCIAL	40.621.104	46.229.000	45.016.326	13,81%	10,82%	-2,62%	10,84%	25,68%	48,48%
CONTRIBUIÇÃO FINANC. SEG SOCIAL	17.184.016	20.411.607	18.197.511	18,78%	5,90%	-10,85%	4,38%	10,38%	19,60%
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.693.701	2.680.000	2.689.454	-0,51%	-0,16%	0,35%	0,65%	1,53%	2,90%
CONTRIBUIÇÕES P/PROGRAMAS PIS/PASEP	7.129.349	8.295.179	7.246.243	16,35%	1,64%	-12,65%	1,75%	4,13%	7,80%
CONTRIB. S/LUCRO PESSOAS JURÍDICAS	6.177.952	8.534.534	7.189.800	38,15%	16,38%	-15,76%	1,73%	4,10%	7,74%
CONTRIB. S/REC. CONC. PROGNÓSTICOS	64.309	164.912	65.096	156,44%	1,22%	-60,53%	0,02%	0,04%	0,07%
CONTRIB. S/MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	0	5.310.000	6.887.275	N/C	N/C	29,70%	1,66%	3,93%	7,42%
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.323.830	1.302.804	1.368.411	-1,59%	3,37%	5,04%	0,33%	0,78%	1,47%
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	**1.541.721**	**1.871.687**	**1.613.873**	**21,40%**	**4,68%**	**-13,77%**	**0,39%**	**0,92%**	**1,74%**
CONTRIB. PARA O PIN E PROTERRA	592.468	915.402	647.255	54,51%	9,25%	-29,29%	0,16%	0,37%	0,70%

Secretária do Planeja

OUTRAS CONTRIB. ECONÔMICAS	949.253	956.285	966.619	0,74%	1,83%	1,08%	0,23%	0,55%	1,04%
RECEITA PATRIMONIAL	**3.576.970**	**3.964.816**	**5.500.032**	**10,84%**	**53,76%**	**38,72%**	**1,32%**	**3,14%**	**N/C**
RECEITA AGROPECUÁRIA	**72.138**	**75.414**	**58.188**	**4,54%**	**-19,34%**	**-22,84%**	**0,01%**	**0,03%**	**N/C**
RECEITA INDUSTRIAL	**105.928**	**182.510**	**156.563**	**72,30%**	**47,80%**	**-14,22%**	**0,04%**	**0,09%**	**N/C**
RECEITA DE SERVIÇOS	**8.386.041**	**12.952.226**	**7.192.043**	**54,45%**	**-14,24%**	**-44,47%**	**1,73%**	**4,10%**	**N/C**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**212.049**	**69.641**	**197.000**	**-67,16%**	**-7,10%**	**182,88%**	**0,05%**	**0,11%**	**N/C**
REC. CORRENTES A CLASSIFICAR	**3.696**	**0**	**63.965**	**N/C**	**1630,82%**		**0,02%**	**0,04%**	**N/C**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**11.637.595**	**3.821.813**	**10.629.055**	**-67,16%**	**-8,67%**	**178,12%**	**2,56%**	**6,06%**	**N/C**
RECEITAS DE CAPITAL	**142.058.237**	**248.863.935**	**239.919.189**	**75,18%**	**68,89%**	**-3,59%**	**57,79%**	**100,00%**	**100,00%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**133.802.011**	**239.510.271**	**226.551.750**	**79,00%**	**69,32%**	**-5,41%**	**54,57%**	**94,43%**	**94,43%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	131.270.603	223.799.714	221.601.208	70,49%	68,81%	-0,98%	53,37%	92,36%	92,36%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.531.407	15.710.557	4.950.543	520,63%	95,56%	-68,49%	1,19%	2,06%	2,06%
ALIENAÇÃO DE BENS	**497.332**	**700.460**	**4.522.720**	**40,84%**	**809,40%**	**545,67%**	**1,09%**	**1,89%**	**1,89%**
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	**3.821.678**	**5.404.939**	**4.661.306**	**41,43%**	**21,97%**	**-13,76%**	**1,12%**	**1,94%**	**1,94%**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**53.450**	**29.236**	**36.435**	**-45,30%**	**-31,83%**	**24,62%**	**0,01%**	**0,02%**	**0,02%**
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.883.766**	**3.219.029**	**4.146.977**	**-17,12%**	**6,78%**	**28,83%**	**1,00%**	**1,73%**	**1,73%**
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	-11	0	4	N/C	136,36%	N/C	0,00%	0,00%	0,00%
REMUN. DISPONIB. TES. NACIONAL	3.519.244	3.214.158	3.939.994	-8,67%	11,96%	**22,58%**	0,95%	1,64%	1,64%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	364.364	0	206.638	N/C	-43,29%	**N/C**	0,05%	0,09%	0,09%
OUTRAS RECEITAS	169	4.871	341	2780,04%	101,62%	**-93,00%**	0,00%	0,00%	0,00%
DEDUÇÕES DA RECEITA	**-1.053**	**0**	**-1.071**	**N/C**	**1,74%**	**N/C**	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DA RECEITA (D)	**298.924.763**	**431.593.095**	**415.189.034**	**44,38%**	**38,89%**	**-3,80%**	**100,00%**		

Fonte: Balanço Geral da União - 1996, 1997 e LOA 1997;
Obs: N/C: Não Calculado.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Sobre os dados do quadro anterior, cabe destacar o seguinte:

- O montante arrecadado foi 38,89% superior ao exercício de 1996 em termos nominais e 32,79% em termos reais, considerando que a inflação no exercício em análise, medida pelo INPC, alcançou o patamar de 4,34%.
- A participação da arrecadação da Receita Tributária no total da Receita Orçamentária vem se mantendo em patamares abaixo de 20% desde o exercício de 1992, ou seja: 18% em 1992; 13% em 1993; 15% em 1994 e 1995; 18% em 1996 e 14,2% em 1997.
- Da arrecadação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza são deduzidos os valores referentes aos Incentivos Fiscais (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas), conforme dispõe o Decreto-lei nº 1.376, de 12.12.74, que somaram no exercício de 1997 o montante de R$ 748 milhões, sendo R$ 468 milhões para o FINOR, R$ 257 milhões para o FINAM e R$ 23 milhões para o FUNRES. Esse valor dos Incentivos Fiscais representa 0,2% de toda a Receita Orçamentária.
- No Grupo Outros Tributos estão incluídas as receitas de Taxas pela Prestação de Serviços, com R$ 330 milhões, e pelo Exercício de Poder de Polícia, com R$ 244 milhões.
- Nas Contribuições de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social sobressaem as Contribuições Urbanas com R$ 42.909 milhões, representando 97,6% das Receitas de Contribuições e 10,3% da Receita Orçamentária Total.
- Na composição das Operações de Crédito Internas sobressaem as operações de crédito vinculadas à emissão de títulos do Tesouro Nacional com R$ 219.879 milhões.

3.6.4 Despesa Orçamentária Fiscal e da Seguridade Social

A despesa fixada em R$ 431.593 milhões pela Lei Orçamentária, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, atingiu, no exercício em análise, o montante de R$ 391.866 milhões, apresentando uma realização de 90,8% do valor inicialmente estimado.

Confrontando-se a despesa realizada e a receita arrecadada, constata-se um superávit orçamentário de R$ 23.252 milhões, proveniente dos superávits de capital e corrente de R$ 3.943 milhões e R$ 19.309 milhões, respectivamente.

Comparando-se a despesa realizada em relação ao exercício anterior, verifica-se que houve um crescimento nas despesas de 35,2% em termos nominais, ou de 29,6%, considerando a inflação no exercício analisado, medida pelo INPC, de 4,34%.

Os dispêndios realizadas no exercício, discriminados por grupo de despesas, são os apresentados no quadro a seguir:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 1997

R$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO 1996	LEI 1997	EXECUÇÃO 1997	Var. % Lei / Exec.1996	Var. % Exec.1997 / Exec.1996	Var. % Exec.1997 / Lei 1997	Part. % Exec.1997 / Total	Part. % Exec.1997 / Cat.Econ.	Part. % Exec.1997 / Grupo Desp.
TÍTULO	(A)	(B)	(C)	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(C)/(E)	(C)/CE	(C)/GD
DESPESAS CORRENTES	**153.454.039**	**183.520.632**	**171.326.690**	**19,59%**	**11,65%**	**-6,64%**	**43,72%**	**100%**	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**40.900.881**	**45.060.822**	**44.529.740**	**10,17%**	**8,87%**	**-1,18%**	**11,36%**	**26%**	
ENCARGOS DA DÍVIDA	**19.491.998**	**25.252.775**	**21.033.226**	**29,55%**	**7,91%**	**-16,71%**	**5,37%**	**12%**	**100,00%**
DÍVIDA INTERNA	14.682.393	19.873.821	15.925.684	35,36%	8,47%	-19,87%	4,06%	9%	75,72%
DÍVIDA EXTERNA	4.809.605	5.378.954	5.107.542	11,84%	6,19%	-5,05%	1,30%	3%	24,28%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**93.061.160**	**113.207.035**	**105.763.724**	**21,65%**	**13,65%**	**-6,57%**	**26,99%**	**62%**	
DESPESAS DE CAPITAL	**136.281.486**	**245.343.419**	**220.539.628**	**80,03%**	**61,83%**	**-10,11%**	56,28%	100,00%	
INVESTIMENTO	**5.730.156**	**9.916.930**	**7.537.833**	**73,07%**	**31,55%**	**-23,99%**	**1,92%**	3,42%	
INVERSÕES FINANCEIRAS	**13.599.396**	**11.519.094**	**65.032.611**	**-15,30%**	**378,20%**	**464,56%**	**16,60%**	29,49%	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	**116.785.267**	**223.806.079**	**147.839.072**	**91,64%**	**26,59%**	**-33,94%**	**37,73%**	67,04%	**100,00%**
DÍVIDA INTERNA	113.018.559	212.101.113	142.778.040	87,67%	26,33%	-32,68%	36,44%	64,74%	96,58%
DÍVIDA EXTERNA	3.766.708	11.162.909	5.061.032	196,36%	34,36%	-54,66%	1,29%	2,29%	3,42%
REC. DE OUTRAS FONTES (3)		542.057							
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	**166.667**	**101.316**	**130.111**	**-39,21%**	**-21,93%**	**28,42%**	**0,03%**	0,06%	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0**	**2.729.044**	**0**		**NC**	**NC**	**NC**	**NC**	
TOTAL DAS DESPESAS (D)	**289.735.525**	**431.593.095**	**391.866.317**	**48,96%**	**35,25%**	**-9,20%**	**100,00%**	-	-

Fonte: Balanço Geral da União - 1996, 1997 e LOA 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Sobre os dados do quadro anterior, cabe destacar o seguinte:

- Como verificado em exercícios anteriores, a realização de gastos com encargos da dívida interna tem-se mantido bem acima dos gastos com encargos da dívida externa, ou seja, a participação dos primeiros é preponderante e significativa, sendo de 75,3% em 1996 e 75,7% em 1997.

- As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais dividem-se em: Aplicações Diretas, que englobam as despesas realizadas com aposentadorias e reformas, pensões, salário-família, vencimentos e vantagens fixas, diárias, obrigações patronais, depósitos compulsórios, indenizações e restituições, sentenças judiciárias e despesas de exercícios anteriores, entre outras, que somaram R$ 42.469 milhões e representam 10,83% da despesa orçamentária total e 24,78% das despesas de sua categoria econômica, e Transferências a Estados e ao Distrito Federal, que totalizaram R$ 2.061 milhões e alcançam 0,52% da despesa orçamentária total e corresponde a 4,62% das despesas de seu grupo.

- As despesas realizadas com vencimentos e vantagens fixas, no montante de R$ 18.105 milhões, representam 42,63% das despesas de seu subgrupo e 40,65% das despesas com pessoal e encargos social.

- A comparação entre as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e as Receitas Correntes Líquidas, que atingiram o valor de R$ 96.325 milhões, indica uma participação relativa de 46,22% da primeira sobre a segunda. Essa participação se encontra abaixo do limite estabelecido pela Lei Complementar nº 82, de 27.03.95, que é de 60% das Receitas Correntes Líquidas.

- Dos gastos realizados no grupo Outras Despesas Correntes, que se constituem em Transferências a Estados e ao Distrito Federal, Transferências a Municípios, Transferências a Instituições Privadas e Multigovernamentais, Transferências ao Exterior e Aplicações Diretas, sobressaem os realizados em Aplicações Diretas, que totalizaram R$ 74.965 milhões no exercício, destacando-se neste subgrupo os valores direcionados aos pagamentos com aposentadorias e reformas, que somaram no exercício o valor de R$ 30.016 milhões e representam 40,0% das despesas de seu subgrupo e 28,4% dos gastos do grupo, e aqueles realizados com as Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que somaram R$ 25.685 milhões, representando 24,28% das despesas desse grupo.

- Das despesas realizadas no grupo Investimentos sobressaem as despesas realizadas com Aplicações Diretas, que totalizaram, no mesmo período, R$ 4.024 milhões e representam 53,38% das despesas do grupo.

- O aumento nominal de gastos no grupo de Inversões Financeiras, da ordem de 368,21% em relação ao exercício anterior, ocorreu por conta da concessão de empréstimos ao Programa de Apoio e Reestruturação ao Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal, no valor de R$ 58.815 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A Execução da Despesa por Poder

As despesas realizadas pelos diferentes poderes da União, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social para o exercício de 1997, tiveram, de forma consolidada, a seguinte distribuição:

R$ Mil

DESPESAS POR PODER	VALOR	Part. %
LEGISLATIVO	2.134	0,54%
JUDICIÁRIO	6.029	1,54%
EXECUTIVO	383.704	97,92%
TOTAL	391.867	100,00%

Fonte: Balanço Geral da União – Exercício de 1997

A participação conjunta dos Poderes Legislativo e Judiciário no total da despesa orçamentária realizada durante o exercício de 1997 foi de 2,08%. Por outro lado, as despesas com Amortização e Refinanciamento da Dívida Interna e Externa, com seus respectivos encargos e juros, que são de competência do Poder Executivo, alcançaram o total de 43,1% da despesa orçamentária.

O Poder Executivo propriamente dito executou o montante de R$ 214.831 milhões do realizado por todo o orçamento fiscal e da seguridade social, representando 54,8% da despesa total, excluindo os gastos efetuados por esse Poder com a amortização e refinanciamento da dívida interna e externa e seus respectivos encargos.

Entre os órgãos do Poder Executivo que mais despesas realizaram destacam-se pelo montante executado:

- Ministério da Fazenda - R$ 258.614 milhões;
- Ministério da Previdência e Assistência Social - R$ 52.077 milhões;
- Ministério da Saúde - R$ 18.537 milhões;
- Ministério da Educação - R$ 11.099 milhões;
- Ministério do Trabalho - R$ 7.510 milhões;
- Ministério do Exército - R$ 7.220 milhões.

Esses Ministérios totalizam despesas no montante de R$ 355.057 milhões, contribuindo, assim, com 90,6% da despesa orçamentária total, aqui consideradas todas as despesas realizadas pelos Ministérios, sem exceção.

A Execução da Despesa por Função e Programa

A execução das despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social por função está discriminada no quadro a seguir:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Mil

FUNÇÕES	EXECUÇÃO 1996	LOA 1997	EXECUÇÃO 1997	Var. % Exec.1997 / Exec.1996	Var. % Exec.1997 / LOA 1997	Part. % Exec.1997 / Total
LEGISLATIVA	1.237.163	1.310.715	1.623.216	31,20%	23,84%	0,41%
JUDICIÁRIA	3.752.911	4.681.864	5.346.316	42,46%	14,19%	1,36%
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	146.454.081	253.494.215	228.407.470	55,96%	-9,90%	58,29%
AGRICULTURA	6.305.478	8.801.920	8.731.460	38,47%	-0,80%	2,23%
COMUNICAÇÕES	110.808	242.545	192.831	74,02%	-20,50%	0,05%
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	8.952.599	10.796.627	9.839.025	9,90%	-8,87%	2,51%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22.488.737	27.720.693	25.487.344	13,33%	-8,06%	6,50%
EDUCAÇÃO E CULTURA	9.494.946	11.524.109	10.428.475	9,83%	-9,51%	2,66%
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	635.903	882.400	864.583	35,96%	-2,02%	0,22%
HABITAÇÃO E URBANISMO	344.107	2.342.533	425.616	23,69%	-81,83%	0,11%
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	962.386	2.093.764	1.162.888	20,83%	-44,46%	0,30%
RELAÇÕES EXTERIORES	426.970	416.555	442.454	3,63%	6,22%	0,11%
SAÚDE E SANEAMENTO	14.730.519	19.965.529	17.986.176	22,10%	-9,91%	4,59%
TRABALHO	6.947.790	10.270.973	7.198.845	3,61%	-29,91%	1,84%
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	63.956.977	69.665.244	69.990.829	9,43%	0,47%	17,86%
TRANSPORTE	2.934.151	4.654.362	3.738.790	27,42%	-19,67%	0,95%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.729.044				
TOTAL	**289.735.525**	**431.593.095**	**391.866.317**	**35,25%**	**-9,20%**	

Fonte: Balanço Geral da União – Exercício de 1997

A função que mais executou dentro dos orçamentos fiscal e de seguridade social, no exercício em análise, foi a de Administração e Planejamento, que realizou R$ 228.408 milhões (58,29%), onde estão inclusas as despesas com juros e encargos e refinanciamento e amortização da dívida interna e externa (R$ 168.873 milhões), seguida das funções Assistência e Previdência, com R$ 69.991 milhões (17,86%), Desenvolvimento Regional, com R$ 25.487 milhões (6,50%) e Saúde e Saneamento, com R$ 17.986 milhões (4,59%). Estas quatro funções executaram 87,24% de toda a despesa orçamentária.

Vale esclarecer que na função Administração e Planejamento estão englobados, também, os dispêndios com pessoal e encargos sociais com o pessoal ativo e todas as despesas com manutenção da máquina administrativa, enquanto que nas despesas com a função Assistência e Previdência são registrados os gastos com todo o pessoal inativo e outros encargos previdenciários.

As funções que menos executaram nos orçamentos fiscal e de seguridade social são as de Comunicações, com R$ 193 milhões (0,05%), e Habitação e Urbanismo, com R$ 426 milhões (0,11%).

As funções Legislativa e Judiciária, típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário, realizaram os montantes de, respectivamente, R$ 1.623 milhões e R$ 5.346 milhões, que somados representam 1,77% da despesa orçamentária total.

A execução das despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social, de acordo com os programas que mais gastos realizaram no exercício, está discriminada no quadro a seguir.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Mil

PRINCIPAIS PROGRAMAS	EXECUÇÃO 1996	LOA 1997	EXECUÇÃO 1997	Var. % Exec.1997 / Exec.1996	Var. % Exec.1997 / LOA 1997	Part. % Exec.1997 / Total
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	146.145.790	253.611.675	228.260.315	56,19%	-10,00%	58,25%
PREVIDÊNCIA	59.739.853	65.818.679	66.198.655	10,81%	0,58%	16,89%
PROGR. A CARGO DE EST. E MUN.	20.490.213	25.357.888	23.497.395	14,68%	-7,34%	6,00%
ADMINISTRAÇÃO	8.112.331	25.073.949	23.389.595	188,32%	-6,72%	5,97%
SAÚDE	14.134.761	14.591.423	14.011.810	-0,87%	-3,97%	3,58%
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	4.664.897	6.738.863	4.954.998	6,22%	-26,47%	1,26%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	2.729.044	0	NC	NC	NC
DEMAIS PROGRAMAS	36.447.680	37.671.574	31.553.549	-13,43%	-16,25%	8,05%
TOTAL	**289.735.525**	**431.593.095**	**391.866.317**	**35,25%**	**-9,20%**	

Fonte: Balanço Geral da União – 1996 e 1997.

A análise do quadro acima revela que, dos 57 programas orçamentários utilizados nos orçamentos fiscal e da seguridade social, 6 programas respondem por 91,95% dos gastos realizados.

Os programas que menos executaram nos orçamentos fiscal e de seguridade social foram: Serviços de Informações - R$ 215 mil; Serviços Financeiros - R$ 2.026 mil e o Programa Regiões Metropolitanas - R$ 71 mil.

A Execução de despesas com irrigação

As disponibilidades orçamentárias para a realização de despesas com irrigação, nos termos do art. 42 do ADCT, alcançaram ao final do exercício o montante de R$ 687 milhões, dos quais foram gastos R$ 548 milhões.

Dos valores executados por esse subprograma, R$ 383 milhões foram destinados à região Centro-Oeste (70%), R$ 155 milhões à região Nordeste (28%) e R$ 10 milhões à região Sudeste (2%), conforme pode-se constatar em demonstrativos disponibilizados às páginas 298 e 299 do segundo volume do Balanço Geral da União.

Ocorre que o referido artigo do ADCT determina que a aplicação dos recursos destinados à irrigação seja de 50% (cinquenta por cento) para a região Nordeste e 20% (vinte por cento) para a região Centro-Oeste.

Deve-se esclarecer, quanto ao cumprimento do dispositivo constitucional mencionado, que os demonstrativos disponibilizados não permitem uma adequada avaliação da aplicação dos recursos destinados à irrigação, considerando que nos mesmos tem-se registros de aplicação de recursos na Região Centro-Oeste com programas de trabalho orçamentários vinculados à Região Nordeste. Nesse sentido, foi solicitado esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional que encaminhou a este Tribunal, por intermédio da Nota Técnica n° 920/98-STN/CCONT, de 25.05.98, as seguintes justificativas:

"No que tange à Irrigação, os valores constantes da Demonstração da Execução da Despesa por Subprograma/Projeto por Região, integrante do Volume II do BGU, página 298,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

resultaram da consolidação da execução da despesa por Unidade Gestora Executora emitente do empenho. Dessa forma, uma vez que o maior volume de registro da emissão de empenho da despesa e a respectiva liquidação ocorreram em unidades sediadas no Distrito Federal, a demonstração da aplicação orçamentária dos recursos concentra-se na região Centro-Oeste, não refletindo a efetiva aplicação regionalizada dos recursos orçamentários, em virtude da não caracterização sistêmica e operacional correspondente."

Pelo informado, pode-se concluir que ocorre uma incompatibilidade na sistemática de programação orçamentária e de execução dos gastos públicos da irrigação, o que permite a vinculação da região beneficiária ao programa de trabalho inscrito em uma determinada unidade orçamentária, e a apropriação contábil pela regionalização dessa entidade que registra as operações de despesa.

Nesses termos, pode ocorrer que empresas sediadas em Brasília, como a CODEVASF, por exemplo, apropriem as despesas por elas realizadas em outras regiões do país, mas que podem ter, pelo sistema operacional de registros contábeis do SIAFI, seus recursos vinculados a outra região geográfica que não a efetivamente beneficiada.

Diante do constatado acima, torna-se oportuno a adoção de procedimentos afins, por parte dos órgãos pertinentes do Poder Executivo, no sentido de que o quadro demonstrativo da execução da despesa por Subprograma/Projeto por Região, constante do BGU, Volume II, especifique de forma adequada os projetos regionais em sua distribuição geográfica de modo a refletir a efetiva aplicação orçamentária dos recursos destinados à irrigação.

A Execução do Fundo de Estabilização Fiscal

Instituído originalmente pela Emenda Constitucional de Revisão nº 01, de 11 de março de 1994, sob a denominação de Fundo Social de Emergência - FSE, para vigorar nos exercícios financeiros de 1994/95, o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF teve sua denominação modificada por meio da Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996, ficando determinado, ainda, o período de 11 de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 para sua vigência.

Com a publicação da Emenda Constitucional nº 17, de 22.11.97, que introduziu algumas alterações com o objetivo de ampliar o montante das transferências da União para os municípios, destinando-lhes, no segundo semestre de 1997, adicional correspondente a 1,56% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, o FEF teve sua vigência ampliada até o encerramento do exercício de 1999.

Os objetivos do Fundo de Estabilização Fiscal estão definidos no art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme a redação dada pelo art. 11 da Emenda Constitucional nº 10, de 1996, que dispõe:

"Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 11 de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da fazenda pública federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social.

(...)

§ 2º O Fundo criado por este artigo passa a ser denominado Fundo de Estabilização Fiscal a partir do início do exercício financeiro de 1996."

Os recursos do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF são contabilizados na conta 1.9.1.2.1.00.00 - "Controle por Fonte de Recursos", na unidade gestora 170500 - Secretaria do Tesouro Nacional, a título da fonte de recursos 199.

Do total autorizado de R$ 31.306 milhões para a execução orçamentária da Fonte 199, foi efetivamente realizado no exercício de 1997 o montante de R$ 24.103 milhões, correspondendo a 76,99% do autorizado, o que representa 6,1% do total da despesa orçamentária.

Os demonstrativos a seguir, elaborados com base nas informações do SIAFI e do BGU/97, registram a execução orçamentária da despesa do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF por função, programa, órgão superior e grupo de despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FEF POR FUNÇÃO

R$ Mil

FUNÇÃO	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Part. % Exec./Total	Part. % Exec./Aut.
LEGISLATIVA	25.111	25.111	0,10	100,00
JUDICIÁRIA	1.146.378	1.139.335	4,72	99,39
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.697.235	1.637.118	6,79	96,46
AGRICULTURA	1.163.674	1.051.000	4,36	90,32
COMUNICAÇÕES	54.500	49.198	0,20	90,27
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	1.194.478	1.170.422	4,85	97,99
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.418.243	215.337	0,89	15,18
EDUCAÇÃO E CULTURA	3.044.371	2.627.610	10,90	86,31
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	243.862	226.903	0,94	93,05
HABITAÇÃO E URBANISMO	127.276	95.058	0,39	74,69
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	54.211	47.808	0,19	88,19
RELAÇÕES EXTERIORES	177.140	167.158	0,69	94,36
SAÚDE E SANEAMENTO	3.649.344	3.464.797	14,37	94,94
TRABALHO	1.442.820	239.073	0,99	16,57
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	15.099.487	11.338.325	47,04	75,09
TRANSPORTE	768.127	609.228	2,52	79,31
TOTAL	**31.306.258**	**24.103.481**	**100,00**	**76,99**

Fonte: Balaço Geral da União - 1997.

A análise do quadro acima revela que, aproximadamente, R$ 18,8 bilhões, ou seja, 78,05% dos recursos aplicados, foram aplicados no custeio das ações da área social (agricultura, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, trabalho, e assistência e previdência), verificando-se, também, uma concentração dos dispêndios em assistência e previdência R$ 11,3 bilhões (47,04%).

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO FEF POR PROGRAMAS

R$ Mil

PROGRAMA	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Part. % Exec./Total	Part. % Exec./Aut.
PREVIDÊNCIA	13.887.523	10.229.495	42,44%	73,66%
ADMINISTRAÇÃO	10.166.153	9.759.384	40,49%	96,00%
ENSINO SUPERIOR	1.689.219	1.631.828	6,77%	96,60%
SAÚDE	1.164.401	1.127.874	4,68%	96,86%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	349.401	232.945	0,97%	66,67%
RECURSOS HÍDRICOS	259.857	190.604	0,79%	73,35%
POLÍTICA EXTERIOR	180.295	169.841	0,70%	94,20%
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	211.224	119.350	0,50%	56,50%
ENSINO MÉDIO	112.665	96.470	0,40%	85,63%
HABITAÇÃO	108.310	82.800	0,34%	76,45%
PROGRAMAS INTEGRADOS	110.030	70.423	0,29%	64,00%
OUTROS PROGRAMAS	3.067.180	392.467	1,63%	12,80%
TOTAL	**31.306.258**	**24.103.481**	**100,00%**	**76,99%**

Fonte: Balaço Geral da União - 1997.

A análise do quadro acima revela que, dos 39 programas orçamentários utilizados pelo FEF, 12 programas respondem por 98,37% dos recursos aplicados, cabendo destacar os programas previdência, administração, ensino superior e saúde, que juntos alcançam 94,88% dos gastos realizados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO FEF POR ÓRGÃO SUPERIOR

R$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Part. % Exec./Total	Var. % Exec./Aut.
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5.644.639	5.499.278	22,82%	97,42%
MINISTÉRIO DO TRABALHO	3.794.902	3.643.395	15,12%	96,01%
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO	3.715.361	2.694.059	11,18%	72,51%
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	2.850.529	2.437.660	10,11%	85,52%
MIN. DA AGRIC., DO ABAST. E DA REF. AGRÁRIA	2.305.300	2.278.362	9,45%	98,83%
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	1.660.596	1.656.414	6,87%	99,75%
JUSTIÇA DO DF E DOS TERRITÓRIOS	1.273.169	1.273.155	5,28%	100,00%
MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	816.130	776.825	3,22%	95,18%
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	938.127	766.171	3,18%	81,67%
MINISTÉRIO DA MARINHA	279.359	317.371	1,32%	113,61%
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	651.830	311.427	1,29%	47,78%
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.501.418	280.671	1,16%	18,69%
MINISTÉRIO DA CULTURA	224.291	216.138	0,90%	96,36%
MINISTÉRIO DA SÁUDE	193.465	177.643	0,74%	91,82%
GABINETE DA VICE-PRES. DA REPÚBLICA	174.569	174.340	0,72%	99,87%
MINISTÉRIO DA FAZENDA	149.735	146.273	0,61%	97,69%
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	91.863	100.100	0,42%	108,97%
MIN. DA PREV. E ASSISTÊNCIA SOCIAL	95.948	95.160	0,39%	99,18%
JUSTIÇA DO TRABALHO	83.000	83.000	0,34%	100,00%
CÂMARA DOS DEPUTADOS	75.057	75.057	0,31%	100,00%
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	76.203	65.101	0,27%	85,43%
OUTROS	4.710.767	1.035.881	4,30%	21,99%
TOTAL	**31.306.258**	**24.103.481**	**100,00%**	**76,99%**

Fonte: Balaço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A análise do quadro acima revela que, dos 37 órgãos superiores que utilizam recursos do FEF, 21 órgãos respondem por 95,70% dos recursos aplicados, cabendo destacar os órgãos Ministério Público, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e do Desporto, Ministério do Exército, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Ministério das Minas e Energia e a Justiça federal do DF e dos Territórios, que juntos alcançam 80,83% dos gastos realizados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO FEF POR GRUPO DE DESPESA

R$ Mil

GRUPO DE DESPESA	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Part. % Exec./Total	Part. % Exec./Aut.
DESPESAS CORRENTES	**29.352.111**	**23.111.598**	**95,88**	**78,74**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**21.783.316**	**17.647.176**	**73,21**	**81,01**
Transferências a Estados e ao DF	716.499	716.499	2,97	100,00
Aplicações Diretas	21.066.817	16.930.677	70,24	80,37
Vencimentos - Pessoal Civil	8.381.195	8.178.158	33,92	97,58
Vencimentos - Pessoal Militar	890.816	887.426	3,68	99,61
Aposentadorias e Reformas	4.318.559	4.263.854	17,68	98,73
Pensões	1.576.466	1.551.428	6,43	98,41
Outros	5.899.781	2.049.811	8,50	34,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**7.568.795**	**5.464.422**	**22,67**	**72,20**
Transferências a Estados e ao DF	632.166	32.847	0,13	5,20
Transferências a Municípios	742.540	41.371	0,17	5,57
Aplicações Diretas	6.178.605	5.377.972	22,31	87,04
Benefícios Previdenciários	4.068.416	4.068.056	16,87	99,99
Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica	1.194.777	1.156.243	4,79	96,77
Outras	915.412	153.673	0,63	16,79
Outras	15.485	12.232	0,05	78,99
DESPESAS DE CAPITAL	**1.954.146**	**991.883**	**4,11**	**50,76**
INVESTIMENTOS	**1.226.363**	**834.151**	**3,46**	**68,02**
Transferências a Estados e ao DF	415.346	310.528	1,28	74,76
Transferências a Municípios	414.780	265.549	1,10	64,02
Aplicações Diretas	396.078	258.074	1,07	65,16
Outras	159	0	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	**727.783**	**157.732**	**0,65**	**21,67**
Transferências Intragovernamentais a Fundos	75.656	0	0,00	0,00
Aplicações Diretas	652.127	157.732	0,65	24,19
TOTAL	**31.306.258**	**24.103.481**	**100,00**	**76,99**

Fonte: Balanço Geral da União – 1997.

A análise do quadro acima revela que os recursos utilizados pelo FEF estão concentrados, essencialmente, em gastos com Despesas Correntes, principalmente Pessoal e Encargos Sociais, que responde por 73,21% das despesas realizadas, o que contraria o objetivo da desvinculação orçamentária, implícita no fundo em comento, que visava dar mobilidade ao Governo para que redirecionasse recursos para investimento em programas de relevante interesse econômico e social.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

3.6.5 - Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais

Limites Autorizados

A despesa do Orçamento de Investimento para o exercício de 1997, que abrange a parcela de dispêndios de capital destinada pelas empresas estatais federais à aquisição ou manutenção de bens do *Ativo Imobilizado,* foi fixada pela Lei nº 9.438, de 26.02.97, em R$ 15.770 milhões, contemplando as programações de 81 empresas, sendo 72 do setor produtivo e nove do setor financeiro.

Além das 81 empresas acima referidas, foi incluído no decorrer do exercício o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, cuja programação foi autorizada pela Lei nº 9.512, de 18.11.97.

Não foram computadas 36 empresas que não apresentam programação de investimentos, seja por se encontrarem em processo de liquidação ou extinção, seja por estarem desobrigadas, nem outras 17 empresas cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Essas 53 empresas estão divididas nos seguintes grupos:

Com programação incluída nos orçamentos fiscal e de seguridade:

- Companhia Brasileira de Trens Urbanos
- Companhia de Colonização do Nordeste
- Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- Companhia de Navegação do São Francisco
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- Companhia Nacional de Abastecimento
- Empresa Brasileira de Comunicações S.A.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
- Empresa de Navegação da Amazônia S.A.
- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
- Hospital de Clínica de Porto Alegre
- Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
- Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
- Serviço Federal de Processamento de Dados
- VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Por não apresentarem programas de investimentos:

- Agência Especial de Financiamento Industrial
- Alumínio S.A. Extrusão e Laminação
- Banco de Roraima S.A. (em liquidação)
- BB - Administradora de Cartões de Crédito S.A.
- BB - BI Banco de Investimento S.A.
- BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
- BB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- BB - Europa - Banco do Brasil (Europe)

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

N.V/S.A.
- BB - Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
- BB - Leasing Company Ltda.
- BB - Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
- BNDES Participações S.A.
- Brasilian American Merchant Bank
- Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A.
- Cia. Brasileira de Participação Agroindustrial
- Cia de Navegação Lloyd Brasileiro
- Cia. de Promoção Agrícola
- Cia. Nordestina de Sondagens e Perfurações (em liquidação)
- Cia. Siderúrgica da Amazônia (em liquidação)
- Cia. Usinas Nacionais (em liquidação)
- Empresa Gerencial de Projetos Navais
- Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (em liquidação)
- Itabira International Company Ltd.
- Light Participações S.A.
- Meridional Comércio Internacional Ltda.
- Meridional Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
- Minas da Serra Geral S.A.
- Petrobrás America Inc.
- Petrobrás U.K. Ltd.
- Prólogo S.A. Produtos Eletrônicos (em liquidação)
- Rio Doce America Inc.
- Rio Doce Asia Corporation
- Rio Doce Finance Ltd.
- Rio Doce International S.A.
- Rio Doce Ltd.
- Siderurgia Brasileira S.A.

Além da dotação inicial constante da Lei Orçamentária, foram abertos créditos adicionais no montante de R$ 955 milhões, por intermédio das Leis n°s 9.512, 9.544 e 9.585/97, que resultaram em uma dotação final de R$ 16.726 milhões, representando um acréscimo de 1,6% sobre o valor inicialmente fixado.

A dotação orçamentária das empresas estatais, por Ministério, observou a seguinte distribuição:

R$ Mil

MINISTÉRIO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	56.000	56.000
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.575	2.575
MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.184.747	1.164.828
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	13.815	13.815
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	5.797.317	7.047.811
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.000	19.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	17.333	7.333
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	438.011	553.891
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	8.225.700	7.847.566
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	12.748	12.748
T O T A L	**15.770.246**	**16.725.568**

Fonte: Balanço Geral da União – Exercício 1997

Fontes de Financiamento

As fontes de receita para o financiamento das despesas fixadas no Orçamento de Investimento observaram a seguinte composição:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL
RECURSOS PRÓPRIOS	**10.345.193**	**9.920.164**
- GERAÇÃO PRÓPRIA	10.345.193	9.920.164
AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.816.061**	**1.821.410**
- DO TESOURO	263.809	293.475
- CONTROLADORA	23.272	23.273
- OUTRAS FONTES	1.528.979	1.504.662
OPER. DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	**1.784.795**	**2.722.238**
- INTERNAS	291.894	717.490
- EXTERNAS	1.492.903	2.004.748
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	**1.824.196**	**2.259.734**
- CONTROLADORA	1.648.596	2.117.682
- OUTRAS ESTATAIS	43.500	43.500
- OUTRAS FONTES	132.100	98.552
T O T A L	**15.770.246**	**16.723.546**

Fonte: Balanço Geral da União – Exercício de 1997

Como se tem registrado em exercícios anteriores, os financiamentos com recursos de geração própria das empresas estatais constituem a principal fonte dos investimentos, correspondendo a 62,9% do realizado até o final do exercício em análise e 65,6% do dotado para a rubrica na Lei Orçamentária.

Cabe destacar que o aumento do Patrimônio Líquido com recursos do Tesouro é uma das fontes de financiamento com menor participação na composição final dos financiamentos das empresas constantes no Orçamento de Investimento, correspondendo apenas a 1,2% do total de recursos realizados ao longo do exercício.

Execução Orçamentária

Do montante autorizado para realização de seus investimentos, o conjunto de empresas estatais executou o total de R$ 15.034 milhões, que representa, em relação ao exercício anterior, um incremento nominal de 17,1% e, em termos reais, de 8,4% (atualizado pelo IGP-DI médio).

Ressalte-se que os valores executados em 1997 correspondem a 89,9% da dotação final, o que representa um melhor desempenho das empresas na implementação de suas programações, comparando-se com as mesmas relações ocorridas nos exercícios de 1995 (75,7%) e 1996 (87,3%). Para a realização desse nível de execução foi de vital importância o desempenho dos sistemas Telebrás, com implementação de 99,3% de sua dotação final, Petrobrás, com 97,9%, e Eletrobrás, com 85,8%.

Dos gastos efetivados até o final do exercício, 51,6% concentraram-se nas empresas que compõem o setor de comunicações, 27,5% no setor petróleo e derivados e 13,2% no setor de energia elétrica, como se verifica no quadro a seguir:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Mil

SETORES	Dotação Final		Realizado Anual		Desemp.
	Valor (a)	Comp. %	Valor (b)	Comp. %	% (b/a)
COMUNICAÇÕES	7.847.566	46,9	7.754.290	51,6	98,8
ENERGIA ELÉTRICA	2.311.280	13,8	1.983.401	13,2	85,8
TRANSPORTE	684.444	4,1	376.986	2,5	55,1
FINANCEIRO	1.130.812	6,8	698.037	4,6	61,7
MINAS/METALURGIA	422.470	2,5	32.612	0,2	7,7
PETRÓLEO E DERIVADOS	4.229.413	25,3	4.139.455	27,5	97,9
DEMAIS	99.583	0,6	49.373	0,3	49.6
TOTAL	**16.725.568**	**100,0**	**15.034.154**	**100,0**	**89,9**

Fonte: Balanço Geral da União/1997

Investimentos por Órgão e Empresa

As 82 empresas integrantes do Orçamento de Investimento apresentaram, por Órgão e por Empresa, a seguinte execução:

R$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Var. % Exec. /Aut.
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	**56.000**	**34.454**	61
Infraero	56.000	34.454	61
MINIST. DA CIÊNC. E TECNOLOGIA	**2.575**	**993**	39
Finep	2.575	993	39
MINISTÉRIO DA FAZENDA	**1.164.828**	**713.856**	61
Banco da Amazônia	4.618	2.616	57
Banco do Nordeste do Brasil	17.054	9.675	57
Casa da Moeda do Brasil	25.000	21.429	86
Instituto de Resseguros do Brasil	16.865	326	1
Caixa Econômica Federal	311.449	288.265	92
Datamec S.A.	6.019	592	9
Meridional Artes Gráficas	175	175	100
Meridional Companhia de Seguros	17.100	0	0
Meridional do Brasil Informática (2)	0	0	0
Cobra- Computadores Brasileiros	96	553	577
BB-TUR Viagens e Turismo	949	942	99
Banco do Brasil S.A.	696.494	378.526	54
Banco Meridional do Brasil S.A.	69.000	10.756	15
Meridional Corretora de Valores	10	0	0
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	**13.815**	**9.946**	**71**
Indústria de Material Bélico	13.815	9.946	71
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	**7.047.811**	**6.156.739**	**87**
Companhia Vale do Rio Doce (1)	421.349	32.605	7
Florestas Rio Doce (1)	10.096	649	6
Seamar Shipping Corporation (1)	65.425	548	0
Vale do Rio Doce Navegação (1)	8.698	36	0
Vale do Rio Doce Alumínio (1)	120	0	0
Navegação Rio Doce Ltda.-NRD (1)	430	37	8
Rio Doce Geologia e Mineração S.A (1)	1.000	6	0
Centro de Pesquisa de Energia Elétrica	9.700	8.190	84
Nuclen Engenharia e Serviços	470.206	463.525	98

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	28.600	6.026	21
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	399.514	348.251	87
Centrais Elétricas do Sul do Brasil	113.924	106.608	93
CHESF	485.487	407.917	84
Furnas Centrais Elétricas	803.849	642.884	79
Petrobrás Internacional S.A	200.400	100.220	50
Petróleo Brasileiro S.A.	3.135.056	3.108.660	99
Braspetro Oil Company	578.214	759.016	131
Petrobrás Distribuidora S.A.	89660	87.451	97
Petrobrás Fertilizantes S.A.	225.983	84.044	37
Petrobrás Química S.A.	100	64	64
MIN. DA PREV. E ASSIST. SOCIAL	**19.000**	**13.753**	**72**
Dataprev - Processamento de Dados	19.000	13.753	72
MINISTÉRIO DA SAÚDE	**7.333**	**1.334**	**18**
Hospital Cristo Redentor S.A.	1.547	348	22
Hospital Femina S.A.	1.575	68	4
Hospital Nossa Senhora da Conceição	4.211	917	21
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	**553.891**	**341.910**	**61**
Cia. Docas do Ceará	12.591	3.878	30
Cia. Docas do Espírito Santo	10.362	905	8
Cia. Docas do Estado da Bahia	10.854	479	4
Cia. Docas do Estado de São Paulo	91.712	64.242	70
Cia. Docas do Maranhão	27.500	5.453	19
Cia. Docas do Pará	36.219	5.073	14
Cia. Docas do Rio de Janeiro	190.051	181.014	95
Cia. Docas do Rio Grande do Norte	24.476	15.482	63
Rede Ferroviária Federal	150.051	65.338	43
Rede Federal de Armazéns Gerais	75	47	63
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	**325.700**	**284.574**	**87**
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	325.700	284.574	87
Telecomunicações Brasileiras S.A.	27.724	21.773	78
Cia. Telefônica de Borda do Campo	157.031	135.875	86
Cia Telefônica de Melhor. e Resistência	20.575	20.572	100
Empresa Brasileira de Telecomunicações	875.000	874.758	99
Telecomunicações da Bahia S.A.	300.390	300.082	99
Telecomunicações da Paraíba S.A.	62.026	61.815	99
Telecomunicações de Alagoas S.A.	52.460	52.286	99
Telecomunicações de Brasília S.A.	168.961	168.967	100
Telecomunicações de Goiás S.A.	193.647	192.924	99
Telecomunicações de Mato Grosso do Sul	97.560	96.863	99
Telecomunicações de Mato Grosso S.A.	87.519	87.190	99
Telecomunicações de Minas Gerais S.A.	579.955	579.955	100
Telecomunicações de Pernambuco S.A.	241.433	239.307	99
Telecomunicações de Rondônia S.A.	44.820	44.163	98
Telecomunicações de Roraima S.A.	8.800	8.612	97
Telecomunicações de Santa Catarina S.A.	238.656	238.313	99
Telecomunicações de São Paulo S.A.	2.056.795	2.042.805	99
Telecomunicações de Sergipe S.A.	40.332	40.304	99
Telecomunicações do Acre S.A.	11.535	11.470	99
Telecomunicações do Amapá S.A.	13.042	13.716	105
Telecomunicações do Amazonas S.A.	76.769	75.534	98
Telecomunicações do Ceará S.A.	168.622	167.997	100
Telecomunicações do Espirito Santo S.A.	111.632	110.583	99
Telecomunicações do Maranhão S.A.	73.811	73.357	100
Telecomunicações do Pará S.A.	165.938	165.870	100
Telecomunicações do Paraná S.A.	507.620	507.297	100
Telecomunicações do Piauí S.A.	36.125	35.240	97

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A.	1.027.098	1.026.327	100
Telecomunicações do Rio G. do Norte	75.990	75.759	100
MINISTÉRIO DO PLANEJ. E ORÇAM.	**12.748**	**6.879**	**54**
Banco Nacional de Des. Econ. e Social	12.748	6.879	54
TOTAL	**16.725.568**	**15.034.154**	**90**

Fonte: SEST
Obs: (1)Empresa privatizada em 06.05.97
(2) Empresa incorporada

Conforme os investimentos realizados, a empresa que mais se destaca é a Petróleo Brasileiro S.A., que participa com 20,67% de toda a execução do Orçamento de Investimento, seguida pelas empresas de Telecomunicações de São Paulo, 13,58%, e Rio de Janeiro, 6,8%.

A despeito da possibilidade de reprogramação de suas dotações, por intermédio de créditos suplementares, as empresas Braspetro Oil Services Company, COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros, Telecomunicações do Amapá e Telecomunicações de Brasília, encerraram o exercício com excesso de gastos em relação aos limites de dotações autorizadas, sendo que esta última excedeu somente em 0,003%.

As demais empresas apresentaram realizações dentro dos limites de suas dotações orçamentárias, sendo que 53 empresas realizaram seus gastos entre 50% e 100%, sete entre 20% e 50%, três entre 10% e 20% e quinze abaixo de 10% de suas dotações, observando-se que sete destas últimas nada realizaram (Meridional Companhia de Seguros, Meridional do Brasil Informática, Meridional Corretora de Valores, Seamar Shipping Corporation, Vale do Rio Doce Navegação, Vale do Rio Doce Alumínio e Rio Doce Geologia e Mineração).

Investimentos por Função, Programa e Subprograma

O Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais apresentou por função, no exercício de 1997, a execução com o seguinte desdobramento:

R$ Milhões

FUNÇOES	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Var. % Exec./Aut.	Part. % Exec./Total
Administração e Planejamento	53	33	62,26	0,23
Comunicações	7.848	7.754	98,80	51,58
Energia e Recursos Minerais	6.872	6.068	88,30	40,36
Indústria, Comércio e Serviços	1.286	818	63,60	5,44
Saúde e Saneamento	7	1	14,28	0,00
Assistência e Previdência	19	14	73,68	0,09
Transporte	640	346	54,06	2,30
T O T A L	**16.726**	**15.034**	**89,88**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral da União/1997

Como se observa no quadro acima, as funções comunicações, energia e recursos minerais executaram, juntas, quase 92% de toda a despesa do orçamento de investimentos, enquanto as demais funções realizaram juntas os restantes 8% do referido orçamento.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Quanto aos programas executados no orçamento de investimentos pode-se destacar pelos valores realizados, dentre os 17 que realizam despesas, os seguintes:

R$ Milhões

PROGRAMAS	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Var. % Exec./Aut.	Part. % Exec./Total
Telecomunicações	7.521	7.470	99,32	49,69
Petróleo	4.229	4.139	97,87	27,53
Energia Elétrica	2.329	1.975	84,80	13,14
Serviços Financeiros	1.145	697	60,87	4,63
Comunicações Postais	269	249	92,56	1,65
Transporte Hidroviário	540	282	52,22	1,88
Demais	693	222	32,03	1,48
TOTAL	**16.033**	**15.034**	**89,88**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral da União/1997

Conforme o quadro acima, verifica-se uma grande concentração de despesas nesse Orçamento, especialmente quanto aos valores executados pelos três maiores programas (Telecomunicações, Petróleo e Energia Elétrica), que realizaram 90,36% do referido orçamento, além de que somente o programa de Telecomunicações executou 49,69% do mesmo.

No que tange aos subprogramas realizados pelo orçamento de investimentos, pode-se destacar, pelo volume de gastos, os seguintes:

R$ Milhões

SUBPROGRAMAS	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Var. % Exec./Aut.	Part. % Exec./Total
Telefonia	7.521	7.470	99,32	49.69
Extração e Beneficiamento	1.942	2.153	110,86	14,32
Serviços Bancários e Financeiros	1.114	698	62,65	4,64
Produção Industrial	813	788	96,92	5,24
Prosp. e Avaliação de Jazidas	795	627	78,87	4,17
Demais	4.541	3.298	72,62	21,94
TOTAL	**16.726**	**15.034**	**89,88**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral da União/1997

Dos trinta e dois subprogramas constantes do Orçamento de Investimentos, os cinco acima relacionados atingem 78,06% de todo o orçamento, cabendo destacar o de Telefonia que, isoladamente, realizou 49,69% do total das despesas.

Distribuição Geográfica das Despesas

A distribuição geográfica dos investimentos engloba os dados de execução por distribuição regional, nacional e, também, exterior, conforme pode ser visto no quadro abaixo. Vale lembrar que sob a denominação Nacional estão englobados todos os gastos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido a suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Milhões

REGIÃO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO 1997	EXECUTADO 1997	Var. % Exec./Aut.	Part. % Exec./Total
Sudeste	7.251	7.560	6.781	89,69	45,10
Nordeste	2.456	2.665	2.400	90,05	15,96
Sul	1.326	1.356	1.000	73,74	6,65
Centro-Oeste	1.108	1.127	1.184	105,05	7,88
Norte	1.196	1.288	1.051	81,59	7,00
Nacional	2.052	1.951	1.759	90,15	11,70
Exterior	378	779	859	110,26	5,71
TOTAL	**15.770**	**16.726**	**15.034**	**89,88**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral da União/1997

As alterações decorrentes de créditos aprovados pelo Congresso Nacional não implicaram mudanças significativas na participação percentual de cada região na dotação. Entretanto, tal não ocorreu com os valores aprovados para investimentos no exterior, que foram acrescidos de 105,6%. Esse acréscimo destinou-se a projetos relacionados com plataformas marítimas para extração de petróleo, a cargo da Braspetro Oil Services Company - BRASOIL.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

IV - ANÁLISE DOS BALANÇOS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

4 - ANÁLISE DOS BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

4.1 - GESTÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

4.1.1. - Considerações Preliminares

As demonstrações contábeis constantes dos Balanços Gerais - BGU, referentes ao exercício de 1997, foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/64. Foi utilizado o regime de caixa para as receitas e o de competência para as despesas, de acordo com o artigo 35 do citado diploma legal e foram elaboradas a partir da utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Administração Direta e Indireta, inclusive as transferências para aplicação nos fundos especiais.

O Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial Consolidado da União incluem os balanços das Administrações Direta e Indireta, exceto empresas públicas e sociedades de economia mista não constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Os direitos referentes a Créditos em Circulação, nos Balanços da Administração Direta, foram avaliados pelo valor de realização, não se utilizando os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Os Investimentos, à exceção de participações societárias, foram avaliados pelo custo de aquisição com a valorização em 31/12/97. Na Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis.

Os direitos relativos a Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo custo de aquisição. Foi utilizado, parcialmente, o critério de provisão para perdas prováveis, depreciação, exaustão e amortização somente nas Demonstrações das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Os Depósitos, Empréstimos, Financiamentos e Outras Obrigações em Circulação, assim como o Exigível a Longo Prazo foram corrigidos pelo valor atualizado em 31/12/97.

Os efeitos inflacionários em função da perda do poder aquisitivo da moeda não foram reconhecidos na sua plenitude, tendo em vista a ausência de uniformidade na aplicação dos Princípios da Atualização Monetária e da Prudência às informações pertinentes à Gestão Fiscal e da Seguridade Social, dos Órgãos da Administração Direta.

No Ativo Permanente, os Investimentos foram corrigidos pelo valor das participações societárias em 31/12/97 e os Bens Imóveis pela atualização do valor nominal conforme descrição constante no item 3.1.4.3 deste Relatório. Os Bens Móveis permanecem registrados com seus valores históricos, sem atualização monetária.

As Demonstrações Contábeis dos Órgãos com Unidades no exterior foram convertidas para o real com base no valor médio das remessas financeiras até o mês de dezembro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Os valores orçamentários são aprovados e executados em real e dólar americano. Esta dualidade provoca variações monetárias, tendo em vista que a movimentação orçamentária e a financeira ocorrem em momentos distintos, com diferentes taxas.

No exercício de 1997, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado, por ocasião do encerramento do exercício.

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 1997, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103, § único, da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 2.401 de 21 de novembro de 1997.

O Resultado Patrimonial positivo da Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, apurado no exercício, teve como fatos que contribuíram para o superávit, os ajustes dos valores da Dívida Ativa e dos Imóveis da União.

4.1.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário sintetiza as receitas previstas e as despesas fixadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como as receitas e despesas realizadas, evidenciando, também, as diferenças entre elas.

4.1.2.1- Receitas e Despesas Orçamentárias

Receita Prevista e Receita Arrecadada

Do confronto da receita estimada com a realizada, constata-se a não realização da arrecadação de R$ 132.026.759 mil, que corresponde a 24,1% a menos que a prevista, conforme demonstração a seguir:

RECEITA	R$ Mil	%
- Prevista	547.145.455	100,0
- Arrecadada	415.118.696	75,9
- Diferença	132.026.759	24,1

Despesa Fixada e Despesa Realizada

Confrontando-se a Despesa Fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com a Despesa Realizada verifica-se uma diferença a menor de R$ 155.279.137 mil, equivalente a 28,4% da Despesa Fixada, conforme demonstrado a seguir:

	R$ Mil	%
DESPESA		
- Fixada	547.145.455	100,0
- Executada	391.866.318	71,6
- Diferença	155.279.137	28,4

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Receita Arrecadada e Despesa Realizada

Comparando-se a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada, verifica-se um Superávit Orçamentário de R$ 23.252.378 mil, assim demonstrado:

	R$ Mil
- Receita Arrecada	415.118.696
- Despesa Realizada	391.866.318
- Superávit Orçamentário	23.252.378

O superávit orçamentário ocorrido no exercício é composto pelo superávit corrente de R$ 3.943.155 mil, equivalente a 0,9 % do total das receitas e 2,2 % das receitas correntes, e pelo superávit de capital de R$ 19.379.561 mil, equivalente a 4,7 % do total das receitas e 8,1 % das receitas de capital. Houve, ainda, uma variação cambial negativa de R$ 70.338 mil, vinculada às Transferências Intragovernamentais.

O comportamento da receita e da despesa orçamentária, no último decênio, encontra-se demonstrado a seguir:

RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EVOLUÇÃO - 1988/1997

R$ Mil

ANO	RECEITA			DESPESA		
	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
1988	2	6	4	6	6	0
1989	200	187	-13	200	193	-7
1990	8.005	7.873	-132	8.005	7.847	-158
1991	20.997	16.754	-4.243	20.997	16.687	-4.310
1992	299.308	239.664	-59.644	299.308	229.010	-70.298
1993	9.839.906	8.130.459	-1.709.448	9.839.906	7.437.363	-2.402.543
1994	281.325.653	181.526.857	-99.798.796	281.321.947	176.222.353	-105.099.594
1995	443.908.688	316.217.098	-127.691.590	443.908.688	307.947.128	-135.961.561
1996	334.830.126	298.924.763	-35.905.362	334.830.126	289.735.525	-45.094.601
1997	547.145.455	415.118.696	-132.026.759	547.145.455	391.866.318	-155.279.137

Fonte: Balanços Gerais da União - 1988/1997

4.1.2.2 - Transferências Intragovernamentais

As transferências são dotações que são repassadas de uma entidade para outra, sem que a primeira, com o desembolso do dinheiro, adquira, direta e imediatamente, bens e serviços.

No mecanismo das transferências há, em sua expressão mais simples, duas entidades: a que faz a transferência, denominada de doadora, e a que recebe, denominada recebedora. Esses fatos são identificados nos registros contábeis de Transferências realizadas entre as Gestões e Esferas governamentais, principalmente as realizadas aos Órgãos e Entidades da Administração Indireta e às Entidades de outras esferas de governo.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A partir de 1993, todos os órgãos e entidades passaram a compor os orçamentos federais, com o objetivo de dar maior transparência a execução de todo o universo do Orçamento Geral da União. A partir daquele ano, este mecanismo passou a ser registrado no Balanço Orçamentário no grupo das Transferências Intragovernamentais subdividido em Créditos Suplementares, Especiais e Extraordinários e por categoria econômica (Corrente e de Capital).

Para efeito de análise, devem-se identificar as eventuais transferências intragovernamentais, que no exercício em análise totalizaram R$ 5.463 milhões. Vale ressaltar que as páginas A-21, A-22 e A-26, do primeiro volume do Balanço Geral da União - Relatório, estas Transferências registram o valor de R$ 1.287 milhões. Esta diferença entre os números requereu explicação à Secretaria do Tesouro Nacional.

A referida diferença de valores registrados como Transferências Intragovernamentais no Balanço Orçamentário, constante no Volume II do BGU/97, e em demonstrativos constantes às fls. A-22/26 do 1° Volume - Relatório do BGU/97, dá-se pelo fato de no Balanço Orçamentário estarem registradas as despesas dos créditos orçamentários descentralizados pelos próprios órgãos no âmbito do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, e nos demonstrativos do Relatório somente estarem registrados os valores executados como Transferência para entidades da Administração Pública não pertencentes ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social. Dessa forma, conclui-se que foram consideradas e demonstradas como Transferências Intragovernamentais informações oriundas de universos e conceitos distintos, revelando-se denominação técnica inadequada para o Balanço Orçamentário e que será alterada para o exercício corrente.

4.1.3 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que reflete a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

4.1.3.1 - Receita e Despesa Financeiras

A posição das contas de receita e despesa financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro podem ser assim sumarizados:

RECEITA E DESPESA FINANCEIRA
CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORÇAMENTÁRIAS	1.089.464.563	ORÇAMENTÁRIAS	1.066.141.846
Receitas Correntes	175.269.533	Despesas Correntes	171.326.690
Receitas de Capital	239.919.501	Despesas de Capital	220.539.628
Transferências Recebidas	581.980.861	Transferências Concedidas	581.980.861
Correspondência de Débito	92.294.668	Correspondência de Crédito	92.294.668
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	496.949.692	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	503.215.768
Transferências Recebidas	287.684.434	Transferências Concedidas	287.684.434

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ingressos	209.265.258	Dispêndios	215.531.334
Valores em Circulação	25.105.719	Valores em Circulação	36.582.662
Valores a Classificar	64.759	Valores a Classificar	16.359
Valores Diferidos	30.436.055	Valores Diferidos	30.436.055
Depósitos	1.791.283	Depósitos	1.430.105
Obrigações em Circulação	35.949.071	Obrigações em Circulação	104.795.029
Receita Extra-Orçamentária	1.058.067	Desp. Extra-Orçamentárias	3.995.421
Ajustes de Direitos e Obrig.	114.860.305	Ajustes de Direitos e Obrig.	38.275.703
DISP. DO EXERC. ANTERIOR	26.072.656	DISP. P/ EXERC. SEGUINTE	43.129.296
TOTAL	**1.612.486.911**	**TOTAL**	**1.612.486.911**

Fonte: Balanço Geral da União – 1997

4.1.3.2. - Receita e Despesa Orçamentárias

A Receita Orçamentária que compreende os recursos auferidos na Gestão, desdobrados em receitas correntes, receitas de capital e transferências recebidas, apresentou um total de R$ 1.377.148.997 mil. Já a Despesa Orçamentária, desdobrada nas categorias econômicas de despesas correntes, despesas de capital e transferências concedidas, alcançou o valor de R$ 1.353.826.281 mil, evidenciando um superávit, em termos orçamentários, no valor de R$ 23.322.716 mil. Deste valor é subtraída a quantia de R$ 70.340 mil relativa às Transferências Intragovernamentais, proveniente da variação cambial relativa às despesas realizadas em dólar, ficando, assim, o superávit em R$ 23.252.376 mil.

A seguir, apresentamos o demonstrativo da Despesa Realizada, distribuída por 16 funções e por 58 programas, evidenciando o comportamento da despesa, bem como a participação relativa de cada função no biênio 96/97.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES
EXERCÍCIOS - 1996/1997

R$ Mil

FUNÇÕES	DESPESA REALIZADA				(B-A)
	1996	% (A)	1997	% (B)	%
01- Legislativa	1.237.163	0,43	1.623.216	0,41	-0,01
02 – Judiciária	3.752.911	1,30	5.346.316	1,36	0,07
03 - Administração e Planejamento	146.454.081	50,55	228.407.470	58,29	7,74
04 – Agricultura	6.305.478	2,18	8.731.460	2,23	0,05
05 – Comunicações	110.808	0,04	192.831	0,05	0,01
06 - Defesa Nacional e Seguran. Pública	8.952.599	3,09	9.839.025	2,51	-0,58
07 - Desenvolvimento Regional	22.488.737	7,76	25.487.344	6,50	-1,26
08 - Educação e Cultura	9.494.946	3,28	10.428.475	2,66	-0,62
09 - Energia e Recursos Minerais	635.903	0,22	864.583	0,22	0,00
10 - Habitação e Urbanismo	344.107	0,12	425.616	0,11	-0,01
11 - Indústria, Comércio e Serviços	962.386	0,33	1.162.888	0,30	-0,04
12 - Relações Exteriores	426.970	0,15	442.454	0,11	-0,03
13 - Saúde e Saneamento	14.730.519	5,08	17.986.176	4,59	-0,49
14 – Trabalho	6.947.790	2,40	7.198.845	1,84	-0,56
15 - Assistência e Previdência	63.956.977	22,07	69.990.829	17,86	-4,21
16 – Transporte	2.934.151	1,01	3.738.790	0,95	-0,06
99 - Reserva de Contingência	0	-	0	-	-
TOTAL	**289.735.525**	**100,00**	**391.866.317**	**100,00**	-

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Fonte: Balanços Gerais da União - 1996/1997

Dentre as 16 funções de governo destacam-se, pelos valores nelas registrados, a Administração e Planejamento com 58,3% do total realizado, seguida pelas funções Assistência e Previdência (17,9%), Desenvolvimento Regional (6,5%), Saúde e Saneamento (4,6%) e Educação e Cultura (2,7%). Estas cinco funções governamentais realizaram despesas que correspondem a aproximadamente 90,0% do total da Despesa Realizada.

Na função Administração e Planejamento, onde há a maior concentração das despesas, está incluído o subprograma "Dívida Interna", que compreende as ações relativas ao atendimento de compromisso de amortização, de juros e comissões de empréstimos e financiamentos feitos diretamente com a rede interna de estabelecimentos bancários ou de financiamentos, assim como o resgate relativo à colocação interna de títulos do governo. No exercício em exame, esse subprograma alcançou a importância de R$ 158.605.507 mil, o que corresponde a 69,4% dos gastos nesta função e 40,5% do total das despesas realizadas.

Ressalte-se que, no exercício em análise, houve um crescimento significativo da participação da função Administração e Planejamento no total das despesas realizadas.

Em anexo apresenta-se o Demonstrativo das Despesas Autorizadas e Realizadas por Programas. Os **Programas de Governo** que realizaram o maior volume de gastos foram:

	R$ Mil	%
- Administração Financeira	228.260.315	58,2
- Previdência	66.198.655	16,9
- Programa a cargo de Estados e Municípios	23.497.395	6,0
- Administração	23.389.595	6,0
- Saúde	14.011.810	3,6

O dispêndio total destes 05 (cinco) programas foi de R$ 355.357.770 mil, correspondendo a 90,7% da despesa realizada, enquanto que os outros 53 (cinqüenta e três) programas consumiram apenas 9,3% da despesa total.

O programa que mais dispêndios realiza é o de Administração Financeira, no qual estão inseridos os subprogramas "Dívida Interna" e "Dívida Externa", que realizaram despesas no montante de R$ 158.605.507 mil e R$ 10.168.574 mil, respectivamente. Estes dois subprogramas representam, respectivamente, 69,5% e 4,5% do montante dispendido pelo programa.

No tocante à Educação, o art. 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita líquida arrecadada dos impostos.

No exercício de 1997, a receita arrecadada de impostos foi de R$ 58.050 milhões, da qual foram deduzidos os valores de R$ 23.153 milhões de Transferências Constitucionais e R$ 9.547 milhões de Transferências ao Fundo de Estabilização Fiscal, resultando em uma arrecadação líquida de impostos no montante de R$ 25.350 milhões. Desse valor, foi despendido em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o montante de R$ 6.733 milhões, como se pode verificar no quadro abaixo.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita de Impostos (A)	58.050
Transferência para Estados , DF e Municípios(B)	23.153
Transferência ao Fundo de Estabilização Fiscal (C)	9.547
Receita Líquida de Impostos (D= A-B-C)	25.350
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (E) (1)	6.733
Part. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (E/D)	26,6%

Fonte: Balanço Geral da União/1997

(1) Base de cálculo: considera-se o disposto no § 3° do art. 72 do ADCT, nos termos da Emenda Constitucional n° 17, de 1997.

A receita líquida dos impostos, obtida após a dedução das Transferências Constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios e para o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, teve uma execução de 26,6% do seu valor em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o que demonstra que o Governo Federal cumpriu o previsto no art. 212 da Constituição Federal.

No demonstrativo a seguir têm-se todos os programas que executaram valores destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

$ Milhões

PROGRAMA	DESPESA	%
- Administração	907	13,5
- Planejamento Governamental	-	-
- Ciência e Tecnologia	238	3,5
- Educação da criança de 0 a 6 anos	42	0,6
- Ensino Fundamental	21	0,3
- Ensino Médio	435	6,5
- Ensino Superior	4.299	63,8
- Cultura	1	0,0
- Educação Especial	13	0,2
- Política Exterior	6	0,1
- Saúde	166	2,5
- Proteção ao Trabalhador	195	2,9
- Previdência	402	6,0
- Defesa Terrestre	-	-
- Programa de Formação do Serv. Público	7	0,1
TOTAL GERAL	6.733	100,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

É de se ressaltar que os gastos efetuados com o Programa Ensino Fundamental no "Sistema" Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, como demonstra o quadro acima, alcançou apenas 0,3% de toda a despesa realizada pelo "Sistema"; mesmo considerando que o referido Programa tenha executado, dentro da Função Educação e Cultura, R$ 3.126 milhões, ou seja, 30,0% de todo o gasto da Função.

Ressalte-se, ainda, que por Demonstrativo disposto à página A-30 do 1° Volume do Balanço Geral da União - Relatório, a Secretaria do Tesouro Nacional indica que o § 6° do art.60 do ADCT foi satisfatoriamente atendido com um percentual de aplicação no Ensino Fundamental

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

de 40,5% e uma realização de gastos de R$ 1.696 milhões, para uma destinação de recursos de R$ 4.188 milhões para a Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, conforme demonstrativo abaixo.

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
CÁLCULO DO § 6° DO ARTIGO 60 DO ADCT
ENSINO FUNDAMENTAL

R$ Milhões

Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.188
Ensino Fundamental	1.696
Cálculo do § 6° do art. 60 do ADCT - %	40,5

Solicitados esclarecimentos quanto à aplicação dos recursos de que dispõe o art. 212 da Constituição Federal, combinado com o art. 60 do ADCT, foi informado pela Secretaria do Tesouro Nacional que a exigência da destinação obrigatória mínima de valores equivalentes a trinta por cento dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino foi amplamente cumprida. Para a STN a execução orçamentária de R$ 1.696 milhões no programa 042 - Ensino Fundamental, demonstrado às fls. A-30 do Relatório BGU/97, representou 40,5% da receita classificada no SIAFI como fonte 112 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Esclarece também, que à página A-30 do Relatório do BGU/97 são apresentados valores da execução da despesa da Função Educação e Cultura, que registra um montante de R$ 10.428 milhões, com gastos de R$ 3.126 milhões no Programa 042 - Ensino Fundamental, explicando que a diferença entre os valores do Programa 042 citados é proveniente da subtração dos valores relativos às Transferências a Estados de 2/3 da Contribuição do Salário-Educação, no valor de R$ 1.257 milhões, e às despesas à conta de saldos de exercícios anteriores, no valor de R$ 173 milhões.

Esclarece ainda que o demonstrativo do BGU/97 à página A-29 é obtido a partir de Relatório com a mesma base metodológica utilizada pela SOF/MPO quando do envio da Proposta Orçamentária, isto é, contempla os subprogramas e subatividades que correspondem às dotações orçamentárias destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, até mesmo porque quando do envio da Proposta Orçamentária de 1997 não existia ainda a Emenda à Constituição que alterou o tratamento da aplicação desses recursos. Mostra que o referido demonstrativo registra execução orçamentária de R$ 6.733 milhões em manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 26,6% da receita líquida de impostos (R$ 25.350 milhões). Demonstra também que do referido valor de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino somente foram aplicados no Programa 042 - Ensino Fundamental o valor de R$ 21 milhões.

Explica, por fim, que se for considerado o valor executado à conta do Programa 042 nos termos da demonstração do cumprimento do art. 60 do ADCT, de R$ 1.696 milhões, ao invés de R$ 21 milhões nos termos do relatório baseado na metodologia utilizada no Projeto de Lei Orçamentária para 1997, o valor da despesa executada com manutenção e desenvolvimento do ensino passaria para R$ 8.408 milhões, o que corresponderia a 33% da receita líquida de impostos, ou seja, quinze pontos percentuais acima do mínimo exigido pela Constituição Federal.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Pelo disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, as despesas com o Programa Ensino Fundamental atenderam satisfatoriamente aos limites estabelecidos pelos dispositivos constitucionais, pois para a mesma não se deve considerar como gastos do Programa Ensino Fundamental apenas os registrados no Sistema Manutenção e Desenvolvimento do Ensino realizados orçamentariamente conforme estabelecido pela metodologia disposta na Proposta Orçamentária.

Deve-se esclarecer que a partir de janeiro de 1997 entrou em vigor a Emenda Constitucional n° 14, de 1996, dando nova redação ao artigo 60 do ADCT, ficando assente, nos termos do § 6°, que a União aplicará na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o "caput" do art. 212 da Constituição Federal.

No caso, de acordo com a norma constitucional prevista no art. 212, a União deveria aplicar no Sistema Manutenção e Desenvolvimento do Ensino um mínimo de R$ 4.563 milhões, ou seja, um mínimo de 18% da receita líquida de impostos, que alcançou um valor de R$ 25.350 milhões. Verifica-se, no entanto, que a União aplicou R$ 6.733 milhões, o equivalente a 26,6% daquele montante.

Por outro lado, a União demonstra que aplicou no Programa 042 - Ensino Fundamental o valor de R$ 1.696 milhões, que equivale a 37,1% dos recursos a que se refere o limite mínimo previsto no "caput" do art. 212 da C.F., atendendo, dessa forma, ao preceituado na norma constitucional.

4.1.3.3 - Transferências Orçamentárias

As Transferências Orçamentárias Recebidas e Concedidas demonstram o recebimento e a entrega de recursos financeiros entre os Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta, necessários ao cumprimento da execução orçamentária, atingindo no exercício em análise, cada uma delas, o montante de R$ 581.980.861 mil.

4.1.3.4 - Transferências Extra-Orçamentárias

As Transferências Extra-Orçamentárias totalizaram, no exercício em pauta, R$ 287.684.434 mil. Essas compreendem as Ordens de Transferências, Concedidas e Recebidas, entre Unidades Gestoras, sem vinculação com o orçamento do exercício no valor de R$ 2.978.732 mil. São as movimentações efetuadas para fazer face aos pagamentos (incluindo as liberações destinadas à liquidação de Restos a Pagar) ou para devolução de recursos de terceiros. Compreendem também as Transferências Diversas, Concedidas e Recebidas, entre Unidades

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Gestoras, no valor de R$ 284.705.702 mil, que são Transferências Financeiras para pagamentos descentralizados entre Unidades Gestoras que realizaram despesas orçamentárias centralizadas.

4.1.3.5 - Ingressos e Dispêndios Extra-Orçamentários

Os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, realizados no exercício em exame, totalizaram R$ 209.265.258 mil e R$ 215.351.334 mil, respectivamente.

Ingressos Extra-Orçamentários

Agrega os valores dispostos nos grupos Valores em Circulação (R$ 25.105.719 mil), Valores a Classificar (R$ 64.759 mil), Valores Diferidos (R$ 30.436.055 mil), Depósitos (R$ 1.791.283 mil), Obrigações em Circulação (R$ 35.949.071 mil), Receitas Extra-Orçamentárias (R$ 1.058.067 mil) e Ajustes de Direitos e Obrigações (R$ 114.860.305 mil).

Este grupo responde por 13,0% dos Ingressos e os fatos contábeis que geraram os valores mais expressivos foram:

- Ajustes Financeiros a Crédito (R$ 82.891.260 mil) - demonstram os ajustes efetivados em contas financeiras, referentes a exercícios anteriores;

- Valores Diferidos (R$ 30.436.055 mil) - compreendem o saldo financeiro total disponível no final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse do exercício seguinte;

- Créditos Diversos a Receber (R$ 19.264.616 mil)-registram o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União não recebidos até o final do exercício que lhe deu origem;

- Limite concedido p/Pagamento de Restos a Pagar (R$ 16.898.857 mil) - registra o valor do limite financeiro concedido aos órgãos e/ou entidades pelo Tesouro, para fazer face aos pagamentos de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício anterior.

- Recursos Diversos a Liberar (R$ 8.127.076 mil) - demonstram o valor dos Recursos a Liberar durante o exercício.

- Recursos Vinculados (R$ 7.207.408 mil) - compreendem os valores vinculados exigíveis após o término do exercício seguinte, registrados em Depósitos e Cauções, Depósitos Judiciais e Outros Depósitos.

- Restos a Pagar (R$ 4.761.565 mil) - são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 1997, mas registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103; da Lei nº 4.320/64; e

- Recursos a Liberar por Transferência - VP (R$ 3.892.365 mil) - registram os valores da gestão Tesouro Nacional para a gestão Fundo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Dispêndios Extra-Orçamentários

Compreendem os Valores em Circulação (R$ 36.582.662 mil), Valores a Classificar (R$ 16.359 mil), Valores Diferidos (R$ 30.436.055 mil), Depósitos (R$ 1.430.105 mil), Obrigações em Circulação (R$ 104.795.029 mil), Despesas Extra-Orçamentárias (R$ 3.995.421 mil), e Ajustes de Direitos e Obrigações (R$ 38.275.703 mil).

Neste grupo, tem participação acentuada a parcela registrada em:

- Ajustes do Patrimônio/Capital (R$ 61.504.858 mil) - registram os ajustes efetivados em contas financeiras, referentes a exercícios anteriores, que não devem afetar o resultado normal do presente exercício;

- Valores Diferidos (R$ 30.436.055 mil) - compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e/ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte;

- Recursos Especiais a Receber (R$ 21.206.381 mil) - representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;

- Recursos Diversos a Liberar (R$ 17.942.942 mil) - demonstram as mutações passivas decorrentes da incorporação de obrigações com dívidas, empréstimos e/ou financiamentos vinculadas a contrato;

- Outras Obrigações (R$ 17.845.521 mil) - são as obrigações não registradas nos outros subitens das obrigações;

- Limite Concedido p/Pagamento de Restos a Pagar do Exercício Anterior (R$ 14.117.957 mil) - representa os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;

- Outras Baixas de Direitos (R$ 9.778.031 mil) - demonstram os valores dos créditos desincorporados do Ativo, provocando variações negativas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária;

- Recursos Vinculados (R$ 9.144.729 mil) - representam os valores relativos a depósitos vinculados, em contas bancárias, a obrigações contratuais, acordos e ajustes que os Órgãos e Entidades precisam honrar;

- Restos a Pagar - Inscrição (R$ 6.993.610 mil) - são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 1997, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei nº 4.320/64; e

- Incorporação de Passivos (R$ 4.290.320 mil) - compreende os valores dos saldos de exercícios anteriores, realizados orçamentariamente no corrente exercício.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

4. 1. 3. 6 - Disponível

Saldo do Exercício Anterior

Recursos financeiros remanescente do exercício anterior e que compuseram o financeiro do período em exame. A Disponibilidade do Exercício Anterior foi de R$ 26.072.656 mil.

Saldo para o Exercício Seguinte

O saldo registrado em 31.12.97, que se transfere para o exercício seguinte, alcançou o montante de R$ 43.129.296 mil.

4. 1. 3. 7 - Desempenho de Caixa do Tesouro Nacional

No exercício de 1997, a receita de Caixa do Tesouro Nacional alcançou o valor de R$ 119.579 milhões e a despesa realizada R$ 125.396 milhões, apresentando, dessa forma, um déficit de caixa de R$ 5.817 milhões.

No quadro a seguir, comparam-se as receitas e as despesas do Tesouro Nacional no último decênio, assinalando-se o resultado em valores correntes e constantes.

RESULTADO DE CAIXA
EVOLUÇÃO - 1988/1997

R$1,00

ANO	ESPECIFICAÇÃO		RESULTADO		TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR
	RECEITA	DESPESA	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES		
1988	3.825	5.640	-1.815	-1.815	993,30	1,0000
1989	61.460	79.099	-17.639	-898	1.863,60	19,6360
1990	1.576.867	1.530.036	46.831	142	1.585,20	330,9059
1991	6.575.692	6.327.431	248.261	130	475,11	1.903,0728
1992	69.954.545	71.400.727	-1.446.182	-61	1.149,05	23.770,3303
1993	1.662.033.182	1.930.294.545	-318.256.363	-517	2.489,11	615.439,9992
1994	48.180.000.000	50.517.000.000	-2.337.000.000	-369	929,32	6.334.846,9998
1995	86.294.000.000	90.256.000.000	-3.962.000.000	-513	21,98	7.727.246,3704
1996	97.132.000.000	106.182.000.000	-9.050.000.000	-1.073	9,12	8.431.971,2394
1997	119.579.000.000	125.396.000.000	-5.817.000.000	-661	4,34	8.797.918,7912

Fonte: Balanços Gerais da União - 1988/1997

Em relação ao exercício anterior, o déficit de caixa, a preços correntes, apresentou uma variação nominal negativa de 35,7%, o que representa um decréscimo em termos reais de 38,4%.

Em anexo apresenta-se o demonstrativo do Desempenho de Caixa do Tesouro Nacional, onde se podem comparar as receitas e despesas dos dois últimos exercícios, assinalando-se a variação percentual, a participação do valor de cada rubrica sobre o total e o resultado de caixa, a valores de dezembro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

4. 1. 4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública. Sua estrutura, conforme definido no art. 105 da Lei nº 4.320/64, pode ser, de forma bastante consolidada, assim demonstrada:

R$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
Financeiro	79.365.405	Financeiro	37.077.049
Não-Financeiro	567.309.607	Não-Financeiro	410.262.677
		PASSIVO REAL	447.339.726
		Patrimônio Líquido	199.335.286
ATIVO REAL	646.675.012	**SOMA**	646.675.012
Compensado	220.566.023	Compensado	220.566.023
TOTAL	**867.241.035**	**TOTAL**	**867.241.035**

Fonte: Balanço Geral da União – 1997

4. 1. 4. 1 - Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro compreende as contas representativas das disponibilidades de numerários, bem como dos bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis em prazo inferior a um ano, independentemente de autorização orçamentária, conforme a seguir se discrimina:

	R$ Mil	%
Disponível	43.129.296	54,3
Créditos em Circulação	36.236.108	45,7
S O M A	79.365.405	100,0

4. 1. 4. 2 - Ativo Não-Financeiro

O Ativo Não-Financeiro consolida a execução de bens e valores que não interferiram na movimentação financeira e é formado pelos seguintes componentes:

	R$ Mil	%
Realizável a Curto Prazo	43.819.567	7,7
Valores Pendentes a Curto Prazo	9.715.446	1,7
Realizável a Longo Prazo	353.004.638	62,2
Permanente	160.769.956	28,4
S O M A	567.309.607	100,0

Realizável a Curto Prazo

Representando 7,7% do Ativo Não-Financeiro, o seu maior destaque foram os Créditos em Circulação (R$ 35.890.298 mil) que são recursos recebidos pelos órgãos, ministérios e entidades sem vinculação orçamentária. Destaca-se, neste subgrupo, o valor constante na conta Empréstimos e Financiamentos, que consiste na apropriação dos valores de empréstimos e

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

financiamentos concedidos pela União, notadamente os valores das operações especiais, a entidades e instituições, por autorizações legais ou vinculados a contratos e acordos, que totalizaram R$ 25.080.570 mil.

É neste grupo, ainda, que consta a conta Diversos Responsáveis. Em anexo apresenta-se o Quadro demonstrativo da conta.

Realizável a Longo Prazo

Neste grupo estão demonstradas as contas que representam os direitos realizáveis em período superior a um ano, independentemente de autorização orçamentária. Destacam-se, neste grupo, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo que apresentam a seguinte composição:

	R$ Mil	%
Créditos da União, Estados e Municípios.....	141.336.898	40,0
Incentivos Fiscais	11.172.615	3,2
Empréstimos e Financiamentos	195.602.415	55,4
Créditos a Receber	5.272.134	1,5
Provisões para Prováveis Perdas	- 470.709	(0,1)
Outros Créditos	51.450	0,0
S O M A	352.964.803	100,0

Neste grupo estão os Créditos e os Haveres da União.

Incluso na rubrica Créditos da União está a Dívida Ativa com R$ 135.197.911 mil, que registra os valores relativos aos Créditos da União contra terceiros, provenientes de títulos, multas e outros créditos da Fazenda Nacional lançados, porém não arrecadados ou não recolhidos no exercício original.

A conta contábil 1.2.2.1.1.00.00 - Dívida Ativa, apresenta a seguinte composição:

	R$ Mil	%
- Instituto Bras. Do Meio Amb. e dos Rec. Renováveis	156.030	0,1
- Ministério da Fazenda	105.131.828	77,8
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul	214	0,0
- Universidade Federal do Rio de Janeiro	275	0,0
- Ministério da Saúde	13.351	0,0
- Instituto Nacional do Seguro Social	29.896.213	22,1
S O M A	135.197.911	100,0

O Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Balanço Geral da União - Exercício de 1997, informa à fl. A-2 do Vol. I, que os direitos relativos à Dívida Ativa da União foram avaliados pelo valor de recebimento, corrigido pelo índice UFIR referente ao último trimestre de 1997, com base no relatório fornecido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, estando registrados no SIAFI por Unidade da Federação. Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente, para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Vale ressaltar, por oportuno, que, em 30 de abril de 1998, a STN, por intermédio da Nota Técnica DINCO/CCONT/STN nº 14, informa, *in fine*:

> *"O saldo do exercício, referente à Dívida Ativa da União, gestão Tesouro Nacional, constante do BGU/96, foi de R$ 40.231.381.630,06. No SIAFI, neste mesmo ano e com a mesma amplitude da informação, constata-se R$ 40.724.326.288,88, resultando pois, em uma diferença de R$ 492.944.658,82. Este valor foi identificado na unidade gestora 170716 - COPEC/UNIFICADOS INDUSTRIAIS, e estava registrado desde março de 1995.*
>
> *Ocorre que, na elaboração do Balanço daquele ano, ao procedermos a confrontação dos valores do SIAFI e os provenientes da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nestes, não estava computado o montante de R$ 492 milhões. Optou-se então, a despeito do seu registro no SIAFI, pela informação da PGFN.*
>
> *Durante o exercício de 1997, a unidade gestora procedeu à baixa desse valor, por meio da 97NL00100, conforme orientação da CISET/MF, por esta ter constatado que o mesmo já se encontrava inscrito na Dívida Ativa da União da PGFN de São Paulo, desde 17 de novembro de 1993.*
>
> *Em vista disso, conclui-se que as informações relativas à Dívida Ativa e constante como anexo do BGU 96, estão corretas.*
>
> *Para que não paire dúvidas a respeito dos números relativos à Dívida Ativa, referente ao BGU do exercício de 1997 e considerando que como saldo de 1996, neste relatório, página A-140, o valor de R$ 40.724 que passou para 97, estamos substituindo essas informações, inclusive a demonstração gráfica pertinente, para que essa Corte de Contas passe a considerar apenas o relatório agora encaminhado."*

Em anexo apresenta-se Demonstrativo Analítico da Dívida Ativa, encaminhado pela Nota Técnica supracitada.

Destacamos que o anexo refere-se apenas à parte da dívida que é administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O referido anexo pode ser assim sumarizado:

	R$ Milhões
Saldo em 1996	40.231
Inscrições em 1997	61.306
Correção Monetária e Outros Acréscimos	6.665
	108.202
Menos: Recebimento	266
Cancelamento	2.804
	3.070
Saldo em 31.12.97	105.132

O item 08 do Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional (fl. A-138 do Vol. I), informa que uma das metas fundamentais do Projeto COMACO (Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito Tributário) é a transferência de um número expressivo de débitos que se encontravam represados na Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para fins de inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial. O referido

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

projeto foi instituído pela Portaria Ministerial nº 195, de 07 de julho de 1995. Inicialmente o processo deveria ser concluído em meados de 1997, porém este prazo foi dilatado para o final de 1998, conforme cronograma aprovado pela Portaria Ministerial nº 318, de 02 de dezembro de 1997.

Esclarece, ainda, que com a implementação do Projeto COMACO houve significativo aumento tanto do estoque da dívida quanto da arrecadação da PGFN.

De fato, o quadro a seguir, que apresenta a evolução da Dívida Ativa (Ministério da Fazenda) no último decênio, demonstra que o estoque da Dívida Ativa, a preços correntes, apresentou uma variação nominal de 161,3%, o que representa um acréscimo em termos reais de 150,4%.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)
EVOLUÇÃO - 1988/1997

R$1,00

ANO	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR
1988	1.267	1.267	993,30	1,0000
1989	23.923	1.218	1.863,60	19,6360
1990	340.087	1.028	1.585,20	330,9059
1991	2.131.301	1.120	475,11	1.903,0728
1992	23.980.674	1.009	1.149,05	23.770,3303
1993	687.333.951	1.117	2.489,11	615.439,9992
1994	9.496.750.689	1.499	929,32	6.334.846,9998
1995	20.217.640.854	2.616	21,98	7.727.246,3704
1996	40.231.381.630	4.771	9,12	8.431.971,2394
1997	105.131.828.515	11.950	4,34	8.797.918,7912

Fonte: Balanços Gerais da União - 1988/1997

Em que pese a observação constante do Relatório sobre a criação do COMACO e o conseqüente aumento do valor arrecadado, observa-se que o estoque da dívida (Ministério da Fazenda), que no ano de 1996 representava 62,0% da conta Créditos da União, neste exercício passou para 74,4 %.

No que concerne aos Haveres, identificam-se os Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União e que se justificam em função da federalização da dívida dos estados e Operações Especiais, onde se encontra a Securitização das dívidas dos créditos agrícolas.

4. 1. 4. 3 - Ativo Permanente

O Ativo Permanente representa os investimentos de caráter permanente, as imobilizações, bem como despesas diferidas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

Elenir T. G. Santos
Secretaria do Plenário

Este grupo tem a seguinte composição:

	R$ Mil	%
Investimento	70.804.692	44,0
Imobilizado	89.877.923	55,9
Diferido	87.341	0,1
S O M A	160.769.956	100,0

No subgrupo Investimentos destaca-se a participação societária da União, no montante de R$ 69.580.978 mil, com o registro do investimento do Governo Federal, por participação na administração direta e indireta, constituindo 43,3% do Ativo Permanente.

Destaca-se que as receitas provenientes de dividendos e participações foram de R$ 926.093 mil, o que representa 1,3% em relação ao total da participação societária.

O Imobilizado representa especialmente os bens Móveis e Imóveis da União.

O Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Balanço Geral da União - Exercício de 1997, informa às fls. A-2 e A-38 do Vol. I, que:

1) os Bens Móveis dos Órgãos da Administração Direta estão registrados pelo valor nominal e os da Administração Indireta pelo valor corrigido, devidamente retificados pelas Depreciações Acumuladas;

2) os Bens Imóveis foram avaliados pelos seguintes critérios:

a) a reavaliação procedida pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU utilizou como base de cálculo a variação do índice INPC até dez/97, para os imóveis registrados na Gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que não foram reavaliados pelas Unidades Gestoras pertinentes;

b) a reavaliação dos imóveis efetuada pelo Sistema obedeceu aos seguintes parâmetros:

b.1) o valor do imóvel é igual a soma do valor do terreno mais o valor da benfeitoria (construção). Assim, V = Vtu + Vtb, onde V é o valor do imóvel. Vtu é o valor do terreno e Vtb é o valor da benfeitoria;

b.2) o valor do terreno é igual ao produto da área do terreno pelo valor do metro quadrado (m^2). Assim, Vtu = Atu x Vo, onde Vtu é o valor do terreno, Atu é a área do terreno e Vo é o valor do metro quadrado;

b.2.1) o valor do Vo utilizado é a média dos Vo da PGV do município em causa. Caso não exista a média do município é utilizada a média da UF e, caso não exista a média UF é utilizada a média Brasil. Para imóveis no exterior é utilizado o maior valor médio;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

b.2.2) a área do terreno inferior a 10.000 m^2 (dez mil metros quadrados) foi considerada lote, sendo utilizada a fórmula Vtu = Atu x Vo onde: Vtu = valor do terreno da União; Atu = área do terreno e Vo = valor médio do m^2 no município, ou UF ou Brasil;

b.2.3) para a área do terreno superior a 10.000 m^2 (dez mil metros quadrados), o valor obtido no item b.2 sofreu desvalorização pela aplicação de um fator de gleba. Assim, Vtu = Atu x Vgb x Fgbx, onde Vtu é o valor do terreno, Atu é a área do terreno, Vgb é o valor da gleba e Fgbx é o fator de gleba;

b.2.3.1) o fator de gleba foi obtido diretamente ou através da interpolação de tabela, em função da área considerada; e

b.3) o valor da benfeitoria é o produto do custo de reprodução da benfeitoria por um fator de depreciação ou seja: Vb = Custo unitário Pleno x Ab x Fd, onde: Vb = valor da benfeitoria, Custo Unitário Pleno = R$ 455,38 / m^2, definido pela CGEN/SPU, Fd = fator de depreciação = 0,552 (sempre fixo).

c) Os bens Imóveis da Administração Indireta estão registrados e corrigidos de acordo com a legislação vigente.

4.1.4.4 - Ativo Compensado

Este grupo compreende as contas com função precípua de controle, relacionada aos Bens, Direitos, Obrigações e situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo, inclusive as contas de execução orçamentária e financeira.

O Ativo Compensado apresentou um montante de R$ 220.566.023 mil, representando 25,4% do total do Ativo.

Dentre os títulos que compõem este grupo, destacam-se, pelos valores neles registrados:

a) Direitos e Obrigações Contratuais (R$ 115.839.632 mil) - registram os contratos de serviços, de seguros, de fornecimento de bens, aluguéis, de empréstimos e financiamentos, e de obrigações internas e externas;

b) Garantias e Valores (R$ 44.161.761 mil) - destacam-se na composição desta conta os registros dos Avais Concedidos no País e no Exterior, que perfizeram, respectivamente, R$ 23.924 milhões e U$ 18.461 milhões.

Demonstrativo da Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Balanço Geral da União - Exercício de 1997, informa que das Operações realizadas no País, os principais devedores são:

	R$ Milhões	%
- Itaipu Binacional	19.168	80,1
- Ministério da Saúde	1.958	8,2
- Banco do Nordeste do Brasil	595	2,5
- Cia. Hidrelétrica do São Francisco	563	2,4
- Governo do Rio Grande do Sul	290	1,2

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

- Rede Ferroviária Federal	194	0,8
- Governo do Estado de Minas Gerais	175	0,7
- Governo do Estado de Goiás	155	0,6
- Governo do Estado do Pará	152	0,6
- Governo do Estado do Mato Grosso	113	0,5
- Outras Entidades	561	2,4
TOTAL	23.924	100,0

Para os avais concedidos no Exterior, em dólar, destacam-se os principais devedores e suas respectivas participações no total.

	US$ Milhões	%
ESTATAIS FEDERAIS – STN	11.045	59,8
ESTATAIS ESTADUAIS – STN	2.649	14,3
GOVERNOS ESTADUAIS	2.323	12,6
PROJETO MYDFA – BACEN	1.211	6,6
EMPRESAS PRIVADAS – STN	675	3,7
GOVERNOS MUNICIPAIS – STN	366	2,0
NEW MONEY BONDS	192	1,0
TOTAL	18.461	100,0

4.1.4.5 - Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução da despesa e de outros valores recolhidos, não pagos e não devolvidos até o final do exercício financeiro.

Neste grupo encontram-se as contas que compõem a Dívida Flutuante, definidas no art. 93 da Lei nº 4.320/64. O quadro a seguir apresenta sua movimentação no exercício em exame:

DÍVIDA FLUTUANTE
TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO – 1997

R$ Mil

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
Consignações	80.762	7.666.567	7.698.045	112.240
Depósitos de Diversas Origens	1.349.343	340.830.398	341.160.098	1.679.042
Encargos Sociais a Recolher	79.406	1.748.611	1.749.819	80.614
Restos a Pagar	7.010.278	8.091.860	4.862.485	3.780.903
Incentivos a Liberar	389.019	757.789	1.047.527	678.757
Valores em Trânsito Exigíveis	85.793	24.459.173	24.465.441	92.062
TOTAL	8.994.602	383.554.398	380.983.415	6.423.618

Fonte: Balanço Geral da União – 1997

Deve-se esclarecer que o valor do saldo final da Demonstração de Conta - Restos a Pagar, informado no BGU/96 e reaberto no BGU/97 divergiram em R$ 14.622 mil. Solicitados esclarecimentos, a STN informa, por intermédio de Nota Técnica nº 02 DINCO/CCONT/STN de 03/04/1998, que esta diferença foi provocada pela reestruturação do Plano de Contas e a

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

transposição indevida dos saldos da conta 11216.02.00 e 21216.02.00. Assim, os Recursos de Restos a Pagar a Liquidar, foram incluídos como subitem dos Restos a Pagar, em função da reestruturação, enquanto que Recursos a Liberar por Transferência passou a integrar a conta Recursos a Liberar. O objetivo foi readequar a estrutura do Passivo Compensado ao Ativo Compensado.

Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação, no valor de R$ 35.004.387 mil, representaram 94,4% do Passivo Financeiro e são constituídas da seguinte forma:

	R$ Mil	%
Restos a Pagar Processados	6.050.100	17,3
Restos a Pagar Não Processados	3.780.903	10,8
Credores Diversos	1.225.249	3,5
Adiantamentos Recebidos	2.560.496	7,3
Valores em Trânsito Exigíveis	92.062	0,3
Recursos Especiais a Liberar por Transferência	6.225	-
Recursos a Liberar com Vinculação de Pagamento	3.892.365	11,1
Recursos a Liberar - Gestão Fundo	110.961	0,3
Limite Concedido p/Pagamento de Restos a Pagar	16.898.857	48,3
Outras Obrigações a Pagar	351.015	1,0
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	36.153	0,1
T O T A L	35.004.387	100,0

O Limite Concedido para Pagamento de Restos a Pagar representa o somatório do limite financeiro concedido aos órgãos, visando compatibilizar a liberação financeira no exercício seguinte com os compromissos provenientes dos registros das despesas de Restos a Pagar Inscritos.

Os Restos a Pagar Processados representam as despesas liquidadas e não pagas, lançadas nas contas de fornecedores e/ou pessoal a pagar, entre outras.

Os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 2.401, de 21 de novembro de 1997.

Os Recursos a Liberar com Vinculação de Pagamento representam o valor dos recursos a liberar pelas unidades central e/ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento.

4.1.4.6 - Resultado Financeiro do Exercício

Quando comparamos os valores do Ativo Financeiro com os do Passivo Financeiro, ocorre uma situação superavitária de R$ 42.288.356 mil, conforme se demonstra a seguir:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

	R$ Mil
Ativo Financeiro	79.365.405
Passivo Financeiro	37.077.049
Superávit	42.288.356

O resultado apresentado no exercício de 1997 representa 24,1% das receitas correntes. No exercício anterior, o superávit financeiro foi de 3,8% das receitas correntes.

O quadro a seguir demonstra a evolução do superávit financeiro no último decênio:

RESULTADO FINANCEIRO
EVOLUÇÃO – 1988/1997

R$1,00

ANO	A PREÇOS CORRENTES	A PREÇOS CONSTANTES	TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR
1988	166	166,00	993,30	1,0000
1989	3.910	199,12	1.863,60	19,6360
1990	1.449	4,38	1.585,20	330,9059
1991	23.609	12,41	475,11	1.903,0728
1992	11.078.824	466,08	1.149,05	23.770,3303
1993	849.518.052	1.380,34	2.489,11	615.439,9992
1994	5.755.355.141	908,52	929,32	6.334.846,9998
1995	16.643.618.055	2.153,89	21,98	7.727.246,3704
1996	5.611.095.360	665,45	9,12	8.431.971,2394
1997	42.288.355.705	4.806,63	4,34	8.797.918,7912

Fonte: Balanços Gerais da União - 1988/1997

4.1.4.7 - Passivo Não-Financeiro

O Passivo Não-Financeiro, que corresponde aos saldos das obrigações a curto e a longo prazos que não provocam efeitos financeiros durante o exercício, tem a seguinte composição:

	R$ Mil	%
- Obrigações em Circulação	122.326.661	29,8
- Valores Pendentes a Curto Prazo	9.723.519	2,4
- Exigível a Longo Prazo	278.212.497	67,8
S O M A	410.262.677	100,0

Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação, que representam 29,8% do Passivo Não-Financeiro, constituem-se, basicamente, na conta Operações de Crédito.

As Operações de Crédito, que se compõem principalmente pelas Operações de Crédito Internas, compreendem, em quase sua totalidade, os valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes da colocação de títulos públicos no mercado interno (R$ 120.028.710 mil), sendo R$

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

86.637.178 mil em LTN, R$ 19.504.973 mil em LFT, R$ 13.216.226 mil em NTN-Série Especial e R$ 670.333 mil em Outros Títulos.

Exigível a Longo Prazo

O Exigível a Longo Prazo, que contabilizou o valor de R$ 278.212.497 mil, contém as obrigações provenientes de operações de crédito interna e externa, registrando R$ 136.817.984 mil e R$ 58.615.578 mil, que representam nesse grupo 49,18% e 21,07%, respectivamente. Estas obrigações estão registradas a Longo Prazo não pelas suas características de colocação de títulos (pois a maioria das emissões são de curto prazo) mas pela sua forma de resgate sempre superior a 12 meses).

Para uma análise mais detalhada, apresenta-se em anexo demonstrativo da conta Operações de Crédito - Internas.

As Operações de Crédito - Externas refletem compromissos assumidos pela União com entidades internacionais mediante contratos.

Nos termos do art. 98 da Lei ° 4.320/64, os compromissos de exigibilidade superior a doze meses compõem a Dívida Fundada. O quadro a seguir demonstra a evolução desta dívida no último decênio:

DÍVIDA FUNDADA
TESOURO NACIONAL
EVOLUÇÃO – 1988/1997

R$1,00

ANO	D. INTERNA		D.EXTERNA		TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR
	A PREÇOS CORRENTES	A PREÇOS CONSTANTE	A PREÇOS CORRENTES	A PREÇOS CONSTANTES		
1988	27.391	27.391,00	447	447,00	993,30	1,0000
1989	558.108	28.422,69	5.503	280,25	1.863,60	19,6360
1990	4.683.966	14.154,98	677.098	2.046,20	1.585,20	330,9059
1991	14.721.576	7.735,69	4.641.486	2.438,94	475,11	1.903,0728
1992	363.395.740	15.287,79	27.593.012	1.160,82	1.149,05	23.770,3303
1993	8.221.825.935	13.359,26	242.115.951	393,40	2.489,11	615.439,9992
1994	23.895.935.751	3.772,14	7.565.129.418	1.194,21	929,32	6.334.846,9998
1995	45.911.668.338	5.941,53	74.497.140.230	9.640,84	21,98	7.727.246,3704
1996	51.781.232.985	6.141,06	82.091.000.573	9.735,62	9,12	8.431.971,2394
1997	136.817.983.662	15.551,18	58.615.578.194	6.662,44	4,34	8.797.918,7912

Fonte: Balanços Gerais da União – 1988/1997

Em relação ao exercício anterior, as Operações de Crédito - Internas, a preços correntes, apresentaram uma variação nominal de 164,2%, o que representa um acréscimo em termos reais de 153,2%. Já as Operações de Crédito - Externas, que a preços correntes tiveram uma variação negativa de 28,6%, apresentaram um decréscimo, em termos reais, de 31,6%.

4.1.4.8 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre os valores do Ativo Real e do Passivo Real.

O quadro seguinte apresenta o Patrimônio Líquido nos últimos 10 (dez) anos:

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

		Milhões
Exercício de 1988	Cz$ (-)	66.678
Exercício de 1989	NCz$ (-)	1.362
Exercício de 1990	Cr$ (-)	17.001
Exercício de 1991	Cr$ (-)	7.602
Exercício de 1992	Cr$ (-)	116.453
Exercício de 1993	CR$	23.930
Exercício de 1994	R$	825.664
Exercício de 1995	R$	2.034.708
Exercício de 1996	R$	150.073
Exercício de 1997	R$	199.335

A partir de 1993, o Patrimônio Líquido da Administração Federal, representado pelo somatório dos Ministérios, Órgãos e Entidades constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, após um período em que permaneceu negativo (1987 a 1992), passou a ser positivo. Isto decorreu, basicamente, da incorporação das terras indígenas gerenciadas e registradas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e dos registros dos créditos da União junto aos Estados e Municípios por avais honrados.

4.1.4.9 - Passivo Compensado

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores que potencialmente influenciarão nas Variações Patrimoniais e que estão registrados no Ativo Compensado, alcançando o valor de R$ 220.566.023 mil.

4.1.5 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

O Balanço das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no patrimônio da União durante o exercício, resultante ou não da execução orçamentária.

O Resultado Patrimonial do Exercício é obtido pelo confronto entre as Variações Ativas e Passivas, conforme se demonstra a seguir:

	R$ Mil
Variações Ativas	2.348.729.201
Variações Passivas	2.238.218.760
Superávit Patrimonial	110.510.441

4.1.5.1 - Resultantes da Execução Orçamentária

Na composição das Variações Orçamentárias, tem-se que:

a) as Receitas representam a arrecadação líquida dos recursos e as Despesas a execução da dotação orçamentária, ambas em cumprimento às Leis pertinentes;

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

b) as Interferências Ativas significam as incorporações e desincorporações de receitas e despesas entre as unidades gestoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas;

c) as Mutações Ativas refletem o equilíbrio do resultado de gestão de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente em relação às operações de resgate de créditos recebidos e das aquisições de bens e valores. Já as Mutações Passivas refletem o resultado de gestão de cada Unidade Gestora em virtude da execução orçamentária, sendo basicamente decorrentes das operações de Crédito Interna e Externa para cobertura de déficit orçamentário.

O Resultado Patrimonial da Execução Orçamentária é encontrado ante a confrontação desses valores, conforme se demonstra a seguir:

	R$ Mil
Variações Ativas	1.424.402.475
Variações Passivas	1.334.780.513
Superávit Patrimonial	89.621.962

4.1.5.2 - Independente da Execução Orçamentária

Na composição das Variações Extra-Orçamentárias, tem-se que:

a) os Acréscimos Patrimoniais refletem as variações ocorridas em função das Incorporações de Créditos, Baixas de Obrigações e os ajustes correspondentes. Considera-se neste item o registro da reavaliação, a maior, dos imóveis da União baixados nas Mutações Passivas, cuja diferença representa o valor real das mesmas;

b) as Interferências Ativas demonstram as transferências de bens e valores entre unidades gestoras, independente da execução orçamentária. São as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores, mantendo correlação com as Interferências Passivas.

O Resultado Patrimonial Independente da Execução Orçamentária é encontrado ante a confrontação desses valores, conforme se demonstra a seguir:

	R$ Mil
Variações Ativas	924.326.726
Variações Passivas	903.438.247
Superávit Extra-Orçamentário	20.888.479

4.1.5.3 - Resultado Patrimonial do Exercício

Somando-se o Superávit Patrimonial da Gestão Orçamentária com o Superávit Extra-Orçamentário, tem-se o Resultado Patrimonial, como segue:

	R$ Mil
Superávit Patrimonial - Gestão Orçamentária	89.621.962

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Superávit Extra-Orçametário	20.888.479
Superávit Patrimonial do Exercício	110.510.441

O Superávit Patrimonial do exercício em exame equivale a um acréscimo patrimonial de igual monta, resultante, basicamente, da contabilização dos Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União e pelas Operações Especiais que são oriundas da Securitização dos empréstimos agrícolas assumidos pela União.

O quadro a seguir apresenta a evolução do Resultado Patrimonial do último decênio:

RESULTADO PATRIMONIAL
EVOLUÇÃO – 1988/1997

R$1,00

ANO	PREÇO CORRENTES	PREÇOS CONSTANTES	TAXA DE INFLAÇÃO	DEFLATOR
1988	-21.432	-21.432	993,30	1,0000
1989	-472.796	-24.078	1.863,60	19,6360
1990	-5.767.486	-17.429	1.585,20	330,9059
1991	3.423.530	1.799	475,11	1.903,0728
1992	-40.450.134	-1.702	1.149,05	23.770,3303
1993	8.592.323.878	13.961	2.489,11	615.439,9992
1994	815.344.494.075	128.708	929,32	6.334.846,9998
1995	1.204.454.025.313	155.871	21,98	7.727.246,3704
1996	-1.875.215.928.330	-222.394	9,12	8.431.971,2394
1997	110.510.441.617	12.561	4,34	8.797.918,7912

Fonte: Balanços Gerais da União - 1988/1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

4.2 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

4.2.1 Considerações Gerais

A Administração Indireta compreende as seguintes categorias de entidades federais, dotadas de personalidade jurídica própria: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Inserem-se, também, como Administração Indireta no Balanço Geral da União, os Fundos Especiais geridos por órgãos/ministérios da Administração Direta ou por entidades da Administração Indireta.

Ao final do exercício de 1997, a Administração Indireta era composta por 128 Autarquias, sendo que, destas, de acordo com a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, 4 encontravam-se em processo de extinção (Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA; Instituto Brasileiro do Café — IBC; Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL; Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS); 41 Fundações, sendo 23 entidades com atuação na área de ensino superior; 19 Empresas Públicas, sendo 17 ativas e duas em processo de extinção/incorporação, quais sejam, a Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER; 12 Sociedades de Economia Mista, uma delas em processo de extinção (Urânio Brasil S.A.); e 53 Fundos Especiais, sendo 40 gestões de órgãos da Administração Direta e 13 gestões de entidades da Administração Indireta.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo dessas entidades com a respectiva vinculação.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
QUANTITATIVO E VINCULAÇÃO DE ENTIDADES
EXERCÍCIO - 1997

ÓRGÃO SUPERIOR	AUTAR-QUIAS FEDERAIS	FUNDA-ÇÕES PÚBLICAS	EMPRE-SAS PÚBLICAS	FUNDOS ESPECI-AIS	SOCIED. ECON. MISTA
Senado Federal	-	-	-	3	-
Gabinete da Presidência da República	-	-	1	3	-
Secretaria de Assuntos Estratégicos	-	-	-	-	2
Minist. da Adm. Federal e Reforma do Estado	-	2	-	-	-
Ministério da Aeronáutica	-	-	1	-	-
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	-	-	2	3	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	-	2	1	3	-
Ministério da Cultura	-	4	-	-	-
Ministério das Comunicações	-	-	1	-	-
Ministério da Educação e do Desporto	100	23	1	-	-
Ministério do Exército	-	2	1	-	-
Ministério da Fazenda	7	-	3	8	-
Ministério da Indústria, do Com. e do Turismo	3	-	-	-	-
Ministério da Justiça	-	-	-	6	-

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ministério da Marinha	-	-	1	-	-
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal	-	-	2	-	-
Ministério das Minas e Energia	-	-	-	-	1(*)
Ministério do Planejamento e Orçamento	3	2	1	4	-
Ministério da Previdência e Assistência Social	-	-	1	-	-
Ministério da Saúde	-	2	-	-	-
Ministério dos Transportes	-	-	1	-	7
Demais Órgãos	15	4	-	23	-
TOTAL	**128**	**41**	**17**	**53**	**11**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.
(*) A Lei nº 8970, de 28 de dezembro de 1994, transformou a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM, em Empresa Pública. Após ultimado o processo de transformação, o SIAFI procederá à adequação das informações.

O Balanço Geral da União de 1997 apresenta, no 1° Volume - Relatório (fls. A-45 a A-137), sob forma sintética os Balanços Financeiro e Patrimonial Consolidados das entidades da Administração Indireta, por natureza jurídica. Como o BGU não apresenta um consolidado da Administração Indireta como um todo, optou-se por agregar as parcelas de cada entidade e confrontá-las com os Balanços Consolidados obtidos por meio de consulta ao SIAFI/97.

O confronto entre o BGU/97 e o SIAFI/97 não apresentou divergências nos balanços financeiro e patrimonial de nenhuma das entidades. As Demonstrações das Variações Patrimoniais, das entidades da Administração Indireta, que estão explicitadas ao longo do presente relatório, foram resultado unicamente de consultas ao SIAFI/97 devido ao fato de o BGU não trabalhar com essas Demonstrações.

4.2.2 Balanço Financeiro Consolidado

O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia em um período estático a movimentação financeira do órgão/entidade. Demonstra os ingressos, o saldo do exercício anterior, os dispêndios e o saldo financeiro disponível para o exercício seguinte.

A análise que se segue tem por base o Balanço Financeiro detalhado das entidades da Administração Indireta que consta dos anexos e do 1° Volume – Relatório do BGU/97, sendo apresentado abaixo um quadro consolidado.

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
AUTARQUIAS FEDERAIS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS, FUNDOS ESPECIAIS,
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
EXERCÍCIO - 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		27.576.126.906
Disponibilidade do Período Anterior	27.576.126.906	
(+) RECEITA GLOBAL		626.852.544.906
Receitas Correntes	42.724.261.082	
Receitas de Capital	6.000.585.099	
Transferências Recebidas	205.560.353.067	

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ingressos Extra-Orçamentários	372.567.345.659	
(-) DESPESA GLOBAL		580.803.688.243
Despesas Correntes	92.506.641.895	
Despesas de Capital	14.258.760.658	
Transferências Concedidas	140.601.728.691	
Dispêndios Extra-Orçamentários	333.436.556.999	
(=) SALDO FINAL		73.624.983.569
Disponibilidade p/o Período Seguinte	73.624.983.569	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Receitas Correntes

Estas receitas atingiram R$ 42.724 milhões no exercício em análise, sendo responsáveis por 6,8% da Receita Global. Sobressaem na sua composição a Receita de Contribuições, com R$ 35.658 milhões (83,5%), sendo, nessas últimas, 98,4% relativos ao INSS, e a Receita de Serviços, que foi de R$ 2.932 milhões (6,9%).

Receitas de Capital

Com R$ 6.001 milhões estas receitas representaram somente 1,0% do total das receitas, destacando-se, na sua formação, as Operações de Crédito (R$ 4.604 milhões).

Transferências Recebidas

As Transferências Orçamentárias da Administração Indireta alcançaram, em 1997, R$ 111.106 milhões, o que significa 54,1% do total das Transferências Recebidas (R$ 205.560 milhões), mais, portanto, que os R$ 90.233 milhões (43,9%) referentes à Correspondência de Débito, que se subdivide em Desincorporação de Receita (R$ 44.465 milhões) e Incorporação de Despesa (R$ 45.768 milhões).

Ingressos Extra-Orçamentários

Com um volume de R$ 372.567 milhões os Ingressos Extra-Orçamentários constituem-se a maior fonte de recursos, sendo responsáveis por 59,4% da Receita Global. Destacam-se na sua composição os Depósitos, com R$ 115.380 milhões (31,0% destes ingressos); os Ajustes de Direitos e Obrigações, com R$ 98.181 milhões (26,4%); e as Obrigações em Circulação, com R$ 65.924 milhões (17,7%).

Disponibilidade do Período Anterior

Dos R$ 27.576 milhões disponíveis do exercício anterior, R$ 24.318 milhões (88,2%) provêm de Aplicações Financeiras.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Despesas Correntes

Estas Despesas atingiram, no exercício em análise, R$ 92.507 milhões, importando em 15,9% do total despendido. Sobressaem no grupo Aplicações Diretas e Transferências Intergovernamentais, que integram a totalidade destas despesas, os subgrupos Benefícios Previdenciários (R$ 46.445 milhões); Outras Despesas, com R$ 22.243 milhões; e Pessoal e Encargos Sociais (R$ 17.580 milhões).

Despesas de Capital

Representando apenas 2,5% do total das despesas, as Despesas de Capital (R$ 14.259 milhões) foram basicamente aquelas efetuadas com Inversões Financeiras (R$ 5.635 milhões), Investimentos (R$ 4.589 milhões) e Amortizações da Dívida Interna (R$ 2.517 milhões).

Transferências Concedidas

Estas Transferências totalizaram R$ 140.602 milhões e, inversamente às Transferências Recebidas, tem como principais parcelas formadoras a Correspondência de Crédito, com R$ 90.233 milhões (64,2%), e as Transferências Orçamentárias, com R$ 46.144 milhões (30,8%).

Dispêndios Extra-Orçamentários

A Administração Indireta teve Dispêndios Extra-Orçamentários no valor de R$ 333.437 milhões em 1997, respondendo por 57,4% da Despesa Global. Destacam-se como componentes deste grupo as Obrigações em Circulação (R$ 127.424 milhões); os Depósitos (R$ 93.025 milhões); e os Valores em Circulação (R$ 45.873 milhões) significando, respectivamente, 38,2%, 27,9% e 13,8%.

Disponibilidade para o Período Seguinte

Os R$ 73.625 milhões postos à disposição do exercício de 1998 encontram-se, basicamente, em Outras Disponibilidades (R$ 40.587 milhões) e nas Aplicações Financeiras (R$ 29.150 milhões).

4.2.3 Balanço Patrimonial Consolidado

Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia numa situação estática as contas representativas de bens, direitos, obrigações e o saldo patrimonial positivo e/ou negativo.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

AUTARQUIAS FEDERAIS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS, FUNDOS ESPECIAIS,
EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	97.811.060.645	PASSIVO FINANCEIRO	181.219.892.139
Disponível	73.624.983.569	Depósitos	115.555.728.907
Créditos em Circulação	24.109.915.577	Obrigações em Circulação	65.664.163.231
Valores Pendentes a Curto Prazo	76.161.498		
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	401.227.831.724	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	271.770.249.187
Realizável a Curto Prazo	192.461.039.011	Obrigações em Circulação	101.427.229.256
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.961.303.926	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.999.170.018
Realizável a Longo Prazo	156.196.367.802	Exigível a Longo Prazo	168.343.455.924
Permanente	50.609.120.986	Resultado de Exercícios Futuros	393.990
ATIVO REAL	499.038.892.369	PASSIVO REAL	452.990.141.326
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.048.751.043
		Patrimônio/Capital	23.991.659.109
		Reservas	11.904.702.731
		Resultado Acumulado	10.152.389.203
ATIVO COMPENSADO	407.389.508.179	PASSIVO COMPENSADO	407.389.508.179
Compensações Ativas Diversas	407.389.508.179	Compensações Passivas Diversas	407.389.508.179
TOTAL GERAL	**906.428.400.547**	**TOTAL GERAL**	**906.428.400.547**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Ativo Real

O Ativo Financeiro, que integra o Ativo Real, contém os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros ou recolhidos por estes a título de depósito, cauções, garantias, etc.

O Ativo Real, integrado pelos Ativos Financeiro e Não-Financeiro, compreende os bens e direitos constantes na Administração Indireta em 1997. Do total de R$ 499.039 milhões, os Empréstimos e Financiamentos são responsáveis por R$ 196.394 milhões (39,4%), sendo contabilizados R$ 92.299 milhões no Realizável a Curto Prazo e R$ 104.095 milhões no Longo Prazo. Essas parcelas integram o Ativo Não-Financeiro, que totalizou R$ 401.228 milhões.

No Ativo Financeiro cabe destacar o Disponível em Moeda Estrangeira, com R$ 39.821 milhões, o que significa 40,7% deste ativo.

Ativo Compensado

No Balanço Geral da União/96 este ativo alcançou R$ 379.035 milhões, e no BGU do exercício em análise atingiu R$ 407.390, sendo contabilizados R$ 249.043 milhões (61,1%) em Outras Compensações.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Passivo Real

O Passivo Financeiro, que integra o Passivo Real, registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e de outros valores recolhidos por terceiros não pagos e não devolvidos até o final do exercício financeiro.

Totalizando R$ 452.990 milhões, o Passivo Real corresponde às obrigações e representa 50,0% de todo o passivo e 90,8% do Ativo Real. Destacam-se na sua composição o Exigível a Longo Prazo, com R$ 168.343 milhões, e os Depósitos, com R$ 115.556 milhões, que juntos importam em 62,7% desse passivo.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Administração Indireta atingiu, em 1997, um volume de R$ 46.049 milhões, onde destacou-se o valor negativo de R$ 38.217 milhões relativo aos Fundos Especiais e que no caso pertence ao Fundo de Compensação e Variação Salarial — FCVS, com R$ 77.312 milhões negativos, absorvendo o valor positivo do Patrimônio Líquido dos demais fundos.

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
EXERCÍCIO - 1997

Em R$ 1,00

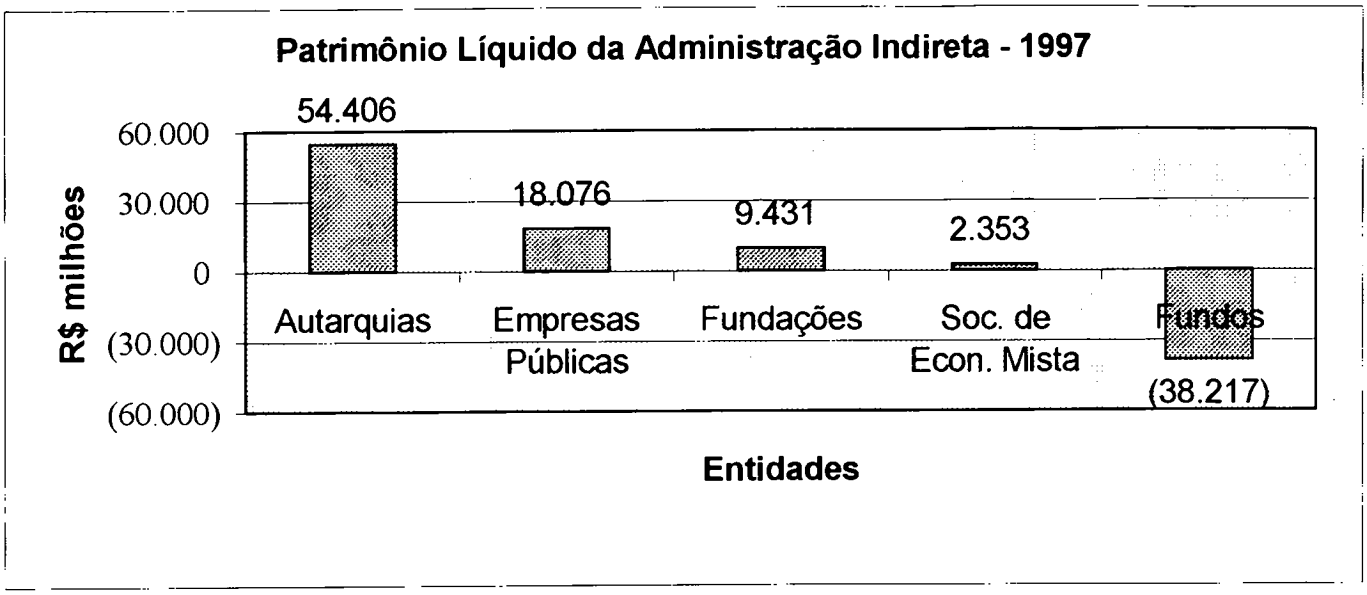
GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	499.038.892.369	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	452.990.141.326	90,8	81,8	36,3
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**46.048.751.043**	**9,2**	**18,2**	**63,7**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Os Capitais Próprios, de acordo com o quadro anterior, são responsáveis por 9,2% do Patrimônio Bruto da Administração Indireta, em 1997. Vê-se ainda que ocorreu um crescimento, da ordem de 150,1%, em relação a 1995, na participação percentual de Capitais de Terceiros.

No exercício de 1997, o Patrimônio Líquido Consolidado da Administração Indireta era composto da forma visualizada no gráfico abaixo:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário



O Patrimônio Líquido das entidades da Administração Indireta apresentou a seguinte evolução nos últimos 10 anos, ressalvando-se que o Patrimônio Líquido das Empresas Públicas somente foi considerado a partir de 1994, e em 1995 foram acrescentadas as Sociedades de Economia Mista.

R$ 1,00

ANOS	A PREÇOS CORRENTES	INFLAÇÃO -INPC (*)	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	A PREÇOS DE 1997
1988	17.167	993,30	8.797.918,7912	151.033.871.888
1989	101.875	1.863,60	448.050,4579	45.645.140.398
1990	558.582	1.585,20	26.587,3759	14.851.229.579
1991	7.969.386	475,11	4.623,0071	36.842.527.674
1992	147.420.373	1.149,05	370,1219	54.563.502.175
1993	13.302.784.841	2.489,11	14,2953	190.167.718.833
1994	782.030.341.792	929,32	1,3888	1.086.094.019.239
1995	465.491.629.083	21,98	1,1386	529.989.255.465
1996	79.390.448.785	9,12	1,0434	82.835.994.262
1997	46.048.751.043	4,34	1,0000	46.048.751.043

(*) Índice de Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE.

4.2.4 Autarquias

No exercício de 1997, a Administração Indireta era composta por 128 Autarquias, sendo que todas utilizam o SIAFI de forma total e 100 estão vinculadas ao Ministério da Educação e do Desporto. Vale ressalvar que no BGU/97 não constam os Conselhos Regionais de Contabilidade, encontrados no BGU de 1995 e no do exercício seguinte.

Encontram-se em fase de extinção, de acordo com a Lei nº 8.029, de 12.04.90, as seguintes Autarquias: Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA; Instituto Brasileiro do Café – IBC;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL; e Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS.

Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS
EXERCÍCIO - 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		1.913.881.814
Disponibilidade do Período Anterior	1.913.881.814	
(+) RECEITA GLOBAL		296.596.938.594
Receitas Correntes	38.573.882.020	
Receitas de Capital	3.582.142.121	
Transferências Recebidas	128.427.388.326	
Ingressos Extra-Orçamentários	126.013.526.126	
(-) DESPESA GLOBAL		254.410.968.976
Despesas Correntes	62.768.648.021	
Despesas de Capital	4.052.261.052	
Transferências Concedidas	102.140.036.672	
Dispêndios Extra-Orçamentários	85.450.023.231	
(=) SALDO FINAL		44.099.851.432
Disponibilidade p/o Período Seguinte	44.099.851.432	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

A análise feita a seguir é baseada no Balanço Financeiro detalhado que se encontra nos Anexos e no Volume I do BGU/97.

Receitas Correntes

As Receitas Correntes (R$ 38.574 milhões) respondem a 12,9% da Receita Global. Na composição das Receitas Correntes, a Receita de Contribuições participa com R$ 35.442 milhões (91,9%) e a segunda maior é a Receita de Serviços, que entra com R$ 1.674 milhões (4,3%). Do total da Receita de Contribuições, o INSS participou com R$ 35.099 milhões, representando 99,0% desta rubrica.

Receitas de Capital

Representando apenas 1,2% do total, as Receitas de Capital têm como principais fontes de seu subgrupo as Operações de Crédito (R$ 3.444 milhões) e as Outras Receitas de Capital (R$ 122 milhões).

Transferências Recebidas

Totalizando R$ 128.427 milhões (43,0% do total) as Transferências Recebidas são a maior fonte de recursos. A Correspondência de Débito participa com R$ 90.224 milhões (70,3% do subgrupo).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ingressos Extra-Orçamentários

Responsáveis por R$ 126.014 milhões, os Ingressos Extra-Orçamentários são o segundo maior contribuinte (42,2%) na formação da receita das Autarquias. E, entre estas, o Banco Central entra com R$ 115.020 milhões, o que representa 91,3% desses ingressos. Os Depósitos, com R$ 50.591 milhões, e as Obrigações em Circulação (R$ 39.217 milhões) são os que mais contribuem na totalização dos Ingressos Extra-Orçamentários.

Disponibilidade do Período Anterior

Ocorre uma diferença a menor entre o valor dessa Disponibilidade e o valor da Disponibilidade para o Período Seguinte, publicado no Balanço Geral da União - Exercício 1996, no montante de R$ 3.186 mil, pois o BGU/96 registrou uma disponibilidade para o período seguinte de R$ 1.917.068 mil e o BGU/97 registrou um valor de R$ 1.913.882 mil. As Aplicações Financeiras, com R$ 860 milhões, e a Conta Única do Tesouro Nacional, com R$ 720 milhões, foram as que mais contribuíram para a formação desta Disponibilidade. Deve-se esclarecer que a referida diferença é proveniente de uma nova composição de órgãos nas Autarquias em 1997, sendo que em 1996 foi registrado valores de disponibilidade para o período seguinte das autarquias no tipo de órgão Fundação, que foi corrigido no BGU/97.

Despesas Correntes

Somando R$ 62.769 milhões as Despesas Correntes são as que têm a terceira maior participação (24,7%) na Despesa Global das Autarquias. Benefícios Previdenciários (R$ 46.445 milhões) e Pessoal e Encargos Sociais (R$ 9.749 milhões) são os principais integrantes destas Despesas.

Despesas de Capital

Estas despesas totalizaram, no exercício em foco, R$ 4.052 milhões, o que representa apenas 1,6 % do total despendido. Os Investimentos (R$ 2.541 milhões) e as Inversões Financeiras (R$ 1.427 milhões) representam, nas Despesas de Capital, 62,7% e 35,2%, respectivamente. As Obras e Instalações, no valor de R$ 1.287 milhões, representaram 50,7% dos Investimentos, e a maior realização ocorreu no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, no valor de R$ 888 milhões.

Transferências Concedidas

Estas transferências, que totalizaram R$ 102.140 milhões, foram as que mais contribuíram na formação deste grupo, representando 40,1% das despesas. Como mantêm correlação com as Transferências Recebidas, subdividem-se, igualmente, em Transferências Orçamentárias (R$ 9.956 milhões), Correspondência de Créditos (R$ 90.224 milhões) e Transferências Extra-Orçamentárias (R$ 1.960 milhões).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Dispêndios Extra-Orçamentários

Atingindo R$ 85.450 milhões, o que representa 33,6% da Despesa Global, estes dispêndios constituem a segunda maior parcela dos gastos. Assim como nos Ingressos Extra-Orçamentários, os Depósitos, com R$ 38.048 milhões, e as Obrigações em Circulação, com R$ 19.783 milhões, são os que têm as maiores participações. Os Dispêndios com o BACEN atingiram R$ 75.638 milhões, o que representa 88,5% deste grupo.

Disponibilidade para o Período Seguinte

Do total de R$ 44.100 milhões disponíveis para o exercício seguinte, as Outras Disponibilidades e a Conta Única da Previdência Social contribuem, respectivamente, com R$ 39.426 milhões (89,4%) e R$ 2.324 milhões (5,3%).

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS (LEI No. 4.320/64)
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	46.488.184.914	PASSIVO FINANCEIRO	89.785.585.291
Disponível	44.099.851.432	Depósitos	50.700.280.413
Créditos em Circulação	2.388.333.482	Obrigações em Circulação	39.085.304.878
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	206.990.710.732	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	109.287.554.612
Realizável a Curto Prazo	99.784.701.652	Obrigações em Circulação	73.941.905.253
Valores Pendentes a Curto Prazo	630.182.872	Valores Pendentes a Curto Prazo	629.544.018
Realizável a Longo Prazo	86.768.300.135	Exigível a Longo Prazo	34.716.105.341
Permanente	19.807.526.072		
ATIVO REAL	253.478.895.646	PASSIVO REAL	199.073.139.903
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.405.755.742
		Patrimônio/Capital	4.422.656.187
		Reservas	6.254.097.052
		Resultado Acumulado	43.729.002.504
ATIVO COMPENSADO	289.766.216.082	PASSIVO COMPENSADO	289.766.216.082
Compensações Ativas Diversas	289.766.216.082	Compensações Passivas Diversas	289.766.216.082
TOTAL GERAL	**543.245.111.727**	**TOTAL GERAL**	**543.245.111.727**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Conforme pode ser visto no quadro anterior, o Compensado possui, no exercício de 1997, uma participação predominante (53,3% do total geral).

BALANÇO PATRIMONIAL - 1997
BANCO CENTRAL X DEMAIS AUTARQUIAS

R$ milhões

ATIVO				PASSIVO			
NATUREZA	BACEN	DEMAIS AUTARQ.	TOTAL	NATUREZA	BACEN	DEMAIS AUTARQ.	TOTAL
Financeiro	39.386	7.102	46.488	Financeiro	83.617	6.169	89.786
Não-Financeiro	147.104	59.887	206.991	Não-Financeiro	100.506	8.781	109.287
ATIVO REAL	186.490	66.989	253.479	PASSIVO REAL	184.123	14.950	199.073

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

				Patrimônio Líquido	2.367	52.039	54.406
Compensado	271.151	18.615	289.766	Compensado	271.151	18.615	289.766
TOTAL	**457.641**	**85.604**	**543.245**	**TOTAL**	**457.641**	**85.604**	**543.245**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Do total do Compensado (R$ 289.766 milhões) o Banco Central responde por R$ 271.151 milhões; já em relação ao total, o BACEN é responsável por R$ 457.641 milhões. Conclui-se, portanto, que 84,2% dos registros que compõem o Balanço Patrimonial das Autarquias correspondem ao BACEN.

PATRIMÔNIO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS CONSOLIDADO
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	253.478.895.646	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	199.073.139.903	78,5	81,9	74,3
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**54.405.755.742**	**21,5**	**18,1**	**25,7**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

A partir desse quadro comprova-se que houve um acréscimo, em relação ao exercício anterior, da participação dos Capitais Próprios relativamente ao Patrimônio Bruto das Autarquias Federais, ainda que permaneça inferior ao registrado em 1995.Conseqüentemente, houve uma diminuição de Capitais de Terceiros de igual intensidade, isto é, de 3,4 pontos percentuais.

Ativo Financeiro

Abrangendo os créditos e valores realizáveis que independem de autorização legislativa, o Ativo Financeiro totalizou R$ 46.488 milhões. Desse quantitativo, R$ 44.100 milhões (94,9%) estão no Disponível, cabendo ao subgrupo Disponível em Moeda Estrangeira R$ 39.382 milhões.

Os R$ 2.388 milhões (5,1%) complementares pertencem aos Créditos em Circulação. Os principais componentes desse subgrupo são o Limite Recebido para Pagamento de Restos a Pagar, com R$ 1.372 milhões, e os Depósitos Realizáveis a Curto Prazo, com R$ 408 milhões.

Ativo Não-Financeiro

O Ativo Não-Financeiro somou R$ 206.991 milhões, o que significa 38,1% de todo o Ativo e 81,7% do Ativo Real. Destacam-se entre os que mais contribuem para a sua composição: Realizável a Curto Prazo, com R$ 99.785 milhões (48,2%); Realizável a Longo Prazo, com R$ 86.768 milhões (41,9%); e Permanente, com R$ 19.808 milhões (9,6%).

O Realizável a Curto Prazo é representado por Bens e Valores em Circulação, no montante de R$ 56.714 milhões, e Créditos em Circulação, com R$ 43.071 milhões. Nestes

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

últimos, destacaram-se os Empréstimos e Financiamentos (R$ 41.584 milhões, dos quais R$ 41.573 milhões estão registrados no BACEN) e os Recursos Vinculados, com R$ 810 milhões. Nos Bens e Valores em Circulação o destaque são os Títulos e Valores, que somam R$ 55.538 milhões. Desse valor foi contabilizado R$ 54.964 milhões no BACEN e que representam a apropriação dos títulos públicos no mercado aberto.

No Realizável a Longo Prazo estão registrados os valores relativos aos depósitos e/ou cauções, prestados em vinculação de contratos ou convenções para garantias de operações específicas, realizáveis no curso do exercício seguinte, bem como os valores decorrentes de depósitos efetuados por determinação da justiça, além dos valores condicionados à anteposição de recursos a causas jurídicas e outras. Em 1997, este grupo alcançou R$ 86.768 milhões e foi composto, basicamente, pelos Créditos Realizáveis a Longo Prazo, no valor de R$ 86.590 milhões, dos quais R$ 39.192 milhões corresponderam a Empréstimos e Financiamentos e R$ 30.808 milhões aos Créditos da União, Estados e Municípios.

Ativo Real

Resultado da aglutinação do Ativo Financeiro com o Ativo Não-Financeiro, o Ativo Real somou R$ 253.479 milhões (dos quais R$ 186.490 milhões contabilizados no BACEN) o que representa 46,7% do Ativo Total.

Ativo Compensado

Com a importância de R$ 289.766 milhões, o Ativo Compensado responde por 53,3% do Ativo Total e compreende contas com funções precípuas de controle, relacionadas aos bens e direitos não inseridos no patrimônio, mas que direta ou indiretamente possam afetá-lo. Destacando-se com R$ 212.997 milhões estão as Outras Compensações, que são compostas por Bens e Valores em Trânsito, Importações em Andamento e Diversas Compensações.

Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis cujos pagamentos independem de autorização legislativa, e totalizou R$ 89.786 milhões no exercício de 1997. Compõe-se dos Depósitos, com R$ 50.700 milhões (56,5%), e das Obrigações em Circulação, com R$ 39.085 milhões (43,5%).

Passivo Não-Financeiro

Atingindo R$ 109.288 milhões o Passivo Não-Financeiro subdivide-se, no exercício de 1997, essencialmente em Obrigações em Circulação, com R$ 73.942 milhões (67,7%), e Exigível a Longo Prazo, com R$ 34.716 milhões (31,8%).

Este segmento do Passivo é constituído pelos saldos das obrigações a curto e longo prazos que não provocaram diretamente efeitos financeiros no patrimônio até 31/12/97 e compreende os compromissos cuja realização depende de autorização legislativa.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Passivo Real

Proveniente da soma do Passivo Financeiro com o Passivo Não-Financeiro, o Passivo Real totalizou R$ 199.073 milhões, significando 36,6% do Passivo Total.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido das Autarquias atingiu R$ 54.406 milhões em 1997. Constituem o Patrimônio Líquido: Patrimônio/Capital (R$ 4.423 milhões); Reservas (R$ 6.254 milhões); e Resultado Acumulado (R$ 43.729 milhões).

Passivo Compensado

O Passivo Compensado, no valor de R$ 289.766 milhões, representa a contrapartida dos valores registrados no Ativo Compensado e demonstra as obrigações não compreendidas no patrimônio, mas que mediata ou indiretamente possam vir a afetá-lo.

Demonstração das Variações Patrimoniais

O quadro a seguir demonstra, de forma sintética, a variação patrimonial ocorrida nas Autarquias no exercício de 1997.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DAS AUTARQUIAS FEDERAIS
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS		**684.038.374.709**
ORÇAMENTÁRIAS		172.071.108.908
Receitas	42.156.024.142	
Interferências Ativas	126.511.714.560	
Mutações Ativas	3.403.370.206	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		511.967.265.801
Receitas	17.914.812.283	
Interferências Ativas	264.841.145.062	
Acréscimos Patrimoniais	229.211.308.457	
VARIAÇÕES PASSIVAS		**684.038.374.709**
ORÇAMENTÁRIAS		173.611.416.020
Despesas	66.820.909.073	
Interferências Passivas	100.179.834.232	
Mutações Passivas	6.610.672.715	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		496.203.738.439
Despesas	20.001.894.983	
Interferências Passivas	264.885.679.757	
Decréscimos Patrimoniais	211.316.163.698	
RESULTADO PATRIMONIAL		14.223.220.250
Superávit	14.223.220.250	

Fonte: SIAFI - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Variações Ativas

Responsáveis por R$ 172.071 milhões as Variações Ativas Orçamentárias têm uma participação de 25,2% no Total das Variações Ativas (R$ 684.038 milhões). O Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 511.967 milhões, integra 74,8% das Variações Ativas.

O Movimento de Fundos a Débito (R$ 263.349 milhões), integrante das Interferências Ativas Extra-Orçamentárias, as Reavaliações de Bens (R$ 199.000 milhões), dos Acréscimos Patrimoniais Extra-Orçamentários, e a Correspondência de Débito, com R$ 90.224 milhões, componente das Interferências Ativas Orçamentárias, contribuíram respectivamente com 38,5%, 29,1% e 13,2% do total.

Variações Passivas

As Variações Passivas Orçamentárias atingiram, no exercício de 1997, R$ 173.611 milhões. Próximo ao observado nas Variações Ativas Orçamentárias, sua parcela na totalização das Variações Passivas é de 25,4%. O Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 496.204 milhões, compõe a maior parte das Variações Passivas (72,5%).

O Movimento de Fundos a Crédito, com R$ 263.349 milhões, componente das Interferências Passivas Extra-Orçamentárias, a Baixa de Bens Imóveis, dos Decréscimos Patrimoniais Extra-Orçamentários, com R$ 201.305 milhões, compreende o maior valor a entrar na composição das Variações Patrimoniais Passivas. Segue-se a Correspondência de Créditos, integrante das Interferências Passivas Orçamentárias, com R$ 90.224 milhões.

Resultado Patrimonial

As Autarquias Federais obtiveram um superávit de R$ 14.223 milhões no exercício de 1997, após amargarem um déficit em seu patrimônio, no ano antecedente, no valor de R$ 13.611 milhões.

4.2.5 Fundações Públicas

De um total de 41 Fundações Públicas, das quais uma (Fundação Roquete Pinto) encontra-se em processo de extinção e 21 são entidades com atuação na área de ensino superior. O Ministério da Educação e Desporto, com 23, e o Ministério da Cultura, com 4, são os que possuem a maior quantidade de Fundações Públicas e respondem, respectivamente, por 56,1% e 9,8% do total.

Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS
EXERCÍCIO - 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		485.075.501
Disponibilidade do Período Anterior	485.075.501	
(+) RECEITA GLOBAL		11.740.201.161

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Receitas Correntes	320.788.783	
Receitas de Capital	14.500.478	
Transferências Recebidas	8.613.003.327	
Ingressos Extra-Orçamentários	2.791.908.573	
(-) DESPESA GLOBAL		11.841.263.003
Despesas Correntes	5.694.298.565	
Despesas de Capital	379.590.244	
Transferências Concedidas	3.355.990.128	
Dispêndios Extra-Orçamentários	2.411.384.066	
(=) SALDO FINAL		384.013.659
Disponibilidade p/o Período Seguinte	384.013.659	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

A composição das receitas arrecadadas pelas Fundações Públicas foi alterada a partir de 1995 com a mudança de critérios adotada pela SOF/MPO, qual seja, a de alocar inicialmente no orçamento de cada entidade os recursos do Tesouro, tendo ainda como contrapartida financeira o repasse, controlado por meio de cota financeira.

A análise feita a seguir é baseada no Balanço Financeiro detalhado que se encontra nos Anexos e no Volume I do BGU/97.

Receitas Correntes

Com um montante de R$ 321 milhões as Receitas Correntes arrecadadas pelas Fundações Públicas são responsáveis por apenas 2,7% da Receita Global.

Na composição destas Receitas avultam as Receitas de Serviços, com R$ 128 milhões (38,8%), as Outras Receitas Correntes, com R$ 85 milhões (26,4%), as Receitas de Contribuições, com R$ 54 milhões (16,8%), e as Receitas Patrimoniais, com R$ 49 milhões (15,4%). Nestas últimas, as entidades com maior participação foram a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Jorge de Figueiredo e Medicina do Trabalho, com 14,8% e 69,6%, respectivamente. Nas Receitas de Serviços, destacam-se a Fundação Universidade de Brasília com 39,8% dessa fonte e a Fundação Nacional de Saúde, com 18,0% .

Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que atingiram somente R$ 15 milhões, têm uma participação irrisória na composição da Receita Global. Os seus componentes são: Alienação de Bens; Transferências de Capital; e Outras Receitas de Capital.

Transferências Recebidas

Responsáveis por 73,4% da Receita Global, estas Transferências totalizaram, no exercício de 1997, R$ 8.613 milhões. Na sua composição, as Transferências Orçamentárias alcançaram R$ 8.554 milhões (99,3%) e as Extra-Orçamentárias somaram R$ 59 milhões (0,7%).

Ingressos Extra-Orçamentários

Como segunda maior fonte de receitas das Fundações Públicas, os Ingressos Extra-Orçamentários atingiram R$ 2.792 milhões, o que representa 23,8% da Receita Global.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Sobressaem, neste grupo, as Obrigações em Circulação, com R$ 866 milhões, os Ajustes de Direitos e Obrigações, com R$ 807 milhões, e os Valores em Circulação, com R$ 648 milhões, correspondentes a 31,0%, 28,9% e 23,2%, respectivamente.

Disponibilidade do Período Anterior

A Disponibilidade do Período Anterior obteve um montante de R$ 485 milhões, alcançado por meio de Aplicações Financeiras, com R$ 276 milhões, da Conta Única do Tesouro Nacional, com R$ 147 milhões, e de Outras Disponibilidades, com R$ 62 milhões.

Despesas Correntes

O total de R$ 5.694 milhões das Despesas Correntes, responsável por 48,5% da Despesa Global, foi devido principalmente a Pessoal e Encargos Sociais, com R$ 3.059 milhões (53,7%), e Outras Despesas Correntes, com R$ 2.633 milhões (46,2%). As Despesas Correntes correspondem a mais de 17 vezes as Receitas Correntes das Fundações Públicas.

Os dados realizados evidenciam que as despesas básicas das Fundações foram principalmente nos grupos Pessoal e Encargos Sociais e em Outras Despesas Correntes, com destaque também para Custeio Administrativo e Transferências Intergovernamentais, aí computando Transferências a Estados, DF e Municípios, com valores de R$ 573 milhões.

Despesas de Capital

Totalizando R$ 380 milhões, no exercício de 1997, o que equivale a 3,2% da Despesa Global, as Despesas de Capital das Fundações Públicas têm como principal integrante os Investimentos, com R$ 371 milhões (97,8% destas despesas).

Transferências Concedidas

Como segunda maior componente da Despesa Global, as Transferências Concedidas atingiram R$ 3.356 milhões (28,6%). Predominam, na sua composição, as Transferências Orçamentárias, com R$ 3.338 milhões, ou seja, 99,5% das Transferências Concedidas.

Dispêndios Extra-Orçamentários

Os Dispêndios Extra-Orçamentários somaram R$ 2.411 milhões, o que significa 20,5% da Despesa Global das Fundações Públicas.

As Obrigações em Circulação, com R$ 832 milhões, os Valores em Circulação, com R$ 769 milhões, e os Ajustes de Direitos e Obrigações, com R$ 395 milhões, são os maiores responsáveis por estes dispêndios.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Disponibilidade para o Período Seguinte

Ocorreu, no exercício de 1997, um saldo positivo de toda a movimentação financeira no valor de R$ 384 milhões, o que equivale a 3,3% da Despesa Global. Contribuíram para este saldo as Aplicações Financeiras, com R$ 266 milhões; a Conta Única do Tesouro Nacional, com R$ 77 milhões; e as Outras Disponibilidades, com R$ 41 milhões.

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS (LEI No. 4.320/64)
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	1.122.210.206	PASSIVO FINANCEIRO	905.503.814
Disponível	384.013.659	Depósitos	60.931.053
Créditos em Circulação	738.196.548	Obrigações em Circulação	844.572.761
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	9.467.358.737	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	253.456.462
Realizável a Curto Prazo	323.150.064	Obrigações em Circulação	14.096.806
Valores Pendentes a Curto Prazo	158.468.473	Valores Pendentes a Curto Prazo	158.370.427
Realizável a Longo Prazo	76.725.331	Exigível a Longo Prazo	80.989.228
Permanente	8.909.014.869		
ATIVO REAL	10.589.568.943	PASSIVO REAL	1.158.960.276
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.430.608.667
		Patrimônio/Capital	1.662.079.687
		Reservas	141.620.106
		Resultado Acumulado	7.626.908.874
ATIVO COMPENSADO	3.173.638.877	PASSIVO COMPENSADO	3.173.638.877
Compensações Ativas Diversas	3.173.638.877	Compensações Passivas Diversas	3.173.638.877
TOTAL GERAL	**13.763.207.820**	**TOTAL GERAL**	**13.763.207.820**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Ativo Financeiro

Englobando os créditos e valores orçamentários que independem de autorização legislativa, o Ativo Financeiro alcançou R$ 1.122 milhões. Deste total, R$ 738 milhões (65,8%) provêm dos Créditos em Circulação e o restante, R$ 384 milhões (34,2%), do Disponível .

O saldo positivo da equação *Ativo Financeiro - Passivo Financeiro*, no valor de R$ 217 milhões, caso não esteja comprometido, será o superávit financeiro que passa a constar como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais para o próximo exercício, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64, art. 43,§ 1º, item I.

Ativo Não-Financeiro

O Ativo Não-Financeiro atingiu o montante de R$ 9.467 milhões, respondendo, portanto, por 89,4% do Ativo Real das Fundações Públicas. Compreende os valores fixos, ou seja, o conjunto de bens e direitos que não interfere na composição dos valores financeiros,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

dependendo, portanto, de autorização do Legislativo para a sua imobilização/alienação. As obrigações devidas pelas instituições, por força de lei, cujos resgates estejam previstos para prazos superiores a um ano estão registradas no Realizável a Longo Prazo.

Há de se ressaltar, no Permanente (R$ 8.909 milhões), os Bens Móveis e Imóveis, que totalizaram R$ 8.905 milhões, sendo, por conseqüência, amplamente majoritário (84,1%) na formação do Ativo Real. Isso, apesar da não correção dos Bens Móveis e Imóveis registrados na contabilidade das Instituições. Esse fato vem provocando uma erosão nos valores referentes aos direitos e bens das Fundações Públicas.

Ativo Real

Somatório do Ativo Financeiro com o Não-Financeiro, o Ativo Real evidencia as alterações patrimoniais ocorridas nas Fundações Públicas no período, e alcançou R$ 10.590 milhões, o que representa 76,9% do Ativo Total.

Ativo Compensado

O Ativo Compensado atingiu R$ 3.174 milhões, com destaque para os Direitos e Obrigações Conveniados, com R$ 2.712 milhões.

Passivo Financeiro

Compõem o Passivo Financeiro, que alcançou R$ 906 milhões, os Depósitos e as Obrigações em Circulação. Dentro desta última, cabe ressaltar os Restos a Pagar Processados, com R$ 711 milhões, onde se incluem o Pessoal a Pagar – do Exercício, com R$ 278 milhões, os Convênios a Pagar, com R$ 223 milhões, e os Fornecedores – do Exercício, com R$ 193 milhões.

Passivo Não-Financeiro

São as dívidas a longo prazo, a chamada Dívida Fundada, com prazo superior a 360 dias e que, normalmente, são contraídas para equilibrar o orçamento e/ou financiar os investimentos programados. Com um total de R$ 253 milhões o Passivo Não-Financeiro é composto por Valores Pendentes a Curto Prazo, com R$ 158 milhões, Exigível a Longo Prazo, com R$ 81 milhões, e Obrigações em Circulação, com R$ 14 milhões, representando, respectivamente, 62,5%, 31,9% e 5,6%.

Passivo Real

Obtido por meio da adição do Passivo Financeiro e do Não-Financeiro, o Passivo Real das Fundações Públicas Federais atingiu R$ 1.159 milhões.

Patrimônio Líquido

No exercício em análise, as Fundações Públicas apresentaram o Ativo Real substancialmente maior que o Passivo Real, indicando situação patrimonial superavitária no valor de R$ 9.431 milhões, o que representa 68,5% do Passivo Total.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Passivo Compensado

Compreende contas com função de controle relativas às obrigações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo. Essa conta alcançou R$ 3.174 milhões em 1997.

PATRIMÔNIO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS CONSOLIDADO
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	10.589.568.943	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	1.158.960.276	10,9	10,0	0,4
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**9.430.608.667**	**89,1**	**90,0**	**99,6**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Do quadro acima infere-se que os Capitais de Terceiros – que no exercício de 1995 tinham uma participação irrisória de 0,4% – aumentaram bastante alcançando 10,0% no exercício seguinte, e subiram ainda um pouco mais em 1997, atingindo 10,9%. Os Capitais Próprios, no entanto, continuam com enorme predominância relativamente ao Patrimônio Bruto das Fundações Públicas Federais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS		**11.989.011.365**
ORÇAMENTÁRIAS		9.384.237.569
Receitas	335.289.261	
Interferências Ativas	8.554.456.477	
Mutações Ativas	494.491.831	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		2.404.316.590
Receitas	66.736.402	
Interferências Ativas	760.448.267	
Acréscimos Patrimoniais	1.577.131.921	
RESULTADO PATRIMONIAL		200.457.206
Déficit	200.457.206	
VARIAÇÕES PASSIVAS		**11.989.011.365**
ORÇAMENTÁRIAS		9.451.496.159
Despesas	6.073.888.809	
Interferências Passivas	3.338.333.508	
Mutações Passivas	39.273.842	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		2.537.515.206
Despesas	17.430.559	
Interferências Passivas	719.558.037	
Decréscimos Patrimoniais	1.800.526.610	

Fonte: SIAFI - 1997.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Variações Ativas

Dos R$ 9.384 milhões contabilizados como Variações Ativas Orçamentárias em 1997, cerca de R$ 8.554 milhões devem-se às Transferências Financeiras Recebidas, subgrupo constante nas Interferências Ativas.

No Resultado Extra-Orçamentário (R$ 2.404 milhões), o destaque coube aos Acréscimos Patrimoniais, com R$ 1.577 milhões, o que corresponde a 65,6% deste resultado, seguido das Interferências Ativas, com R$ 760 milhões.

Variações Passivas

As Variações Passivas Orçamentárias atingiram, no exercício em análise, R$ 9.451 milhões. Contribuíram decisivamente para esse valor as Despesas, com R$ 6.074 milhões (64,4%), e as Interferências Passivas, com R$ 3.338 milhões (35,4%).

O Resultado Extra-Orçamentário, que alcançou R$ 2.538 milhões, é composto pelos Decréscimos Patrimoniais, com R$ 1.801 milhões, pelas Interferências Passivas, com R$ 720 milhões, e pelas Despesas, com R$ 17 milhões.

Resultado Patrimonial

As Fundações Públicas tiveram um déficit no Resultado Patrimonial no valor de R$ 200 milhões, muito inferior aos R$ 356.267 milhões contabilizados no exercício de 1996.

4.2.6 Fundos Especiais

De acordo com o art. 71 da Lei nº 4.320/64, o Fundo Especial é constituído pelo produto de receitas específicas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. A Administração Pública Federal gerenciou, no exercício em pauta, 53 Fundos Especiais. Destes, 40 são Gestões de Órgãos da Administração Direta e 13 são de Entidades da Administração Indireta. Os Fundos apresentam sua base de legislação na Lei nº 4.320/64, no Decreto-Lei nº 200/67 e no Decreto nº 93.872/86.

Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DOS FUNDOS ESPECIAIS
EXERCÍCIO - 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		7.711.829.202
Disponibilidade do Período Anterior	7.711.829.202	
(+) RECEITA GLOBAL		177.602.205.017
Receitas Correntes	2.985.257.023	
Receitas de Capital	452.301.861	
Transferências Recebidas	60.243.422.226	
Ingressos Extra-Orçamentários	113.921.223.906	
(-) DESPESA GLOBAL		175.901.902.102
Despesas Correntes	21.547.319.783	

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Despesas de Capital	6.545.939.400	
Transferências Concedidas	29.873.140.889	
Dispêndios Extra-Orçamentários	117.935.502.030	
(=) SALDO FINAL		9.412.132.117
Disponibilidade p/o Período Seguinte	9.412.132.117	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

O Balanço Financeiro dos Fundos Especiais detalhado, que se encontra nos Anexos, é a fonte primária da análise feita a seguir.

Receitas Correntes

As Receitas Correntes totalizaram R$ 2.985 milhões, o que corresponde a 1,7% da Receita Global. As Outras Receitas Correntes, com R$ 1.641 milhões, a Receita Patrimonial, com R$ 545 milhões, e a Receita de Serviços, com R$ 544 milhões, juntas, respondem por 91,5% das Receitas Correntes.

Receitas de Capital

A Alienação de Bens (R$ 197 milhões) e a Amortização de Empréstimos (R$ 168 milhões) são as maiores parcelas na formação das Receitas de Capital (R$ 452 milhões). Estas Receitas representam apenas 0,2% do total das receitas.

Transferências Recebidas

Estas Transferências, no exercício em análise, somaram R$ 60.243 milhões, sendo a segunda maior rubrica da Receita Global. As Transferências Orçamentárias monopolizaram estas contas alcançando R$ 60.232 milhões, compondo-se, basicamente, pelos Repasses Recebidos, que atingiram R$ 32.461 milhões, e pelos Sub-Repasses Recebidos, no valor de R$ 27.080 milhões.

Ingressos Extra-Orçamentários

Responsáveis por 64,1% da Receita Global, os Ingressos Extra-Orçamentários dos Fundos Especiais alcançaram R$ 113.921 milhões. Os Ajustes Financeiros a Crédito, com R$ 82.593 milhões, componente dos Ajustes de Direitos e Obrigações, representam 72,5% destes Ingressos.

Disponibilidade do Período Anterior

São componentes desta Disponibilidade as Aplicações Financeiras (R$ 6.148 milhões); as Outras Disponibilidades (R$ 901 milhões); e a Conta Única do Tesouro Nacional (R$ 663 milhões).

Despesas Correntes

As Despesas Correntes alcançaram um volume de R$ 21.547 milhões (12,2% da Despesa Global). As Outras Despesas Correntes, com R$ 18.049 milhões, e as despesas com

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Pessoal e Encargos Sociais, com R$ 3.331 milhões, são os componentes majoritários destas despesas.

Despesas de Capital

Dos R$ 6.546 milhões de Despesas de Capital do exercício de 1997, R$ 2.782 milhões (42,5%) provêm de gastos com Inversões Financeiras. Destacam-se ainda a Amortização da Dívida Interna, com R$ 1.358 milhões, e as Transferências Intragovernamentais, com R$ 1.285 milhões.

Transferências Concedidas

Com um total de R$ 29.873 milhões as Transferências Concedidas têm como integrante majoritário os Sub-Repasses no País (subgrupo das Transferências Orçamentárias) que alcançaram o valor de R$ 25.909 milhões (86,7% destas transferências).

Dispêndios Extra-Orçamentários

Os Dispêndios Extra-Orçamentários atingiram R$ 117.936 milhões, ou seja, 67,0% da Despesa Global. Os principais componentes desta conta são as Obrigações em Circulação, com 81.138 milhões, os Valores Diferidos, com R$ 17.002 milhões, e os Valores em Circulação, com R$ 12.440 milhões.

Disponibilidade para o Período Seguinte

Os Fundos Especiais têm em Disponibilidade para o Período Seguinte a quantia de R$ 9.412 milhões, sendo que a parcela mais significativa desse volume vem das Aplicações Financeiras (R$ 8.007 milhões).

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DOS FUNDOS ESPECIAIS (LEI No. 4.320/64)
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	21.827.474.623	PASSIVO FINANCEIRO	3.920.744.531
Disponível	9.412.132.117	Depósitos	241.488.347
Créditos em Circulação	12.415.342.507	Obrigações em Circulação	3.679.256.184
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	33.161.602.715	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	89.285.493.601
Realizável a Curto Prazo	5.475.339.842	Obrigações em Circulação	670.374.970
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.049.648.749	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.049.635.945
Realizável a Longo Prazo	24.247.148.303	Exigível a Longo Prazo	87.565.482.686
Permanente	2.389.465.820		
ATIVO REAL	54.989.077.338	PASSIVO REAL	93.206.238.132
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(38.217.160.794)
		Patrimônio/Capital	3.574.724.218
		Reservas	924.262.737
		Resultado Acumulado	(42.716.147.749)

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

ATIVO COMPENSADO	25.163.955.844	PASSIVO COMPENSADO	25.163.955.844
Compensações Ativas Diversas	25.163.955.844	Compensações Passivas Diversas	25.163.955.844
TOTAL GERAL	**80.153.033.182**	**TOTAL GERAL**	**80.153.033.182**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro, que reúne recursos sem vinculação orçamentária, alcançou, no exercício em pauta, R$ 21.827 milhões, isto representa 39,8% do Ativo Real.

As contas que mais contribuíram são a Disponível em Moeda Nacional, com R$ 9.000 milhões, ou seja, 41,2% deste Ativo, e os Depósitos Realizáveis a Curto Prazo, com R$ 8.714 milhões (39,9%).

Ativo Não-Financeiro

Abrange o conjunto de bens e direitos das entidades que não interferiram na composição dos valores financeiros. Responsável por 60,4% do Ativo Real, o Ativo Não-Financeiro R$ 33.162 milhões) tem como destaque o Realizável a Longo Prazo, com R$ 24.247 milhões; sendo, dentro deste, a subconta de maior relevância a de Empréstimos e Financiamentos, com R$ 21.933 milhões.

No Permanente (R$ 2.389 milhões) estão alocados os recursos aplicados em bens, créditos e valores cuja imobilização ou alienação dependem de autorização legislativa, com destaque para os Investimentos, que alcançaram R$ 1.416 milhões.

Ativo Real

Como somatório do Ativo Financeiro e do Ativo Não-Financeiro, esta agregação atingiu um volume de R$ 54.989 milhões no exercício de 1997.

Ativo Compensado

Abrange as contas com funções de controle relacionadas a bens e direitos e não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo. As Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens, com R$ 12.501 milhões, os Direitos e Obrigações Conveniados, com R$ 6.663 milhões, e os Direitos e Obrigações Contratuais, com R$ 5.860 milhões, contêm a maior parcela (99,4%) deste Ativo, que totalizou R$ 25.164 milhões.

Passivo Financeiro

As Obrigações em Circulação foram responsáveis por R$ 3.679 milhões, o que significa 93,8% deste Passivo, que, analogamente ao Ativo Financeiro, compreende os compromissos exigíveis cujos pagamentos independem de autorização legislativa.

Neste exercício a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro apresentou um superávit de R$ 17.907 milhões.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Passivo Não-Financeiro

Com um total de R$ 89.285 milhões este Passivo responde por 95,8% do Passivo Real e 111,4% do total Passivo, haja vista a participação negativa do Patrimônio Líquido dos Fundos. Nesse Passivo destacou-se o subgrupo Exigível a Longo Prazo, no valor de R$ 87.565 milhões, cuja maior participação foram as Outras Operações Exigíveis, com R$ 80.638 milhões, o que representa 92,1% desse Passivo.

Essas Outras Operações Exigíveis foram registradas no Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS), que teve seu Patrimônio Líquido negativo em R$ 77.312 milhões.

Passivo Real

O Passivo Real dos Fundos Especiais foi de R$ 93.206 milhões, o que representa 116,3% do Passivo Total.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, no exercício em questão, apresentou resultado negativo de R$ 38.217 milhões, que corresponde a menos 47,7% do total do Passivo. O Patrimônio/Capital contribuiu com R$ 3.575 milhões, e as Reservas com R$ 924 milhões. Por outro lado, destaque-se que o Resultado Acumulado foi deficitário em R$ 42.716 milhões.

Passivo Compensado

Como contrapartida do Ativo Compensado, o valor dessa conta foi de R$ 25.164 milhões.

PATRIMÔNIO DOS FUNDOS ESPECIAIS CONSOLIDADO
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DOS FUNDOS ESPECIAIS	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	54.989.077.338	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	93.206.238.132	169,5	79,7	26,1
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**(38.217.160.974)**	**(69,5)**	**20,3**	**73,9**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

A partir do quadro acima infere-se que houve um acréscimo de 549,4% dos Capitais de Terceiros, em relação à participação percentual de 1995, na formação do Patrimônio dos Fundos Especiais. Conseqüentemente, observa-se um declínio da participação dos Capitais Próprios, que caiu de 73,9%, em 1995, para 69,5% negativos do Patrimônio Bruto.

Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais dos Fundos Especiais, ocorridas ao longo do exercício de 1997, estão descritas no seguinte quadro:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS FUNDOS ESPECIAIS
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS		**258.059.529.653**
ORÇAMENTÁRIAS		69.405.524.779
Receitas	3.437.558.885	
Interferências Ativas	60.250.912.569	
Mutações Ativas	5.717.053.325	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		188.654.004.874
Receitas	1.052.776.324	
Interferências Ativas	93.278.129.508	
Acréscimos Patrimoniais	94.323.099.042	
VARIAÇÕES PASSIVAS		**258.059.529.653**
ORÇAMENTÁRIAS		61.077.805.742
Despesas	28.093.259.183	
Interferências Passivas	29.880.637.959	
Mutações Passivas	3.103.908.600	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		184.318.847.753
Despesas	1.965.541.271	
Interferências Passivas	93.278.122.780	
Decréscimos Patrimoniais	89.075.183.702	
RESULTADO PATRIMONIAL		12.662.876.157
Superávit	12.662.876.157	

Fonte: SIAFI - 1997.

Variações Ativas

Os R$ 258.060 milhões do total das Variações Ativas estão distribuídos da seguinte forma: Variações Ativas Orçamentárias, com R$ 69.406 milhões (26,9%); e Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 188.654 milhões (73,1%).

Nas Variações Ativas Orçamentárias sobressaem as Transferências Financeiras Recebidas, com R$ 60.247 milhões. No Resultado Extra-Orçamentário os destaques são as contas Movimento de Fundos a Débito, com um total de R$ 93.204 milhões, e Ajustes de Exercícios Anteriores, com R$ 83.700 milhões, o que, conjuntamente, representa 68,6% das Variações Ativas totais.

Variações Passivas

As Variações Passivas Orçamentárias totalizaram R$ 61.078 milhões, o Resultado Extra-Orçamentário obteve R$ 184.319 milhões, e o Resultado Patrimonial foi de R$ 12.663 milhões, o que significa 23,7%, 71,4% e 4,9%, respectivamente, do total das Variações Passivas.

Cabe destacar, no Resultado Extra-Orçamentário, o Movimento de Fundos a Crédito, no valor de R$ 93.204 milhões, e os Ajustes de Exercícios anteriores, no valor de R$ 83.738 milhões. Já nas Despesas Orçamentárias, a conta de maior relevância são as Transferências Financeiras Concedidas, que alcançam o montante de R$ 29.877 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Resultado Patrimonial

No exercício de 1997, ocorreu um incremento no Patrimônio dos Fundos Especiais da ordem de R$ 12.663 milhões, o que importa em um superávit de 4,9% do total das Variações.

4.2.7 Empresas Públicas

Existem, no âmbito da Administração Federal, 19 Empresas Públicas, destas, 17 são ativas e 2 estão em processo de extinção/incorporação (Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER). Essas Empresas exercem, basicamente, atividades de comercialização, intermediação financeira e industrialização, e estão discriminadas abaixo, com as respectivas vinculações.

QUADRO DAS EMPRESAS PÚBLICAS POR ÓRGÃO SUPERIOR

ÓRGÃO SUPERIOR	EMPRESAS PÚBLICAS	QUANTIDADE
Gabinete da Presidência da República	RADIOBRÁS	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	FINEP	1
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal	CODEBAR CODEVASF	2
Ministério da Aeronáutica	INFRAERO	1
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	EMBRAPA CONAB	2
Ministério da Fazenda	SERPRO CMB CEF	3
Ministério da Educação e Desportos	HCPA	1
Ministério do Exército	IMBEL	1
Ministério dos Transportes	GEIPOT	1
Ministério da Marinha	EMGEPRON	1
Ministério das Comunicações	ECT	1
Ministério da Previdência Social	DATAPREV	1
Ministério do Planejamento e Orçamento	BNDES	1
TOTAL		**17**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Como nos anos anteriores, no Balanço Geral da União de 1997 as empresas Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são destacadas em razão de seus ativos representarem, em conjunto, o percentual de 94,0% (contra 94,2%, em 1996, e 95,6% em 1995) do total do patrimônio das Empresas Públicas Federais. Estas, em virtude disso, foram divididas em dois grupos:

GRUPO I - traz informações sobre as duas maiores Empresas Públicas: CEF e BNDES;

GRUPO II - apresenta informações sobre as 15 Empresas Públicas restantes.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

As considerações tecidas nos tópicos *Balanço Financeiro* e *Balanço Patrimonial* dizem respeito ao conjunto das Empresas Públicas e foram baseadas nas informações constantes do BGU/97 e do Balanço Financeiro das Empresas Públicas Federais, que se encontra nos Anexos.

Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS
EXERCÍCIO - 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		17.311.082.435
Disponibilidade do Período Anterior	17.311.082.435	
(+) RECEITA GLOBAL		139.485.389.097
Receitas Correntes	686.279.413	
Receitas de Capital	1.871.170.362	
Transferências Recebidas	7.395.605.544	
Ingressos Extra-Orçamentários	129.532.333.778	
(-) DESPESA GLOBAL		137.201.155.769
Despesas Correntes	1.931.554.744	
Despesas de Capital	2.821.576.377	
Transferências Concedidas	5.072.489.140	
Dispêndios Extra-Orçamentários	127.375.535.507	
(=) SALDO FINAL		19.595.315.763
Disponibilidade para o Período Seguinte	19.595.315.763	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Receitas Correntes

Os R$ 686 milhões obtidos por estas Receitas representam somente 0,5% da Receita Global. A insignificância desse percentual resulta da alteração do critério de apropriação de receitas das entidades que integram Balancete ao SIAFI, cujos registros passaram a ser realizados, a partir de 1993, como Ingressos Extra-Orçamentários (fls. A-87, 1° Vol., BGU/1997).

Receitas de Capital

No exercício de 1997, as Receitas de Capital somaram R$ 1.871 milhões, ou seja, 1,3% do total das receitas. As Operações de Créditos, com R$ 1.070 milhões, e a Alienação de Bens, com R$ 538 milhões, foram as que mais contribuíram para a obtenção desse resultado. A CONAB foi responsável por 74,9% desse volume de recursos, na ordem de R$ 1.402 milhões.

Transferências Recebidas

Estas Transferências alcançaram R$ 7.396 milhões e são compostas por Transferências Orçamentárias (R$ 5.151 milhões), Transferências Extra-Orçamentárias (R$ 2.239 milhões) e Correspondência de Débito (R$ 5,5 milhões).

Os valores constantes deste grupo guardam estreita relação com os relativos às Transferências Concedidas, exceto quanto ao Repasse (que consta das Transferências Orçamentárias), em função da alteração do critério de apropriação adotado a partir de 1993, que passou a contemplar transferências de créditos entre órgãos originários de diferentes tipos de Entidades da Administração Federal (fl. A-88, 1° Vol., BGU/1997).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ingressos Extra-Orçamentários

Os Ingressos Extra-Orçamentários totalizaram R$ 129.532 milhões, importando em 92,9% da Receita Global. Os subgrupos Depósitos, com R$ 64.533 milhões, Obrigações em Circulação, com R$ 21.853 milhões, e Valores em Circulação, com R$ 21.386 milhões, são os de maior relevância e respondem, conjuntamente, por 83,2% destes Ingressos.

Disponibilidade do Período Anterior

No valor de R$ 17.311 milhões, esta Disponibilidade foi responsável por 12,6% da Receita Global.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes das Empresas Públicas Federais somaram apenas R$ 1.932 milhões. Isso ocorreu devido à alteração explicitada nas Receitas Correntes, levada a efeito também nas despesas.

Despesas de Capital

Participam de forma majoritária na formação destas Despesas, que importaram em R$ 2.822 milhões, as Inversões Financeiras, com R$ 1.424 milhões, e a Amortização da Dívida Interna, com R$ 1.120 milhões, o que representa 50,5% e 39,7%, respectivamente, das Despesas de Capital.

Transferências Concedidas

Com um montante de R$ 5.072 milhões, os valores contemplados nestes dispêndios relacionam-se com os encontrados nas Transferências Recebidas, ressalvando-se, entretanto, os Repasses. A justificativa para tal ressalva encontra-se nas considerações sobre as Transferências Recebidas.

Dispêndios Extra-Orçamentários

Estes Dispêndios atingiram um volume de recursos de R$ 127.376 milhões, destacando-se dos demais por integrar 92,8% da Despesa Global, sendo a maior parcela representada pela CEF e pelo BNDES, com o total de R$ 120.187 milhões. Os Depósitos, com R$ 54.723 milhões, e os Valores em Circulação, com R$ 22.525 milhões e as Obrigações em Circulação, com R$ 25.503 milhões, sobressaem neste grupo como detentores, em conjunto, de 80,7% do total desses dispêndios.

Disponibilidade para o Período Seguinte

Estão disponíveis para o exercício seguinte R$ 19.595 milhões. Dessa quantia, 98,2% (R$ 19.247 milhões) provêm de Aplicações Financeiras. A CEF e o BNDES foram responsáveis por R$ 18.837 milhões, o que equivale 96,1% desse disponível.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Públicas, no exercício de 1997, é apresentado sob duas formas, de modo a atender a legislação vigente (Lei nº 4.320/64 e Lei nº 6.404/76). A explanação contida abaixo do quadro que se segue é referente ao disposto na primeira lei citada.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS (LEI Nº 4.320/64)
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	28.226.043.730	PASSIVO FINANCEIRO	86.391.469.855
Disponível	19.595.315.763	Depósitos	64.550.607.789
Créditos em Circulação	8.554.566.469	Obrigações em Circulação	21.840.862.066
Valores Pendentes a Curto Prazo	76.161.498		
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	147.928.819.428	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	71.687.041.271
Realizável a Curto Prazo	86.669.633.591	Obrigações em Circulação	26.594.232.436
Valores Pendentes a Curto Prazo	122.939.657	Valores Pendentes a Curto Prazo	159.934.624
Realizável a Longo Prazo	44.401.000.238	Exigível a Longo Prazo	44.932.480.221
Permanente	16.735.245.942	Resultado de Exercícios Futuros	393.990
ATIVO REAL	176.154.863.158	PASSIVO REAL	158.078.511.126
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.076.352.033
		Patrimônio/Capital	11.815.799.885
		Reservas	4.265.677.878
		Resultado Acumulado	1.994.874.270
ATIVO COMPENSADO	89.224.822.083	PASSIVO COMPENSADO	89.224.822.083
Compensações Ativas Diversas	89.224.822.083	Compensações Passivas Diversas	89.224.822.083
TOTAL GERAL	**265.379.685.242**	**TOTAL GERAL**	**265.379.685.242**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Ativo Financeiro

Responsável por 16,0% do Ativo Real, no exercício de 1997, o Ativo Financeiro (R$ 28.266 milhões) é composto de forma preponderante pelo Disponível em Moeda Nacional, com R$ 19.595 milhões (69,4%), e pelos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo, com R$ 6.052 milhões (21,4%).

Ativo Não-Financeiro

Este Ativo somou R$ 147.929 milhões, isto é, 55,7% do Ativo Total. A rubrica Empréstimos e Financiamentos, constante no Realizável a Curto Prazo, com R$ 49.498 milhões, e no Realizável a Longo Prazo, com R$ 42.917 milhões, é responsável por 62,5% do Ativo Não-Financeiro.

Ativo Real

Resultado da soma dos Ativos Financeiro e Não-Financeiro, este Ativo totalizou R$ 176.155 milhões, o que importa em 66,4% do total do Ativo.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ativo Compensado

O Ativo Compensado obteve R$ 89.225 milhões, o que representa 33,6% do Ativo Total. Detêm a hegemonia deste Ativo as Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens e as Outras Compensações, participantes com R$ 46.138 milhões e R$ 36.031 milhões, respectivamente. O Ativo Compensado da CEF chegou a atingir R$ 74.119 milhões e o da INFRAERO R$ 6.651 milhões.

Passivo Financeiro

No exercício de 1997, o Passivo Financeiro alcançou R$ 86.391 milhões, o que corresponde a 54,7% do Passivo Real e 32,6% do Passivo Total. Preponderam, na sua composição, os Depósitos de Diversas Origens, com R$ 64.506 milhões (74,7% deste Passivo). O destaque foi a CEF, com R$ 80.613 milhões, equivalentes a 93,3% deste passivo.

Passivo Não-Financeiro

O Passivo Não-Financeiro atingiu R$ 71.687 milhões, o que equivale a 45,3% do Passivo Real. O Exigível a Longo Prazo, com R$ 44.932 milhões, e as Obrigações em Circulação, com R$ 26.594 milhões, somados detêm a hegemonia (99,8%) deste Passivo. O Exigível a Longo Prazo é composto basicamente pelas Operações de Crédito: Interna, com R$ 24.887 milhões, e Externa, com R$ 4.177 milhões. O BNDES respondeu nesse Passivo por R$ 43.470 milhões (60,6%) e a CEF registrou R$ 26.012 milhões (36,3%).

Passivo Real

Composto pelo somatório dos Passivos Financeiro e Não-Financeiro, o Passivo Real das Empresas Públicas foi de R$ 158.079 milhões, o que representa 59,6% do Passivo Total.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido das Empresas Públicas registrou R$ 18.076 milhões, o que equivale a 6,8% do total do Passivo. O Patrimônio/Capital prepondera na formação do Patrimônio Líquido com os R$ 11.816 milhões atingidos no exercício de 1997.

Passivo Compensado

Esta conta corresponde à contrapartida do Ativo Compensado e como tal são as mesmas as informações referentes a esses dois grupos, haja vista que, por conceito, o Sistema Compensado tem a função de controle, mantendo o equilíbrio necessário ao Balanço Patrimonial. No exercício em estudo este Passivo alcançou R$ 89.225 milhões, de acordo com o BGU/97.

Do quadro abaixo infere-se que os Capitais de Terceiros – que no exercício de 1995 tinham uma participação de 85,4% – aumentaram paulatinamente a sua predominância alcançando 89,7%, em 1997.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS
EXERCÍCIO - 1997

Em R$ 1,00

GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	176.154.863.158	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	158.078.511.126	89,7	89,2	85,4
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**18.076.352.033**	**10,3**	**10,8**	**14,6**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Balanço Patrimonial de acordo com a Lei Nº 6.404/76

No quadro que se segue observa-se a estrutura de valores do Balanço Patrimonial das Empresas Públicas, de acordo com a disposição dos grupos de contas estabelecido pela Lei nº 6.404/76.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS (LEI Nº 6.404/76)
EXERCÍCIO - 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	115.018.616.978	PASSIVO CIRCULANTE	113.145.636.915
Disponível	19.595.315.763	Depósitos	64.550.607.789
Créditos em Circulação	91.296.131.574	Obrigações em Circulação	48.435.094.502
Bens e Valores em Circulação	3.928.068.485		
Valores Pendentes a Curto Prazo	199.101.156	Valores Pendentes a Curto Prazo	159.934.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	44.401.000.238	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	44.932.480.221
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	38.011.333	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	15.628.396.916
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	44.362.988.905	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	29.304.083.305
ATIVO PERMANENTE	16.735.245.942	RESULT. DE EXERCÍC. FUTUROS	393.990
Investimentos	10.736.854.171	Receitas de Exercícios Futuros	393.990
Imobilizado	4.956.558.448	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.076.352.033
Diferido	1.041.833.323	Capital	11.815.799.885
		Reservas	4.265.677.878
		Resultado Acumulado	1.994.874.270
TOTAL GERAL	**176.154.863.158**	**TOTAL GERAL**	**176.154.863.158**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Tendo por base o disposto no quadro anterior, segue-se uma análise de alguns índices que indicam o estado financeiro das Empresas Públicas em 31/12/97. Para efeito de simplificação das contas os valores estão dispostos em milhões de reais e são utilizadas as seguintes siglas:

AC = Ativo Circulante
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AP = Ativo Permanente
PC = Passivo Circulante
PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PL = Patrimônio Líquido
PT = Passivo Total

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + PELP}{PT} = \frac{113.146 + 44.932}{176.155} = \frac{158.078}{176.155} = 0,897$$

Isto representa que do total dos recursos das Empresas Públicas os Capitais de Terceiros eram responsáveis por 89,7% e os Capitais Próprios respondiam por somente 10,3%.

Índice de Imobilização de Capital Próprio (IICP)

$$IICP = \frac{AP}{PL} = \frac{16.735}{18.076} = 0,926$$

Por intermédio do IICP deduz-se que o Patrimônio Líquido imobilizava 92,6% no Ativo Permanente e ainda sobravam 7,4% para serem investidos no restante do Ativo.

Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + PELP} = \frac{113.146}{113.146 + 44.932} = \frac{113.146}{158.078} = 0,716$$

Depreende-se, portanto, que do total de Capitais de Terceiros 71,6% vencem no curto prazo e 28,4% no longo prazo.

Índice de Liquidez Imediata (ILI)

$$ILI = \frac{Disponível}{PC} = \frac{19.595}{113.146} = 0,173$$

Constata-se, pois, que, caso as Empresas Públicas tivessem que pagar suas dívidas de curto prazo imediatamente, para cada R$ 1,00 devido só haveria R$ 0,17.

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{115.019}{113.146} = 1,02$$

Esse índice leva à conclusão de que para cada R$ 1,00 de dívidas de curto prazo existiam R$ 1,02 para cobertura, em 31/12/97.

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \frac{115.019 + 44.401}{113.146 + 44.933} = \frac{159.420}{158.079} = 1,01$$

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O ILG evidencia que, para cada R$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, o conjunto das Empresas Públicas detinha R$ 1,01 para cobertura das exigibilidades.

Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais abrangem as incorporações e desincorporações de componentes patrimoniais ativos e passivos ao longo do exercício, decorrentes ou não da execução orçamentária, e estão discriminadas abaixo, ressaltando que os dados aqui disponibilizados foram extraídos do SIAFI/97.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS		**154.335.127.531**
ORÇAMENTÁRIAS		10.801.863.449
Receitas	2.572.027.401	
Interferências Ativas	5.246.433.890	
Mutações Ativas	2.983.402.158	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		143.533.264.081
Receitas	21.450.356.966	
Interferências Ativas	115.173.080.889	
Acréscimos Patrimoniais	6.909.826.227	
VARIAÇÕES PASSIVAS		**154.335.127.531**
ORÇAMENTÁRIAS		11.362.033.872
Despesas	5.611.009.835	
Interferências Passivas	2.848.125.367	
Mutações Passivas	2.902.898.670	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		142.192.590.736
Despesas	19.706.261.083	
Interferências Passivas	115.172.730.481	
Decréscimos Patrimoniais	7.313.599.172	
RESULTADO PATRIMONIAL		780.502.922
Superávit	780.502.922	

Fonte: SIAFI - 1997.

Variações Ativas

Dos R$ 154.335 milhões computados nas Variações Ativas, sobressai o Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 143.533 milhões, compondo-se este de: Interferências Ativas, com R$ 115.173 milhões; Acréscimos Patrimoniais com R$ 6.910 milhões, e Receitas, com R$ 21.450 milhões. No Resultado Orçamentário os destaques são as Interferências Ativas, com R$ 5.246 milhões, com predominância do subgrupo Transferências Financeiras Recebidas, com R$ 5.241 milhões.

Variações Passivas

Nas Variações Passivas, assim como nas Ativas, o Resultado Extra-Orçamentário é majoritário, com R$ 142.193 milhões. A rubrica que contém o maior volume de recursos destas

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Variações são as Interferências Passivas, com R$ 115.173 milhões, destacando-se ainda as Despesas Extra-Orçamentárias, com R$ 19.706 milhões.

Resultado Patrimonial

No exercício de 1997 as Empresas Públicas tiveram um superávit no valor de R$ 781 milhões.

4.2.8 Sociedades de Economia Mista

Atualmente, no âmbito da Administração Federal, existem 12 Sociedades de Economia Mista, estando 11 ativas e uma em processo de extinção/incorporação — a Urânio do Brasil S.A. —, atuando nas áreas de pesquisas nucleares e minerais, colonização, navegação e transportes ferroviários.

Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
EXERCÍCIO – 1997

		R$ 1,00
SALDO INICIAL		154.257.954
Disponibilidade do Período Anterior	154.257.954	
(+) RECEITA GLOBAL		1.427.811.037
Receitas Correntes	158.053.842	
Receitas de Capital	80.470.276	
Transferências Recebidas	880.933.643	
Ingressos Extra-Orçamentários	308.353.276	
(-) DESPESA GLOBAL		1.448.398.392
Despesas Correntes	564.820.782	
Despesas de Capital	459.393.584	
Transferências Concedidas	160.071.862	
Dispêndios Extra-Orçamentários	264.112.164	
(=) SALDO FINAL		133.670.599
Disponibilidade para o Período Seguinte	133.670.599	

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

O Balanço Financeiro detalhado das Sociedades de Economia Mista que se encontra nos Anexos, juntamente com o BGU/97, serviram como fontes para as ponderações constantes ao longo desta explanação.

Receitas Correntes

Os R$ 158 milhões obtidos por estas Receitas representam 11,1% da Receita Global. As rubricas de maior significação nestas receitas foram a Receita Industrial, com R$ 85 milhões, e a de Receita de Serviços, com R$ 69 milhões, importando em 53,7% e 43,8%, respectivamente, destas receitas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Receitas de Capital

No exercício de 1997, as Receitas de Capital somaram R$ 80 milhões, ou seja, 5,6% do total das receitas. As Operações de Crédito, com R$ 79 milhões, e a Alienação de Bens, com R$ 1 milhão, são as contas que integram estas receitas.

Transferências Recebidas

Estas Transferências alcançaram R$ 881 milhões, sendo a principal parcela das Receitas com participação de 61,7%, e são compostas basicamente por Transferências Extra-Orçamentárias (R$ 881 milhões). Compõe-se do Repasse Recebido na Administração Indireta (R$ 721 milhões) e do Sub-Repasse Recebido no País (R$ 160 milhões).

Ingressos Extra-Orçamentários

Os Ingressos Extra-Orçamentários totalizaram R$ 308 milhões, importando em 21,6% da Receita Global. Os subgrupos Obrigações em Circulação, com R$ 214 milhões, Ajustes de Direitos e Obrigações, com R$ 61 milhões, são os de maior relevância e respondem, conjuntamente, por 89,1% destes Ingressos.

Disponibilidade do Período Anterior

No valor de R$ 154 milhões, esta Disponibilidade teve participação de 10,8% da Receita Global.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes das Sociedades de Economia Mista somaram R$ 565 milhões, o que corresponde a 39,0% da Despesa Global. Contribuíram de forma decisiva para se atingir esse valor o despendido com Pessoal e Encargos Sociais (R$ 266 milhões) e as Outras Despesas Correntes (R$ 257 milhões).

Despesas de Capital

Participam da formação destas Despesas, que importaram em R$ 459 milhões, os Investimentos, com R$ 395 milhões, a Amortização da Dívida Interna, com R$ 33 milhões, e a Amortização da Dívida Externa, com R$ 31 milhões, o que representa 86,0%, 7,2% e 6,9%, respectivamente, das Despesas de Capital.

Transferências Concedidas

Com um montante de R$ 160 milhões, esse item foi representado, integralmente, pelo Sub-Repasse Concedido no País, sendo equivalente à mesma rubrica constante nas Transferências Recebidas.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Dispêndios Extra-Orçamentários

Estes Dispêndios atingiram um volume de R$ 264 milhões, sendo o terceiro maior integrante da Despesa Global, com participação de 18,2%. As Obrigações em Circulação, com R$ 169 milhões, e os Ajustes de Direitos e Obrigações, com R$ 21 milhões, sobressaem neste grupo como detentores, em conjunto, de 71,6% do total.

Disponibilidade para o Período Seguinte

Estão disponíveis para o exercício seguinte R$ 134 milhões, dessa quantia, 41,0% (R$ 55 milhões) provêm da Conta Única do Tesouro Nacional, 37,7% (R$ 50 milhões), de Outras Disponibilidades, e 21,3% (R$ 29 milhões), de Aplicações Financeiras. A análise dos dados do Balanço Financeiro mostra que as Sociedades de Economia Mista apresentaram resultado financeiro negativo de R$ 20 milhões, no exercício considerado.

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Consolidado das Sociedades de Economia Mista, no exercício de 1997, é apresentado sob duas formas, de modo a atender a legislação vigente (Lei nº 4.320/64 e Lei nº 6.404/76). A explanação contida abaixo do quadro que se segue é referente ao disposto na primeira lei citada.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (LEI Nº 4.320/64)
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	147.147.171	PASSIVO FINANCEIRO	216.588.647
Disponivel	133.670.599	Depósitos	2.421.305
Créditos em Circulação	13.476.572	Obrigações em Circulação	214.167.342
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	3.679.340.112	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	1.256.703.242
Realizável a Curto Prazo	208.213.862	Obrigações em Circulação	206.619.790
Valores Pendentes a Curto Prazo	64.175	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.685.004
Realizável a Longo Prazo	703.193.794	Exigível a Longo Prazo	1.048.398.448
Permanente	2.767.868.281		
ATIVO REAL	3.826.487.283	PASSIVO REAL	1.473.291.889
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.353.195.394
		Patrimônio/Capital	2.516.399.131
		Reservas	319.044.959
		Resultado Acumulado	(482.248.696)
ATIVO COMPENSADO	60.875.292	PASSIVO COMPENSADO	60.875.292
Compensações Ativas Diversas	60.875.292	Compensações Passivas Diversas	60.875.292
TOTAL GERAL	**3.887.362.576**	**TOTAL GERAL**	**3.887.362.576**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ativo Financeiro

Responsável por 3,8% do Ativo Real, no exercício de 1997, o Ativo Financeiro é composto de forma preponderante pelo Disponível em Moeda Nacional, com R$ 134 milhões (91,7%), e pelos Limites Recebidos para Pagamento de Restos a Pagar e Créditos a Receber, cada um com R$ 5 milhões (7,2%, em conjunto). A maior parte das disponibilidades ficou concentrada na CBTU, no valor de R$ 89 milhões.

Ativo Não-Financeiro

Este Ativo somou R$ 3.679 milhões, isto é, 96,2% do Ativo Real. A rubrica Bens Móveis e Imóveis, constante no Imobilizado do Permanente, com R$ 3.092 milhões, é responsável por 84,0% do Ativo Não-Financeiro, ressalvando, no entanto, o decréscimo provocado pelas Depreciações, Amortizações e Exaustões, no valor de R$ 411 milhões. A CBTU e a VALEC foram as empresas que mais se destacaram neste Ativo, apresentando R$ 1.492 milhões e R$ 562 milhões, respectivamente.

Ativo Real

Resultado da soma dos Ativos Financeiro e Não-Financeiro, este Ativo totalizou R$ 3.826 milhões, o que importa em 98,4% do total do Ativo.

Ativo Compensado

O Ativo Compensado obteve R$ 61 milhões, o que representa apenas 1,6% do Ativo Total. Detêm a hegemonia deste Ativo os Direitos e Obrigações Contratuais, com R$ 44 milhões, e os Direitos e Obrigações Conveniados, com R$ 17 milhões, esses direitos, na quase totalidade, foram contabilizados na CPRM.

Passivo Financeiro

No exercício de 1997, o Passivo Financeiro alcançou R$ 217 milhões, o que corresponde a 14,7% do Passivo Real e 5,6% do Passivo Total. Preponderam, na sua composição, os Restos a Pagar Processados, com R$ 208 milhões (95,9% deste Passivo).

Passivo Não-Financeiro

O Passivo Não-Financeiro atingiu R$ 1.257 milhões, o que equivale a 85,3% do Passivo Real. As Obrigações Exigíveis a Longo Prazo (R$ 1.048 milhões) e as Obrigações em Circulação (R$ 207 milhões) respondem, em conjunto, por 85,2% do Passivo Real e 32,3% do total do Passivo. A CBTU foi a empresa com maior representatividade no Passivo Não-Financeiro, com a importância de R$ 1.065 milhões.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Passivo Real

Composto pelo somatório dos Passivos Financeiro e Não-Financeiro, o Passivo Real das Sociedades de Economia Mista foi de R$ 1.473 milhões, o que representa 37,9% do Passivo Total.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido das Sociedades de Economia Mista registrou R$ 2.353 milhões, o que equivale a 60,5% do total do Passivo. Integram as contas do Patrimônio Líquido o Patrimônio/Capital, com R$ 2.516 milhões, as Reservas, com R$ 319 milhões, e o Resultado Acumulado, que foi deficitário em R$ 482 milhões. A empresa que apresentou o maior Patrimônio Líquido foi a CBTU, no valor de R$ 1.215 milhões, o que corresponde a 51,6% do total.

Passivo Compensado

Esta conta corresponde à contrapartida do Ativo Compensado e como tal alcançou R$ 61 milhões, de acordo com o BGU/97.

A partir do quadro abaixo infere-se que houve um pequeno acréscimo de 5,7 p.p. dos Capitais de Terceiros, em relação ao percentual de 1996, na formação do Patrimônio dos Fundos Especiais. Contrariamente, a participação dos Capitais Próprios caiu de 67,2% para 61,5% do Patrimônio Bruto.

PATRIMÔNIO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

GRUPO DE PATRIMÔNIO	CONSOLIDADO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	%		
		1997	1996	1995
(+) Patrimônio Bruto (Ativo Real)	3.826.487.283	100,0	100,0	100,0
(-) Capitais de Terceiros (Passivo Real)	1.473.291.889	38,5	32,8	32,7
(=) Capitais Próprios (Patrimônio Líquido)	**2.353.195.394**	**61,5**	**67,2**	**67,3**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Balanço Patrimonial de acordo com a Lei Nº 6.404/76

No quadro que se segue observa-se a estrutura de valores do Balanço Patrimonial das Sociedades de Economia Mista, de acordo com a disposição dos grupos de contas estabelecido pela Lei nº 6.404/76.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (LEI Nº 6.404/76)
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	355.425.208	PASSIVO CIRCULANTE	424.893.441
Disponível	133.670.599	Depósitos	2.421.305
Créditos em Circulação	106.031.798	Obrigações em Circulação	420.787.132
Bens e Valores em Circulação	115.658.637		
Valores Pendentes a Curto Prazo	64.175	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.685.004
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	703.193.794	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.048.398.448
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	29.250.380	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	2.312
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	673.943.414	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	1.048.396.136
ATIVO PERMANENTE	2.767.868.281	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.353.195.394
Investimentos	725.377	Capital	2.516.399.131
Imobilizado	2.682.939.556	Reservas	319.044.959
Diferido	84.203.348	Resultado Acumulado	(482.248.696)
TOTAL GERAL	**3.826.487.283**	**TOTAL GERAL**	**3.826.487.283**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Tendo por base o disposto no quadro anterior, segue-se uma análise de alguns índices que indicam o estado financeiro das Sociedades de Economia Mista em 31/12/97. Para efeito de simplificação das contas os valores estão dispostos em milhões de reais e são utilizadas as seguintes siglas:

AC = Ativo Circulante
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AP = Ativo Permanente
AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante
PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PL = Patrimônio Líquido
PT = Passivo Total

Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

$$PCT = \frac{PC + PELP}{PT} = \frac{425 + 1.048}{3.826} = \frac{1.473}{3.826} = 0,385$$

Do total dos recursos das Sociedades de Economia Mista os Capitais de Terceiros eram responsáveis por 38,5% e os Capitais Próprios respondiam por 61,5%. Houve um acréscimo de 5,7 pontos percentuais na utilização de Capitais de Terceiros em relação ao exercício de 1996.

Índice de Imobilização de Capital Próprio (IICP)

$$IICP = \frac{AP}{PL} = \frac{2.768}{2.353} = 1,176$$

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Por intermédio do IICP deduz-se que o Patrimônio Líquido estava todo imobilizado no Ativo Permanente, e que ainda utilizava em imobilizações o referente a 17,6% do PL, com Capitais de Terceiros.

Composição do Endividamento (CE)

$$CE = \frac{PC}{PC + PELP} = \frac{425}{425 + 1.048} = \frac{425}{1.473} = 0,289$$

Depreende-se, portanto, que do total de Capitais de Terceiros 28,9% vencem no curto prazo e 71,1% no longo prazo.

Índice de Liquidez Imediata (ILI)

$$ILI = \frac{\text{Disponível}}{PC} = \frac{134}{425} = 0,315$$

Constata-se, pois, que, caso as Sociedades de Economia Mista tivessem que pagar suas dívidas de curto prazo imediatamente, para cada R$ 1,00 devido haveria R$ 0,32. Esse índice apresenta uma queda de 32%, comparativamente aos R$ 0,47 contabilizados em 1996.

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{355}{425} = 0,835$$

Esse índice indica que para cada R$ 1,00 de dívidas de curto prazo só existiam R$ 0,84, em 31/12/97.

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \frac{355 + 703}{425 + 1.048} = \frac{1.058}{1.473} = 0,718$$

O ILG evidencia que, para cada R$ 1,00 de dívidas a curto e longo prazos, o conjunto das Sociedades de Economia Mista detinha somente R$ 0,72 para cobertura das exigibilidades, o que significa uma melhora de 16,1% relativamente ao registrado em 1996 (R$ 0,62).

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais abrangem as incorporações e desincorporações de componentes patrimoniais ativos e passivos ao longo do exercício, decorrentes ou não da execução orçamentária, e estão discriminadas abaixo, ressaltando que os dados aqui disponibilizados foram extraídos do SIAFI/97.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
EXERCÍCIO – 1997

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS		**5.897.507.980**
ORÇAMENTÁRIAS		1.622.365.035
Receitas	496.689.265	
Interferências Ativas	880.833.643	
Mutações Ativas	244.842.127	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		4.275.142.944
Receitas	33.297.993	
Interferências Ativas	4.129.844.511	
Acréscimos Patrimoniais	112.000.440	
RESULTADO PATRIMONIAL		0
Déficit	0	

VARIAÇÕES PASSIVAS		**5.897.507.980**
ORÇAMENTÁRIAS		1.404.254.982
Despesas	1.024.214.366	
Interferências Passivas	160.071.862	
Mutações Passivas	219.968.754	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		4.307.444.729
Despesas	105.776.267	
Interferências Passivas	4.129.744.511	
Decréscimos Patrimoniais	71.923.951	
RESULTADO PATRIMONIAL		185.808.269
Superávit	185.808.269	

Fonte: SIAFI - 1997.

Variações Ativas

Dos R$ 5.898 milhões computados nas Variações Ativas, avulta a hegemonia do Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 4.275 milhões (72,5%), e, dentro deste, destaca-se o Movimento de Fundos a Débito, com R$ 4.130 milhões. As Variações Ativas Orçamentárias participam com R$ 1.622 milhões, tendo como item de maior relevância as Transferências Financeiras Recebidas (R$ 881 milhões), que compõe integralmente as Interferências Ativas.

Variações Passivas

Nas Variações Passivas, assim como nas Ativas, sobressai a predominância do Resultado Extra-Orçamentário, com R$ 4.307 milhões, e, por analogia, a rubrica que contém a parte majoritária destas Variações é o Movimento de Fundos a Crédito, com R$ 4.130 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Resultado Patrimonial

No exercício de 1997, as Sociedades de Economia Mista acumularam um superávit patrimonial no valor de R$ 186 milhões, após obterem um superávit de R$ 52 milhões no ano antecedente.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 01
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

TITULOS	RECEITA		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	185.437.665	175.269.845	10.167.820
Receita Tributária	62.719.870	58.624.324	4.095.546
Receita de Contribuições	93.346.346	92.849.747	496.599
Receita Patrimonial	5.916.700	5.500.032	416.668
Receita Agropecuária	78.303	58.188	20.115
Receita Industrial	173.345	156.563	16.783
Receita de Serviços	12.183.570	7.192.043	4.991.526
Transferências Correntes	255.749	197.000	58.748
Receitas Correntes a classificar	0	63.965	-63.965
Outras Receitas Correntes	10.763.782	10.627.983	135.799
RECEITAS DE CAPITAL	361.683.926	239.919.189	121.764.737
Operações de Crédito	346.735.884	226.551.750	120.184.133
Alienação de Bens	4.752.723	4.522.720	230.003
Amortização e Empréstimos	5.516.550	4.661.306	855.244
Transferências de Capital	88.656	36.435	52.220
Outras Receitas de Capital	4.590.114	4.146.977	443.137
TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL	23.864	-70.339	94.202
Repasse	64	0	64
Sub-repasse	23.800	-70.339	94.138
TOTAL	**547.145.455**	**415.118.695**	**132.026.759**

Fonte: Balanço Geral da União -1997

(Continua...)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

TÍTULOS	DESPESA		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	23.864	5.463.022	-5.439.158
CRÉDITOS ORÇAMENT. SUPLEMENTARES	21.995	5.194.920	-5.172.925
DESPESAS CORRENTES	18.822	2.797.385	-2.778.563
Pessoal e Encargos Sociais	6.190	124.277	-118.087
Juros/Encargos Dívida Externa	3	43.460	-43.457
Outras Despesas Correntes	12.629	2.629.648	-2.617.019
DESPESAS DE CAPITAL	3.173	2.397.535	-2.394.361
Investimentos	3.170	1.022.709	-1.019.539
Inversões Financeiras	0	1.338.007	-1.338.007
Amortização da Dívida Externa	3	36.818	-36.815
CRÉDITOS ESPECIAIS	1.869	262.453	-260.584
DESPESAS CORRENTES	700	31.652	-30.952
Pessoal e Encargos Sociais	0	57	-57
Juros/Encargos Dívida Externa	0	7.302	-7.302
Outras Despesas Correntes	700	24.293	-23.593
DESPESAS DE CAPITAL	1.169	230.801	-229.633
Investimento	1.169	230.801	-229.633
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0	5.649	-5.649
DESPESAS CORRENTES	0	49	-49
Outras Despesas Correntes	0	49	-49
DESPESAS DE CAPITAL	0	5.600	-5.600
Investimentos	0	5.600	-5.600
SUBTOTAL	**547.145.455**	**391.666.318**	**155.279.137**
Superávit Corrente	0	3.943.155	-3.943.155
Superávit de Capital	0	19.379.561	-19.379.561
Transferências Intragovernamentais	0	-70.339	70.339
TOTAL	**547.145.455**	**415.118.695**	**132.026.759**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 02
BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	175.269.533	DESPESAS CORRENTES	171.326.690
Receita Tributária	62.310.307	APLIC. DIR. E TRANF. INTERG.	171.326.690
Receita de Contribuições	92.884.587	Pessoal e Encargos Sociais	44.529.740
Receita Patrimonial	5.500.219	Juros e Encar. da Dívida Interna	15.925.684
Receita Agropecuária	58.228	Juros e Encar. da Dívida Externa	5.107.542
Receita Industrial	156.564	Outras Despesas Correntes	105.763.724
Receita de Serviços	7.192.213	Transf. a Est., DF e Municípios	29.935.179
Transferências Correntes	197.003	Benefícios Previdenciários	46.445.327
Receitas Correntes a classificar	63.965	Outras Despesas	29.383.218
Outras Receitas Correntes	10.634.099		
Deduções da Receita	-3.727.653		
RECEITAS DE CAPITAL	239.919.501	DESPESAS DE CAPITAL	220.539.628
Operações de Crédito	226.551.750	APLIC. DIR. E TRANSF. INTERG.	219.252.506
Alienações de Bens	4.523.033	Investimentos	7.537.833
Amortização de Empréstimos	4.661.306	Inversões Financeiras	63.745.490
Transferências de Capital	36.435	Amortiz. da Dívida Interna	142.778.040
Outras Receitas de Capital	4.146.977	Amortiz. da Dívida Externa	5.061.032
		Outras Despesas de Capital	130.111
		Transf. a Est., DF e Municípios	30.366
		Outras Despesas	99.745
		TRANSF. INTRAGOVER.	1.287.121
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	961.959.963	TRANSF. CONCEDIDAS	961.959.963
TRANSF. ORÇAMENTÁRIAS	581.980.861	TRANSF. ORÇAMENTÁRIAS	581.980.861
Cota Recebida	268.793.501	Cota Concedida	268.793.501
Repasse Recebido	67.811.760	Repasse Concedido	67.811.760
Sub-Repasse Recebido	245.375.600	Sub-Repasse Concedido	245.375.600
CORRESPOND. DE DÉBITO	92.294.668	CORRESPOND. DE CRÉDITO	92.294.668
TRANSF. EXTRA-ORÇAMEN.	287.684.434	TRANSF. EXTRA-ORÇAMEN.	287.684.434
Ordem de Transf. Recebida	2.978.732	Ordem de Transf. Concedida	2.978.732
Transferências Div. Recebidas	284.705.702	Transf. Diversas Concedidas	284.705.702

(continua...)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO - 1997
(Continuação...)

R$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENT.	209.265.258	DISPÊND. EXTRA-ORÇAMENT.	215.531.334
VALORES EM CIRCULAÇÃO	25.105.719	VALORES EM CIRCULAÇÃO	36.582.662
Rede Bancária - Arrecadação	1.465.998	Rede Bancária - Arrecadação	5.458.771
Recursos Especiais a Receber	15.504.575	Recursos Especiais a Receber	21.206.381
Valores em Trânsito Realizavéis	254.147	Valores em Trânsito Realizavéis	312.621
Créditos Tributários	48.847	Créditos Tributários	87.886
Operações de Crédito	14.352	Operações de Crédito	11.603
Recursos da União	592.393	Recursos da União	346.065
Créditos Diversos a Receber	12.059	Créditos Diversos a Receber	12.215
Recursos Vinculados	7.207.408	Recursos Vinculados	9.144.729
Outros Valores em Circulação	5.941	Outros Valores em Circulação	2.391
VALORES A CLASSIFICAR	64.759	VALORES A CLASSIFICAR	16.359
Receita a Classificar	36.158	Receita a Classificar	1
Outros Valores Pendentes	28.601	Receita Bruta	1
		Restituições	0
		Outros Valores Pendentes	16.358
VALORES DIFERIDOS	30.436.055	VALORES DIFERIDOS	30.436.055
DEPÓSITOS	1.791.283	DEPÓSITOS	1.430.105
Consignações	112.240	Consignações	80.762
Depósitos de Divers. Origens	1.679.042	Depósitos de Divers. Origens	1.349.343
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	35.949.071	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	104.795.029
Fornecedores	3.947.384	Fornecedores	1.350.174
Pessoal e Encargos a Pagar	1.181.653	Pessoal e Encargos a Pagar	583.271
Adiantamentos Recebidos	2.560.496	Adiantamentos Recebidos	541
Restos - a Pagar	4.761.565	Restos a Pagar - Inscrição	6.993.610
Incentivos a Liberar	678.757	Incentivos a Liberar	389.019
Valores em Trânsito	92.062	Valores em Trânsito	85.793
Obrigações Tributárias	17.671	Operações Especiais	83.573
Restituições de Receitas a Pagar	159	Obrigações Tributárias	17.147
Recursos a liberar por transferência	6.225	Restituições de Receitas a Pagar	1
Benefícios a Pagar	486.495	Recursos a Liberar por Transf.	2.046
Limit. conc.p/ pagto de RP's exerc. a	16	Benefícios a pagar	593.835
Limite concedido p/ pagto de RP's	16.898.857	Lim. conc. p/pagto de RP exerc.ant.	14.117.957
Recursos a liberar por transf. - VP	3.892.365	Recursos a Liberar por Transf.- VP	1.079.380
Provisões Financeiras	176.476	Ajustes do Patrimônio/Capital	61.504.858
Outras Obrigações	1.248.892	Provisões Financeiras	148.304
		Outras Obrigações	17.845.521

(continua...)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO - 1997
(Continuação...)

R$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENT.	1.058.067	DESPESA EXTRA-ORÇAMENT.	3.995.421
Receitas de Instituições Financeir	1.045.150	Despesas de Instit. Financeiras	1.969.028
Receitas de Entidades Comerciais	11.959	Despesas de Entidad. Comerciais	52.105
Receitas de Entidades Industriais	958	Despesas de Outras Entidades	1.974.288
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIG.	114.860.305	AJUSTES DE DIREIT. E OBRIG.	38.275.703
Incorporção de Direitos	20.471.759	Baixa de Direitos	10.697.744
Créd. Diversos a Receber	19.264.616	Créditos Diversos a Receber	919.713
Outras Incorporações de Direitos	1.207.143	Outras Baixas de Direitos	9.778.031
Desincorporação de Obrigações	11.240.960	Incorporação de Obrigações	20.708.426
Exercícios Anteriores	487.905	Exercícios Anteriores	17.965
Débitos a Liquidar	2.625.917	Débitos a Liquidar	2.681.204
Recursos Diversos a Liberar	8.127.076	Recursos Diversos a Liberar	17.942.942
Outras Desincorp. de Obrigações	62	Outras Incorp. de Obrigações	66.314
Ajustes de Créditos	83.147.586	Ajustes de Obrigações	2.579.213
Atualização Monetária Financeira	120.596	Atualização Monetária Financ.	10.615
Variação Cambial	135.729	Variação Cambial	92.217
Ajustes Financeiros a Crédito	82.891.260	Ajustes Financeiros a Débito	2.476.381
		Incorporação de Passivos	4.290.320
S O M A	1.586.414.255	S O M A	1.569.357.614
DISPONIB. DO EXERCÍCIO ANT.	26.072.656	DISP. P/O PERÍODO SEGUINTE	43.129.296
CONTA ÚNICA DO TES. NAC.	16.983.631	CONTA ÚNICA DO TES. NAC.	29.563.617
CONTA ÚNICA DA PREV. SOCIAL	177.965	CONTA ÚNICA DA PREV. SOCIAL	2.323.925
BANCO CENTRAL DO BRASIL	45.396	BANCO CENTRAL DO BRASIL	49.305
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.440.927	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.000.694
OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.424.737	OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.191.755
TOTAL GERAL	1.612.486.911	TOTAL GERAL	1.612.486.911

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 03
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS AUTORIZADAS E REALIZADAS POR PROGRAMAS
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

PROGRAMAS	FIXADAS		REALIZADAS		
	VALOR	% SOBRE O TOTAL	VALOR	% SOBRE O TOTAL	% (B/A)
01 - Processo Legislativo	13.111	0,002	8.721	0,002	93
02 - Fiscaliz. Financ. e Orçament. Externa	35.757	0,007	35.708	0,009	139
04 - Processo Judiciário	1.216.314	0,222	1.133.245	0,289	130
07 - Administração	26.084.451	4,768	23.389.595	5,969	125
08 - Administração Financeira	361.995.077	66,164	228.260.315	58,250	88
09 - Planejamento Governamental	3.637.466	0,665	2.527.530	0,645	97
10 - Ciência e Tecnologia	1.410.201	0,258	1.044.396	0,267	103
13 - Organização Agrária	1.522.598	0,278	1.418.248	0,362	130
14 - Produção Vegetal	53.927	0,010	29.354	0,007	76
15 - Produção Animal	88.093	0,016	65.644	0,017	104
16 - Abastecimento	4.877.127	0,891	4.178.643	1,066	120
17 - Preservação de Recursos Nat. Renov.	46.140	0,008	34.636	0,009	105
18 - Promoção e Extensão Rural	750.699	0,137	480.684	0,123	89
22 - Telecomunicações	145.700	0,027	51.129	0,013	49
26 - Defesa Aérea	525.179	0,096	403.039	0,103	107
27 - Defesa Naval	950.399	0,174	741.351	0,189	109
28 - Defesa Terrestre	1.012.070	0,185	769.176	0,196	106
29 - Serviços de Informações	307	0,000	216	0,000	98
30 - Segurança Pública	852.872	0,156	702.235	0,179	115
38 - Programação a Cargo de Est. e Munic.	27.693.136	5,062	23.497.395	5,996	118
39 - Desenvolvimento de Micro-Regiões	91.256	0,017	82.210	0,021	126
40 - Programas Integrados	951.699	0,174	646.517	0,165	95
41 - Educação da Criança de 0 a 6 anos	305.400	0,056	269.031	0,069	123
42 - Ensino Fundamental	3.884.625	0,710	3.125.937	0,798	112
43 - Ensino Médio	605.758	0,111	495.575	0,126	114
44 - Ensino Superior	4.920.819	0,899	4.604.629	1,175	131
45 - Ensino Supletivo	41.707	0,008	27.128	0,007	91
46 - Educação Física e Desportos	130.277	0,024	91.045	0,023	98
48 - Cultura	155.784	0,028	100.033	0,026	90
49 - Educação Especial	52.509	0,010	36.751	0,009	98
51 - Energia Elétrica	161.964	0,030	148.285	0,038	128
53 - Recursos Materiais	37.501	0,007	31.135	0,008	116
54 - Recursos Hídricos	1.180.436	0,216	962.577	0,246	114
57 - Habitação	2.344.774	0,429	384.511	0,098	23
58 - Urbanismo	76.666	0,014	53.749	0,014	98
59 - Regiões Metropolitanas	2.000	0,000	71	0,000	5
62 - Indústria	23.426	0,004	18.936	0,005	113
63 - Comércio	77.099	0,014	19.514	0,005	35
64 - Serviços Financeiros	15.584	0,003	2.026	0,001	18
65 - Turismo	81.279	0,015	65.195	0,017	112
SUBTOTAL	448.051.185	81,692	299.936.113	76,540	-

(continua...)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 03
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS AUTORIZADAS E REALIZADAS POR PROGRAMAS
EXERCÍCIO - 1997
(continuação)

R$ Mil

PROGRAMAS	FIXADAS		REALIZADAS		
	VALOR	% SOBRE O TOTAL	VALOR	% SOBRE O TOTAL	% (B/A)
66 - Normatiz. e Fisc. da Ativ. Empresarial	3.109	0,001	2.922	0,001	131
72 - Política Exterior	465.286	0,085	449.170	0,115	135
75 - Saúde	15.501.156	2,833	14.011.810	3,576	126
76 - Saneamento	987.864	0,181	634.623	0,162	90
77 - Proteção ao Meio Ambiente	191.949	0,035	121.320	0,031	88
78 - Proteção ao Trabalhador	6.774.412	1,238	4.954.998	1,264	102
79 - Seg. Higiene e Medicina do Trabalho	44.812	0,008	29.364	0,007	91
80 - Relações do Trabalho	35.864	0,007	5.122	0,001	20
81 - Assistência	2.860.713	0,523	2.132.782	0,544	104
82 - Previdência	66.907.562	12,229	66.198.655	16,893	138
84 - Prog. de Form. do Pat. do Servi. Públ.	52.281	0,077	43.866	0,011	15
87 - Transporte Aéreo	419.419	0,422	368.751	0,094	22
88 - Transporte Rodoviário	2.309.980	0,422	1.527.180	0,390	92
89 - Transporte Ferroviário	432.068	0,079	404.235	0,103	131
90 - Transporte Hidroviário	933.431	0,171	600.989	0,153	90
91 - Transporte Urbano	591.384	0,108	444.417	0,113	105
99 - Reserva de Contingência	559.117	0,102	0	0,000	0
TOTAL GERAL	**547.121.591**	**100,00**	**391.866.317**	**100,00**	-

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 04
DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL
EXECUÇÃO FINANCEIRA
EVOLUÇÃO - 1988/1997

Fluxos Acumulados em R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	1996 Jan.-Dez.	1997 Jan.-Dez.	Participações 1996	Participações 1997	Variações % 1997/1996
A - RECEITA DO TESOURO NACIONAL	108.507	119.579	100,0	100,0	10,2
- Receita de Tributos	102.619	112.032	94,6	93,7	9,2
- Receita das Operações Oficiais de Crédito	5.744	7.440	5,3	6,2	29,5
- Remuneração das Disponib. no B.B.	144	107	0,1	0,1	(25,7)
B - DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	118.781	125.396	100,0	100,0	5,6
- Pessoal e Encargos Sociais	45.291	44.193	38,1	35,2	(2,4)
- Transferência a Estados e Municípios	23.310	25.830	19,6	20,6	10,8
- Outras Vinculações	7.046	7.367	5,9	5,9	4,6
- Encargos da Dívida Mobiliária Federal	12.171	10.485	10,2	8,4	(13,9)
- Encargos da Dívida Interna e Externa	5.779	8.028	4,9	6,4	38,9
- Operações Oficiais de Crédito	2.594	2.609	2,2	2,1	0,6
- Custeio de Investimento	20.009	24.917	16,8	19,9	24,5
- Restos a Pagar	2.581	1.967	2,2	1,6	(23,8)
C - RESULTADO DE CAIXA (A - B)	(10.274)	(5.817)	-	-	(43,4)
D - FINANCIAMENTOS	11.996	20.038	100,0	100,0	67,0
- Operações com Títulos Públicos Federais	23.317	29.751	194,4	148,5	27,6
- Transferência dos Resultados do Bancen	0	0	0,0	0,0	0,0
- Remuneração das Disponib. do Banco Central	3.783	3.950	31,5	19,7	4,4
- Amortiz. da Dívida Contratada - Interna/Exter	(5.911)	(10.234)	(49,3)	(51,1)	73,1
- Renegociação da Dívida Externa	0	0	0,0	0,0	0,0
- Aquisição de Garantias	(7.319)	(166)	(61,0)	(0,8)	(97,7)
- Encargos da Div. Mob. da carteira do Bacen	(1.874)	(3.263)	(15,6)	(16,3)	74,1
E - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL (C+D)	1.722	14.221	-	-	725,8

Fonte: Banco Central do Brasil
Obs: O valores constantes na Tabela são calculados com a data base de Dez/97

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 05
BALANÇO PATRIMONIAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	79.365.405	PASSIVO FINANCEIRO	37.077.049
DISPONÍVEL	43.129.296	DEPÓSITOS	2.072.662
Disponível em Moeda Nacional	42.595.957	Consignações	112.240
Disponível em Moeda Estrang.	533.339	Depósitos de Diversas Origens	1.679.042
		Recursos do Tesouro	281.379
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	36.236.108	OBRIG. EM CIRCULAÇÃO	35.004.387
Créditos a Receber	5.644.231	RESTO A PAGAR PROCES.	6.050.100
Limite de saque c/vinc. pagament.	3.892.365	Fornecedores - do exercício	2.633.764
Recursos a Rec. do Tes. - Fundos	237.093	Fornecedores - de exerc. ant.	31.284
		Contr.de Progr.de Repasse a pag	48.597
		Convênios a Pagar	1.233.739
Recursos a Rec. - Gestão Tes.	102.405	Pessoal a Pagar - do exercício	1.052.417
Limite recebido p/pagt. de RP	16.898.857	Pessoal a Pagar - de exerc. ant.	48.622
Recursos da União	4.803	Encargos Sociais a Recolher	80.614
Depósitos Realiz. a Curto Prazo	9.143.733	Provisões Diversas	176.476
Valores em Trânsito Realizáveis	312.621	Obrigações Tributárias	17.671
		Débitos Diversos a Pagar	726.918
		REST. A PAGAR N. PROCES.	3.780.903
		A Liquidar	3.751.215
		Liquidados	29.689
		CREDORES DIVERSOS	1.225.249
		ADIANT. RECEBIDOS	2.560.496
		VALORES EM TRANS. EXIG.	92.062
		REC. ESP. A LIB. P/ TRANSF.	6.225
		REC. A LIB. P/ VINC. PGTO.	3.892.365
		REC. A LIB. - GESTÃO FUND	110.961
		LIMITE CONC. P/ PGTO. de RP	16.898.857
		OUTRAS OBRIG. A PAGAR	351.015
		REC. REALIZ. EXERC. SEGUINT	36.153

(Continua...)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO PATRIMONIAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO - 1997
(continuação...)

R$ Mil

ATIVO NÃO FINANCEIRO	567.309.607	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	410.262.677
REALIZ. A CURTO PRAZO	43.819.567	OBRIG. EM CIRCULAÇÃO	122.326.661
		DIFERIDO	16.248
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	35.890.298	PROVISÕES	90.561
Fornecimento a Receber	217.929	REC. A LIBERAR P/ RP	16
Créditos Parcelados	8.107.985	OPER. DE CRÉD. EM LIQ.	6.458
Diversos Responsáveis	1.456.618	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	122.120.173
Empréstimos e Financiamentos	25.080.570	Internas	121.505.344
Adiantamentos Concedidos	472.496	Externas	614.830
Recursos Vinculados	30.570	ADIANT. DIVERS. RECEB.	90.935
Lim. rec. p/pagt. de RP Exerc. Ant.	17	OUTROS CREDORES	695
Outros Créditos em Circulação	526.051	OUTROS DÉBITOS A PAGAR	1.080
Provisão p/ Dev. Duvidosos	-1.939	OUTRAS OBRIG. TRIBUT.	494
		VAL. PEND. A C. PRAZO	9.723.519
		RESTITUIÇÕES	5
BENS E VALORES EM CIRC.	7.929.269	VALORES DIFERIDOS	9.694.913
Estoques	4.350.636	OUTROS VAL. PENDENTES	28.601
Títulos e Valores	3.337.212		
Materiais em Trânsito	159.253		
Títulos e Valores em Trânsito	82.168		
VALORES PEND. A C. PRAZO	9.715.446		
Despesas Antecipadas	20.482		
Valores Diferidos	9.694.913		
Custos a apropriar	51		

(Continua...)

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO PATRIMONIAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO - 1997
(continuação...)

R$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	353.004.638	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	278.212.497
DEPÓS. REAL. A L. PRAZO	39.835	DEPÓSITOS EXIG. A L. PRAZO	99
Depósito Compulsório	6.392	OBRIG. EXIG. A L. PRAZO	278.212.398
Recursos Vinculados	33.443	Operações de Crédito - Internas	136.817.984
CRÉD. REAL. A LONG. PRAZO	352.964.803	Operações de Crédito - Externas	58.615.578
Créd. da União, Est. e Municíp.	141.336.898	Obrigações Legais e Tributárias	1.315.180
Incentivos Fiscais	11.172.615	Obrigações a Pagar	126.733
Empréstimos e Financiamentos	195.602.415	Outras Operações Exigíveis	81.336.923
Créditos a Receber	5.272.134		
Prov. p/ Perdas Prováveis	-470.709		
Outros Créditos	51.450		
PERMANENTE	160.769.956		
INVESTIMENTOS	70.804.692	PASSIVO REAL	447.339.726
Participações Societárias	69.580.978		
Partic. em Fundos e Condomínios	1.242.629	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.335.286
Outros Investimentos	114.657	PATRIMÔNIO/CAPITAL	181.823.460
Provisão p/ Perdas Prováveis	-133.572	RESERVAS	8.061.837
IMOBILIZADO	89.877.923	RESULTADO ACUMULADO	9.449.989
Bens Móveis e Imóveis	90.739.929		
Títulos e Valores	116		
Bens Intangíveis	31.470		
Deprec., Amortiz. e Exaustão	-893.592		
DIFERIDO	87.341		
ATIVO REAL	646.675.012	SOMA	646.675.012
ATIVO COMPENSADO	220.566.023	PASSIVO COMPENSADO	220.566.023
COMPENS. ATIVAS DIVERSAS	220.566.023	COMPENS. PAS. DIVERSAS	220.566.023
Respons. por Tít., Valores e Bens	18.491.979	Val., Tit. e Bens sob Respons.	18.491.979
Garantias de Valores	44.161.761	Valores em Garantia	44.161.761
Direitos e Obrig. Conveniados	37.527.820	Direitos e Obrig. Conveniados	37.527.820
Direitos e Obrig. Contratuais	115.839.632	Direitos e Obrig. Contratadas	115.839.632
Outras Compensações	4.544.832	Compensações Diversas	4.544.832
TOTAL GERAL	**867.241.035**	**TOTAL GERAL**	**867.241.035**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 06
DIVERSOS RESPONSÁVEIS POR ÓRGÃO
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

ÓRGÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO P/ O EXERC. SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
Câmara dos Deputados	154	61	40	175
Senado Federal	44	79	12	112
Justiça Militar	0	0	0	0
Justiça Eleitoral	28	0	4	25
Justiça do Trabalho	25	46	15	1
Presidência da República (1)	11.084	10.355	20.693	1
Min. da Adm. e Ref. do Estado	237.223	187.749	8.866	416.107
Min. Planejamento e Orçamento (2)	7.168	23.472	2.711	27.930
Ministério da Agricultura e Abastecimento(3)	81.757	44.390	18.413	107.734
Ministério do Bem-Estar Social	0			0
Ministério da Ciência e Tecnologia	263	27	56	234
Ministério da Fazenda	16.840	1.443	1.298	16.984
Ministério da Educação	71.494	72.077	23.091	120.480
Ministério do Exército	150	103	6	247
Ministério da Ind., Comércio e do Turismo	2.712	545	26	3.231
Ministério da Justiça	7.589	6.385	2.289	11.684
Ministério da Marinha	39	1	0	40
Ministério das Minas e Energia	248	46	45	248
Ministério da Previdência Social	36.397	6.058	20.294	22.161
Ministério Público da União	0			0
Ministério das Relações Exteriores	202	217	139	280
Ministério da Saúde	441.326	364.489	98.546	707.268
Ministério do Trabalho	4.781	5.753	264	10.270
Ministério dos Transportes	99	3.657	3.658	97
Ministério das Comunicações	72	47	28	90
Ministério da Cultura	1.617	1	91	1.526
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Amazônia Legal (4)	3.041	3.616	314	6.343
Gab. Extraordinário de Política Fundiária (5)	1.921	1.487	864	2.545
TOTAL	**926.275**	**732.105**	**201.763**	**1.455.816**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997
(1) Incluído a Advocacia-Geral da União
(2) Incluído o antigo Ministério da Integração Regional e excluído o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (R$ 2.387)
(3) Excluído a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (R$ 38.727) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (R$ 1.921.287)
(4) É o antigo Ministério do Meio Ambiente incluído o Departamento Nac. de Obras contra as Secas (R$ 2.387) a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (R$ 38.727)
(5) Incluído o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (R$ 1.921.287)

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 07
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
GESTÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/97

R$ Milhões

UNIDADES FEDERATIVAS	SALDO 1996	INSCRIÇÃO	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	CORREÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ACRÉSCIMOS	SALDO DEZEMBRO 97
Acre	23	20	1	7	12	46
Alagoas	236	2.745	6	80	19	2.913
Amazonas	589	3.542	14	16	(3.052)	1.050
Bahia	693	1.351	10	51	519	2.503
Ceará	806	544	5	5	242	1.582
D. Federal	611	365	6	394	376	951
E. Santo	515	829	6	361	4	981
Goiás	578	86	6	119	296	836
Maranhão	186	600	2	2	0	782
M. Grossso	204	1.955	3	91	151	2.215
M.G. Sul	372	90	2	4	81	537
M. Gerais	3.799	475	17	676	2.551	6.132
Pará	464	435	3	150	2	748
Paraíba	297	79	2	0	66	439
Paraná	815	1.244	11	143	6	1.911
Pernambuco	5.454	1.526	3	0	(1.167)	5.810
Piauí	65	24	1	2	2	87
R. Janeiro	5.181	4.129	45	131	2.634	11.758
Rio G. Norte	146	156	3	1	59	358
Rio G. Sul	2.035	1.156	20	560	906	3.516
S. Catarina	743	510	20	0	18	1.251
São Paulo	16.307	39.236	76	10	2.880	58.337
Sergipe	114	211	1	3	58	379
TOTAL	**40.231**	**61.306**	**266**	**2.804**	**6.665**	**105.132**

Fonte: Nota Técnica DINCO/CCONT/STN no. 14

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 08
DEMONSTRATIVO DA CONTA OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNAS
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

NATUREZA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA EXERC. SEGUINTE
		DÉBITO RESGATE	CRÉDITO EMISSÃO	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	144.984.913	34.271.269	147.609.684	258.323.327
CURTO PRAZO	93.203.680	5.355.567	33.657.231	121.505.344
Em Títulos	90.639.309	25.068	29.414.468	120.028.709
= LTN	49.101.077	0	37.536.101	86.637.178
= LBC	0	0	19.504.973	19.504.973
= NTN - Série Especial	41.281.209	390	(28.064.594)	13.216.226
= Outros Títulos	257.023	24.678	437.988	670.333
Em Contratos	15.598	3.029.326	3.307.583	293.855
Financiamento em Circulação	2.548.773	2.301.173	935.179	1.182.779
= Financ. do Ativo Permanente	29.791	18.927	8.759	19.622
= Financ. do Capital de Giro	2.514.626	2.282.246	924.245	1.156.625
= Financ. p/ Const. de Imóv. Habit.	4.356	0	2.176	6.532
LONGO PRAZO	51.781.233	28.915.702	113.952.453	136.817.984
Em Títulos	27.014.084	8.036.109	95.921.079	114.899.054
Em Contratos	23.626.497	20.819.557	17.271.462	20.078.402
Financiamento em Circulação	672.904	34.805	337.456	975.555
Outras	467.748	25.232	422.457	864.973
OPER. DE CRÉD. EM LIQUIDAÇÃO	6.353	150.302.366	150.302.311	6.299
DÉBITOS EM LIQUIDAÇÃO	56	150.280.969	150.280.969	56
LTN	0	92.530.000	92.530.000	0
OTN	56	0	0	56
NTN - Série Especial	0	57.750.969	57.750.969	0
OUTROS DÉBITOS	6.297	21.396	21.342	6.243
TOTAL	144.991.266	184.573.635	297.911.995	258.329.626

Fonte; Balanço Geral da União - 1997

Elenir G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 09
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
ORÇAMENTÁRIAS	1.424.402.475	ORÇAMENTÁRIAS	1.334.780.513
RECEITAS CORRENTES	175.269.533	DESPESAS CORRENTES	171.326.690
Receita Tributária	62.310.307		
Receita de Contribuições	92.884.587		
Receita Patrimonial	5.500.219		
Receita Agropecuária	58.228		
Receita Industrial	156.564		
Receita de Serviços	7.192.213		
Transf. Intragovernamentais	4		
Outras Transferências	196.999		
Receitas Corrrentes a Classificar	63.965		
Outras Receitas Correntes	10.634.099		
Outras Deduções	-3.727.653		
RECEITAS DE CAPITAL	239.919.501	DESPESAS DE CAPITAL	220.539.628
Operações de Crédito	226.551.750		
Alienação de Bens	4.523.033		
Amortização de Empréstimos	4.661.306		
Outras Transferências	36.435		
Outras Receitas de Capital	4.146.977		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	687.716.142	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	687.716.142
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS	595.421.474	TRANSF. FINANC. CONCEDIDAS	595.421.474
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS	92.294.668	CORRESP. DE CRÉDITOS	92.294.668
MUTAÇÕES ATIVAS	321.497.299	MUTAÇÕES PASSIVAS	255.198.054
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	163.718.222	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	17.696.268
Aquisições de Bens	7.828.503	Alienação de Bens	17.744
Incorporação de Créditos	155.659.006	Liquidação de Créditos	15.911.176
Custos de Bens e Serviços - Incorp.	125.628	Custo de Bens e Serviços - Baixa	679.052
Gastos e Despesas Diferidos	93.852	Baixa de Forn. a Rec./Ent. Com.	1.053.974
Outras Incorporações Ativas	11.232	Baixa de Forn. a Rec./Ent Ind.	22.747
		Outras Desincorporações de Ativos	11.574
DESINCORP. DE PASSIVOS	157.779.077	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	237.501.785

(continua...)

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO - 1997
(continuação...)

R$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	924.326.726	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	903.438.247
RECEITAS EXT.-ORÇAMENT.	2.072.935	DESPESAS EXT.-ORÇAMENT.	4.045.606
Receitas de Inst. Financeiras	1.045.150	Despesas de Instit. Financeiras	1.969.028
Receitas de Entidades Comerciais	1.002.753	Despesas de Emp. Comerciais	102.290
Receitas de Entidades Industriais	25.031	Despesas de Entidades Autáquicas	1.974.288
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	396.020.922		
Transf. de Bens e Val. Recebidos	4.263.668	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	396.020.922
Transf. Financeiras Recebidas	3.412.780	Transf. de Bens e Val. Conced.	4.263.668
Movimento de Fundos a Débito	388.318.145	Transf. Financeiras Concedidas	3.412.780
Outras Interferências Ativas	26.330	Movimento de Fundos a Crédito	388.318.145
		Outras Interferências Passivas	26.330
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	526.232.869	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	503.371.719
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	92.792.752	DESINCORPOR. DE ATIVOS	319.827.214
Incorporação de Bens Imóveis	3.405.391	Baixa de Bens Imóveis	249.490.522
Incorporação de Bens Móveis	1.867.560	Baixa de Bens Móveis	4.775.542
Incorporação de Bens Intang.	5.691	Baixa de Bens Intangíveis	3.302
Incorporação de Tít. e Valores	1.187.222	Baixa de Títulos e Valores	938.366
Incorporação de Disponib.	825	Baixa de Direitos	64.619.482
Incorporação de Direitos	86.326.063		
AJUSTE DE BENS, VALORES		AJUSTE DE BENS, VALORES	
E CRÉDITOS	263.492.832	E CRÉDITOS	1.006.284
Reavaliação de Bens	202.639.705	Desvalorização de Bens	3.600
Reaval. de Títulos e Valores	1.592.457	Desvalorização de Tít. e Valores	807.746
Ajustes de Créditos	59.214.954	Ajustes de Créditos	122.677
Outros Ajustes Patrimoniais	45.715	Depr., Amortiz. e Exaustão	72.261
DESINCORP. DE PASSIVOS	66.013.082	INCORPOR. DE PASSIVOS	53.920.578
AJUSTE DE OBRIGAÇÕES	819	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	34.958.358
VALORIZAÇÕES DIVERSAS	4	RESULT. DA EQUIVAL. PATRIM.	8.383.385
AJUST. MONT. DO BAL.	480	AJUST. DE EXERC. ANTERIORES	84.692.330
RESULT. DA EQUIVAL. PATRIM.	19.133.556	DECRÉSCIMOS PATRIM. DIVERS.	583.571
AJUST. DE EXERC. ANTERIORES	84.389.788		
ACRÉSCIMOS PATRIM. DIVERSOS	409.557		
		RESULTADO PATRIM.	110.510.441
		SUPERAVIT	110.510.441
TOTAL GERAL	2.348.729.201	TOTAL GERAL	2.348.729.201

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 10
RESULTADO PATRIMONIAL INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
REC. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.072.935	DESP. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.045.606
Receitas de Inst. Financeiras	1.045.150	Despesas de Instituições Financeiras	1.969.028
Receitas de Entidades Comerciais	1.002.753	Despesas de Empresas Comerciais	102.290
Receitas de Entidades Industriais	25.031	Despesas de Entidades Autárquicas	1.974.288
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	395.948.788	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	396.020.922
Transf. de Bens e Val. Recebidos	4.263.668	Transf. de Bens e Val. Concedidos	4.263.668
Transf. Financeiras Recebidas	3.412.780	Transf. Financeiras Concedidas	3.412.780
Movimento de Fundos a Débito	388.246.010	Movimento de Fundos a Crédito	388.318.145
Outras Interferências Ativas	26.330	Outras Interferências Passivas	26.330
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	526.232.869	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	503.371.719
Incorporações de Ativos	92.792.752	Desincorporações de Ativos	319.827.214
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	263.492.832	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	1.006.284
Desincorporação de Passivos	66.013.082	Incorporações de Passivos	53.920.578
Ajustes de Obrigações	819	Ajustes de Obrigações	34.958.358
Valorizações Diversas	4	Result. da Equivalência Patrimonial	8.383.385
Ajustes Monetários do Balanço	480	Ajustes de Exercícios Anteriores	84.692.330
Resultado da Equivalência Patrim.	19.133.556	Decréscimos Patrimoniais Diversos	583.571
Ajustes de Exercícios Anteriores	84.389.788		
Acréscimos Patrimoniais Diversos	409.557		
		RESULTADO PATRIMONIAL	20.888.479
		SUPERAVIT	20.888.479
TOTAL GERAL	924.254.591	TOTAL GERAL	924.326.726

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 11
RESULTADO PATRIMONIAL EM RAZÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO - 1997

R$ Mil

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	415.189.034	DESP. ORÇAMENTENTÁRIAS	391.866.317
Receitas Correntes	175.269.533	Despesas Correntes	171.326.690
Receitas de Capital	239.919.501	Despesas de Capital	220.539.628
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	687.716.142	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	687.716.142
Transf. Financeiras Recebidas	595.421.474	Transf. Financeiras Concedidas	595.421.474
Correspondência de Débitos	92.294.668	Correspondência de Créditos	92.294.668
MUTAÇÕES ATIVAS	321.497.299	MUTAÇÕES PASSIVAS	255.198.054
		RESULTADO PATRIMONIAL	89.621.962
		SUPERAVIT	89.621.962
TOTAL GERAL	**1.424.402.475**	**TOTAL GERAL**	**1.424.402.475**

Fonte: Balanço Geral da União -1997

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (LEI Nº 4.320/64)
Autarquias Federais, Fundações Públicas, Fundos Especiais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Exercício - 1997

R$1,00

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	97.811.060.645	PASSIVO FINANCEIRO	181.219.892.139
Disponível	73.624.983.569	Depósitos	115.555.728.907
Disponível em Moeda Nacional	33.803.776.687	Consignações	100.071.394
Disponível em Moeda Estrangeira	39.821.206.882	Depósitos de Diversas Origens	115.279.446.488
		Recursos do Tesouro Nacional	176.211.025
Créditos em Circulação	24.109.915.577	Obrigações em Circulação	65.664.163.231
Créditos a Receber	2.537.215.309	Restos a Pagar Processados	5.799.161.156
Limite de Saque c/Vinc. de Pagamento	1.011.303.253	Fornecedores - do Exercício	2.210.082.905
Rec. a Receber do Tesouro - Fundos	237.093.436	Fornecedores - de Exercíc. Anteriores	23.634.037
Recursos a Rec. - Gestão Tes. Nacional	102.405.484	Convênios a Pagar	913.710.776
Limite Recebido p/Pagamento de RP's	4.613.899.601	Pessoal a Pagar - do Exercício	817.236.055
Recursos da União	4.800.905	Pessoal a Pagar - de Exerc. Anteriores	15.184.198
		Encargos Sociais a Recolher	501.096.019
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	15.181.370.050	Provisões Diversas	310.458.199
Valores em Trânsito Realizáveis	421.827.538	Obrigações Tributárias	258.165.498
Valores Pendentes a Curto Prazo	76.161.498	Débitos Diversos a Pagar	749.593.469
Outros Valores a Classificar	76.161.498	Restos a Pagar - Não Processados	941.558.571
		A Liquidar	941.558.571
		Credores Diversos	42.076.464.202
		Adiantamentos Recebidos	2.560.538.106
		Valores em Trânsito Exigíveis	35.727.461
		Recursos a Liberar p/Vinculaç. de Pgto.	690.787.632
		Limite Concedido p/Pagamento de RP's	1.013.657.090
		Outras Obrigações a Pagar	12.510.115.981
		Receitas Realizáveis no Exerc. Seguinte	36.153.033
ATIVO NÃO FINANCEIRO	401.227.831.724	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	271.770.249.187
Realizável a Curto Prazo	192.461.039.011	Obrigações em Circulação	101.427.229.256
Créditos em Circulação	128.330.862.179	Diferido	1.684.431
Fornecimentos a Receber	630.576.793	Provisões	2.925.017.563
Créditos Parcelados	137.270	Recursos a Liberar p/Restos a Pagar	15.672
Diversos Responsáveis	933.592.692	Lim.Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	15.672
Empréstimos e Financiamentos	92.299.448.712	Operações de Créditos em Liquidação	34.041.811
Adiantamentos Concedidos	447.107.709	Operações de Crédito	98.059.869.286
Recursos Vinculados	11.917.198.105	Internas	74.601.324.434
Limite Recebido p/Pgto. RP's Ex. Ant.	15.672	Externas	23.458.544.852
Outros Créditos em Circulação	22.117.832.866	Adiantamentos Diversos Recebidos	105.040.093
Provisão p/Devedores Duvidosos	(15.047.639)	Outros Credores - Entidades e Agentes	299.986.600
Bens e Valores em Circulação	64.130.176.832	Outros Débitos a Pagar	1.080.185
Estoques	1.592.134.358	Outras Obrigações Tributárias	493.616
Títulos e Valores	61.560.400.557		
Materiais em Trânsito	1.357.762		
Metais Preciosos	995.836.461		
Títulos e Valores em Trânsito	82.168.265		
Provisão para Perdas Prováveis	(101.720.571)		
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.961.303.926	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.999.170.018
Despesas Antecipadas	4.390.828	Receita Bruta	1.793.628
Valores Diferidos	1.937.379.907	Restituições	3.410
Custos a Apropriar	19.533.190	Valores Diferidos	1.937.379.907
		Outros Valores Pendentes	59.993.073
Realizável a Longo Prazo	156.196.367.802	Exigível a Longo Prazo	168.343.455.924
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	245.738.414	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	24.574.412.128
Depósitos Compulsórios	10.042.564	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	143.769.043.796
Recursos Vinculados	235.695.850	Operações de Crédito - Interna	51.958.842.969
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	155.950.629.388	Operações de Crédito - Externa	8.918.843.171
Créditos da União, Est. e Municípios	30.808.487.242	Obrigações Legais e Tributárias	1.405.430.283

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (LEI Nº 4.320/64)
Autarquias Federais, Fundações Públicas, Fundos Especiais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Exercício - 1997

R$1,00

ATIVO		PASSIVO	
Incentivos Fiscais	10.248.640.118	Obrigações a Pagar	133.503.075
Empréstimos e Financiamentos	104.094.506.439	Outras Operações Exigíveis	81.352.424.298
Créditos a Receber	6.747.546.167		
Provisão para Perdas Prováveis	(4.491.759.102)		
Outros Créditos	8.543.208.524		
Permanente	50.609.120.986		
Investimentos	17.214.510.139	Resultado de Exercícios Futuros	393.990
Participação Societária	12.324.546.529	Receitas de Exercícios Futuros	393.990
Participaç. em Fundos e Condomínios	18.308.890		
Outros Investimentos	5.195.156.793		
Provisão para Perdas Prováveis	(323.502.073)		
Imobilizado	32.268.513.179		
Bens Móveis e Imóveis	35.591.520.953		
Títulos e Valores	115.934		
Bens Intangíveis	20.697.177		
Depreciações,Amortizaç. e Exaustões	(3.343.820.885)		
Diferido	1.126.097.668		
ATIVO REAL	499.038.892.369	PASSIVO REAL	452.990.141.326
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.048.751.043
		Patrimônio/Capital	23.991.659.109
		Reservas	11.904.702.731
		Resultado Acumulado	10.152.389.203
ATIVO COMPENSADO	407.389.508.179	PASSIVO COMPENSADO	407.389.508.179
Compensações Ativas Diversas	407.389.508.179	Compensações Passivas Diversas	407.389.508.179
Responsabil. p/Valores, Títulos e Bens	59.391.213.217	Valores,Títulos e Bens sob Responsab.	59.391.213.217
Garantias de Valores	59.844.508.778	Valores em Garantia	59.844.508.778
Direitos e Obrigações Conveniados	21.405.689.391	Direit. e Obrigações Conveniados	21.405.689.391
Direitos e Obrigações Contratuais	17.705.417.046	Direitos e Obrigações Contratadas	17.705.417.046
Outras Compensações	249.042.679.746	Compensações Diversas	249.042.679.746
TOTAL GERAL	**906.428.400.547**	**TOTAL GERAL**	**906.428.400.547**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Autarquias Federais, Fundações Públicas, Fundos Especiais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	42.724.261.082	DESPESAS CORRENTES	92.506.641.895
Receita Tributária	10.883.664	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	92.506.641.895
Receita de Contribuições	35.658.301.220	Pessoal e Encargos Sociais	17.579.585.100
Receita Patrimonial	1.049.798.009	Juros e Encargos da Dívida Interna	182.179.461
Receita Agropecuária	58.170.501	Juros e Encargos da Dív. Externa	134.048.033
Receita Industrial	100.389.038	Outras Despesas Correntes	74.610.829.300
Receita de Serviços	2.931.576.260	Transferências a Est., DF e Municíp...	5.922.773.444
Transferências Correntes	53.091.272	Benefícios Previdenciários	46.445.326.782
Outras Transferências Correntes	53.091.272	Outras Despesas	22.242.729.075
Receitas Correntes a Classificar	64.386.352		
Outras Receitas Correntes	2.799.230.081		
Deduções da Receita	(1.565.316)		
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.585.099	DESPESAS DE CAPITAL	14.258.760.658
Operações de Crédito	4.604.085.699	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	12.973.936.800
Alienação de Bens	749.697.682	Investimentos	4.589.069.137
Amortização de Empréstimos	318.489.794	Inversões Financeiras	5.635.402.517
Transferências de Capital	16.177.476	Amortização da Dívida Interna	2.516.615.790
		Amortização da Dívida Externa	200.982.444
Outras Transferências de Capital	16.177.476	Outras Despesas de Capital	31.866.912
		Transferências a Est., DF e Municíp...	30.365.743
Outras Receitas de Capital	312.134.448	Outras Despesas	1.501.169
		Transferências Intragovernamentais	1.284.823.858
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	205.560.353.067	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	140.601.728.691
Transferências Orçamentárias	111.105.557.456	Transferências Orçamentárias	46.143.681.364
Cota Recebida	690.968.911	Cota Concedida	620.391.292
Administração Direta	388.911.999	Administração Direta	318.334.380
Administração Indireta	309.708.568	Administração Indireta	309.708.568
Diferida	(7.651.655)	Diferida	(7.651.655)
Repasse Recebido	67.378.378.904	Repasse Concedido	2.499.073.644
Administração Direta	5.160.425.774	Administração Direta	2.158.018.046
Administração Indireta	62.217.953.130	Administração Indireta	341.055.598
Sub-Repasse Recebido	43.036.209.640	Sub-Repasse Concedido	43.024.216.428
No País	40.887.426.265	No País	40.885.309.127
No Exterior	219.055.124	No Exterior	209.179.049
Diferido	1.929.728.252	Diferido	1.929.728.252
Correspondência de Débito	90.233.239.951	Correspondência de Crédito	90.233.239.951
Desincorporação de Receita	44.465.231.775	Incorporação de Receita	44.465.231.775
Incorporação de Despesa	45.768.008.177	Desincorporação de Despesa	45.768.008.177
Transferências Extra-Orçamentárias	4.221.555.660	Transferências Extra-Orçamentárias	4.224.807.376
Ordem de Transferência Recebida	182.564.788	Ordem de Transferência Concedida	186.096.504
No País	182.564.788	No País	186.096.504
Transferências Diversas Recebidas	4.038.990.872	Transferências Diversas Concedidas	4.038.710.872
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	372.567.345.659	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	333.436.556.999
Valores em Circulação	41.882.852.796	Valores em Circulação	45.873.334.752
Rede Bancária - Arrecadação	180.710.747	Rede Bancária - Arrecadação	325.385.229
Recursos Especiais a Receber	3.995.253.196	Recursos Especiais a Receber	6.007.174.730
Valores em Trânsito Realizáveis	789.136.385	Valores em Trânsito Realizáveis	421.827.538
Créditos Tributários	1.199.282.410	Créditos Tributários	1.589.974.697
Operações de Crédito	14.352.103	Operações de Crédito	11.603.152
Recursos da União	486.207.498	Recursos da União	231.351.303
Créditos Diversos a Receber	13.760.492	Créditos Diversos a Receber	631.497.931
Contribuições Sociais	508.164	Contribuições Sociais	433.400
Outros Créditos	13.252.328	Outros Créditos	631.064.531
Recursos Vinculados	35.198.208.988	Recursos Vinculados	36.645.882.287
Outros Valores em Circulação	5.940.977	Outros Valores em Circulação	8.637.885

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Valores a Classificar	142.117.224	Valores a Classificar	118.409.326
Receita a Classificar	37.950.071	Receita a Classificar	1.794.397
Receita Bruta	1.793.628	Receita Bruta	1.794.003
Restituições	3.410	Restituições	394
Receitas Realizáveis no Ex. Seguinte	36.153.033		
Outros Valores Pendentes	104.167.153	Outros Valores Pendentes	116.614.929
Valores Diferidos	14.927.898.131	Valores Diferidos	18.386.118.830
Depósitos	115.379.517.882	Depósitos	93.025.114.210
Consignações	100.071.394	Consignações	76.075.703
Depósitos de Diversas Origens	115.279.446.488	Depósitos de Diversas Origens	92.949.038.507
Obrigações em Circulação	65.923.650.943	Obrigações em Circulação	127.424.321.856
Fornecedores	3.147.427.718	Fornecedores	1.076.706.477
Do Exercício	2.210.082.905		
De Exercícios Anteriores	23.634.037	De Exercícios Anteriores	1.076.706.477
Convênios a Pagar	913.710.776		
Pessoal e Encargos a Pagar	1.333.516.272	Pessoal e Encargos a Pagar	868.797.968
Adiantamentos Recebidos	2.560.538.106	Adiantamentos Recebidos	552.229
Restos a Pagar	1.237.576.394	RP's Não Processados - Inscrição	2.966.921.157
Não Processados a Liquidar	941.558.571		
Cancelado	296.017.824		
Valores em Trânsito	35.727.461	Valores em Trânsito	67.333.607
		Operações Especiais	339.216
Obrigações Tributárias	258.165.498	Obrigações Tributárias	502.588.639
		Restituições de Receitas a Pagar	65
		Recursos a Liberar p/Transferência	142.202
Benefícios a Pagar	486.745.221	Benefícios a Pagar	593.835.193
Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	15.672	Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	1.053.894.012
Limite Concedido p/Pagamento de RP's.	1.013.657.090		
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	690.787.632	Recursos a Liberar p/Transferência-VP	149.259.104
		Ajustes do Patrimônio/Capital	72.481.057.369
Provisões Financeiras	310.065.448	Provisões Financeiras	161.702.052
Outras Obrigações	54.849.428.432	Outras Obrigações	47.501.192.568
Receita Extra-Orçamentária	36.130.543.610	Despesa Extra-Orçamentária	37.121.680.344
Receitas de Instituições Financeiras	34.707.832.582	Despesas de Instituições Financeiras	30.755.911.284
Receitas de Entidades Comerciais	1.312.331.818	Despesas de Entidades Comerciais	1.369.610.406
Receitas de Entidades Industriais	110.379.210	Desp. e Custos de Entidad. Industriais	3.021.870.363
		Despesas de Entidades Autárquicas	1.974.288.290
Ajustes de Direitos e Obrigações	98.180.765.073	Ajustes de Direitos e Obrigações	11.487.577.681
Incorporação de Direitos	5.433.084.193	Baixa de Direitos	2.143.041.678
Créditos Diversos a Receber	5.035.728.796	Créditos Diversos a Receber	192.459.516
Outras Incorporações de Direitos	397.355.397	Outras Baixas de Direitos	1.950.582.162
Desincorporação de Obrigações	1.442.827.655	Incorporação de Obrigações	1.221.276.289
Exercícios Anteriores	367.129.000	Exercícios Anteriores	14.662.836
Débitos a Liquidar	6.919	Débitos a Liquidar	43.773.093
Recursos Diversos a Liberar	1.075.593.093	Recursos Diversos a Liberar	1.141.403.476
Outras Desincorporaç. de Obrigações	98.643	Outras Incorporações de Obrigações.	21.436.884
Ajustes de Créditos	91.304.853.225	Ajustes de Obrigações	6.375.079.923
Atualização Monetária Financeira	120.641.052	Atualização Monetária Financeira	23.829.921
Variação Cambial	25.453.845	Variação Cambial	29.073.967
Ajustes Financeiros a Crédito	91.158.758.328	Ajustes Financeiros a Débito	6.322.176.035
		Incorporação de Passivos	1.748.179.791
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	27.576.126.906	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	73.624.983.569
Conta Única do Tesouro Nacional	1.698.983.665	Conta Única do Tesouro Nacional	1.564.750.974
Conta Única da Previdência Social	177.964.968	Conta Única da Previdência Social	2.323.925.131
Aplicações Financeiras	24.317.690.897	Aplicações Financeiras	29.149.636.284
Outras Disponibilidades	1.381.487.375	Outras Disponibilidades	40.586.671.180
TOTAL GERAL	**654.428.671.812**	**TOTAL GERAL**	**654.428.671.812**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	38.573.882.020	DESPESAS CORRENTES	62.768.648.021
Receita Tributária	10.883.510	Aplicação Direta e Transfer. Intergov..	62.768.648.021
Receita de Contribuições	35.442.309.815	Pessoal e Encargos Sociais	9.748.531.303
Receita Patrimonial	416.304.048	Juros e Encargos da Dívida Interna	8.021.040
Receita Agropecuária	24.162.878	Juros e Encargos da Dívida Externa	51.693.065
Receita Industrial	12.665.453	Outras Despesas Correntes	52.960.402.612
Receita de Serviços	1.674.492.982	Transferências a Est., DF e Municíp.	2.323.616.421
Transferências Correntes	29.605.332	Benefícios Previdenciários	46.443.611.753
Outras Transferências Correntes	29.605.332	Outras Despesas	4.193.174.438
Receitas Correntes a Classificar	869.180		
Outras Receitas Correntes	962.589.615		
Deduções da Receita	(792)		
RECEITAS DE CAPITAL	3.582.142.121	DESPESAS DE CAPITAL	4.052.261.052
Operações de Crédito	3.444.215.183	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	4.052.261.052
Alienação de Bens	9.981.965	Investimentos	2.541.197.255
Amortização de Empréstimos	6.369.492	Inversões Financeiras	1.426.880.154
		Amortização da Dívida Interna	3.040.595
		Amortização da Dívida Externa	79.641.880
		Outras Despesas de Capital	1.501.169
Outras Receitas de Capital	121.575.482	Outras Despesas	1.501.169
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	128.427.388.326	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	102.140.036.672
Transferências Orçamentárias	36.287.773.141	Transferências Orçamentárias	9.955.892.813
Repasse Recebido	26.469.994.093	Repasse Concedido	138.113.765
Administração Direta	802.403.189	Administração Direta	1.370.000
Administração Indireta	25.667.590.904	Administração Indireta	136.743.765
Sub-Repasse Recebido	9.817.779.048	Sub-Repasse Concedido	9.817.779.048
No País	9.188.659.345	No País	9.188.659.345
Diferido	629.119.703	Diferido	629.119.703
Correspondência de Débito	90.223.941.419	Correspondência de Crédito	90.223.941.419
Desincorporação de Receita	44.457.722.265	Incorporação de Receita	44.457.722.265
Incorporação de Despesa	45.766.219.154	Desincorporação de Despesa	45.766.219.154
Transferências Extra-Orçamentárias	1.915.673.766	Transferências Extra-Orçamentárias	1.960.202.440
Ordem de Transferência Recebida	124.212.561	Ordem de Transferência Concedida	168.741.236
No País	124.212.561	No País	168.741.236
Transferências Diversas Recebidas	1.791.461.204	Transferências Diversas Concedidas	1.791.461.204
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	126.013.526.126	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	85.450.023.231
Valores em Circulação	10.952.194.324	Valores em Circulação	10.124.872.685
Rede Bancária - Arrecadação	180.317.079	Rede Bancária - Arrecadação	324.941.205
Recursos Especiais a Receber	1.396.500.799	Recursos Especiais a Receber	1.629.075.713
Valores em Trânsito Realizáveis	32.247.654	Valores em Trânsito Realizáveis	15.618.759
Créditos Tributários	404.746	Créditos Tributários	5.477.181
Recursos da União	109.248.262	Recursos da União	153.734.257
Créditos Diversos a Receber	5.620.230	Créditos Diversos a Receber	5.434.549
Contribuições Sociais	47.050	Contribuições Sociais	282.436
Outros Créditos	5.573.180	Outros Créditos	5.152.113
Recursos Vinculados	9.227.053.180	Recursos Vinculados	7.989.584.195
Outros Valores em Circulação	802.374	Outros Valores em Circulação	1.006.826
Valores a Classificar	47.445.105	Valores a Classificar	1
Receita a Classificar	19.585.747	Receita a Classificar	1
Receita Bruta	1	Receita Bruta	1
Restituições	3.014		
Receitas Realizáveis no Ex. Seguinte	19.582.732		
Outros Valores Pendentes	27.859.359		
Valores Diferidos	805.414.896	Valores Diferidos	805.414.896
Depósitos	50.591.043.641	Depósitos	38.047.502.908
Consignações	47.093.939	Consignações	17.277.349
Depósitos de Diversas Origens	50.543.949.703	Depósitos de Diversas Origens	38.030.225.558

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS FEDERAIS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Obrigações em Circulação	39.217.012.288	Obrigações em Circulação	19.782.690.330
Fornecedores	1.975.753.328	Fornecedores	451.264.936
Do Exercício	1.366.712.148		
De Exercícios Anteriores	2.273.655	De Exercícios Anteriores	451.264.936
Convênios a Pagar	606.767.525		
Pessoal e Encargos a Pagar	366.535.218	Pessoal e Encargos a Pagar	137.140.651
Adiantamentos Recebidos	2.560.469.034		
Restos a Pagar	185.066.146	RP's Não Processados - Inscrição	1.356.540.835
Não Processados a Liquidar	33.776.004		
Cancelado	151.290.142		
Valores em Trânsito	5.568.897	Valores em Trânsito	29.042.579
		Operações Especiais	339.216
Obrigações Tributárias	185.418	Obrigações Tributárias	92.811
		Restituições de Receitas a Pagar	65
		Recursos a Liberar p/Transferência	142.202
Benefícios a Pagar	483.323.553	Benefícios a Pagar	593.835.193
Limite Concedido p/Pagamento de RP's	165.064.322	Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	480.778.716
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	71146989,37	Recursos a Liberar p/Transferência-VP	13.935.497
		Ajustes do Patrimônio/Capital	3.467.263
		Provisões Financeiras	410
Outras Obrigações	33.403.899.381	Outras Obrigações	16.716.109.958
Receita Extra-Orçamentária	17.902.474.100	Despesa Extra-Orçamentária	15.738.622.173
Receitas de Instituições Financeiras	17.902.474.100	Despesas de Instituições Financeiras	13.764.333.883
		Despesas de Entidades Autárquicas	1.974.288.290
Ajustes de Direitos e Obrigações	6.497.941.772	Ajustes de Direitos e Obrigações	950.920.239
Incorporação de Direitos	1.378.823.596	Baixa de Direitos	329.032.934
Créditos Diversos a Receber	1.373.858.534	Créditos Diversos a Receber	14.172.398
Outras Incorporações de Direitos	4.965.062	Outras Baixas de Direitos	314.860.536
Desincorporação de Obrigações	555.305.671	Incorporação de Obrigações	176.099.741
Exercícios Anteriores	316.805.857	Exercícios Anteriores	46.806
Débitos a Liquidar	6.919	Débitos a Liquidar	
Recursos Diversos a Liberar	238.488.199	Recursos Diversos a Liberar	171.083.176
Outras Desincorporaç. de Obrigações	4.697	Outras Incorporações de Obrigações	4.969.759
Ajustes de Créditos	4.563.812.505	Ajustes de Obrigações	9.501.188
		Atualização Monetária Financeira	2.097
Ajustes Financeiros a Crédito	4.563.812.505	Ajustes Financeiros a Débito	9.499.091
		Incorporação de Passivos	436.286.376
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	1.913.881.814	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	44.099.851.432
Conta Única do Tesouro Nacional	720.489.084	Conta Única do Tesouro Nacional	747.935.140
Conta Única da Previdência Social	177.964.968	Conta Única da Previdência Social	2.323.925.131
Aplicações Financeiras	860.076.485	Aplicações Financeiras	1.601.800.376
Outras Disponibilidades	155.351.278	Outras Disponibilidades	39.426.190.784
TOTAL GERAL	**298.510.820.408**	**TOTAL GERAL**	**298.510.820.408**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	320.788.783	DESPESAS CORRENTES	5.694.298.565
Receita Tributária	154	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	5.694.298.565
Receita de Contribuições	53.957.524	Pessoal e Encargos Sociais	3.058.668.879
Receita Patrimonial	49.479.049	Juros e Encargos da Dívida Interna	996.189
Receita Agropecuária	276.178	Juros e Encargos da Dívida Externa	1.300.264
Receita Industrial	2.433.202	Outras Despesas Correntes	2.633.333.233
Receita de Serviços	127.617.222	Transferências a Est., DF e Municíp.	572.796.448
Transferências Correntes	2.286.145	Benefícios Previdenciários	11.978
Outras Transferências Correntes	2.286.145	Outras Despesas	2.060.524.807
Receitas Correntes a Classificar	637		
Outras Receitas Correntes	84.738.671		
RECEITAS DE CAPITAL	14.500.478	DESPESAS DE CAPITAL	379.590.244
Alienação de Bens	3.122.787	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	379.590.244
Transferências de Capital	138.865	Investimentos	371.147.440
Outras Transferências de Capital	138.865	Inversões Financeiras	2.384.726
Outras Receitas de Capital	11.238.826	Amortização da Dívida Interna	1.898.549
		Amortização da Dívida Externa	4.159.529
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	8.613.003.327	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	3.355.990.128
Transferências Orçamentárias	8.554.456.477	Transferências Orçamentárias	3.338.333.508
Repasse Recebido	5.402.643.945	Repasse Concedido	193.158.015
Administração Direta	70.978.245		
Administração Indireta	5.331.665.699	Administração Indireta	193.158.015
Sub-Repasse Recebido	3.151.812.533	Sub-Repasse Concedido	3.145.175.493
No País	2.903.552.536	No País	2.901.529.545
No Exterior	89.889.569	No Exterior	85.275.521
Diferido	158.370.427	Diferido	158.370.427
Transferências Extra-Orçamentárias	58.546.850	Transferências Extra-Orçamentárias	17.656.620
Ordem de Transferência Recebida	58.149.204	Ordem de Transferência Concedida	17.258.974
No País	58.149.204	No País	17.258.974
Transferências Diversas Recebidas	397.646	Transferências Diversas Concedidas	397.646
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	2.791.908.573	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	2.411.384.066
Valores em Circulação	647.534.768	Valores em Circulação	768.983.722
Recursos Especiais a Receber	588.255.025	Recursos Especiais a Receber	714.368.487
Valores em Trânsito Realizáveis	15.321.347	Valores em Trânsito Realizáveis	11.463.946
Créditos Tributários	21.861	Créditos Tributários	41.683
Recursos da União	39.971.879	Recursos da União	35.505.931
Créditos Diversos a Receber	3.678.576	Créditos Diversos a Receber	352.148
Contribuições Sociais	9.557	Contribuições Sociais	6.922
Outros Créditos	3.669.018	Outros Créditos	345.226
Recursos Vinculados	132.816	Recursos Vinculados	7.199.322
Outros Valores em Circulação	153.264	Outros Valores em Circulação	52.205
Valores a Classificar	7.532.046	Valores a Classificar	310
Receita a Classificar	7.532.046	Receita a Classificar	310
Receitas Realizáveis no Ex. Seguinte	7.532.046	Receita Bruta	310
Valores Diferidos	384.711.338	Valores Diferidos	384.711.338
Depósitos	21.817.497	Depósitos	12.577.408
Consignações	9.658.531	Consignações	9.303.446
Depósitos de Diversas Origens	12.158.966	Depósitos de Diversas Origens	3.273.962
Obrigações em Circulação	866.071.052	Obrigações em Circulação	832.260.308
Fornecedores	418.159.195	Fornecedores	140.548.512
Do Exercício	192.522.752		
De Exercícios Anteriores	2.389.079	De Exercícios Anteriores	140.548.512
Convênios a Pagar	223.247.365		
Pessoal e Encargos a Pagar	293.233.846	Pessoal e Encargos a Pagar	128.053.990
Restos a Pagar	58.621.147	RP's Não Processados - Inscrição	273.970.505
Não Processados a Liquidar	29.590.810		
Cancelado	29.030.337		

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Valores em Trânsito	10.684.746	Valores em Trânsito	28.267.681
Obrigações Tributárias	11.674	Obrigações Tributárias	66.437
Limite Concedido p/Pagamento de RP's	44.307.010	Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	144.466.489
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	17714298,76	Recursos a Liberar p/Transferência-VP	2.330.214
		Ajustes do Patrimônio/Capital	59.431.432
Outras Obrigações	23.339.134	Outras Obrigações	55.125.048
Receita Extra-Orçamentária	57.059.657	Despesa Extra-Orçamentária	17.430.559
Receitas de Instituições Financeiras	57.059.657	Despesas de Instituições Financeiras	17.430.559
Ajustes de Direitos e Obrigações	807.182.215	Ajustes de Direitos e Obrigações	395.420.421
Incorporação de Direitos	644.044.084	Baixa de Direitos	263.365.604
Créditos Diversos a Receber	642.180.290	Créditos Diversos a Receber	5.799.192
Outras Incorporações de Direitos	1.863.793	Outras Baixas de Direitos	257.566.412
Desincorporação de Obrigações	158.002.211	Incorporação de Obrigações	44.941.745
Exercícios Anteriores	10.363.484	Exercícios Anteriores	1.328
Recursos Diversos a Liberar	147.638.727	Recursos Diversos a Liberar	44.940.417
Ajustes de Créditos	5.135.920	Ajustes de Obrigações	59.254.143
Variação Cambial	3.992.537	Variação Cambial	6.137.472
Ajustes Financeiros a Crédito	1.143.384	Ajustes Financeiros a Débito	53.116.670
		Incorporação de Passivos	27.858.929
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	485.075.501	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	384.013.659
Conta Única do Tesouro Nacional	146.965.326	Conta Única do Tesouro Nacional	76.818.466
Aplicações Financeiras	276.444.460	Aplicações Financeiras	265.804.657
Outras Disponibilidades	61.665.715	Outras Disponibilidades	41.390.536
TOTAL GERAL	**12.225.276.662**	**TOTAL GERAL**	**12.225.276.662**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DOS FUNDOS ESPECIAIS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	2.985.257.023	DESPESAS CORRENTES	21.547.319.783
Receita de Contribuições	162.033.881	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	21.547.319.783
Receita Patrimonial	544.730.391	Pessoal e Encargos Sociais	3.330.732.643
Receita Agropecuária	17.076.446	Juros e Encargos da Dívida Interna	135.997.604
Receita Industrial	344.413	Juros e Encargos da Dívida Externa	31.137.154
Receita de Serviços	544.113.533	Outras Despesas Correntes	18.049.452.382
Transferências Correntes	18.622.562	Transferências a Est., DF e Municíp.	3.026.202.717
Outras Transferências Correntes	18.622.562	Benefícios Previdenciários	127.851
Receitas Correntes a Classificar	57.038.671	Outras Despesas	15.023.121.814
Outras Receitas Correntes	1.641.297.125		
RECEITAS DE CAPITA	452.301.861	DESPESAS DE CAPITAL	6.545.939.400
Operações de Crédito	11.287.709	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	5.261.115.542
Alienação de Bens	197.010.124	Investimentos	1.037.462.208
Amortização de Empréstimos	168.147.669	Inversões Financeiras	2.781.888.380
Transferências de Capital	1.970.566	Amortização da Dívida Interna	1.358.482.467
Outras Transferências de Capital	1.970.566	Amortização da Dívida Externa	52.916.744
Outras Receitas de Capital	73.885.793	Outras Despesas de Capital	30.365.743
		Transferências a Est., DF e Municíp.	30.365.743
		Transferências Intragovernamentais	1.284.823.858
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	60.243.422.226	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	29.873.140.889
Transferências Orçamentárias	60.231.810.856	Transferências Orçamentárias	29.861.536.246
Cota Recebida	690.968.911	Cota Concedida	620.391.292
Administração Direta	388.911.999	Administração Direta	318.334.380
Administração Indireta	309.708.568	Administração Indireta	309.708.568
Diferida	(7.651.655)	Diferida	(7.651.655)
Repasse Recebido	32.460.835.767	Repasse Concedido	2.166.494.950
Administração Direta	4.280.046.030	Administração Direta	2.156.648.046
Administração Indireta	28.180.789.737	Administração Indireta	9.846.904
Sub-Repasse Recebido	27.080.006.177	Sub-Repasse Concedido	27.074.650.004
No País	25.908.866.133	No País	25.908.771.986
No Exterior	129.155.755	No Exterior	123.893.729
Diferido	1.041.984.289	Diferido	1.041.984.289
Correspondência de Débito	3.798.402	Correspondência de Crédito	3.798.402
Desincorporação de Receita	3.798.402	Incorporação de Receita	3.798.402
Transferências Extra-Orçamentárias	7.812.968	Transferências Extra-Orçamentárias	7.806.240
Ordem de Transferência Recebida	103.022	Ordem de Transferência Concedida	96.294
No País	103.022	No País	96.294
Transferências Diversas Recebidas	7.709.946	Transferências Diversas Concedidas	7.709.946
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	113.921.223.906	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	117.935.502.030
Valores em Circulação	8.877.909.881	Valores em Circulação	12.439.619.613
Recursos Especiais a Receber	1.884.209.824	Recursos Especiais a Receber	3.507.902.405
Valores em Trânsito Realizáveis	66.600.204	Valores em Trânsito Realizáveis	183.036.010
Créditos Tributários	1.551.317	Créditos Tributários	2.508.070
Recursos da União	9.822.260	Recursos da União	24.265.758
Créditos Diversos a Receber	82.640	Créditos Diversos a Receber	7.701.227
Contribuições Sociais	43.566	Contribuições Sociais	129.305
Outros Créditos	39.075	Outros Créditos	7.571.921
Recursos Vinculados	6.915.643.636	Recursos Vinculados	8.714.206.144
Outros Valores em Circulação	0	Outros Valores em Circulação	0
Valores a Classificar	9.038.254		
Receita a Classificar	9.038.254		
Receitas Realizáveis no Ex. Seguinte	9.038.254		
Valores Diferidos	13.544.138.474	Valores Diferidos	17.002.359.174
Depósitos	231.667.019	Depósitos	240.265.100
Consignações	14.200.732	Consignações	17.841.104
Depósitos de Diversas Origens	217.466.287	Depósitos de Diversas Origens	222.423.996
Obrigações em Circulação	3.773.169.026	Obrigações em Circulação	81.137.865.566

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DOS FUNDOS ESPECIAIS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Fornecedores	469.819.119	Fornecedores	215.179.612
Do Exercício	379.680.302		
De Exercícios Anteriores	7.001.288	De Exercícios Anteriores	215.179.612
Convênios a Pagar	83.137.529		
Pessoal e Encargos a Pagar	151.136.520	Pessoal e Encargos a Pagar	83.923.244
Restos a Pagar	981.127.181	RP's Não Processados - Inscrição	1.297.034.471
Não Processados a Liquidar	878.191.757		
Cancelado	102.935.424		
Valores em Trânsito	18.402.373	Valores em Trânsito	10.001.729
Obrigações Tributárias	7.388	Obrigações Tributárias	4.369
Benefícios a Pagar	3.170.999		
Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	15.672	Limite Conced. p/Pgto. de RP's Ex. Ant.	428.647.546
Limite Concedido p/Pgto. de RP's.	804.285.758		
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	539.189.681	Recursos a Liberar p/Transferência-VP	117.913.980
		Ajustes do Patrimônio/Capital	61.495.993.750
Provisões Financeiras	114.069	Provisões Financeiras	1.008.733
Outras Obrigações	805.900.266	Outras Obrigações	17.488.158.131
Receita Extra-Orçamentária	1.048.152.600	Despesa Extra-Orçamentária	1.965.475.202
Receitas de Instituições Financeiras	1.044.750.445	Despesas de Instituições Financeiras	1.965.361.133
Receitas de Entidades Comerciais	3.402.155	Despesas de Entidades Comerciais	114.069
Ajustes de Direitos e Obrigações	86.437.148.651	Ajustes de Direitos e Obrigações	5.149.917.375
Incorporação de Direitos	3.006.925.270	Baixa de Direitos	839.250.882
Créditos Diversos a Receber	2.970.930.025	Créditos Diversos a Receber	135.627.584
Outras Incorporações de Direitos	35.995.245	Outras Baixas de Direitos	703.623.298
Desincorporação de Obrigações	696.283.215	Incorporação de Obrigações	983.732.908
Exercícios Anteriores	6.982.281	Exercícios Anteriores	14.556.196
		Débitos a Liquidar	43.773.093
Recursos Diversos a Liberar	689.238.569	Recursos Diversos a Liberar	925.379.883
Outras Desincorporaç. de Obrigações	62.365	Outras Incorporações de Obrigações	23.736
Ajustes de Créditos	82.733.940.166	Ajustes de Obrigações	2.144.767.334
Atualização Monetária Financeira	119.986.973	Atualização Monetária Financeira	8.207
Variação Cambial	21.186.880	Variação Cambial	19.287.847
Ajustes Financeiros a Crédito	82.592.766.313	Ajustes Financeiros a Débito	2.125.471.281
		Incorporação de Passivos	1.182.166.250
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	7.711.829.202	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	9.412.132.117
Conta Única do Tesouro Nacional	662.996.495	Conta Única do Tesouro Nacional	608.106.365
Aplicações Financeiras	6.147.788.313	Aplicações Financeiras	8.006.636.767
Outras Disponibilidades	901.044.394	Outras Disponibilidades	797.388.984
TOTAL GERAL	**185.314.034.219**	**TOTAL GERAL**	**185.314.034.219**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS EMPRESAS PÚBLICAS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	686.279.413	DESPESAS CORRENTES	1.931.554.744
Receita Patrimonial	38.982.911	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	1.931.554.744
Receita Agropecuária	16.655.000	Pessoal e Encargos Sociais	1.175.723.315
Receita Industrial	26.359	Juros e Encargos da Dívida Interna	23.615.329
Receita de Serviços	516.151.977	Juros e Encargos da Dívida Externa	21.872.538
Transferências Correntes	2.577.233	Outras Despesas Correntes	710.343.563
Outras Transferências Correntes	2.577.233	Transferências a Est., DF e Municip.	157.857
Receitas Correntes a Classificar	6.049.564	Outras Despesas	710.185.706
Outras Receitas Correntes	106.517.217		
Deduções da Receita	(680.848)		
RECEITAS DE CAPITAL	1.871.170.362	DESPESAS DE CAPITAL	2.821.576.377
Operações de Crédito	1.069.685.755	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	2.821.576.377
Alienação de Bens	538.009.581	Investimentos	244.274.083
Amortização de Empréstimos	143.972.634	Inversões Financeiras	1.424.249.257
Transferências de Capital	14.068.044	Amortização da Dívida Interna	1.120.289.870
Outras Transferências de Capital	14.068.044	Amortização da Dívida Externa	32.763.166
Outras Receitas de Capital	105.434.347		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	7.395.605.544	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	5.072.489.140
Transferências Orçamentárias	5.150.683.338	Transferências Orçamentárias	2.827.846.934
Repasse Recebido	2.324.143.318	Repasse Concedido	1.306.914
Administração Direta	6.998.309		
Administração Indireta	2.317.145.009	Administração Indireta	1.306.914
Sub-Repasse Recebido	2.826.540.020	Sub-Repasse Concedido	2.826.540.020
No País	2.726.276.389	No País	2.726.276.389
No Exterior	9.800	No Exterior	9.800
Diferido	100.253.832	Diferido	100.253.832
Correspondência de Débito	5.500.130	Correspondência de Crédito	5.500.130
Desincorporação de Receita	3.711.107	Incorporação de Receita	3.711.107
Incorporação de Despesa	1.789.023	Desincorporação de Despesa	1.789.023
Transferências Extra-Orçamentárias	2.239.422.075	Transferências Extra-Orçamentárias	2.239.142.075
Transferências Diversas Recebidas	2.239.422.075	Transferências Diversas Concedidas	2.239.142.075
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	129.532.333.778	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	127.375.535.508
Valores em Circulação	21.385.784.576	Valores em Circulação	22.524.510.682
Recursos Especiais a Receber	115.479.412	Recursos Especiais a Receber	148.444.093
Valores em Trânsito Realizáveis	674.033.756	Valores em Trânsito Realizáveis	210.719.059
Créditos Tributários	1.196.672.445	Créditos Tributários	1.578.672.058
Operações de Crédito	13.992.456	Operações de Crédito	11.054.396
Recursos da União	326.933.803	Recursos da União	16.970.167
Créditos Diversos a Receber	3.295.654	Créditos Diversos a Receber	617.175.716
Contribuições Sociais	1.954	Contribuições Sociais	1.045
Outros Créditos	3.293.700	Outros Créditos	617.174.670
Recursos Vinculados	19.055.377.045	Recursos Vinculados	19.934.892.626
Outros Valores em Circulação	6	Outros Valores em Circulação	6.582.568
Valores a Classificar	76.416.814	Valores a Classificar	116.723.948
Receita a Classificar	109.020	Receita a Classificar	109.020
Receita Bruta	109.020	Receita Bruta	109.020
Outros Valores Pendentes	76.307.795	Outros Valores Pendentes	116.614.929
Valores Diferidos	193.371.592	Valores Diferidos	193.371.592
Depósitos	64.532.799.713	Depósitos	54.722.809.792
Consignações	27.205.530	Consignações	29.900.739
Depósitos de Diversas Origens	64.505.594.183	Depósitos de Diversas Origens	54.692.909.053
Obrigações em Circulação	21.853.231.236	Obrigações em Circulação	25.502.993.663
Fornecedores	201.813.684	Fornecedores	218.626.192
Do Exercício	197.303.450		
De Exercícios Anteriores	3.951.878	De Exercícios Anteriores	218.626.192
Convênios a Pagar	558.357		
Pessoal e Encargos a Pagar	459.850.935	Pessoal e Encargos a Pagar	471.198.182

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS EMPRESAS PÚBLICAS
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Adiantamentos Recebidos	59.295	Adiantamentos Recebidos	542.794
Restos a Pagar	12.761.921	RP's Não Processados - Inscrição	39.375.346
Cancelado	12.761.921		
Valores em Trânsito	1.071.061	Valores em Trânsito	21.234
Obrigações Tributárias	246.246.726	Obrigações Tributárias	489.546.366
Benefícios a Pagar	250.667	Limite Conced. p/Pgto.de RP's Ex. Ant.	1.261
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	62.336.663	Recursos a Liberar p/Transferência-VP	15.079.412
		Ajustes do Patrimônio/Capital	10.913.204.004
Provisões Financeiras	272.578.809	Provisões Financeiras	125.477.061
Outras Obrigações	20.596.261.475	Outras Obrigações	13.229.921.810
Receita Extra-Orçamentária	17.112.942.457	Despesa Extra-Orçamentária	19.344.495.003
Receitas de Instituições Financeiras	15.703.148.380	Despesas de Instituições Financeiras	15.005.119.255
Receitas de Entidades Comerciais	1.300.373.171	Despesas de Entidades Comerciais	1.317.505.384
Receitas de Entidades Industriais	109.420.906	Desp. e Custos de Entidad. Industriais	3.021.870.363
Ajustes de Direitos e Obrigações	4.377.787.390	Ajustes de Direitos e Obrigações	4.970.630.828
Incorporação de Direitos	397.832.018	Baixa de Direitos	710.036.847
Créditos Diversos a Receber	43.300.721	Créditos Diversos a Receber	36.845.598
Outras Incorporações de Direitos	354.531.297	Outras Baixas de Direitos	673.191.249
Desincorporação de Obrigações	33.221.602	Incorporação de Obrigações	16.501.896
Exercícios Anteriores	32.962.423	Exercícios Anteriores	58.506
Recursos Diversos a Liberar	227.597		
Outras Desincorporaç. de Obrigações	31.581	Outras Incorporações de Obrigações.	16.443.389
Ajustes de Créditos	3.946.733.771	Ajustes de Obrigações	4.142.223.850
Atualização Monetária Financeira	476.095	Atualização Monetária Financeira	13.352.010
Variação Cambial	175.014	Variação Cambial	37.278
Ajustes Financeiros a Crédito	3.946.082.662	Ajustes Financeiros a Débito	4.128.834.562
		Incorporação de Passivos	101.868.235
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	17.311.082.435	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	19.595.315.763
Conta Única do Tesouro Nacional	74.558.677	Conta Única do Tesouro Nacional	77.112.650
Aplicações Financeiras	17.015.687.730	Aplicações Financeiras	19.246.911.742
Outras Disponibilidades	220.836.027	Outras Disponibilidades	271.291.371
TOTAL GERAL	**156.796.471.532**	**TOTAL GERAL**	**156.796.471.533**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	158.053.842	DESPESAS CORRENTES	564.820.782
Receita Patrimonial	301.609	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	564.820.782
Receita Industrial	84.919.611	Pessoal e Encargos Sociais	265.928.961
Receita de Serviços	69.200.547	Juros e Encargos da Dívida Interna	13.549.299
Receitas Correntes a Classificar	428.300	Juros e Encargos da Dívida Externa	28.045.012
Outras Receitas Correntes	4.087.452	Outras Despesas Correntes	257.297.510
Deduções da Receita	(883.677)	Benefícios Previdenciários	1.575.200
		Outras Despesas	255.722.310
RECEITAS DE CAPITAL	80.470.276	DESPESAS DE CAPITAL	459.393.584
Operações de Crédito	78.897.051	Aplicação Direta e Transferênc.Intergov.	459.393.584
Alienação de Bens	1.573.224	Investimentos	394.988.151
		Amortização da Dívida Interna	32.904.309
		Amortização da Dívida Externa	31.501.125
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	880.933.643	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	160.071.862
Transferências Orçamentárias	880.833.643	Transferências Orçamentárias	160.071.862
Repasse Recebido	720.761.781		
Administração Indireta	720.761.781		
Sub-Repasse Recebido	160.071.862	Sub-Repasse Concedido	160.071.862
No País	160.071.862	No País	160.071.862
Transferências Extra-Orçamentárias	100.000		
Ordem de Transferência Recebida	100.000		
No País	100.000		
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	308.353.276	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.	264.112.165
Valores em Circulação	19.429.247	Valores em Circulação	15.348.050
Rede Bancária - Arrecadação	393.669	Rede Bancária - Arrecadação	444.024
Recursos Especiais a Receber	10.808.136	Recursos Especiais a Receber	7.384.032
Valores em Trânsito Realizáveis	933.425	Valores em Trânsito Realizáveis	989.764
Créditos Tributários	632.041	Créditos Tributários	3.275.705
Operações de Crédito	359.647	Operações de Crédito	548.756
Recursos da União	231.293	Recursos da União	875.191
Créditos Diversos a Receber	1.083.391	Créditos Diversos a Receber	834.291
Contribuições Sociais	406.037	Contribuições Sociais	13.691
Outros Créditos	677.354	Outros Créditos	820.600
Recursos Vinculados	2.312	Recursos Vinculados	0
Outros Valores em Circulação	4.985.333	Outros Valores em Circulação	996.287
Valores a Classificar	1.685.004	Valores a Classificar	1.685.067
Receita a Classificar	1.685.004	Receita a Classificar	1.685.067
Receita Bruta	1.684.608	Receita Bruta	1.684.673
Restituições	396	Restituições	394
Valores Diferidos	261.830	Valores Diferidos	261.830
Depósitos	2.190.012	Depósitos	1.959.003
Consignações	1.912.663	Consignações	1.753.064
Depósitos de Diversas Origens	277.350	Depósitos de Diversas Origens	205.939
Obrigações em Circulação	214.167.342	Obrigações em Circulação	168.511.990
Fornecedores	81.882.391	Fornecedores	51.087.226
Do Exercício	73.864.254		
De Exercícios Anteriores	8.018.137	De Exercícios Anteriores	51.087.226
Pessoal e Encargos a Pagar	62.759.753	Pessoal e Encargos a Pagar	48.481.901
Adiantamentos Recebidos	9.777	Adiantamentos Recebidos	9.434
Valores em Trânsito	384	Valores em Trânsito	384
Obrigações Tributárias	11.714.291	Obrigações Tributárias	12.878.657
Benefícios a Pagar	1	Ajustes do Patrimônio/Capital	8.960.919
Recursos a Liberar p/Transferência-VP	400.000		
Provisões Financeiras	37.372.569	Provisões Financeiras	35.215.849
Outras Obrigações	20.028.176	Outras Obrigações	11.877.620
Receita Extra-Orçamentária	9.914.796	Despesa Extra-Orçamentária	55.657.407
Receitas de Instituições Financeiras	400.000	Despesas de Instituições Financeiras	3.666.453

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BALANÇO FINANCEIRO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
Exercício - 1997

R$1,00

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas de Entidades Comerciais	8.556.492	Despesas de Entidades Comerciais	51.990.953
Receitas de Entidades Industriais	958.304		
Ajustes de Direitos e Obrigações	60.705.045	Ajustes de Direitos e Obrigações	20.688.818
Incorporação de Direitos	5.459.226	Baixa de Direitos	1.355.411
Créditos Diversos a Receber	5.459.226	Créditos Diversos a Receber	14.744
Desincorporação de Obrigações	14.956	Outras Baixas de Direitos	1.340.667
Exercícios Anteriores	14.956		
Ajustes de Créditos	55.230.863	Ajustes de Obrigações	19.333.408
Atualização Monetária Financeira	177.984	Atualização Monetária Financeira	10.467.607
Variação Cambial	99.414	Variação Cambial	3.611.370
Ajustes Financeiros a Crédito	54.953.464	Ajustes Financeiros a Débito	5.254.431
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	154.257.954	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	133.670.599
Conta Única do Tesouro Nacional	93.974.083	Conta Única do Tesouro Nacional	54.778.352
Aplicações Financeiras	17.693.908	Aplicações Financeiras	28.482.742
Outras Disponibilidades	42.589.962	Outras Disponibilidades	50.409.505
TOTAL GERAL	**1.582.068.991**	**TOTAL GERAL**	**1.582.068.992**

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

V - OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

5 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO - 1997

Este tópico do Relatório enfoca as informações de caráter econômico-financeiro relativas à emissão e resgate de papel-moeda e as concernentes aos recursos cambiais (Reservas Internacionais) colhidas e levantadas junto ao órgão envolvido com esses agregados macroeconômicos (Banco Central do Brasil).

5.1 - Emissão e Resgate de Papel-Moeda

Análise feita com base em dados e informações levantadas junto ao Departamento Econômico do Banco Central do Brasil-BACEN, revela que o meio circulante apresentou, ao final do exercício de 1997, um saldo de R$ 20.251 milhões, como se discrimina a seguir:

	R$ Milhões
A – Saldo em dezembro de 1996	17.188
B – Emissão Líquida de Papel-Moeda em 1997	3.063
Emissão (+)	81.894
Recolhimento (-)	(78.831)
C – Saldo em dezembro de 1997 (A + B)	**20.251**

Cabe destacar que, comparando os saldos do meio circulante no final dos exercícios de 1996 e 1997, respectivamente de R$ 17.188 milhões e R$ 20.251 milhões, constata-se um aumento na emissão de papel-moeda de 17,8%. Isso corresponde à emissão líquida de R$ 3.063 milhões.

Mais uma vez observou-se um elevadíssimo recolhimento no montante de R$ 78.831 milhões, valor várias vezes superior ao saldo existente em final de dezembro de 1996. Esse fato vem causando prejuízos ao país, dado que a necessidade de se repor cada unidade monetária faz com que o Banco Central incorra em custos de novas emissões de papel-moeda para recompor o meio circulante da economia.

De acordo com a Lei nº 9.069, de 29.06.95, a emissão da nova moeda, o Real, passou a obedecer a programação monetária que implica estrito controle sobre as fontes de expansão da base monetária, ficando estabelecida a obrigatoriedade de o Presidente do Banco Central do Brasil submeter ao Conselho Monetário Nacional (CMN), no início de cada trimestre, a programação monetária para o período, constando, no mínimo:

a) estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

b) análise da evolução da economia nacional prevista para o próximo trimestre e justificativa da programação monetária.

Desse modo, com fundamento na referida Lei, o Presidente do Banco Central, em

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

obediência ao estabelecido no art. 6°, submeteu ao CMN as programações monetárias trimestrais para o exercício de 1997, conforme a seguir demonstrado:

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA - BASE MONETÁRIA - EXERCÍCIO DE 1997

R$ Bilhões

DISPOSITIVO LEGAL	VOTO CMN	MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO	VALOR ESTIMADO		VALOR EFETIVO	TRIMESTRE
			INFERIOR	SUPERIOR		
lei n° 9.069	005/97	423/97	23,3	27,3	24,7	JAN a MAR
lei n° 9.069	055/97	424/97	24,0	28,1	24,7	ABR a JUN
lei n° 9.069	121/97	481/97	22,7	26,7	26,2	JUL a SET
lei n° 9.069	156/97	576/97	31,7	37,2	32,3	OUT a DEZ

Fonte: Banco Central do Brasil

No quadro a seguir, evidencia-se a evolução das emissões de papel-moeda no período de 1993/97.

EMISSÃO E RESGATE DE PAPEL-MOEDA - PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA
EXERCÍCIOS - 1993/1997

R$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	1993 (*)	1994	1995	1996	1997
SALDO ANTERIOR	43.211.163	386	10.045,0	13.770	17.188
Emissão Bruta	2.345.002.000	21.324	73.674,9	88.990	81.894
Excesso dos Pagamentos sobre os Recebimentos	-	-	-	-	-
S O M A	2.388.213.163	21.710	83.719,9	102.760	99.082
MENOS:					
Recolhimentos	1.325.685.000	11.665	69.950,4	85.573	78.831
Moeda não Resgatada	-	-	-	-	-
Recebido Reforço Reserva Monetária	-	-	-	-	-
SALDO EM CIRC. NO EXERCÍCIO	**1.062.528.163**	**10.045**	**13.769,5**	**17.187**	**20.251**

Fontes:- Banco Central do Brasil / Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República - 1996.
(*) em CR$ mil

O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores inicialmente previstos na programação monetária, para atender a situações extraordinárias.

No entanto, os valores ocorridos estiveram, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, inseridos nos intervalos estimados, não superando em momento algum o limite superior,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

no exercício em análise, conforme quadro a seguir:

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA
EXERCÍCIO - 1997

	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre
Base Restrita	23,3 – 27,3	24,0 – 28,1	22,7 – 26,7	31,7 – 37,2
M1	33,2 – 39,0	35,1 – 41,2	33,8 – 39,7	48,6 – 57,1
Base Ampliada	191,5 – 224,8	220,3 – 258,7	225,8 – 265,1	257,7 – 302,5
M4	323,9 – 380,2	337,5 – 396,2	340,4 – 399,6	371,4 – 436,0

5.2 - Reservas Cambiais

As reservas internacionais do país, em 31 de dezembro de 1997, totalizaram US$ 52.172,7 milhões. Esse fato indica um decréscimo de 13,2% comparativamente ao exercício anterior, que, por sua vez, registrou a cifra de US$ 60.110,1 milhões.

A evolução das reservas internacionais no decênio 1988/1997 está evidenciada no demonstrativo a seguir:

RESERVAS CAMBIAIS
EVOLUÇÃO - 1988/1997

US$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989	1990	1991
Divisas Conversíveis	7.995,7	8.484,9	8.227,6	8.663,2
Ouro	1.143,6	-	1.734,7	750,5
Posição do FMI	-	-	-	-
Direitos Especiais de Saque	0,5	-	10,9	12,7
TOTAL	**9.139,8**	**7.678,6**	**9.937,2**	**9.406,4**

RESERVAS CAMBIAIS
EVOLUÇÃO - 1988/1997

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS						VARIAÇÃO % 97/96
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	
Divisas Conversíveis	23.006,4	31.102,3	37.388,1	50.072,1	58.728,5	51.269,6	(12,7)
Ouro	746,8	1.106,6	1.417,7	1.767,1	1.380,6	902,6	(34,6)
Posição do FMI	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Especiais de Saque	1,1	2,3	0,4	1,0	1,0	0,5	(50,0)
TOTAL	**23.754,3**	**32.211,2**	**38.806,2**	**51.840,3**	**60.110,1**	**52.172,7**	(13,2)

Fontes:- - Banco Central do Brasil / Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República - 1996.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

É importante ressaltar que as reservas internacionais, que se mantiveram relativamente estáveis no primeiro semestre do ano, registraram sensível elevação no terceiro trimestre. Entretanto, a intensificação da crise nos países do sudeste asiático, em outubro, determinou a atuação vendedora do Banco Central nos mercados de câmbio com vista a atender o excesso de demanda do mercado, com conseqüente queda nas reservas da ordem de US$ 8,3 bilhões, no mês citado, e de US$ 1,7 bilhão, em novembro, do exercício em análise. Dessa forma, as reservas internacionais totalizaram, ao final de novembro, US$ 52 bilhões no conceito liquidez internacional, correspondendo a 10 meses de importações.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

VI - TEMAS EM DESTAQUE

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6 - TEMAS EM DESTAQUES

6.1 - POLÍTICA E AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO

Dentro de uma perspectiva de política social entendida como aquela que procura valorizar o capital humano como condição necessária para o desenvolvimento nacional e como instrumento para romper o ciclo vicioso da pobreza, delimitamos essa análise à educação e saúde, embora sabendo que a política social tem uma amplitude muito maior.

6.1.1 - Gastos Sociais Agregados

Neste ponto procurou-se analisar o quantitativo de gastos na área social, com ênfase nos setores de educação e saúde, confrontando-se o nível dos mesmos entre os exercícios de 1996 e 1997. Optou-se por comparar os gastos em termos reais, abstraindo-se a inflação, de modo a retratar de forma mais realista os resultados. Para o cálculo da variação real das despesas, utilizou-se o índice médio de preços, INPC de 1996 e 1997, nos valores respectivos de 1.328,89 e 1.408,52, baseado nos dados da Fundação Getúlio Vargas (Revista Conjuntura Econômica - FGV - IBE - Fev/98).

Na tabela abaixo pode-se observar que praticamente não houve variação dos gastos executados pelo Ministério da Educação-MEC (- 1,94%) e um substancial incremento de 23% nos gastos do Ministério da Saúde.

TABELA I – QUADRO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO POR ÓRGÃO (MINISTÉRIO) R$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA NOMINAL REALIZADA EM 1996 (A)	DESPESA NOMINAL REALIZADA EM 1997 (B)	(B) / (A) (C)	INPC 1997 INPC 1996 (D)	VARIAÇÃO REAL DA DESPESA (C/D-1)*100
Ministério da Educação	10.779.739,00	11.098.736,00	1,03	1,05	-1,94
Ministério da Saúde	14.361.096,00	18.537.422,00	1,29	1,05	22,93

Fonte: SIAFI

Deve-se ressaltar que a execução orçamentária por órgãos (Ministérios) não reflete integralmente os gastos com as funções governamentais de saúde e educação, porque outros Ministérios também executam estas funções. Pode-se analisar a questão com maior detalhamento na forma demonstrada na tabela a seguir:

TABELA II – QUADRO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO POR FUNÇÃO – 1996/1997

R$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA NOMINAL REALIZADA EM 1996 (A)	DESPESA NOMINAL REALIZADA EM 1997 (B)	(B) / (A) (C)	INPC 97/96 (D)	VARIAÇÃO REAL DA DESPESA (C/D-1)*100
07.Desenvolvimento Regional	22.488.737,00	25.487.344,00	1,13	1,05	7,94
08.Educação e Cultura	9.494.946,00	10.428.475,00	1,10	1,05	4,60
10.Habitação e Urbanismo	344.107,00	425.616,00	1,24	1,05	17,80
13.Saúde e Saneamento	14.730.519,00	17.986.176,00	1,22	1,05	16,29
15.Assistência e Previdência	63.956.977,00	69.990.829,00	1,09	1,05	4,22

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Na tabela acima, observa-se que houve incremento da despesa em termos reais de todas as funções, com destaque para Habitação e Urbanismo, com um aumento de 17,8% , e Saúde e Saneamento com 16,3%. Desenvolvimento Regional, Educação e Cultura e Assistência e Previdência tiveram um incremento de 7,9%, 4,6% e 4,22% respectivamente.

Vale ressaltar que dos gastos realizados com a função Saúde e Saneamento (R$ 17.986 milhões) 94,4% (R$ 16.981 milhões) foram executados pelo Ministério da Saúde. Já dos gastos executados pela função Educação e Cultura (R$ 10.428 milhões) 88,9% (R$ 9.267 milhões) foram realizados pelo Ministério da Educação.

Dos gastos realizados pelo Ministério da Saúde, na função Saúde e Saneamento, 73,4% (R$ 12.460 milhões) foram executados no grupo de despesas "Outras Despesas Correntes", onde são registradas todas as despesas com pagamentos de Autorizações de Internação Hospitalar-AIHs e de Atendimentos Ambulatoriais; 14,3% (R$ 2.442 milhões) executou-se no grupo "Despesas com Pessoal"; 8,0% (R$ 1.354 milhões) com "Despesas de Amortizações de Dívidas Internas" e o restante, 4,3% (R$ 725 milhões), com os demais grupos de despesas.

Dos gastos executados pelo Ministério da Educação, na função Educação e Cultura, 50,1% (R$ 4.647 milhões) foram também realizados no grupo de despesas "Outras Despesas Correntes", 42,9% (R$ 3.975 milhões) no grupo "Despesas com Pessoal" e o restante, 7% (R$ 645 milhões), com os demais grupos de despesas, conforme se pode verificar nos quadros a seguir:

R$ milhões

FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO EXECUTADO PELO MS	VALORES REALIZADOS EM 1997
Outras Despesas Correntes	12.460
Despesa de Pessoal	2.442
Despesa de Amortização de Dívidas Internas	1.354
Demais Grupos de Despesas	725
TOTAL	**16.981**

Fonte: SIAFI/97

R$ milhões

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA EXECUTADO PELO MEC	VALORES REALIZADOS EM 1997
Outras Despesas Correntes	4.647
Despesa de Pessoal	3.975
Demais Grupos de Despesas	645
TOTAL	**9.267**

Fonte: SIAFI/97

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.1.2 - Área da Saúde

A Constituição Federal de 1988, conforme dispõem os seus artigos de 196 a 200, criou o Sistema Único de Saúde - SUS, consubstanciado em uma rede regionalizada e hierarquizada, com a participação complementar da iniciativa privada.

A política adotada pelo governo com vistas a cumprir o preceito constitucional de estender o acesso à saúde a todos os brasileiros, estabelecido nos artigos mencionados acima, consiste em serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. A viabilização dessa política está fundamentada nas Leis Orgânicas da Saúde, Lei n° 8.080, de 19.09.90, e Lei n° 8.142, de 28.12.90.

A Lei n° 8.080/90 regulamenta o Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecido pela Carta Magna, que agrega todos os serviços estatais - das esferas federal, estadual e municipal - e os serviços privados, desde que contratados ou conveniados.

A Lei n° 8.142/90 regulamenta o repasse regular e automático do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais. Outras legislações complementam e operacionalizam esses dispositivos, tais como os Decretos n°s 99.438/90 e 1.232/94, Normas Operacionais Básicas NOB/SUS n° 01/93 e NOB/SUS n° 01/96.

As NOB's buscam a concretização da municipalização dos serviços públicos de saúde (prevenção, promoção e assistência ambulatorial e hospitalar), correspondente à descentralização pretendida pela Constituição Federal, estabelecendo que estados e municípios, entre outros requisitos necessários ao recebimento de recursos dos SUS, instituam seus Conselhos de Saúde, instituição garantidora da participação da comunidade (controle social).

O repasse regular e automático do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais está regulamentado na Lei n° 8.142/90 e Decreto n° 1.232/94, ficando estabelecido nesta última norma que o procedimento independe da celebração de convênio.

Encontra-se em vigor a NOB/SUS n° 01/96 (embora só em 1998 tenha começado a ser realmente implementada), que estabelece para os municípios, duas condições de gestão: plena de atenção básica e plena do sistema municipal, nas quais privilegia-se o repasse fundo a fundo, que se contrapõe ao pagamento pela prestação de serviços (critério incentivador de uma maior produção, nem sempre acompanhada por maior qualidade).

Metas da Saúde

Em documento intitulado "1997 – O Ano da Saúde no Brasil, Ações e Metas Prioritárias", lançado em 20 de março de 1997, pelo Presidente da República e pelo Ministro da Saúde, expõe-se as diretrizes políticas que, no âmbito do M.S. , " ... visam a concretização do Plano do Presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como a implantação de medidas que são vitais para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento social do país."

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

As ações e metas prioritárias do período 1997/98 foram divididas em três grandes frentes:

1ª) Prevenção com ênfase no atendimento básico – neste tópico inclui-se ações e metas na saúde da família, agentes comunitários de saúde, gestão de atendimento básico, farmácias básicas, vacinação, combate a endemias, dentre elas a dengue e tuberculose, saúde da mulher, saúde da criança, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e diabetes;

2ª) Melhorar a qualidade dos serviços de saúde – através de aumento do número de municípios na gestão plena, estímulo a formação de consórcios intermunicipais e interestaduais de saúde, resgate e primeiros socorros, alternativas à internação hospitalar, capacitação dos profissionais de saúde, projeto REFORSUS (incrementar a rede física de saúde), AIDS, controle do câncer, revisão de tabela do SUS, planos de saúde; e

3ª) Mutirão social pela saúde – ações para o fortalecimento dos conselhos de saúde, transparência e disque saúde.

O documento fornece, ainda, alguns grandes números como:

- O total de servidores do M.S. é de 227.951, com 129.787 servidores ativos e 98.164 aposentados e pensionistas, sendo que 22,5% do orçamento da saúde de 1997 se destina a pessoal e encargos.
- Do orçamento total de R$ 20.233,60 milhões, 9,5% se destina a pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, 6% para investimento, 46,7% para assistência ambulatorial e hospitalar e 15,2% para outras despesas.

Pode-se observar que os 46,7% destinados para o SUS referem-se à chamada saúde curativa, enquanto que os gastos para a área preventiva estão incluídos no grupo "Outras Despesas", para o qual está previsto o percentual de 15,2%, o que mostra um maior volume de gastos na manutenção da máquina e na saúde curativa.

Financiamento da Saúde

Em quadro abaixo busca-se destacar e retratar as principais fontes que financiam a saúde, com suas respectivas execuções financeiras. À exceção da fonte 155, relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, que deve estar vinculada 100% com gastos da saúde, as demais fontes 151, 153 ,199 e outras não se destinam exclusivamente a gastos com o setor de saúde, mas também à seguridade social, ficando a critério do Poder Executivo determinar o montante de cada fonte que se destina para a área de saúde. O Parágrafo único do art. 198 da Constituição destaca que o " sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes."

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Principais Fontes de Financiamento da Saúde (Execução da Despesa na Função 13 por Fonte)

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EXECUTADOS
Fonte 151 – Cont.Social s/ Lucro das P.J.	3.624
Fonte 153 – Cont. p/ Fin.da Seguridade Social	3.513
Fonte 155 – CPMF	5.176
Fonte 199 – Recursos Fundo Estab. Fiscal	3.465
Fonte 100 – Recursos Ordinários	800
Fonte 144 – Títulos de Resp. do Tesouro Nac.	446
Fonte 148 – Operações de Crédito Externas	168
Outras Fontes	794
Total	**17.986**

Fonte : Siafi/97

Convém destacar que em 1996 não havia nenhuma vinculação específica de fontes para os gastos com a saúde. Para o exercício de 1997, a fonte 155 - CPMF, aprovada pelo Congresso Nacional para proporcionar maiores recursos para o atendimento da saúde, foi vinculada ao respectivo setor.

Conforme dados do orçamento para 1997, foi estimada receita com a arrecadação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira-CPMF no montante de R$ 5.310 milhões, em valores brutos. Desse valor, conforme a Emenda Constitucional n° 10, 06.03.96, 20% seriam destinados para o Fundo de Estabilização Fiscal-FEF, Fonte 199, que financia ações não só do Ministério da Saúde, mas também de outros ministérios/órgãos. Com a subtração dos cálculos de valores repassados ao FEF, considerando que o mesmo teria duração até junho de 1997, foi calculado o percentual de 10%, do valor acima mencionado, que gerou uma redução de R$ 531 milhões, resultando em um valor orçamentário final de 4.799 milhões para a fonte.

A seguir apresentamos demonstrativo da execução da Receita da CPMF em 1997.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FONTE 155

Receita de CPMF arrecadada em 1997.....R$ 6.887.275 Mil
Fundo Social de Emergência (20%).....R$ -1.377.455 Mil
Caixa da STN em 31.12.97..... R$ - 39.609 Mil
Total.....R$ 5.470.211 Mil
Fonte : SIAFI/97

Valor repassado pela STN ao MS.....R$ 5.486.742 Mil
Caixa da CGOF/SPO/MS em 31.12.97..... R$ - 227.452 Mil
Valor executado pelo M.S..... R$ 5.259.290 Mil
Fonte: Coordenação de Programação Financeira/CGOF/SPO/MS e SIAFI/97.

As diferenças verificadas entre os valores repassados para o MS pela STN (R$ 5.470 milhões) e os registrados como recebidos pelo MS (R$ 5.487 milhões), no valor de R$ 16,5 milhões, e entre os valores orçamentariamente executados (R$ 5.176 milhões) e os

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

disponibilizados pelo Ministério como execução do Órgão (R$ 5.259 milhões), no valor de R$ 83 milhões, referem-se a ajustes orçamentários e financeiros que deveriam ser realizados tanto pela STN como pelo próprio Ministério, considerando a forma como são repassados e registrados por ambos os lados esses valores, sendo que são utilizados concomitantemente os dois regimes de registros (o de caixa e o de competência).

Vale ressaltar que 100% do montante arrecadado com a CPMF e direcionado para a fonte orçamentária específica – Fonte 155 (R$ 5.176 milhões) foi efetivamente direcionado para o Ministério da Saúde, atendendo a legislação pertinente, sendo totalmente utilizado na Função 13 – Saúde e Saneamento.

Destaque-se, ainda, que do montante executado pela fonte orçamentária específica, 98,3% (R$ 5.087 milhões) foi realizado pelo grupo de despesas " Outras Despesas Correntes ", sendo o restante, 1,7% (R$ 87 milhões) executado pelo grupo de despesas " Investimentos ".

A Saúde vem apresentando problemas para o seu financiamento se considerarmos que foi necessário em 1995 e 1996 obter recursos do FAT, no montante de R$ 1,2 bilhão em cada ano, e a partir de 1997 precisou utilizar-se de uma fonte de financiamento adicional, a já comentada Contribuição Provisória para Movimentação Financeira – CPMF, a qual estará em vigor até fevereiro de 1999.

É de vital importância uma discussão imediata sobre uma forma de se prover recursos para a saúde, com uma nova fonte de recursos ou com a alocação de recursos de outras áreas do governo, de forma que se resolva o impasse de maneira permanente.

Alocação de recursos físicos e financeiros do SUS

Quadros em anexo fornecem um indicador da oferta de saúde (rede física ambulatorial, hospitalar e de leitos em termos absolutos e per capita), por unidade da federação e por região. Esses dados confrontados com o PIB per capita (indicador do grau de riqueza de cada unidade da federação) e com os recursos (AIH, Ambulatorial e Total) repassados para cada U.F. em termos per capita, nos fornece uma visão da distribuição de recursos por região, considerando-se principalmente o aspecto da equidade e dos desequilíbrios regionais.

Em termos absolutos, a oferta de saúde, no que tange ao aspecto ambulatorial e hospitalar, revela que as regiões Sudeste e Nordeste possuem a maior participação, seguidas pelas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Entretanto, tais indicadores não fornecem uma visão exata da situação, pois não levam em conta o tamanho ou capacidade instalada de cada unidade de saúde, nem os aspectos qualitativos envolvidos. A oferta de leitos, em termos absolutos, revela-se um melhor indicador pois considera mais adequadamente a capacidade instalada de cada unidade de saúde. Assim, pode-se perceber mais claramente as disparidades entre os números. A Região Sudeste possui 46% da oferta de leitos do país, seguida pelo Nordeste com 26%, Sul com 16% , Centro-Oeste com 8% e a região Norte com 4%.

Em termos relativos as regiões mais pobres possuem um quantitativo populacional por leito hospitalar maior que as regiões mais ricas. Na Região Norte, cada leito é disputado por 485 pessoas, na Região Nordeste por 349 pessoas, enquanto que nas regiões Sul, Sudeste e

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Centro-Oeste o número de pessoas por leito reduz-se para 309, 300 e 273, respectivamente. Esses números, contudo, não revelam como a oferta de leitos está distribuída em cada região, isto é, se atende adequadamente a demanda por saúde em cada região.

Uma avaliação por Unidade da Federação reduz o problema, mas não resolve, pois não mostra também a distribuição dos leitos em cada estado-membro. Pode-se observar, por exemplo, que 9 estados-membros possuem mais de 400 pessoas por leito, sendo 4 da Região Norte: AM = 613,62, PA = 579,50, AP = 435,92 e RO = 408,03 ; seguido por 3 da Região Nordeste: SE = 477,84 , BA = 453,90 e CE = 404,62 ; e de um das regiões Sudeste: E.S. = 407 e Centro-Oeste: D.F. = 466,92.

Outros quadros em anexo desmistificam um pouco a idéia de que a maior parte da oferta de saúde no Brasil (credenciada pelo SUS) é provida pelo setor privado. Apenas nas regiões Sul e Centro-Oeste há uma supremacia do setor privado em relação à rede ambulatorial e hospitalar pública. E com relação à oferta de leitos, apenas na Região sul o setor privado possui uma maior oferta.

Está demonstrado, ainda, que as regiões mais ricas, Sul e Sudeste, apresentam os maiores gastos per capita, tanto para as AIHs, quanto para os gastos ambulatoriais. Conforme já retratado nas Contas do Governo de 1996, este modelo de saúde adotado no Brasil demonstra que não é a demanda por saúde que determina o fluxo de recursos, mas sim a capacidade instalada (oferta), que é maior e mais bem equipada nos estados e regiões mais ricas.

No que diz respeito a ação preventiva da saúde, e em especial ao combate a doenças imunopreveníveis pela Fundação Nacional de Saúde (ações básicas nas áreas de saneamento, esgoto, abastecimento de água, melhorias sanitárias e laboratório), pode-se verificar que de um total de R$ 98,2 milhões conveniados, foi executado no exercício em pauta o montante de R$ 60,1 milhões, o que equivale a 61,22% do conveniado. Destaca-se de um lado as campanhas de vacinação e a anti-rábica, com 100% de execução, e o Programa "Laboratório", com 96%, seguido pelos Programas "Auto suficiência em imunobiológicos e "Controle de Endemias", com 79% executados.

Ainda em termos de execução, não houve aplicação de recursos para hanseníase e as rubricas relativas à tuberculose, melhorias sanitárias, abastecimento de água, esgoto e saneamento básico atingiram menos de 25% dos valores conveniados. Deve-se destacar que a maior parte dos convênios foram executados apenas no final do exercício de 1997 e que parte dos recursos não conveniados, 38,78% do total, foi executada nos primeiros meses de 1998. O importante a se destacar é que uma ação eficaz para evitar o crescimento de casos notificados e confirmados de doenças imunopreveníveis se faz não só pela execução de 100% de recursos, mas pela liberação dos mesmos em tempo hábil.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

VALORES CONVENIADOS EXECUTADOS EM 1997

R$

DOENÇAS	VALOR CONVENIADO (A)	VALOR PAGO (B)	EXECUÇÃO (B/A)
LEISHMANIOSE	4.356.947,14	3.388.306,64	77,77
CHAGAS	3.794.262,04	1.677.420,00	44,21
ZOONOSES	3.692.979,08	1.877.481,55	50,84
VACIAÇÃO ANTI-RÁBICA	7.802.950,00	7.802.950,00	100,00
MALÁRIA	9.923.704,84	5.699.948,10	57,44
FILARIOSE	668.501,43	375.760,45	56,21
ESQUISTOSSOMOSE	1.322.925,00	769.600,00	58,17
SAÚDE DO ÍNDIO	282.555,00	102.425,00	36,25
CONTROLE DE ENDEMIAS	849176,99	671.256,99	79,05
HANSENÍASE	3.535.716,81		
TUBERCULOSE	6.899.452,61	1.379.310,32	19,99
CAMPANHA DE VACINAÇÃO	19.442.679,04	19.442.697,04	100,00
AUTO SUFICIÊNCIA IMUNOBIOLÓGICA	15.689.458,00	12.453.430,00	79,37
LABORATÓRIO	1.518.401,00	1.458.401,00	96,05
MELHORIAS SANITÁRIAS	813.677,70	188.404,92	23,15
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4.546.797,28	140.000,00	3,08
ESGOTO	11.142.848,63	2.592.910,53	23,27
SANEAMENTO BÁSICO	1.994.804,42	150.000,00	7,52
T O T A L	**98.277.837,01**	**60.170.302,54**	**61,22**

Fonte: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Nos anexos retrata-se a execução dos convênios da tabela supra, discriminados por unidades da federação e por região. A partir destes anexos, elaborou-se uma tabela que fornece a alocação dos recursos conveniados em 1997, por região, em termos de percentual executado, conforme a seguir.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS CONVENIADOS EM 1997 POR REGIÃO

DOENÇAS	PERCENTUAL EXECUTADO POR REGIÃO				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
LEISHMANIOSE	100%	63%	100%	*	*
CHAGAS	100%	1%	100%	*	10%
ZOONOSES	100%	0%	0%	0%	73%
VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA	100%	100%	100%	100%	100%
MALÁRIA	53%	100%	*	*	20,59%
FILARIOSE	*	56,21%	*	*	*
ESQUISTOSSOMOSE	*	58%	*	*	*
SAÚDE DO ÍNDIO	36%	*	*	*	*
CONTROLE DE ENDEMIA	*	79%	*	*	*
HANSENÍASE	0%	0%	0%	0%	0%
TUBERCULOSE	47%	12%	15%	48%	37%
CAMPANHA DE VACINAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%
AUTO SUFICIÊNCIA IMUNOBIOLÓGICA	*	*	98%	0%	*
LABORATÓRIO	100%	100%	0%	100%	100%
MELHORIA SANITÁRIA	100%	0%	0%	100%	0%

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ABASTECIMENTO D'ÁGUA	0%	12%	0%	*	*
ESGOTO	4%	40%	18%	0%	16%
SANEAMENTO BÁSICO	0%	0%	0%	*	30%

Fonte: FNS
* Não houve demanda de recursos

Verifica-se que algumas doenças não receberam a devida atenção, como por exemplo a tuberculose, que possui execução inferior a 50% em todas as regiões, chegando a menos de 20% nas Regiões Nordeste e Sudeste; Zoonoses que atendeu 100% na Região Norte e 73% na Região Centro-Oeste e 0% nas demais regiões; Chagas que atendeu 100% nas Regiões Norte e Sudeste e apenas 1% para a Região Nordeste e 10% para a Região Centro-Oeste, enquanto o Programa Saúde do Índio realizou apenas 36% na Região Norte, dentre outras observadas na tabela supra.

Aspectos relacionados ao Controle

A Lei n° 8.080/90 definiu que é de competência da direção nacional do SUS "estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o território nacional, em cooperação técnica com os Estados e o Distrito Federal" (art. 16, XIX) e que o "Ministério da Saúde acompanhará, através de seu sistema de auditoria, em conformidade com a programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios (art.33).

A Lei n° 8.689, de 27.07.93, que dispõe sobre a extinção do INAMPS, criou o Sistema Nacional de Auditoria, conforme art. 6°, in verbis:

"Fica instituído no âmbito do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Auditoria de que tratam o inciso XIX, do art. 16, e o § 4°, do art. 33, da Lei n° 8.080/90, competindo-lhe a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS, que será realizada de forma descentralizada".

O Decreto n° 1.651, de 28.09.95, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria, relaciona suas atividades (art.2°), procedimentos de análise e verificações (art. 3°), definindo que o órgão de atuação do SNA, no plano federal, é o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DCAA (atualmente Coordenação-Geral de Controle, Avaliação e Auditoria - CAUDI).

No âmbito federal, compete ao SNA, de acordo com o art. 5° do Decreto n° 1.651/95, verificar:

"a) a aplicação dos recursos transferidos aos Estados e Municípios, mediante a análise dos relatórios de gestão de que tratam o art. 4°, inciso IV, da Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e o art. 5° do Decreto n° 1.232, de 30 de agosto de 1994;

b) as ações e serviços de saúde de abrangência nacional, em conformidade com a política nacional de saúde;

c) os serviços de saúde sob sua gestão;

d) os sistemas estaduais de saúde;

e) as ações, métodos e instrumentos implementados pelo órgão estadual de controle,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

avaliação e auditoria".

A realização de atividades de controle, avaliação e auditoria, pelo nível federal do SNA, em estados e municípios pode ocorrer quando o órgão a cargo do qual estiveram afetas mostrar-se omisso ou sem condições de executá-las, sendo que a competência para aprovar tais procedimentos é da Comissão Corregedora Tripartite (formada por representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e da direção nacional do SUS).

De acordo com o art. 6°, "a comprovação da aplicação de recursos transferidos aos Estados e aos Municípios far-se-á:

I - para o Ministério da Saúde, mediante:

a) prestação de contas e relatório de gestão, se vinculados a convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, celebrados para a execução de programas e projetos específicos (convênios relativos a investimentos e desenvolvimento de programas específicos: DST/AIDS, médico de família, etc.);

b) relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde, se repassados diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais de saúde (gestão semi-plena ou, no caso de gestão parcial, diferença entre o teto financeiro fixado e o pagamento aos prestadores públicos e privados);

II - para o Tribunal de Contas a que estiver jurisdicionado o órgão executor, no caso da alínea "b" do inciso anterior, ou se destinados a pagamento contra a apresentação de fatura pela execução, em unidades próprias ou em instituições privadas, de ações e serviços de saúde, remunerados de acordo com os valores de procedimentos fixados em tabela aprovada pela respectiva direção do SUS, de acordo com as normas estabelecidas" (o pagamento por produção de serviços é realizado diretamente pelo MS, quando o município se encontra na condição de gestão incipiente ou parcial).

O Relatório de Gestão compõe-se das seguintes peças (art. 61):

"I - programação e execução física e financeira do orçamento, de projetos, de planos e de atividades;

II - comprovação dos resultados alcançados quanto à execução do plano de saúde de que trata o inciso III do art. 41 da Lei n° 8.142, de 1990;

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios aplicados no setor saúde, bem como das transferências recebidas de outras instâncias do SUS;

IV - documentos adicionais avaliados nos órgãos colegiados de deliberação própria do SUS."

O relatório de gestão do MS será submetido ao Conselho Nacional de Saúde, acompanhado dos relatórios de gestão dos estados e municípios, conforme o mesmo art. 61.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A Secretaria de Assistência à Saúde-MS, por intermédio de relatório intitulado "Avaliação da Gestão da Assistência Ambulatorial e Hospitalar do SUS – Supervisão 1997", realizou no período de agosto a outubro de 1997 a avaliação do Processo de Gestão da Assistência Hospitalar e Ambulatorial nas diversas Unidades da Federação. Por meio de metodologia própria, avaliou e estabeleceu pontuação para cada Unidade da Federação em quatro áreas:

a) Habilitação de municípios, Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde: foram relacionados 16 pontos dentre os quais destacamos: somente em 14 estados os municípios habilitados de acordo com a NOB 01/93 desenvolvem efetivamente as atribuições constantes na Norma; oito estados já iniciaram o processo de habilitação de municípios de acordo com a NOB 01/96, com um total de 396 municípios habilitados; onze estados criaram Comissões Intergestores Bipartite Regionais; em 13 estados o Conselho Estadual de Saúde aprovou o Plano Estadual de Saúde em 1996; somente em oito estados o Conselho Estadual de Saúde aprovou a prestação de contas.

b) Controle, Avaliação e Auditoria: dos 7 pontos relacionados no relatório destacamos: somente seis estados realizam supervisão em hospitais de alta complexidade; oito estados não exercem qualquer tipo de controle para a utilização dos " procedimentos especiais " da AIH; quinze estados não possuem rotinas estabelecidas para realização de auditorias operativas.

c) Gestão da Assistência Hospitalar: foram levantados 17 pontos no relatório onde se destacam alguns itens: seis estados não exercem controle sobre as séries numéricas de AIH utilizadas, e oito deles não têm controle sobre a devolução de AIH não utilizada; seis estados distribuem cotas de AIH para os hospitais, em desacordo com a PT/MS/SAS 15/95; somente nove estados possuem Câmara de Compensação de AIH.

d) Gestão da Assistência Ambulatorial: foram levantados treze pontos, destacando-se: oito estados não utilizam qualquer tipo de indicador ou parâmetro para realização de controle, avaliação e auditoria; sete estados não exercem nenhum controle sobre os prontuários médicos; quatro estados não realizaram nenhuma auditoria em unidades ambulatoriais em 1996 e três não realizaram em 1996 e 1997; seis estados não realizaram nenhuma auditoria em hospitais no ano de 1996 e três não realizaram em 1996 e 1997; onze estados não mantém controle sobre as internações de longa permanência; treze estados não realizam nenhum controle sobre a cobrança de atendimento ao recém-nato em sala de parto pelos hospitais.

A seguir apresentamos a média de pontos por unidades da federação e por região:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MÉDIA
NORTE	**4,1**
Rondônia	5,1
Acre	3,1
Amazonas	4,5
Roraima	2,5
Pará	4,6
Amapá	2,6
Tocantins	6,3

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

NORDESTE	**5,8**
Maranhão	3,9
Piauí	5,3
Ceará	7,0
Rio Grande do Norte	7,6
Paraíba	4,1
Pernambuco	7,4
Alagoas	3,5
Sergipe	6,9
Bahia	6,6
SUDESTE	**6,0**
Minas Gerais	8,1
Espírito Santo	4,8
Rio de Janeiro	6,2
São Paulo	4,9
SUL	**7,7**
Paraná	8,4
Santa Catarina	7,1
Rio Grande do Sul	7,6
CENTRO-OESTE	**6,8**
Mato Grosso do Sul	7,6
Mato Grosso	8,1
Goiás	4,0
Distrito Federal	7,5
Total	**6,1**

Fonte: SAS/MS

Podemos observar que a Região Norte possui a pior média (4,1). Somente os estados de Tocantins e Rondônia estão acima de 5,0 e apenas Tocantins acima da média nacional de 6,1. Assim, 71,4% dos estados da região norte foram reprovados com médias abaixo de 5,0. A seguir temos a Região Nordeste que é aprovada com média acima de 5,0, mas com desempenho abaixo da média nacional. Os estados do Maranhão, Alagoas e Paraíba foram reprovados com médias abaixo de 5,0. Em relação aos demais estados apenas o Piauí está abaixo da média nacional. A Região Sudeste (média 6,0) praticamente alcançou a média nacional, mas apenas porque Minas Gerais (média 8,1) eleva a média geral. Os estados de São Paulo e Espírito Santo foram reprovados. A Região Centro Oeste supera a média nacional com 6,8 , de forma que apenas o estado de Goiás é reprovado com média 4,0. Finalmente, a Região Sul apresenta o melhor desempenho com a média de 7,7.

Ressalte-se que o Decreto n° 100, de 16.04.91, instituiu a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, vinculada ao Ministério da Saúde, com jurisdição em todo o território nacional, a qual tem por finalidade promover e executar ações e serviços de saúde pública, e especialmente:

I - implementar atividades para o controle de doenças e outros agravos à saúde;

II - desenvolver ações e serviços de saneamento básico em áreas rurais;

III - realizar de forma sistemática, estudos e pesquisas e análises de situações de saúde e suas tendências;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

IV - apoiar a implementação e operacionalização de sistemas e serviços locais de saúde e saneamento;

V - operar em áreas estratégicas e de fronteiras, atividades, sistemas e serviços específicos de saúde;

VI - coletar, processar e divulgar informações sobre saúde.

No que tange aos controles realizados pela FUNASA, deve-se destacar que compete à sua Auditoria controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Fundação, bem como acompanhar a execução dos seus programas de trabalho. O setor de Auditoria que funciona na sede da Fundação conta com 02 servidores na atividade meio e com 18 na atividade fim. Este exíguo quadro de servidores é responsável pela fiscalização dos recursos orçamentários e financeiros e da execução dos programas de trabalhos em todas as Unidades da Federação.

A referida instituição descentraliza recursos pelo processo orçamentário e financeiro para as Coordenações Regionais com vistas ao atendimento de suas despesas administrativas e implementação dos programas e ações de trabalhos de sua competência. Parte destes recursos é conhecido como "recurso carimbado", que se caracteriza por um destino pré-determinado, especificando o município e a finalidade do mesmo, enquanto que uma outra parte dos recursos é gerenciada de forma que o direcionamento dos recursos orçamentários e financeiros é fundamentado em "estudos técnicos", que poderão ser incorporados ao orçamento da Fundação. Portanto, o Coordenador possui o poder discricionário, baseado em seus "estudos técnicos", de escolher os municípios e o quantitativo de recursos por município para implementar suas ações e programas de trabalhos. Tal política obedece ao princípio da descentralização.

É importante lembrar que os respectivos Relatórios e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República de 1995 e 1996 já destacavam a preocupação desta Corte de Contas com relação à fragilidade do controle, particularmente no que chamamos de "1° filtro do controle", que seria realizado pelos órgãos ministeriais repassadores de recursos. Com esta deficiência o Controle Interno fica sobrecarregado de forma a não realizar um trabalho mais criterioso, considerando-se sobretudo o aspecto da materialidade, pois tem que suprir um trabalho que deveria ser realizado pelo " 1° filtro" do controle.

Um outro aspecto a ressaltar diz respeito ao impasse criado no sistema de controle da saúde com o processo de descentralização e municipalização que está se desenvolvendo gradualmente. As ações e políticas de saúde são comuns às três esferas da federação (União, Estados e Municípios) e, como já vimos, cabe à União atuar supletivamente em relação aos estados e municípios. Assim, como estes não possuem uma estrutura de controle adequada para fazer frente ao aumento de responsabilidades com a descentralização, além de não haver uma cultura nesse sentido, uma vez que estamos saindo de um modelo centralizado de saúde, espera-se que o Governo Federal cubra esta lacuna, mesmo que, por hipótese, provisoriamente, até haver uma estruturação do controle em todo o país, principalmente nos municípios.

Embora se saiba que a comissão tripartite se propõe a resolver esses problemas, viabilizar o SUS e efetivar a descentralização, e que estão sendo criadas formas de controle social, como os Conselhos Municipais de Saúde, cabe alertar que o processo de conscientização da comunidade é lento e gradual.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O Modelo de Saúde no Brasil

Embora a instituição da saúde universal como um direito de todos e um dever do Estado tenha se dado na Constituição de 1988, somente com a implementação do Sistema Único de Saúde os problemas da aplicação deste preceito se materializaram.

Inicialmente, como era de se esperar, com um sistema de saúde universal há uma tendência natural a um aumento de demanda por serviços de saúde, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, que força um incremento da oferta de serviços do setor público e privado. Inclui-se nesse aumento de oferta as incessantes inovações tecnológicas no setor que geram sua própria demanda.

Dentro deste quadro faz-se necessário a existência de uma fonte de financiamento sustentável e permanente, uma vez que o SUS, na parte de atendimento hospitalar, ainda funciona como um sistema de prestação de serviços, onde toda a rede credenciada pelo Sistema (pública ou privada) é remunerada pela quantidade de serviço prestado, e quanto mais sofisticados os procedimentos e as técnicas médicas, mais dispendiosa será a fatura paga pelo Governo Federal.

O problema de financiamento do sistema de saúde pode ser evidenciado com o endividamento do setor, coberto inicialmente com os recursos do FAT, em 1995 e 1996, e depois com a instituicão da CPMF, em 1997, vigente até fevereiro de 1999.

Um outro problema está relacionado com o sistema federativo do Brasil, de forma que tanto a União, como os Estados e Municípios possuem competências comuns para implementar políticas e ações de saúde. Portanto, para que o sistema funcione bem e de forma sincronizada, faz-se necessário uma política integrada pelas três esferas, e que os estados e municípios possuam um nível mínimo de desenvolvimento técnico, operacional, administrativo e de qualidade de pessoal, além de sensibilidade política dos dirigentes a questões sociais, e, finalmente, uma cultura democrática que permita que a comunidade possa fiscalizar e atuar no sentido de aprimorar o sistema.

Vários problemas decorrem do " timing " de ajustamento entre a União e cada um dos estados e entre os estados e cada um dos seus respectivos municípios. Dentre eles, as condições de cada estado e cada município de atenderem aos preceitos estabelecidos na NOB 01/96, que são muito heterogêneas. Como vimos, por exemplo, no relatório da SAS, sobre os níveis de gestão das Unidades da Federação, ainda há um longo caminho a percorrer para que todos os estados e municípios alcancem as condições mínimas exigidas pelo normativo em questão.

Certamente, esse processo de ajustamento e integração entre as esferas do poder será muito lento e gradual ficando a dúvida do que poderá ser feito nesse período de transição para minorar o sofrimento, principalmente da população mais carente. Enquanto o SUS ainda estiver passando por esse período de ajustamento, acreditamos ser fundamental que o Governo Federal fortaleça e invista no controle "nas pontas", isto é, ampliando e qualificando melhor um quadro de fiscais para atuarem nos municípios, não só coibindo os abusos, como orientando os mesmos no sentido de melhor se adequarem ao novo modelo. Esse trabalho poderia ser feito em

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

parceria com os estados e municípios, ressalvadas as limitações de suas respectivas competências constitucionais.

Os potenciais benefícios do investimento na ampliação do quadro de fiscalização do SUS seriam enormes, e, sem dúvida, superariam seus custos.

Finalmente, o principal ponto diz respeito à lógica do sistema, que ainda privilegia a cura da doença em detrimento da prevenção e da promoção da saúde da população.

Considerando que é mais barato para os cofres públicos prevenir a doença do que tratá-la, é muito mais vantajoso investir em ações de proteção e prevenção da saúde, evitando que a população adoeça, do que investir em medicina curativa.

Um outro aspecto, já destacado, diz respeito ao fato de que, como o sistema ainda remunera a prestação de serviços de cada estado, os estados mais ricos, que possuem uma melhor e maior oferta de serviços de saúde e cuja população normalmente possui um melhor padrão de vida (inclusive com acesso a saúde privada), recebem um maior aporte de recursos.

Do ponto de vista social essa constatação é inaceitável, pois o determinante do fluxo de recursos passa a ser a oferta de serviços de saúde e não a demanda de saúde pela população mais pobre e carente, gerando um círculo vicioso difícil de ser rompido.

O Governo Federal, no exercício corrente, já vem trabalhando no sentido de reverter esse modelo. Com a criação do Piso de Atenção Básica (PAB), o Governo passa a garantir recursos federais que serão transferidos aos municípios para contemplar seus gastos com a atenção básica da saúde. Serão transferidos também recursos para ampliar o atual programa de agentes comunitários de saúde, além de incentivos para aquisição e distribuição de medicamentos básicos, dentre outras medidas. Embora o PAB não seja uma medida suficiente para reverter o modelo, trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa muito importante nesse sentido.

6.1.3 – Área da Educação

A busca do ciclo de desenvolvimento tem sido marcada pela adoção de algumas medidas cuja amplitude e importância determinam modificações introduzidas no ordenamento jurídico do país, com vistas a promover e aprofundar mudanças estruturais consideradas pelo Governo Federal indispensáveis à consolidação da estabilidade.

Nesse mister, a política educacional prevista na Carta Política estabelece os princípios nos quais o ensino está baseado, definindo e distribuindo as competências e responsabilidades das esferas do governo, no que tange a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração e de integração das ações do Poder Público, e ainda ao financiamento das ações da educação.

Nessa perspectiva, o legislador pátrio estabelece como prioridade o ensino fundamental, garantindo os investimentos indispensáveis ao avanço desse sistema com vistas a corrigir disparidades regionais e sociais. Este propósito está previsto nas Diretrizes e Bases da

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Educação Nacional e foi efetivado com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, aprovado pela Emenda Constitucional 14/96 e regulamentado pela Lei n° 9.424/96 e Decretos n°s. 2.264/97 e 2.440/97.

A partir da Emenda, a União passou a exercer em matéria educacional função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a oferta igualitária de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade, ficando para os Estados a atuação no ensino fundamental e no médio, e para os Municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil.

Além disso as unidades estaduais e municipais poderão sofrer intervenção da União a fim de garantir a aplicação correta do mínimo exigido (25%) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, devendo aplicar não menos que 60% desses recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

À União fica reservada a obrigação de aplicar no mínimo 18% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando nunca menos que o equivalente a 30% dessa parcela de receita à erradicação do analfabetismo e ao ensino fundamental.

Vale ressaltar que no exercício de 1997 a receita líquida de impostos alcançou o montante de R$ 25.350 milhões, sendo que, desse valor, a União aplicou R$ 6.733 milhões na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a 26,6% daquele valor, cumprindo assim a determinação prevista no *caput* do art. 212, da Constituição Federal.

O FUNDEF tem como fonte de recursos parcelas do Fundo de Participação dos Estados – FPE , do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, do IPI Exportação, do Imposto relativo ao ICMS, inclusive os valores pertinentes às compensações financeiras decorrentes da desoneração das exportações, e ainda, a complementação da União prevista no § 3° do art. 60 – ADCT, sendo os recursos correspondentes distribuídos entre os governos estadual e municipal de cada Unidade da Federação, na proporção do número de alunos matriculados no ensino fundamental.

Mencionado Fundo foi implantado, automaticamente, a partir de 1° de janeiro de 1998, porém sua implantação poderia ser antecipada no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal por lei específica. Essa antecipação ocorreu em 1997 apenas no Estado do Pará onde houve a necessidade de complementação de recursos por parte da União no valor de R$ 59,6 milhões durante o 2° semestre de 1997.

O objetivo maior com a criação do FUNDEF está na busca de soluções para um dos graves problemas que ocorre no âmbito do ensino fundamental que é o baixo padrão salarial dos professores. Espera-se que no médio prazo surjam os primeiros resultados com reflexos positivos sobre a qualificação profissional do magistério e a qualidade do ensino ministrado nas escolas, como fruto da garantia de alocação dos recursos para tal fim, uma vez que 60% dos recursos desse Fundo destinam-se ao pagamento de professores do ensino fundamental em efetivo exercício do magistério.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Esse instrumento tem natureza contábil, com conta especial, e os recursos a ele destinados devem ser utilizados, especificamente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, de modo a permitir visibilidade na questão dos recursos e auxiliar na definição de prioridades, facilitando o controle social e as ações fiscalizatórias previstas em lei, além de permitir a autonomia na aplicação dos valores, com a garantia de sua destinação específica.

Assim, esse Fundo constitui-se num instrumento para a implementação de uma política redistributiva, que objetiva corrigir desigualdades regionais e sociais, pois, nem todos os Estados e Municípios detêm capacidade financeira para investir em um ensino fundamental de qualidade, sendo, portanto, oportuno garantir distribuição eqüitativa de receitas e despesas, propiciando uma atuação da União de forma supletiva onde as carências e a escassez de recursos são maiores.

Nesse contexto, o Governo Federal, objetivando a implementação de uma política de descentralização na área de educação, promoveu ações nesse sentido destacando-se além do FUNDEF, os Programas "Escola Pública – Gestão Eficiente", "TV Escola", "Alimentação Escolar", "Livro Didático", entre outros.

O Programa Escola Pública – Gestão Eficiente foi implementado em 1995 e consiste na transferência de recursos financeiros para escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, com base no número de alunos atendidos pelas escolas, objetivando a melhoria da gestão do estabelecimento de ensino, minimizando a burocracia e o desperdício de dinheiro público. Em 1997 a meta limitou-se às escolas com mais de 20 alunos e elevou-se o valor devido a cada escola/ano, passando o teto de R$ 15.000,00 (utilizando nos anos de 1995 e 1996) para R$ 19.000,00. Ainda em 1997 foi introduzida a obrigatoriedade da instituição de Unidades Executoras nas escolas situadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto DF, com mais de 200 alunos, e nas escolas das Regiões Sudeste, Sul e no DF, com mais de 150 alunos. Tal medida elevou o percentual de atendimento direto de 16% em 1996 para 45% em 1997. Foi destinado a este programa o montante de R$ 329,2 milhões no exercício de 1997.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é o principal orgão executor da política educacional do Ministério da Educação – MEC, tendo uma participação de 44,4% no total de recursos executados pelo MEC na área de ensino fundamental. A seguir, destaca-se alguns dos principais programas executados pelo FNDE.

Alocação de recursos em programas executados pelo FNDE

O Programa de Educação de Jovens e Adultos compõe o grupo de programas administrados e executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e se destina ao provimento de recursos para capacitação de recursos humanos, material didático e pedagógico, equipamentos, dentre outros. No exercício de 1997 foi repassado o montante de R$ 33,5 milhões para todo o país. Conforme dados do FNDE, observa-se que o repasse de recursos realizado em 1997 para as unidades da federação revela, em termos per capita, um valor de R$ 0,21 por habitante, em termos de Brasil. Os números apresentados mostram que apenas a Região

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Sudeste ficou abaixo da média nacional, com o equivalente a R$ 0,09. Dos valores repassados por esse Programa, o maior valor per capita foi para a Região Centro-Oeste, com R$ 0,33, seguido pela Região Nordeste, com R$ 0,32 . As Regiões Norte e Sul alcançaram valores médios por habitante de R$ 0,26 e R$ 0,24, respectivamente.

O Programa TV Escola foi criado visando a formação, aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, tendo como objetivo maior, disseminar de forma ampla, rápida e democrática, programas que desenvolvem e estimulam o intercâmbio de informações entre professores, por meio de um canal de televisão exclusivo, dedicado integralmente à ampliação de horizontes de professores e alunos. Em 1997 a TV Escola executou 7,4 milhões, o equivalente a 74% do valor orçado.

O Programa Nacional de Informática na Educação se destina a capacitação de professores na área de informática e a compra e distribuição de computadores para cerca de 7.000 unidades. Nas escolas das redes federal, estadual e municipal houve treinamento, no exercício em análise, de 637 professores em todo o país (professores multiplicadores), os quais deverão repassar seus conhecimentos para os demais professores. Para esse Programa foi repassado um total de R$ 3,1 milhões para todo o país. Com relação a compra e distribuição de computadores, as ações só foram efetivamente iniciadas a partir de dezembro de 1997 com a abertura das concorrências.

O Programa Nacional de Saúde do Escolar objetiva atender os alunos da 1ª série do 1° grau das escolas municipais e/ou estaduais com ações educativas, preventivas e curativas na área de saúde geral. No exercício de 1997 foi repassado um total de R$ 14,6 milhões, os quais beneficiaram mais de 1.200 mil alunos em 640 municípios. Em 1996 foi repassado o montante de R$ 14,1 milhões, beneficiando 1.405 mil alunos em 611 municípios. Observa-se que houve um incremento nominal dos recursos executados de 4% em relação a 1996 e um incremento no número de municípios atendidos de 4,7%, mas com uma redução de alunos atendidos em 14,5% .

O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE objetiva promover o atendimento aos alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental, da rede municipal das zonas urbana e rural e entidades filantrópicas, garantindo pelo menos uma refeição diária com o mínimo de 350 quilocalorias e 9 gramas de proteínas, durante os 180 dias letivos. No exercício em análise foi executado um montante de R$ 672,8 milhões, atendendo um total de 35,2 milhões de alunos em 4.025 municípios. Em 1996 repassou-se um total de R$ 454,1 milhões, atendendo a 30,5 milhões de alunos em 3.284 municípios. Houve um incremento de recursos, em termos nominais, de 48% em relação ao ano anterior, além se ter observado uma maior quantidade de alunos e municípios atendidos.

O Programa Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental-PMDE objetiva fornecer recursos para incentivar atividades no ensino fundamental na rede de escolas públicas estadual e municipal, além de direcionar recursos para as organizações não governamentais que trabalham com educação especial. Em 1997 repassou-se um total de R$ 279,4 milhões para atender 26,7 milhões de alunos. Em 1996 foi repassado um total de R$ 259,7 milhões, beneficiando 31,3 milhões de alunos. Conforme os dados fornecidos pelo FNDE, relativos ao exercício de 1997 e pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, relativos ao

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

exercício de 1996, observa-se que houve um incremento de recursos repassados na ordem de 7,5%, embora com uma queda no atendimento de alunos de 14,7%.

O Programa de Educação Especial busca incentivar a educação especial realizada na rede pública e na rede privada. Foi repassado no exercício em análise um total de R$ 22,5 milhões para todo o país, além do montante de R$ 1,5 milhão através do programa dinheiro na escola do PMDE. Do total de R$ 22,5 milhões repassados, temos que 40,6% destinou-se para a Região Sul, 28,6% para a Região Sudeste, 13,2% para a Região Centro-Oeste e, finalmente, 9,2% e 8,4% para as Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

O Programa Nacional de Transporte Escolar-PNTE objetiva a aquisição de veículos automotores com a capacidade mínima de 10 e máxima de 40 passageiros, a serem utilizados dentro dos critérios do PNTE, visando o atendimento aos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino Fundamental, residentes no meio rural, pertencentes aos municípios selecionados pelo Comunidade Solidária e municípios que possuam nucleação de escolas (Escolas com maior infra-estrutura da zona rural que recolhem alunos nas imediações). No exercício em análise foram repassados R$ 19,8 milhões para o atendimento de 414 municípios, sendo adquiridos 730 veículos. Em 1996 foram repassados R$ 37,2 milhões, que proporcionaram um atendimento de 623 municípios.

O Programa Nacional do Livro Didático, executado pelo FNDE, envia pelo correio aos alunos do ensino fundamental os livros que foram escolhidos pelos professores de cada escola. As escolas recebem do FNDE um catálogo de livros entre abril e maio para o processo de escolha dos mesmos para o ano seguinte. Em 1997 executou-se para a aquisição de livros o montante de R$ 232,9 milhões e mais R$ 55,9 milhões para os demais gastos na área. Foram distribuídos 64,7 milhões de livros para todas as unidades da federação, contra 41 milhões de livros didáticos distribuídos em 1996.

A Questão da Execução e Avaliação do Ensino Superior

Podemos observar, de acordo com demonstrativo a seguir, que o Governo Federal vem priorizando o ensino superior quando destina aproximadamente a metade dos recursos do Ministério da Educação-MEC para o mesmo, enquanto que para o ensino fundamental vem destinando entre 23% e 29% do total da execução orçamentária de 1994 a 1997.

ALOCAÇÃO DE GASTOS ENTRE O ENSINO SUPERIOR E O FUNDAMENTAL

R$ MIL

	GASTOS IFES (A)*1	GASTOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL (B)	(B/A)*100	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MEC (C)	(B/C)*100	(A/C)*100
1994	3.072.120	1.866.522 (*2)	60,8	6.406.205	29,1	48,0
1995	5.781.204	2.460.306 (*2)	42,6	10.489.755	23,5	55,1
1996	5.842.407	2.747.631	47,0	10.779.739	25,5	54,2
1997	6.206.952	3.125.937	50,36	11.098.736	28,2	55,9

Fonte: Secretaria de Educação Superior/MEC e SIAFI/97

*1. Valores incluem pessoal e encargos sociais (ativo, inativo e precatório) e outros custeios e capital (tesouro e outras fontes)

*2. Valores contabilizados que podem registrar dupla contagem.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No que tange as despesas das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior, é apresentado em demonstrativo anexo uma série com as despesas totais incorridas pelas IFES nos anos de 1995 a 1997, tanto em valores correntes de cada ano como em valores constantes (deflacionados), tomando-se como base o exercício de 1997.

A série deflacionada permite identificar com maior clareza a evolução, em termos reais, dos dispêndios das IFES, excluídos os CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica, no período de 1995 a 1997.

No referido demonstrativo pode-se notar que em 1997 ocorreu um crescimento real das despesas das IFES, em relação a 1995, da ordem de 65,4%. As despesas totais passaram da marca dos R$ 3.700 milhões em 1995 para cerca de R$ 6.200 milhões em 1997.

Entre os grupos de instituições esse crescimento foi mais significativo para as Universidades (66,8%) do que para os estabelecimentos isolados de ensino superior (33,2%). Em termos de instituição, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro foi a única que apresentou redução do volume de despesas de 1997 em relação a 1995 (16,1%, em valores constantes).

O quadro de crescimento das despesas totais das IFES é bem diverso daquele observado em relação às despesas com investimentos e inversões financeiras, também demonstrado em anexo.

No período considerado, houve uma queda no nível de investimentos de 35,5% em termos reais, sendo que a taxa do nível de investimento de 97 em relação ao nível de 95 é negativa para grande parte das instituições.

Além disso, a participação dos investimentos nas despesas totais das IFES também é muito baixa. Em 1997, de uma despesa global de R$ 6.156 milhões os investimentos foram de R$ 162 milhões, o que representa apenas 2,63%.

Decompondo as despesas totais em despesas com pessoal e com outros custeios e capital – OCC chega-se aos dados de demonstrativo anexo, apresentados apenas em valores correntes, já que pretende-se observar tão-somente a distribuição percentual da despesa nesses dois grandes grupos, ao longo do período analisado.

Observa-se no mencionado demonstrativo que a relação entre os gastos com pessoal (e encargos) e com OCC é estável em todo o período analisado, situando-se em torno de 77% das despesas totais para gastos com pessoal e os 23% restantes com outros custeios e capital. Essa relação pode ser notada tanto no somatório das despesas de todas as instituições como no de cada grupo de instituições, em todos os anos considerados.

Vê-se, assim, que o principal componente dos custos das IFES é representado com gastos com pessoal. E neles, parcela significativa é representada por dispêndios com inativos e pensionistas.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No conjunto das IFES analisadas, aproximadamente 30%, em média, das despesas com pessoal é devida a pagamentos de inativos e pensionistas. A média de cada grupo de instituições situa-se em torno dessa média global. Já em termos de instituições consideradas isoladamente, essa composição varia bastante, indo de poucas que não têm sequer registro de despesas com inativos no SIAFI a outras, como a Universidade Federal de Pernambuco, em que 64,9% das despesas com pessoal em 1997 deveram-se a dispêndios com aposentadorias e pensões.

O demonstrativo a seguir relaciona as Instituições Federais de Ensino Superior, por região, ao quantitativo de alunos, ao número de diplomados, às vagas oferecidas, aos ingressantes e ao número de servidores, assim como o nível de formação dos docentes. Pode-se observar que a Região Sudeste se destaca tanto em termos quantitativos (maior quantidades de IFES, alunos, de ingressantes, diplomados, etc.) e qualitativos, pois possuem dos docentes das IFES os mais qualificados. No outro extremo, estão as regiões Norte e Centro-Oeste apresentando a pior performance em termos quantitativos e qualitativos. No nível intermediário estão as regiões Nordeste e Sul.

RELAÇÃO DE IFES, ALUNATO, SERVIDORES, DOCENTES POR REGIÃO – 1996

REGIÃO	IFES	ALUNOS	DIPLO-MADOS	VAGAS	INGRES-SANTES	SERVI-DORES	DOCENTES				
							GRADUADOS	ESPECIAL	MESTRADO	DOUTOR	TOTAL
NORTE	9	43.274	5.257	9.358	10.264	6.360	763	1.140	1.123	335	3.361
NORDESTE	12	109.004	12.756	24.422	29.198	26.810	2.415	2.828	4.837	2.220	12.300
SUDESTE	20	122.039	15.895	26.400	28.419	40.598	1.821	2.025	5.658	5.188	14.692
SUL	7	73.106	9.351	15.229	18.130	15.729	1.138	1.325	3.188	2.250	7.901
CENTRO OESTE	4	41.823	5.930	10.031	11.080	8.428	699	926	1.589	980	4.194
BRASIL	**52**	**389.246**	**49.189**	**85.440**	**97.091**	**97.925**	**6.836**	**8.244**	**16.395**	**10.973**	**42.448**

Fonte: SESU/MEC

As Instituições Federais de Ensino Superior-IFES relacionadas pela Secretaria de Educação Superior-SESU/MEC totalizam 52 (cinquenta e dois) instituições. Esclareça-se que uma análise dos grandes números, por região, certamente mascara o desempenho de cada instituição, e mesmo que os dados fossem discriminados por cada entidade, ainda assim muitas especificidades seriam mascaradas. Portanto, a análise desses grandes números limita-se a fornecer indicadores sobre como estão sendo alocados os recursos às IFES aliados a alguns parâmetros quantitativos e qualitativos muito genéricos.

Decompondo a tabela supracitada, pode-se analisar comparativamente as regiões através de parâmetros a seguir relacionados:

REGIÃO	ALUNOS POR DOCENTE	SERVIDOR POR DOCENTE	ALUNOS POR SERVIDOR
NORTE	12,87	1,89	6,80
NORDESTE	8,86	2,18	4,06
SUDESTE	8,30	2,76	3,00

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

SUL	9,25	1,99	4,65
CENTRO-OESTE	9,97	2,01	4,96
BRASIL	9,16	2,30	3,97

Fonte: SESU/MEC

Podemos observar que, dada a média nacional, a Região Norte apresenta uma maior carência de docentes em relação ao número de alunos, uma menor quantidade de servidores para atender cada docente e uma maior quantidade de alunos para serem atendidos por cada servidor, possuindo, a princípio, uma maior carência de recursos humanos (docentes e servidores). Em seguida as Regiões Centro-Oeste e Sul apresentam indicadores próximos. No outro extremo está a Região Sudeste, que retrata uma melhor performance em termos quantitativos no que diz respeito a abundância de recursos humanos, seguida pela Região Nordeste. Esses indicadores não permitem fazer uma avaliação da alocação de recursos humanos dentro de cada região, nem dentro de cada instituição, tendo, dessa forma, uma abrangência bastante limitada.

Da mesma forma pode-se constatar que a Região Sudeste possui os melhores indicadores, tanto quantitativos (maior quantidade de centros de pós-graduação de mestrado e doutorado) quanto qualitativos (melhores conceitos de avaliação da CAPES, onde o melhor conceito é A e o pior é SA), conforme demonstrativo a seguir. No outro extremo estão as Regiões Norte e Centro-Oeste, com os piores indicadores. Em um nível intermediário estão as Regiões Sul e Nordeste.

NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO SEGUNDO AVALIAÇÃO – 1996

	MESTRADO									DOUTORADO									
REGIÃO	A	B	C	CN	CR	D	E	SA	TOTAL	A	B	C	CN	CR	D	E	SA	TOTAL	TOTAL GERAL
NORTE	2	6	10	3	1	2	0	1	**25**	0	2	4	2	0	0	0	0	**8**	**33**
NORDESTE	24	57	53	18	3	8	1	0	**164**	7	10	3	15	0	1	0	0	**36**	**200**
SUDESTE	335	246	66	47	11	14	10	2	**731**	237	159	33	54	1	6	2	1	**493**	**1224**
SUL	54	64	26	29	3	3	2	1	**182**	21	21	2	20	-	0	0	0	**64**	**246**
CENTRO-OESTE	11	15	16	9	1	3	1	1	**57**	6	3	1	3	1	0	1	0	**15**	**72**
BRASIL	**426**	**388**	**171**	**106**	**19**	**30**	**14**	**5**	**1.159**	**271**	**195**	**43**	**94**	**2**	**7**	**3**	**1**	**616**	**1.775**

Fonte: CAPES/DAV/CED

Até o final de 1996 as IFES possuíam 1.775 cursos de pós-graduação em todo o país. Desse número, 1.159 referiam-se a cursos de mestrado e 616 eram de doutorado, sendo que apenas 39% do total dos cursos alcançaram o maior conceito (A) e 33% atingiram o conceito (B), segundo o critério de avaliação da CAPES.

A avaliação do ensino superior no Brasil não é um fenômeno recente. Desde a Reforma Universitária de 1968 vêm sendo desenvolvidas diferentes formas e tipos de avaliações parciais ou setoriais. Em 1977, a CAPES iniciou suas experiências de avaliação nos cursos de mestrado e doutorado. Bem sucedidas, essas experiências abriram caminho para a ampliação do debate, culminando com a publicação, em 1985, do relatório final elaborado pela Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, que propôs a instituição da autonomia plena das universidades brasileiras, acompanhada de um sistema permanente de acompanhamento de seu

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

desempenho. Desde então o tema da avaliação está na ordem do dia, surgindo diversos fóruns de discussão do assunto.

A perspectiva de autonomia universitária de fato, cada vez mais reinvindicada pelas próprias instituições de educação superior, exigirá, antes de tudo, um controle de produtos, isto é, dos resultados do ensino e da pesquisa, do que dos meios para atingi-los. Além disso, é natural da democracia que as instituições públicas, sem exceção, prestem contas à sociedade do uso dos recursos que recebem e do desempenho no cumprimento das finalidades para as quais foram criadas.

Superada a questão da pertinência da avaliação em si, as discussões atuais centram-se notadamente nos aspectos relacionados à legitimidade do agente avaliador (no meio acadêmico são comumente defendidas a auto-avaliação e a chamada avaliação por pares, ao passo em que a avaliação externa encontra fortes resistências) e à metodologia de avaliar, já que a avaliação é um processo tecnicamente complexo, principalmente quando busca comparar instituições entre si, e não apenas analisar, isoladamente, determinada instituição, certos departamentos ou alguns cursos. Isso explica porque ainda hoje são facilmente encontráveis diferentes formas e tipos de avaliações parciais ou setoriais, muito embora sejam relativamente raros processos sistematizados de avaliação das instituições de ensino superior em seu conjunto.

Merecem destaque do debate atual em torno do tema, dois pontos que acham-se afetos a limitações ou restrições metodológicas que aqui devem ser colocados.

O primeiro aspecto está ligado à diversidade das instituições de ensino superior, atualmente classificadas em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, e institutos superiores ou escolas superiores. Apenas as universidades estão sujeitas ao princípio de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Além disso, há instituições que se dedicam a uma área específica do saber. Outras que se concentram nas chamadas "hard sciences" e correlatas (ciências exatas, biológicas, agrárias, engenharias e tecnologia) que têm custos sabidamente mais elevados que em outras áreas do conhecimento, pois requerem maiores investimentos em capital e incorrem em dispêndios mais elevados com manutenção e operação de laboratórios, fazendas experimentais, observatórios.

Essa diversificação é desejável, já que atende melhor à volatilidade e às transformações que atualmente ocorrem na ordem do conhecimento. Por outro lado, contudo, implica que nem todas as instituições podem ou devem ser avaliadas pelos mesmos critérios, sob pena de se justapor entes de natureza diversa e finalidades distintas.

O segundo aspecto a ser observado, e que de certa forma é agravado pelo anterior, é a inexistência de consenso acerca de um elenco de indicadores que possa ser considerado representativo do conjunto das instituições de ensino superior em seus vários aspectos.

Uma exceção a essa regra pode ser apontada no que diz respeito à pós-graduação. O sistema de avaliação dos programas de mestrado e doutorado no país, instituído pela CAPES a partir de 1977, vem sendo aperfeiçoado continuamente, e já conta com inegável legitimidade junto à comunidade científica nacional. O mesmo não ocorre com o ensino de graduação. Ao contrário, cada avaliação parte de um modelo teórico próprio e tem suas próprias indagações, de

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

forma que a matriz de variáveis consideradas relevantes varia de análise para análise. Com isso, à exceção da pós-graduação, não existe para os demais níveis de ensino superior um conjunto de indicadores que possa ser considerado por alguma instância como suficientemente representativo dos resultados da produção acadêmica.

Dado o contexto em que se insere a questão da avaliação do ensino superior e que a esse quadro de polêmicas e indefinições acresce-se o fato de ser esse tipo de trabalho ainda incipiente no âmbito dos controles (interno e externo), além de que algumas limitações técnicas impediram a realização de uma melhor e mais detalhada análise, é por conseguinte que os estudos aqui desenvolvidos carecem dos aperfeiçoamentos que a continuidade da reflexão das áreas de controle a respeito do tema poderá trazer.

É de se destacar que entre as inúmeras limitações duas delas sobressaem. A primeira diz respeito aos limites existentes quanto a obtenção de estatísticas relacionadas ao corpo docente. As análises desenvolvidas baseiam-se no número de docentes contratados e não no quantitativo daqueles em efetivo exercício em cada instituição. Assim, foram considerados os professores em aperfeiçoamento profissional, vinculados a programas de mestrado e doutorado, bem como aqueles cedidos a órgãos públicos, que, embora não tendo a seu cargo tarefas docentes, foram registrados como se tivessem.

A segunda refere-se a avaliação do custo por aluno de cada instituição, que, com os dados disponíveis, não foi possível realizar, considerando que é preciso ter claro que custo por aluno não se confunde com despesa por estudante. Esse último conceito, obtido pela divisão dos gastos totais pela matrícula, é de natureza meramente contábil, de pouca utilidade para conclusões acerca da eficiência relativa de uma instituição. Deve-se ter em conta também que o conceito de custo tem natureza econômica, prestando-se mais adequadamente a finalidades avaliativas, além de que nas despesas com pessoal, devem ser subtraídos os pagamentos a inativos e pensionistas, que não integram os custos. Essas despesas, embora arcadas pelas instituições federais de ensino superior, não se destinam a custear suas atividades, estando mais relacionadas à previdência e assistência social. A consideração desses gastos numa estimativa de custos poderia beneficiar instituições implantadas mais recentemente, que ainda não têm uma parcela expressiva de servidores aposentados e de pensionistas às suas expensas, distorcendo o resultado das análises.

Outro fator importante a ser considerado numa análise custo/aluno é o próprio conceito de aluno para esse cálculo. É preciso converter cada matrícula em alunos equivalentes de tempo integral – ATI. Um ATI corresponde a um aluno ativo, cursando no mínimo 24 créditos por semestre, segundo definição do próprio MEC. Assim, os alunos com matrícula trancada não serão considerados no cálculo custo/aluno. Do mesmo modo, um aluno que cursa em determinado semestre apenas 6 créditos corresponderá a 0,25 ATI (6/24). Esse tipo de consideração é inviável de ser feita com os dados solicitados às IFES, limitados apenas a matrículas totais em cada ano.

Quanto a qualificação do corpo docente, vale lembrar que as instituições federais de ensino superior já vêm desenvolvendo programas de aperfeiçoamento dos seus quadros docentes, esforço esse que pode ser visualizado em dados constantes de quadro anexo, no qual se pode observar que o percentual de docentes com títulos de mestrado ou doutorado é crescente em todo o período analisado, evoluindo, na média, de 57,9% em 94 para 64,4% em 97. Entre os grupos, o

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

maior percentual é apresentado pelos estabelecimentos isolados de ensino superior (74,4% em 97) e o menor, pelas Fundações Universitárias (56,9% no mesmo ano).

Esse índice de qualificação de docentes, entretanto, é mais adequado para uma análise da evolução de cada instituição ao longo do tempo do que propriamente para uma comparação entre instituições. Isso porque são atribuídos os mesmos pesos para as titulações de mestrado e doutorado, por exemplo, de forma que uma instituição com 80% dos docentes com título de doutorado estaria no mesmo patamar de outra com 80% de mestres, igualdade essa que evidentemente não reflete a diferença de potencial de ensino e pesquisa entre elas.

Para vencer essa limitação é preciso ponderar o grau de titulação dos docentes. Um indicador adequado para tanto é o de Índice de Qualificação do Corpo Docente, a seguir especificado:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

onde D representa o número de docentes com doutorado, M, com mestrado, E, com especialização e G apenas com graduação. Esse índice varia de 1 (todos os professores apenas com graduação) a 5 (todos com doutorado), e permite estabelecer comparações entre instituições de forma mais adequada.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente vem sendo utilizado com relativa freqüência pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, como também em alguns trabalhos do IPEA. Em demonstrativo anexo é apresentado seu cálculo para as instituições federais de ensino superior.

No referido demonstrativo pode-se notar que a variação de valores entre as instituições é bastante expressiva, indo desde instituições com o índice abaixo de 2 (Fundação Universidade Federal de Rondônia com IQCD = 1,95 em 1997) a outras com índice acima de 4 (Fundação Universidade Federal de São Carlos – IQCD = 4,21 e Universidade Federal de São Paulo-Escola Paulista de Medicina, com IQCD = 4,44, no mesmo ano).

As análises desenvolvidas sobre a avaliação do ensino superior são parciais, na medida em que representam um entre os vários pontos de vista sob os quais o assunto pode ser enfocado, além de terem sido realizadas apenas pelo setor público. Embora a avaliação das atividades acadêmicas venha sendo defendida como um instrumento necessário para promover-se a melhoria do ensino e o desenvolvimento da produção científica, ainda não existe consenso sobre como fazê-la, respeitando-se a vocação, possibilidades, área de competência e o contexto social de cada instituição, o que exige a definição de parâmetros adequados a essa diversidade. Assim, nem todas as instituições podem ou devem ser avaliadas pelos mesmos critérios.

Das avaliações oficiais desenvolvidas pelo MEC, pode-se dizer que a primeira iniciativa realmente de impacto tenha sido o Exame Nacional de Cursos, popularizado com o nome de "Provão". Essa é uma avaliação de conhecimentos, instituída pela Lei nº 9.131/95, a ser

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

realizada a cada ano, destinando-se a aferir as competências adquiridas pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

No entanto, não se pode restringir a avaliação ao chamado "provão", na medida em que ele é um indicador isolado, limitado apenas ao ensino, descontextualizado, pontual, e que não permite, sozinho, definir e orientar políticas, já que desconsidera totalmente as diversas e complexas variáveis que condicionam ou determinam o desempenho acadêmico.

A própria Lei n° 9.131/95 instituiu que as avaliações a serem realizadas pelo MEC deverão fazer "uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão" (art. 3°). O Decreto n° 2.026, de 10.10.96, que estabelece procedimentos para o processo de avaliação das diversas instituições de ensino superior incorpora essas preocupações.

Dessa forma é possível que os processos de avaliação deixem o caráter marcadamente descritivo para adotar uma postura mais explicativa. Para isso, entretanto, faltam parâmetros adequados, que gozem de ampla legitimidade. É por essa razão que se deve realçar a importância de que o MEC, na qualidade de responsável pela política de educação nacional, priorize os esforços com vistas a desenvolver um conjunto de critérios, instrumentos e procedimentos adequados à avaliação do ensino superior, que possam ser aceitos pelas diversas instâncias envolvidas na questão como suficientemente representativos das atividades acadêmicas em seus vários aspectos.

ANEXO I A

VALORES DO SUS REPASSADOS AOS ESTADOS EM 1995

R$1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AIH 1995 (A)	AMBULATÓRIO 1995 (B)	TOTAL (C) = (A) + (B)	POPULAÇÃO 1995 (D)	AIH PER CAPITA (E) = (A) / (D)	AMB. PER CAPITA (F) = (B) / (D)	TOTAL PER CAPITA
NORTE	**128.721.858,76**	**137.335.916,44**	**266.057.775,20**	**11.158.998,00**	**11,54**	**12,31**	**23,84**
Rondônia	18.063.384,85	16.585.556,08	34.648.940,93	1.339.507	13,49	12,38	25,87
Acre	5.270.407,61	4.606.273,93	9.876.681,54	455.242	11,58	10,12	21,70
Amazonas	19.513.023,47	42.074.718,24	61.587.741,71	2.320.221	8,41	18,13	26,54
Roraima	838.086,01	5.802.279,52	6.640.365,53	262.201	3,20	22,13	25,33
Pará	67.738.364,43	47.499.800,24	115.238.164,67	5.448.598	12,43	8,72	21,15
Amapá	2.375.619,75	4.012.623,43	6.388.243,18	326.188	7,28	12,30	19,58
Tocantins	14.922.972,64	16.754.665,00	31.677.637,64	1.007.041	14,82	16,64	31,46
NORDESTE	**781.511.808,43**	**760.564.806,22**	**1.542.076.614,65**	**44.974.707,00**	**17,38**	**16,91**	**34,29**
Maranhão	91.396.151,56	91.405.839,01	182.801.990,57	5.231.261	17,47	17,47	34,94
Piauí	52.415.236,25	54.715.050,55	107.130.286,80	2.724.967	19,24	20,08	39,31
Ceará	122.423.767,62	141.610.378,88	264.034.146,50	6.714.246	18,23	21,09	39,32
Rio Grande do Norte	39.894.779,86	43.886.887,44	83.781.667,30	2.582.339	15,45	17,00	32,44
Paraíba	73.469.137,09	58.427.042,59	131.896.179,68	3.340.018	22,00	17,49	39,49
Pernambuco	142.369.416,47	148.136.793,10	290.506.209,57	7.445.216	19,12	19,90	39,02
Alagoas	48.550.621,58	37.580.855,17	86.131.476,75	2.685.421	18,08	13,99	32,07
Sergipe	21.601.517,45	24.439.407,06	46.040.924,51	1.605.257	13,46	15,22	28,68
Bahia	189.391.180,55	160.362.552,42	349.753.732,97	12.645.982	14,98	12,68	27,66
SUDESTE	**1.483.235.536,17**	**1.701.200.464,58**	**3.184.436.000,75**	**66.288.059,00**	**22,38**	**25,66**	**48,04**
Minas Gerais	339.540.772,03	377.767.045,33	717.307.817,36	16.505.334	20,57	22,89	43,46
Espírito Santo	48.182.755,83	39.280.596,69	87.463.352,52	2.786.692	17,29	14,10	31,39
Rio de Janeiro	303.556.692,39	330.040.380,57	633.597.072,96	13.296.419	22,83	24,82	47,65
São Paulo	791.955.315,92	954.112.441,99	1.746.067.757,91	33.699.614	23,50	28,31	51,81
SUL	**583.353.509,64**	**515.648.222,94**	**1.099.001.732,58**	**23.128.026,00**	**25,22**	**22,30**	**47,52**
Paraná	233.741.925,25	230.064.804,07	463.806.729,32	8.712.805	26,83	26,41	53,23
Santa Catarina	89.710.590,11	102.079.038,15	191.789.628,26	4.836.624	18,55	21,11	39,65
Rio Grande do Sul	259.900.994,28	183.504.380,72	443.405.375,00	9.578.597	27,13	19,16	46,29
CENTRO-OESTE	**215.614.924,99**	**204.022.659,27**	**419.637.584,26**	**10.272.650,00**	**20,99**	**19,86**	**40,85**
Mato Grosso do Sul	37.208.952,97	33.317.101,44	70.526.054,41	1.912.788	19,45	17,42	36,87
Mato Grosso	42.660.400,78	39.567.430,26	82.227.831,04	2.313.634	18,44	17,10	35,54
Goiás	98.449.456,42	84.841.803,26	183.291.259,68	4.308.415	22,85	19,69	42,54
Distrito Federal	37.296.114,82	46.296.324,31	83.592.439,13	1.737.813	21,46	26,64	48,10
Total	**3.192.437.637,99**	**3.318.772.069,45**	**6.511.209.707,44**	**155.822.440,00**	**20,49**	**21,30**	**41,79**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO I B

VALORES DO SUS REPASSADOS AOS ESTADOS EM 1996

R$1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AIH 1996 (A)	AMBULATÓRIO 1996 (B)	TOTAL (C) = (A) + (B)	POPULAÇÃO 1996 (D)	AIH PER CAPITA (E) = (A) / (D)	AMBULATÓRIO PER CAPITA (F) = (B) / (D)	TOTAL PER CAPITA (G) = (C) / (D)
NORTE	**137.040.421,67**	**147.262.510,28**	**284.302.931,95**	**11.290.093**	**12,14**	**13,0**	**25,18**
Rondônia	18.148.785,38	17.504.975,84	35.653.761,22	1.231.007	14,74	14,2	28,96
Acre	5.090.616,50	6.421.370,31	11.511.986,81	483.726	10,52	13,3	23,80
Amazonas	18.890.645,14	41.825.357,93	60.716.003,07	2.389.279	7,91	17,5	25,41
Roraima	1.362.779,35	5.235.966,87	6.598.746,22	247.131	5,51	21,2	26,70
Pará	75.281.062,54	53.019.748,74	128.300.811,28	5.510.849	13,66	9,6	23,28
Amapá	2.436.461,85	5.852.951,58	8.289.413,43	379.459	6,42	15,4	21,85
Tocantins	15.830.070,91	17.402.139,01	33.232.209,92	1.048.642	15,10	16,6	31,69
NORDESTE	**772.431.555,01**	**829.892.566,01**	**1.602.324.121,02**	**44.768.201**	**17,25**	**18,5**	**35,79**
Maranhão	79.462.290,10	92.263.856,84	171.726.146,94	5.222.565	15,22	17,7	32,88
Piauí	49.450.216,42	54.285.587,65	103.735.804,07	2.673.176	18,50	20,3	38,81
Ceará	117.949.629,40	149.179.064,36	267.128.693,76	6.809.794	17,32	21,9	39,23
Rio Grande do Norte	38.108.514,24	47.523.996,68	85.632.510,92	2.558.660	14,89	18,6	33,47
Paraíba	69.800.986,55	60.667.375,49	130.468.362,04	3.305.616	21,12	18,4	39,47
Pernambuco	150.194.840,35	164.280.035,16	314.474.875,51	7.399.131	20,30	22,2	42,50
Alagoas	50.225.453,46	45.772.492,71	95.997.946,17	2.633.339	19,07	17,4	36,45
Sergipe	22.833.462,98	30.251.294,93	53.084.757,91	1.624.175	14,06	18,6	32,68
Bahia	194.406.161,51	185.668.862,19	380.075.023,70	12.541.745	15,50	14,8	30,30
SUDESTE	**1.468.459.188,20**	**1.687.769.254,64**	**3.156.228.442,84**	**67.003.069**	**21,92**	**25,2**	**47,11**
Minas Gerais	343.591.671,67	405.074.257,01	748.665.928,68	16.673.097	20,61	24,3	44,90
Espírito Santo	46.286.619,06	41.959.634,71	88.246.253,77	2.802.707	16,51	15,0	31,49
Rio de Janeiro	301.852.201,39	336.418.449,58	638.270.650,97	13.406.379	22,52	25,1	47,61
São Paulo	776.728.696,08	904.316.913,34	1.681.045.609,42	34.120.886	22,76	26,5	49,27
SUL	**590.849.912,03**	**515.851.522,86**	**1.106.701.434,89**	**23.516.730**	**25,12**	**21,9**	**47,06**
Paraná	238.376.036,36	224.486.051,87	462.862.088,23	9.003.804	26,48	24,9	51,41
Santa Catarina	91.158.324,81	103.657.131,81	194.815.456,62	4.875.244	18,70	21,3	39,96
Rio Grande do Sul	261.315.550,86	187.708.339,18	449.023.890,04	9.637.682	27,11	19,5	46,59
CENTRO-OESTE	**213.485.247,13**	**215.668.169,47**	**429.153.416,60**	**10.501.480**	**20,33**	**20,5**	**40,87**
Mato Grosso do Sul	40.142.472,62	35.153.269,02	75.295.741,64	1.927.834	20,82	18,2	39,06
Mato Grosso	41.204.909,62	44.842.897,37	86.047.806,99	2.235.832	18,43	20,1	38,49
Goiás	94.817.980,87	88.652.446,87	183.470.427,74	4.515.868	21,00	19,6	40,63
Distrito Federal	37.319.884,02	47.019.556,21	84.339.440,23	1.821.946	20,48	25,8	46,29
Total	**3.182.266.324,04**	**3.396.444.023,26**	**6.578.710.347,30**	**157.079.573,00**	**20,26**	**21,6**	**41,88**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO I C
VALORES DO SUS REPASSADOS AOS ESTADOS EM 1997

R$1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SIH/SUS AIH 1997 (A)	GAP SAI/SUS AMB/97 (B)	SUB-TOTAL (C) = (A) + (B)	SEMI-PLENA (D)	TOTAL (E) = (C) + (D)	POPULAÇÃO 1997 (F)	AIH PER CAPITA (G) = (A) / (F)	AMBULAT. PER CAPITA (H)=(B) / (F)	EMI-PLEN PERCAPITA (I)=(D) / (F)	TOTAL PER CAPITA (J) = (E) / (F)
ACRE	6.696.800	10.086.531	16.783.331	0	16.783.331	500.185	13	20	0	34
ALAGOAS	66.569.518	67.062.007	133.631.525	0	133.631.525	2.663.071	25	25	0	50
AMAZONAS	24.794.796	56.341.873	81.136.669	0	81.136.669	2.460.602	10	23	0	33
AMAPÁ	3.530.361	7.541.914	11.072.275	0	11.072.275	401.916	9	19	0	28
BAHIA	258.844.546	275.167.848	534.012.393	0	534.012.393	12.709.744	20	22	0	42
CEARÁ	156.738.904	207.589.828	364.328.733	16.697.215	381.025.947	6.920.292	23	30	2	55
DISTRITO FEDERAL	55.215.872	61.459.377	116.675.249	0	116.675.249	1.877.015	29	33	0	62
ESPÍRITO SANTO	63.403.672	69.755.115	133.158.788	2.634.880	135.793.668	2.853.098	22	24	1	48
GOIÁS	126.935.159	127.347.152	254.282.311	0	254.282.311	4.639.785	27	27	0	55
MARANHÃO	64.987.506	74.839.511	139.827.017	118.235.044	258.062.061	5.295.452	12	14	22	49
MINAS GERAIS	247.304.798	339.012.498	586.317.296	505.079.452	1.091.396.748	16.904.977	15	20	30	65
MATO GROSSO DO SUL	14.744.114	24.195.500	38.939.614	71.997.805	110.937.419	1.964.603	8	12	37	56
MATO AGROSSO	36.885.277	48.904.832	85.790.109	41.134.500	126.924.609	2.287.846	16	21	18	55
PARÁ	78.117.292	67.839.319	145.956.611	53.738.040	199.694.650	5.650.681	14	12	10	35
PARAIBA	70.780.938	80.162.672	150.943.610	29.423.398	180.367.008	3.331.673	21	24	9	54
PERNAMBUCO	170.591.727	178.891.899	349.483.627	96.351.507	445.835.133	7.466.773	23	24	13	60
PIAUÍ	31.392.830	39.147.717	70.540.548	72.604.018	143.144.565	2.695.876	12	15	27	53
PARANÁ	186.369.366	195.491.155	381.860.521	261.398.262	643.258.784	9.142.215	20	21	29	70
RIO DE JANEIRO	351.605.973	406.658.130	758.264.104	135.959.228	894.223.331	13.555.657	26	30	10	66
RIO GRANDE DO NORTE	16.729.304	56.693.041	73.422.345	64.281.084	137.703.429	2.594.340	6	22	25	53
RONDONIA	22.701.364	25.339.604	48.040.968	8.377.534	56.418.502	1.255.522	18	20	7	45
RORAIMA	962.185	8.674.573	9.636.757	0	9.636.757	254.499	4	34	0	38
RIO GRANDE DO SUL	199.531.603	173.790.698	373.322.301	283.810.481	657.132.782	9.762.110	20	18	29	67
SANTA CATARINA	82.598.910	101.183.830	183.782.740	108.052.687	291.835.427	4.958.339	17	20	22	59
SERGIPE	31.874.964	44.210.530	76.085.494	0	76.085.494	1.657.164	19	27	0	46
SÃO PAULO	922.281.407	1.174.525.536	2.096.806.943	421.150.819	2.517.957.762	34.752.225	27	34	12	72
TOCANTINS	21.715.147	26.068.778	47.783.926	798.064	48.581.989	1.080.753	20	24	1	45
Total	**3.313.904.333**	**3.947.981.469**	**7.261.885.802**	**2.291.724.015**	**9.553.609.817**	**159.636.413**	**21**	**25**	**14**	60

Fonte: Fundo Nacional de Saúde - FNS
CGEOF/Coordenação de Finanças - MS

Eleonir T. C. Santos
Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO II
REDE FÍSICA AMBULATORIAL - AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE REDE AMBULATORIAL DO SUS (A)	PARTICIPAÇÃO NA REDE AMBULATORIAL (%) (B)	POPULAÇÃO (C)	POPULAÇÃO POR UNIDADE AMBULATORIA (D) = (C) / (A)	PIB PER CAPITA (E)	RECURSO AMBULATORIAL PER CAPITA
NORTE	**5.077**	**8,47**	**11.604.158**	**2.286**		**171**
Rondônia	889	1,48	1.255.522	1.412,29	1.158	20,16560043
Acre	381	0,64	500.185	1.312,82	1.388	25,18220787
Amazonas	1.023	1,71	2.460.602	2.405,28	1.863	22,89759717
Roraima	152	0,25	254.499	1.674,34	1.296	18,76490035
Pará	1.970	3,28	5.650.681	2.868,37	1.302	21,6501487
Amapá	226	0,38	401.916	1.778,39	1.572	29,99726431
Tocantins	436	0,73	1.080.753	2.478,79	582	32,74314644
NORDESTE	**17.955**	**30**	**45.334.385**	**2.525**		**180**
Maranhão	2.448	4,08	5.295.452	2.163,17	681	24,44890257
Piauí	1.800	3,00	2.695.876	1.497,71	539	27,44677865
Ceará	3.141	5,24	6.920.292	2.203,21	831	14,13278998
Rio Grande do Norte	1.354	2,26	2.594.340	1.916,06	1.155	20,05400529
Paraíba	1.663	2,77	3.331.673	2.003,41	715	12,31571968
Pernambuco	2.089	3,48	7.466.773	3.574,33	1.034	21,37592809
Alagoas	921	1,54	2.663.071	2.891,50	885	12,00551203
Sergipe	693	1,16	1.657.164	2.391,29	1.263	24,0607864
Bahia	3.846	6,41	12.709.744	3.304,67	1.187	23,95839532
SUDESTE	**19.067**	**31,79**	**68.065.957**	**3.570**		**88**
Minas Gerais	8.497	14,17	16.904.977	1.989,52	1.828	14,52133462
Espírito Santo	1.129	1,88	2.853.098	2.527,10	1.849	21,38334693
Rio de Janeiro	2.794	4,66	13.555.657	4.851,70	2.830	29,99914577
São Paulo	6.647	0,11	34.752.225	5.228,26	3.011	21,85258715
SUL	**12.868**	**21,46**	**23.862.664**	**1.854**		**72**
Paraná	4.106	6,85	9.142.215	2.226,55	2.371	20,18252485
Santa Catarina	3.320	5,54	4.958.339	1.493,48	2.197	34,08489817
Rio Grande do Sul	5.442	9,07	9.762.110	1.793,85	2.368	17,80257527
CENTRO-OESTE	**5.007**	**8,35**	**10.769.249**	**2.151**		**105**
Mato Grosso do Sul	483	0,81	1.964.603	4.067,50	2.006	20,40679958
Mato Grosso	1.145	1,91	2.287.846	1.998,12	1.464	26,67842762
Goiás	3.265	5,44	4.639.785	1.421,07	1.575	33,79713202
Distrito Federal	114	0,19	1.877.015	16.465,04	4.574	24,12093992
Total	**59.974**	**100**	**159.636.413**	**2.662**	**1.980**	**1060,657925**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO III
REDE FÍSICA HOSPITALAR - AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	OTAL DE RED HOSPITALAR DO SUS (A)	PARTICIPAÇÃO DA REDE HOSPITALAR (%) (B)	POPULAÇÃO (C)	POPULAÇÃO POR UNIDADE HOSPITALAR (D) = (C) / (A)	PIB PER CAPITA (E)	RECURSOS DE AIH E AMBULATORIAL PER CAPITA
NORTE	**509**	**7,96**	**11.604.158**	**22.798**		**303,49**
Rondônia	85	1,33	1.255.522	14.770,85	1.158	33,55424595
Acre	24	0,38	500.185	20.841,04	1.388	50,17948271
Amazonas	81	1,27	2.460.602	30.377,80	1.863	32,97431664
Roraima	13	0,20	254.499	19.576,85	1.296	27,54872792
Pará	182	2,85	5.650.681	31.047,70	1.302	42,01598344
Amapá	17	0,27	401.916	23.642,12	1.572	55,05922977
Tocantins	107	1,67	1.080.753	10.100,50	582	62,15999797
NORDESTE	**2.107**	**33**	**45.334.385**	**21.516**		**477**
Maranhão	343	5,37	5.295.452	15.438,64	681	47,59516419
Piaui	190	2,97	2.695.876	14.188,82	539	54,8047616
Ceará	308	4,82	6.920.292	22.468,48	831	48,73277323
Rio Grande do Norte	185	2,89	2.594.340	14.023,46	1.155	64,56067632
Paraíba	190	2,97	3.331.673	17.535,12	715	56,46811025
Pernambuco	303	4,74	7.466.773	24.642,82	1.034	55,47777647
Alagoas	79	1,24	2.663.071	33.709,76	885	35,33992633
Sergipe	55	0,86	1.657.164	30.130,25	1.263	54,13706799
Bahia	454	7,10	12.709.744	27.995,03	1.187	59,70921215
SUDESTE	**1.905**	**30**	**68.065.957**	**35.730**		**243**
Minas Gerais	690	10,79	16.904.977	24.499,97	1.828	53,09760735
Espírito Santo	95	1,49	2.853.098	30.032,61	1.849	70,36137124
Rio de Janeiro	394	6,16	13.555.657	34.405,22	2.830	65,96680125
São Paulo	726	11,36	34.752.225	47.868,08	3.011	53,0784048
SUL	**1.155**	**18**	**23.862.664**	**20.660**		**150**
Paraná	546	8,54	9.142.215	16.743,98	2.371	44,93629075
Santa Catarina	223	3,49	4.958.339	22.234,70	2.197	37,86559959
Rio Grande do Sul	386	6,04	9.762.110	25.290,44	2.368	67,31462582
CENTRO-OESTE	**717**	**11**	**10.769.249**	**15.020**		**222**
Mato Grosso do Sul	117	1,83	1.964.603	16.791,48	2.006	58,85749781
Mato Grosso	161	2,52	2.287.846	14.210,22	1.464	45,91307425
Goiás	422	6,60	4.639.785	10.994,75	1.575	72,45457699
Distrito Federal	17	0,27	1.877.015	110.412,65	4.574	44,95198173
Total	**6.393**	**100,00**	**159.636.413**	**24.971**	**1.980**	**2486,738585**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IV
OFERTA DE LEITOS - AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE LEITOS EXISTENTES NO SUS (A)	PARTICIPAÇÃO DE LEITOS (%) (B)	POPULAÇÃO (C)	POPULAÇÃO POR LEITO HOSPITALAR (D) = (C) / (A)	PIB PER CAPITA (E)	RECURSOS DE AIH PER CAPITA
NORTE	**23.943**	**4,81**	**11.604.158**	**485**		**130**
Rondônia	3.077	0,62	1.255.522	408,03	1.158	13,3886455
Acre	1.504	0,30	500.185	332,57	1.388	24,9972748
Amazonas	4.010	0,81	2.460.602	613,62	1.863	10,0767195
Roraima	810	0,16	254.499	314,20	1.296	8,78382757
Pará	9.751	1,96	5.650.681	579,50	1.302	20,3658347
Amapá	922	0,19	401.916	435,92	1.572	22,649175
Tocantins	3.869	0,78	1.080.753	279,34	582	29,4168515
NORDESTE	**129.916**	**26**	**45.334.385**	**349**		**158**
Maranhão	24.550	4,94	5.295.452	215,70	681	22,2227461
Piauí	8.626	1,73	2.695.876	312,53	539	27,357983
Ceará	17.103	3,44	6.920.292	404,62	831	12,2723247
Rio Grande do Nort	7.230	1,45	2.594.340	358,83	1.155	14,6291118
Paraíba	11.526	2,32	3.331.673	289,06	715	7,50488217
Pernambuco	21.905	4,40	7.466.773	340,87	1.034	16,1222728
Alagoas	7.507	1,51	2.663.071	354,75	885	13,8244031
Sergipe	3.468	0,70	1.657.164	477,84	1.263	21,2448634
Bahia	28.001	5,63	12.709.744	453,90	1.187	22,846781
SUDESTE	**226.717**	**46**	**68.065.957**	**300**		**64**
Minas Gerais	52.116	10,48	16.904.977	324,37	1.828	11,6447605
Espírito Santo	7.010	1,41	2.853.098	407,00	1.849	20,3855812
Rio de Janeiro	59.135	11,89	13.555.657	229,23	2.830	25,9379515
São Paulo	108.456	21,81	34.752.225	320,43	3.011	6,44838542
SUL	**77.272**	**16**	**23.862.664**	**309**		**42**
Paraná	30.958	6,22	9.142.215	295,31	2.371	18,0812154
Santa Catarina	15.004	3,02	4.958.339	330,47	2.197	3,78070142
Rio Grande do Sul	31.310	6,30	9.762.110	311,79	2.368	20,439393
CENTRO-OESTE	**39.506**	**8**	**10.769.249**	**273**		**83**
Mato Grosso do Su	6.308	1,27	1.964.603	311,45	2.006	16,6585846
Mato Grosso	6.551	1,32	2.287.846	349,24	1.464	19,2346466
Goiás	22.627	4,55	4.639.785	205,06	1.575	26,5387729
Distrito Federal	4.020	0,81	1.877.015	466,92	4.574	20,0926089
Total	**497.354**	**100,00**	**159.636.413,00**	**320,97**	**1.980,00**	**824,214267**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO V

REDE AMBULATORIAL DO SUS - BRASIL
UNIDADES POR UF E TIPO PRESTADOR
PERÍODO DE AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REDE AMBULATORIAL		TOTAL
	PRIVADOS	PÚBLICOS	
NORTE	**662**	**4.415**	**5.077**
Rondônia	54	835	889
Acre	3	378	381
Amazonas	104	919	1.023
Roraima	5	147	152
Pará	390	1.580	1.970
Amapá	4	222	226
Tocantins	102	334	436
NORDESTE	**5.526**	**12.429**	**17.955**
Maranhão	967	1.481	2.448
Piauí	724	1.076	1.800
Ceará	946	2.195	3.141
Rio Grande do Norte	260	1.094	1.354
Paraíba	492	1.171	1.663
Pernambuco	459	1.630	2.089
Alagoas	195	726	921
Sergipe	192	501	693
Bahia	1.291	2.555	3.846
SUDESTE	**5.114**	**13.953**	**19.067**
Minas Gerais	2.759	5.738	8.497
Espírito Santo	199	930	1.129
Rio de Janeiro	818	1.976	2.794
São Paulo	1.338	5.309	6.647
SUL	**7.482**	**5.386**	**12.868**
Paraná	3.487	619	4.106
Santa Catarina	1.018	2.302	3.320
Rio Grande do Sul	2.977	2.465	5.442
CENTRO-OESTE	**2.749**	**2.258**	**5.007**
Mato Grosso do Sul	126	357	483
Mato Grosso	142	1.003	1.145
Goiás	2.475	790	3.265
Distrito Federal	6	108	114
Total	**21.533**	**38.441**	**59.974**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO VI

REDE HOSPITALAR DO SUS - BRASIL
HOSPITAIS POR UF E NATUREZA
PERÍODO DE AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRIVADO	PÚBLICO	TOTAL
NORTE	163	346	509
Rondônia	27	58	85
Acre	3	21	24
Amazonas	9	72	81
Roraima	0	13	13
Pará	87	95	182
Amapá	2	15	17
Tocantins	35	72	107
NORDESTE	874	1.233	2.107
Maranhão	205	138	343
Piauí	62	128	190
Ceará	111	197	308
Rio Grande do Norte	65	120	185
Paraíba	82	108	190
Pernambuco	85	218	303
Alagoas	31	48	79
Sergipe	38	17	55
Bahia	195	259	454
SUDESTE	799	1.106	1.905
Minas Gerais	352	338	690
Espírito Santo	55	40	95
Rio de Janeiro	191	203	394
São Paulo	201	525	726
SUL	659	496	1.155
Paraná	365	181	546
Santa Catarina	111	112	223
Rio Grande do Sul	183	203	386
CENTRO-OESTE	439	278	717
Mato Grosso do Sul	66	51	117
Mato Grosso	110	51	161
Goiás	261	161	422
Distrito Federal	2	15	17
Total	2.934	3.459	6.393

Fonte: FNS/MS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO VII
REDE HOSPITALAR DO SUS - BRASIL
LEITOS POR UF E NATUREZA
PERÍODO DE AGO/97

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRIVADO	PÚBLICO	TOTAL
NORTE	**8.613**	**15.330**	**23.943**
Rondônia	767	2.310	3.077
Acre	310	1.194	1.504
Amazonas	443	3.567	4.010
Roraima	0	810	810
Pará	5.486	4.265	9.751
Amapá	186	736	922
Tocantins	1.421	2.448	3.869
NORDESTE	**62.521**	**67.395**	**129.916**
Maranhão	17.463	7.087	24.550
Piauí	3.765	4.861	8.626
Ceará	7.538	9.565	17.103
Rio Grande do Norte	2.854	4.376	7.230
Paraíba	5.909	5.617	11.526
Pernambuco	8.564	13.341	21.905
Alagoas	3.614	3.893	7.507
Sergipe	2.205	1.263	3.468
Bahia	10.609	17.392	28.001
SUDESTE	**80.670**	**146.047**	**226.717**
Minas Gerais	22.655	29.461	52.116
Espírito Santo	3.177	3.833	7.010
Rio de Janeiro	27.102	32.033	59.135
São Paulo	27.736	80.720	108.456
SUL	**35.735**	**41.537**	**77.272**
Paraná	19.120	11.838	30.958
Santa Catarina	7.057	7.947	15.004
Rio Grande do Sul	9.558	21.752	31.310
CENTRO-OESTE	**21.394**	**18.112**	**39.506**
Mato Grosso do Sul	2.482	3.826	6.308
Mato Grosso	4.183	2.368	6.551
Goiás	14.449	8.178	22.627
Distrito Federal	280	3.740	4.020
Total	**208.933**	**288.421**	**497.354**

Fonte: TABNET/DATASUS/FNS/MS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO VIII

PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO SUS - BRASIL - 1996

R$1,00

TIPO PRESTADOR	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	TOTAL
UNIVERSITÁRIOS	4.188.711	31.838.478	260.003.548	50.867.508	12.471.994	359.370.238
FILANTRÓPRICOS	5.130.921	115.304.423	348.410.405	58.635.451	28.878.271	556.359.472
MUNICIPAIS	44.001.928	260.252.588	628.369.837	171.214.050	66.228.512	1.170.066.914
ESTADUAIS	60.211.000	177.040.356	157.059.833	46.753.228	54.125.448	495.189.864
OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS	1.305.461	5.674.834	8.701.677	17.466.733	2.243.716	35.392.422
MIN. DA SAÚDE	3.509.294	3.696.408	17.532.611	12.526.127	1.167.058	38.431.497
PRIVADOS	27.994.835	230.269.015	260.987.543	153.928.904	50.021.916	723.202.213
SEMI-PLENA	1.169.591	111.462.793	355.940.649	135.125.155	26.857.982	630.556.170
TOTAL	**147.511.740**	**935.538.894**	**2.037.006.103**	**646.517.156**	**241.994.898**	**4.008.568.790**

Fonte: Secretaria de Assistência à Saúde - S.A.S.

ANEXO IX A
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

DOENÇAS	ESQUISTOSSOMOSE			SAÚDE DO ÍNDIO			CONTROLE DE ENDEMIAS		
U.F.	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**0**	**0**	**0**	**282.555**	**102.425**	**36**	**0**	**0**	**0**
ACRE				180.130		0			
AMAPÁ									
AMAZONAS									
PARÁ									
RONDÔNIA									
RORAIMA				102.425	102.425	100			
TOCANTINS									
REGIÃO NORDESTE	**1.322.925**	**769.600**	**58**	**0**	**0**	**0**	**849.177**	**671.257**	**79**
MARANHÃO	56.600	56.600	100						
PIAUÍ									
CEARÁ							849.177	671.257	79
RIO GRANDE DO NORTE									
PARAÍBA									
PERNAMBUCO	187.900	-							
ALAGOAS									
SERGIPE	880.335	713.000	81						
BAHIA	198.090	-							
REGIÃO SUL	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
PARANÁ									
SANTA CATARINA									
RIO GRANDE DO SUL									
REGIÃO SUDESTE	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
MINAS GERAIS									
ESPÍRITO SANTO									
RIO DE JANEIRO									
SÃO PAULO									
REGIÃO CENTRO OESTE	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
MATO GROSSO DO SUL									
MATO GROSSO									
GOIÁS									
DISTRITO FEDERAL									
TOTAL	**1.322.925**	**769.600**	**58**	**282.555**	**102.425**	**36**	**849.177**	**671.257**	**79**

Fonte: FNS

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IX B
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

DOENÇAS	LEISHMANIOSE			CHAGAS			ZOONOSES		
U.F.	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**1.646.530**	**1.646.530**	**100**	**1.200.000**	**1.200.000**	**100**	**1.416.597**	**1.416.597**	100
ACRE							31.977	31.977	100
AMAPÁ									
AMAZONAS									
PARÁ									
RONDÔNIA									
RORAIMA	146.530	146.530	100						
TOCANTINS	1.500.000	1.500.000	100	1.200.000	1.200.000	**100**	1.384.620	1.384.620	100
REGIÃO NORDESTE	**2.636.317**	**1.667.677**	**63**	**1.350.462**	**18.720**	**1**	**454.000**	**0**	0
MARANHÃO	1.255.828	1.172.828	93						
PIAUÍ				1.215.384	-				
CEARÁ	18.720	18.720	100	93.600	18.720	**20**			
RIO GRANDE DO NORTE									
PARAÍBA									
PERNAMBUCO	119.019	-		28.000	-		454.000		0
ALAGOAS	212.715	212.715	100						
SERGIPE	66.750	-							
BAHIA	963.285	263.413	27	13.478	-				
REGIÃO SUDESTE	**74.100**	**74.100**	100	**369.000**	**369.000**	**100**	**883.734**	**0**	0
MINAS GERAIS							477.001		0
ESPÍRITO SANTO							232.096		0
RIO DE JANEIRO				369.000	369.000	**100**			
SÃO PAULO	74.100	74.100	100				174.637		0
REGIÃO SUL				**0**	**0**		**309.580**	**0**	0
PARANÁ							309.580		0
SANTA CATARINA									
RIO GRANDE DO SUL									
REGIÃO CENTRO OESTE	**0**	**0**		**874.800**	**89.700**	**10**	**629.068**	**460.884**	73
MATO GROSSO DO SUL							70.300		0
MATO GROSSO									
GOIÁS				874.800	89.700	**10**	558.768	460.884	82
DISTRITO FEDERAL									
TOTAL	**4.356.947**	**3.388.307**	**78**	**3.794.262**	**1.677.420**	**44**	**3.692.979**	**1.877.482**	**51**

Fonte: FNS

Glenir C. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IX C
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

PROGRAMAS	AUTO SUFICIÊNCIA EM IMUNOBIOLÓGICOS			LABORATÓRIO			MELHORIAS SANITÁRIA		
U.F.	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**0**	**0**	**0**	**397.401**	**397.401**	**100**	**90.000**	**90.000**	100
ACRE				80.401	80.401	100			
AMAPÁ									
AMAZONAS									
PARÁ									
RONDÔNIA							90.000	90.000	
RORAIMA									
TOCANTINS				317.000	317.000	100			
REGIÃO NORDESTE	**0**	**0**	**0**	**500.000**	**500.000**	**100**	**400.273**	**0**	0
MARANHÃO									
PIAUÍ							123.000		
CEARÁ				500.000	500.000	100	127.273		
RIO G. DO NORTE									
PARAÍBA									
PERNAMBUCO		-			-		150.000		0
ALAGOAS									
SERGIPE		-							
BAHIA					-				
REGIÃO SUDESTE	**14.207.148**	**12.453.430**	**88**	**60.000**	**0**	**0**	**140.000**	**0**	0
MINAS GERAIS									
ESPÍRITO SANTO				60.000					
RIO DE JANEIRO	12.681.348	12.453.430	98				140.000		
SÃO PAULO	1.525.800								
REGIÃO SUL	**1.482.310**	**0**	**0**	**351.000**	**351.000**	**100**	**98.405**	**98.405**	100
PARANÁ	1.482.310			351.000	351.000	100			
SANTA CATARINA									
RIO GRANDE DO SUL							98.405	98.405	
REG. CENTRO OESTE	**0**	**0**		**210.000**	**210.000**	**100**	**85.000**	**0**	0
MATO G. DO SUL									
MATO GROSSO									
GOIÁS				210.000		0	85.000		0
DISTRITO FEDERAL					210.000				
TOTAL	**15.689.458**	**12.453.430**	**79**	**1.518.401**	**1.458.401**	**96**	**813.678**	**188.405**	**23**

Fonte: FNS

Elenir C. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IX D
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

PROGRAMAS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			ESGOTO			SANEAMENTO BÁSICO		
U.F.	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**1.244.408**	**0**	**0**	**520.000**	**20.000**	**4**	**72.605**	**0**	0
ACRE									
AMAPÁ									
AMAZONAS									
PARÁ	474.920								
RONDÔNIA				500.000			72.605		
RORAIMA									
TOCANTINS	769.488			20.000	20.000	100			
REGIÃO NORDESTE	**1.179.279**	**140.000**	**12**	**3.289.747**	**1.313.085**	**40**	**959.509**	**0**	0
MARANHÃO				440.747	199.085				
PIAUÍ	461.314			200.000					
CEARÁ									
RIO GRANDE DO NORTE	140.000	140.000		405.000	405.000				
PARAÍBA									
PERNAMBUCO		-		509.000	509.000				
ALAGOAS							959.509		
SERGIPE	577.965	-							
BAHIA				1.735.000	200.000				
REGIÃO SUDESTE	**2.123.110**	**0**	**0**	**5.780.981**	**1.059.826**	**18**	**454.500**	**0**	0
MINAS GERAIS	2.123.110			3.655.125	1.033.220				
ESPÍRITO SANTO				2.125.856	26.606		454.500		
RIO DE JANEIRO									
SÃO PAULO									
REGIÃO SUL	**0**	**0**	**0**	**280.000**	**0**	**0**	**0**	**0**	
PARANÁ									
SANTA CATARINA									
RIO GRANDE DO SUL				280.000					
REGIÃO CENTRO OESTE	**0**	**0**		**1.272.121**	**200.000**	**16**	**508.190**	**150.000**	30
MATO GROSSO DO SUL				972.121					
MATO GROSSO									
GOIÁS				300.000	200.000	67	508.190	150.000	30
DISTRITO FEDERAL									
TOTAL	**4.546.797**	**140.000**	**3**	**11.142.849**	**2.592.911**	**23**	**1.994.804**	**150.000**	**8**

Fonte: FNS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IX E
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

DOENÇAS / U.F.	HANSENÍASE			TUBERCULOSE			CAMPANHA DE MULTIVACINAÇÃO		
	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**711.445**	**0**	**0**	**472.699**	**220.750**	**47**	**4.015.999**	**4.015.999**	**100**
ACRE							344.138	344.138	
AMAPÁ	36.880			21.300		0	261.921	261.921	
AMAZONAS				41.849		0	1.508.385	1.508.385	
PARÁ	452.637			281.850	190.750	68	1.059.879	1.059.879	
RONDÔNIA	129.228			27.700		0			
RORAIMA				40.000	30.000	75	329.830	329.830	
TOCANTINS	92.700			60.000		0	511.846	511.846	
REGIÃO NORDESTE	**1.509.160**	**0**	**0**	**2.552.273**	**303.407**	**12**	**7.324.269**	**7.324.269**	**100**
MARANHÃO	549.438			281.463	160.445	57	1.331.796	1.331.796	
PIAUÍ	134.498			202.361		0	624.304	624.304	
CEARÁ	191.326			402.512	14.653	4	555.800	555.800	
RIO GRANDE DO NORTE	27.747			51.296	21.296	42	282.550	282.550	
PARAÍBA	283.753			186.670		0	713.192	713.192	
PERNAMBUCO	12.958	-		515.666		0	768.068	768.068	
ALAGOAS	87.920			93.843	11.623	12	396.500	396.500	
SERGIPE	43.084	-		115.390	95.390	83	396.500	396.500	
BAHIA	178.436			703.072		0	2.255.560	2.255.560	
REGIÃO SUDESTE	**655.903**	**0**	**0**	**2.903.200**	**441.900**	**15**	**5.538.954**	**5.538.954**	**100**
MINAS GERAIS	208.000			206.500		0	1.320.934	1.320.934	
ESPÍRITO SANTO	188.100			192.268	71.900	37	407.468	407.468	
RIO DE JANEIRO	63.169			937.418		0	202.195	202.195	
SÃO PAULO	196.634			1.567.014	370.000	24	3.608.357	3.608.357	
REGIÃO SUL	**139.492**	**0**	**0**	**479.065**	**231.745**	**48**	**831.529**	**831.529**	
PARANÁ	82.492			172.000	100.000	58	352.076	352.076	
SANTA CATARINA				144.874	53.745	37	267.644	267.644	
RIO GRANDE DO SUL	57.000			162.191	78.000	48	211.809	211.809	
REGIÃO CENTRO OESTE	**519.716**	**0**		**492.216**	**181.508**	**37**	**1.731.946**	**1.731.946**	**100**
MATO GROSSO DO SUL	71.770			82.800	49.400	60	454.102	454.102	
MATO GROSSO	207.266			153.957	43.957	29	780.551	780.551	
GOIÁS	178.800			167.308		0	230.042	230.042	100
DISTRITO FEDERAL	61.880			88.152	88.152	100	267.250	267.250	
TOTAL	**3.535.717**	**0**	**0**	**6.899.453**	**1.379.310**	**20**	**19.442.697**	**19.442.697**	**100**

Fonte: FNS

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IX F
SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 1997

R$

DOENÇAS	VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA			MALÁRIA			FILARIOSE		
U.F.	VALOR DO CONVÊNIO (A)	VALOR PAGO (B)	B/A	VALOR DO CONVÊNIO (C)	VALOR PAGO (D)	D/A	VALOR DO CONVÊNIO (E)	VALOR PAGO (F)	F/E
REGIÃO NORTE	**1.137.000**	**1.137.000**	**0**	**7.364.230**	**3.911.673**	**53,12**	**0**	**0**	
ACRE	70.000	70.000		199.010					
AMAPÁ	52.000	52.000		482.180	34.200	7,09			
AMAZONAS	260.000	260.000		4.389.437	1.734.870	39,52			
PARÁ	415.000	415.000		71.262	71.262	100,00			
RONDÔNIA	169.000	169.000		1.417.989	1.417.989	100,00			
RORAIMA	45.000	45.000		804.352	653.352	81,23			
TOCANTINS	126.000	126.000							
REGIÃO NORDESTE	**3.339.000**	**3.339.000**	**0**	**1.588.275**	**1.588.275**	**100,00**	**668.501**	**375.760**	**56,21**
MARANHÃO	594.000	594.000		1.588.275	1.588.275	100,00			
PIAUÍ	282.000	282.000							
CEARÁ	489.000	489.000							
RIO GRANDE DO NORTE	206.000	206.000							
PARAÍBA	260.000	260.000							
PERNAMBUCO	561.000	561.000					612.601	375.760	
ALAGOAS	213.000	213.000					55.900		
SERGIPE	134.000	134.000							
BAHIA	600.000	600.000							
REGIÃO SUDESTE	**1.820.000**	**1.820.000**	**0**	**0**	**0**		**0**	**0**	
MINAS GERAIS	600.000	600.000							
ESPÍRITO SANTO	220.000	220.000							
RIO DE JANEIRO	400.000	400.000							
SÃO PAULO	600.000	600.000							
REGIÃO SUL	**548.350**	**548.350**	**0**	**0**	**0**		**0**	**0**	
PARANÁ	178.350	178.350							
SANTA CATARINA	120.000	120.000							
RIO GRANDE DO SUL	250.000	250.000							
REGIÃO CENTRO OESTE	**958.600**	**958.600**		**971.200**	**200.000**	**20,59**	**0**	**0**	
MATO GROSSO DO SUL	192.600	192.600							
MATO GROSSO	190.000	190.000		971.200	200.000	20,59			
GOIÁS	506.000	506.000							
DISTRITO FEDERAL	70.000	70.000							
TOTAL	**7.802.950**	**7.802.950**	**0**	**9.923.705**	**5.699.948**	**57,44**	**668.501**	**375.760**	**56,21**

Fonte: FNS

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

IFES* - Regime de Trabalho do Corpo Docente

1994-1997

IFES	1994					1995					1996					1997				
	TP (20h)	TI (40h)	DE	TOTAL	% DE+TI / Total	TP (20h)	TI (40h)	DE	TOTAL	% DE+TI / Total	TP (20h)	TI (40h)	DE	TOTAL	% DE+TI / Total	TP (20h)	TI (40h)	DE	TOTAL	% DE+TI / Total
Estab. Isolados de Ens.Sup.																				
Farm. e Odontologia de Alfenas**			114	123	92,68			105	110	95,45			93	112	83,04			92	113	81,42
Engenharia de Itajubá	9	1	137	147	93,88	7	1	139	147	94,56	9	3	133	145	91,72	6	8	132	146	90,41
Esc Sup. de Agric. de Mossoró	0	2	72	74	100,00	0	3	73	76	96,05	0	1	62	63	98,41	0	1	54	55	98,18
Fac. de Ciências Agrárias Pará**			120	125	96,00			106	119	89,08			110	112	98,21			110	112	98,21
Fac. de Med. do Triângulo Mineiro			35	116	30,17			71	153	46,41			67	146	45,89			64	144	44,44
Fund. Ens. Sup.São João Del-Rei	22		173	195	88,72	18	2	172	192	89,58	14	2	175	191	91,62	11		177	188	94,15
Média					83,6					85,19					84,82					84,47
Universidade...																				
..Federal de Alagoas**			793	1.034	76,69			797	1.002	79,54			760	1.082	70,24			682	978	69,73
...Federal da Bahia**			973	1.937	50,23			1.108	1.916	57,83			1.056	1.774	59,53			1.092	1.792	60,94
..Federal do Ceará	160	176	1.086	1.422	88,75	160	260	1.022	1.442	88,90	134	240	1.012	1.386	90,33	141	300	1.002	1.443	90,23
...Federal do Espirito Santo	129	190	765	1.084	88,10	119	180	747	1.046	88,62	116	173	721	1.010	88,51	102	162	706	970	89,48
..Federal Fluminense	520	433	1.914	2.867	81,86	578	385	1.982	2.945	80,37	517	343	1.801	2.661	80,57	637	312	1.755	2.704	76,44
...Federal de Goiás	143	174	804	1.121	87,24	131	145	829	1.105	88,14	136	156	865	1.157	88,25	134	152	901	1.187	88,71
..Federal de Juiz de Fora	65	199	518	782	91,69	52	186	529	767	93,22	47	166	519	732	93,58	43	157	515	715	93,99
...Federal do Pará	172	281	932	1.385	87,58	176	254	908	1.338	86,85	165	220	974	1.359	87,86	139	215	1.078	1.432	90,29
..Federal da Paraíba	246	84	2.609	2.939	91,63	220	75	2.394	2.689	91,82	212	68	2.313	2.593	91,82	166	86	2.199	2.451	93,23
...Federal de Pernambuco	300	285	1.055	1.640	81,71	284	291	1.088	1.663	82,92	268	257	1.093	1.618	83,44	250	254	1.123	1.627	84,63
..Fed. do Rio Grande do Sul**			1.434	2.296	62,46			1.454	2.459	59,13			1.434	2.190	65,48			1.535	2.276	67,44
...Federal do Rio de Janeiro	611	730	2.117	3.458	82,33	587	662	2.170	3.419	82,83	454	662	2.184	3.300	86,24	372	637	2.322	3.331	88,83
..Fed. Rural de Pernambuco**			393	432	90,97			368	399	92,23			345	424	81,37			370	456	81,14
...Fed. Rural do Rio de Janeiro	35	35	541	611	94,27	58	82	518	658	91,19	35	43	519	597	94,14	28	49	552	629	95,55
..Federal de Santa Maria	27	137	973	1.137	97,63	23	147	995	1.165	98,03	24	141	983	1.148	97,91	20	134	975	1.129	98,23
...Federal de São Paulo	32	346	271	649	95,07	29	354	284	667	95,65	30	357	277	664	95,48	28	345	263	636	95,60
Média					84,26					84,83					84,67					85,28
Fundação Universidade...																				
..Federal do Amazonas	88	118	508	714	87,68	88	118	526	732	87,98	88	118	528	734	88,01	89	118	565	772	88,47
...Federal do Acre	67		315	382	82,46	26		289	315	91,75	47		325	372	87,37	45		343	388	88,40
..de Brasília	140	1.269	1.129	2.538	94,48	134	1.260	1.126	2.520	94,68	127	1.279	1.152	2.558	95,04	126	1.337	1.211	2.674	95,29
...do Maranhão	126	225	512	863	85,40	102	218	502	822	87,59	93	207	520	820	88,66	94	197	530	821	88,55
..Federal de Mato Grosso	44	186	869	1.099	96,00	43	296	863	1.202	96,42	37	150	810	997	96,29	33	146	784	963	96,57
...Fed. de Mato Grosso do Sul	110	193	656	959	88,53	79	87	632	798	90,10	101	232	652	985	89,75	72	73	663	808	91,09
..Federal de Ouro Preto**			312	334	93,41			293	308	95,13			303	316	95,89			292	308	94,81
...Federal de Pelotas	77	102	617	796	90,33	86	137	608	831	89,65	82	164	552	798	89,72	75	163	593	831	90,97
..Federal do Piauí	208	189	634	1.031	79,83	183	168	623	974	81,21	192	171	649	1.012	81,03	156	172	657	985	84,16
...Federal do Rio Grande	29	73	443	545	94,68	26	65	422	513	94,93	22	61	413	496	95,56	17	60	415	492	96,54
..Federal de São Carlos**			544	555	98,02			575	585	98,29			602	613	98,21			588	597	98,49
...Federal de de Viçosa	5	15	682	702	99,29	6		678	684	99,12	8	10	678	696	98,85	6	11	685	702	99,15
..do Rio de Janeiro**			235	609	38,59			226	575	39,30			240	556	43,17			265	555	47,75
Média					86,82					88,17					88,27					89,25
Média das IFES*					85,10					86,13					86,03					86,62

Fonte: Instituições Federais de Ensino Superior

Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e as instituições que não forneceram dados para todos os anos

** instituições que informaram apenas o total de docentes e o número de docentes em regime de dedicação exclusiva.

TP-Tempo Parcial TI-Tempo Integral DE-Dedicação Exclusiva

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

IFES* - Titulação do Corpo Docente

1994-1997

IFES	1994					1995					1996					1997				
	G	E	M	D	% M+D / Total	G	E	M	D	% M+D / Total	G	E	M	D	% M+D / Total	G	E	M	D	% M+D / Total
Estab. Isolados de Ens.Sup.																				
Farmácia e Odontologia de Alfenas	11	48	46	18	52,03	14	44	38	14	47,27	15	37	45	15	53,57	20	30	47	16	55,75
Engenharia de Itajubá	20	8	68	51	80,95	16	8	67	56	83,67	14	4	69	58	87,59	9	2	66	69	92,47
Eso Sup. de Agric. de Mossoró	2	7	55	10	87,84	3	6	56	11	88,16	3	6	40	14	85,71	2	5	33	15	87,27
Fac. de Ciências Agrárias Pará	16	20	72	17	71,20	14	19	68	18	72,27	12	16	68	16	75,00	11	16	69	16	75,89
Fac. de Med. do Triângulo Mineiro	4	57	28	27	47,41	6	60	45	42	56,86	3	56	43	44	59,59	1	47	47	49	66,67
Fund. Ens. Sup.São João Del-Rei	35	53	94	13	54,87	32	49	96	15	57,81	30	40	106	15	63,35	27	33	112	16	68,09
Média					65,72					67,67					70,80					74,36
Universidade...																				
...Federal de Alagoas	259	323	354	98	43,71	228	310	375	89	46,31	362	257	349	114	42,79	316	239	327	96	43,25
...Federal da Bahia	504	362	766	305	55,29	447	353	767	349	58,25	371	311	737	355	61,56	362	298	803	329	63,17
...Federal do Ceará	226	248	593	355	66,67	257	249	592	344	64,91	215	206	580	385	69,62	242	209	575	417	68,75
...Federal do Espirito Santo	365	168	422	129	50,83	260	188	433	165	57,17	230	179	420	181	59,50	196	163	408	203	62,99
...Federal Fluminense	592	502	1.135	638	61,84	634	472	1.185	654	62,44	494	426	1.084	657	65,43	507	414	1.101	682	65,94
...Federal de Goiás	252	298	428	143	50,94	244	283	428	150	52,31	278	287	435	157	51,17	228	250	477	232	59,73
...Federal de Juiz de Fora	116	317	277	72	44,63	116	288	278	85	47,33	109	255	269	99	50,27	95	238	271	111	53,43
...Federal de Lavras	15	6	90	88	89,45	4	6	85	93	94,68	3	4	88	106	96,52	17	7	130	128	91,49
...Federal do Pará	258	537	443	147	42,60	225	506	448	159	45,37	253	482	448	176	45,92	228	519	497	188	47,84
...Federal da Paraíba	560	782	1.183	414	54,34	450	694	1.131	414	57,46	405	659	1.096	433	58,97	320	604	1.059	468	62,30
...Federal de Pernambuco	275	258	641	466	67,50	258	262	639	504	68,73	262	194	640	522	71,82	237	179	631	580	74,43
...Fed. do Rio Grande do Sul	467	312	817	700	66,07	533	313	836	777	65,60	380	259	750	801	70,82	357	246	759	914	73,51
...Federal do Rio de Janeiro	627	180	1.222	1.429	76,66	608	171	1.191	1.449	77,22	544	152	1.138	1.466	78,91	487	151	1.111	1.582	80,85
...Fed. Rural de Pernambuco	54	84	208	86	68,06	62	68	193	76	67,42	79	69	196	80	65,09	87	62	212	95	67,32
...Fed. Rural do Rio de Janeiro	140	56	307	108	67,92	131	98	306	123	65,20	97	84	276	140	69,68	91	83	290	165	72,34
...Federal de Santa Maria	232	295	451	159	53,65	212	282	499	172	57,60	191	258	488	211	60,89	163	232	495	239	65,01
...Federal de São Paulo	2	73	149	425	88,44	19	39	143	466	91,30	16	37	154	457	92,02		34	127	475	94,65
Média					61,68					63,49					65,35					67,47
Fundação Universidade...																				
...Federal do Amazonas	150	220	274	70	48,18	155	228	278	71	47,68	155	229	278	72	47,68	174	236	283	79	46,89
...Federal do Acre	187	87	96	12	28,27	134	75	93	13	33,65	130	126	94	22	31,18	133	130	102	23	32,22
...de Brasília	186	202	810	1.340	84,71	156	208	842	1.314	85,56	124	220	892	1.322	86,55	112	250	948	1.364	86,46
...do Maranhão	265	303	253	42	34,18	241	299	234	48	34,31	234	287	238	61	36,46	216	290	243	72	38,37
...Federal de Mato Grosso	209	473	346	71	37,94	261	473	377	91	38,94	166	402	352	77	43,03	127	366	373	97	48,81
...Fed. de Mato Grosso do Sul	186	234	286	95	47,57	171	237	282	108	48,87	283	263	325	114	44,57	169	203	315	121	53,96
...Federal de Ouro Preto	50	64	155	65	65,87	35	55	143	75	70,78	30	48	137	101	75,32	28	46	133	101	75,97
...Federal de Pelotas	168	244	302	82	48,24	194	224	316	97	49,70	195	200	308	95	50,50	190	188	337	116	54,51
...Federal do Piauí	323	357	306	45	34,04	276	352	296	50	35,52	272	373	307	60	36,26	205	390	309	81	39,59
...Federal do Rio Grande	116	214	153	62	39,45	90	193	153	77	44,83	73	182	161	80	48,59	66	167	174	85	52,64
...Federal de Rondônia	112	85	50	4	21,51	104	85	54	3	23,17	90	95	56	6	25,10	96	94	59	8	26,07
...Federal de São Carlos	48		208	299	91,35	44		208	333	92,48	36	0	214	363	94,13	25		187	385	95,81
...Federal de de Viçosa	84	19	353	246	85,33	61	23	329	271	87,72	49	18	325	304	90,37	49	19	318	316	90,31
...do Rio de Janeiro	125	234	178	72	41,05	131	195	168	81	43,30	108	164	192	92	51,08	93	154	221	87	55,50
Média					50,55					52,61					54,35					56,94
Média das IFES					57,93					59,85					61,87					64,40

G-Graduação E-Especialização M-Mestrado D-Doutorado

Fonte: Instituições Federais de Ensino Superior

Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e as instituições que não forneceram dados para todos os anos

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

IFES* - Índice de Qualificação do Corpo Docente
1994-1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

IFES	IQCD = 5D + 3M + 2E + G / D+M+E+G				Variação 94/97
	1994	1995	1996	1997	
Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior					
Esc de Farmácia e Odontologia de Alfenas	2,72	2,60	2,67	2,66	-2,20%
Esc Federal de Engenharia de Itajubá	3,37	3,49	3,58	3,81	13,09%
Esc Superior de Agricultura de Mossoró	3,12	3,13	3,25	3,38	8,34%
Fac. de Ciências Agrárias do Pará	2,86	2,91	2,93	2,95	3,17%
Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro	2,91	3,08	3,18	3,34	14,98%
Fund. de Ens. Sup. de São João Del-Rei	2,50	2,57	2,63	2,71	8,19%
Média	2,91	2,96	3,04	3,14	7,85%
Universidades					
Univers. Federal de Alagoas	2,38	2,41	2,30	2,31	-2,97%
Univers. Federal da Bahia	2,61	2,71	2,81	2,80	7,26%
Univers. Federal do Ceará	3,01	2,95	3,10	3,10	3,02%
Univers. Federal do Espirito Santo	2,41	2,64	2,73	2,85	18,13%
Univers. Federal Fluminense	2,86	2,85	2,96	2,98	4,18%
Univers. Federal de Goiás	2,54	2,57	2,54	2,80	10,10%
Univers. Federal de Juiz de Fora	2,48	2,54	2,62	2,71	9,26%
Univers. Federal de Lavras	3,70	3,91	4,00	3,76	1,59%
Univers. Federal do Pará	2,45	2,52	2,53	2,58	5,29%
Univers. Federal da Paraíba	2,63	2,72	2,77	2,87	9,10%
Univers. Federal de Pernambuco	3,08	3,14	3,20	3,31	7,67%
Univers. Federal do Rio Grande do Sul	3,07	3,07	3,27	3,38	10,25%
Univers. Federal do Rio de Janeiro	3,41	3,44	3,51	3,61	5,87%
Univers. Federal Rural de Pernambuco	2,95	2,90	2,84	2,90	-1,85%
Univers. Federal Rural do Rio de Janeiro	2,80	2,83	3,00	3,10	10,69%
Univers. Federal de Santa Maria	2,61	2,69	2,81	2,93	12,14%
Univers. Federal de São Paulo	4,19	4,28	4,27	4,44	5,95%
Média	2,89	2,95	3,02	3,08	6,59%
Fundações Universitárias					
Fund. Univers. Federal do Amazonas	2,47	2,46	2,46	2,45	-0,79%
Fund. Univers. Federal do Acre	1,86	1,99	2,08	2,10	13,03%
Fund. Univers. de Brasília	3,83	3,84	3,85	3,84	0,34%
Fund. Univers. do Maranhão	2,13	2,17	2,23	2,30	7,69%
Fund. Univers. Federal de Mato Grosso	2,32	2,32	2,42	2,56	10,32%
Fund. Univers. Fed. de Mato Grosso do Sul	2,48	2,55	2,39	2,63	6,02%
Fund. Univers. Federal de Ouro Preto	2,90	3,08	3,30	3,32	14,72%
Fund. Univers. Federal de Pelotas	2,48	2,50	2,50	2,60	4,77%
Fund. Univers. Federal do Piauí	2,11	2,17	2,21	2,35	11,25%
Fund. Univers. Federal do Rio Grande	2,41	2,57	2,66	2,74	13,64%
Fund. Univers. Federal de Rondônia	1,80	1,83	1,94	1,95	8,25%
Fund. Univers. Federal de São Carlos	3,90	3,99	4,07	4,21	7,72%
Fund. Univers. Federal de de Viçosa	3,43	3,58	3,71	3,73	8,71%
Fund. Univers. do Rio de Janeiro	2,44	2,49	2,65	2,70	10,62%
Média	2,61	2,68	2,75	2,82	7,95%
Média das IFES	2,79	2,85	2,92	2,99	7,29%

G-Graduados E-Especialistas M-Mestres D-Doutores

Fonte: Titulação dos docentes informada pelas Instituições Federais de Ensino Superior
Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs
e as instituições que não forneceram dados para todos os anos.

IFES* - Despesas Totais

Valores Correntes e Constantes de 1997 **

1995 - 1997

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

R$1,00

IFES	Valores Correntes				Valores Constantes de 1997			
	95	96	97	Acresc. 95/97	95	96	97	Acresc 95/97
Estabelecimentos Isolados de Ens. Superior								
Esc de Farmácia e Odontologia de Alfenas	5.373.540	11.058.809	11.223.083	108,9	6.442.055	11.933.750	11.223.083	74,2
Esc Federal de Engenharia de Itajubá	8.980.780	21.200.947	20.897.486	132,7	10.766.587	22.878.305	20.897.486	94,1
Esc Superior de Agricultura de Mossoró	7.139.945	16.079.017	19.499.817	173,1	8.559.706	17.351.143	19.499.817	127,8
Fac. de Ciências Agrárias do Pará	14.940.780	22.628.956	28.510.855	90,8	17.911.718	24.419.294	28.510.855	59,2
Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro	44.866.443	45.128.566	45.126.948	0,6	53.788.027	48.699.009	45.126.948	-16,1
Fac. Fed. de Odontologia de Diamantina	2.212.244	4.634.386	5.078.615	129,6	2.652.143	5.001.045	5.078.615	91,5
Fund. de Ens. Sup. de São João Del-Rei	8.311.043	13.058.351	13.013.380	56,6	9.963.674	14.091.490	13.013.380	30,6
Fund. Fac. Fed. de Ciênc. Méd. de Porto Alegre	4.773.949	10.703.953	10.859.124	127,5	5.723.237	11.550.818	10.859.124	89,7
Subtotal	96.598.723	144.492.984	154.209.308		115.807.146	155.924.853	154.209.308	
Média	12.074.840	18.061.623	19.276.163	59,6	14.475.893	19.490.607	19.276.163	33,2
Universidades								
Univers. Federal de Alagoas	46.155.968	94.590.299	122.782.022	166,0	55.333.971	102.074.011	122.782.022	121,9
Univers. Federal da Bahia	111.452.914	217.575.352	220.994.230	98,3	133.615.056	234.789.289	220.994.230	65,4
Univers. Federal do Ceará	100.388.759	197.867.978	221.769.443	120,9	120.350.821	213.522.724	221.769.443	84,3
Univers. Federal do Espirito Santo	78.705.447	112.992.902	115.441.751	46,7	94.355.835	121.932.575	115.441.751	22,3
Univers. Federal Fluminense	144.484.168	279.609.308	290.524.991	101,1	173.214.495	301.731.192	290.524.991	67,7
Univers. Federal de Goiás	70.431.087	137.990.473	146.168.361	107,5	84.436.139	148.907.882	146.168.361	73,1
Univers. Federal de Juiz de Fora	45.990.344	83.724.409	89.769.319	95,2	55.135.412	90.348.444	89.769.319	62,8
Univers. Federal de Lavras	15.468.350	29.003.471	31.099.585	101,1	18.544.194	31.298.142	31.099.585	67,7
Univers. Federal de Minas Gerais	205.920.075	337.213.203	360.853.055	75,2	246.866.784	363.892.542	360.853.055	46,2
Univers. Federal do Pará	138.450.343	182.966.981	191.570.285	38,4	165.980.858	197.442.803	191.570.285	15,4
Univers. Federal da Paraiba	147.800.789	299.978.044	297.282.824	101,1	177.190.619	323.711.444	297.282.824	67,8
Univers. Federal do Paraná	136.382.144	251.853.306	283.535.582	107,9	163.501.403	271.779.216	283.535.582	73,4
Univers. Federal de Pernambuco	137.124.160	195.968.789	207.259.777	51,1	164.390.968	211.473.276	207.259.777	26,1
Univers. Federal do Rio Grande do Norte	84.844.085	188.332.253	328.691.188	287,4	101.715.126	203.232.559	328.691.188	223,1
Univers. Federal do Rio Grande do Sul	133.906.253	273.409.929	269.643.009	101,4	160.533.188	295.041.336	269.643.009	68,0
Univers. Federal do Rio de Janeiro	275.300.604	548.742.992	556.833.351	102,3	330.043.463	592.157.960	556.833.351	68,7
Univers. Federal Rural de Pernambuco	30.511.124	58.718.651	59.574.176	95,3	36.578.187	63.364.302	59.574.176	62,9
Univers. Federal Rural do Rio de Janeiro	38.627.823	71.426.292	78.760.092	103,9	46.308.872	77.077.335	78.760.092	70,1
Univers. Federal de Santa Catarina	131.511.826	227.784.108	236.618.120	79,9	157.662.634	245.805.731	236.618.120	50,1
Univers. Federal de Santa Maria	87.768.374	169.882.475	190.362.448	116,9	105.220.903	183.323.088	190.362.448	80,9
Univers. Federal de São Paulo	82.177.523	199.295.557	185.274.372	125,5	98.518.325	215.063.249	185.274.372	88,1
Subtotal	2.243.402.161	4.158.926.773	4.484.807.980		2.689.497.254	4.487.969.099	4.484.807.980	
Média	106.828.674	198.044.132	213.562.285	99,9	128.071.298	213.712.814	213.562.285	66,8
Fundações Universitárias								
Fund. Univers. Federal do Amazonas	43.135.989	95.912.232	91.409.989	111,9	51.713.477	103.500.532	91.409.989	76,8
Fund. Univers. Federal do Amapá	3.472.917	5.507.602	6.324.497	82,1	4.163.499	5.943.348	6.324.497	51,9
Fund. Univers. Federal do Acre	21.186.016	36.713.920	45.182.662	113,3	25.398.803	39.618.619	45.182.662	77,9
Fund. Univers. de Brasília	117.485.699	219.027.163	244.373.812	108,0	140.847.447	236.355.962	244.373.812	73,5
Fund. Univers. do Maranhão	53.599.595	113.068.476	154.955.467	189,1	64.257.745	122.014.128	154.955.467	141,1
Fund. Univers. Federal de Mato Grosso	64.748.310	116.524.006	116.771.128	80,3	77.623.355	125.743.050	116.771.128	50,4
Fund. Univers. Fed. de Mato Grosso do Sul	53.441.379	102.204.882	122.916.865	130,0	64.068.068	110.291.038	122.916.865	91,9
Fund. Univers. Federal de Ouro Preto	22.195.722	37.757.313	40.937.054	84,4	26.609.288	40.744.563	40.937.054	53,8
Fund. Univers. Federal de Pelotas	44.810.187	81.455.567	87.416.335	95,1	53.720.584	87.900.097	87.416.335	62,7
Fund. Univers. Federal do Piauí	40.977.615	89.826.908	80.516.368	96,5	49.125.915	96.933.754	80.516.368	63,9
Fund. Univers. Federal do Rio Grande	54.333.266	71.980.763	69.060.000	27,1	65.137.304	77.675.674	69.060.000	6,0
Fund. Univers. Federal de Rondônia	9.559.548	18.409.030	20.946.544	119,1	11.460.441	19.865.500	20.946.544	82,8
Fund. Univers. Federal de Roraima	5.019.061	13.863.332	14.420.213	187,3	6.017.089	14.960.159	14.420.213	139,7
Fund. Univers. Federal de São Carlos	37.208.533	57.112.623	59.127.332	58,9	44.607.359	61.631.210	59.127.332	32,6
Fund. Univers. Federal de Sergipe	28.001.863	58.403.552	57.877.151	106,7	33.569.966	63.024.273	57.877.151	72,4
Fund. Univers. Federal de Uberlândia	77.372.561	138.510.532	136.381.729	76,3	92.757.908	149.469.087	136.381.729	47,0
Fund. Univers. Federal de de Viçosa	57.235.879	124.458.601	106.758.678	86,5	68.617.095	134.305.408	106.758.678	55,6
Fund. Univers. do Rio de Janeiro	29.961.517	55.138.073	61.240.532	104,4	35.919.292	59.500.439	61.240.532	70,5
Subtotal	763.745.658	1.435.874.574	1.516.616.355		915.614.634	1.549.476.841	1.516.616.355	
Média	42.430.314	79.770.810	84.256.464	98,6	50.867.480	86.082.047	84.256.464	65,6
Total Geral	3.103.746.541	5.739.294.330	6.155.633.643		3.720.919.034	6.193.370.793	6.155.633.643	
Média das IFES	66.037.160	122.112.645	130.970.929	98,3	79.168.490	131.773.847	130.970.929	65,4

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs

** Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

IFES* - Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras

Valores Correntes e Constantes de 1997 **

1995 - 1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$1,00

IFES	Valores Correntes			%	Valores Constantes de 1997			%
	95	96	97	97/95	95	96	97	97/95
Estabelecimentos Isolados de Ens. Superior								
Esc de Farmácia e Odontologia de Alfenas	255.714	634.379	839.496	228,3	306.562	684.570	839.496	173,8
Esc Federal de Engenharia de Itajubá	870.135	1.035.775	1.192.674	37,1	1.043.159	1.117.723	1.192.674	14,3
Esc Superior de Agricultura de Mossoró	114.301	190.287	140.479	22,9	137.029	205.341	140.479	2,5
Fac. de Ciências Agrárias do Pará	176.693	532.279	507.814	187,4	211.828	574.391	507.814	139,7
Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro	274.338	825.552	624.361	127,6	328.890	890.867	624.361	89,8
Fac. Fed. de Odontologia de Diamantina	218.938	273.909	220.468	0,7	262.474	295.580	220.468	-16,0
Fund. de Ens. Sup. de São João Del-Rei	1.392.674	960.255	415.716	-70,1	1.669.603	1.036.228	415.716	-75,1
Fund. Fac. Fed. de Ciênc. Méd. de Porto Alegre	99.821	433.167	531.120	432,1	119.670	467.438	531.120	343,8
Subtotal	3.402.614	4.885.604	4.472.129		4.079.215	5.272.139	4.472.129	
Média	425.327	610.701	559.016	31,4	509.902	659.017	559.016	9,6
Universidades								
Univers. Federal de Alagoas	1.243.228	1.813.886	851.351	-31,5	1.490.441	1.957.395	851.351	-42,9
Univers. Federal da Bahia	3.865.548	3.184.895	6.038.925	56,2	4.634.203	3.436.875	6.038.925	30,3
Univers. Federal do Ceará	5.387.580	3.201.143	7.653.783	42,1	6.458.887	3.454.409	7.653.783	18,5
Univers. Federal do Espírito Santo	9.624.066	2.341.090	4.668.758	-51,5	11.537.789	2.526.310	4.668.758	-59,5
Univers. Federal Fluminense	4.246.154	5.119.139	4.615.773	8,7	5.090.492	5.524.150	4.615.773	-9,3
Univers. Federal de Goiás	2.605.819	4.301.500	7.115.508	173,1	3.123.980	4.641.823	7.115.508	127,8
Univers. Federal de Juiz de Fora	34.603.300	2.221.806	4.047.031	-88,3	41.484.082	2.397.589	4.047.031	-90,2
Univers. Federal de Lavras	1.287.144	1.000.532	1.328.391	3,2	1.543.090	1.079.692	1.328.391	-13,9
Univers. Federal de Minas Gerais	8.276.632	8.542.744	9.365.066	13,2	9.922.420	9.218.621	9.365.066	-5,6
Univers. Federal do Pará	6.968.867	3.512.132	3.634.477	-47,8	8.354.610	3.790.001	3.634.477	-56,5
Univers. Federal da Paraíba	2.687.177	4.786.369	4.525.456	68,4	3.221.515	5.165.052	4.525.456	40,5
Univers. Federal do Paraná	4.788.033	5.853.932	4.545.097	-5,1	5.740.122	6.317.078	4.545.097	-20,8
Univers. Federal de Pernambuco	22.014.063	9.384.407	7.755.443	-64,8	26.391.506	10.126.874	7.755.443	-70,6
Univers. Federal do Rio Grande do Norte	2.923.845	5.515.438	9.697.895	231,7	3.505.244	5.951.803	9.697.895	176,7
Univers. Federal do Rio Grande do Sul	6.487.822	14.845.878	9.313.426	43,6	7.777.910	16.020.441	9.313.426	19,7
Univers. Federal do Rio de Janeiro	9.217.812	10.187.807	5.196.112	-43,6	11.050.752	10.993.837	5.196.112	-53,0
Univers. Federal Rural de Pernambuco	700.821	1.691.134	1.311.043	87,1	840.177	1.824.932	1.311.043	56,0
Univers. Federal Rural do Rio de Janeiro	1.419.809	1.231.900	1.789.164	26,0	1.702.135	1.329.364	1.789.164	5,1
Univers. Federal de Santa Catarina	8.583.705	5.488.177	5.459.668	-36,4	10.290.554	5.922.386	5.459.668	-46,9
Univers. Federal de Santa Maria	1.248.013	7.216.432	5.454.301	337,0	1.496.177	7.787.375	5.454.301	264,5
Univers. Federal de São Paulo	8.155.792	3.679.590	4.830.876	-40,8	9.777.552	3.970.708	4.830.876	-50,6
Subtotal	146.335.231	105.119.929	109.197.543		175.433.638	113.436.715	109.197.543	
Média	6.968.344	5.005.711	5.199.883	-25,4	8.353.983	5.401.748	5.199.883	-37,8
Fundações Universitárias								
Fund. Univers. Federal do Amazonas	2.389.805	2.873.468	1.259.923	-47,3	2.865.011	3.100.808	1.259.923	-56,0
Fund. Univers. Federal do Amapá	1.291.317	443.488	512.495	-60,3	1.548.092	478.575	512.495	-66,9
Fund. Univers. Federal do Acre	455.864	326.883	1.350.357	196,2	546.511	352.746	1.350.357	147,1
Fund. Univers. de Brasília	4.553.709	4.567.214	7.387.439	62,2	5.459.203	4.928.559	7.387.439	35,3
Fund. Univers. do Maranhão	4.747.099	1.285.631	1.776.140	-62,6	5.691.049	1.387.346	1.776.140	-68,8
Fund. Univers. Federal de Mato Grosso	6.848.903	4.373.872	3.653.459	-46,7	8.210.791	4.719.920	3.653.459	-55,5
Fund. Univers. Fed. de Mato Grosso do Sul	4.551.558	3.697.682	1.633.413	-64,1	5.456.624	3.990.232	1.633.413	-70,1
Fund. Univers. Federal de Ouro Preto	3.770.702	1.782.288	3.087.363	-18,1	4.520.498	1.923.297	3.087.363	-31,7
Fund. Univers. Federal de Pelotas	1.428.906	1.714.249	2.922.852	104,6	1.713.040	1.849.875	2.922.852	70,6
Fund. Univers. Federal do Piauí	2.845.834	1.545.465	6.333.007	122,5	3.411.722	1.667.738	6.333.007	85,6
Fund. Univers. Federal do Rio Grande	5.776.718	1.915.809	2.482.276	-57,0	6.925.404	2.067.382	2.482.276	-64,2
Fund. Univers. Federal de Rondônia	806.214	1.050.039	673.775	-16,4	966.528	1.133.115	673.775	-30,3
Fund. Univers. Federal de Roraima	606.512	882.824	909.162	49,9	727.115	952.671	909.162	25,0
Fund. Univers. Federal de São Carlos	6.356.073	2.763.315	4.067.748	-36,0	7.619.963	2.981.940	4.067.748	-46,6
Fund. Univers. Federal de Sergipe	994.304	571.950	1.680.632	69,0	1.192.019	617.201	1.680.632	41,0
Fund. Univers. Federal de Uberlândia	5.566.415	3.640.602	2.708.054	-51,4	6.673.283	3.928.636	2.708.054	-59,4
Fund. Univers. Federal de de Viçosa	3.370.067	9.944.463	4.175.401	23,9	4.040.197	10.731.240	4.175.401	3,3
Fund. Univers. do Rio de Janeiro	3.378.290	919.447	1.707.913	-49,4	4.050.055	992.191	1.707.913	-57,8
Subtotal	59.738.291	44.298.689	48.321.410		71.617.105	47.803.474	48.321.410	
Média	3.318.794	2.461.038	2.684.523	-19,1	3.978.728	2.655.749	2.684.523	-32,5
Total Geral	209.476.135	154.304.222	161.991.083		251.129.958	166.512.329	161.991.083	
Média das IFES	4.456.939	3.283.069	3.446.619	-22,7	5.343.191	3.542.816	3.446.619	-35,5

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs

** Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

IFES* - Despesas com Pessoal e com Outros Custeios e Capital

Valores Correntes - 1995-1997

R$1,00

IFES	1995				1996				1997			
	Pessoal	%	OCC	%	Pessoal	%	OCC	%	Pessoal	%	OCC	%
Estabelecimentos Isolados de Ens.Superior												
Esc de Farmácia e Odontologia de Alfenas	4.417.739	82,21	955.801	17,79	8.876.695	80,27	2.182.114	19,73	8.597.844	76,61	2.625.239	23,39
Esc Federal de Engenharia de Itajubá	6.744.925	75,10	2.235.855	24,90	16.460.136	77,64	4.740.810	22,36	15.338.988	73,40	5.558.499	26,60
Esc Superior de Agricultura de Mossoró	6.247.499	87,50	892.446	12,50	14.138.601	87,93	1.940.416	12,07	17.838.990	91,48	1.660.827	8,52
Fac. de Ciências Agrárias do Pará	13.073.582	87,50	1.867.198	12,50	17.429.884	77,02	5.199.072	22,98	23.608.519	82,81	4.902.336	17,19
Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro	35.064.440	78,15	9.802.003	21,85	36.174.870	80,16	8.953.696	19,84	35.776.887	79,28	9.350.062	20,72
Fac. Fed. de Odontologia de Diamantina	1.581.201	71,47	631.043	28,53	3.224.969	69,59	1.409.417	30,41	3.771.772	74,27	1.306.843	25,73
Fund. de Ens. Sup. de São João Del-Rei	5.401.036	64,99	2.910.007	35,01	9.660.078	73,98	3.398.272	26,02	9.869.633	75,84	3.143.747	24,16
Fund. Fac. Fed. de Ciênc. Méd. de Porto Alegre	2.905.901	60,87	1.868.048	39,13	6.210.979	58,03	4.492.973	41,97	6.153.993	56,67	4.705.131	43,33
Subtotal	75.436.323		21.162.400		112.176.213		32.316.771		120.956.626		33.252.682	
Média	9.429.540	78,09	2.645.300	21,91	14.022.027	77,63	4.039.596	22,37	15.119.578	78,44	4.156.585	21,56
Universidades												
Univers. Federal de Alagoas	37.374.650	80,97	8.781.319	19,03	79.787.849	84,35	14.802.450	15,65	108.007.979	87,97	14.774.043	12,0
Univers. Federal da Bahia	96.125.077	86,25	15.327.837	13,75	184.123.243	84,63	33.452.110	15,37	181.759.923	82,25	39.234.307	17,8
Univers. Federal do Ceará	83.719.817	83,40	16.668.943	16,60	162.765.683	82,26	35.102.295	17,74	183.299.310	82,65	38.470.133	17,3
Univers. Federal do Espirito Santo	56.647.579	71,97	22.057.868	28,03	88.723.054	78,52	24.269.848	21,48	87.033.809	75,39	28.407.942	24,6
Univers. Federal Fluminense	113.632.505	78,65	30.851.662	21,35	218.316.775	78,08	61.292.533	21,92	223.368.199	76,88	67.156.792	23,1
Univers. Federal de Goiás	56.449.348	80,15	13.981.740	19,85	105.675.430	76,58	32.315.043	23,42	105.572.237	72,23	40.596.124	27,8
Univers. Federal de Juiz de Fora	33.775.418	73,44	12.214.925	26,56	67.029.027	80,06	16.695.382	19,94	67.675.214	75,39	22.094.105	24,6
Univers. Federal de Lavras	11.360.200	73,44	4.108.150	26,56	20.777.465	71,64	8.226.006	28,36	21.404.469	68,83	9.695.115	31,2
Univers. Federal de Minas Gerais	155.128.031	75,33	50.792.044	24,67	240.596.251	71,35	96.616.952	28,65	256.788.315	71,16	104.064.740	28,8
Univers. Federal do Pará	113.634.655	82,08	24.815.688	17,92	149.389.596	81,65	33.577.386	18,35	155.571.730	81,21	35.998.554	18,8
Univers. Federal da Paraiba	124.891.410	84,50	22.909.379	15,50	244.252.077	81,42	55.725.967	18,58	246.295.501	82,85	50.987.322	17,2
Univers. Federal do Paraná	91.050.362	66,76	45.331.782	33,24	173.401.687	68,85	78.451.619	31,15	202.801.251	71,53	80.734.331	28,5
Univers. Federal de Pernambuco	98.351.715	71,72	38.772.446	28,28	154.098.785	78,63	41.870.004	21,37	159.653.795	77,03	47.605.981	23,0
Univers. Federal do Rio Grande do Norte	68.268.848	80,46	16.575.237	19,54	149.864.213	79,57	38.468.039	20,43	283.565.722	86,27	45.125.467	13,7
Univers. Federal do Rio Grande do Sul	111.630.077	83,36	22.276.176	16,64	220.584.627	80,68	52.825.302	19,32	221.680.167	82,21	47.962.842	17,8
Univers. Federal do Rio de Janeiro	217.495.147	79,00	57.805.456	21,00	448.567.828	81,74	100.175.164	18,26	469.270.055	84,27	87.563.296	15,7
Univers. Federal Rural de Pernambuco	26.363.429	86,41	4.147.695	13,59	47.547.365	80,97	11.171.287	19,03	49.489.927	83,07	10.084.249	16,9
Univers. Federal Rural do Rio de Janeiro	31.808.446	82,35	6.819.376	17,65	58.878.087	82,43	12.548.205	17,57	63.166.468	80,20	15.593.625	19,8
Univers. Federal de Santa Catarina	103.498.054	78,70	28.013.772	21,30	180.570.359	79,27	47.213.749	20,73	186.861.044	78,97	49.757.076	21,0
Univers. Federal de Santa Maria	70.499.683	80,32	17.268.690	19,68	132.972.915	78,27	36.909.560	21,73	150.652.851	79,14	39.709.598	20,9
Univers. Federal de São Paulo	43.274.381	52,66	38.903.142	47,34	105.153.578	52,76	94.141.979	47,24	94.447.598	50,98	90.826.774	49,0
Subtotal	1.744.978.832		498.423.329		3.233.075.894		925.850.879		3.518.365.563		966.442.417	
Média	83.094.230	77,78	23.734.444	22,22	153.955.995	77,74	44.088.137	22,26	167.541.217	78,45	46.021.067	21,5
Fundações Universitárias												
Fund. Univers. Federal do Amazonas	29.672.552	68,79	13.463.438	31,21	67.973.125	70,87	27.939.107	29,13	65.944.573	72,14	25.465.415	27,9
Fund. Univers. Federal do Amapá	1.467.782	42,26	2.005.135	57,74	3.320.071	60,28	2.187.531	39,72	3.346.658	52,92	2.977.839	47,1
Fund. Univers. Federal do Acre	18.300.379	86,38	2.885.637	13,62	29.812.132	81,20	6.901.788	18,80	37.239.609	82,42	7.943.053	17,6

Elenir C. C. Santos
Secretária do Plenário

Fund. Univers. de Brasília	81.590.218	69,45	35.895.481	30,55	143.872.113	65,69	75.155.049	34,31	146.947.611	60,13	97.426.201	39,9
Fund. Univers. do Maranhão	40.419.877	75,41	13.179.718	24,59	92.475.532	81,79	20.592.944	18,21	135.181.299	87,24	19.774.168	12,8
Fund. Univers. Federal de Mato Grosso	47.396.520	73,20	17.351.789	26,80	91.056.143	78,14	25.467.863	21,86	90.962.441	77,90	25.808.687	22,1
Fund. Univers. Fed. de Mato Grosso do Sul	35.898.338	67,17	17.543.041	32,83	76.433.646	74,78	25.771.236	25,22	98.761.519	80,35	24.155.346	19,7
Fund. Univers. Federal de Ouro Preto	15.450.457	69,61	6.745.265	30,39	29.483.718	78,09	8.273.595	21,91	30.842.802	75,34	10.094.253	24,7
Fund. Univers. Federal de Pelotas	36.860.703	82,26	7.949.484	17,74	66.651.382	81,83	14.804.185	18,17	68.708.969	78,60	18.707.366	21,4
Fund. Univers. Federal do Piauí	32.866.333	80,21	8.111.282	19,79	76.518.426	85,18	13.308.482	14,82	62.050.696	77,07	18.465.672	22,9
Fund. Univers. Federal do Rio Grande	43.329.450	79,75	11.003.815	20,25	59.272.937	82,35	12.707.826	17,65	56.518.022	81,84	12.541.978	18,2
Fund. Univers. Federal de Rondônia	7.259.520	75,94	2.300.028	24,06	14.002.635	76,06	4.406.396	23,94	16.947.473	80,91	3.999.071	19,1
Fund. Univers. Federal de Roraima	3.117.800	62,12	1.901.261	37,88	9.896.723	71,39	3.966.609	28,61	10.147.564	70,37	4.272.649	29,6
Fund. Univers. Federal de São Carlos	24.471.847	65,77	12.736.685	34,23	41.421.317	72,53	15.691.306	27,47	41.163.841	69,62	17.963.491	30,4
Fund. Univers. Federal de Sergipe	22.065.007	78,80	5.936.856	21,20	48.531.633	83,10	9.871.919	16,90	46.537.163	80,41	11.339.988	19,6
Fund. Univers. Federal de Uberlândia	60.062.859	77,63	17.309.702	22,37	109.777.333	79,26	28.733.199	20,74	110.641.212	81,13	25.740.518	18,9
Fund. Univers. Federal de de Viçosa	44.554.180	77,84	12.681.699	22,16	96.089.520	77,21	28.369.081	22,79	80.229.210	75,15	26.529.467	24,8
Fund. Univers. do Rio de Janeiro	20.256.640	67,61	9.704.877	32,39	41.417.391	75,12	13.720.682	24,88	45.852.884	74,87	15.387.647	25,1
Subtotal	565.040.464		198.705.194		1.098.005.776		337.868.797		1.148.023.547		368.592.809	
Média	31.391.137	73,98	11.039.177	26,02	61.000.321	76,47	18.770.489	23,53	63.779.086	75,70	20.477.378	24,3
Total Geral	2.385.455.619		718.290.922		4.443.257.882		1.296.036.448		4.787.345.735		1.368.287.908	
Média das IFES	50.754.375	76,86	15.282.786	23,14	94.537.402	77,42	27.575.244	22,58	101.858.420	77,77	29.112.509	22,23

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI
Nota : * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

IFES* - Representatividade das Despesas com Aposentadorias e Pensões** em Relação às Despesas com Pessoal

Valores Correntes - 1995-1997

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$1,00

IFES	1995			1996			1997		
	Pessoal	Apos.+Pens.	%	Pessoal	Apos.+Pens.	%	Pessoal	Apos.+Pens.	%
Estabelec.Isolados de Ens.Superior									
Esc de Farmácia e Odontologia de Alfenas	4.417.739	1.437.714	32,5	8.876.695	3.129.541	35,3	8.597.844	3.237.222	37,7
Esc Federal de Engenharia de Itajubá	6.744.925	1.828.754	27,1	16.460.136	4.235.767	25,7	15.338.988	5.159.205	33,6
Esc Superior de Agricultura de Mossoró	6.247.499	1.296.912	20,8	14.138.601	2.941.729	20,8	17.838.990	4.689.465	26,3
Fac. de Ciências Agrárias do Pará	13.073.582	3.926.156	30,0	17.429.884	3.804.450	21,8	23.608.519	4.594.983	19,5
Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro	35.064.440	2.617.425	7,5	36.174.870	4.530.744	12,5	35.776.887	5.155.754	14,4
Fac. Fed. de Odontologia de Diamantina	1.581.201	629.857	39,8	3.224.969	1.390.513	43,1	3.771.772	1.499.548	39,8
Fund. de Ens. Sup. de São João Del-Rei	5.401.036	612.098	11,3	9.660.078	1.447.312	15,0	9.869.633	1.208.366	12,2
Fund.Fac.Fed. de Ciênc. Méd. Porto Alegre	2.905.901	609.337	21,0	6.210.979	1.883.920	30,3	6.153.993	2.059.372	33,5
Subtotal	75.436.323	12.958.254		112.176.213	23.363.975		120.956.626	27.603.915	22,8
Média	9.429.540	1.619.782	17,2	14.022.027	2.920.497	20,8	15.119.578	3.450.489	22,8
Universidades									
Univers. Federal de Alagoas	37.374.650	9.105.177	24,4	79.787.849	24.896.116	31,2	108.007.979	21.713.760	20,1
Univers. Federal da Bahia	96.125.077	34.086.914	35,5	184.123.243	69.167.234	37,6	181.759.923	74.501.780	41,0
Univers. Federal do Ceará	83.719.817	34.282.404	40,9	162.765.683	63.147.878	38,8	183.299.310	62.525.186	34,1
Univers. Federal do Espirito Santo	56.647.579	16.291.817	28,8	88.723.054	27.506.838	31,0	87.033.809	29.083.837	33,4
Univers. Federal Fluminense	113.632.505	32.190.765	28,3	218.316.775	72.907.584	33,4	223.368.199	82.630.295	37,0
Univers. Federal de Goiás	56.449.348	22.886.472	40,5	105.675.430	36.131.593	34,2	105.572.237	40.028.024	37,9
Univers. Federal de Juiz de Fora	33.775.418	12.880.137	38,1	67.029.027	23.873.420	35,6	67.675.214	28.269.270	41,8
Univers. Federal de Lavras	11.360.200	2.164.127	19,1	20.777.465	5.376.302	25,9	21.404.469	5.530.418	25,8
Univers. Federal de Minas Gerais	155.128.031	67.418.607	43,5	240.596.251	94.974.205	39,5	256.788.315	104.748.446	40,8
Univers. Federal do Pará	113.634.655	33.340.348	29,3	149.389.596	41.342.079	27,7	155.571.730	43.966.224	28,3
Univers. Federal da Paraíba	124.891.410	41.855.994	33,5	244.252.077	67.797.545	27,8	246.295.501	73.641.682	29,9
Univers. Federal do Paraná	91.050.362	41.742.051	45,8	173.401.687	65.105.051	37,5	202.801.251	73.899.314	36,4
Univers. Federal de Pernambuco	98.351.715	41.933.418	42,6	154.098.785	64.180.753	41,6	159.653.795	103.638.049	64,9
Univers. Federal do Rio Grande do Norte	68.268.848	15.869.577	23,2	149.864.213	45.799.450	30,6	283.565.722	51.726.378	18,2
Univers. Federal do Rio Grande do Sul	111.630.077	40.963.545	36,7	220.584.627	79.618.742	36,1	221.680.167	80.252.692	36,2
Univers. Federal do Rio de Janeiro	217.495.147	63.651.409	29,3	448.567.828	140.723.408	31,4	469.270.055	137.850.703	29,4
Univers. Federal Rural de Pernambuco	26.363.429	8.809.903	33,4	47.547.365	19.989.258	42,0	49.489.927	22.471.785	45,4
Univers. Federal Rural do Rio de Janeiro	31.808.446	10.529.110	33,1	58.878.087	19.645.871	33,4	63.166.468	22.471.785	35,6
Univers. Federal de Santa Catarina	103.498.054	23.472.522	22,7	180.570.359	43.898.399	24,3	186.861.044	43.988.493	23,5
Univers. Federal de Santa Maria	70.499.683	25.130.519	35,6	132.972.915	38.275.459	28,8	150.652.851	42.975.110	28,5
Univers. Federal de São Paulo	43.274.381	8.293.041	19,2	105.153.578	15.969.848	15,2	94.447.598	17.620.312	18,7
Subtotal	1.744.978.832	586.897.858		3.233.075.894	1.060.327.032		3.518.365.563	1.163.533.543	
Média	83.094.230	27.947.517	33,6	153.955.995	50.491.763	32,8	167.541.217	55.406.359	33,1
Fundações Universitárias									
Fund. Univers. Federal do Amazonas	29.672.552	7.383.588	24,9	67.973.125	12.873.751	18,9	65.944.573	15.285.473	23,2
Fund. Univers. Federal do Amapá	1.467.782	27.648	1,9	3.320.071	0	0,0	3.346.658	0	0,0
Fund. Univers. Federal do Acre	18.300.379	1.572.606	8,6	29.812.132	4.878.291	16,4	37.239.609	5.614.859	15,1
Fund. Univers. de Brasília	81.590.218	9.305.598	11,4	143.872.113	34.772.108	24,2	146.947.611	34.270.593	23,3
Fund. Univers. do Maranhão	40.419.877	10.627.245	26,3	92.475.532	24.555.649	26,6	135.181.299	26.640.264	19,7
Fund. Univers. Federal de Mato Grosso	47.396.520	4.901.629	10,3	91.056.143	16.129.588	17,7	90.962.441	20.377.189	22,4
Fund. Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul	35.898.338	3.641.021	10,1	76.433.646	10.002.579	13,1	98.761.519	13.018.410	13,2
Fund. Univers. Federal de Ouro Preto	15.450.457	2.608.532	16,9	29.483.718	6.750.346	22,9	30.842.802	7.233.718	23,5
Fund. Univers. Federal de Pelotas	36.860.703	10.549.382	28,6	66.651.382	20.369.838	30,6	68.708.969	22.513.847	32,8
Fund. Univers. Federal do Piauí	32.866.333	5.498.018	16,7	76.518.426	14.248.738	18,6	62.050.696	16.222.521	26,1
Fund. Univers. Federal do Rio Grande	43.329.450	4.535.852	10,5	59.272.937	11.865.437	20,0	56.518.022	13.954.783	24,7
Fund. Univers. Federal de Rondônia	7.259.520	130.593	1,8	14.002.635	687.981	4,9	16.947.473	796.849	4,7
Fund. Univers. Federal de Roraima	3.117.800	46.745	1,5	9.896.723	148.262	1,5	10.147.564	251.450	2,5
Fund. Univers. Federal de São Carlos	24.471.847	3.075.097	12,6	41.421.317	5.953.345	14,4	41.163.841	8.268.060	20,1
Fund. Univers. Federal de Sergipe	22.065.007	5.698.013	25,8	48.531.633	13.735.070	28,3	46.537.163	11.988.291	25,8
Fund. Univers. Federal de Uberlândia	60.062.859	8.556.582	14,2	109.777.333	18.116.080	16,5	110.641.212	21.425.131	19,4
Fund. Univers. Federal de de Viçosa	44.554.180	8.597.676	19,3	96.089.520	22.454.211	23,4	80.229.210	22.760.601	28,4
Fund. Univers. do Rio de Janeiro	20.256.640	3.589.926	17,7	41.417.391	10.630.209	25,7	45.852.884	11.558.259	25,2
Subtotal	565.040.464	90.345.753		1.098.005.776	228.171.484		1.148.023.547	252.180.296	
Média	31.391.137	5.019.209	16,0	61.000.321	12.676.194	20,8	63.779.086	14.010.016	22,0
Total Geral	2.385.455.619	690.201.865		4.443.257.882	1.311.862.491		4.787.345.735	1.443.317.753	
Média das IFES	50.754.375	14.685.146	28,9	94.537.402	27.911.968	29,5	101.858.420	30.708.888	30,1

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Notas: * Exclusive os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs

** Somatório das contas 3.3.1.90.01.xx-"Aposentadoria e Reformas" e 3.3.1.90.03.xx-"Pensões"

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.2 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

6.2.1 - Considerações Iniciais

As ações da área de infra-estrutura e de produção do Governo são realizadas basicamente em três frentes: Minas e Energia, Transportes e Comunicações. Esses setores, apesar da implementação e execução do Programa de Privatização, que tem como objetivo retirar da esfera pública atividades que podem ser desenvolvidas pelo setor privado, receberam dotações orçamentárias no valor de R$ 21.963 milhões e executaram despesas no montante de R$ 18.965 milhões, correspondendo, respectivamente, a 3,9 % e 4,7% do total das dotações e execuções orçamentárias do Governo Federal.

Buscou-se abordar nesse tópico, dentro da área de atuação de infra-estrutura econômica do Governo, as ações propostas e implementadas no decorrer do exercício em análise dos setores mencionados.

Destacam-se entre as competências da área concernente às Minas e Energia:

a) geologia, recursos minerais e energéticos;
b) aproveitamento da energia hidráulica;
c) mineração e metalurgia; e
d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear.

Da área relativa às comunicações:

a) política nacional de telecomunicações, inclusive radiodifusão;
b) regulamentação, outorga e fiscalização de serviços de telecomunicações;
c) controle e administração do uso do espectro de radiofreqüências; e
d) serviços postais.

Da área de transportes:

a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;
b) marinha mercante, portos e vias navegáveis; e
c) participação na coordenação dos transportes aeroviários.

Com a finalidade de levantamento de realizações do Governo Federal nessas áreas, durante o exercício de 1997, procurou-se, inicialmente, identificar as principais ações e metas estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para esse fim a Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República, enviada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da 3ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura e os instrumentos de políticas macroeconômicas: Plano Plurianual (PPA-1996/1999), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/97) e Lei Orçamentária Anual (LOA/97). A seguir, com base em informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, do Balanço Geral da União – BGU/97 e de dados e informações fornecidas por órgãos setoriais do Executivo, confrontaram-se os dados coletados na tentativa de avaliar a efetiva execução dos objetivos propostos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A grande dificuldade encontrada na realização do levantamento retrocitado foi não se ter de forma clara a definição das metas contidas nesses instrumentos macroeconômicos, uma vez que, como em anos anteriores, as diretrizes, objetivos e metas são estabelecidos em termos genéricos e abrangentes, tornando possível dar cobertura a quase todas as ações realizadas pelo governo, sendo, dessa forma, instrumentos que não permitem uma avaliação plena de planejamento de ações governamentais.

Deve-se ainda salientar que torna-se prejudicada a utilização do orçamento anual como instrumento de planejamento, já que se trata apenas de documento autorizativo de despesa, não sendo seu cumprimento, obrigação do Executivo.

6.2.2 – A Área de Energia

A área de energia contempla alguns ramos específicos que envolvem a geração de energia elétrica, a transmissão e a distribuição, bem como a extração, produção/beneficiamento e distribuição de derivados do petróleo. Esses programas englobam uma função de Governo denominada Energia e Recursos Minerais, que foi contemplada com dotações orçamentárias no total de R$ 7.878 milhões, sendo R$ 1.006 milhões do orçamento fiscal e de seguridade e R$ 6.872 milhões do orçamento das estatais. Dessa dotação foram executados R$ 6.933 milhões, ou seja, realizou-se 88%, sendo R$ 865 milhões do orçamento fiscal e de seguridade e R$ 6.068 milhões do orçamento das estatais.

Vale ressaltar que essa função executou mais de 40% do total do orçamento de investimento e o valor realizado pela mesma corresponde a 0,22 % de todo o orçamento fiscal e de seguridade social. Destaque-se também que nessa função teve-se uma dotação para os principais programas que dela fazem parte com as seguintes composições: Energia Elétrica, Petróleo, Recursos Minerais e Recursos Hídricos, conforme se discrimina:

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DE ENERGIA

R$ Mil

PROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	Disponível (a)	Executado (b)	% (b/a)	Disponível (c)	Executado (d)	% (d/c)	Disponível (e)	Executado (f)	% (f/e)
Energia Elétrica	161.964	148.285	91,6	2.329.380	1.975.250	84,8	2.491.344	2.123.535	85,2
Petróleo	0	0	-	4.229.413	4.139.455	97,9	4.229.413	4.139.455	97,9
Recursos Minerais (*)	37.501	31.135	83	210.244	15.312	7,3	247.745	46.447	18,7
Recursos Hídricos (*)	1.180.436	962.577	81,5	0	0	-	1.180.436	962.577	81,5
TOTAL	1.379.901	1.141.997	82,8	6.769.037	6.130.017	90,6	8.148.938	7.272.014	89,2

Fonte: Balanços Gerais da União - 1997
Obs:
(*) O programa executa valores em outras funções

Foram destacados dentre esses programas, os seguintes subprogramas: Geração de Energia Hidrelétrica, Eletrificação Rural, Geração de Energia Termelétrica, Geração de Energia Termonuclear, Transmissão de Energia Elétrica, Prospecção e Avaliação de Jazidas, Extração e Beneficiamento, Produção Industrial e Promoção Industrial.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Essas ações governamentais receberam recursos orçamentários e executaram despesas, conforme se discrimina:

R$ Mil

SUBPROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	Disponível (a)	Executado (b)	% (b/a)	Disponível (c)	Executado (d)	% (d/c)	Disponível (e)	Executado (f)	% (f/e)
GERAÇÃO DE EN. HIDRELÉTRICA	100	85	85	539.226	410.713	76,2	539.326	410.798	76,2
ELETRIFICAÇÃO RURAL	37.496	30.694	81,9	0	0	-	37.496	30.694	81,9
GERAÇÃO DE EN. TERMELÉTRICA	0	0	-	166.370	159.213	95,7	166.370	159.213	95,7
GERAÇÃO DE EN. TERMONUCLEAR	0	0	-	648.008	641..342	99	648.008	641.342	99
TRANSMISSÃO DE EN. ELÉTRICA	0	0	-	872.596	700.204	80,2	872.596	700.204	80,2
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	1.750	1.429	81,7	795.273	626.968	78,8	797.023	628.397	78,8
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	2.576	1.640	63,7	1.941.795	2.153.390	110,9	1.944.371	2.155.000	110,8
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	383.048	123.418	32,2	813.328	787.582	96,8	1.196.376	911.000	76,2
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	579.516	283.618	48,9	0	0	-	579.516	283.618	48,9
TOTAL GERAL	1.004.486	440.884	43,9	5.776.596	5.479.412	94,9	6.781.082	5.920.296	87,3

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Entre os empreendimentos da área de energia pode-se discriminar como os mais significativos no contexto de dotação e execução orçamentária os seguintes:

R$ mil

EMPREENDIMENTOS	DISPONIBILIZADO (a)	REALIZADO (b)	b/a (%)
USINA HIDRELÉTRICA – UHE TUCURUÍ	8.309	7.977	96,0
UHE XINGÓ	98.984	80.431	81,3
UHE ITÁ	40.491	35.840	88,5
UHE CORUMBÁ I	128.765	127.347	98,9
UHE SERRA DA MESA	39.307	43.574	110,8
COMPLEXO TERMELÉTRICO JORGE LACERDA	32.160	36.747	114,3
USINAS TERMELÉTRICAS REGIÃO NORTE	131.801	120.694	91,6
USINA NUCLEAR ANGRA II	170.106	170.105	100,0
LINHA DE TRANSMISSÃO TRAMO OESTE TUCURUÍ-ALTAMIRA	73.169	72.976	99,7
LINHA DE TRANSMISSÃO NORTE-SUL	197.866	172.882	87,4
LINHA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADA À UHE XINGÓ	277.737	232.324	83,7
EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO EXTERIOR	280.033	148.288	53,0
INVESTIGAÇÃO EXPLORATÓRIA DE PETROLEO	228.470	258.280	113,0
PERFURAÇÃO EXPLORATÓRIA DE PETRÓLEO	242.068	219.193	90,6
EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	879.916	1.105.183	125,6
PERFURAÇÃO E DESENV. DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	896.337	1.034.103	115,4
AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO PARQUE DE REFINO DE PETRÓLEO	556.742	555.785	99,8
GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL	225.983	84.044	37,2

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Principais Metas Previstas na LDO para a Área de Energia

As principais metas estabelecidas na LDO foram separadas por Programas e Ações, conforme discriminado a seguir:

Programa: Energia Elétrica

AÇÃO	METAS	REALIZAÇÃO
GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	1- INICIAR, CONCLUIR OU AMPLIAR USINAS HIDRELÉTRICAS – 1.475 MW 2- CONCLUIR REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO RIBEIRINHA – 6.000 FAMÍLIAS	METAS EXECUTADAS
GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	1- CONCLUIR, AMPLIAR OU RECUPERAR USINAS TERMELÉTRICAS – 240 MW	META EXECUTADA
GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	1- CONCLUIR USINA TERMONUCLEAR – MONTAGEM ELETROMECÂNICA	META EXECUTADA PARCIALMENTE
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1- CONSTRUIR LINHAS DE TRANSMISSÃO – 1.120 KM 2- CONCLUIR SUBESTAÇÕES	METAS EXECUTADAS
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1- ABASTECER CIDADES DE ENERGIA ELÉTRICA – 510 KM AT/BT 2- ABASTECER DE EN. ELÉTRICA REGIÃO METROPOLITANA – 2.860 KM AT/BC	METAS EXECUTADAS
PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	1- ATENDER PROPRIEDADES RURAIS COM EN. ELÉTRICA – 60.000 PROPRIEDADES 2- IMPLANTAR PROJETOS DE FORNECIMENTO DE EN. ELÉTRICA 3- ATENDER PEQUENAS LOCALIDADES COM EN. ELÉTRICA – 5.000.000 PESSOAS	METAS EXECUTADAS PARCIALMENTE

Programa: Petróleo e Gás

AÇÃO	METAS	REALIZAÇÃO
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	1- PRODUZIR GÁS NATURAL – 30.500.000 m³/dia 2- IMPLEMENTAR UN. GÁS NATURAL PARA OBTENÇÃO DE ETANO 3- PERFURAR E EXPLORAR POÇOS DE PETRÓLEO NO PAÍS – 142 POÇOS 4- IMPLANTAR SIST. DE ESCOAMENTO– 1 UN 5- AMPLIAR A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO – 950.000 barris/dia 6- PRODUZIR PETRÓLEO E GÁS NO EXTERIOR – 62.200 barris/dia	METAS EXECUTADAS
DUTOS	1- IMPLANTAR GASODUTOS – 700 Km	META EXECUTADA
CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DE ENERGIA	1- RACIONALIZAR O USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PROGRAMAS PROCEL E CONPET	META EXECUTADA

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Principais Metas Previstas na Mensagem Presidencial para a Área de Energia

Para o setor de Energia Elétrica, no segmento de Geração de Energia Hidrelétrica, foram dispostas como metas concluir e colocar em operação as Usinas Hidroelétricas de Corumbá (GO) – 383 MW, em abril de 1997; e de Miranda (MG) – 390 MW, em dezembro de 1997. Foi disposta também como meta a conclusão da Usina Hidroelétrica de Xingó em 1997. Essas usinas foram concluídas e colocadas em operação em 1997, sendo que na Usina de Xingó foi concluída a primeira etapa de motorização do complexo hidrelétrico, com a instalação da sexta e última máquina geradora de 500 MW, perfazendo uma capacidade total de 3.000 MW.

Foram ainda consideradas como metas para o segmento citado o lançamento de editais de licitação de mais 20 aproveitamentos, totalizando 3.373 MW de potência. Para a citada meta destaque-se que o Ministério de Minas e Energia já promoveu o lançamento de 12 licitações para aproveitamentos hidrelétricos, que somam 2.892 MW e R$ 3,07 bilhões de investimentos, e a outorga de concessão para 6 usinas (UHE's Cubatão, Emboque, Rosal, Porto Estrela, Queimado e Lajeado), com 1.285 MW e investimentos totais da ordem de R$ 1,5 bilhão. Adicionalmente foram autorizadas a instalação de usinas termelétricas em Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Manaus (AM) e Macapá (AP), totalizando 677 MW e investimentos de R$ 519 milhões.

Para o segmento de Geração de Energia Termonuclear foram colocadas como metas concluir a fase de montagem eletromecânica da UTN Angra II – 1300 MW, fase com operação prevista para junho/99. Para essa meta foi dado prosseguimento as obras da Usina Termonuclear Angra II (1.300 MW), retomadas em 1995.

No que tange ao segmento de Transmissão de Energia Elétrica foi disposto como meta a continuação da execução do sistema de transmissão associado a UHE-Xingó. Para essa meta foi dada continuidade à execução do sistema de transmissão associado a UHE-Xingó, (LT's 500 KV Xingó - Jardim/SE - Camaçari/BA e Messiasl/AL - Recife/PE), integrantes do Plano Brasil em Ação, que assegura o suprimento de energia à região Nordeste até os primeiros anos da próxima década. Foi disposto também o início da interligação do sistema elétrico do Norte/Nordeste com o do Sul/ Sudeste/Centro-Oeste. Essa meta teve iniciada a implantação do projeto de interligação dos sistemas elétricos Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste, através da LT 500 KV Imperatriz/MA - Serra da Mesa/GO - Brasília/DF (conhecida como Interligação Norte - Sul), com capacidade de transporte de 1.000 MW, também integrante do Plano Brasil em Ação, cuja conclusão está prevista para o final de 1998, e que significará, na prática, a integração das Usinas de Itaipu (12.600 MW), Tucuruí (4.200 MW) e Xingó, e, conseqüentemente, a maximização de ganhos hidrológicos entre essas diferentes bacias.

Para o segmento de Pesquisa Aplicada na Área Energética foi colocado como meta dar continuidade à implementação do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM, visando equacionar as demandas sociais básicas das comunidades carentes, que habitam localidades ainda não supridas por energia elétrica e promover a elevação da renda e a geração de empregos no meio rural, mediante a instalação de microssistemas energéticos de produção e usos locais, a partir de fontes renováveis e descentralizadas. Essa meta foi concluída pelo Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM, no período 96-97, com instalações em 117 comunidades, contemplando 50.000

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

pessoas, com a iluminação de escolas e centros comunitários, bombeamento de água, produção de alimentos, informação, comunicação de emergência e outros benefícios coletivos. Foram, também, adquiridos os equipamentos destinados a 800 outras comunidades, em todo o País, para instalação em 1998.

Para o setor de Petróleo e Gás, no segmento de Produção Industrial, foram dispostas como metas a conclusão, em 1997, das seguintes unidades de refino: Unidade de Destilação na RLAM (BA) – Meta 270 mil/barris dia; Unidade de Tratamento de Correntes na RPBC (SP); e Unidade de Coqueamento Retardado no REPLAN (SP). Para essas metas teve-se como resultados os investimentos realizados no parque de refino, de R$ 763 milhões que permitiram a entrada em operação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), no Estado da Bahia, com capacidade de produção de 170 mil barris/dia de derivados, da Unidade de Hidrotratamento de Correntes Instáveis na Refinaria Presidente Bernardes (RFBC), no Estado de São Paulo, para tratamento de 30 mil barris/dia de óleo diesel e da planta de produção de metil terciário butil-eter (MTBE) na Refinaria Presidente Vargas (REPAR), no Estado do Paraná, com capacidade de 79 mil toneladas/ano, destinado à exportação. Como resultado, o processamento de petróleo atingiu a média diária de 1.435 mil barris, 9% superior à de 1996. Com a expansão de suas unidades para 1.770.000 barris/dia, a PETROBRÁS, em relação às companhias de petróleo de capital aberto, passou a deter a 4ª posição em capacidade de refino.

Para o segmento de Dutos foi colocada como meta a contratação, em maio/97, da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, com financiamento provido por agências multilaterais como o Banco Mundial, BID, e a CAF, além do BNDES; além de dar continuidade ao desenvolvimento do projeto de escoamento do gás natural de Urucu. O projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil e o projeto do Gás Natural de Urucu, incluídos entre os projetos prioritários, tiveram ao longo de 1997 um franco desenvolvimento, com atendimento das metas previstas em seu cronograma.

Para o segmento de Extração e Beneficiamento foi prevista como meta a produção nacional de petróleo alcançar a média diária de 916 mil barris, e atingir o recorde de produção de 1 milhão de barris por dia. A produção interna de óleo cru atingiu, no período, a média de 869 mil barris/dia, acusando um crescimento 7,4%, superior à média de 809 mil barris/dia registrada em 1996. Em dezembro de 1997 foi estabelecido um novo recorde com atingimento da marca de 1.008.000 barris/dia. A demanda interna de derivados de petróleo foi de 1.677 mil barris por dia, superando em 8,1% o consumo verificado em 1996, da ordem de 1.552 mil barris por dia. A nafta, a gasolina e o óleo combustível foram os derivados que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Em 1997 foram importados 576 mil barris/dia de petróleo ao custo FOB de US$ 3,80 bilhões e 315 mil barris/dia de derivados ao custo FOB de US$ 2,35 bilhões. Por outro lado, foram exportados 71,9 mil barris/dia de derivados, com geração de receita de US$ 490 milhões.

Ações da Área de Energia contempladas no Programa Brasil em Ação

Dos empreendimentos do Governo no Setor de Energia, 6 (seis) fazem parte do Programa Brasil em Ação: Linha de Transmissão de Tucuruí, Interligação do Sistema Elétrico Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste, Sistema de Transmissão Associado a Xingó, Usina

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Hidrelétrica de Xingó, Gasoduto Brasil - Bolívia e Gás Natural de Urucu. As execuções física e financeira desses projetos são demonstradas a seguir:

ENERGIA ELÉTRICA - Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ mil

EMPRESAS/ATIVIDADES ELETRONORTE	REALIZADO ATÉ 1996	PREVISTO P/ 1997	REALIZADO JAN A DEZ/97	TOTAL PREVISTO	TOTAL REALIZADO
LT 230 KV TUCURUÍ/ALTAMIRA	2.871	34.001	37.836	58.027	40.707
LT 230 KV ALTAMIRA/RURÓPOLIS	173	24.323	13.196	59.597	13.369
SIST. ELÉT. TUCURUÍ 500/230 KV	0	12.596	4.593	26.376	4.593
SISTEMA ELÉTRICO ALTAMIRA 230/ 69 13,8 KV	638	6.547	2.964	13.371	3.602
SIST. ELÉT. TRANSAMAZÔNICA 230/34,5 KV	0	600	767	5.556	767
SISTEMA ELÉTRICO RURÓPOLIS 230/138/13,8 KV	52	5.500	2.306	14.674	2.358
TOTAL	3.734	83.567	61.662	177.601	65.396

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 27.01.98
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;
2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS

EXECUÇÃO FÍSICA

ATIVIDADES ELETRONORTE	DATA PREV. P/ INÍCIO	DATA PREV. P/ TÉRMINO	DATA INÍCIO	(%) EXEC. TOTAL ACUM.
LT 230 KV TUCURUI/ ALTAMIRA	01/95	06/98	02/95	70,15
LT 230 KV ALTAMIRA/RURÓPOLIS	10/96	10/98	09/96	22,43
SE TUCURUI 500/230 KV	05/96	06/98	07/96	17,41
SE ALTAMIRA 230 / 69 / 13,8 KV	05/96	06/98	05/95	26,94
SE TRANSAMAZÔNICA 230 / 34,5 KV	10/96	10/98	11/96	13,80
SE RURÓPOLIS 230 / 138 / 13,8KV	10/96	10/98	11/96	16,06

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 27.01.98

FURNAS e ELETRONORTE
LT 500 KV NORTE/SUL – ESTADOS DE GOIÁS, TOCANTINS E MARANHÃO

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ mil

USO DOS RECURSOS	Realizado Até 1996	Previsto 1997	Realizado 1997	Previsto 1998	Prev. p/ após 1998	Total Previsto	Total Realizado
Projeto	0	11.557	11.557	11.543	0	23.100	11.557
Equipamentos Principais	0	19.958	19.958	513.016	59.200	592.174	19.958
Materiais Diversos	0	35.682	35.682	22.315	0	57.997	35.682
Construção	0	16.180	16.180	102.926	22.938	142.044	16.180
TOTAL	0	83.377	83.377	649.800	82.138	815.315	83.377

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 27.01.98
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;

Edenir
Edenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS;
4. OS VALORES PREVISTOS SÃO PRELIMINARES E ESTÃO EM FASE DE REVISÃO PARA CONSIDERAR OS VALORES DOS CONTRATOS RECENTEMENTE ASSINADOS E OS RESPECTIVOS CRONOGRAMAS DE DESEMBOLSO; E
5. OS VALORES REFERENTES A 1999 CORRESPONDEM A OBRAS COMPLEMENTARES A SEREM CONCLUÍDAS APÓS A ENERGIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO PREVISTA PARA DEZEMBRO/98.

EXECUÇÃO FÍSICA

ATIVIDADES	DATA PREV. P/ INÍCIO MÊS/ANO	DATA PARA TÉRM. MÊS/ANO	DATA REALIZ. INÍCIO MÊS/ANO	PREVISTO ATÉ DEZ/97 %	EXECUTADO ATÉ DEZ/97 %
Projeto	09/96	06/98	09/96	70,00	60,00
Equipamentos Principais	01/97	10/98	04/97	20,00	14,00
Materiais Diversos	01/97	10/98	04/97	20,00	18,00
Construção	06/97	12/98	10/97	10,00	7,00
TOTAL DA EXECUÇÃO					14,26

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 30.12.97
OBS: DATA DA MEDIÇÃO: 30.12.97

CHESF - SISTEMA ASSOCIADO A XINGÓ – ESTADOS DE PERNAMBUCO, CEARÁ, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ mil

EMPRESAS/ATIVIDADES CHESF	REALIZ. ATÉ 1996	PREVISTO P/1997	REALIZADO JAN - DEZ/97	PREVISTO P/ 1998	TOTAL PREVISTO	TOTAL REALIZ.
LT MESSIAS RECIFE II	1.363	37.099	33.311	7.220	45.682	34.674
LT XINGÓ/JARDIM	408	17.000	18.807	25.060	42.468	19.215
LT JARDIM CAMAÇARI	226	28.000	23.463	46.079	74.305	23.689
SE MESSIAS	10.704	8.394	2.251	2.447	21.545	12.955
SE RECIFE II	1	8.800	6.620	3.805	12.606	6.621
SE CAMAÇARI	3.824	4.398	9.031	9.226	17.448	12.855
SE JARDIM	215	11.000	11.293	30.409	41.624	11.508
TOTAL	16.741	114.691	104.776	124.246	255.678	121.517

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 29.01.98
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;
2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS

EXECUÇÃO FÍSICA

ATIVIDADES CHESF	DATA PREVISTA P/ INÍCIO	DATA PREVISTA P/ TÉRMINO	DATA INÍCIO	EXECUTADO %
LT MESSIAS RECIFE II	01/97	02/98	01/97	55
LT XINGÓ/JARDIM	07/97	07/98	07/97	26
LT JARDIM CAMAÇARI	07/97	07/98	07/97	11
SE MESSIAS	07/97	01/98	07/97	70
SE RECIFE II	07/97	01/98	07/97	80
SE CAMAÇARI	11/97	07/98	-	3
SE JARDIM	03/97	07/98	03/97	20

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 29.01.98

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

USINA HIDROELÉTRICA DE XINGÓ

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ milhões

USO DE RECURSOS	REALIZ. ATÉ 1996	PREV. P/ 1997	REALIZ. JAN A DEZ/97	PREV. APÓS 1997	TOTAL PREV.	TOTAL REALIZ.
ENGEN/ PROJETO	54,5	0,4	0,3	1,6	56,5	54,8
EQUIPAMENTOS	898,5	45,4	26,8	3,2	947,1	925,3
MONTAGEM	105,2	21,8	21,7	0	127,0	126,9
OBRAS CIVIS	1.980,4	19,4	10,8	24,6	2.024,4	1.991,2
ADMINISTRAÇÃO	566,8	19,7	13,7	1,9	588,4	580,5
TOTAL	3.605,4	106,7	73,3	31,3	3.743,4	3.678,7

FONTE: BGU/97
OBRA JÁ CONCLUÍDA
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;
2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS

EXECUÇÃO FÍSICA

ATIVIDADE	DATA PREV. P/ INÍCIO	DATA PREV. P/ TÉRM.	DATA REALIZ INÍCIO	DATA REALIZ TÉRM.	(%) PREV. JAN A DEZ/97	(%) EXEC. DE JAN A DEZ/97	(%) EXEC. ACUM.
ENG./PROJETO	01/86	12/98	03/87	*	0,5	0,5	97,7
EQUIPAMENTOS	08/87	12/97	05/89	01/97	2,9	2,9	100,0
MONTAGEM	11/91	12/97	02/92	10/97	1,7	1,7	100,0
OBRAS CIVIS	03/87	07/94	03/87	02/96	0,5	0,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO	03/87	12/97	03/87	*	2,3	2,3	98,6

FONTE: BGU/97
OBRA JÁ CONCLUÍDA

GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

No tocante ao Gasoduto Brasil-Bolívia, foram realizadas, no período, a contratação das aquisições dos tubos de aço, válvulas e compressores, bem como das obras de instalação e montagem do trecho troncal do Gasoduto até Campinas/SP. Encontram-se em fase final de aprovação os financiamentos concedidos por agências multilaterais (BIRD, BID, BNDES e CAF). Este projeto, com investimentos estimados de US$ 2 bilhões, tem conclusão prevista para a sua primeira etapa, trecho Bolívia-São Paulo, em dezembro de 1998. A segunda etapa do empreendimento corresponde ao atendimento dos mercados dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo início de operação previsto para final de 1999.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ mil

Uso dos Recursos	Realiz. Até 1996	Previsto p/ 1997	Realizado 1997	Previsto p/ 1998	Previsto p/ após 1998	Total Previsto	Total Realiz.
Engenharia	11.774	4.948	3.529	3.728	2.143	22.593	15.303
Gerenciamento/Contrat.	3.266	11.169	7.997	22.423	30.920	67.778	11.263
Desapropriações	807	11.285	12.252	21.391	407	33.890	13.059
Estações de Compressão	0	14.031	5	46.718	11.547	72.296	5
Suprimento-Tubulação	0	218.126	80.415	333.950	87.294	639.370	80.415
Suprim-Outros Equipamentos	0	11.296	0	29.370	5.983	46.649	0
Meio Ambiente	993	1.373	996	12.044	12.702	27.112	1.989
Instalação e Montagem	0	12.052	10.971	495.173	263.182	770.407	10.971
Custos Fin. E de Desenvolv.	7.426	25.645	1.782	65.150	162.723	260.944	9.208
TOTAL	24.266	309.925	117.947	1.029.947	576.901	1.941.039	142.213

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28.01.98
MEDIÇÃO: 31.12.97
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;
2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS

EXECUÇÃO FÍSICA

Atividades	Data Prevista.p/ Início (mês/ano)	Data Prevista p/ Término (mês/ano)	Data Realiz. Início (mês/ano)	Execução %
Engenharia	01/95	09/98	01/95	95,60
Gerenciamento/Contratações	01/95	12/99	01/95	58,30
Desapropriações	06/96	06/98	06/96	74,11
Estações de Compressão	07/97	10/99	07/97	12,42
Suprimento-Tubulação	04/97	04/99	04/97	33,22
Suprimentos-Outros Equipamentos	06/97	06/99	06/97	17,42
Meio Ambiente	07/96	10/99	07/96	42,01
Instalação e Montagem	07/97	10/99	07/97	1,98

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28.01.98
MEDIÇÃO: 31.12.97

PROJETO GÁS NATURAL DE URUCU

A construção do Gasoduto Urucu-Coari encontra-se em andamento, com previsão de realização de investimentos estimados em US$ 110 milhões e conclusão prevista para o final de 1998. O Gasoduto no trecho Urucu/Porto Velho (RO), com 530 km de extensão, já dispõe de projeto de engenharia e exigirá investimentos da ordem de US$ 175 milhões, tendo previsão de conclusão para o final de 1999.

Com a implantação desse projeto, viabiliza-se a utilização das expressivas reservas de gás natural, disponíveis na bacia do rio Solimões, com previsão de produção, numa primeira etapa, de 4 milhões de m^3/dia, o que garantirá a geração de aproximadamente 780 MW, hoje realizada através de óleo combustível, atendendo-se importantes mercados da região Norte do País, a partir de uma solução mais econômica e ambientalmente adequada.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

EXECUÇÃO FINANCEIRA

R$ mil

Uso dos Recursos	Realiz. Até 1996	Prev. p/1997	Realiz. 1997	Prev. p/ 1998	Prev. P/ após 1998	Total Previsto	Total Realiz.
Produção	0	0	0	27.460	352.110	379.570	0
Gasoduto Coari	0	26.500	0	83.500	0	110.000	0
Gasoduto Porto Velho	0	0	0	70.000	105.000	175.000	0
Planta de Liquefação	0	0	0	52.300	120.310	172.610	0
Transporte de GNL	0	0	0	0	140.400	140.400	0
Revaporização	0	0	0	30.020	69.050	99.070	0
Termelétricas-AM	653	11.183	0	8.353	151.183	170.719	653
Termelétricas-RO	100	5.803	0	4.414	120.250	130.467	100
Termelétricas-AP	404	6.912	0	7.761	31.044	45.717	404
Termelétricas-PA	0	0	0	0	25.000	25.000	0
Linha de Transm. PV-RB	0	0	0	35.000	70.000	105.000	0
TOTAL	1.157	50.398	0	318.808	1.184.347	1.553.553	1.157

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28.01.98
OBSERVAÇÕES:
1. NÃO INCLUI ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, CUSTOS INDIRETOS, EVENTUAIS E CUSTOS FINANCEIROS;
2. VALORES CONVERTIDOS PARA REAIS À TAXA DE US$ = 1,1 R$;.
3. O VALOR DO REALIZADO EM 97 É PRELIMINAR, SUJEITO A AJUSTES DECORRENTES DA CONTABILIZAÇÃO FINAL DE TODAS AS FATURAS

EXECUÇÃO FÍSICA

Atividades	Data Prev.p/ Início (mês/ano)	Data Prev. p/ Término (mês/ano)	Data Realiz. Início (mês/ano)	Execução %
Produção	01/98	12/2016	*	0,00
Gasoduto Coari	11/97	12/98	12/97	0,00
Gasoduto Porto Velho	01/98	12/99	*	0,00
Planta de Liquefação	01/98	07/2000	*	0,00
Transporte de GNL	01/2003	12/2005	*	0,00
Revaporização		12/2000	*	0,00
Termelétricas-AM	12/96	12/2001	12/96	80,00
Termelétricas-RO	12/96	12/2000	12/96	40,00
Termelétricas-AP	01/97	01/2001	01/97	60,00
Termelétricas-PA	07/98	07/99	*	0,00
Linha de Transmissão PV-RB	01/99	01/2000	*	0,00

FONTE: BGU/97
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28.01.98

6.2.3 - A Área de Comunicações

Durante o exercício de 1997, o Governo Federal direcionou suas ações, na área das Comunicações, para a reestruturação e preparação do sistema TELEBRÁS para a privatização, dando continuidade a uma das maiores operações do capitalismo brasileiro do século XX, envolvendo dezenas de bilhões de dólares.

A função comunicações recebeu dotações orçamentárias no valor de R$ 8.291 milhões, sendo R$ 443 milhões do orçamento fiscal e de seguridade social e R$ 7.848 milhões do orçamento de investimento das estatais. Dessa dotação foram executadas despesas totais de R$ 7.947 milhões (96%), sendo R$ 193 milhões do orçamento fiscal e de seguridade social e R$

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

7.754 milhões do orçamento de investimento.

Essas despesas correspondem, ainda, a 0,05% do total das despesas executadas no orçamento fiscal e de seguridade social e a 52% do orçamento de investimentos das estatais. Os principais programas dessa função: comunicações postais e telecomunicações, receberam dotações orçamentárias e executaram despesas, conforme demonstrado:

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DE COMUNICAÇÕES

R$ mil

PROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	DISPONÍB. (a)	EXECUT. (b)	% (b/a)	DISPONIB. (c)	EXECUT. (d)	% (d/c)	DISPONIB. (e)	EXECUT. (f)	% (f/e)
COMUNICAÇÕES POSTAIS	0	0	-	269.300	248.672	92,3	269.300	248.672	92,3
TELECOMUNIC.	145.700	51.129	35,1	7.521.866	7.469.716	99,3	7.667.566	7.520.845	98,1
TOTAL GERAL	145.700	51.129	35,1	7.791.166	7.718.388	99,1	7.936.866	7.769.517	97,9

Fonte: BGU/97

Desses programas citados, destacam-se os subprogramas: serviços postais convencionais, telefonia e radiodifusão, que receberam dotações orçamentárias e executaram despesas, conforme se discrimina:

SUBPROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	DISPONIB. (a)	EXECUT. (b)	% (b/a)	DISPONIB. (c)	EXECUT. (d)	% (d/c)	DISPONIB. (e=a+c)	EXECUT. (f=b+d)	% (f/e)
SERVIÇOS POSTAIS	0	0	-	269.300	248.672	92,3	269.300	248.672	92,3
TELEFONIA	1.465	1.388	94,7	7.521.866	7.469.716	99,3	7.523.331	7.471.104	99,3
RADIODIFUSÃO	89.542	18.136	20,3	0	0	-	89.542	18.136	20,3
TOTAL GERAL	91.007	19.524	21,5	7.791.166	7.718.388	99,1	7.882.173	7.737.912	98,2

Fonte: BGU/97

Os principais empreendimentos da área de comunicações ocorridos no exercício são destacados a seguir:

a) Recuperação e ampliação do Sistema de Transporte - crédito alocado R$ 80.450 mil e executado R$ 73.846 mil (91,8%);

b) Recuperação, modernização e ampliação do atendimento à clientela - crédito alocado R$ 80.885 mil e executado R$ 70.256 mil (86,86%);

c) Modernização e ampliação da infra-estrutura operacional (parque industrial) - crédito alocado R$ 107.965 mil e executado R$ 104.571 mil (96,86%);

d) Informatização dos serviços postais - Correio Avançado - crédito alocado R$ 56.400 mil e executado R$ 35.902 mil (63,66%);

e) Expansão e modernização do Sistema Telefônico - recursos alocados R$ 6.420.731 mil e realizado R$ 6.506.554 mil (101,3%);

f) Expansão e modernização do Sistema de Telecomunicações de Textos e Dados - recursos alocados R$ 300.822 mil e realizado R$ 183.760 mil (61,1%);

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

g) Expansão e modernização dos sistemas básicos nacional e internacional - crédito alocado R$ 785.000 mil e realizado R$ 757.629 mil (96,5%).

Principais Metas Previstas na LDO para a Área de Comunicações

Para o setor de Serviços Postais Convencionais foram estipuladas como metas modernizar e ampliar o sistema de transporte postal - 4.494 veículos. Na realização, foi alcançado o quantitativo de 4.866 veículos, isto é, acima da meta 8,27%. Teve também como meta, nesse setor, implantar a automação de 250 agências, da qual realizou a automação de 169 agências (67,60%). Segundo informações do Ministério das Comunicações, a quantidade prevista incluía a execução da 2ª etapa, que foi totalmente cancelada, em função do adiamento das licitações.

Teve-se ainda como meta para o referido setor automatizar em 80% o processamento dos objetos postais até 1999. A previsão de 1997 era 2% e não foi executada em função de os contratos terem sido assinados no último bimestre do ano, faltando a aprovação de empréstimos para início das implantações. Interligar unidades à rede de teleinformática de longa distância - 300 unidades - também foi uma meta estipulada para o exercício. Essa última meta não foi realizada, não teve nenhuma execução, em função de atraso nas licitações, observando-se que a fase inicial da cabeação estruturada foi concluída em janeiro/98, apenas na Administração Central, em Brasília, faltando todas as Diretorias Regionais, Regiões Operacionais e principais Unidades Operacionais. Outra meta para o setor foi a de instalar estações de rede local e metropolitana do correio avançado - 1.000 unidades, das quais foram instaladas 4.003 unidades, ou seja, mais de 300% além da meta.

Para o setor de Telefonia teve-se como meta ampliar a rede de "trunking" - 20.000 acessos. Essa meta está a cargo de investimentos e operação das empresas privadas. Esse setor teve também como meta para o exercício ampliar a rede de comunicações de dados em 1.000.000 de usuários. Dessa meta atingiu-se somente 52.862 usuários (5,28%). A meta original para 96/99, de 5.000.000 de portas está superdimensionada em função da evolução da tecnologia, que passou a considerar o atendimento ao usuário através de redes com velocidades cada vez maiores, como a rede determinística dedicada, tipo E 1 a 2 MBPS e a rede comutada por pacote a 64 KBPS para usuário com pequeno volume de tráfego. As empresas do Sistema Telebrás tem envidado esforços no sentido do atendimento pleno às necessidades por serviços de comunicação de dados em todas as Unidades da Federação.

Esse setor teve também como metas ampliar a telefonia virtual e a de uso público em, respectivamente, 1.100.000 acessos e 100.000 acessos. Em 1997, o Sistema Telebrás operava 91.767 acessos telefônicos virtuais (caixas postais), distribuídos por algumas de suas operadoras, que não se enquadram porém na descrição de meta física do PPA (canais de voz). Os investimentos relativos a este serviço estão incluídos no subprojeto do PPA, expansão e modernização dos sistemas telefônicos (plataforma fixa); já no que se refere a telefonia de uso público foi atingido o número de 78.097 acessos (78,10%). Outra meta do setor de Telefonia foi a de incrementar a rede de radiochamada (paging) em 300.000 assinantes. Essa meta também está a cargo do setor privado.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Outras duas importantes metas estipuladas para o setor de Telefonia dizem respeito a ampliação da telefonia fixa e da telefonia móvel em, respectivamente, 2.200.000 acessos e 2.900.000 acessos. Essas duas metas atingiram 2.083.979 acessos (94,7%) e 1.583.357 acessos (54,6%), respectivamente.

Principais Metas Previstas da Área de Comunicações na Mensagem Presidencial

Para o setor de Telefonia estipulou-se como meta o ganho de terminais convencionais e celulares em 3.000.000, dos quais realizou-se 3.667.336 terminais, isto é, 22,2% a mais do previsto. Outra meta prevista na referida Mensagem para o setor foi a de instalar 23.200.000 terminais convencionais, dos quais foram instalados, conforme informações do Ministério, 16.335.336 terminais.

Foram também previstas como metas para o setor de Telefonia, além da instalação de 3 milhões de telefones celulares, a instalação de 505 mil telefones de uso público. Essas metas alcançaram, respectivamente, 4.336 mil celulares e 484 mil telefones públicos. Foram ainda previstas como metas para o setor investimentos no montante de R$ 7,9 bilhões e a instalação de 60 mil Km de redes de cabos óticos. Os investimentos atingiram R$ 7,5 bilhões e a instalação de redes de cabos óticos alcançaram 39,8 mil Km.

O Ministério das Comunicações informou ainda as seguintes realizações no exercício de 1997:

- aprovação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472) em julho de 1997;

- contratação da UIT para a realização de dois processos seletivos, sendo o primeiro a contratação dos serviços referentes à estruturação do órgão regulador das telecomunicações e o segundo visando ao detalhamento do módulo de reestruturação e privatização da TELEBRÁS;

- criação de uma comissão especial para acompanhar e supervisionar o processo de privatização;

- licitação e outorga de concessões do Serviço Móvel Celular "Banda B";

- licitação para concessão de 517 serviços de rádio e televisão;

- execução da fase licitatória para aquisição de componentes de software e hardware, visando a modernização da administração, coordenação, planejamento e controle de espectro radioelétrico;

- encaminhamento à Presidência da República de Anteprojeto de Lei dispondo sobre a Radiodifusão Comunitária;

- realização de 936 lacres/apreensões de estações clandestinas;

Secretária do Plenário

- alcance de 98% no grau de digitalização de longa distância dos troncos da Embratel;

- evolução da produtividade do Sistema TELEBRÁS com o aumento do número de terminais fixos por empregado que passou de 116 em 1994 para 183 em 1997;

- relativamente à TV a cabo, ao fim de 1997, das 197 áreas de prestação de serviços colocadas em licitação, já tinham sido recebidas 981 propostas para 170 áreas;

- contribuindo com o desenvolvimento da Internet no Brasil foi criado em março de 1997 um grupo de trabalho sobre infra-estrutura nacional de informação;

- como ação fiscalizadora dos serviços concedidos pelo Ministério das Comunicações, foram vistoriadas 15.729 estações representativas dos diversos serviços oferecidos ao público em geral resultando na lacração, com apreensão de equipamentos, de 2.311 estações; e

- quanto aos serviços privados de telecomunicações verificou-se um incremento de 43,6% no número de estações permissionárias.

Ações da Área de Comunicações contempladas no Programa Brasil em Ação

Dos empreendimentos desenvolvidos pelo Governo Federal na Área de Comunicações, 2 (dois) fazem parte do Programa Brasil em Ação. As execuções desse projetos são demonstradas a seguir:

PASTE - Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - valor global de investimento: R$ 32.200 milhões.

O objetivo desse programa é estabelecer as diretrizes, metas, programas e projetos para recuperação e ampliação dos serviços de telecomunicações no País; bem como implementar amplo programa de investimentos, para o período de 1996/1999, com enlace até 2003, com incentivo ao aporte de recursos privados; além de aumentar a oferta de serviços de telecomunicações à disposição da sociedade e modernizar o setor, recuperando, em curto prazo, o atraso tecnológico.

Situação do Programa:

Execução física acumulada das metas até 28/02/98:

- Telefonia Fixa: realizado 84,1% da meta de 22,7 milhões de terminais previstos até dez/98;

- Telefonia Móvel: realizado 55,7% da meta de 9,1 milhões de acessos previstos até dez/98;

- Telefonia de Uso Público: realizado 74,4% da meta de 710 mil telefones previstos até dez/98;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

SISTEMA POSTAL – Teleporto - valor global de investimento: R$ 887,8 milhões.

O objetivo desse programa é implantar um centro de telecomunicações de tecnologia avançada que dê suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro, da região centro sul do País e das suas relações com o Mercosul e com o resto do mundo, permitindo simultaneamente a recuperação urbanística da parte fundamental do centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Situação do Programa:

Concluída a primeira fase de implantação do Teleporto, com primeiro prédio inteligente em operação (75% de ocupação).

Na segunda fase, encontram-se em tramitação, na CVM, o projeto econômico-financeiro do Fundo de Investimento Imobiliário; o processo para registro de abertura de capital para a empresa ALTA S/A - América Latina Telecomunicações Avançadas - empresa constituída para operar as telecomunicações no Teleporto - e as negociações com investidores estrangeiros para a captação de recursos.

6.2.4- A Área de Transportes

Considerada área crítica pelo Governo devido a problemas acumulados do passado, foi contemplada com grandes investimentos públicos e privados, sendo que dos 42 projetos que compõem o Programa Brasil em Ação, 14 estão concentrados nessa área.

A função específica de Transporte recebeu dotações orçamentárias no valor de R$ 5.794 milhões, sendo R$ 5.154 milhões do orçamento fiscal e de seguridade social e R$ 640 milhões do orçamento de investimento das estatais. Dessa dotação foram executados 70,5%, que correspondem a R$ 4.085 milhões, sendo R$ 3.739 milhões do orçamento fiscal e de seguridade social e R$ 346 milhões do orçamento das estatais.

Como dado complementar, verificou-se que as despesas executadas nessa função correspondem a 0,95% do total das dotações realizadas do orçamento fiscal e de seguridade social e a apenas 2,3% do orçamento de investimento das Estatais. Os principais programas contemplados com recursos orçamentários nessa função: Transporte Rodoviário, Transporte Ferroviário e Transporte Hidroviário executaram despesas conforme se discrimina:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DE TRANSPORTES

R$ mil

PROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	DISPONIB. (a)	EXECUT. (b)	% (b/a)	DISPONIB. (c)	EXECUT. (d)	% (d/c)	DISPONIB. (e=a+c)	EXECUT. (f=b+d)	% (f/e)
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.309.980	1.527.180	66,1	- 0 -	- 0 -	-	2.309.980	1.527.180	66,1
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	432.068	404.235	93,6	224.286	71.794	32,0	656.354	476.029	72,5
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	933.431	600.989	64,4	539.820	281.774	52,2	1.473.251	882.763	59,9
TOTAL GERAL	3.675.479	2.532.404	68,9	764.106	353.568	46,3	4.439.585	2.885.972	65,0

Fonte: Balanço Geral da União – 1997

Desses programas relacionados, destacam-se os subprogramas: Controle e Segurança do Tráfego Rodoviário, Construção e Pavimentação de Rodovias, Conservação de Rodovias, Restauração de Rodovias, Ferrovias, Serviços de Transporte Ferroviário, Portos e Terminais Marítimos, Portos e Terminais Fluviais e Lacustres. Esses subprogramas receberam dotações orçamentárias e executaram despesas conforme se segue:

R$ mil

SUBPROGRAMAS	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			ORÇAMENTO DE INVEST. DAS ESTATAIS			TOTAL		
	DISPONIB. (a)	EXECUT. (b)	% (b/a)	DISPONIB. (c)	EXECUT. (d)	% (d/c)	DISPONIB. (c=a+c)	EXECUT. (f=b+d)	% (f?e)
CONT. E SEGUR. DO TRÁF. RODOVIÁRIO	197.377	151.287	76,6	0	0	-	197.377	151.287	76,6
CONST. E PAVIM. DE RODOVIAS	1.350.610	943.246	69,8	0	0	-	1.350.610	943.246	69,8
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	172.450	159.101	92,3	0	0	-	172.450	159.101	92,3
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	582.601	276.082	47,4	0	0	-	582.601	276.082	47,4
FERROVIAS	144.196	138.620	96,1	25.425	22.819	89,8	169.621	161.439	95,2
SERVIÇOS DE TRANSP. FERROV.	248.833	247.314	99,4	191.360	43.958	23,0	440.193	291.272	66,2
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	329.463	317.315	96,3	665.875	505.582	75,9	995.338	822.897	82,7
PORTOS E TERMINAIS FLUV. E LACUSTRES	2.266	1.366	60,3	48.020	4.905	10,2	50.286	6.271	12,5
TOTAL	3.027.796	2.234.331	73,8	930.680	577.264	62,0	3.958.476	2.811.595	71,0

Fonte: Balanço Geral da União - 1997

Os principais projetos incluídos nesses programas são discriminados a seguir:

a) Implantação e Pavimentação da Rodovia BR-174, nos estados de Roraima e do Amazonas.

Para esse projeto foram alocados créditos orçamentários no valor de R$ 32.498 mil, dos quais foram executados R$ 28.073 mil (86,4%). A execução física deu-se da seguinte forma: programado 289 km e executado 267 km (92,4%). A obra foi realizada por intermédio de convênio feito entre o DNER e os estados de Roraima e Amazonas, com parte dos recursos financiados pela Corporacion Andina de Fomento-CAF, no valor total de US$ 86 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

b) Adequação e Duplicação nas rodovias BR-101/376/SC, obra de duplicação do corredor MERCOSUL.

Para o mencionado projeto alocou-se créditos no montante de R$ 227.655 mil, dos quais foram realizados R$ 167.736 mil (73,7%). A execução física deu-se da seguinte forma: programado 224 km e executado 165 km (73,7%). O mencionado projeto obteve recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID para sua execução, no valor total de US$ 450 milhões.

c) Adequação/Duplicação na BR-381/MG (Fernão Dias) – 1ª Fase

Para o referido projeto foram alocados créditos orçamentários no montante de R$ 129.487 mil e executados R$ 90.702 mil (70%). A execução física realizou-se da seguinte forma: programado 188 km e executado 131 km (69,7%). O referido projeto, para sua execução, contou com recursos provenientes do BID, no valor total de US$ 542 milhões.

d) Adequação/Duplicação na BR-381/MG (Fernão Dias) – 2ª Fase

Para esse projeto foram destinados créditos orçamentários no valor de R$ 120.813 mil, dos quais foram realizados R$ 65.121 mil (53,9%). A execução física efetivou-se da seguinte forma: programado 175 km e executado 99 km (56,6%). Esse projeto também conta com recursos do BID, já computados no projeto constante da letra "c".

e) Adequação e Duplicação na BR-116/SP, obra de Duplicação do Corredor do MERCOSUL (São Paulo - Curitiba - Florianópolis)

Para esse projeto destinou-se créditos no montante de R$ 109.110 mil, dos quais foram realizados R$ 50.365 mil (46,2%). A execução física foi a seguinte: programado 77 km e executado 36 km (46,8%). Esse projeto também conta com recursos do BID, já computados no projeto constante da letra "b".

f) Conservação de Rodovias

Para esse projeto foram alocados créditos no valor de R$ 165.712 mil e realizados R$ 155.258 mil (93,7%). A execução física foi a seguinte: programado 42.274 km e executado 36.088 km (85,4%). Dos recursos executados, foram aplicados 46% em conservação preventiva, rotineira e emergencial e 54% no Programa de Valorização da Cidadania.

g) Restauração de Rodovias

Esse projeto teve créditos alocados no montante de R$ 421.749 mil, e sua realização atingiu o valor de R$ 215.980 mil (51,2%). A execução física deu-se da seguinte forma: foram programados restaurar 4.245 km, dos quais foram efetivamente restaurados apenas 2.105 km (49,6%).

h) Ampliação do Terminal de Contêineres da Margem Esquerda do Porto de Santos

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Para esse projeto foram alocados créditos orçamentários no montante de R$ 64.348 mil, totalmente aplicado (100%). Não foram disponibilizadas a meta e a execução física.

i) Conclusão da Eclusa de Jupiá no Tramo Sul da Hidrovia Tietê - Paraná

Para o projeto mencionado teve-se uma alocação de créditos no valor de R$ 34.540 mil, totalmente realizados (100%). Também não foram disponibilizadas a meta e a execução física do projeto.

Principais Metas Previstas para a Área de Transportes na LDO

Para o Programa Transporte Rodoviário, na Ação "Controle e Segurança do Tráfego Rodoviário", foi estipulada a meta de recuperar e implantar a sinalização vertical em 7.000 km, integralmente atingida.

Na ação referida teve-se também como meta desenvolver e divulgar 19 campanhas com o objetivo de educar e conscientizar os motoristas, usuários e pedestres sobre segurança de trânsito. Foram ministrados alguns cursos de direção defensiva para órgãos públicos. Outra meta estabelecida para essa ação foi eliminar 226 pontos críticos de tráfego rodoviário. Para o cumprimento dessa meta foram eliminados 169 pontos críticos.

Foram ainda estipuladas como metas para essa ação a instalação de 58 postos fixos de pesagem e a recuperação e implantação de sinalização horizontal em 15 mil Km. Para a primeira meta nada foi realizado, isto é, nenhum posto de pesagem foi instalado. Da segunda meta realizou-se somente a sinalização de 2.068 Km.

O Programa Transporte Rodoviário teve também várias metas estabelecidas para a ação "Construção e Pavimentação de Rodovias", dentre as quais adequar e/ou duplicar 532 Km de rodovias; implantar e pavimentar 365 Km de rodovias e construir e pavimentar 1.300 metros de pontes. Essas metas foram realizadas em 630 Km de rodovias adequadas e/ou duplicadas (118%), 1.146 Km de rodovias implantadas e pavimentadas (414%) e construídos e pavimentados 430 metros de pontes (33%).

Outra ação desenvolvida pelo Programa Transporte Rodoviário diz respeito a "Conservação de Rodovias", que teve como meta para a referida ação realizar a conservação rotineira e emergencial na malha rodoviária pertencente ao Plano Nacional de Viação de 40.552 km. Dessa meta foi realizada a conservação de 45.478 km, cabendo destacar que a implementação do Programa de Valorização da Cidadania - Recuperação Emergencial da Malha Rodoviária Federal (Tapa Buracos), contemplou trechos em todos os Estados, numa extensão de 25.811 km de rodovias federais, tendo sido executado 96% dos serviços.

O referido programa contemplou ainda como ação a "Restauração de Rodovias", que teve como meta restaurar 3 mil Km de rodovias. Dessa meta foi realizada a restauração de 2.101 km.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O Programa Transporte Ferroviário, que compõe a Área de Transportes, tem basicamente duas ações específicas: Ferrovias e Serviços de Transporte Ferroviário. A primeira ação teve como metas modernizar 100 Km de malhas de bitola larga; melhorar 1.000Km de trechos ferroviários; construir variantes, novas ligações ferroviárias e construir 150 Km de trecho ferroviário, além de adequar sistemas ferroviários (4 unidades). Dessa primeira ação foram realizadas a construção de 13,1 Km de ferrovias (Ferrovia Norte-Sul), construído 29% dos 3.770 metros da Ponte Rodoferroviária-Ferronorte e adequados 1.863 Km de ferrovias (incluída a utilização dos recursos do financiamento do Bird, dentro do projeto de Reestruturação da RFFSA, necessários aos ajustes da Malha Nordeste para a desestatização). As duas primeiras metas da primeira ação nada realizaram.

Para a segunda ação foi estipulada como meta melhorar 300 unidades de locomotivas e vagões, sendo que foram melhoradas 57 locomotivas (essas referem-se ao programa de recuperação emergencial integrante do Projeto de Restruturação e Privatização da RFFSA, que conta com apoio do financiamento do Bird, em vista dos ajustes necessários para a transferência da Malha do Nordeste).

A área de transportes contempla também o Programa Transporte Hidroviário, que engloba as seguintes ações: Portos e Terminais Marítimos e Hidrovias.

Para a primeira ação foram estipuladas como metas continuar a implantação, recuperar e/ou ampliar instalações portuárias (8 portos), concluir obras de infra-estrutura em 15 portos e efetuar dragagem em 4 obras. Dessas metas foram realizadas obras nos portos de Mucuripe e Pecém (CE); Rio de Janeiro - Cais do Caju e Sepetiba (RJ); Santos - Tecon II (SP); Suape e Recife (PE); Itaqui (MA); Salvador e Aratu (BA); Areia Branca e Natal (RN); Cabedelo (PB); Maceió (AL) e Vitória (ES). Das obras de infra-estrutura e de dragagem nada foi realizado.

Para a ação de Hidrovias foram estabelecidas como metas efetuar derrocamento, dragagem, sinalização e balizamento, bem como concluir estudos e projetos para a implantação. Dessas metas foram realizadas a quase totalidade das obras de sinalização e balizamento das Hidrovias do Rio Madeira, do São Francisco e do Araguaia/Tocantins. Estão em andamento os estudos para a implantação dessas hidrovias e foram concluídas as obras da Eclusa de Jupiá, acrescentando 700 km, de vias navegáveis ao Sistema Tietê/Paraná, que totalizará uma extensão de 2,4 mil km.

A área de transportes contempla ainda o Programa Transporte Urbano, que congrega a ação "Transporte Metropolitano", objetivando consolidar e transferir aos governos locais 4 sistemas: Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, e implantar, ampliar ou modernizar os sistemas de São Paulo e do Rio de Janeiro já transferidos aos respectivos Estados. Dessas metas foram concluídas e inauguradas, em Belo Horizonte, as estações de Cândido da Silveira e Minas Shoping e está em franca execução o trecho seguinte, até São Gabriel, que é fator relevante para a transferência do sistema para o Estado de Minas Gerais. Foi concretizado o acordo de empréstimo de US$ 268 milhões junto ao Eximbank do Japão para o financiamento da implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza e sua posterior estadualização em 1998.

Para as referidas metas deu-se início também às negociações do financiamento junto ao Banco Mundial para o sistema de Salvador. Foi concluído o trecho de 3,9 km de extensão,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

entre Sapucaia do Sul e Unisinos, em Porto Alegre. Para 1998, será executado o prolongamento da via em mais 2,45 km, até São Leopoldo, cujas obras encontram-se já em andamento. Em plena execução, os programas de descentralização de São Paulo e do Rio de Janeiro seguem com a modernização/recuperação de TUEs, recuperação da via permanente, reforma de locomotivas, remodelação dos sistemas de eletrificação, telecomunicação, sinalização e reforma de estações, entre outras atividades.

Principais Metas da Área de Transportes previstas na Mensagem Presidencial

1) Programa: Transporte Rodoviário

a) Ação: Construção e Pavimentação de Rodovias

Meta: Obras de duplicação das rodovias Fernão Dias (ligação São Paulo - Belo Horizonte) e Mercosul (ligação São Paulo - Curitiba - Florianópolis - Porto Alegre).

Realização: Em 1997, na Fernão Dias foram concluídas 96% das obras no trecho Belo Horizonte (Contagem) - Nepomuceno, em Minas Gerais, com extensão de 217 km, e 63% das obras no trecho São Paulo - Atibaia, em São Paulo, com extensão de 53,7 km; e na rodovia do Mercosul foram executados 18% da duplicação de pista simples, 18% da construção de pista dupla, 19% da restauração e 33% das pontes e viadutos.

Meta: Obra de pavimentação e execução de obras de arte especiais ao longo da BR-174, no trecho Manaus - Marco BV-8, fronteira com a Venezuela.

Realização: No Estado do Amazonas foi concluído todo o trecho num total de 255 km, com 17 pontes; e em Roraima foram pavimentados 615 km, de um total de 715 km e construídas 27 pontes, de um total de 56.

Meta: Construção da Ponte Internacional entre São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina), com 1.400 m, como alternativa do Corredor MERCOSUL.

Realização: Ponte inaugurada em dezembro/97.

b) Ação: Restauração de Rodovias

Meta: Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais.

Realização: Os recursos previstos no orçamento para este projeto não foram utilizados em decorrência dos atrasos na assinatura do contrato de empréstimo externo entre o DNER e os Bancos Bird/Bid, deixando de ser executados cerca de 2.000 km na restauração de rodovias.

Meta: Recuperação da BR 364/164 (corredor Nordeste) - 560 km

Realização: Foram executados 241 km nos estados de Rondônia e Mato Grosso

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

2) Programa: Transporte Ferroviário

a) Ação: Ferrovias

Meta: Expansão da rede ferroviária nacional - (iniciativa privada) - Ferroeste - ligação Guarapuava - Cascavel - Guaíra - Dourados = (248 km já executados - início 1997) Ferronorte - Santa Fé do Sul (SP), Aparecida do Taboado (MS), Alto Araguaia (MT) e Cuiabá (MT), incluída a Ponte Rodoferroviária sobre o rio Paraná, em Rubinéia (SP).

Realização: foram concluídos 68% de terraplenagem, 86% de pontes de concreto e 8,5% da superestrutura do trecho de 120 Km entre Imperatriz – Estreito da Ferrovia Norte – Sul. Destaca-se, ainda, a conclusão da ligação ferroviária entre Santa Fé do Sul e o km "0"da Ferronorte, com 16 km, incluindo a travessia do Rio Paraná, bem como 2,6 km do tabuleiro rodoviário sobre a ponte e o viaduto de acesso no lado de São Paulo, com 0,72 km.

Meta: Processo de privatização da Malha Nordeste - RFFSA a ser concluído em 1997, compreendendo 4.534 km de ferrovias.

Realização: Processo concluído em 18/07/97 com o leilão dos 4.534 km da Malha Nordeste.

3) Programa: Transporte Hidroviário

a) Ação: Portos e Terminais Marítimos

Meta: Investimentos da União em infra-estrutura nos portos de Santos, Sepetiba, Suape e Pecém (CE).

Realização: Em Santos (Tecon II) foi concluída toda a infra-estrutura do cais e executados 98% da superestrutura do cais e 55% do aterro do retroporto. Para Sepetiba os serviços realizados atingem a 87% da infra-estrutura, 46% da superestrutura, 43% do enrocamento, 91% da dragagem/aterro hidráulico, 73% das linhas férreas e 84% da dragagem do canal de acesso. Para Suape, 93% da dragagem externa, 61% da dragagem interna e 72% de derrocamento e remoção de arrecifes. Em Pecém já foram executados 300 m da ponte de acesso aos "piers", de um total de 2.160 m, e concluídas a pavimentação e as obras de arte nos 21 km da rodovia de acesso.

b) Ação: Hidrovias

Meta: Hidrovia do São Francisco, corredor Nordeste e Hidrovia do Tietê-Paraná, conclusão das obras da Eclusa de Jupiá, acrescentando 700 km de vias navegáveis.

Realização: as metas foram executadas conforme demonstrações das realizações previstas na LDO.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ações da Área de Transportes contempladas no Programa Brasil em Ação

O Governo Federal elegeu a área de transportes como uma das mais importantes para implementação de ações setoriais, visando desenvolver a infra-estrutura do País. Assim, dos 42 projetos do PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO, 14 pertencem a essa área. As execuções desses empreendimentos podem ser demonstradas sinteticamente da seguinte forma:

1. Pavimentação da BR-174

Valor global do investimento: R$ 168 milhões

Objetivo: Ligar o Brasil à Venezuela, por Manaus e Boa Vista, por meio de 624 km de estrada, abrindo uma saída do país para o Caribe, até 1998.

Realização: No Estado do Amazonas foi concluído todo o trecho num total de 255 km, com 17 pontes; e em Roraima foram pavimentados 615 km, de um total de 715 km e construídas 27 pontes, de um total de 56.

2. Recuperação da BR-364/163

Valor global do investimento: R$ 60,2 milhões

Objetivo: Restaurar 560 km do principal eixo rodoviário de escoamento de grãos do extremo oeste (AC, AM, RO, MT e MS), até 1998.

Realização: Concluídos 241 km nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

3. Recuperação e Descentralização de Rodovias

Valor global do investimento: R$ 720 milhões

Objetivo: Melhorar condições de segurança e diminuir custos de transporte em 13.000 km de rodovias, até 1999.

Realização: Até o final do exercício em análise não existiam obras em andamento. A complexidade institucional do processo e a própria necessidade de adequação administrativa, exigiu autorizações legislativas e extensas negociações junto aos Estados e as agências financiadoras do projeto, com um natural impacto sobre o cronograma de execução do mesmo. O contrato com o BIRD foi assinado em dezembro de 1997, e com o BID foi assinado em 15 de março de 1998.

4. Duplicação da Fernão Dias

Valor global do investimento: R$ 1.083,8 milhões

Objetivo: Completar duplicação (540 km de rodovia) até 1999, para melhorar condições de segurança e reduzir custos de transporte, assegurando expansão dos investimentos no eixo São Paulo - Belo Horizonte.

Realização: Executadas 96% das obras no trecho Belo Horizonte (Contagem) - Nepomuceno, em Minas Gerais, com extensão de 217 km, e 63% das obras no trecho São Paulo - Atibaia, em São Paulo, com extensão de 53,7 km.

5. Rodovia do Mercosul

Valor global do investimento: R$ 1.498 milhões

Objetivo: Melhorar condições de segurança e reduzir custos de transporte em toda a extensão do eixo São Paulo - Rio Grande do Sul (1.070 km de rodovia), até 1999, fortalecendo integração ao Mercosul.

Realização: Executados 18% da duplicação de pista simples, 18% da construção

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

de pista dupla, 19% da restauração e 33% das pontes e viadutos.

6. Porto de Suape

Valor global do investimento: R$ 172 milhões

Objetivo: Criar infra-estrutura para atração de investimentos privados, até 1999.

Realização: Dragagem externa - necessidades 4,1 milhões m^3 - executados: 3,8 milhões m^3, dragagem interna: necessidades - 10,5 milhões m^3, executados: 6,4 milhões m^3; abertura da entrada do Porto (derrocamento e remoção de arrecifes) - necessidades: 154.960 m^3 - executados: remoção de 111.078 m^3.

7. Porto do Pecém

Valor global do investimento: R$ 220 milhões

Objetivo: Criar infra-estrutura para atração de investimentos privados, até 1998.

Realização: Obras "of shore": Executados 300 m da ponte de acesso aos "piers", de um total de 2.160 m. Rodovia de acesso: Concluídas a pavimentação e as obras de arte nos 21 km da rodovia; em andamento a colocação de meios-fios, sinalização e fixação das dunas. Sistema Elétrico: em andamento os serviços de posteamento na rodovia de acesso e os procedimentos para a aquisição de subestações.

8. Modernização do Porto de Sepetiba

Valor global do investimento: R$ 351,4 milhões

Objetivo: Ampliar a capacidade operacional do porto para cargas em geral (dragagem de 22 km e construção de cais de uso múltiplo), no biênio 1997-1998.

Realização: 87% da infra-estrutura; 46% da superestrutura; 43% do enrocamento; 91% da dragagem/aterro hidráulico; 73% das linhas férreas e 84% da dragagem do canal de acesso.

9. Modernização do Porto de Santos (Terminal de Contêineres II)

Valor global do investimento: R$ 1.958 milhões

Objetivo: Aumentar a eficiência operacional do porto, de modo a reduzir custos de exportação, no biênio 1997-1998.

Realização: Concluída toda a infra-estrutura do cais e executados 98% da superestrutura do cais e 55% do aterro do retroporto.

10. Hidrovia do Rio Madeira

Valor global do investimento: R$ 24 milhões

Objetivo: Baratear o escoamento de grãos produzidos na região compreendida entre Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, assegurando condições de navegação por 1.056 km de rio, até 1999.

Realização: Concluídas as obras de sinalização e balizamento. Em elaboração o Plano de Controle Ambiental para as obras de derrocamento e dragagens.

11. Hidrovia do São Francisco

Valor global do investimento: R$ 11 milhões

Objetivo: Baratear o abastecimento de alimentos à Região Nordeste e reduzir os custos de transporte das culturas de exportação às margens do São Francisco, que terá 1.371 km em condições adequadas de navegação, até 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Realização: Concluídos os serviços de balizamento e sinalização. Em tramitação o processo de licenciamento ambiental para dragagens e derrocamentos.

12. Conclusão da Hidrovia do Tietê

Valor global do investimento: R$ 60 milhões

Objetivo: Concluir a eclusa de Jupiá, para assegurar plena navegação da hidrovia, até 1998.

Realização: Eclusa pronta para operação, faltando apenas obras que não comprometem seu funcionamento, tais como: acabamento de algumas obras civis, instalação de sistema de combate a incêndio e injeções de poliuretano em infiltrações. Em fase de projeto o controle de tráfego da interligação hidroviária e em preparação de edital para as licitações de obras de alargamento no vão livre e reforço de pilares nas pontes dos rios Tietê e São José dos Dourados.

13. Ponte Rodoferroviária - FERRONORTE

Valor global do investimento: R$ 1.325,7 milhões

Objetivo: Completar toda a intermodalidade, até 1998, para baratear o escoamento de grãos produzidos no MS, MT e GO para a Região Sudeste e seus portos.

Realização: Concluída a ligação ferroviária entre Santa Fé do Sul e o km "0"da Ferronorte, com 16 km, incluindo a travessia do Rio Paraná, bem como 2,6 km do tabuleiro rodoviário sobre a ponte e o viaduto de acesso no lado de São Paulo, com 0,72 km.

14. Hidrovia Tocantins - Araguaia

Valor global do investimento: R$ 222,4 milhões

Objetivo: Completar corredor intermodal, até 1999, visando a incrementar a produção de grãos no Centro-Oeste e no Maranhão.

Realização: Ferrovia Norte - Sul, trecho Imperatriz - Estreito: concluídos 68% de terraplanagem, 86% de pontes de concreto e 8,5% da superestrutura, Rodovia BR-153, trecho Marabá - São Geraldo: executados 44% de terraplanagem e 22% da base e em fase inicial a construção de 14 pontes de concreto e os serviços de revestimento com areia asfalto usinada a quente; Hidrovia: em elaboração o EIA/RIMA para as obras de dragagem e derrocamento.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.3 OS FINANCIAMENTOS EXTERNOS

6.3.1 Considerações Preliminares

O objetivo deste tópico do Relatório é fazer uma explanação dos projetos financiados com recursos externos contratados junto aos organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, cabendo destacar os fluxos financeiros dos projetos co-financiados por esses organismos, no intuito de tornar possível um melhor acompanhamento do desempenho dos executores, frente aos recursos disponibilizados.

Vale ressaltar que o relacionamento do Brasil com os organismos financeiros multilaterais e agências governamentais estrangeiras visa, principalmente, a captação de recursos para financiar projetos de desenvolvimento de infra-estrutura produtiva e social, programas federais, estaduais e municipais de apoio a ações voltadas para a modernização administrativa, fiscal e tributária, reformas setoriais mais abrangentes, e, adicionalmente, beneficiar-se da assistência técnica e do assessoramento setorial especializado oferecidos por essas entidades.

Conforme dados da Secretaria de Assuntos Internacionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento, em 31 de dezembro de 1997, encontravam-se em execução 86 projetos com financiamento de organismos multilaterais, com um custo total de US$ 23,9 bilhões, sendo US$ 12,9 bilhões de empréstimos e US$ 11 bilhões referentes à contrapartida exigida para o desembolso dos financiamentos.

No exercício de 1997, ingressaram no Brasil recursos da ordem de US$ 2.793 milhões, com as transferências atingindo o montante US$ 2.073 milhões, o que importa em um ingresso líquido de recursos do exterior de US$ 720 milhões, segundo dados do Banco Central concernentes a empréstimos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Visando uma melhor apresentação, no corpo deste tópico foram utilizados somente os números mais relevantes, sendo que, em alguns casos, empregou-se o detalhamento por setor. Nos anexos, no entanto, muitos desses números encontram-se discriminados por projeto.

6.3.2 A Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX

Com o objetivo de coordenar o processo de captação de recursos externos para o financiamento de projetos, frente à definição das prioridades nacionais e setoriais, à disponibilidade de recursos de contrapartida à capacidade de execução e endividamento dos mutuários desses recursos, foram criadas, em 1989, duas comissões com a atribuição de identificar projetos e programas a serem financiados, respectivamente, por agências governamentais estrangeiras e por organismos multilaterais de crédito.

Em decorrência da reforma administrativa ocorrida em 1990, essas comissões foram unidas, sendo criada a Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX, com o objetivo específico de tornar mais ágil, sistematizado, coordenado e transparente o processo de seleção de projetos candidatos a financiamento externo. Reorganizada conforme o disposto no Decreto nº 688, de 26

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

de novembro de 1992, a COFIEX tem como finalidade identificar projetos e programas passíveis de financiamento externo, quer seja por organismos internacionais multilaterais, quer seja por agências estrangeiras governamentais bilaterais.

A deliberação favorável da COFIEX significa a atribuição de prioridade pelo governo brasileiro a um projeto que poderá ter sua preparação iniciada com o apoio de um Agente Financiador Externo. Para o Agente Financiador, a recomendação da COFIEX autoriza o início do ciclo de preparação do projeto.

A SEAIN-Secretaria de Assuntos Internacionais, do MPO, coordena, em todas as suas fases, o processo de negociação para a contratação de financiamentos externos pelos órgãos ou entidades do setor público junto aos organismos multilaterais e às agências governamentais estrangeiras, relativos a programas e projetos de desenvolvimento, bem como acompanha a implementação dos projetos beneficiados. Todas as operações de crédito externas efetuadas junto a esses organismos são negociadas e contratadas a nível federal, independentemente da esfera de governo.

A COFIEX apreciou, de março de 1990 a dezembro de 1997, 462 projetos, correspondentes a um custo de US$ 93,4 bilhões, conforme pode ser visto no quadro abaixo. Desse total, 179 projetos estão em execução ou foram executados e perfazem US$ 34,3 bilhões, sendo proveniente de empréstimos US$ 19,4 bilhões (56,6%). Convém ainda destacar que, dos 153 projetos em execução, 49 eram vinculados a financiamentos do BIRD, 32 do BID e os 72 restantes aos demais organismos e agências governamentais estrangeiras.

Posição dos Projetos Apreciados pela COFIEX desde março/90

Posição em 31/12/97 — US$ milhões

SITUAÇÃO	Nº de Projetos	%	Custo Total	%	Emprés-Timo	%
APROVADOS	**391**	**84,63**	**74.474,51**	**79,74**	**42.637,67**	**82,03**
1 – Não há interesse da Agência ou do proponente	92	19,91	19.479,61	20,86	10.156,91	19,54
2 – Não há manifestação definitiva da Agência	28	6,06	929,78	1,00	616,57	1,19
3 – Em preparação	63	13,64	13.554,37	14,51	8.636,48	16,61
4 - A assinar	29	6,28	6.189,80	6,63	3.836,40	7,38
5 – Em execução	153	33,12	29.999,29	32,12	16.656,45	32,04
6 – Executados	26	5,63	4.321,66	4,63	2.734,86	5,26
NÃO APROVADOS	**71**	**15,37**	**18.917,25**	**20,26**	**9.342,47**	**17,97**
1 – Rejeitado	19	4,11	4.565,80	4,89	2.734,50	5,26
2 – Retirado de Pauta	51	11,04	14.351,45	15,37	6.563,97	12,63
3 – Cancelado	1	0,22	-	0,00	44,00	0,08
TOTAL	**462**	**100,00**	**93.391,76**	**100,00**	**51.980,14**	**100,00**

Fonte: SEAIN/MPO

Dos 462 projetos apreciados pela COFIEX, praticamente a metade (234) insere-se na área

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

social, com destaque para os setores de saneamento, educação e desenvolvimento urbano, responsáveis por US$ 26,9 bilhões, o que equivale a 28,8% do custo total. Na área de infra-estrutura, por sua vez, foram apreciados 125 projetos com o custo alcançando US$ 35,3 bilhões, o que corresponde a um custo médio, por projeto, de US$ 282 milhões. Esse custo médio elevado ocorre devido ao grande volume de recursos necessários para a implementação de projetos nessa área, notadamente nos setores de transporte e energia.

Resumo de Projetos apreciados pela COFIEX, por setor

Março/90 a 31/12/97 — US$ milhões

Setor	Número de Projetos	Custo Total (A)	Empréstimo (B)	% (B/A)
SOCIAL	**234**	**38.220,06**	**21.880,48**	**57,25**
Saneamento	66	14.755,72	8.764,67	59,40
Educação	28	6.678,20	3.492,40	52,30
Desenvolvimento Urbano	23	5.495,40	3.030,50	55,15
Meio Ambiente	53	3.640,31	2.165,76	59,49
Saúde	20	3.093,03	1.940,00	62,72
Ciência e Tecnologia	17	1.832,90	1.002,10	54,67
Irrigação	5	1.254,00	560,00	44,66
Recursos Hídricos	18	1.029,40	670,65	65,15
Habitação	3	341,10	204,40	59,92
Cultura	1	100,00	50,00	50,00
INFRA-ESTRUTURA	**125**	**35.309,39**	**19.222,40**	**54,44**
Transportes	74	19.069,45	10.563,38	55,39
Energia	39	13.627,00	7.264,40	53,31
Comunicação	12	2.612,94	1.394,62	53,37
PRODUTIVO	**23**	**5.747,10**	**2.451,10**	**42,65**
Agricultura	20	4.121,30	2.025,40	49,14
Indústria	3	1.625,80	425,70	26,18
OUTROS	**80**	**14.115,22**	**8.426,16**	**59,70**
Regional	31	5.866,40	3.107,80	52,98
Crédito	13	4.345,00	2.865,00	65,94
Reforma do Estado	14	2.490,90	1.607,60	64,54
Institucional	19	851,82	479,92	56,34
Segurança	3	561,10	365,84	65,20
TOTAL	**462**	**93.391,76**	**51.980,14**	**55,66**

Fonte: SEAIN/MPO

O Departamento da Dívida Pública-DEDIP e o Departamento de Capitais Estrangeiros-FIRCE, ambos do Banco Central, participam, em momentos diferentes, do processo de negociação para a contratação de financiamentos externos junto aos organismos multilaterais e às agências governamentais estrangeiras. Em se tratando de empréstimo a Estado, Município ou Distrito Federal, ou quando envolver a garantia destes para uma entidade de sua administração indireta, há necessidade de parecer técnico do DEDIP sobre a observância dos limites de endividamento determinados pelo Senado Federal. O BACEN manifesta-se sobre a inclusão da operação de crédito externo nos referidos limites, e utiliza-se também desses limites na etapa de exame da carta-consulta pela COFIEX.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.3.3 Os Projetos em Execução

Encontravam-se em execução, em 31 de dezembro de 1997, 86 projetos financiados com recursos de organismos multilaterais de crédito. Conforme pode ser observado no quadro que se segue, esses projetos totalizavam US$ 23,9 bilhões, sendo US$ 12,9 bilhões referentes aos empréstimos. Até aquela data haviam sido desembolsados US$ 5,8 bilhões (45% dos financiamentos), enquanto os encargos atingiam US$ 763 milhões, o que evidencia um fluxo positivo, relativo aos projetos em execução, no valor de US$ 5,0 bilhões.

Projetos em Execução por Setor
Posição em 31/12/97 — US$ 1.000

Setor	Nº de Proj.	Custo Total	Empréstimo				Contra-partida
			Total	Cancelado	Desembolsado	Saldo	
Transportes	21	6.873.400	3.218.600	54.000	1.247.355	1.917.246	3.654.800
Saneamento	16	5.686.783	3.272.950	13.000	1.815.695	1.444.255	2.413.833
Desenvolvim. Regional	13	2.006.100	1.256.700	-	429.411	827.289	749.400
Educação	5	1.847.000	909.600	-	624.572	285.028	937.400
Desenvolvimento Urbano	6	1.788.000	969.000	5.000	279.270	684.730	819.000
Ref. do Est. e Des. Instit.	6	1.266.000	722.000	-	86.767	635.233	538.000
Saúde	3	1.003.700	812.000	-	181.401	630.599	191.700
Agricultura	7	972.813	562.000	69.000	281.764	211.236	410.813
Energia	2	908.100	354.000	-	329.889	24.111	554.100
Crédito	1	600.000	300.000	-	297.000	3.000	300.000
Desenvolvimento Rural	1	353.300	175.000	-	-	175.000	178.300
Desenv. Cient. e Tecnol.	1	320.000	160.000	-	113.864	46.136	160.000
Preserv. Meio Ambiente	4	299.200	190.100	-	122.276	67.824	109.100
TOTAL	**86**	**23.924.396**	**12.901.951**	**141.000**	**5.809.264**	**6.951.687**	**11.022.445**

Setor	No. De Proj.	Fluxo Financeiro					
		Amortização	Juros	Outros	TOTAL	Desembolso	Fluxo
Transportes	21	5.760	90.289	17.943	113.992	1.247.355	1.133.363
Saneamento	16	20.154	143.767	33.725	197.646	1.815.695	1.618.049
Desenvolvim. Regional	13	7.615	41.902	8.999	58.516	429.411	370.895
Educação	5	35.363	39.753	6.503	81.619	624.572	542.953
Desenvolvimento Urbano	6	-	11.730	7.137	18.867	279.270	260.403
Ref. do Est. e Des. Instit.	6	-	932	1.587	2.519	86.767	84.248
Saúde	3	-	18.231	2.288	20.519	181.401	160.882
Agricultura	7	73.629	27.866	4.941	106.436	281.764	175.328
Energia	2	57.198	40.286	3.045	100.529	329.889	229.360
Crédito	1	-	12.173	313	12.486	297.000	284.514
Desenvolvimento Rural	1	-	-	-	-	-	-
Desenv. Cient. e Tecnol.	1	-	3.428	1.118	4.546	113.864	109.318
Preserv. Meio Ambiente	4	28.629	15.068	1.493	45.190	122.276	77.086
TOTAL	**86**	**228.348**	**445.425**	**89.092**	**762.865**	**5.809.264**	**5.046.399**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MPO).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Como se pode ver no quadro acima, os setores que têm mais projetos e os custos mais elevados são Transportes, Saneamento e Desenvolvimento Regional, com 21, 16 e 13 projetos, respectivamente, e um custo de US$ 14,6 bilhões, o que representa 60,9% do custo total de todos os projetos.

Ao fim de 1997, o BID mantinha 32 projetos em execução, a um custo total de US$ 12,9 bilhões, dos quais, US$ 6,7 bilhões são empréstimos do próprio organismo, US$ 300 milhões do BIRD (ambos são co-financiadores de um projeto no setor de saúde), US$ 236,7 milhões da OECF (co-financiamento em um projeto no setor de saneamento) e os restantes, US$ 5,6 bilhões, referem-se à contrapartida.

O BIRD, por sua vez, à mesma data, relacionava em sua carteira 49 projetos em execução no país, com um custo total de US$ 11,5 bilhões, dos quais, US$ 5,8 bilhões são financiamento próprio, US$ 350 milhões do BID (co-financiamento acima referido) e US$ 5,4 bilhões integram a contrapartida necessária à consecução dos projetos.

Há de se ressalvar que o projeto Reforsus – Reforma do Setor Saúde, cujo custo total alcança US$ 750 milhões, é co-financiado por ambos os organismos, e, em assim sendo, ele é duplamente contado em relação ao número de projetos em execução e ao custo total dos projetos financiados por cada banco. Os demais projetos em execução são financiados por outros organismos, e, como já mencionado no início do presente subtópico, esses números encontram-se detalhados nos anexos.

6.3.4 Projetos em Fase de Desembolso (1993-1997)

Os dados utilizados neste subtópico foram levantados junto ao Banco Central e referem-se aos desembolsos de financiamentos de todos os projetos com recursos dos organismos multilaterais dos quais o país é membro (BIRD, BID, FIDA, CAF e FONPLATA), no período de janeiro de 1993 a dezembro de 1997. Diferentemente do exposto no tópico *Projetos em Fase de Execução*, neste estão inclusos todos os projetos em que ocorreram desembolsos, no período compreendido entre 1993 e 1997, incluindo, portanto, projetos encerrados antes de 31/12/97. No que diz respeito às Agências Bilaterais, o BACEN não acompanha a execução financeira dos seus projetos, tendo em vista que compete à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento acompanhar a implementação dos projetos beneficiados com financiamentos dessas agências.

Ao longo de 1997, o BIRD contava com 66 empréstimos em fase de desembolso no Brasil, totalizando US$ 7,9 bilhões em valores contratados, tendo desembolsado US$ 1,4 bilhão no ano e US$ 5,1 bilhões até o fim do exercício, faltando desembolsar, portanto, US$ 2,3 bilhões, considerando que US$ 520 milhões foram cancelados. O BID, no mesmo período, mantinha 43 empréstimos ativos, no valor contratado de US$ 6,1 bilhões, com um desembolso total de US$ 1,4 bilhão no ano e faltando desembolsar US$ 3,5 bilhões.

No total, portanto, os dois bancos mantinham 109 empréstimos em fase de desembolso, sendo o BIRD financiador de 56,2% do total contratado. Do total desembolsado no ano, o BIRD é responsável por 50,5%, cabendo ao BID os 49,5% restantes. Esse último percentual mostra claramente o aumento dos investimentos do Banco Interamericano no país, levando-se em

Secretária do Plenário

consideração que historicamente o Banco Mundial sempre teve uma participação preponderante nos financiamentos de projetos brasileiros.

É oportuno destacar que o total de empréstimos por organismo não necessariamente refere-se a igual número de projetos financiados, tendo em vista que alguns contratos possuem financiamento por mais de uma fonte, contabilizando como operações distintas o mesmo projeto. No quadro que se segue, pode-se ver de forma condensada os desembolsos por mutuário ocorridos no período de 1993 a 1997 (vide nos anexos os valores anuais desse período).

Empréstimos do BIRD e BID para o Brasil

Valores desembolsados por mutuário no período 1993/1997 US$ 1.000

Mutuário	Nº. de Empr.	Valor Contratado	Valor Cancelado	Desemb. 1993-1997	Desemb. até 1997	Saldo a Desembolsar
União	174	17.026.620	1.625.841	3.667.501	11.644.497	3.798.146
Estatais	213	14.173.532	1.809.999	1.839.733	11.506.388	876.359
Governos Estaduais	98	7.946.550	264.804	2.440.897	3.965.686	3.800.217
Região Sudeste	28	2.983.300	121.737	886.659	1.452.357	1.432.728
Região Sul	29	2.299.050	26.816	676.905	1.206.772	1.094.450
Região Nordeste	30	2.064.000	55.082	680.455	916.785	1.123.780
Reg. Centro-Oeste	8	368.200	61.169	69.137	262.031	45.000
Região Norte	3	232.000	0	127.741	127.741	104.259
Prefeit. Municipais	8	882.450	0	283.028	360.365	531.953
Região Sudeste	6	759.300	0	220.040	294.227	474.856
Região Sul	2	123.150	0	62.989	66.139	57.096
Privado	9	52.275	5.700	14.000	28.575	18.000
TOTAL	**502**	**40.081.427**	**3.706.343**	**8.245.160**	**27.505.511**	**9.024.675**

Fonte: BACEN

Vale ressaltar que nos empréstimos efetuados sob a responsabilidade de órgãos integrantes da administração direta a União é a mutuária. No caso dos empréstimos concedidos a empresas estatais federais e aos governos estaduais e municipais, incluindo suas entidades vinculadas, a União atua como avalista. Nesse caso, os recursos da contrapartida são alocados pelo próprio mutuário, restringindo-se o aval aos compromissos externos (amortização, juros, comissões e outros encargos).

A União, como mutuária, é responsável por 174 empréstimos no valor contratado de um pouco mais de US$ 17 bilhões, sendo que US$ 11,6 bilhões foram desembolsados até o fim do exercício de 1997. Seguem-se, em valores contratados, as estatais (das diversas esferas) com US$ 14,2 bilhões, e os governos estaduais, com US$ 7,9 bilhões.

Os demais organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras têm financiamentos contratados no valor de US$ 481 milhões, de acordo com o que se depreende do quadro abaixo (nos anexos, estão discriminados os nomes dos projetos e os valores anuais compreendidos entre 1993-1997). Destaque-se os financiamentos da CAF, particularmente a construção do gasoduto Brasil-Bolívia no valor de US$ 215 milhões. Dos projetos em que já ocorreram desembolsos, sobressai o financiamento da CAF para a BR-174 – Corredor de Integração Brasil-Venezuela, com US$ 61 milhões liberados no exercício de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Empréstimos da CAF, do Fonplata e do FIDA para o Brasil

Valores desembolsados por empréstimo no período 1993/1997 US$ 1.000

Nº do Empr.	Fonte[1]	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	Desembolso 1993-1997	Desembolso até 1997	Saldo a Desembolsar
	CAF	União	86.000	0	61.300	61.300	24.700
	CAF	Petrobrás	215.000	0	0	0	215.000
	CAF	Eletrobrás/Gov. RR	86.000	0	0	0	86.000
Subtotal			**387.000**	**0**	**61.300**	**61.300**	**325.700**
BR-1/94	Fonplata	Governo MS	20.000	0	4.444	4.444	15.556
BR-2/95	Fonplata	Pref. Porto Alegre	1.143	0	0	0	1.143
BR-3/95	Fonplata	Pref. Porto Alegre	2.600	0	0	0	2.600
BR-4/97[2]	Fonplata	Governo MS	13.400	0	0	0	13.400
Subtotal			**37.143**	**0**	**4.444**	**4.444**	**32.699**
051-BR[3]	FIDA	Governo CE	20.969	4.249	16.721	16.721	0
344-BR[3]	FIDA	Governo SE	17.340	0	3.809	3.809	13.531
404-BR[3]	FIDA	Governo BA	18.146	0	2.013	2.013	16.133
Subtotal			**56.456**	**4.249**	**22.542**	**22.542**	**29.665**
TOTAL			**480.599**	**4.249**	**88.286**	**88.286**	**388.064**

Fonte: BACEN

Nota: (1) CAF-Corporação Andina de Fomento; FONPLATA-Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata; e FIDA-Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

(2) Projeto que, até dez/97, foi aprovado pelo Fonplata mas ainda não assinado

(3) Valores originais em DES; cotação em 23/01/98: 1 DES = US$ 1,34418

6.3.5 Os Encargos dos Empréstimos

Ao longo do lustro encerrado em 1997, o Brasil pagou ao BIRD e ao BID encargos de empréstimos no valor de US$ 10,1 bilhões, dos quais US$ 7,4 bilhões foram remetidos aos cofres do BIRD. O gráfico que se encontra neste subtópico mostra claramente que o pico das transferências ocorreu no ano de 1995, quando foram pagos US$ 2,1 bilhões (US$ 1,6 bilhão ao Banco Mundial).

No entanto, mesmo com o processo de consolidação do plano de estabilização, que facilita a previsibilidade e a capacidade de planejamento orçamentário e financeiro à gestão dos projetos, ainda se constata, com relativa freqüência, que os recursos exigidos em contrapartida não estão sendo alocados na quantia necessária para saldar os compromissos firmados, além do descumprimento do prazo em alguns repasses, o que acarreta um encarecimento dos empréstimos. Afora isso, verifica-se, também, que é comum a prorrogação dos prazos de vigência dos contratos de empréstimo e o cancelamento de parte dos valores financiados, objetivando alcançar pelo menos algumas das metas iniciais traçadas quando da proposta aos bancos. O que se tem verificado, na maioria dos contratos já encerrados ou em vias de encerramento, é apenas a efetivação parcial dos eventos programados.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BIRD e BID – Encargos de Empréstimos ao Brasil (1) US$ 1,00

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	1.159.200.880	1.337.696.079	1.417.929.052	1.392.728.903	1.360.152.475	6.667.707.390
Juros	716.032.221	702.242.067	713.388.091	579.916.016	618.311.718	3.329.890.114
Comissão	21.936.263	23.515.586	17.924.204	22.322.845	29.680.452	115.379.349
Juros de Mora	164.274	639.267	54.412	586.731	23.905	1.468.590
TOTAL	**1.897.333.639**	**2.064.092.998**	**2.149.295.759**	**1.995.554.495**	**2.008.168.551**	**10.114.445.443**

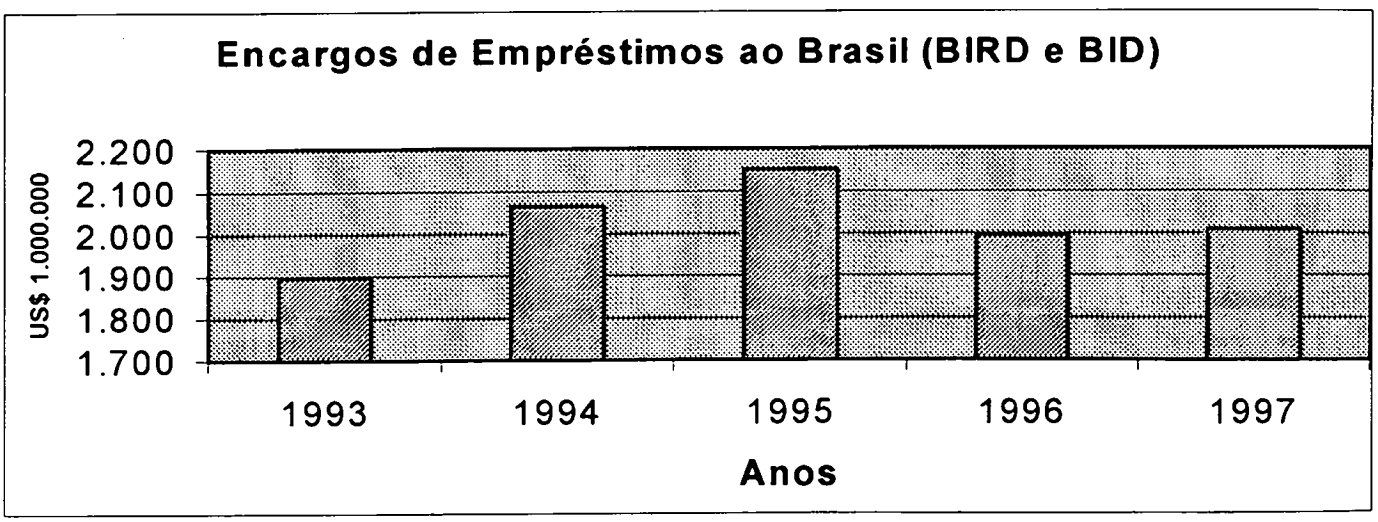
Fonte: BACEN
Nota: (1) Valores corrigidos pela taxa de câmbio.

Visando manter uma carteira de empréstimos que não tenha atrasos, ou que, quando os tiver, não sejam em níveis que comprometam suas operações futuras, é imprescindível uma política mais seletiva e eficaz na contratação de novos créditos junto às agências de financiamento. A par disso, deve-se cumprir o cronograma de desembolso acordado quando da aprovação do projeto, evitando-se que o atraso na liberação da contrapartida acarrete conseqüências danosas ao Erário. Vale lembrar que, nas negociações de futuros financiamentos, bons projetos podem ser prejudicados devido ao baixo desempenho dos projetos em carteira

6.3.5.1 As Comissões

Inclusas nas condições de financiamento, a comissão de compromisso (BIRD) e a comissão de crédito (BID) incidem sobre o valor da parcela não desembolsada e entram em vigência 60 dias após a data de assinatura do acordo de empréstimo. Contratualmente, ambas as taxas são de 0,75% a.a., mas desde 1989 o Banco Mundial vem cobrando 0,25% a.a. Como durante a fase de negociação é fixado o cronograma de desembolso, o mutuário tem pleno conhecimento da despesa prevista com comissão ao longo da fase de desembolso do projeto. Todavia, muitas vezes essas previsões não se confirmam, seja por atraso no desembolso da contrapartida, seja por desembolso a menor.

Os recursos despendidos com comissões, no exercício de 1997, atingiram US$ 29,7 milhões, o que corresponde a um crescimento de 65,6% relativamente aos US$ 17,9 milhões gastos em 1995, e de 33% quando confrontado com o ano de 1996, conforme exposto no quadro acima. Nota-se, ainda, que, no intervalo do último qüinqüênio, houve um crescimento de 17,3% do que foi gasto com amortização dos empréstimos, mesmo quando considerada a queda que ocorreu no período 1995-1997. As despesas com juros, por sua vez, caíram de US$ 716 milhões em 1993 para US$ 618,3 milhões, em 1997, uma redução, portanto, de 13,7%.



Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Há de se ressaltar que, nos últimos anos, vem ocorrendo um crescimento dos empréstimos voltados para o setor social em detrimento dos setores de infra-estrutura e produtivo. Tal crescimento denota com clareza a atual prioridade de investimento dos dois principais organismos multilaterais de investimento.

Por conseqüência, faz-se mister a implantação de mecanismos diferenciatórios na cobrança de suas comissões quando da aplicação de recursos naquele setor, considerando o fato de os projetos da área social terem uma vida mais longa que os das demais áreas. Ademais, devido às suas peculiaridades, são mais freqüentes as mudanças de ordem política e econômica que afetam a execução desses programas. Portanto, cabe aos projetos que têm um forte componente social um tratamento distinto, evitando-se assim uma punição indevida.

6.3.6 O Fluxo Financeiro

No decênio 1988/1997, ingressaram recursos no valor de US$ 13,7 bilhões e foram transferidos para o exterior US$ 23,3 bilhões, o que implica em uma transferência líquida de recursos da ordem de US$ 9,6 bilhões. Isso significa que, de cada US$ 1,00 investido pelo BIRD e pelo BID foram remetidos US$ 1,69 no mesmo período. As amortizações, com US$ 14,9 bilhões, e os juros e comissões, com US$ 8,4 bilhões, representam, respectivamente, 108,4% e 61,1% do total de recursos que ingressaram.

O BIRD investiu US$ 8,9 bilhões (64,6% do total dos dois bancos) na última década, respondendo o BID pelo investimento de US$ 4,8 bilhões. Isto é, para cada dólar investido no mesmo período o Banco Mundial teve um retorno de 1,99 dólar, enquanto o BID foi reembolsado em 1,15 dólar, conforme se depreende do quadro que se segue. Vale ressaltar que, após os déficits registrados desde 1988, apenas nos últimos dois anos o Brasil teve transferência líquida positiva - ingressos maiores que transferências para o exterior. Isso se deve a uma conjugação de dois fatores: de um lado, houve um incremento significativo no volume de recursos que ingressaram no país, provenientes daqueles dois organismos; de outro, ocorreu uma queda nas transferências de divisas, notadamente nos valores remetidos ao BIRD.

BIRD - Fluxos Financeiros com o Brasil - 1988 a 1997 [1] US$ milhões

Ano	Desembolso	Transferências				Aprovação	Contratação
		Amortização	Juros e Comissões	Total	Líquida		
1988	999	979	746	1.725	(726)	1.250	628
1989	818	880	605	1.485	(667)	1.050	933
1990	782	1.258	725	1.983	(1.201)	1.605	905
1991	840	1.246	669	1.915	(1.075)	505	1.348
1992	581	1.266	647	1.913	(1.332)	1.131	1.344
1993	471	1.279	579	1.858	(1.387)	1.002	636
1994	640	1.346	537	1.883	(1.243)	760	1.024
1995	837	1.376	491	1.867	(1.030)	462	404
1996	1.500	1.222	416	1.638	(138)	918	858
1997	1.416	1.048	380	1.428	(12)	1.881	1.094
1988-97	**8.884**	**11.900**	**5.795**	**17.695**	**(8.811)**	**10.564**	**9.174**

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BID - Fluxos Financeiros com o Brasil - 1988 a 1997 (1) US$ milhões

Ano	Desembolso	Transferências				Aprovação	Contratação
		Amortização	Juros e Comissões	Total	Líquida		
1988	343	252	191	443	(100)	0	261
1989	271	217	229	446	(175)	519	220
1990	244	284	240	524	(280)	385	145
1991	241	299	246	545	(304)	773	837
1992	328	307	247	554	(226)	941	1.117
1993	336	305	335	640	(304)	896	412
1994	399	344	263	607	(208)	1.132	897
1995	490	356	283	639	(149)	1.582	774
1996	830	299	245	544	286	1.686	1.573
1997	1.377	328	317	645	732	1.624	1.960
1988-97	**4.859**	**2.991**	**2.596**	**5.587**	**(728)**	**9.538**	**8.196**

BIRD E BID - Fluxos Financeiros com o Brasil - 1988 a 1997 (1) US$ milhões

Ano	Desembolso	Transferências				Aprovação	Contratação
		Amortização	Juros e Comissões	Total	Líquida		
1988	1.342	1.231	937	2.168	(826)	1.250	889
1989	1.089	1.097	834	1.931	(842)	1.569	1.153
1990	1.026	1.542	965	2.507	(1.481)	1.990	1.050
1991	1.081	1.545	915	2.460	(1.379)	1.278	2.185
1992	909	1.573	894	2.467	(1.558)	2.072	2.461
1993	807	1.584	914	2.498	(1.691)	1.898	1.048
1994	1.039	1.690	800	2.490	(1.451)	1.892	1.921
1995	1.327	1.732	774	2.506	(1.179)	2.044	1.178
1996	2.330	1.521	661	2.182	148	2.604	2.431
1997	2.793	1.376	697	2.073	720	3.505	3.054
1988-97	**13.743**	**14.891**	**8.391**	**23.282**	**(9.539)**	**20.102**	**17.370**

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento. Nota: (1) Valores históricos.

Em relação à aprovação e contratação de novos créditos junto àquelas agências de financiamento, cabe constatar o fato de o BIRD ter aprovado e contratado mais que o Banco Interamericano, nos últimos dez anos. No entanto, quando se restringe o período observado aos quatro anos mais recentes, verifica-se que o BID aprovou créditos da ordem de US$ 6,0 bilhões, contra US$ 4,0 bilhões do BIRD; e, no mesmo período, foram contratados junto ao BID US$ 5,2 bilhões, o que significa 54% a mais do que os US$ 3,4 bilhões acordados com o Banco Mundial.

6.3.7 Acompanhamento e Avaliação

Os projetos financiados com recursos públicos surgem como resultado de um programa de desenvolvimento nacional, regional ou setorizado, cujo interesse, por vezes, é mais social e estratégico do que financeiro. Portanto, é necessário detectar e avaliar os impactos diretos e indiretos de um projeto sobre o conjunto da economia, verificando o seu enquadramento nas linhas e diretrizes

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

sociais e econômicas delineadas pelos organismos de planejamento e desenvolvimento governamentais.

Sob essa ótica, a avaliação *a priori* dos projetos, utilizada principalmente para defender e justificar os investimentos necessários, reveste-se de capital importância. No entanto, não menos importante é a avaliação *a posteriori* (realizada após o projeto ter sido implementado). Sua função é medir o impacto do projeto sobre o crescimento e a sua eqüidade, bem como avaliar os custos e benefícios obtidos em um determinado período de tempo após a conclusão do projeto. Este tipo de avaliação deve incluir custos e benefícios sócio-econômicos, diretos e indiretos, e, quando bem realizada, pode contribuir substancialmente para o êxito de futuros projetos.

Nesse sentido, a introdução de uma análise que agregue a relação custo/benefício social reveste-se de uma importância crucial não só para estimar o efeito potencial dos projetos que visem o crescimento ou a distribuição da renda (mitigação da pobreza), mas também para evitar que sejam tomadas decisões equivocadas. Ressalte-se, no entanto, que as tentativas sistemáticas de avaliação objetiva dos projetos nem sempre evitarão maus investimentos, mas, se forem consideradas no processo de alocação de recursos, certamente fornecerão alguma proteção contra eventuais prejuízos.

Para que haja um melhor controle e acompanhamento das ações desenvolvidas com a utilização de financiamentos externos, é preciso também uma melhor coordenação entre os órgãos e entidades públicos envolvidos (Secretaria de Assuntos Internacionais-MPO, Secretaria do Tesouro Nacional , Banco Central do Brasil e Secretaria Federal de Controle), que, presentemente, tratam os dados relativos aos empréstimos em questão de formas diferentes e, conseqüentemente obtêm informações não uniformes, dificultando uma melhor análise.

BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
12-CD	14.226	-	1.671	-	15.897	14.378	809	791	-	15.977	28.604	809	2.462	-	31.875
14-CD	250.616	24.960	4.160	-	279.736	386.888	16.917	2.819	-	406.624	637.504	41.877	6.979	-	686.360
20-CD	128.895	33.967	5.661	-	168.523	128.895	30.005	5.001	-	163.901	257.789	63.972	10.662	-	332.424
2-UK	131.520	9.027	1.505	-	142.052	131.346	5.054	842	-	137.242	262.866	14.081	2.347	-	279.294
5-IC	8.976.027	885.594	-	-	9.861.621	4.475.594	192.451	-	-	4.668.045	13.451.621	1.078.045	-	-	14.529.666
6-IC	2.446.946	342.572	-	-	2.789.518	2.446.968	146.818	-	-	2.593.786	4.893.914	489.390	-	-	5.383.304
12-IC	1.472.198	311.792	8.914	-	1.792.904	736.099	88.332	-	-	824.431	2.208.297	400.124	8.914	-	2.617.334
25-IC	6.352.230	1.143.287	-	-	7.495.518	17.321.707	635.161	-	-	17.956.868	23.673.937	1.778.448	-	-	25.452.385
29-IC	4.906.791	472.950	-	565.849	5.945.590	4.906.791	656.115	-	4.879	5.567.786	9.813.583	1.129.065	-	570.728	11.513.376
41-IC	3.195.342	898.605	-	-	4.093.947	3.194.636	658.892	-	-	3.853.527	6.389.978	1.557.497	-	-	7.947.475
52-IC	5.281.546	1.564.648	-	-	6.846.194	5.281.507	1.147.407	-	-	6.428.914	10.563.052	2.712.055	-	-	13.275.107
56-IC	7.501.539	2.806.231	-	-	10.307.770	7.501.986	2.221.724	-	-	9.723.711	15.003.525	5.027.955	-	-	20.031.480
60-IC	819.891	187.861	-	-	1.007.752	819.891	118.229	-	-	938.120	1.639.782	306.090	-	-	1.945.871
61-IC	1.793.273	1.442.464	-	-	3.235.736	896.636	665.547	-	-	1.562.183	2.689.909	2.108.011	-	-	4.797.920
66-IC	846.394	750.447	-	-	1.596.840	846.276	680.634	-	-	1.526.910	1.692.670	1.431.081	-	-	3.123.750
69-IC	3.996.561	3.399.947	-	-	7.396.507	3.996.561	3.049.659	-	-	7.046.220	7.993.121	6.449.606	-	-	14.442.727
71-IC	9.861.782	6.132.461	-	-	15.994.244	6.685.695	2.343.025	-	-	9.028.720	16.547.477	8.475.486	-	-	25.022.964
73-IC	3.221.389	136.523	-	-	3.357.912	-	-	-	-	-	3.221.389	136.523	-	-	3.357.912
82-IC	5.756.876	3.592.408	-	-	9.349.284	5.755.234	3.060.233	-	-	8.815.467	11.512.110	6.652.641	-	-	18.164.751
91-IC	3.958.592	2.288.561	-	-	6.247.153	1.979.296	1.006.458	-	-	2.985.754	5.937.888	3.295.019	-	-	9.232.907
103-IC	1.978.308	1.434.383	-	-	3.412.691	2.305.473	1.385.568	-	-	3.691.041	4.283.782	2.819.951	-	-	7.103.733
107-IC	458.617	349.733	-	-	808.349	511.139	327.980	-	-	839.119	969.756	677.712	-	-	1.647.468
111-IC	5.824.773	4.432.856	-	-	10.257.629	6.053.152	3.922.753	-	-	9.975.905	11.877.925	8.355.609	-	-	20.233.534
116-IC	10.359.288	2.536.760	-	-	12.896.048	11.518.940	1.479.380	-	-	12.998.320	21.878.228	4.016.140	-	-	25.894.368
127-IC	9.080.551	2.328.945	-	-	11.409.496	4.255.413	873.588	-	-	5.129.002	13.335.964	3.202.533	-	-	16.538.497
136-IC	15.698.805	5.035.447	-	-	20.734.252	18.372.441	3.807.544	-	-	22.179.985	34.071.245	8.842.991	-	-	42.914.237
137-IC	7.357.159	5.589.204	-	-	12.946.363	7.940.531	5.116.579	-	-	13.057.110	15.297.690	10.705.783	-	-	26.003.473
139-IC	3.440.030	2.456.506	-	-	5.896.536	3.752.617	2.298.760	-	-	6.051.377	7.192.647	4.755.266	-	-	11.947.913
150-IC	4.016.103	3.043.375	3.914	-	7.063.392	4.542.145	3.024.130	-	-	7.566.275	8.558.248	6.067.505	3.914	-	14.629.667
157-IC	2.332.406	1.994.271	-	-	4.326.677	2.591.168	1.956.732	-	-	4.547.899	4.923.574	3.951.003	-	-	8.874.576
176-IC	3.758.022	2.891.617	-	-	6.649.638	3.993.750	2.771.013	-	-	6.764.763	7.751.771	5.662.630	-	-	13.414.401
194-IC	3.412.447	2.799.718	-	-	6.212.165	3.712.022	2.755.607	-	-	6.467.628	7.124.469	5.555.325	-	-	12.679.793
204-IC	2.344.798	2.083.836	-	-	4.428.634	2.444.619	1.756.219	-	-	4.200.838	4.789.418	3.840.055	-	-	8.629.472
229-IC	10.760.963	10.377.840	-	-	21.138.803	12.599.207	9.984.217	-	-	22.583.425	23.360.170	20.362.058	-	-	43.722.228
233-IC	5.738.429	4.850.903	-	-	10.589.331	2.898.663	2.294.442	-	-	5.193.104	8.637.091	7.145.344	-	-	15.782.436
236-IC	7.423.689	6.574.873	-	-	13.998.562	8.068.373	6.115.104	-	-	14.183.477	15.492.062	12.689.976	-	-	28.182.038
289-OC	2	8.341	-	-	8.343	-	-	-	-	-	2	8.341	-	-	8.343
300-OC	2.253.559	90.145	-	-	2.343.704	-	-	-	-	-	2.253.559	90.145	-	-	2.343.704
305-OC	797.433	653.895	-	-	1.451.327	398.716	303.024	-	-	701.741	1.196.149	956.919	-	-	2.153.068
318-OC	2.283.080	245.437	-	-	2.528.518	1.141.540	49.086	-	-	1.190.627	3.424.621	294.523	-	-	3.719.144
327-OC	3.031.351	325.870	-	-	3.357.221	1.515.675	65.178	-	-	1.580.853	4.547.026	391.048	-	-	4.938.074
335-OC	1.394.064	195.169	-	-	1.589.234	1.394.064	83.468	-	-	1.477.532	2.788.129	278.637	-	-	3.066.766
337-OC	2.680.805	344.354	-	-	3.025.159	2.459.446	147.519	-	-	2.606.965	5.140.251	491.873	-	-	5.632.124

Eleonora C. G. Santos
Secretária do Planalto

BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
350-OC	3.519.160	996.995	-	-	4.516.154	3.519.160	728.197	-	-	4.247.356	7.038.319	1.725.192	-	-	8.763.511
362-OC	3.893.656	1.311.930	-	-	5.205.587	3.893.656	1.000.113	-	-	4.893.769	7.787.313	2.312.043	-	-	10.099.356
370-OC	1.984.981	627.254	-	-	2.612.235	3.969.962	1.019.288	-	-	4.989.250	5.954.943	1.646.542	-	-	7.601.485
380-OC	3.287.594	1.288.326	-	-	4.575.920	3.287.593	1.016.891	-	-	4.304.484	6.575.187	2.305.217	-	-	8.880.404
398-OC	2.482.173	1.204.106	-	-	3.686.279	2.482.748	974.855	-	-	3.457.603	4.964.921	2.178.961	-	-	7.143.882
402-OC	1.050.406	558.952	-	-	1.609.358	1.050.686	461.535	-	-	1.512.221	2.101.092	1.020.487	-	-	3.121.579
406-OC	4.145.447	1.775.888	-	-	5.921.335	3.278.787	1.304.243	-	-	4.583.030	7.424.234	3.080.131	-	-	10.504.364
427-OC	789.050	187.188	-	-	976.238	877.504	113.873	-	-	991.378	1.666.554	301.061	-	-	1.967.615
435-OC	1.090.035	685.318	-	-	1.775.353	950.894	522.568	-	-	1.473.462	2.040.929	1.207.886	-	-	3.248.815
457-OC	1.800.000	1.072.279	-	-	2.872.279	1.747.361	-	-	-	1.747.361	3.547.361	1.072.279	-	-	4.619.639
462-OC	4.201.183	4.109.134	-	-	8.310.317	4.479.928	767.262	-	-	5.247.190	8.681.111	4.876.396	-	-	13.557.507
486-OC	8.952.449	-	-	-	8.952.449	7.810.131	3.877.532	-	-	11.687.663	16.762.579	3.877.532	-	-	20.640.111
500-OC	10.679.102	4.033.727	-	3.797	14.716.626	5.757.907	1.748.582	-	-	7.506.488	16.437.009	5.782.309	-	3.797	22.223.115
503-OC	1.854.346	-	-	-	1.854.346	1.800.204	-	-	-	1.800.204	3.654.550	-	-	-	3.654.550
507-OC	8.145.681	6.788.478	-	-	14.934.159	8.882.513	6.267.986	-	-	15.150.499	17.028.194	13.056.463	-	-	30.084.658
526-OC	-	3.417.525	125.663	-	3.543.188	-	4.854.582	142.602	-	4.997.184	-	8.272.107	268.265	-	8.540.373
532-OC	3.274.847	4.653.433	-	-	7.928.280	3.295.569	4.091.143	-	-	7.386.712	6.570.416	8.744.576	-	-	15.314.993
536-OC	2.033.447	1.629.118	-	-	3.662.565	1.905.618	1.557.691	-	-	3.463.309	3.939.064	3.186.809	-	-	7.125.874
541-OC	4.811.449	2.717.797	-	-	7.529.246	10.019.762	4.957.178	-	-	14.976.941	14.831.211	7.674.975	-	-	22.506.187
570-OC	5.167.262	5.397.474	-	-	10.564.736	5.910.953	5.496.830	-	-	11.407.783	11.078.215	10.894.304	-	-	21.972.519
573-OC	-	2.863.416	35.823	-	2.899.239	-	3.554.629	30.221	-	3.584.850	-	6.418.044	66.044	-	6.484.088
587-OC	2.139.354	5.458.889	349	-	7.598.592	4.480.863	4.360.847	-	-	8.841.710	6.620.217	9.819.736	349	-	16.440.302
593-OC	-	1.028.287	8.256	-	1.036.543	8.796.938	8.214.272	368	-	17.011.578	8.796.938	9.242.559	8.624	-	18.048.121
602-OC	7.752.137	20.044.260	21.625	-	27.818.023	16.333.096	14.990.405	-	-	31.323.501	24.085.234	35.034.665	21.625	-	59.141.524
620-OC	5.057.516	5.652.002	-	-	10.709.518	5.621.847	5.539.622	-	-	11.161.469	10.679.363	11.191.624	-	-	21.870.987
622-OC	-	11.996.086	514.375	-	12.510.461	-	17.679.869	37.191	-	17.717.059	-	29.675.954	551.566	-	30.227.520
641-OC	-	1.746.119	99.182	-	1.845.302	-	1.398.511	39.281	-	1.437.792	-	3.144.630	138.464	-	3.283.094
642-OC	-	3.557.321	54.753	-	3.612.073	-	2.428.011	37.547	-	2.465.558	-	5.985.332	92.300	-	6.077.632
649-OC	-	1.075.351	292.938	-	1.368.289	-	1.310.724	707.557	-	2.018.281	-	2.386.074	1.000.496	-	3.386.570
663-OC	121.221	134.385	-	-	255.606	112.406	108.571	-	-	220.977	233.627	242.956	-	-	476.583
671-OC	-	1.455.055	268.132	-	1.723.187	-	2.800.613	163.268	-	2.963.880	-	4.255.667	431.400	-	4.687.067
695-OC	-	5.101.631	440.671	-	5.542.303	-	7.475.642	286.684	-	7.762.326	-	12.577.274	727.355	-	13.304.628
713-OC	-	7.592.204	1.500.109	-	9.092.313	-	17.647.759	397.840	-	18.045.599	-	25.239.963	1.897.949	-	27.137.912
719-OC	-	2.322.570	281.790	-	2.604.360	-	3.330.878	352.488	-	3.683.366	-	5.653.448	634.279	-	6.287.726
722-OC	-	2.740.894	298.895	-	3.039.789	-	3.973.674	153.591	-	4.127.265	-	6.714.568	452.486	-	7.167.054
767-OC	-	1.494.265	1.061.316	-	2.555.581	-	9.246.884	878.663	-	10.125.547	-	10.741.149	1.939.978	-	12.681.128
772-OC	-	3.813.549	280.663	-	4.094.212	-	2.518.738	265.559	-	2.784.297	-	6.332.287	546.222	-	6.878.509
776-OC	-	415.663	332.062	-	747.725	-	656.521	392.492	-	1.049.014	-	1.072.184	724.554	-	1.796.739
782-OC	-	1.789.700	1.041.371	-	2.831.071	1.726.447	3.489.962	812.062	-	6.028.471	1.726.447	5.279.662	1.853.433	-	8.859.542
814-OC	26.384	-	-	-	26.384	80.319	-	-	-	80.319	106.703	-	-	-	106.703
841-OC	-	1.256.639	2.225.596	-	3.482.235	-	4.722.325	1.890.066	-	6.612.392	-	5.978.965	4.115.662	-	10.094.627
844-OC	-	-	-	-	-	-	-	1.061.507	-	1.061.507	-	-	1.061.507	-	1.061.507
849-OC	-	1.911.024	649.185	-	2.560.209	-	3.790.336	1.561.873	-	5.352.209	-	5.701.360	2.211.058	-	7.912.418

Edemir C. Santos
Chefe
Secretaria do Planalto

BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
858-OC	-	-	144.606	-	144.606	42.394	133.303	194.241	-	369.937	42.394	133.303	338.847	-	514.543
873-OC	-	464.630	496.606	-	961.236	-	3.621.482	463.313	-	4.084.795	-	4.086.112	959.920	-	5.046.031
878-OC	-	-	537.842	-	537.842	178	1.114.635	1.771.510	-	2.886.322	178	1.114.635	2.309.351	-	3.424.164
880-OC	-	-	323.497	-	323.497	1.298.279	-	456.984	-	1.755.263	1.298.279	-	780.481	-	2.078.760
898-OC	-	-	949.180	-	949.180	-	1.758.199	1.335.154	-	3.093.352	-	1.758.199	2.284.334	-	4.042.533
904-OC	-	-	1.134.221	-	1.134.221	-	4.024.543	2.909.838	-	6.934.381	-	4.024.543	4.044.059	-	8.068.602
907-OC	-	-	-	-	-	-	12.173.224	938.373	-	13.111.597	-	12.173.224	938.373	-	13.111.597
916-OC	-	562.656	5.562	-	568.219	-	2.084.595	12.250	-	2.096.845	-	2.647.251	17.812	-	2.665.063
917-OC	-	-	632.705	-	632.705	2.037.786	1.943.608	778.322	-	4.759.715	2.037.786	1.943.608	1.411.027	-	5.392.420
951-OC	-	-	-	-	-	-	-	942.230	-	942.230	-	-	942.230	-	942.230
955-OC	-	-	-	-	-	-	107.014	-	-	107.014	-	107.014	-	-	107.014
980-OC	-	-	-	-	-	-	-	1.273.973	-	1.273.973	-	-	1.273.973	-	1.273.973
104-SF	768.514	-	1.061	-	769.575	-	-	-	-	-	768.514	-	1.061	-	769.575
236-SF	1.335.843	-	15.274	-	1.351.116	652.175	-	7.536	-	659.711	1.988.018	-	22.810	-	2.010.828
296-SF	1.422.266	-	24.609	-	1.446.875	1.361.328	28.125	19.922	-	1.409.375	2.783.594	28.125	44.531	-	2.856.250
379-SF	876.675	27.120	-	-	903.796	721.236	10.431	-	-	731.667	1.597.911	37.551	-	-	1.635.463
438-SF	1.244.933	8.961	-	-	1.253.895	-	-	-	-	-	1.244.933	8.961	-	-	1.253.895
459-SF	1.609.152	-	-	-	1.609.152	1.572.180	-	-	-	1.572.180	3.181.332	-	-	-	3.181.332
484-SF	1.870.233	-	-	-	1.870.233	1.822.985	-	-	-	1.822.985	3.693.219	-	-	-	3.693.219
498-SF	1.091.870	-	-	-	1.091.870	1.067.850	-	-	-	1.067.850	2.159.720	-	-	-	2.159.720
511-SF	1.315.625	-	-	-	1.315.625	1.277.920	-	-	-	1.277.920	2.593.545	-	-	-	2.593.545
522-SF	2.491.302	-	-	-	2.491.302	2.421.191	-	-	-	2.421.191	4.912.493	-	-	-	4.912.493
576-SF	1.160.815	-	-	-	1.160.815	1.132.832	-	-	-	1.132.832	2.293.647	-	-	-	2.293.647
601-SF	1.030.784	-	-	-	1.030.784	1.003.029	-	-	-	1.003.029	2.033.813	-	-	-	2.033.813
614-SF	2.177.241	-	-	-	2.177.241	2.119.310	-	-	-	2.119.310	4.296.552	-	-	-	4.296.552
620-SF	482.312	-	-	-	482.312	471.117	-	-	-	471.117	953.429	-	-	-	953.429
624-SF	1.253.065	-	-	-	1.253.065	1.219.891	-	-	-	1.219.891	2.472.955	-	-	-	2.472.955
637-SF	812.488	-	-	-	812.488	794.057	-	-	-	794.057	1.606.545	-	-	-	1.606.545
640-SF	2.058.020	-	-	-	2.058.020	2.010.093	-	-	-	2.010.093	4.068.113	-	-	-	4.068.113
645-SF	1.159.925	-	-	-	1.159.925	1.127.438	-	-	-	1.127.438	2.287.363	-	-	-	2.287.363
658-SF	921.917	-	-	-	921.917	898.917	-	-	-	898.917	1.820.833	-	-	-	1.820.833
674-SF	1.500.419	-	-	-	1.500.419	1.465.969	-	-	-	1.465.969	2.966.387	-	-	-	2.966.387
684-SF	220.869	-	-	-	220.869	434.632	-	-	-	434.632	655.501	-	-	-	655.501
696-SF	3.559.803	-	-	-	3.559.803	3.472.568	-	-	-	3.472.568	7.032.372	-	-	-	7.032.372
698-SF	1.265.900	-	-	-	1.265.900	1.238.054	-	-	-	1.238.054	2.503.954	-	-	-	2.503.954
715-SF	383.862	-	-	-	383.862	374.394	-	-	-	374.394	758.256	-	-	-	758.256
740-SF	3.535.000	-	-	-	3.535.000	3.450.310	-	-	-	3.450.310	6.985.310	-	-	-	6.985.310
742-SF	1.716.129	-	-	-	1.716.129	1.663.770	-	-	-	1.663.770	3.379.899	-	-	-	3.379.899
760-SF	1.824.345	-	-	-	1.824.345	1.785.954	-	-	-	1.785.954	3.610.299	-	-	-	3.610.299
770-SF	1.587.265	-	-	-	1.587.265	1.549.705	-	-	-	1.549.705	3.136.970	-	-	-	3.136.970
785-SF	2.083.904	-	-	-	2.083.904	2.039.256	-	-	-	2.039.256	4.123.160	-	-	-	4.123.160
789-SF	1.414.286	-	-	-	1.414.286	1.380.000	-	-	-	1.380.000	2.794.286	-	-	-	2.794.286
810-SF	1.383.835	-	-	-	1.383.835	1.349.949	-	-	-	1.349.949	2.733.784	-	-	-	2.733.784

Secretaria do Planejamento

BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
814-SF	423.986	-	-	-	423.986	490.352	-	-	-	490.352	914.338	-	-	-	914.338
825-SF	2.531.871	-	-	-	2.531.871	2.473.294	-	-	-	2.473.294	5.005.165	-	-	-	5.005.165
833-SF	1.533.408	-	-	-	1.533.408	1.882.131	-	-	-	1.882.131	3.415.539	-	-	-	3.415.539
856-SF	1.307.841	-	-	-	1.307.841	3.442.961	-	-	-	3.442.961	4.750.802	-	-	-	4.750.802
865-SF	303.556	-	-	-	303.556	505.975	-	-	-	505.975	809.532	-	-	-	809.532
866-SF	700.980	-	-	-	700.980	899.319	-	-	-	899.319	1.600.299	-	-	-	1.600.299
869-SF	-	-	-	-	-	98.492	-	-	-	98.492	98.492	-	-	-	98.492
878-SF	383.830	-	-	-	383.830	491.069	-	-	-	491.069	874.899	-	-	-	874.899
883-SF	349.219	-	-	-	349.219	282.596	258.173	-	-	540.769	631.815	258.173	-	-	889.988
892-SF	644.466	-	-	-	644.466	987.065	-	-	-	987.065	1.631.531	-	-	-	1.631.531
896-SF	-	-	-	-	-	416.086	-	-	-	416.086	416.086	-	-	-	416.086
916-SF	349.952	-	-	-	349.952	131.810	-	-	-	131.810	481.763	-	-	-	481.763
TOTAL	**319.683.902**	**214.035.381**	**13.823.747**	**569.646**	**548.112.676**	**339.406.228**	**254.497.830**	**20.323.957**	**4.879**	**614.232.895**	**659.090.130**	**468.533.211**	**34.147.704**	**574.525**	**1.162.345.571**

Fonte: BACEN

Nota. (1) Corrigido pela taxa de câmbio

BidoncFE xls

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Empréstimos do BID para o Brasil

Valores anuais desembolsados por empréstimo no período 1995/1997 (¹)

US$ 1,00

Nº do Empr.	Norne	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	1995	1996	1997	Desembolso 1995-1997	Desembolso até 1997	Saldo a desembolsar
526-OC	Ampliação do Sistema Rio Descoberto	Governo DF	80.000.000	4.896.951	11.366.000	13.637.375	8.672.674	33.676.049	75.103.049	-
573-OC	Irrigação Nordeste	União	55.600.000	-	15.006.000	8.363.389	4.979.611	28.349.000	55.600.000	125.943
587-OC	Rodovias do Ceará	Governo CE	69.000.000	-	12.174.000	830.000	-	13.004.000	69.000.000	-
593-OC	Usina Hidrelétrica de Segredo	Estatal - COPEL	135.000.000	-	38.510.000	10.057.000	-	48.567.000	135.000.000	-
602-OC	Programa Multisetorial de Crédito	Estatal - BNDES	250.000.000	-	21.688.000	13.761.000	-	35.449.000	250.000.000	-
620-OC	Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	União	100.000.000	-	2.328.000	-	-	2.328.000	100.000.000	-
622-OC	Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE	União	300.000.000	-	76.228.000	128.844.303	-	205.072.303	292.071.303	7.928.697
641-OC	Rodovias do Espírito Santo	Governo ES	52.000.000	-	7.784.000	12.734.491	5.956.282	26.474.773	46.294.773	6.892.711
642-OC	Rodovias de Pernambuco	Governo PE	83.500.000	-	28.750.000	18.653.490	4.395.510	51.799.000	83.500.000	-
649-OC	Saneamento e Vias de Belém	Governo PA	115.000.000	-	-	4.359.690	11.499.998	15.859.688	32.173.688	82.826.312
663-OC	Sist. de Difusão e Promoção de Informação Tecnológ. e Invest.	União	2.000.000	-	929.000	-	-	929.000	2.000.000	-
671-OC	PROMOAGRO	União	67.500.000	-	9.205.000	21.245.768	16.465.439	46.916.207	51.947.207	17.838.599
695-OC	Saneamento Básico de Fortaleza	Governo CE	159.300.000	-	21.963.000	46.237.479	38.118.009	106.318.488	141.296.488	30.003.512
713-OC	Despoluição do Rio Tietê	Estatal - SABESP	400.000.000	-	52.414.000	81.530.453	116.881.226	250.825.678	332.207.678	67.792.322
719-OC	Rodovias de Santa Catarina	Governo SC	102.500.000	-	10.250.000	10.335.500	17.250.000	37.835.500	61.337.500	41.162.500
722-OC	Rodovias do Paraná	Governo PR	86.750.000	-	10.353.000	8.722.858	39.307.142	58.383.000	86.750.000	-
767-OC	Rodovia Fernão Dias - 1ª Etapa	União	267.000.000	-	4.200.000	104.606.775	74.889.814	183.696.589	201.811.589	76.994.430
772-OC	Programa de Infra-estrutura Rodoviária do Estado da Bahia	Governo BA	147.000.000	-	32.734.000	18.243.254	59.521.605	110.498.859	136.496.859	25.386.033
776-OC	Pró-Guaíba	Governo RS	110.200.000	-	-	-	47.025.202	47.025.202	47.025.202	85.915.356
782-OC	Despoluição da Baía da Guanabara	Governo RJ	300.000.000	-	29.014.000	32.335.006	79.998.883	141.347.889	141.347.889	175.884.161
814-OC	Modernização e Fortalecimento Institucional do MRE	União	10.000.000	-	809.250	834.536	3.707.792	5.351.578	5.351.578	5.793.587
841-OC	PRODETUR	Estatal - BNB	400.000.000	-	20.247.000	20.253.000	66.515.832	107.015.832	107.015.832	312.015.767
844-OC	Sistema de Trens Urbanos de São Paulo	Governo SP	420.000.000	-	-	-	1.255.000	1.255.000	1.255.000	420.000.000
849-OC	Microdrenagem - 2ª Etapa	Prefeitura SP	302.000.000	-	30.200.000	42.519.384	63.937.483	136.656.867	136.656.867	165.513.983
858-OC	Cartografia Digital e Drenagem Urbana para o Mun. do RJ	Prefeitura RJ	30.000.000	-	-	3.007.000	3.765.100	6.772.100	6.772.100	24.245.750
873-OC	Transporte Urbano de Curitiba	Prefeitura de Curitiba	120.000.000	-	1.001.119	44.222.814	17.764.694	62.988.627	62.988.627	57.096.373
878-OC	Progr. de San. Amb. para Salv. e Mun. da Baía de Todos os Santos	Governo BA	264.000.000	-	-	19.160.000	10.480.500	29.640.500	29.640.500	234.491.250
880-OC	Programa de Ciência e Tecnologia	União	160.000.000	-	-	53.665.343	60.531.223	114.196.566	114.196.566	56.161.814
898-OC	Programa de Melhoramento Urbano do Rio de Janeiro	Prefeitura RJ	180.000.000	-	-	18.282.000	38.264.089	56.546.089	56.546.089	130.538.748
904-OC	Ampl. de Capac. e Modern. da Ligação Rodov. SP-Curit.-Florianópolis	União	450.000.000	-	-	-	120.498.942	120.498.942	120.498.942	329.795.158
907-OC	Programa Multisetorial de Crédito II	Estatal - BNDES	300.000.000	-	-	-	297.516.400	297.516.400	297.516.400	2.665.500
916-OC	Linha Amarela S.A.	Priv.-Constr. OAS Ltda	14.000.000	-	-	12.320.000	1.680.000	14.000.000	14.000.000	-
917-OC	Progr. de Apoio ao Des. Urb. e Melhorias de Infra-Estr. Munic.-PR Urb.	Governo PR	249.000.000	-	-	25.232.000	48.214.600	73.446.600	73.446.600	181.694.500
938-OC	Programa de Verticalização e Urbanização de Favelas (PROVER)	Prefeitura SP	150.000.000	-	-	-	15.333.100	15.333.100	15.333.100	134.757.850
939-OC	Programa de Combate às Enchentes de Campinas (PROCEN)	Pref. de Campinas-SP	19.800.000	-	-	-	1.418.700	1.418.700	1.418.700	19.800.000
955-OC	Programa de Apoio às Reformas Sociais (PROARES)	Governo CE	42.000.000	-	-	-	1.632.000	1.632.000	1.632.000	42.000.000
980-OC	Progr. Nac. de Apoio à Administr. Fiscal p/os Est. Brasileiros (PNAFE)	União	500.000.000	-	-	-	30.802.700	30.802.700	30.802.700	485.000.000
998-OC	Programa de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul	Governo RS	150.000.000	-	-	-	78.200	78.200	78.200	150.000.000
814-SF	Ampliação do Sistema do Rio Descoberto	Governo DF	20.000.000	489.728	3.528.346	5.140.612	370.402	9.039.360	19.510.272	-
833-SF	Rodovias do Ceará	Governo CE	20.700.000	55.463	379.286	-	-	379.286	20.644.537	-

Eleonir G. Santos
Secretária do Planejamento

Empréstimos do BID para o Brasil

Valores anuais desembolsados por empréstimo no período 1995/1997 (1)

US$ 1,00

Nº do Empr.	Nome	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	1995	1996	1997	Desembolso 1995-1997	Desembolso até 1997	Saldo a desembolsar
856-SF	Geração de Empregos - PROSEGE	Estatal - BNDES	50.000.000	-	12.877.296	11.459.086	6.691.180	31.027.561	47.945.477	2.054.523
865-SF	Rodovias do Espírito Santo	Governo ES	15.600.000	-	277.821	4.348.144	4.381.697	9.007.662	15.600.000	1.811.091
866-SF	Rodovias de Pernambuco	Governo PE	25.000.000	-	7.534.892	5.334.082	1.828.093	14.697.067	25.000.000	-
869-SF	Saneamento e Vias de Belém	Governo PA	30.000.000	-	-	2.577.969	5.989.216	8.567.185	8.567.185	21.432.815
878-SF	PROMOAGRO	União	12.500.000	-	7.345.000	3.977.915	973.562	12.296.476	12.500.000	46.117
883-SF	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	União	22.000.000	-	4.458.687	4.331.267	3.729.897	12.519.851	20.541.794	1.458.206
892-SF	Saneamento Básico de Fortaleza - SANEFOR	Governo CE	39.900.000	-	12.130.000	12.090.000	8.990.000	33.210.000	37.319.000	5.581.000
896-SF	Despoluição do Rio Tietê	Estatal - SABESP	50.000.000	-	1.250.361	720.194	15.000.000	16.970.555	22.281.789	27.718.211
911-SF	Pró-Guaíba	Governo RS	22.100.000	-	-	-	1.688.339	1.688.339	1.688.339	20.439.661
916-SF	Despoluição da Bala da Guanabara	Governo RJ	50.000.000	-	4.243.642	144.000	10.139.000	14.526.642	14.526.642	37.509.358
TOTAL			**7.000.950.000**	**5.442.142**	**491.178.699**	**824.117.176**	**1.368.139.134**	**2.683.435.009**	**3.662.238.059**	**3.488.371.840**

Fonte: BACEN

BidingrFE.xls

Nota: (1) Linhas de recursos próprios do BID: OC=Capital Ordinário; SF=Fundo para Operações Especiais.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

BIRD - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
0677-0	9 021 778	2 978 104	-	-	11 999 882	9 665 741	2 336 813	-	-	12 002 554	18 687 519	5 314 917	-	-	24 002 436
0728-0	4 725 116	212 327	-	-	4 937 443	891 416	305 121	-	-	1 196 537	5 616 532	517 448	-	-	6 133 980
0755-0	830 981	350 860	13 488	-	1 195 328	-	-	-	-	-	830 981	350 860	13 488	-	1 195 328
0756-0	2 512 271	87 930	-	-	2 600 201	-	-	-	-	-	2 512 271	87 930	-	-	2 600 201
0757-0	1 518 751	53 184	-	-	1 571 934	-	-	-	-	-	1 518 751	53 184	-	-	1 571 934
0758-0	713 783	25 010	-	-	738 793	-	-	-	-	-	713 783	25 010	-	-	738 793
0813-0	10 027 350	963 159	-	-	10 990 509	5 791 060	202 687	-	-	5 993 747	15 818 410	1 165 846	-	-	16 984 256
0829-0	4 399 774	2 379 877	-	-	6 779 651	4 724 145	2 066 257	-	-	6 790 402	9 123 919	4 446 135	-	-	13 570 053
0853-0	1 009 571	92 389	-	-	1 101 961	552 244	19 329	-	-	571 573	1 561 815	111 718	-	-	1 673 533
0854-0	5 872 719	753 050	-	-	6 625 769	6 305 667	333 322	-	-	6 638 989	12 178 386	1 086 372	-	-	13 264 758
0923-0	9 003 633	5 897 340	-	-	14 900 973	9 674 545	5 233 178	-	-	14 907 723	18 678 178	11 130 517	-	-	29 808 696
0938-0	-	-	-	-	-	-	440 031	888 401	-	1 328 432	-	440 031	888 401	-	1 328 432
1009-0	4 016 798	361 416	-	-	4 378 214	2 132 926	74 652	-	-	2 207 579	6 149 725	436 068	-	-	6 585 793
1067-0	1 431 764	1 368 558	-	-	2 800 322	1 543 578	1 255 536	-	-	2 799 113	2 975 342	2 624 094	-	-	5 599 436
1074-0	17 284 750	5 732 717	-	-	23 017 466	18 693 811	4 360 819	-	-	23 054 630	35 978 561	10 093 536	-	-	46 072 097
1153-0	2 340 182	960 769	-	-	3 300 951	2 540 375	763 824	-	-	3 304 199	4 880 557	1 724 593	-	-	6 605 151
1171-0	6 244 665	6 199 650	-	-	12 444 315	7 778 473	2 773 487	-	-	10 551 960	14 023 139	8 973 136	-	-	22 996 275
1195-0	1 183 343	559 326	-	-	1 742 669	1 280 974	459 305	-	-	1 740 280	2 464 317	1 018 631	-	-	3 482 949
1249-0	2 874 459	121 206	-	-	2 995 665	-	-	-	-	-	2 874 459	121 206	-	-	2 995 665
1257-0	2 796 265	115 346	-	-	2 911 611	-	-	-	-	-	2 796 265	115 346	-	-	2 911 611
1300-0	-	3 139 192	-	-	3 139 192	-	-	-	-	-	-	3 139 192	-	-	3 139 192
1309-0	2 776 351	120 527	-	-	2 896 879	-	-	-	-	-	2 776 351	120 527	-	-	2 896 879
1362-0	2 340 305	-	-	-	2 340 305	-	-	-	-	-	2 340 305	-	-	-	2 340 305
1824-0	-	-	-	90	90	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
1850-0	-	3 658	-	-	3 658	-	-	-	-	-	-	3 658	-	-	3 658
1877-0	-	9	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
1895-0	15 967	9 193	-	-	25 160	-	-	-	-	-	15 967	9 193	-	-	25 160
1924-0	97 805	5 521	-	-	103 325	-	-	-	-	-	97 805	5 521	-	-	103 325
1939-0	2 573 452	148 202	-	16 965	2 738 619	-	-	-	-	-	2 573 452	148 202	-	16 965	2 738 619
1965-0	4 173 314	202 500	-	-	4 375 814	-	-	-	-	-	4 173 314	202 500	-	-	4 375 814
1970-0	8 963 790	442 152	-	-	9 405 942	-	-	-	-	-	8 963 790	442 152	-	-	9 405 942
1989-0	13 687 891	646 263	-	-	14 334 154	-	-	-	-	-	13 687 891	646 263	-	-	14 334 154
2015-0	1 637 747	120 535	-	-	1 758 282	-	-	-	-	-	1 637 747	120 535	-	-	1 758 282
2016-0	7 533 688	278 109	-	-	7 811 796	-	-	-	-	-	7 533 688	278 109	-	-	7 811 796
2060-0	7 768 966	673 587	-	-	8 442 554	-	-	-	-	-	7 768 966	673 587	-	-	8 442 554
2061-0	1 450 575	126 913	-	-	1 577 488	-	-	-	-	-	1 450 575	126 913	-	-	1 577 488
2062-0	21 469 543	1 850 420	-	-	23 319 963	415 183	24 081	-	-	439 264	21 884 726	1 874 500	-	-	23 759 227
2116-0	2 497 221	359 872	-	-	2 857 094	1 187 601	65 614	-	-	1 253 216	3 684 823	425 487	-	-	4 110 309
2138-0	21 197 606	3 283 743	-	-	24 481 349	7 581 809	434 337	-	-	8 016 147	28 779 415	3 718 080	-	-	32 497 495
2163-0	2 824 539	-	-	-	2 824 539	1 153 406	65 951	-	-	1 219 357	3 977 944	65 951	-	-	4 043 895
2170-0	8 094 118	1 153 735	-	-	9 247 854	8 938 473	505 081	-	-	9 443 555	17 032 592	1 658 817	-	-	18 691 408
2177-0	2 775 421	582 067	-	-	3 357 488	2 686 341	239 892	-	-	2 926 233	5 461 762	821 959	-	-	6 283 722
2193-0	762 636	112 309	-	-	874 945	374 970	21 430	-	-	396 400	1 137 606	133 739	-	-	1 271 345
2196-0	27 774 478	5 611 456	-	-	33 385 935	28 216 527	2 496 049	-	-	30 712 576	55 991 005	8 107 505	-	-	64 098 510

Edmir T. G. Santos
Secretária do Plenário

BIRD - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
2224-0	7.949.179	269.291	-	-	8.218.469	-	-	-	-	-	7.949.179	269.291	-	-	8.218.469
2225-0	26.300.069	3.957.436	-	-	30.257.505	28.455.018	2.425.203	-	-	30.880.220	54.755.087	6.382.638	-	-	61.137.725
2249-0	30.879.650	4.743.168	-	-	35.622.818	31.323.064	2.599.637	-	-	33.922.701	62.202.714	7.342.805	-	-	69.545.519
2268-0	33.248.360	5.067.595	-	-	38.315.954	33.751.043	2.870.639	-	-	36.621.682	66.999.403	7.938.234	-	-	74.937.637
2343-0	5.467.618	1.028.709	-	-	6.496.328	4.941.119	569.591	-	-	5.510.710	10.408.737	1.598.301	-	-	12.007.038
2347-0	44.722.986	8.402.633	-	-	53.125.619	44.794.327	5.201.609	-	-	49.995.936	89.517.312	13.604.242	-	-	103.121.554
2348-0	36.830.750	6.889.844	-	-	43.720.594	37.328.743	4.342.768	-	-	41.671.511	74.159.493	11.232.612	-	-	85.392.105
2353-0	2.877.020	541.683	-	-	3.418.703	2.703.884	316.198	-	-	3.020.082	5.580.904	857.881	-	-	6.438.785
2364-0	19.108.628	4.404.219	-	-	23.512.847	-	2.808.147	-	-	2.808.147	19.108.628	7.212.366	-	-	26.320.994
2365-0	23.450.826	5.397.477	-	-	28.848.304	29.871.914	-	-	-	29.871.914	53.322.741	5.397.477	-	-	58.720.218
2366-0	1.189.662	241.851	-	-	1.431.514	1.088.558	159.244	-	-	1.247.801	2.278.220	401.095	-	-	2.679.315
2412-0	2.702.174	718.268	-	-	3.420.443	2.624.304	497.960	-	-	3.122.263	5.326.478	1.216.228	-	-	6.542.706
2446-0	19.070.585	4.191.080	-	31	23.261.695	19.309.308	3.026.356	-	-	22.335.664	38.379.893	7.217.436	-	31	45.597.359
2447-0	4.721.351	1.058.056	-	-	5.779.407	5.097.912	753.726	-	-	5.851.638	9.819.262	1.811.783	-	-	11.631.045
2448-0	153.938	32.546	-	-	186.484	142.162	19.305	-	-	161.467	296.100	51.851	-	-	347.951
2488-0	25.408.849	7.216.030	-	-	32.624.879	27.202.890	5.904.871	-	-	33.107.760	52.611.739	13.120.901	-	-	65.732.640
2489-0	6.941.284	2.028.840	-	-	8.970.125	6.222.926	1.364.720	-	-	7.587.646	13.164.210	3.393.560	-	-	16.557.770
2523-0	5.104.910	1.365.555	3.805	-	6.474.270	3.657.833	747.150	-	-	4.404.983	8.762.743	2.112.705	3.805	-	10.879.253
2524-0	3.221.826	616.482	11.157	-	3.849.465	3.626.125	707.037	-	-	4.333.162	6.847.950	1.323.519	11.157	-	8.182.627
2532-0	917.270	302.779	-	-	1.220.049	875.563	223.861	-	-	1.099.423	1.792.833	526.640	-	-	2.319.472
2563-0	14.186.407	4.230.764	-	-	18.417.172	15.738.895	3.416.766	-	-	19.155.661	29.925.303	7.647.530	-	-	37.572.833
2564-0	13.761.349	4.588.005	-	-	18.349.354	14.197.349	3.479.560	-	-	17.676.908	27.958.698	8.067.564	-	-	36.026.262
2565-0	23.905.140	8.040.350	-	-	31.945.491	24.874.607	6.135.838	-	-	31.010.445	48.779.747	14.176.188	-	-	62.955.935
2593-0	3.609.400	1.164.975	-	-	4.774.375	3.323.639	850.146	-	-	4.173.785	6.933.040	2.015.121	-	-	8.948.160
2623-0	2.180.232	561.457	-	-	2.741.688	1.991.000	522.369	-	-	2.513.369	4.171.232	1.083.826	-	-	5.255.057
2645-0	7.758.394	2.631.965	-	-	10.390.358	8.282.627	2.318.580	-	17.118	10.618.325	16.041.021	4.950.545	-	17.118	21.008.684
2679-0	4.777.712	799.074	36.834	-	5.613.619	3.501.400	906.615	8.863	-	4.416.878	8.279.111	1.705.689	45.696	-	10.030.496
2680-0	3.519.047	1.384.276	-	-	4.903.323	3.538.605	1.128.642	-	-	4.667.247	7.057.652	2.512.918	-	-	9.570.570
2681-0	2.781.761	470.504	21.806	-	3.274.072	2.646.642	551.487	8.344	-	3.206.474	5.428.403	1.021.992	30.150	-	6.480.545
2699-0	4.856.505	1.434.066	19.195	-	6.309.766	4.634.269	1.503.590	328	-	6.138.187	9.490.774	2.937.656	19.523	-	12.447.953
2718-0	4.368.163	1.022.862	20.134	-	5.411.158	4.010.213	1.123.847	4	-	5.134.064	8.378.377	2.146.708	20.138	-	10.545.223
2719-0	5.260.536	1.930.742	-	-	7.191.278	4.771.099	1.438.353	-	-	6.209.452	10.031.635	3.369.096	-	-	13.400.730
2720-0	47.057.524	17.629.671	-	-	64.687.196	45.659.502	14.423.919	-	-	60.083.421	92.717.027	32.053.590	-	-	124.770.617
2721-0	2.017.117	831.758	-	-	2.848.875	1.986.500	638.664	-	-	2.625.164	4.003.617	1.470.422	-	-	5.474.039
2727-0	39.444.590	15.450.159	-	-	54.894.750	41.270.523	12.996.331	-	-	54.266.854	80.715.113	28.446.490	-	-	109.161.603
2761-0	4.742.395	1.390.623	32.883	-	6.165.901	4.340.023	1.393.089	-	-	5.733.112	9.082.418	2.783.712	32.883	-	11.899.014
2762-0	2.938.265	854.817	10.660	-	3.803.742	2.703.532	847.125	70	-	3.550.727	5.641.798	1.701.942	10.730	-	7.354.469
2763-0	5.350.778	924.285	40.025	-	6.315.088	4.274.704	1.336.490	1.958	-	5.613.152	9.625.482	2.260.776	41.983	-	11.928.241
2810-0	620.015	162.429	3.819	-	786.262	577.515	153.792	-	-	731.308	1.197.530	316.221	3.819	-	1.517.570
2822-0	1.181.541	504.062	-	-	1.685.603	1.071.217	370.393	-	-	1.441.609	2.252.757	874.455	-	-	3.127.212
2830-0	9.230.085	3.251.408	10.954	-	12.492.448	7.954.026	2.844.517	15.752	-	10.814.296	17.184.112	6.095.926	26.706	-	23.306.743
2831-0	3.582.114	1.139.666	21.654	-	4.743.435	1.855.491	1.883.514	512.964	-	4.251.969	5.437.605	3.023.181	534.618	-	8.995.404
2857-0	8.673.475	3.067.393	3.198	-	11.744.066	9.502.338	2.668.297	-	-	12.170.635	18.175.812	5.735.690	3.198	-	23.914.701
2860-0	4.782.093	760.303	56.318	-	5.598.713	4.659.967	1.403.562	15.675	-	6.079.205	9.442.060	2.163.865	71.993	-	11.677.918

Edmir T. G. Santos
Chefe
Secretaria do Plenário

BIRD - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
2861-0	6 141 851	229 834	72 932	-	6 444 616	4 361 133	966 351	27 819	-	5 355 303	10 502 984	1 196 184	100 751	-	11 799 919
2862-0	9 304 047	275 783	112 396	-	9 692 226	6 866 694	1 295 086	49 970	-	8 211 749	16 170 741	1 570 869	162 366	-	17 903 975
2863-0	1 931 102	28 822	64 944	-	2 024 869	4 533 604	73 760	51 483	-	4 658 847	6 464 707	102 582	116 427	-	6 683 716
2864-0	3 176 205	585 331	24 758	-	3 786 294	2 581 980	908 647	287	-	3 490 915	5 758 185	1 493 978	25 046	-	7 277 209
2883-0	19 934 660	9 319 176	23 612	-	29 277 448	20 034 952	7 823 973	17 238	-	27 876 163	39 969 612	17 143 149	40 850	-	57 153 611
2895-0	2 922 629	1 374 757	3 482	-	4 300 867	2 920 455	1 044 137	4 469	-	3 969 061	5 843 084	2 418 894	7 950	-	8 269 928
2931-0	6 585 667	2 947 843	12 649	-	9 546 159	5 888 384	2 488 109	41	-	8 376 534	12 474 051	5 435 952	12 690	-	17 922 693
2941-0	424 051	210 620	-	-	634 670	383 888	158 376	-	-	542 264	807 939	368 996	-	-	1 176 934
2950-0	14 226 369	5 998 767	40 897	-	20 266 033	15 542 867	6 306 439	6 774	-	21 856 081	29 769 237	12 305 206	47 671	-	42 122 113
2960-0	24 655 617	12 995 663	-	-	37 651 281	23 909 504	10 726 450	-	-	34 635 954	48 565 121	23 722 113	-	-	72 287 234
2971-0	27 407 536	14 446 205	-	-	41 853 742	26 578 145	11 923 714	-	-	38 501 859	53 985 681	26 369 920	-	-	80 355 601
2975-0	14 463 891	7 190 941	1 097	-	21 655 930	16 061 154	6 533 573	-	-	22 594 727	30 525 045	13 724 514	1 097	-	44 250 657
2983-0	7 933 018	3 176 566	28 702	-	11 138 286	7 091 233	2 950 239	1 015	-	10 042 488	15 024 251	6 126 805	29 717	-	21 180 774
3013-0	7 210 146	2 035 822	64 643	-	9 310 611	6 430 814	2 410 100	20 771	-	8 861 685	13 640 960	4 445 922	85 414	-	18 172 296
3018-0	6 091 608	2 998 899	15 396	-	9 105 904	5 881 860	2 819 457	2 742	-	8 704 058	11 973 468	5 818 355	18 138	-	17 809 962
3043-0	13 037 687	1 334 268	-	-	14 371 955	8 874 026	3 015 469	46 697	-	11 936 193	21 911 714	4 349 737	46 697	-	26 308 148
3072-0	7 155 381	3 800 688	5 376	-	10 961 445	6 940 347	3 425 605	3	-	10 365 956	14 095 729	7 226 294	5 379	-	21 327 401
3100-0	8 940 084	4 913 001	5 736	-	13 858 820	9 376 925	4 466 757	15	-	13 843 697	18 317 009	9 379 758	5 750	-	27 702 517
3102-0	25 522 278	7 175 196	266 843	-	32 964 318	24 632 166	10 800 529	34 137	-	35 466 832	50 154 444	17 975 725	300 980	-	68 431 150
3129-0	6 918 101	4 041 470	5 016	-	10 964 588	7 366 583	3 758 144	-	-	11 124 727	14 284 685	7 799 614	5 016	-	22 089 315
3130-0	3 995 221	2 236 001	10 533	-	6 241 756	21 844 732	2 027 162	10 124	-	23 882 017	25 839 952	4 263 163	20 657	-	30 123 772
3135-0	18 173 095	5 763 326	190 028	-	24 126 449	19 967 891	8 451 024	75 183	-	28 494 099	38 140 986	14 214 350	265 211	-	52 620 547
3160-0	3 281 847	1 111 993	36 017	-	4 429 857	2 964 899	1 044 939	24 861	-	4 034 699	6 246 746	2 156 932	60 878	-	8 464 556
3169-0	23 043 978	13 584 650	64 533	-	36 693 161	24 107 961	13 568 284	14 202	-	37 690 447	47 151 938	27 152 934	78 735	-	74 383 607
3170-0	11 864 991	1 085 001	235 770	-	13 185 762	13 518 984	2 992 664	178 540	-	16 690 188	25 383 975	4 077 665	414 310	-	29 875 950
3173-0	9 861 197	2 871 396	125 398	-	12 857 992	11 029 630	3 437 493	108 977	-	14 576 100	20 890 828	6 308 889	234 375	-	27 434 092
3268-0	17 371 673	11 683 305	-	-	29 054 978	18 811 920	10 843 733	-	-	29 655 653	36 183 593	22 527 038	-	-	58 710 631
3269-0	12 020 388	5 387 626	98 128	-	17 506 141	13 104 820	7 401 909	7 018	-	20 513 748	25 125 209	12 789 535	105 146	-	38 019 889
3375-0	10 375 744	3 754 701	424 566	-	14 555 012	23 732 138	7 114 615	299 144	1 908	31 147 805	34 107 882	10 869 316	723 711	1 908	45 702 817
3376-0	-	7 173 496	384 671	-	7 558 168	23 091 483	10 364 615	170 873	-	33 626 972	23 091 483	17 538 111	555 545	-	41 185 140
3442-0	-	3 083 540	510 533	-	3 594 073	-	7 504 827	299 060	-	7 803 887	-	10 588 366	809 594	-	11 397 960
3444-0	-	5 929 690	202 412	-	6 132 102	7 561 607	6 939 076	130 722	-	14 631 404	7 561 607	12 868 766	333 134	-	20 763 507
3457-0	-	4 976 474	132 266	-	5 108 740	5 703 892	6 175 458	57 043	-	11 936 393	5 703 892	11 151 932	189 310	-	17 045 134
3480-0	-	764 141	96 978	-	861 120	295 406	928 885	37 933	-	1 262 225	295 406	1 693 026	134 911	-	2 123 344
3492-0	-	3 884 183	365 840	-	4 250 023	-	5 574 947	283 660	-	5 858 607	-	9 459 131	649 500	-	10 108 631
3503-0	-	43 323	20 875	-	64 198	421 082	102 632	18 258	-	541 973	421 082	145 954	39 134	-	606 171
3504-0	-	1 558 898	241 669	-	1 800 567	5 794 441	3 552 960	158 620	-	9 506 021	5 794 441	5 111 858	400 289	-	11 306 588
3505-0	-	1 371 603	241 969	-	1 613 571	-	2 523 456	190 510	-	2 713 965	-	3 895 058	432 478	-	4 327 537
3547-0	-	1 602 395	63 230	-	1 665 625	-	2 199 088	35 168	-	2 234 256	-	3 801 483	98 399	-	3 899 881
3548-0	-	337 079	56 426	-	393 505	-	434 039	31 115	-	465 154	-	771 118	87 541	-	858 659
3554-0	-	1 153 193	318 812	-	1 472 005	27 000	3 971 342	197 898	-	4 196 239	27 000	5 124 535	516 710	-	5 668 245
3604-0	-	2 803 225	424 415	-	3 227 640	-	6 331 718	278 157	-	6 609 875	-	9 134 943	702 572	-	9 837 515
3633-0	-	2 389 538	228 804	-	2 618 341	-	3 591 085	173 879	-	3 764 964	-	5 980 623	402 682	-	6 383 305
3639-0	-	610 599	351 698	-	962 296	-	3 881 657	222 937	-	4 104 594	-	4 492 255	574 635	-	5 066 890

Elenir T. G. Santos
Técnica Secretária do Plenário

BIRD - Encargos de Empréstimos ao Brasil [1]

US$ 1,00

No. do Emprés-timo	1996					1997					1996-1997				
	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL	Principal	Juros	Comissão	Juros de Mora	TOTAL
3659-0	-	5.770.190	190.153	-	5.960.343	-	7.272.985	94.834	-	7.367.819	-	13.043.175	284.986	-	13.328.162
3663-0	-	2.744.402	414.215	-	3.158.618	-	5.158.368	303.406	-	5.461.775	-	7.902.771	717.622	-	8.620.393
3713-0	-	282.636	85.108	-	367.744	-	618.662	64.137	-	682.799	-	901.298	149.245	-	1.050.543
3714-0	-	1.986.067	143.952	-	2.130.019	-	4.123.700	47.965	-	4.171.666	-	6.109.767	191.917	-	6.301.684
3715-0	-	455.957	141.449	-	597.405	-	1.307.571	99.495	-	1.407.066	-	1.763.528	240.943	-	2.004.471
3733-0	-	1.569.321	317.937	-	1.887.258	-	2.429.524	271.359	-	2.700.883	-	3.998.845	589.296	-	4.588.141
3766-0	-	448.090	223.038	-	671.129	-	1.054.865	197.474	-	1.252.339	-	1.502.956	420.512	-	1.923.468
3767-0	-	619.519	198.467	-	817.986	-	1.957.754	306.884	-	2.264.637	-	2.577.272	505.351	-	3.082.623
3789-0	-	568.363	327.325	-	895.688	-	1.023.545	305.071	-	1.328.615	-	1.591.907	632.396	-	2.224.303
3915-0	-	249.102	409.408	-	658.510	-	-	325.097	-	325.097	-	249.102	734.506	-	983.608
3916-0	-	43.107	65.813	-	108.920	-	424.596	230.745	-	655.341	-	467.703	296.558	-	764.261
3917-0	-	59.936	42.246	-	102.182	-	1.477.579	203.601	-	1.681.180	-	1.537.515	245.847	-	1.783.362
3918-0	-	63.581	60.006	-	123.587	-	262.769	164.701	-	427.470	-	326.350	224.707	-	551.057
3919-0	-	-	-	-	-	-	502.302	70.033	-	572.335	-	502.302	70.033	-	572.335
3924-0	-	-	-	-	-	-	634.761	98.986	-	733.748	-	634.761	98.986	-	733.748
4046-0	-	-	-	-	-	-	6.288.171	451.535	-	6.739.706	-	6.288.171	451.535	-	6.739.706
4047-0	-	-	-	-	-	-	1.073.910	1.376.809	-	2.450.719	-	1.073.910	1.376.809	-	2.450.719
4121-0	-	-	-	-	-	-	-	24.658	-	24.658	-	-	24.658	-	24.658
TOTAL	**1.073.045.001**	**365.080.635**	**8.499.098**	**17.085**	**1.447.441.820**	**1.020.740.247**	**363.813.888**	**9.356.495**	**19.026**	**1.393.935.656**	**2.093.791.249**	**729.694.523**	**17.855.593**	**36.112**	**2.841.377.476**

Fonte: BACEN

BirdencFE.xls

Nota: (1) Valores corrigidos pelo câmbio

Elenir T. G. Santos
Técnica da Secretaria do Planalto

Empréstimos do BIRD para o Brasil

Valores anuais desembolsados por empréstimo no período 1995/1997 (*)

US$ 1,00

Nº do Empr.	Nome	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	1995	1996	1997	Desembolso 1995-1997	Desembolso até 1997	Saldo a desembolsar
2523-0	PAPP Sergipe	União	61.300.000	1.000.000	10.968.481	2.420.795	-	13.389.276	60.300.000	-
2524-0	PAPP Rio Grande do Norte	União	61.400.000	10.204.294	5.796.906	7.740.718	-	13.537.624	51.195.706	-
2563-0	Ferrovias V	Estatal - RFFSA	200.000.000	5.576.937	11.769.966	-	-	11.769.966	194.423.063	-
2679-0	Extensão Agrícola II	União	155.000.000	62.051.491	4.462.459	8.186.241	-	12.648.700	92.948.509	-
2681-0	Desenvolv. da Região Metropolitana de Salvador	União	55.000.000	18.390.806	5.493.528	5.916.439	4.383.868	15.793.835	36.363.097	246.098
2699-0	Saúde Básica no Nordeste I	União	59.500.000	261.273	4.431.585	10.503.622	-28.345	14.906.862	59.238.727	-
2718-0	PAPP Pernambuco	União	92.000.000	20.000.000	3.210.029	13.032.307	-	16.242.336	72.000.000	-
2719-0	Irrigação do Alto e Médio São Francisco	União	57.000.000	1.079.278	3.245.114	-	-	3.245.114	55.920.722	-
2761-0	PAPP Bahia	União	171.000.000	63.766.836	14.734.831	9.675.388	-	24.410.219	107.233.164	-
2762-0	PAPP Piauí	União	78.000.000	25.039.237	4.471.805	7.227.854	-39.237	11.660.422	52.960.763	-
2763-0	PAPP Ceará	União	122.000.000	37.142.002	9.256.445	24.743.534	-	33.999.979	84.857.998	-
2810-0	PRODEMO - IPEA	União	74.500.000	58.900.000	-	919.118	1.110.598	2.029.716	15.485.874	114.126
2830-0	Estradas Estaduais - São Paulo	Governo SP	174.000.000	43.222.962	-	-624.070	-	-624.070	130.777.038	-
2831-0	Controle de Poluição Industrial de São Paulo	União	50.000.000	2.400.000	11.156.281	5.469.182	-	16.625.463	47.600.000	-
2857-0	Modernização da Fepasa	Estatal - FEPASA	100.000.000	16.068	3.704.414	2.737.492	-	6.441.906	99.983.932	-
2860-0	PAPP Paraíba	União	60.000.000	-	7.182.624	17.474.526	7.128.176	31.785.326	60.000.000	-
2861-0	PAPP Minas Gerais	União	55.000.000	-	7.968.659	18.169.556	8.417.876	34.556.091	55.000.000	-
2862-0	PAPP Maranhão	União	84.000.000	-	5.159.154	16.752.464	27.154.910	49.066.528	84.000.000	-
2863-0	PAPP Alagoas	União	42.000.000	-	1.984.740	5.364.932	1.052.551	8.402.223	42.000.000	-
2864-0	Controle de Sanidade Animal	União	51.000.000	10.185.678	7.317.012	15.178.739	-184.699	22.311.052	40.814.322	-
2883-1	Reassentamento de Itaparica	Est. - ELETROBRÁS	100.000.000	-	1.281.848	3.789.084	6.487.275	11.558.207	99.354.600	645.400
2895-0	Desenvolvimento Florestal em Minas Gerais	Governo MG	48.500.000	11.815.912	831.446	402.084	-1.364.690	-131.160	36.684.088	-
2931-0	PCDEN - Controle de Endemias no Nordeste	União	109.000.000	27.146.789	17.054.821	4.464.521	-145.400	21.373.942	81.853.211	-
2950-0	PRONI - Programa Nacional de Irrigação	União	195.000.000	26.000.000	25.087.034	30.790.176	4.376.269	60.253.479	168.542.858	457.142
2975-0	Emergência Rio	Estatal - CEF	175.000.000	7.702.596	33.450.989	-	-	33.450.989	167.297.404	-
2983-0	PROSANEAR	Estatal - CEF	80.000.000	69.141	22.720.429	17.917.918	497.989	41.136.336	79.930.859	-
3013-0	Irrigação Jaíba	União	71.000.000	-	11.359.778	22.469.037	3.227.830	37.056.645	65.415.429	5.584.571
3018-0	Conservação e Manejo de Solos no Paraná	Governo PR	63.000.000	-	6.697.313	6.278.819	1.373.851	14.349.983	63.000.000	-
3043-0	Distribuição de Gás Natural - São Paulo	Estatal - COMGÁS	94.000.000	-	8.084.417	17.376.691	16.400.074	41.861.182	86.452.802	7.547.198
3072-0	PCMAM - Controle da Malária na Bacia Amazônica	União	99.000.000	26.100.000	15.519.109	732.588	49	16.251.746	72.900.000	-
3100-0	PEDU - Desenvolvimento Urbano no Paraná	Governo PR	100.000.000	758	20.086.908	4.214.034	-	24.300.942	99.999.242	-
3102-0	Abastecimento d'Água São Paulo	Estatal - SABESP	280.000.000	-	24.118.093	123.502.078	20.989.873	168.610.044	280.000.000	-
3129-0	PIMES - Programa Integrado de Melhoria Social	Governo RS	100.000.000	20.000.077	31.884.844	5.648.423	-	37.533.267	79.999.923	-
3130-0	Pesquisa Agropecuária III	União	47.000.000	5.000.000	12.994.268	5.962.244	-	18.956.512	42.000.000	-
3135-0	Saúde Básica do Nordeste II	União	267.000.000	50.000.000	29.385.285	59.253.795	41.427.791	130.066.871	213.235.232	3.764.768
3160-0	Conservação e Manejo de Solos de Santa Catarina	Governo SC	33.000.000	-	5.271.336	5.167.200	4.891.873	15.330.409	27.416.927	5.583.073
3169-0	Rodovias Federais	União	310.000.000	40.000.000	77.510.403	23.497.321	11.848.585	112.856.309	270.000.000	-
3170-0	Irrigação Nordeste	União	210.000.000	69.000.000	7.679.179	32.579.927	49.019.907	89.279.013	102.513.147	38.486.853
3173-0	PNMA - Programa Nacional para Meio Ambiente	União	117.000.000	-	20.370.432	18.378.283	16.306.291	55.055.006	87.445.025	29.554.975
3269-0	PADCT II	União	150.000.000	10.000.000	25.686.526	58.178.772	2.616.986	86.482.284	140.000.000	-
3376-0	Inovação Ensino Básico	Governo SP	245.000.000	-	6.505.642	55.648.668	96.703.759	158.858.069	200.760.968	44.239.032
3376-0	Processamento e Transporte de Hidrocarbono	Est. - PETROBRÁS	260.000.000	-	40.168.302	84.594.563	56.317.698	181.080.563	243.342.779	16.657.221
3442-0	Modernização das Companhias de Saneamento	União	250.000.000	69.618.851	15.771.244	75.567.701	69.312.635	160.651.579	179.916.770	464.379

Edenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Empréstimos do BIRD para o Brasil

Valores anuais desembolsados por empréstimo no período 1995/1997 (1)

US$ 1,00

Nº do Empr.	Nome	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	1995	1996	1997	Desembolso 1995-1997	Desembolso até 1997	Saldo a desembolsar
3444-0	PLANAFLORO	União	167.000.000	-	21.744.587	34.940.076	14.626.975	71.311.637	120.769.042	46.230.958
3457-0	Descentralização do Sist de Transp Urb de SP	União	126.000.000	-	25.820.651	37.822.668	27.071.058	90.714.377	120.798.737	5.201.263
3480-0	Controle de Poluição Industrial	Estatal - BNDES	50.000.000	13.869.121	5.012.832	19.868.382	6.249.664	31.130.879	36.130.879	-
3492-0	PRODEAGRO	União	205.000.000	-	22.163.016	33.110.440	28.278.756	83.552.212	116.228.786	88.771.214
3503-0	Controle de Poluição e Qualidade da Água	União	9.000.000	-	151.725	644.845	2.101.574	2.898.144	3.400.241	5.599.759
3504-0	Controle da Qualidade da Água - São Paulo	Governo SP	119.000.000	-	5.343.012	26.994.556	36.192.908	68.530.476	80.457.837	38.542.163
3505-0	Controle da Qualidade da Água - Paraná	Governo PR	117.000.000	-	8.242.163	19.248.300	28.408.721	55.899.184	67.953.805	49.046.195
3547-0	Rodovias Estaduais de Santa Catarina	Governo SC	50.000.000	-	8.314.488	9.884.887	10.252.155	28.451.530	44.419.187	5.580.813
3548-0	Rodovias Alagoas	Governo AL	38.000.000	18.000.000	3.950.161	2.196.862	5.763.024	11.910.047	12.910.047	7.089.953
3554-0	Controle da Qualidade da Água - Minas Gerais	Governo MG	145.000.000	5.000.000	11.500.892	44.160.838	53.675.312	109.337.043	109.337.043	30.662.957
3604-0	Educação Básica Nordeste II	União	212.000.000	-	13.407.006	63.350.627	55.869.311	132.626.944	154.042.021	57.957.979
3633-0	Descentr do Sist. de Transp. Metrop. do RJ	União	128.500.000	-	24.219.642	18.909.928	26.221.474	69.351.044	80.685.822	47.814.178
3639-0	SOMMA - Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais	Governo MG	150.000.000	5.000.000	8.492.795	38.581.392	54.104.978	101.179.165	101.179.165	43.820.835
3659-0	Progr. Nac de Contr da AIDS e Doenças Sex Transm	União	160.000.000	-	21.924.234	55.389.598	29.936.266	107.250.097	142.494.171	17.505.829
3663-0	Educação Básica Nordeste III	União	206.600.000	-	15.634.200	37.920.695	48.691.512	102.246.407	118.394.770	88.205.230
3713-0	Rodovias Piaui	Governo PI	54.000.000	18.000.000	774.067	4.521.608	7.888.431	13.184.106	16.156.639	19.843.361
3714-0	Rodovias Tocantins	Governo TO	87.000.000	-	14.760.591	37.035.010	31.204.399	83.000.000	87.000.000	-
3715-0	Rodovias Maranhão	Governo MA	79.000.000	18.000.000	1.950.501	11.258.547	33.878.992	47.088.040	50.181.575	10.818.425
3733-0	Educação Básica em Minas Gerais	Governo MG	150.000.000	-	20.405.205	8.018.957	64.976.635	93.400.796	93.400.796	56.599.204
3766-0	Educação Básica do Paraná	Governo PR	96.000.000	-	6.121.264	10.166.502	41.684.711	57.972.477	57.972.477	38.027.523
3767-0	Despoluição dos Ecossist Litorâneos do ES	Governo ES	154.000.000	-	3.365.184	18.388.086	36.482.614	58.235.885	62.233.894	91.766.106
3789-0	PROURB - Desenvolvimento Urbano no Ceará	Governo CE	140.000.000	-	8.869.033	6.416.297	9.603.745	24.889.075	24.889.075	115.110.925
3915-0	Transporte Metropolitano de Recife	União	102.000.000	-	-	-	3.280.719	3.280.719	3.280.719	98.719.281
3916-0	Descentralização do Transporte Metropolitano	União	99.000.000	-	-	5.460.650	9.850.291	15.310.941	15.310.941	83.689.059
3917-0	PAPP II Bahia	Governo BA	105.000.000	-	3.501.030	18.540.943	14.443.136	36.485.109	36.485.109	68.514.891
3918-0	PAPP II Ceará	Governo CE	70.000.000	-	-	2.500.000	17.730.743	20.230.743	20.230.743	49.769.257
3919-0	PAPP II Sergipe	Governo SE	36.000.000	-	-	7.676.225	6.302.807	13.979.032	13.979.032	22.020.968
3924-0	Conservação e Reabilitação Ambiental	Estatal - CVRD	50.000.000	-	-	11.860.590	2.376.360	14.236.950	14.236.950	35.763.050
4046-0	Reconstrução das Estradas de Ferro Federais	União	350.000.000	-	-	88.164.483	110.352.064	198.516.547	198.516.547	151.483.453
4047-0	Reforma do Setor de Saúde - REFORSUS I	União	300.000.000	-	-	-	38.907.303	38.907.303	38.907.303	261.092.697
4120-0	Redução da Pobreza Rural	Governo RN	24.000.000	-	-	-	2.757.225	2.757.225	2.757.225	21.242.776
4121-0	Redução da Pobreza Rural	Governo PI	30.000.000	-	-	-	2.288.922	2.288.922	2.288.922	27.711.078
4122-0	Redução da Pobreza Rural	Governo PE	39.000.000	-	-	-	5.385.451	5.385.451	5.385.451	33.614.549
4139-0	Reforma do Estado do Rio Grande do Sul	Governo RS	125.000.000	-	-	-	50.000.000	50.000.000	50.000.000	75.000.000
4140-0	Progr. de Desenv. da Infra-Estrut. Municipal da BA	Governo BA	100.000.000	-	-	-	5.017.754	5.017.754	5.017.754	94.982.246
4147-0	Projeto Piloto de Ref. Agrária e Redução da Pobreza	União	90.000.000	-	-	-	14.954.132	14.954.132	14.954.132	75.045.868
4148-0	Gerenciamento de Recursos Naturais e Rural	Governo RS	100.000.000	-	-	-	3.000.000	3.000.000	3.000.000	97.000.000
4169-0	Proj. de Apoio ao Desenv. de Tecn. Agrop. p/o Brasil	União	60.000.000	-	-	-	3.986.062	3.986.062	3.986.062	56.013.938
TOTAL			**9.529.300.000**	**799.560.109**	**837.501.958**	**1.600.334.764**	**1.393.080.526**	**3.730.917.238**	**6.460.537.075**	**2.269.202.815**

Fonte: BACEN

Nota: (1) O fluxo negativo de alguns empréstimos refere-se a estornos de valores previamente desembolsados.

BirdingrFE.xls

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Projetos em Execução

Posição em 31/Dez/97

US$ Mil

Número do Contrato	Fonte	Mutuário	Setor	Custo Total	Empréstimo				Contra-partida (1)	Fluxo Financeiro					
					Total	Cancelado	Desembolsado	Saldo		Amortização	Juros	Outros	TOTAL	Desembolso	Fluxo
772-CO	BID-OC	EST. BA	Transportes	294.000	147.000		130.288	16.712	147.000		10.976	1.647	12.623	130.288	117.665
880-CO	BID-OC	UNIÃO	Desenv. Cient. e Tecnol.	320.000	160.000		113.864	46.136	160.000		3.428	1.118	4.546	113.864	109.318
695-CO	BID-OC	EST. CE	Saneamento	265.600	159.300		141.230	18.070	66.400		18.117	2.898	21.015	141.230	120.215
892-FOE(*)	BID-SF	EST. CE	Saneamento		39.900		33.170	6.730			1.789		1.789	33.170	31.381
3713-0	BIRD	EST. PI	Transportes	140.900	54.000	18.000	16.135	19.865	86.900		923	294	1.217	16.135	14.918
3548-0	BIRD	EST. AL	Transportes	57.700	38.000	18.000	12.910	7.090	19.700		918	224	1.142	12.910	11.768
3715-0	BIRD	EST.MA	Transportes	191.500	79.000	18.000	50.183	10.817	112.500		1.586	448	2.034	50.183	48.149
883-FOE	BID-SF	UNIÃO	Preserv. Meio Ambiente	30.000	22.000		20.415	1.585	8.000		1.225		1.225	20.415	19.190
3924-0	BIRD	CVRD	Preserv. Meio Ambiente	101.200	50.000		14.236	35.764	51.200		457	106	563	14.236	13.673
4122-0	BIRD	EST. PE	Desenvolvimento Regional	52.000	39.000		5.385	33.615	13.000				0	5.385	5.385
3442-0	BIRD	UNIÃO	Saneamento	500.000	250.000		186.769	63.231	250.000	11.201	12.582	2.401	26.184	186.769	160.585
3917-0	BIRD	EST. BA	Desenvolvimento Regional	175.000	105.000		36.486	68.514	70.000		1.725	456	2.181	36.486	34.305
3918-0	BIRD	EST. CE	Desenvolvimento Regional	116.700	70.000		20.230	49.770	46.700		306	230	536	20.230	19.694
3919-0	BIRD	EST. SE	Desenvolvimento Regional	60.000	36.000		13.979	22.021	24.000		560	112	672	13.979	13.307
3444-0	BIRD	UNIÃO	Desenvolvimento Regional	228.900	167.000		120.768	46.232	61.900	7.615	19.947	1.142	28.704	120.768	92.064
3492-0	BIRD	UNIÃO	Desenvolvimento Regional	285.700	205.000		116.229	88.771	80.700		14.216	1.946	16.162	116.229	100.067
898-CO	BID-OC	MUNIC. RJ	Desenvolvimento Urbano	300.000	180.000		60.102	119.898	120.000		1.787	2.084	3.871	60.102	56.231
3714-0	BIRD	EST. TO	Transportes	252.400	87.000		87.001		165.400		6.521	439	6.960	87.001	80.041
3503-0	BIRD	UNIÃO	Saneamento	9.000	9.000		3.400	5.600	0	421	142	54	617	3.400	2.783
776-CO	BID-OC	EST. RS	Saneamento	220.500	110.200		46.782	63.418	88.200		241	1.130	1.371	46.782	45.411
911-FOE(*)	BID-SF	EST. RS	Saneamento		22.100		6.630	15.470					0	6.630	6.630
767-CO	BID-OC	UNIÃO	Transportes	534.000	267.000		200.934	66.066	267.000		12.272	4.245	16.517	200.934	184.417
3173-0	BIRD	UNIÃO	Preserv. Meio Ambiente	166.400	117.000		87.625	29.375	49.400	28.629	13.386	1.387	43.402	87.625	44.223
3043-0	BIRD	Comgás	Energia	285.000	94.000		86.449	7.551	191.000	33.485	14.796	1.052	49.333	86.449	37.116
3376-0	BIRD	Petrobrás	Energia	623.100	260.000		243.440	16.560	363.100	23.713	25.490	1.993	51.196	243.440	192.244
3170-0	BIRD	UNIÃO	Agricultura	312.213	210.000	69.000	102.509	38.491	102.213	34.728	6.499	2.379	43.606	102.509	58.903
3160-0	BIRD	EST. SC	Agricultura	71.600	33.000		27.414	5.586	38.600	8.059	4.258	300	12.617	27.414	14.797
3013-0	BIRD	UNIÃO	Agricultura	158.000	71.000		65.412	5.588	87.000	29.666	11.301	996	41.963	65.412	23.449
3604-0	BIRD	UNIÃO	Educação	378.600	212.000		154.042	57.958	166.600		12.819	1.576	14.395	154.042	139.647
3504-0	BIRD	EST. SP	Saneamento	261.900	119.000		80.457	38.543	142.900	5.627	5.196	1.045	11.868	80.457	68.589
3505-0	BIRD	EST. PR	Saneamento	334.183	117.000	8.000	67.954	41.046	217.183		4.833	1.124	5.957	67.954	61.997
3554-0	BIRD	EST. MG	Saneamento	307.600	145.000	5.000	109.538	30.462	162.600		3.508	1.312	4.820	109.538	104.718
3375-0	BIRD	EST. SP	Educação	605.000	245.000		200.761	44.239	360.000	35.363	14.934	2.643	52.940	200.761	147.821
3457-0	BIRD	UNIÃO	Transportes	281.000	126.000		120.800	5.200	155.000	5.760	15.287	1.006	22.053	120.800	98.747
3547-0	BIRD	EST. SC	Transportes	135.800	50.000		45.545	4.455	85.800		5.015	355	5.370	45.545	40.175
869-FOE	BID-SF	EST. PA	Saneamento	210.000	30.000		8.566	21.434	65.000		95		95	8.566	8.471
649-CO(*)	BID-OC	EST. PA	Saneamento		115.000		32.041	82.959			3.209	2.944	6.153	32.041	25.888
622-CO	BID-OC	UNIÃO	Saneamento	500.000	300.000		291.314	8.686	150.000		38.209	5.833	44.042	291.314	247.272
856-FOE(*)	BID-SF	UNIÃO	Saneamento		50.000		48.063	1.937		2.905	2.513		5.418	48.063	42.645
641-CO	BID-OC	EST. ES	Transportes	104.000	52.000		45.440	6.560	36.400		7.443	596	8.039	45.440	37.401

Secretária do Plenário

Número do Contrato	Fonte	Mutuário	Setor	Custo Total	Empréstimo				Contra-partida (1)	Fluxo Financeiro					
					Total	Cancelado	Desembolsado	Saldo		Amortização	Juros	Outros	TOTAL	Desembolso	Fluxo
865-FOE(*)	BID-SF	EST. ES	Transportes		15.600		14.892	708			1.321		1.321	14.892	13.571
671-CO	BID-OC	UNIÃO	Agricultura	135.000	67.500		51.909	15.591	55.000		4.622	1.266	5.888	51.909	46.021
878-FOE(*)	BID-SF	UNIÃO	Agricultura		12.500		12.449	51			1.008		1.008	12.449	11.441
713-CO	BID-OC	SABESP	Saneamento	900.000	400.000		332.206	67.794	450.000		39.767	7.967	47.734	332.206	284.472
896-FOE(*)	BID-SF	SABESP	Saneamento		50.000		22.153	27.847			724		724	22.153	21.429
719-CO	BID-OC	EST. SC	Transportes	205.000	102.500		61.210	41.290	102.500		5.584	573	6.157	61.210	55.053
3639-0	BIRD	EST. MG	Desenvolvimento Urbano	300.000	150.000	5.000	101.176	43.824	150.000		4.488	1.216	5.704	101.176	95.472
3633-0	BIRD	UNIÃO	Transportes	272.000	128.500		83.881	44.619	143.500		7.502	900	8.402	83.881	75.479
BR-03/95	FONP	M. Porto Alegre	Saúde	3.700	2.000			2.000	1.700				0	0	0
3789-0	BIRD	EST. CE	Desenvolvimento Urbano	240.000	140.000		24.891	115.109	100.000		1.740	832	2.572	24.891	22.319
n/d	FONP	M. Porto Alegre	Preserv. Meio Ambiente	1.600	1.100			1.100	500				0	0	0
3659-0	BIRD	UNIÃO	Saúde	250.000	160.000		142.494	17.506	90.000		17.065	743	17.808	142.494	124.686
3663-0	BIRD	UNIÃO	Educação	366.900	206.600		118.396	88.204	160.300		7.346	1.270	8.616	118.396	109.780
782-CO	BID-OC	EST. RJ	Saneamento	793.000	300.000		160.500	139.500	206.350		4.370	2.554	6.924	160.500	153.576
916-FOE(*)	BID-SF	EST. RJ	Saneamento		50.000		9.387	40.613			132		132	9.387	9.255
n/d (*)	OECF	EST. RJ	Saneamento		236.650			236.650					0	0	0
938-CO	BID-OC	MUNIC. SP	Desenvolvimento Urbano	250.000	150.000		15.151	134.849	100.000		440	888	1.328	15.151	13.823
3767-0	BIRD	EST. ES	Saneamento	308.000	154.000		62.235	91.765	154.000		2.813	932	3.745	62.235	58.490
814-CO	BID-OC	UNIÃO	Ref. do Est. e Des. Instit.	20.000	10.000		5.152	4.848	10.000		69	172	241	5.152	4.911
904-CO	BID-OC	UNIÃO	Transportes	1.282.500	450.000		103.851	346.149	832.500		4.080	4.044	8.124	103.851	95.727
3733-0	BIRD	EST. MG	Educação	300.000	150.000		93.401	56.599	150.000		3.150	603	3.753	93.401	89.648
3916-0	BIRD	UNIÃO	Transportes	197.300	99.000		15.311	83.689	98.300		425	385	810	15.311	14.501
3915-0	BIRD	UNIÃO	Transportes	204.000	102.000		3.281	98.719	102.000		78	325	403	3.281	2.878
849-CO	BID-OC	MUN. SP	Saneamento	544.000	302.000		136.033	165.967	242.000		4.759	1.767	6.526	136.033	129.507
873-CO	BID-OC	Mun. Curitiba	Transportes	231.600	120.000		62.667	57.333	111.600		4.125	960	5.085	62.667	57.582
844-CO	BID-OC	EST. SP	Transportes	740.000	420.000		1.000	419.000	320.000			1.062	1.062	1.000	(62)
4140-0	BIRD	EST. BA	Desenvolvimento Urbano	200.000	100.000		5.018	94.982	100.000				0	5.018	5.018
841-CO	BID-OC	BNB	Desenvolvimento Regional	670.000	400.000		106.240	293.760	270.000		5.094	5.089	10.183	106.240	96.057
939-CO	BID-OC	Mun. Campinas	Saneamento	33.000	19.800		1.400	18.400	13.200			50	50	1.400	1.350
404-BR	FIDA	EST. BA	Desenvolvimento Regional	40.400	20.100		2.048	18.052	20.300		54		54	2.048	1.994
4060-0	BIRD	EST. PR	Desenvolvimento Rural	353.300	175.000			175.000	178.300				0	0	0
998-CO	BID-OC	EST. RS	Transportes	301.600	150.000			150.000	151.600				0	0	0
858-CO	BID-OC	MUN. RJ	Saneamento	60.000	30.000		6.707	23.293	30.000		176	289	465	6.707	6.242
878-CO	BID-OC	EST. BA	Saneamento	440.000	254.000		29.160	224.840	176.000		592	1.425	2.017	29.160	27.143
878-ML(*)	BID-ML	EST. BA	Saneamento		10.000			10.000					0	0	0
991-CO	BID-OC	UNIÃO	Ref. do Est. e Des. Instit.	31.000	25.000			25.000	6.000				0	0	0
955-CO	BID-OC	EST. CE	Ref. do Est. e Des. Instit.	70.000	42.000		1.615	40.385	28.000			107	107	1.615	1.508
n/d	FONP	EST. MS	Transportes	30.100	20.000		1.553	18.447	10.100				0	1.553	1.553
907-CO	BID-OC	BNDES	Crédito	600.000	300.000		297.000	3.000	300.000		12.173	313	12.486	297.000	284.514
4148-0	BIRD	EST. RS	Desenvolvimento Regional	208.400	100.000		3.000	97.000	108.400				0	3.000	3.000
344-BR	FIDA	EST. SE	Agricultura	26.000	18.000		3.131	14.869	8.000	1.176	178		1.354	3.131	1.777
3766-0	BIRD	EST. PR	Educação	196.500	96.000		57.972	38.028	100.500		1.504	411	1.915	57.972	56.057
4139-0	BIRD	EST. RS	Ref. do Est. e Des. Instit.	125.000	125.000		50.000	75.000	0		863	34	897	50.000	49.103

Vicente T. G. Santos
Secretária do Plenário

Número do Contrato	Fonte	Mutuário	Setor	Custo Total	Empréstimo				Contra-partida (1)	Fluxo Financeiro					
					Total	Cancelado	Desembolsado	Saldo		Amortização	Juros	Outros	TOTAL	Desembolso	Fluxo
917-CO	BID-OC	EST. PR	Desenvolvimento Urbano	498.000	249.000		72.932	176.068	249.000		3.275	2.117	5.392	72.932	67.540
4120-0	BIRD	EST. RN	Desenvolvimento Regional	32.000	24.000		2.757	21.243	8.000				0	2.757	2.757
4169-0	BIRD	UNIÃO	Agricultura	120.000	60.000		3.986	56.014	60.000				0	3.986	3.986
951-CO	BID-OC	UNIÃO	Saúde	750.000	350.000			350.000	100.000			892	892	0	(892)
4047-0(*)	BIRD	UNIÃO	Saúde		300.000		38.907	261.093			1.166	653	1.819	38.907	37.088
4121-0	BIRD	EST. PI	Desenvolvimento Regional	40.000	30.000		2.289	27.711	10.000			24	24	2.289	2.265
4046-0	BIRD	UNIÃO	Transportes	700.000	350.000		190.473	159.527	350.000		6.233	440	6.673	190.473	183.800
4232-0	BIRD	EST. BA	Desenvolvimento Regional	85.000	51.000			51.000	34.000				0	0	0
n/d	CAF	UNIÃO	Transportes	168.000	86.000			86.000	82.000				0	0	0
980-CO	BID-OC	UNIÃO	Ref. do Est. e Des. Instit.	1.000.000	500.000		30.000	470.000	500.000			1.274	1.274	30.000	28.726
975-CO	BID-OC	UNIÃO	Transportes	550.000	275.000			275.000	275.000				0	0	0
4147-0	BIRD	UNIÃO	Agricultura	150.000	90.000		14.954	75.046	60.000				0	14.954	14.954
4245-0	BIRD	UNIÃO	Ref. do Est. e Des. Instit.	20.000	20.000			20.000	0				0	0	0
4190-0	BIRD	EST. CE	Desenvolvimento Regional	12.000	9.600			9.600	2.400				0	0	0
TOTAL				**23.924.396**	**12.901.951**	**141.000**	**5.809.264**	**6.951.687**	**11.022.446**	**228.348**	**445.425**	**89.092**	**762.865**	**5.809.264**	**5.046.399**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais

(1) Total da contrapartida de um projeto (ainda que de mais de um contrato).

(*) Projetos com mais de uma fonte de financiamento (contratos diferentes).

Edenir T. C. Santos
Agente Técnico
Secretaria do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

US$ 1,00

BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	250.401.869	293.437.860	329.721.123	319.683.902	339.406.228	1.532.650.982
Juros	214.454.594	225.108.849	255.298.225	214.035.381	254.497.830	1.163.394.880
Comissão	12.186.193	12.624.725	8.142.986	13.823.747	20.323.957	67.101.608
Juros de Mora	32.943	31.888	35.291	569.646	4.879	674.648
TOTAL	**477.075.600**	**531.203.321**	**593.197.625**	**548.112.676**	**614.232.895**	**2.763.822.118**

BIRD - Encargos de Empréstimos ao Brasil

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	908.799.011	1.044.258.219	1.088.207.929	1.073.045.001	1.020.746.247	5.135.056.408
Juros	501.577.627	477.133.218	458.089.866	365.880.635	363.813.888	2.166.495.234
Comissão	9.750.070	10.890.861	9.781.218	8.499.098	9.356.495	48.277.741
Juros de Mora	131.331	607.379	19.121	17.085	19.026	793.942
TOTAL	**1.420.258.039**	**1.532.889.677**	**1.556.098.134**	**1.447.441.819**	**1.393.935.656**	**7.350.623.325**

BIRD e BID - Encargos de Empréstimos ao Brasil

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	1.159.200.880	1.337.696.079	1.417.929.052	1.392.728.903	1.360.152.475	6.667.707.390
Juros	716.032.221	702.242.067	713.388.091	579.916.016	618.311.718	3.329.890.114
Comissão	21.936.263	23.515.586	17.924.204	22.322.845	29.680.452	115.379.349
Juros de Mora	164.274	639.267	54.412	586.731	23.905	1.468.590
TOTAL	**1.897.333.639**	**2.064.092.998**	**2.149.295.759**	**1.995.554.495**	**2.008.168.551**	**10.114.445.443**

FONPLATA - Encargos de Empréstimos ao Brasil

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Comissão	-	-	-	-	35.000	35.000
TOTAL	-	-	-	-	**35.000**	**35.000**

FIDA - Encargos de Empréstimos ao Brasil

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	1.062.354	1.103.983	1.199.817	1.470	1.195.017	4.562.642
Juros	235.288	155.918	73.480	81.755	203.731	750.171
TOTAL	**1.297.642**	**1.259.901**	**1.273.297**	**83.225**	**1.398.748**	**5.312.813**

TOTAL de Encargos de Empréstimos ao Brasil 1993-1997

Encargos	1993	1994	1995	1996	1997	1993-1997
Principal	1.160.263.234	1.338.800.062	1.419.128.869	1.392.730.373	1.361.347.492	6.672.270.032
Juros	716.267.509	702.397.985	713.461.571	579.997.771	618.515.449	3.330.640.285
Comissão	21.936.263	23.515.586	17.924.204	22.322.845	29.715.452	115.414.349
Juros de Mora	164.274	639.267	54.412	586.731	23.905	1.468.590
TOTAL	**1.898.631.281**	**2.065.352.899**	**2.150.569.056**	**1.995.637.720**	**2.009.602.299**	**10.119.793.256**

Fonte: BACEN

Empréstimos do BIRD e BID para o Brasil

Valores anuais desembolsados por mutuário no período 1993/1997

US$ 1.000

Mutuário	No. de Empr.	Valor Contratado	Valor Cancelado	1993	1994	1995	1996	1997	Desembolso 1993-1997	Desembolso até 1997	Saldo a Desembolsar
União	174	17.026.620	1.625.841	277.194	579.549	630.832	1.202.233	977.693	3.667.501	11.644.497	3.798.146
Estatais	213	14.173.532	1.809.999	308.193	202.892	297.298	419.428	611.924	1.839.733	11.506.388	876.359
Governos Estaduais	98	7.946.550	264.804	206.181	253.486	369.350	582.440	1.029.440	2.440.897	3.965.686	3.800.217
Região Sudeste	28	2.983.300	121.737	62.842	42.419	97.764	241.132	442.502	886.659	1.452.357	1.432.728
Região Sul	29	2.299.050	26.816	63.462	108.149	107.221	104.899	293.175	676.905	1.206.772	1.094.450
Região Nordeste	30	2.064.000	55.082	54.737	81.323	134.710	173.659	236.026	680.455	916.785	1.123.780
Região Centro-Oeste	8	368.200	61.169	19.047	7.374	14.894	18.778	9.043	69.137	262.031	45.000
Regão Norte	3	232.000	0	6.094	14.220	14.761	43.973	48.694	127.741	127.741	104.259
Prefeituras Municipais	8	882.450	0	2.449	864	31.201	108.031	140.483	283.028	360.365	531.953
Região Sudeste	6	759.300	0	2.449	864	30.200	63.808	122.718	220.040	294.227	474.856
Região Sul	2	123.150	0	0	0	1.001	44.223	17.765	62.989	66.139	57.096
Privado	9	52.275	5.700	0	0	0	12.320	1.680	14.000	28.575	18.000
TOTAL	**502**	**40.081.427**	**3.706.343**	**794.017**	**1.036.790**	**1.328.681**	**2.324.452**	**2.761.220**	**8.245.160**	**27.505.511**	**9.024.675**

Fonte: BACEN

Elenir C. Santos
Secretária do Plenário

Empréstimos da CAF, Fonplata e FIDA para o Brasil

Valores anuais desembolsados por empréstimo no período 1993/1997

US$ 1,00

Nº do Empr.	Fonte	Nome	Mutuário	Valor Contratado	Valor Cancelado	1993	1994	1995	1996	1997	Desembolso 1993-1997	Desembolso até 1997	Saldo a Desembolsar
	CAF	Corredor de Integração Brasil-Venezuela - BR-174	União	86.000	0	0	0	0	0	61.300	61.300	61.300	24.700
	CAF	Gasoduto Brasil-Bolívia	Petrobrás	215.000	0	0	0	0	0	0	0	0	215.000
	CAF	Integração Energética Brasil-Venezuela	Eletrobrás/Gov.RR	86.000	0	0	0	0	0	0	0	0	86.000
Subtotal				**387.000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**61.300**	**61.300**	**61.300**	**325.700**
BR-1/94	Fonplata	Pavimentação da Rod. MS-141 - Ivinhema-Naviraí	Governo MS	20.000	0	0	0	0	0	4.444	4.444	4.444	15.556
BR-2/95	Fonplata	Preservação Ambiental do Arroio Dilúvio	Pref. de P. Alegre	1.143	0	0	0	0	0	0	0	0	1.143
BR-3/95	Fonplata	Ampl. do Hospital do Pr. Socorro de Porto Alegre	Pref. de P. Alegre	2.600	0	0	0	0	0	0	0	0	2.600
BR-4/97	Fonplata	Construção de Ponte s/ Rio Paraguai - BR-262 (1)	Governo MS	13.400	0	0	0	0	0	0	0	0	13.400
Subtotal				**37.143**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4.444**	**4.444**	**4.444**	**32.699**
O51-BR	FIDA (2)	Desenvolvimento Rural no Ceará II	Governo CE	20.969	4.249	0	0	0	0	0	16.721	16.721	0
344-BR	FIDA (2)	Apoio às Pop. de Baixa Renda do S.-Árido de SE	Governo SE	17.340	0	0	0	0	1.730	2.078	4	3.809	13.531
404-BR	FIDA (2)	Desenvolv. Comunitário da Reg. do Rio Gavião	Governo BA	18.146	0	0	0	0	0	2.013	2.013	2.013	16.133
Subtotal				**56.456**	**4.249**	**0**	**0**	**0**	**1.730**	**4.091**	**18.737**	**22.542**	**29.665**
TOTAL				**480.599**	**4.249**	**0**	**0**	**0**	**1.730**	**69.835**	**84.481**	**88.286**	**388.064**

Nota: (1) Projeto que, até dez/97,foi aprovado pelo FONPLATA mas ainda não assinado.

Nota: (2) Valores originais em DES; cotação em 23/01/98: 1DES = US$ 1,34418

Fonte: BACEN

Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.4 - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA

6.4.1 Considerações Iniciais

A Dívida Pública Federal Interna, engloba o endividamento do Governo Federal decorrente de operações de crédito realizadas, as dívidas assumidas por entidades públicas, com o objetivo de atender às necessidades de produção de bens e serviços públicos, as de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, para fazer face às despesas não cobertas pelas receitas efetivamente realizadas no exercício, e as provenientes de rolagens de dívidas mobiliárias anteriormente constituídas. Em um escopo mais abrangente, de dívida pública efetiva, a dívida pública mobiliária federal também envolve a dívida mobiliária de emissão do Banco Central do Brasil, isto é, a dívida proveniente da emissão de papéis do próprio Banco Central.

Essa dívida é composta por dois segmentos distintos que têm registros e formas de administração diferentes: a dívida contratual e a dívida mobiliária. A primeira é proveniente de contratos realizados pelos entes governamentais e a segunda é decorrente da emissão de títulos do Governo.

As dívidas contratuais, vinculadas aos órgãos e entidades que realizam contratos com pessoas físicas ou jurídicas, são derivadas de obrigações assumidas com vistas à execução de obras, fornecimento de bens ou prestação de serviços, ou da celebração de contratos de operações de crédito com os demais agentes, objetivando equacionar programas do setor público ou necessidades do setor privado. Dessa forma, essas dívidas são mais diretamente controladas e administradas pelo próprio ente público que a contraiu e podem ser de curto prazo, quando as obrigações tiverem vencimento até o término do exercício seguinte, ou de longo prazo, quando tiverem vencimento após o término do exercício seguinte.

A dívida mobiliária, de competência e administração exclusiva da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, quando da emissão de títulos da responsabilidade do Tesouro Nacional, é executada por intermédio da Coordenação-Geral de Administração da Dívida Pública - CODIP, observando-se que o processo global de emissão desses títulos envolve competências do Senado Federal, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. No que tange a emissão dos títulos de responsabilidade do Banco Central, os aspectos operacionais e executivos são de sua exclusiva competência, envolvendo no processo global dessa emissão competências das mesmas instituições anteriormente citadas.

Compete privativamente ao Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso VII, da Constituição Federal, "dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal".

Ao Conselho Monetário Nacional compete a responsabilidade pela coordenação da Política da Dívida Pública Interna, baixando normas acerca das transações do Banco Central com títulos públicos.

Ao Banco Central do Brasil, na qualidade de agente exclusivo para a execução financeira dos serviços da dívida, compete, por meio do Departamento de Operações do Mercado

Elenir T. G. Sansoe
Secretária do Plenário

Aberto – DEMAB, realizar os leilões de títulos; divulgá-los; acolher as propostas dos ofertantes; relacioná-las por ordem decrescente de valores ofertados; apurar e divulgar os resultados do leilão; e, finalmente, receber a competente liquidação financeira dos títulos alienados, com o conseqüente repasse dos recursos apurados ao Tesouro Nacional em sua Conta Única.

Para tal feito o BACEN se utiliza do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, para controlar as instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar no mercado financeiro, as quais registram os títulos e depósitos interfinanceiros, operações de movimentação, resgates, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras que envolvem títulos públicos.

A dívida pública mobiliária possui dois mercados de atuação que se complementam: primário e secundário. No mercado primário, são feitas as emissões originais dos papéis, mediante leilões realizados pela mesa do Banco Central. Após essas emissões originais, os títulos poderão ser transacionados no mercado secundário, onde as instituições financeiras negociam entre si e também com o próprio BACEN, sendo que a Autoridade Monetária utiliza essas operações para efetivar a política monetária, regulando e controlando a liquidez da economia, por meio da injeção ou retirada de moeda do mercado secundário com a compra ou venda desses papéis, respectivamente.

Deve-se observar que as emissões de títulos do Tesouro Nacional destinam-se, prioritariamente, ao financiamento do déficit público, enquanto que as emissões de responsabilidade do Banco Central estão voltadas para a prática de política monetária, objetivando fazer frente ao controle de moeda em circulação, como mencionado. Para tanto, a Autoridade Monetária carrega uma carteira própria de papéis do Tesouro Nacional e outra de sua própria emissão.

6.4.2 A Dívida Pública Mobiliária Federal - Composição

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, parte da dívida interna que é representada por títulos do Governo Federal, pode ser dita de curto prazo ou de médio prazo, conforme os prazos de vencimentos dos papéis colocados no mercado financeiro, por intermédio dos leilões públicos realizados mediante operações de mercado aberto do Banco Central do Brasil.

Para execução de sua política de endividamento, por intermédio da colocação de títulos, o Governo Federal vem utilizando papéis de responsabilidade do Tesouro Nacional, que são, como citado, administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional e compõem fontes orçamentárias próprias, a seguir discriminadas:

Fonte de Recursos	Origem	Utilização
100	Recursos ordinários do Tesouro Nacional disponíveis para livre programação.	Pagamento de encargos da DPMFi no exercício de 1997, sendo totalmente utilizada até o mês de abril.
129	Alienação da Banda B, ocorrida no mês de setembro de 1997.	Pagamento de encargos da DPMFi no exercício de 1997, sendo totalmente utilizada até o mês de outubro.
143	Emissão de títulos para refinanciamento da DPMFi.	Refinanciamento da DPMFi. Obteve-se ao final do exercício um saldo orçamentário de R$ 67,2 bilhões, devido ao alongamento do perfil da dívida mobiliária, em função do aumento do prazo médio de vencimento, e, também, porque as taxas de juros ficaram abaixo da receita estimada.
144	Colocação de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no mercado primário, por intermédio do Banco Central.	Financiamento do déficit público federal. Essa fonte obteve, ao final do exercício, uma sobra de recursos orçamentários de R$ 1,9 bilhão, observando-se, ainda, que a mesma foi utilizada como origem de remanejamento para outras fontes orçamentárias no montante de R$ 1,8 bilhão.
159	Retorno do refinanciamento da dívida interna e externa de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, bem como de seus entes, que foram assumidas pela União.	Pagamento de amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal decorrentes desses refinanciamentos. Foram disponibilizadas nessa fonte dotações para pagamento de encargos no montante de R$ 1,9 bilhão, restando, ao final do exercício, R$ 41milhões de saldo orçamentário.
163	Alienações de participações societárias, inclusive controle acionário de empresas que sejam, direta ou indiretamente, propriedade da União.	Utilizada nos meses de maio e julho, no montante de R$ 1,6 bilhão, proveniente da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, essa fonte obteve saldo orçamentário ao final do exercício no valor de R$ 3,4 bilhões, devido a não realização de privatizações esperadas.
167	Emissão de títulos especiais (NTN- Série "P" – Moeda Corrente), com prazo de resgate de 15 anos, com a finalidade de transferir os recursos arrecadados com os processos de privatização para o Tesouro Nacional.	Utilizados R$ 68,9 milhões em 1997, foi obtido um saldo orçamentário ao final do exercício de R$ 358 milhões.
188	Remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes na Conta Única do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil.	Essa fonte teve como dotação em 1997 o valor de R$ 3,2 bilhões, que foi totalmente utilizado no primeiro semestre do exercício em análise, o que gerou a necessidade de solicitação de crédito adicional para pagamentos de encargos no valor de R$ 531 milhões, mediante remanejamento de dotações da fonte 144
197	Receitas provenientes do Fundo de Amortização da Dívida, gerido pelo BNDES, que tem como finalidade amortizar a dívida mobiliária interna do Tesouro Nacional.	A dotação recebida por essa fonte não foi utilizada, por não haver saldo financeiro. Entretanto, em dezembro de 1997, como parte das medidas econômicas editadas pelo Governo Federal, foi autorizada a utilização, mediante crédito adicional, dos recursos oriundos dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta, no valor de R$ 3 bilhões, os quais não foram totalmente utilizados, o que possibilitou um saldo orçamentário no valor de R$ 478, 6 milhões.

Secretária do Plenário

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Para execução orçamentária da DPMFi, a Secretaria do Tesouro Nacional vem utilizando os seguintes títulos, vinculados a algumas fontes orçamentárias acima elencadas, para captação de recursos junto ao mercado:

a) Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT – criadas e regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87, têm como objetivo prover os recursos necessários à cobertura do déficit ou à cobertura de receita orçamentária. São títulos nominativos, negociáveis e escriturais, pós-fixados, com prazo mínimo de resgate de um dia e máximo de 365 dias. A atualização monetária é calculada pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema SELIC e os juros estão implícitos na remuneração;

b) Letras do Tesouro Nacional – LTN – criadas pelo Decreto-Lei nº 1.079, de 29.01.70, e regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87, têm os mesmos objetivos da LFT. São títulos nominativos, negociáveis, escriturais e não sofrem atualização monetária. Os juros pagos estão implícitos no deságio do título; e

c) Notas do Tesouro Nacional – NTN – criadas pela Lei nº 8.177, de 01.03.87, e com características gerais definidas pela Lei nº 8.249, de 24.10.91, ambas consolidadas por medidas provisórias específicas, reeditadas mensalmente. As NTN são emitidas em séries, regulamentadas pelos Decretos nº 1.732, de 07.12.95, nº 1.837, de 14.03.96, e nº 1.839, de 20.03.96. São títulos pós-fixados, conforme as características de cada NTN, como a seguir especificadas:

SÉRIE DA NTN / FINALIDADE	PRAZO DE RESGATE
A: Troca por Brazil Investiment Bond – BIB	Até 25 anos
B: Aumento de capital	Mínimo de 12 meses
C: Renegociação da DPMF	Mínimo de 12 meses
D: Renegociação da DPMF	Mínimo de 3 meses
F: Garantia de empréstimos do FAT	Até 6 anos
H: Renegociação da DPMF	Mínimo de 3 meses
I: PROEX	Até 25 anos
J: Aumento de capital do Banco do Brasil	Até 15 anos
L: Lastro para passivo externo do BACEN	Até 2 anos
M: Troca por Bônus de Dinheiro Novo	15 anos
N: Troca por MYDFA	Até 2 anos
P: Troca por recursos arrecadados pelo PND	Mínimo de 15 anos
R1: Fundos de Pensão	Até 15.09.2007
R2: Fundos de Pensão	10 anos
T: Garantia de empréstimos do FAT	Até 15 anos

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Os títulos de emissão própria do Banco Central, por sua vez, são as Letras do Banco Central - LBC e os Bônus do Banco Central - BBC. Os primeiros papéis rendem ao seu detentor um pequeno ganho auferido pelo deságio, praticado na compra dos títulos, mais a taxa de juros média do "over", enquanto que os segundos papéis são pré-fixados, à semelhança das LTN.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.4.3 Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal

O estoque de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional alcançou ao final de 1997 o montante de R$ 225.659 milhões, sendo que desse montante 16,5% estão em poder do Banco Central, enquanto os restantes 83,5% estão no mercado secundário. Comparando-se esta posição de estoque com aquela do final de 1996, que registrou um estoque de R$ 114.617 milhões, verifica-se um incremento de 96,88%, correspondente a um incremento nominal de R$ 111 bilhões .

A dívida em títulos do Tesouro Nacional em poder do mercado e do Banco Central cresceu 82,5% em termos reais, quando comparada com a posição de final de 1996, deflacionada pelo IGP-M. Quando compara-se o estoque valorizado até o último dia útil de 1997 com aquele registrado ao final de 1994 observa-se um crescimento nominal de 275%, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL

R$ mil

TÍTULOS UTILIZADOS	1994	1995	1996	1997
	DEZEMBRO	DEZEMBRO	DEZEMBRO	DEZEMBRO
1. INTERNA	**52.266.495**	**77.387.507**	**99.405.062**	**152.973.406**
BTN	40.719	49.950	54.258	59.514
LTN	520.000	19.588.116	49.101.077	87.056.409
LFT	7.884.961	18.460.283	0	14.913.103
NTN-A	0	0	0	5.964.342
NTN-B	7.173.628	2.238.662	2.586.347	2.876.705
NTN-C	16.085.699	11.335.825	6.155.978	0
NTN-D	7.021.350	16.713.706	28.017.327	21.418.248
NTN-H	12.189.343	6.111.567	10.121.908	6.994.400
NTN-I	4.554	35.470	100.198	287.855
NTN-M	250.699	270.758	272.186	338.368
NTN-P	1.085.212	2.572.314	2.986.537	13.055.772
NTN-R1	923	1.145	0	0
NTN-R2	9.407	9.711	9.246	8.689
2. INTERNA ESPECIAL	7.881.308	8.205.101	15.212.563	72.685.693
LFT-E	0	0	0	281.538
LFT-A	0	0	0	44.585.526
LFT-B	0	0	0	12.400.389
NTN-L	6.068.946	5.936.175	2.929.733	1.981.528
NTN-T	0	1.238.940	2.401.174	1.498.852
NTN-F	1.812.362	1.029.986	793.670	458.989
NTN-N	0	0	0	0
NTN-J	0	0	9.087.986	11.478.872
TOTAL	**60.147.803**	**85.592.608**	**114.617.625**	**225.659.099**
PART. MERCADO (%)	**51,71%**	**62,86%**	**75,52%**	**83,49%**
PART. BACEN (%)	**48,29%**	**37,14%**	**24,48%**	**16,51%**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O aumento do estoque da DPMFi no exercício de 1997 decorreu, principalmente, das seguintes ocorrências:

a) Emissões líquidas para pagamento de despesas de outras origens, exceto a DPMFi, dentre elas as da dívida externa no montante de R$ 4,4 bilhões (já deduzidas as emissões externas utilizadas no resgate de títulos da DPMFi), das dívidas Securitizadas e TDA, em R$ 2,5 bilhões, e das dívidas contratuais dos ministérios, em R$ 1,8 bilhão, perfazendo um total de R$ 8,7 bilhões, o que representou um acréscimo de 7,63% em relação ao estoque de dezembro/96;

b) Emissões líquidas para pagamento de encargos da DPMFi no valor de R$ 6,5 bilhões, representando um acréscimo de 5,72% em relação ao estoque de dezembro/96;

c) Emissões líquidas para pagamento de desoneração do ICMS no montante de R$ 1,6 bilhão, representando um acréscimo de 1,43% em relação ao estoque de dezembro de 1996;

d) Acréscimo de R$ 4,3 bilhões como resultado da diferença entre a apropriação de juros reais da DPMFi, pelo critério de competência, que atingiu R$ 17,2 bilhões, e o pagamento de juros caixa, que alcançou o montante de R$ 12,9 bilhões, representando um acréscimo de 3.74% ao estoque de dezembro de 1996.

e) Emissões líquidas de NTN-P em setembro e em novembro, retroativas a junho, no valor de R$ 8,6 bilhões, sem contrapartida financeira, referente a permuta de recursos recebidos no âmbito do PND, com redução de R$ 7,5 bilhões no estoque de moedas de privatização e aumento de ativos representados por Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, representando um acréscimo de 7,55% ao estoque de dezembro de 1996.

f) Emissão líquida de NTN-A, em 10.12.97, a favor de instituições financeiras para troca por papéis emitidos (*par bonds*) em decorrência de acordos de reestruturação da dívida externa brasileira, no montante de R$ 5,9 bilhões, representando um acréscimo de 5,14% sobre o estoque de dezembro de 1996, com redução, em igual montante, da dívida mobiliária externa;

g) Emissão de LFT, em 15.12.97, a favor da Caixa Econômica Federal - CEF, no montante de R$ 8,6 bilhões, para resgate de títulos da dívida mobiliária, representando um aumento de 7,50% do estoque de dezembro de 1996;

h) Emissão líquida de LFT, em 04.12.97, a favor do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, no valor de R$ 6 bilhões, tendo como contrapartida recebíveis daquele Instituto no mesmo montante, com vistas a reduzir o custo de financiamento do seu fluxo de caixa sazonal negativo (em decorrência do pagamento do 13° salário dos segurados), o que representou um acréscimo de 5,23% do estoque de dezembro de 1996; e

i) Emissão líquida de LFT-A e B, em 23.12.97 e 29.12.97, a favor do Banco do Estado de São Paulo S.A - BANESPA e Nossa Caixa Nosso Banco, com fins de consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de São Paulo, no valor de R$ 56,5 bilhões, tendo como contrapartida financeira, haveres no total de R$ 49,4 bilhões, representando um acréscimo de 49,56% em relação ao estoque de dezembro de 1996.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Faz-se oportuno destacar que no exercício de 1994, com o estabelecimento do novo padrão monetário (o Real), em 1° de julho, o total de títulos de emissão tanto do Tesouro Nacional, quanto do Banco Central, correspondiam, respectivamente, a R$ 71,1 bilhões e R$ 22,7 bilhões, totalizando R$ 93,8 bilhões. Quando comparamos esse montante com o de dezembro de 1997, cujo montante de responsabilidade do Tesouro Nacional alcançou R$ 225,7 bilhões e o de responsabilidade do Banco Central R$ 65,2 bilhões, somando R$ 290,9 bilhões, verifica-se um crescimento nominal dessa dívida correspondente a 210,2%, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Bilhões

FINAL DO PERÍODO	TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL			TÍTULOS DO BACEN				Total Fora do BACEN
	Títulos Emitidos	Carteira do BACEN	Total Fora do BACEN	LBC	BBC	NBCE	Subtotal	
Jun/1994	71,1	32,0	39,0	22,7	0	0	22,7	61,7
Dez/1994	59,3	23,9	35,3	2,1	24,3	0	26,4	61,7
Dez/1995	84,5	25,4	59,1	22,5	26,7	0	49,3	108,4
Dez/1996	114,7	21,6	93,1	32,7	50,3	0	83,1	176,2
Dez/1997	225,7	36,5	189,2	25,2	28,3	11,6	65,2	254,4

Fonte: Banco Central do Brasil

Conforme os dados da tabela acima, o estoque total da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna fora do Banco Central alcançou no exercício em análise o valor de R$ 254,4 bilhões, sendo que, desse montante, R$ 65,2 bilhões são de responsabilidade do Banco Central e R$ 189,2 bilhões são de responsabilidade do Tesouro Nacional.

A evolução dos estoques da referida dívida cresceu de maneira mais preponderante devido às emissões de responsabilidade do Tesouro Nacional, com um aumento de 435,7% do final de 1994 para o final de 1997. O estoque de responsabilidade do Banco Central teve crescimento nesse mesmo período de 146,6%, destacando-se que do final de 1996 para o final de 1997 ocorreu um decréscimo de 21,5%.

Cabe ressaltar que o estoque da dívida mobiliária federal interna de responsabilidade do Tesouro Nacional ficaria reduzido ao valor de R$ 167,7 bilhões, se fossem excluídos dos valores registrados aqueles assumidos de dívidas da Caixa Econômica Federal (Letras Hipotecárias), de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, do Instituto Nacional de Seguridade Social e da assunção das dívidas dos Estados por conta da Lei 9.496/97, conforme se pode verificar no demonstrativo de Estoque da DPMFi Líquida a seguir:

R$ Bilhões

Discriminação	Dez/96	Nov/97	Dez/97
Dívida Mobiliária	114,6	141,2	225,7
LH da CEF	0	0	(0,8)
OFND	0	0	(1,7)
INSS	0	0	(6,0)
Lei 9.496/97	0	0	(49,5)
Total	**114,6**	**141,2**	**167,7**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

As despesas efetivamente realizadas com títulos do Tesouro Nacional, no exercício em análise, foi de R$ 149,6 bilhões, conforme se observa no demonstrativo de execução por fonte de recursos a seguir:

R$ Mil

FONTE	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	Part. Exec.	Var. Exec.
100	694.417	694.417	0,5%	100,0%
129	936.463	936.463	0,6%	100,0%
143	199.953.890	132.329.394	88,5%	66,1%
144	8.517.958	6.269.619	4,2%	73,6%
159	1.263.979	1.233.932	0,8%	97,6%
163	5.073.000	1.650.245	1,1%	32,5%
167	427.000	69.958	0,0%	16,4%
188	3.745.163	3.744.911	2,5%	100,0%
197	3.195.895	2.643.745	1,8%	82,7%
TOTAL	**223.807.767**	**149.571.687**	**100,0%**	**66,8%**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

6.4.4 Os Juros e Encargos com a Dívida Pública Federal

Do valor total de R$ 149,6 bilhões de despesas realizadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, R$ 136,7 bilhões são relativos ao pagamento do principal e R$ 12,9 bilhões referentes ao pagamento de encargos reais. Os vencimentos junto ao mercado somaram R$ 125,7 bilhões (R$ 115,9 bilhões de principal e R$ 9,8 bilhões de encargos), enquanto os gastos com títulos vencidos junto ao Banco Central alcançaram o montante de R$ 23,9 bilhões (R$ 20,8 bilhões de principal e R$ 3,1 bilhões de encargos).

Os encargos da DPMFi em poder do mercado, de responsabilidade do Tesouro Nacional, registram os pagamentos de juros reais (juros nominais menos correção monetária) mais taxas e comissões eventuais, no critério de efetivo desembolso – caixa. A partir de 1993, apenas os encargos da dívida mobiliária em mercado passaram a ser registrados nesta rubrica. Isto porque os pagamentos relativos aos títulos do Tesouro na carteira do Banco Central não ocasionam impacto sobre a economia, considerando que os recursos para pagamento desses juros são transferidos da Conta Única do Tesouro para o BACEN, o que provoca alteração da base monetária.

No exercício de 1997, o Tesouro Nacional contabilizou como despesa orçamentária, no grupo de despesa de juros e encargos da dívida interna, o montante de R$ 15,9 bilhões. Em 1996 foi contabilizado R$ 14,7 bilhões, ou seja, observou-se de um exercício para o outro um crescimento de 8,2%. Essa elevação na conta de juros e encargos da dívida interna ocorreu principalmente devido ao aumento do estoque da DPMFi, como já mencionado. Já em 1995 foi registrado como pagamento de juros reais o valor de R$ 12,1 bilhões, enquanto em 1994 registrou-se um montante de R$ 7,6 bilhões, evidenciando, assim, um crescimento de 109,2% do final de 1994 para o final de 1997. Vale lembrar que a dívida mobiliária emitida para a assunção da dívida dos Estados, ocorrida no final do exercício em análise, somente terá repercussão mais efetiva a partir do exercício de 1998, considerando que a emissão de títulos tem uma maturação para gerar encargos efetivos, dado o perfil e os prazos de colocação desses papéis

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Considerando o disposto acima, faz-se necessário mostrar que o atual perfil dos títulos colocados em mercado pelo Tesouro Nacional tem um prazo médio de vencimento acima de 7 meses, sendo que esse prazo médio era de 3,6 meses no exercício de 1996 e de 6,9 meses em 1997, o que denota uma significativa alteração no perfil da rolagem da dívida mobiliária carregada pelo Tesouro. De igual forma, o custo médio de colocação no mercado, que era de 1,86% a.m. em dezembro de 1996, 24,8% a.a., passou para 1,78% a.m. em dezembro de 1997, 22,4% a.a.

É de se ressaltar, ainda, que as informações relativas aos juros e encargos provenientes dos títulos de emissão da Autoridade Monetária não são disponibilizadas de forma discriminada nos documentos de publicação rotineira daquela Autarquia, a saber: Nota para a Imprensa e Boletim do Banco Central do Brasil, fazendo-se necessário, para sua obtenção, o exame de demonstrativo específico do Departamento de Administração Financeira-DEAFI, daquela Autarquia, em que se demonstra a execução sintética das contas de resultados orçamentários e extra-orçamentários.

6.4.5 A Dívida Pública Contratual

A Dívida Pública Federal interna abrange, além da dívida mobiliária, os créditos contra a União e entidades por ela controladas, representados ou não por títulos, ou seja, a chamada dívida contratual. Entre esses créditos estão aqueles passíveis de utilização no Programa Nacional de Desestatização - PND, que compreendem: os créditos securitizados, decorrentes de dívidas vencidas renegociadas; os Certificados de Privatização - CP; as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND; os Títulos da Dívida Agrária – TDAs; as Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal; as Debêntures da SIDERBRÁS, dentre outros.

A possibilidade de utilização desses créditos no PND, por isso também chamados de moedas de privatização, decorre diretamente dos dois objetivos fundamentais da desestatização, quais sejam: reordenar a posição estratégica do Estado na economia e buscar o saneamento financeiro do setor público. Nesse sentido, o PND vislumbra a alienação de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, permitindo-se a utilização de créditos de diversas naturezas, contra a Fazenda Nacional, como "moeda" para o pagamento de ativos a serem alienados.

Do ponto de vista do controle externo é importante analisar a estrutura desses créditos, sua origem, a sistemática de reconhecimento dessas obrigações e o papel dos órgãos da administração pública envolvidos nesse processo.

A CODIP-STN é a responsável pelo acompanhamento do processo de reconhecimento do crédito, gerenciamento do mercado secundário e compensação final dos créditos para utilização como "moeda" no PND. Esse acompanhamento é realizado mediante o sistema SECURITIZAR da Central de Liquidação de Títulos Privados - CETIP, onde são registrados escrituralmente todas as moedas de privatização. Cabe esclarecer que a CETIP está vinculada à Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA, entidade privada responsável pelo gerenciamento do mercado secundário de títulos. A utilização da

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CETIP é justificada pela inadequação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos - SELIC do Banco Central às características dos créditos a serem registrados.

6.4.5.1 Securitização de Dívidas

O estoque de créditos securitizados ao final de 1997 totalizava o valor de R$ 15,1 bilhões, incluídas as securitizações decorrentes do refinanciamento de parte das dívidas estaduais assumidas pela União, assim como o alongamento das dívidas do crédito rural. Temos ainda, englobados em demais obrigações, R$ 982,3 milhões de Debêntures SIDERBRÁS, R$ 162,6 milhões em avais do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA, R$ 42,1 bilhões de dívida bancária, R$ 2,4 bilhões de obrigações de Ministérios, além de R$ 17,3 bilhões de garantias da União.

Há de se considerar que existem ainda muitos processos de securitização pendentes, que podem alcançar o valor de R$ 34,8 bilhões, em posição de final de 1997, valor que se poderia chamar de dívida potencial da União. Esses processos estão ainda em tramitação ou pendentes de regularização devido a falta de documentos exigidos pela legislação, tais como os originais dos contratos para atender ao Decreto nº 348/91, que dispõe sobre as obrigações financeiras contraídas pelas entidades em liquidação ou extinção.

O maior passivo em processo de securitização, no valor de R$ 21,7 bilhões, refere-se aos débitos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, criado para subsidiar os financiamentos habitacionais nos planos de equivalência salarial.

É importante esclarecer que os créditos securitizados incluem as dívidas renegociadas por conta da extinção ou privatização de empresas, por força da Lei nº 8.029/90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, assim como da Lei nº 7.862/89. Os credores originais desses créditos eram bancos privados, empreiteiras, Banco do Brasil, BNDES e outros. As empresas que tiveram suas dívidas securitizadas, ou seja, assumidas pela União após procedimentos específicos, foram:

a) Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.-BNCC;
b) Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA;
c) Companhia Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária - INFAZ;
d) Petrobrás Comércio Internacional S.A.-INTERBRÁS;
e) Petrobrás Mineral S.A.-PETROMISA;
f) Empresas de Portos do Brasil S.A.-PORTOBRÁS;
g) Siderúrgica Brasileira S.A.-SIDERBRÁS;
h) Empresas Nucleares Brasileiras S.A.-NUCLEBRÁS; e
i) Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Acrescente-se aos créditos securitizados, aqueles relativos a assunção de dívidas do Sistema BNDES, Banco da Amazônia e do PROAGRO Novo e PROAGRO Velho.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Os créditos securitizados incluem, também, dívidas renegociadas da União de diversas origens, por força da Portaria nº 82/92 do MEFP/SFN, a qual permite a utilização de créditos vencidos contra a União como moeda de privatização, assim como da Lei nº 8.631/93 e Medida Provisória nº 534/94, convertida na Lei nº 9.025/95.

Entre os créditos assumidos pela União nos termos acima citados, destacam-se:

a) Crédito ao Exportador: dívida do ressarcimento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI pelo Departamento de Comércio Exterior - DECEX a favor de exportadores;

b) Ministério da Aeronáutica: dívida relativa à construção da Base de Lançamento de Alcântara pelo GICLA - Ministério da Aeronáutica a favor de empreiteiras;

c) Política de Equalização de Preços Açúcar/Álcool: dívida originária do programa de política de preço nacional equalizado do açúcar e do álcool a favor de usineiros de álcool e açúcar. Esse programa objetivava estimular a produção em regiões com estrutura de custo menos competitiva, mediante subsídios da União repassados pelo extinto Instituto do Açúcar e do Álcool-IAA;

d) SOTAVE: dívida relativa à desapropriação de um porto fluvial em Belém do Pará efetuada pela PETROBRÁS S.A;

e) SUNAMAM: dívida da extinta SUNAMAM a favor de bancos;

f) Crédito Judicial: dívidas da União reclamadas judicialmente a favor de credores diversos;

g) Conta de Resultados a Compensar-CRC: dívida originária do regime de remuneração garantida para os concessionários de energia elétrica, extinto pela Lei nº 8.631/93, o qual objetivava cobrir a diferença entre o custo do serviço de cada concessionário e o preço da tarifa de fornecimento aos consumidores finais;

h) Debêntures EMBRAER: dívida relativa a debêntures emitidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.-EMBRAER, assumida pela União por força da Medida Provisória nº 534/94, convertida na Lei nº 9.025/95, a favor de credores diversos.

A securitização de créditos é um procedimento que envolve a renegociação da dívida pela Divisão de Renegociação de Dívidas - DIRED/CODIP/STN, a aprovação do Secretário do Tesouro Nacional, a emissão de parecer favorável sobre a legalidade pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e a autorização final do Ministro da Fazenda. Após essas etapas, o contrato é formalizado na PGFN e escriturado no sistema SECURITIZAR-CETIP.

A renegociação é realizada caso a caso, de acordo com as características e peculiaridades do crédito a ser securitizado, não existindo normas específicas que a regulamentem. Com essa constatação, exsurge a preocupante questão de que a renegociação é realizada de forma discricionária pela DIRED/CODIP/STN, inexistindo parâmetros normatizados na fixação dos juros e prazo da renegociação.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Vários créditos foram renegociados pela DIRED/CODIP a taxas de juros estipuladas entre 0 a 6% a.a., acima da correção monetária, e prazos de 2 a 10 anos ou mesmo prazo indeterminado. A maior parte dos contratos são corrigidos pelo IGP-DI, com pagamento do principal e dos juros no vencimento.

Cabe ressaltar que a securitização possui duas características fundamentais, quais sejam: assunção da dívida pela União e renegociação que implique em redução do estoque e/ou custo da dívida. De certa forma, a garantia do pagamento da dívida é compensada por sua redução, como ocorreu, aliás, no caso da securitização da dívida externa do setor público brasileiro.

Ademais, a redução da dívida é justificável pelo fato de que muitos dos contratos originais já embutiam uma margem de lucro acima do normal, como reconhece a Nota DTN/CODIP/nº 162/91, que diz *"Deve-se considerar também que tais créditos, pelo fato de serem fruto de venda de bens ou serviços ao setor público, já embutem implicitamente sobre-preço"*.

6.4.5.2 Créditos Securitizados em 1997

No decorrer do exercício em análise, foram renegociadas e securitizadas diversas dívidas pela União no âmbito das Leis 8.029/90 e 8.631/93 e dos Decretos 1.647/95 e 1.947/96. Essas securitizações somaram R$ 852,5 milhões.

Sob o amparo da Lei 8.029/90 foram securitizadas obrigações decorrentes da assunção de dívidas das extintas empresas SIDERBRÁS, LLOYDBRÁS e PETROMISA. Em 1997, essas securitizações somaram R$ 182,0 milhões.

Com fundamento na Lei 8.631, de 04.03.93, com redação dada pela Lei 8.724, de 28.10.93, foram securitizados R$ 0,06 milhões de dívidas do setor elétrico, concernentes à Conta de Resultados a Compensar - CRC.

Com base no Decreto 1.647/95, foram securitizadas dívidas dos Ex-Territórios Amapá e Roraima, assim como aquelas decorrentes do Programa de Equalização de Preços do Açúcar e Álcool, além de dívidas do Programa de Garantias à Atividade Agropecuária - PROAGRO Velho, no valor de R$ 17,0 milhões.

Com fundamento no Decreto 1.947/96, foram securitizados os valores relativos à nova fase do Programa de Garantias à Atividade Agrícola-PROAGRO Novo, no montante de R$ 653,4 milhões.

Além das novas securitizações, cabe ressaltar a transferência definitiva da administração das debêntures da SIDERBRÁS para o Tesouro Nacional. Referidas obrigações já haviam passado para a responsabilidade do Tesouro quanto ao ônus financeiro, já que a União figurava como garantidora das debêntures. A conclusão do processo de liquidação da SIDERBRÁS, em 25.08.97, determinou a transferência de todas as operações ligadas ao gerenciamento de seus direitos e obrigações para o Tesouro Nacional.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Em 1997, foram realizados os pagamentos de despesas relativas às amortizações e de juros vencidos no exercício, concernentes aos créditos securitizados emitidos em exercícios anteriores, e das debêntures SIDERBRÁS definitivamente assumidas pela União, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

R$ milhões

OBRIGAÇÃO	DESPESAS		
	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL
Créditos Securitizados	557	166	723
Debêntures SIDERBRÁS	100	64	164
Total	**657**	**230**	**887**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN /MF

Com a edição da Medida Provisória 1.586/97, e suas oito reedições, foram realizados leilões de Certificados da Dívida Pública - CDP/INSS para utilização exclusiva na quitação de dívidas previdenciárias. Os CDP/INSS são emitidos por meio de processo competitivo, realizados eletronicamente junto à CETIP, nos quais são aceitos como meios de pagamentos créditos securitizados de responsabilidade do Tesouro Nacional, sempre pelo seu valor econômico nas datas dos leilões.

Foram feitos em 1997 três leilões de CDP/INSS. O primeiro leilão, caracterizado como "piloto", foi realizado estipulando-se um preço mínimo de R$ 1.000,00 de qualquer título ou moeda para cada R$ 1.000,00 de CDP. Nesse leilão não foi aceita nenhuma proposta. A partir do segundo leilão foram publicados percentuais pelos quais seriam aceitos cada crédito securitizado de responsabilidade do Tesouro Nacional. Esse deságio reflete o fluxo de cada papel descontado a uma taxa de 12% a.a.

Com essa nova metodologia, os últimos leilões foram levados a termo com a venda de uma parcela representativa de lotes colocados à venda. Foram alienados R$ 38,4 milhões e R$ 30,4 milhões, para lotes totais de R$ 50 milhões e R$ 100 milhões, respectivamente.

6.4.6 Operações de Securitização da Dívida Agrícola

O setor agrícola apresentou sérias dificuldades nos exercícios anteriores a 1995, devido, em parte, ao aumento da diferença negativa entre os preços recebidos pelos agricultores e as suas dívidas, que chegou a atingir cerca de 50% em abril/95, quando projetada anualmente, pelo fato de que as suas dívidas estavam atreladas à TR.

Outros fatores para o quadro de dificuldades enfrentado pelos agricultores foram o ajuste requerido do setor rural, em face da mudança na política cambial, que ao desatrelar-se da inflação passada, consistente com a estabilização da moeda, realçou a precariedade das condições de infra-estrutura, principalmente nas regiões de fronteira agrícola, associadas ao chamado "Custo Brasil", e as mudanças de caráter estrutural, como a abertura às importações dos alimentos em geral, com tarifas reduzidas e crédito favorecido, sem que o setor agrícola conte, ainda hoje, com mecanismos ágeis de defesa comercial contra práticas desleais de comércio.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Esses fatores, adicionados a safras recordes e queda nas receitas dos agricultores, além de outros fatores como a política de preços mínimos, que corrigindo os preços de compra garantido pelo Governo pela Taxa Referencial de Juros desde a safra 91/92, acabaram implicando na formação de elevados estoques nas mãos do Governo, provocando maior instabilidade no mercado, em função da retração dos compradores.

Para exemplificar tal situação, ao final de 1995 a posição das aplicações do Banco do Brasil no setor rural, maior agente financeiro de fomento ao setor agrícola, abrangendo aplicações que remontam a 1992, demonstrava um nível de inadimplência que pode ser verificado no quadro abaixo:

BANCO DO BRASIL S.A / CRÉDITO RURAL POR CLIENTE
APLICAÇÃO E ANORMALIDADE POR FAIXAS DE VALORES

R$ 1,00

Saldo por Cliente	Número Clientes	Aplicação (A)	Part. %	Número Clientes	Anormalidade (B)	Part. %	(B/A) %
Até 10.000	212.988	640.268.886	3,11	19.629	53.588.578	0,67	8,37
de 10.001 a 20.000	41.699	595.007.423	2,89	4.723	68.477.287	0,86	11,51
de 20.001 a 30.000	24.851	620.579.615	3,01	2.917	72.147.878	0,90	11,63
Subtotal (até 30.000)	**279.538**	**1.855.855.924**	**9,02**	**27.269**	**194.213.743**	**2,43**	**10,46**
de 30.001 a 50.000	23.191	888.004.981	4,31	3.984	156.144.331	1,96	17,58
de 50.001 a 150.000	30.220	2.583.919.245	12,55	7.362	643.024.256	8,06	24,89
Subtotal (até 150.000)	**332.949**	**5.327.780.150**	**25,88**	**38.615**	**993.382.330**	**12,45**	**18,65**
de 150.001 a 240.000	7.469	1.411.161.655	6,86	2.287	436.478.517	5,47	30,93
de 240.001 a 500.000	7.464	2.561.471.462	12,44	2.838	990.157.995	12,41	38,66
Mais de 500.000	6.580	11.282.985.555	54,82	2.939	5.558.371.506	69,67	49,26
Totais	**354.462**	**20.583.398.822**	**100,00**	**46.679**	**7.978.390.348**	**100,00**	**38,76**

Fonte: Base PGRC - Banco do Brasil

Cabe constatar, de imediato, sobre os dados do quadro acima, que os créditos de até dez mil reais, envolvendo aplicações de 212.988 clientes, representavam menos de 0,67% no total do valor do inadimplemento junto a esse banco; enquanto as faixas de operações de duzentos e quarenta mil reais a quinhentos mil reais, com 7.464 clientes, e as acima de quinhentos mil reais, com 6.580 clientes, correspondiam, respectivamente, a 12,41% e 69,67% do total do inadimplemento. Esses montantes e percentuais mostram que a inadimplência é causada por pequenos grupos de grandes tomadores de empréstimos junto àquela instituição financeira.

Diante da situação, a questão requeria um processo de alongamento dessas dívidas, que teve como pressuposto a necessidade de apoiar o produtor rural em função das dificuldades de liquidez, provocadas pelo descasamento entre ativos e passivos desse setor, agravado pela má comercialização da safra 1994/95 e pelos elevados encargos financeiros ocorridos no período.

Dessa forma, a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, autorizou o alongamento do montante das dívidas provenientes de operações contratadas até o limite de R$ 200 mil por cada emitente do instrumento de crédito, observados os casos das associações, condomínios e cooperativas, de forma que o total refinanciado não ultrapassasse o valor nominal de R$ 7 bilhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Essas dívidas envolveram as instituições e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei n° 4.829, de 5 de novembro de 1965, que foram autorizados a proceder ao referido alongamento das mesmas, originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, pelas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às seguintes operações realizadas até 20 de junho de 1995, conforme o art. 5° da referida Lei:

I - de crédito rural de custeio, investimento ou comercialização, excetuados os empréstimos do Governo Federal com opção de venda (EGP/COV);

II - realizadas ao amparo da Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNF e FCO);

III - realizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros recursos operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

IV - realizadas ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).

Por seu parágrafo primeiro, referido artigo estipulou que o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a inclusão de operações de outras fontes.

O alongamento dessas dívidas, junto às instituições financeiras credoras, foi garantido pela emissão de títulos do Tesouro Nacional, até o limite acima mencionado, conforme estipulado pelo art. 6° da Lei n° 9.138/95, sendo que para os mutuários o pagamento dos débitos pode ser, conforme dispõe o art. 5° da citada Lei, em moeda corrente ou em equivalência em produto.

Para viabilizar as emissões de títulos do Tesouro Nacional mencionados foram desenvolvidos sistemas especiais de custódia, dadas as características financeiras dos ativos, cujas séries variavam em função do esquema original de pagamento, assim como da forma de atualização da dívida contratual, dentre outras variáveis financeiras.

Definida a sistemática das emissões, e verificados os dispositivos da Lei 9.138/95, a STN efetivou, em 30.10.97, as emissões e os pagamentos das séries dos títulos previstas para o exercício de 1997. A primeira emissão atingiu o montante de R$ 2.261 milhões e o primeiro pagamento alcançou o valor de R$ 1.103 milhões. Ao final do exercício em análise, o estoque de títulos emitidos em função do alongamento e equalização de dívidas de crédito rural atingiu o montante de R$ 1.204 milhões.

Assim, a responsabilidade pelo pagamento dessas dívidas junto as instituições credoras foi transferida para o Tesouro Nacional, sem nenhuma contrapartida para os credores originais. Isto porque, para os casos de amortização dos refinanciamentos em produtos por parte dos mutuários, os riscos de armazenagem do produto feito pela CONAB, na hora do pagamento em mercadorias, venda dos produtos após vários anos, além dos extravios e tantos outros efeitos que podem causar prejuízos aos cofres públicos, não serão repassados para nenhum outro agente, sendo esses prejuízos, portanto, assumidos integralmente pelo Tesouro.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

É de se destacar também, no que tange a esse aspecto, que a Resolução de nº 2.238, de 31.01.96, do Conselho Monetário Nacional, já dispunha em seu Art. 1º , inciso VI, letra b, que os débitos relativos a multa, mora, taxa de inadimplemento e honorários advocatícios são de responsabilidade da instituição financeira. Por sua vez, a Resolução nº 2.279, de 22 de maio de 1996, em seu art. 2º, inciso I, admitiu ser incluso as despesas relativas a custas processuais no saldo devedor a ser alongado. Desse modo, esse é mais um fator que transfere a responsabilidade para o Tesouro Nacional.

Outro fator que também transferiu despesas para o Tesouro diz respeito ao disposto na Carta-Circular nº 2.671, de 18.07.96, que incluiu como despesas passíveis de alongamento, desde que vinculadas ao financiamento, aquelas relativas com prestações de assistência técnica, adicional e outras concernentes ao PROAGRO, seguro de penhor rural, entre outras. Dessa forma, pode-se verificar que todo esse processo resulta em uma assunção pelo Tesouro Nacional de quase todas as responsabilidades vinculadas a essas dívidas, o que pode causar substancial impacto no déficit público.

Para as renegociações dessas dívidas, que devem ser realizadas mediante contrato de encargos financeiros e de alongamento das mesmas, feito entre a União e as instituições financeiras, com interferência da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 9.138, de 29.11.95, e na Resolução nº 2.238, de 31.01,96, do Conselho Monetário Nacional, estipulou-se que a contabilização e a movimentação financeira dessas operações alongadas deverão ser efetivadas na forma prevista na Carta-Circular nº 2.642, de 23.04.96, do Banco Central do Brasil, e que qualquer movimentação financeira em espécie, envolvendo a CONTRATANTE e o CREDOR, será efetuada mediante débito ou crédito na conta "Reservas Bancárias" do CREDOR, mantida junto ao Banco Central do Brasil, ou em conta "Reservas Bancárias" de outra instituição financeira utilizada pelo CREDOR para esta finalidade, mediante convênio específico.

Estipulou-se, ainda, que as informações referentes aos diferenciais entre o saldo devedor em 30.11.95 das operações repactuadas e os valores devidos pelos mutuários na mesma data, com base na equivalência em produto, constantes dos contratos de repactuação, serão disponibilizadas à contratante por intermédio do SISBACEN, com o objetivo de inclusão no valor dos títulos a serem emitidos.

Apesar desses dispositivos, não existe a garantia de que essas informações fornecidas pelos credores ao Tesouro Nacional sejam exatas, ainda que esses possam responder civil e penalmente por quaisquer prejuízos decorrentes de informações equivocadas; sendo importante destacar, para o caso, que quando as informações contidas nos extratos chegam ao Tesouro Nacional, o mesmo não tem pessoal suficiente para realizar um efetivo controle e fiscalização sobre as informações fornecidas, além de que uma checagem em quase 500.000 mil processos, conforme informações de técnicos da STN, teria um custo muito elevado para o Tesouro Nacional.

Quanto ao custo da operacionalização do refinanciamento dessa dívida, de acordo com a Lei nº 9.138, acima citada, a remuneração dos empréstimos será de taxa de juros de 3%

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

a.a., com capitalização anual, observando-se que essa taxa de juros é inferior, por exemplo, àquela praticada no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, que alcança 7,5% a.a.

Cabe destacar, nesse contexto, que referidos refinanciamentos envolverão um processo de equalização dessas dívidas. Por um lado, como citado anteriormente, haverá a colocação de títulos do Tesouro Nacional de acordo com as taxas vigentes no mercado, que alcançaram no exercício de 1997 valores bem superiores ao praticado por essa renegociação. Por outro lado, o pagamento do débito por parte dos mutuários, independentemente da atividade agropecuária desenvolvida pelos mesmos, observará a taxa de juros de 3% a.a., como mencionado, e ainda terão em seus contratos cláusula de equivalência em produto, ficando a critério do mesmo a escolha de um produto, entre aqueles a serem definidos pelo CMN, cujos preços de referência constituirão a base de cálculo dessa equivalência. Ademais, a critério do mutuário, o pagamento do débito poderá ser feito em moeda corrente ou em unidades equivalentes de produto agropecuário, consoante a opção do mesmo, mediante depósito da mercadoria em unidade de armazenamento credenciado pelo Governo Federal.

Ressalte-se, ainda, que com o advento da Resolução nº 2.332, de 05.11.96, foi autorizado, por seu art. 4º, inciso I, que o pagamento em produto somente será aceito na data do vencimento de cada parcela; sendo tal dispositivo alterado pela Resolução nº 2.373, de 03.04.97, por seu art. 1º, a qual permitiu a amortização antecipada mediante pagamento em produto, até o limite de 50% do valor da prestação devida pelo mutuário no ano da referida antecipação.

Dessa forma, esse processo de equalização poderá causar sérios prejuízos ao Tesouro, caso os produtos não sejam vendidos de forma rápida após sua entrada nos armazéns. Nessas circunstâncias, a destinação social desses produtos, como o envio aos municípios carentes do Programa Comunidade Solidária, poderia causar menos prejuízos e ser mais útil, considerando, ademais, que os custos de estocagem e armazenagem também estão a cargo do governo.

Vale destacar que o CREDOR se obriga, até a integral reposição dos valores alongados, ou seja, até o completo encerramento do programa de alongamento, a fornecer à CONTRATANTE todas as informações que lhe forem solicitadas pela mesma, necessárias ao acompanhamento dos valores envolvidos, com vistas à divulgação dos dados apresentados, de forma a se atribuir ao processo a necessária transparência, inclusive para efeito de comprovação junto à Secretaria Federal de Controle - SFC/CISET e ao Tribunal de Contas da União - TCU dos valores desembolsados pelo Tesouro Nacional

Como se pode observar nessas operações, os empréstimos feitos com taxas de juros abaixo daquelas praticadas no mercado podem implicar em um subsídio fiscal. Esse subsídio pode ser estimado quando se conhece as taxas de juros praticadas pelo Tesouro para a colocação de seus papéis, confrontadas com as executadas pelo mesmo para os refinanciamentos; ressaltando-se, ainda, que os referidos subsídios não são destacados de forma devida e com a transparência necessária na execução do orçamento.

Para melhor se vislumbrar a referida possibilidade de prejuízo ao Tesouro, calcula-se que o valor de uma efetiva colocação dos títulos referente ao principal mais os juros, com

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

posição de 30.11.95, somaria até dezembro de 1997 o montante de R$ 7,5 bilhoes, enquanto a cessão de créditos por parte das instituições para o Tesouro somaria R$ 6,3 bilhões. A diferença desses montantes representaria, assim, uma dívida líquida que alcançaria R$ 1,2 bilhão. Cabe ressalvar que esse montante pode aumentar ou diminuir de acordo com as variações dos preços mínimos dos produtos agrícolas, considerando que parte das cessões de créditos são representadas por produtos.

Ademais, o Conselho Monetário Nacional autorizou, em reunião de 19 de fevereiro do corrente, a rolagem de dívidas de produtores rurais, acima de R$ 200 mil, por até vinte anos, podendo alcançar essa rolagem o valor de R$ 4,0 bilhões. Cabe recordar que a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda enfatizou, quando da primeira renegociação da dívida agrícola, que a mesma não beneficiaria os grandes produtores rurais, pois o limite de R$ 200 mil impunha , em si, uma restrição.

Além disso, foi também autorizado a negociação das dívidas rurais com as cooperativas, que podem superar um volume de empréstimos de R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 1,5 bilhão para as dívidas propriamente ditas e R$ 1,0 bilhão para investimentos.

Do montante de R$ 8,1 bilhões (valores atualizados até nov/97), concernente a reestruturação de passivos, discriminado no quadro abaixo, já se efetivou o pagamento de R$ 1,1 bilhão aos bancos e cooperativas no exercício de 1997.

R$ milhões

Instituição	Recursos Próprios	BNDES	Tesouro Nacional	Fundos	Total
BANCOS PARTICULARES E PÚBLICOS (1)	869,6	401,2	26,8	558,6	1.856,2
BANCO DO BRASIL	4.647,5	821,6	315,9	445,3	6.230,3
SUBTOTAL	5.517,1	1.222,8	342,7	1.003,9	8.086,5
COOPERATIVAS	52,0	-	-	-	52,0
TOTAL	**5.569,1**	**1.222,8**	**342,7**	**1.003,9**	**8.138,5**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
(1) Exclui o Banco do Brasil.

Para os valores que já foram alongados e emitidos os respectivos títulos do Tesouro Nacional e que tiveram seus vencimentos para amortização por parte dos mutuários marcados para o final de outubro de 1997, verifica-se que o nível de não amortização, com posição até o final de janeiro de 1998, atingiu o montante de R$ 504 milhões, sendo esse valor proveniente do diferencial entre os haveres programados para serem recebidos no final de outubro de 1997, correspondente a R$ 698 milhões, e o valor efetivamente amortizado, que foi de R$ 194 milhões. Um dos possíveis fatores que contribuíram para essa não amortização diz respeito as alternativas de um novo alongamento dispostas no art° 4 da Resolução n° 2.433, de 16 de outubro de 1997, que permite a prorrogação, parcial ou integral, da dívida de credito rural alongada e vencível em 31.10.97, desde que tenha ocorrido uma justificada incapacidade de pagamento pelo mutuário.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.4.7 - Refinanciamento da Dívida Pública dos Estados e do DF

No âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, a Medida Provisória nº 1.560, de 14 de fevereiro de 1997, autorizou a consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Após sucessivas reedições, a citada MP foi convertida na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que autorizou a União a realizar essas operações até 31 de março de 1998, podendo esse prazo ser prorrogado por até noventa dias, por decisão fundamentada do Ministro de Estado da Fazenda.

De acordo com o art. 1º dessa Lei seriam elegíveis as seguintes obrigações, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal:

a) a dívida pública mobiliária, bem como, ao exclusivo critério do Poder Executivo Federal, outras obrigações decorrentes de operações de crédito interno e externo;

b) as operações de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO; e

c) os empréstimos tomados junto à Caixa Econômica Federal, contratados no âmbito do Voto 162 do Conselho Monetário Nacional – CMN, com amparo na Resolução nº 70, de 5 de dezembro de 1995, do Senado Federal.

O dispositivo supracitado estabeleceu também que seriam compensados, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, os créditos então assumidos com eventuais créditos de natureza contratual, líquidos, certos e exigíveis detidos pelas Unidades da Federação contra a União.

A União foi autorizada a refinanciar os créditos decorrentes da assunção, juntamente com outros créditos titulados pela União contra as Unidades da Federação, estes a exclusivo critério do Ministério da Fazenda.

As obrigações elegíveis, referidas no item "a" acima, seriam apenas aquelas constituídas até 31 de março de 1996 e as que, constituídas após essa data, consubstanciam simples rolagem de dívidas anteriores.

É importante salientar que a assunção prevista na Lei nº 9.496/97 não se dará a título gratuito para as Unidades da Federação, que se obrigam quanto à sua amortização. No entanto, essas operações implicarão em significativo ônus financeiro para a União.

6.4.7.1. Condições dos Contratos

Os contratos de refinanciamento acordados entre a União e as Unidades da Federação serão pagos em até 360 (trezentos e sessenta) prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira trinta dias após a data de assinatura do contrato. Os juros serão calculados à taxa mínima de 6% a.a., incidentes sobre o saldo devedor previamente atualizado. A atualização monetária será baseada no Índice Geral de Preços –

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Disponibilidade Interna – IGP/DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo.

As operações de assunção e de refinanciamento, pela União, da dívida pública dos Estados e do Distrito Federal dependem do concerto entre as Unidades da Federação e o Governo Federal de Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal. Para tal, é necessário que tenha sido firmado protocolo entre os Governos Federal e Estadual e que o Estado tenha obtido a autorização legislativa necessária para a celebração dos contratos previstos no protocolo.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal conterá obrigatoriamente, além dos objetivos específicos para cada UF, metas ou compromissos quanto a:

a) dívida financeira em relação à receita líquida real - RLR;

b) resultado primário (diferença entre receitas e despesas não financeiras);

c) despesas com funcionalismo público;

d) arrecadação de receitas próprias;

e) privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial; e

f) despesas de investimento em relação à RLR.

O art. 7° da Lei n° 9.496/97 autoriza a União a receber das Unidades da Federação bens, direitos e ações para fins de amortização extraordinária dos contratos de financiamento. Portanto, esses contratos devem prever a transferência para a União, a título de amortização parcial das dívidas refinanciadas, de ativos de propriedade dos Estados e do Distrito Federal, em especial ações de empresas públicas ou sociedades de economia mista sob seu controle acionário. Foi estipulado o montante correspondente a 20% do valor assumido, para efeito de amortização da "Conta Gráfica" prevista nos protocolos entre os Governos Federal e Estadual .

As metas ou compromissos referentes à privatização e reforma patrimonial, previstas no item "e" acima, mostram a interface do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal com os mecanismos de redução da presença do setor público estadual na atividade bancária, previstos na Medida Provisória n° 1.590, de 24 de setembro de 1997. Esse dispositivo legal, juntamente com normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, no âmbito de sua competência, visam a privatização, extinção ou transformação em agências de fomento, das instituições financeiras sob controle acionário de Unidades da Federação.

6.4.7.2. Processo de Negociação e Refinanciamento

Como dito anteriormente, as operações de assunção e refinanciamento, autorizadas pela Lei n° 9.496/97, resultam de negociações estabelecidas entre o Governo Federal e a Unidade da Federação interessada. Após essas negociações, é firmado protocolo entre os Governos Federal e Estadual que, juntamente com a autorização legislativa estadual (da assembléia legislativa ou câmara legislativa), permitem a assinatura de contrato entre a União e o Estado ou Distrito Federal. No contrato são definidas as obrigações elegíveis, enquanto as condições e critérios que balizam esses contratos de refinanciamento são estabelecidas nos termos da Lei n° 9.496/97,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

independentemente da especificidade de cada Unidade da Federação.

Após a assinatura do contrato de refinanciamento, torna-se necessária a autorização do Senado Federal, nos termos da Resolução nº 70/95, com a redação dada pela Resolução nº 12/97. Cabe lembrar que a Carta Magna, em seu art. 52, confere ao Senado Federal competência privativa para dispor sobre operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A plena eficácia do contrato depende, ademais, da assinatura dos contratos de refinanciamento, de assunção e das portarias de emissão de títulos, todos esses contemplados no contrato principal assinado entre a União e a Unidade da Federação. A etapa final desse processo consiste na emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, momento em que se efetiva a assunção da dívida pela União, em sua maior parte trocada por LFTs.

Nas negociações entre o Governo Federal e as Unidades da Federação realizadas até o presente, buscou-se uma uniformização dos procedimentos adotados para a assunção e refinanciamento das dívidas. Procurou-se considerar as necessidades de liquidez exigidas pelo processo de privatização/transformação dos Bancos Estaduais, o vencimento dos títulos da dívida mobiliária estadual e sua concentração no mercado, assim como, as condições originais da dívida contratual.

6.4.7.3. Contratos de Refinanciamento Assinados

No decorrer do exercício de 1997, foram mantidas negociações que resultaram na assinatura de contratos com os Estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Até 31 de março de 1998, prazo estipulado pela Lei nº 9.496/97, foram assinados contratos com mais treze Estados da Federação, perfazendo o total de vinte contratos.

Desses contratos, apenas os assinados com os Estados de São Paulo, Bahia, Ceará e Sergipe, assinados em 1997, foram autorizados pelo Senado Federal e estão em plena eficácia com a assunção das dívidas pela União. Os demais Estados encontram-se com seus contratos pendentes de autorização por aquela Casa do Congresso Nacional.

O Estado de São Paulo foi o primeiro a assinar contrato, em 22 de maio, tendo sido autorizado pelo Senado Federal em 21 de novembro. É também o único Estado que teve sua dívida trocada, ainda no exercício em análise, por títulos públicos federais, com a emissão de Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Essa foi a primeira operação efetivada e, de longe, a que envolveu maior volume de recursos. A dívida objeto do contrato (mobiliária e contratual) somou o valor de R$ 50.388,78 milhões, na data de assinatura do contrato, e alcançou o valor de R$ 59.730,03 milhões, quando da emissão dos títulos federais em 23 e 29 de dezembro de 1997.

A dívida mobiliária, representada por Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFT-E, somou o valor de R$ 23.237,04 em 29 de dezembro. Por sua vez, a dívida contratual consistiu nas dívidas do Estado, e de entidades por ele controladas, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA e da Nossa Caixa Nosso Banco – NCNB, que somaram o valor de

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ 36.492,99 milhões em 23 de dezembro. Como parte do contrato, o Estado transferiu para a União 51% das ações ordinárias do BANESPA, com vistas a sua futura privatização.

O Estado da Bahia teve seu contrato assinado, em 1° de dezembro, e autorizado pelo Senado Federal em 10 de dezembro. A dívida (mobiliária e contratual) somou o valor de R$ 959,66 milhões, na data de assinatura do contrato, que alcançou o valor de R$ 1.001,85 milhões, na emissão dos títulos federais em 15 de janeiro de 1988, portanto após o encerramento do exercício em análise.

O Estado do Ceará teve seu contrato assinado, em 16 de outubro, e autorizado pelo Senado Federal em 4 de dezembro. A dívida objeto do contrato, apenas mobiliária somou R$ 114,08 milhões. Nesse caso, a dívida mobiliária em LFT-E foi assumida diretamente pela União, não havendo a emissão de títulos do Tesouro Nacional.

Por fim, o Estado de Sergipe teve seu contrato assinado, em 27 de novembro, e autorizado pelo Senado Federal apenas em 13 de março de 1998. A dívida objeto do contrato (mobiliária e contratual), somou o valor de R$ 389,07 milhões, na data de assinatura do contrato, que alcançou o valor de R$ 425,50 milhões, na emissão dos títulos federais em 16 de março de 1998.

O quadro abaixo sintetiza os vinte Estados que assinaram contrato de refinanciamento, até 31 de março de 1998, o valor da dívida assumida e a situação atual:

R$ milhões

ESTADO	VALOR (1)	CONTRATO	AUTORIZAÇÃO	EMISSÃO
São Paulo	50.388,78	22.05.97	21.11.97	29.12.97
Bahia	959,66	01.12.97	10.12.97	15.01.98
Ceará	114,08	16.10.97	04.12.97	Não houve
Mato Grosso	805,68	11.07.97	Pendente	emissão
Sergipe	389,07	27.11.97	13.03.98	-
Rio G. do Norte	57,27	26.11.97	Pendente	16.03.98
Pernambuco	163,64	23.12.97	Pendente	-
Piauí	250,66	20.01.98	Pendente	-
Maranhão	244,31	22.01.98	Pendente	-
Minas Gerais	11.827,54	18.02.98	Pendente	-
Rondônia	146,95	12.02.98	Pendente	-
Amazonas	120,00	11.03.98	Pendente	-
Espírito Santo	429,89	24.03.98	Pendente	-
Goiás	1.340,36	25.03.98	Pendente	-
Roraima	7,25	25.03.98	Pendente	-
Mato G. do Sul	903,66	30.03.98	Pendente	-
Pará	274,50	30.03.98	Pendente	-
Paraná	519,94	30.03.98	Pendente	-
Santa Catarina	1.552,40	31.03.98	Pendente	-
Paraíba	266,31	31.03.98	Pendente	-
TOTAL	**70.761,95**			

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
(1) Valores referidos à data de assinatura do contrato.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.4.7.4. Impacto sobre a Dívida Pública Federal

A assunção pela União das dívidas dos Estados e do Distrito Federal efetivar-se-á mediante a emissão de títulos do Tesouro Nacional, sendo previstas também a emissão de créditos securitizados e a assunção direta dos títulos do Tesouro Estadual. Portanto, ficou estipulado o pagamento dessas dívidas por meio de Letras Financeiras do Tesouro - LFT, emitidas em duas séries distintas, conforme dispõe a Portaria nº 113 , de 21 de maio de 1997, do Ministério da Fazenda.

As Letras Financeiras do Tesouro, Série A – LFT-A, de maior liquidez, seriam destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e de parte da dívida contratual; já as Letras Financeiras do Tesouro, Série B – LFT-B seriam destinadas ao pagamento da dívida contratual restante. Esses títulos têm rentabilidade baseada na taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso das LFT-A, a taxa média SELIC é acrescida de 0,0245% a.m., o que confere maior liquidez a esses títulos.

A assunção das dívidas mobiliária e contratual do Estado de São Paulo foi efetivada por meio da emissão de LFT-A e LFT-B. No entanto, uma pequena parte da dívida mobiliária, representada por LFT-E dispersas no mercado, foi assumida diretamente pela União. Da mesma forma, uma pequena parte da dívida contratual, representada pelo passivo atuarial do BANESPA, foi securitizada por meio do ativo ATSP970315.

A dívida mobiliária do Estado do Ceará, representada por LFT-E, foi assumida diretamente pela União.

A assunção das dívidas mobiliária e contratual do Estado da Bahia foi efetivada por meio da emissão de LFT-A e LFT-B. No entanto, parte da dívida mobiliária em LFT-E foi assumida diretamente pela União.

Já a assunção das dívidas mobiliária e contratual do Estado de Sergipe foi efetivada por meio da emissão de LFT-B e assunção de LFT-E. Parte da dívida contratual consistiu nas dívidas do Estado junto ao BNDES que foi securitizada por meio do ativo ESTD970915.

O quadro a seguir ressume as operações realizadas:

R$ milhões

ESTADO	VALOR (1)	FORMA DE PAGAMENTO			
		LFT-A	LFT-B	LFT-E	Securitizado
São Paulo	59.730,04	44.257,89	12.277,47	280,15	2.914,53
Bahia	1.001,85	757,04	69,68	175,13	
Ceará	114,08			114,08	
Sergipe	425,50		139,55	258,51	27,44
TOTAL	**61.271,47**	**45.014,93**	**12.486,70**	**827,87**	**2.941,97**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
(1) Valores referidos à data de emissão.

O impacto dessas operações na Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, representada pelos títulos emitidos de responsabilidade do Tesouro Nacional, é inquestionável. As

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

operações relativas ao Estado de São Paulo resultaram, ainda no exercício de 1997, na emissão de R$ 56.535,35 milhões em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, além da assunção de R$ 280,15 milhões em LFT-E. Essas operações foram o principal fator de expansão da DPMF que passou de R$ 114.775 milhões, no final de 1996, para R$ 225.765 milhões no final do exercício de 1997.

Esse crescimento nominal da DPMFi, de nada menos que 96,7%, é sem dúvida preocupante. Cabe considerar que a DPMF constitui-se na parcela mais onerosa da dívida pública federal, na medida em que sofre o impacto direto das elevadas taxas de juros. Por conseguinte, além da elevação da DPMFi teremos uma elevação das despesas do Tesouro Nacional com juros e outros encargos financeiros.

Verifica-se, assim, nos últimos anos um crescimento da DPMFi, especialmente no exercício em análise, quando houve um crescimento real de 83,6%, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA – DPMFi (1)

R$ milhões

	1995	1996	1997
VALOR	84.596	114.775	225.765
VAR. NOMINAL	42,7	35,7	96,7
VAR. REAL(2)	24,0	24,2	83,6

onte: Banco Central do Brasil
(1) Títulos emitidos de responsabilidade do Tesouro Nacional.
(2) Deflacionado pelo IGP-DI centrado em final de mês.

6.4.7.5 Aspectos conjunturais

Como foi anteriormente exposto, a assunção das dívidas pela União efetivar-se-á mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro – LFT, cuja taxa de juros é baseada na taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC. Por outro lado, as condições dos contratos de refinanciamento prevêem a taxa de juros de 6% a.a. e atualização monetária pelo IGP-DI. Portanto, caso a taxa SELIC real (acima do IGP-DI) seja superior a 6% a.a., ocorrerá uma despesa líquida para o emprestador que poderá ser positiva, negativa ou neutra, dependendo da diferença entre os juros fixados para o empréstimo e aqueles praticados no mercado, ao longo do período do contrato.

Conforme pode ser visto na tabela abaixo, a taxa SELIC real foi bastante elevada em 1996 e 1997, quando alcançou 16,5% e 16,1%, respectivamente, sendo, assim, superior à taxa de 6% a.a. concedida nos refinanciamentos. Pode-se argumentar no entanto que, no horizonte de tempo dos contratos (de até 30 anos), a taxa de juros deverá cair de forma a eliminar a despesa líquida positiva do Tesouro Nacional nos contratos de refinanciamento. Não obstante, essa despesa líquida positiva do Tesouro Nacional persistirá enquanto as taxas de juros continuarem elevadas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

TAXA DE JUROS SELIC(%)

	1995	1996	1997
NOMINAL	53,1	27,4	24,8
REAL(1)	33,4	16,5	16,1

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Deflacionado pelo IGP-DI.

Cabe acrescentar que esse fato financeiro não está explicitado claramente na Lei Orçamentária Anual, embora possa ser quantificado pela diferença entre o valor assumido pela União e o valor refinanciado, podendo ser calculado "abaixo da linha" pela variação da Dívida Líquida do Setor Público Federal – DLSPF.

Conforme discriminado na tabela a seguir, o valor total da despesa líquida devido a diferença entre as taxas de juros, referidas à data de assinatura do contrato, com correção retroativa à 31 de março de 1996, é de R$ 6.104,86 milhões.

R$ mil

ESTADO	VALOR ASSUMIDO (1)	VALOR REFINANCIADO	VALOR DA DIFERENÇA
São Paulo	50.388.778,54	46.585.141,74	3.803.636,80
Bahia	959.662,78	906.827,65	52.835,13
Ceará	114.081,35	102.916,82	11.164,53
Mato Grosso	805.682,14	779.943,15	25.738,99
Sergipe	389.065,54	355.163,15	33.902,39
Rio G. do Norte	57.272,68	56.479,92	792,76
Pernambuco	163.641,52	157.571,41	6.070,11
Piauí	250.654,94	240.522,01	10.132,93
Maranhão	244.312,66	236.502,14	7.810,52
Minas Gerais	11.827.540,21	10.235.751,92	1.591.788,29
Rondônia	146.950,10	143.955,46	2.994,64
Amazonas	120.000,00	120.000,00	0,00
Espírito Santo	429.887,65	387.308,87	42.578,78
Goiás	1.340.356,05	1.163.057,76	177.298,29
Roraima	7.247,68	6.603,40	644,28
Mato G. do Sul	903.660,06	806.143,22	97.516,84
Pará	274.495,06	261.160,01	13.335,05
Paraná	519.944,40	462.339,01	57.605,39
Santa Catarina	1.552.400,37	1.404.602,70	147.797,67
Paraíba	266.313,61	245.097,13	21.216,48
TOTAL	**70.761.947,38**	**64.657.087,49**	**6.104.859,89**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
(1) Valores referidos à data de assinatura do contrato.

No entanto, cabe assinalar que esses valores subestimam o verdadeiro valor das despesas líquidas positivas do Tesouro Nacional, tendo em vista que esses valores são referidos à data de assinatura dos contratos, não sendo computada a variação dos valores assumidos e refinanciados entre a data de assinatura e o final do exercício. Por outro lado, caberia considerar apenas os contratos de refinanciamento já efetivados, já que os demais dependem de autorização do Senado Federal e ainda não impactaram a Dívida Pública Federal, os quais podem ser examinados na tabela a seguir:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

R$ milhões

ESTADO	VALOR ASSUMIDO	VALOR REFINANCIADO	VALOR DA DIFERENÇA
São Paulo	58.804,05	49.747,42	9.056,63
Bahia	985,74	911,80	73,94
Ceará	122,98	105,59	17,39
Sergipe	412,74	358,89	53,85
TOTAL	**60.325,51**	**51.123,70**	**9.201,81**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF
(1) Valores referidos ao final de 1997

O resultado financeiro devido a essa diferença entre as taxas de juros no exercício de 1998 também deverá ser elevado, com a efetivação dos demais contratos de refinanciamento e a elevação das taxas de juros ocorrida no final de 1997.

6.4.7.6 Disciplina Fiscal dos Estados e do DF

A Lei n ° 9.496/97 prevê cominações no caso da não observância das metas e compromissos estabelecidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, em especial a substituição dos encargos financeiros pactuados (IGP-DI mais 6% a.a.) pelo custo médio de captação da dívida mobiliária federal (taxa SELIC), acrescido de 1% a.a.. Nesse caso, a Unidade da Federação pagaria o custo dos títulos do Tesouro Nacional colocados no mercado, anulando o subsídio concedido pela União, representado pela diferença entre taxa SELIC real (acima do IGP-DI) e a taxa de 6% a.a.

Ademais, os contratos de financiamento deverão contar com garantias que incluirão obrigatoriamente a vinculação de receitas próprias, inclusive dos impostos de sua competência, e dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

Por fim, enquanto a dívida da Unidade da Federação com a União for superior à sua Receita Líquida Real, o contrato de refinanciamento deverá prever que o Estado ou Distrito Federal:

a) não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno, exceto para o pagamento de precatórios, conforme dispõe o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;

b) somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos internacionais, se cumprir as metas relativas à dívida financeira conforme estabelecido no Programa; e

c) não poderá atribuir a suas instituições financeiras a administração de títulos estaduais e municipais junto a centrais de custódia de títulos e valores mobiliários.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.4.8 Títulos da Dívida Agrária – TDA

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA foram criados para o pagamento de indenizações, devidas pela União, aos proprietários de imóveis rurais desapropriados por interesse social, para fins de reforma agrária, conforme estabelece o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

A Constituição Federal de 1988 assegurou, em seu artigo 184, a competência da União para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

O dispositivo supracitado prevê a indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, e cuja utilização será definida em lei. Posteriormente, a Lei nº 8.629, de 25.02.93, regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, constantes nos artigos 184 a 191 da Carta Política.

6.4.8.1 Emissão

Os TDA foram emitidos, até 23 de junho de 1992, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA sob a forma cartular, denominados TDA-INCRA. A partir de 24 de junho de 1992, os TDA passaram a ser emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, sob a forma escritural, , mediante solicitação expressa do INCRA à STN, sendo registrados no Sistema SECURITIZAR da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, sob a denominação TDA-E. A partir de então, foram transferidas para a STN as atribuições de gestão, controle, lançamento, resgate e pagamento dos juros desses títulos.

Os TDA são emitidos no prazo de cinco, dez, quinze ou vinte anos, de acordo com a quantidade de módulos fiscais contidos na área desapropriada. Cabe lembrar que o artigo 184 da Constituição Federal estabelece o prazo máximo de 20 anos e a cláusula de preservação do valor real do título.

A atualização monetária é realizada mensalmente pela Taxa Referencial – TR relativa à data-base do mês anterior e o valor nominal é publicado mensalmente, no Diário Oficial da União, mediante portaria da STN. A taxa de juros dos TDA é de 6% a.a., sendo os juros pagos anualmente na data de aniversário que coincidir com a data de emissão do título.

ESTOQUE DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA – DEZ/97

R$ milhões

DENOMINAÇÃO	SALDO
TODA-E	2.606,2
TODA-INCRA	1.143,7
TODA-INCRA Cartular	1.008,6
TODA-INCRA Escritural	135,1
TOTAL	**3.749,9**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Os valores acima informam a posição de saldo de TDAs ao final do exercício em análise, os quais refletem a emissão de 40,5 milhões de títulos TDA-E, de colocação direta do

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Tesouro, os quais permitiram que fossem desapropriados 1.858 imóveis rurais para assentamento nesses últimos seis anos, assim como de 6,4 milhões de títulos ainda em circulação, provenientes de emissões do próprio INCRA de um montante de 60,8 milhões de títulos, conforme se verifica no quadro a seguir:

ANO	Quantidade Emitida (Em mil)	Valor na Data de Emissão (Em R$ milhões)	Número de Imóveis Beneficiados	Número das Emissões
Até 1992	60.817	-	-	-
1992	747	48	45	1.640 a 1.684
1993	1.845	118	64	1.685 a 1.748
1994	5.182	333	155	1.749 a 1.903
1995	13.890	894	346	1.904 a 2.250
1996	6.899	444	454	2.251 a 2.704
1997	11.943	768	794	2.705 a 3.498
Acumulado	**101.323**	**2.606**	**1.858**	-

Fonte: STN/INCRA
(1) Não se dispõe de valores referentes às emissões do INCRA

O volume de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional reflete diretamente a intensidade das ações de assentamento de terras rurais, previstas pelo Governo Federal no Programa Nacional de Reforma Agrária. Dessa forma, o volume de lançamentos de TDA-E no exercício de 1997 alcançou o valor de R$ 768 milhões, bastante superior à média observada no período 1992-96 e apenas inferior ao volume de lançamentos de 1995 da ordem de R$ 894 milhões. Com isso o estoque total de TDA-E emitidos alcançou R$ 2.606 milhões em dezembro de 1997.

É importante assinalar que os TDA são emitidos na forma nominativa e negociável, podendo os títulos custodiados na CETIP serem livremente transacionados no mercado de balcão ou bolsa de valores. Para tal feito, faz-se necessária a intermediação de instituições financeiras que devem registrar todas as operações de compra e venda, e a conseqüente transferência de propriedade, junto à CETIP. A possibilidade de negociação propiciou a criação de um mercado secundário para os TDAs, em função da possibilidade de utilização no Programa Nacional de Desestatização – PND e outras discriminadas a seguir.

6.4.8.2 Possibilidades de Utilização

Os TDA podem ser utilizados no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo aceitos apenas os TDA registrados no Sistema SECURITIZAR da CETIP, desde que vencidos na data de liquidação financeira do leilão de privatização. Os TDA serão aceitos pelo seu preço unitário, calculado conforme dispõe a Resolução CD/PND nº 100, de 26 de julho de 1993. Outras possibilidades de utilização são:

a) pagamento de até 50% do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

b) pagamento de preço de terras públicas;

c) prestação de garantia;

d) depósito em ações judiciais ou administrativas;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

e) caução para garantia de contratos de obras ou serviços celebrados com a União ou, ainda, de empréstimos ou financiamentos contraídos com entidades da União, autarquias federais, sociedades de economia mista ou fundos de aplicação às atividades rurais; e

f) pagamento de dívidas junto ao INSS, desde que emitidos em decorrência de aquisição de terras de devedores do Instituto pelo INCRA, mediante acordo prévio entre as partes.

6.4.8.3 Tipos de TDA

Os TDA diferenciam-se por suas datas de emissão, resgate e vencimento e pelas quantidades de cupons e juros pagos. Ademais, diferenciam-se pela eventual concessão de correção monetária em ações judiciais relativas a planos econômicos.

Concederam-se reajustes relativamente ao Plano Bresser (1987) de 8,04%, ao Plano Verão (1989) de 70,28% e ao Plano Collor II (1991) de 14,87% ou 13,89%. Os dois percentuais relativos ao Plano Color II decorrem do fato de que algumas decisões judiciais calcularam a diferença entre a variação do IPC (21,87%) e a TR (7,00%) segundo o regime de capitalização simples, o que resulta em 14,87% de correção, e outras segundo o regime de capitalização composta, o que resulta em 13,89% de correção. Portanto, os TDA podem ser agrupados em séries distintas, de acordo com sua data de emissão e a obtenção desses reajustes em causas na Justiça, conforme discriminadas no quadro abaixo.

REAJUSTES DE TDA POR PLANO ECONÔMICO

SÉRIE	BRESSER (8,04%)	VERÃO (70,28%)	COLLOR II (14,87%)	COLLOR II(1) (13,89%)
TDA1				
TDA2		X		
TDA3	X	X		
TDA4			X	
TDA5		X	X	
TDA6	X	X	X	
TDA7		X		
TDAL				X
TDAM		X		X
TDAN	X	X		X

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças –DA/INCRA
(1) Reajuste calculado segundo regime de capitalização composta (ver texto).

6.4.8.4 Escrituração de TDA-INCRA

Os TDA emitidos pelo INCRA sob a forma cartular, denominados TDA-INCRA, podem e devem ser registrados no Sistema SECURITIZAR da CETIP, procedimento este necessário para sua utilização no PND. A existência de um considerável volume de TDA-INCRA não registrados tem impossibilitado um controle completo desses títulos, já que se encontram dispersos no mercado.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Visando a um melhor controle e gestão, o INCRA convocou os detentores de TDA cartulares para sua escrituração, mediante o Edital de Convocação/INCRA, publicado no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 1993. Não obstante, do valor total dos TDA-INCRA de R$ 1.143,7 milhões, apenas R$ 135,1 milhões foram escriturados até o final do exercício em análise, o que corresponde a 11,8% do total.

No exercício de 1997, houve um significativo aumento nos processos de escrituração de TDA-INCRA, sendo registrado o valor de R$ 61,81 milhões. Tal fato deveu-se ao pagamento dos referidos títulos, que se encontravam vencidos no exercício em questão e apresentavam problemas de ordem judicial. A regularização e a quitação desses títulos é indubitavelmente positiva, na medida em que aumenta a credibilidade dos papéis representativos da dívida pública. O estoque de TDA-INCRA escriturados soma o valor de R$ 135,1 milhões, sendo constituído por títulos vincendos, já que os títulos vencidos foram resgatados no exercício de 1997.

6.4.8.5 Auditoria da Secretaria Federal de Controle

Cabe acrescentar que foi realizada, no exercício de 1997, Auditoria Integrada concernente à análise dos controles dos Títulos da Dívida Agrária emitidos. Os exames foram realizados na Secretaria do Tesouro Nacional – STN e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e resultaram no Relatório de Auditoria nº 058/97.

No Relatório, foram abordados o processo de desapropriação e da emissão de TDA-INCRA e TDA-E, concluindo que para cada título emitido pela STN existe o respectivo processo de desapropriação.

Fato relevante apurado (item 42 a 44 do Relatório) foi a ocorrência freqüente de solicitações, por parte do INCRA, de anulação do Demonstrativo de Lançamento de Títulos da Dívida Agrária emitido pela CODIP, em função basicamente de diferença, verificada posteriormente, entre a área real do imóvel e a levantada no processo de desapropriação.

Tais fatos têm causado sérios transtornos operacionais à STN e foram objeto do Ofício nº 830/STN/CODIP/DIEDI, de 12 de março de 1997, encaminhado ao Sr. Secretário de Controle Interno do Ministério da Agricultura e Abastecimento e do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, solicitando a adoção de providências no sentido de inibir tais ocorrências.

Nesse sentido, o Relatório em tela também recomenda aos dirigentes do INCRA a adoção de providências para que as "Solicitações de Lançamento" somente sejam encaminhadas à STN após apurada, com certeza absoluta, a área do imóvel a ser desapropriado.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.5 – A CARGA TRIBUTÁRIA NACIONAL

6.5.1 Considerações Preliminares

O presente tópico tem como objetivo desenvolver uma estimativa do coeficiente tributário federal, parte do componente da carga tributária nacional. O coeficiente representa uma *proxy* do ônus tributário incidente sobre a economia das empresas e indivíduos do País, resultante da carga de tributos federais arrecadados em relação ao PIB - Produto Interno Bruto, que traduz em valores correntes a produção total de bens e serviços do País. A estimativa se restringirá aos exercícios de 1996 e 1997.

Dessa forma, pretende-se consolidar um procedimento que consista na elaboração de tópico do Relatório contendo informações sobre a quantificação da carga tributária, inicialmente circunscrito ao âmbito federal, relativo ao exercício de 1997, e posteriormente, em nível nacional, a partir do exercício de 1998.

A análise dos dados se restringiu aos exercícios financeiros de 1996 e 1997, a partir de informações constantes dos respectivos Balanços Gerais da União, de demonstrativos fornecidos pelo INSS, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e também de dados obtidos no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, no IBGE e em outros documentos.

A metodologia para estimar o coeficiente tributário federal, adotada para o caso, relaciona o montante de recursos de tributos federais, que são recursos compulsoriamente retirados da economia pelo Estado, em especial, das famílias e empresas, com o valor do Produto Interno Bruto - PIB, representando, assim, o peso relativo da receita própria da Administração Pública Federal para financiar o Estado e realizar a transferência de renda entre grupos da sociedade. Nessa medida, o conceito de tributo utilizado é o mesmo adotado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE nas Contas Nacionais, ou seja, mais amplo que o conceito *stricto sensu* de tributo adotado pelo Código Tributário Nacional, Lei n° 5.172/66, e modificado pela Constituição Federal de 1988. Essa conceituação se coaduna com a classificação que se vê na Tabela publicada pelo IBGE: Tradutor da Receita Tributária, às páginas 18/20 da publicação referente a Regionalização das Transações do Setor Público – Metodologia – 1991.

Além da arrecadação bruta dos impostos, taxas e contribuições de melhoria foram adotadas nesta estimativa as receitas das seguintes contribuições: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, contribuição para o salário-educação, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuições sociais dos servidores públicos, contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais e econômicas, contribuições destinadas ao PIS - Programa de Integração Social e ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e demais contribuições para o financiamento da Seguridade Social.

Foram incluídas, ainda, para análise, as contribuições do FGTS, obedecendo à conceituação econômica utilizada nas Contas Nacionais, em que pese o entendimento, sob o ponto de vista da técnica jurídica, tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Tribunal de

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Contas da União, de que esses recursos "constituem patrimônio do trabalhador, não se aceitando a sua classificação como receita pública e, conseqüentemente, como receita tributária", conforme disposto no item 8.1 da Decisão n° 833/97 – TCU – Plenário, de 26.11.97.

Em razão da conceituação acima, foram consideradas também as receitas da dívida ativa tributária e de contribuições, em obediência ao regime de caixa para a receita na contabilidade pública, bem como as receitas de multas e juros de mora, incidentes sobre os tributos.

Além dessas ponderações acerca da natureza jurídica da contribuição ao FGTS, das receitas da dívida ativa e das multas e juros de mora dos tributos, entendeu-se necessário, para a manutenção e preservação da compatibilidade com as séries históricas do coeficiente tributário federal quantificadas e padronizadas pelo IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Secretaria da Receita Federal, que no referido cálculo, constante de tabela em anexo, fossem incluídos também os valores dos empréstimos compulsórios, correção monetária das contribuições, bem como os impostos extintos que ainda sensibilizam o caixa da União.

Com relação ao valor do Produto Interno Bruto de 1996, adotou-se o valor de R$ 778.820 milhões, informado pelo IBGE. Entretanto, o valor do **PIB/97**, dada a indisponibilidade do efetivo valor calculado por aquela Fundação, até a conclusão deste tópico do Relatório, foi estimado a partir do valor de 1996, acrescido do percentual de crescimento real da economia de 3,03% e da variação acumulada da taxa média de inflação entre 1997 e 1996, baseada no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da FGV, de 7,9%. Resultou, assim, no valor estimado de R$ 865.809 milhões para o exercício de 1997, de acordo com a fórmula abaixo.

$$PIB/97 = (PIB/96)x(1 + CRE/97)x(1 + TXINF/97)$$

6.5.2 Estimativa do Coeficiente Tributário Federal

A sistematização dos dados coletados e tabulados relativos à arrecadação tributária federal, por espécie de tributos, a partir da receita realizada nos exercícios de 1996 e 1997, constante dos Balanços da União-1996/97, do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira Federal e dos Relatórios de Apuração da Arrecadação Federal administrada pela SRF, emitido pelo SERPRO (L88/96 e L88/97), resultou na estimativa do coeficiente tributário federal em 1997 de 20,24% do PIB, conforme explicitado em tabela anexa: Estimativa do Coeficiente Tributário Federal. Esse coeficiente corresponde a 0,40 pontos percentuais superior ao quantificado em 1996, que representou 19,84% do PIB, conforme se demonstra na tabela abaixo.

COEFICIENTE TRIBUTÁRIO FEDERAL

EXERCÍCIOS	1996	1997
COEFICIENTES	19,84%	20,24%

O resultado desta estimativa demonstra o crescimento, ainda que marginal, da carga de tributos federais em 1997. Isso vem ratificar essa trajetória observada desde 1991, quando do cálculo da carga tributária nacional em trabalho realizado por este Tribunal. O crescimento do

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

coeficiente federal a partir de 1994 deve-se à implantação do Plano Real, que trouxe, como uma das principais conseqüências fiscais, a redução dos efeitos negativos da corrosão inflacionária nas bases de cálculo dos principais tributos.

Além disso, outro fator que explica a evolução da arrecadação das receitas federais foi o aumento do nível da atividade econômica a partir de 1994, e também a criação de novos tributos, como o IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (entrada em vigor e extinção em 1994) e mais recentemente a criação da CPMF – Contribuição Provisória sobre a Movimentação e ou Transmissão de Valores de Créditos de Natureza Financeira (entrada em vigor a partir de 23.01.97). De modo mais residual, tem-se ainda a elevação de alíquotas dos impostos, e, em 1997, esse fato se refere mais diretamente no caso do IOF (alíquotas de 6% para 15% a partir de 05.05.97 - Dec. n° 2.219/97).

Apesar da criação de programas de recuperação de créditos tributários para fins de inscrição na dívida ativa da União por parte do INSS e da SRF, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e dos esforços desses órgãos para aumentar a arrecadação tributária, não foram obtidos os recursos suficientes para dar substância à composição do financiamento das ações do Governo Federal . Assim, tem-se a implantação de mecanismos que intensificam a criação e aumento de alíquotas de tributos ao invés de se aprimorar o processo administrativo fiscal, e, em especial, o de cobrança dos recursos tributários.

6.5.3 Aspectos Tributários de 1997

Em 1997 houve mudanças significativas na cobrança do imposto de renda (Lei n° 9.430/96), mas o fator responsável pelo crescimento real no desempenho da arrecadação tributária da Secretaria da Receita Federal decorreu da entrada em vigor, a partir de 23.01.97, da CPMF, que arrecadou R$ 6,9 bilhões em 1997, representando 0,8% do PIB/97.

Conforme disposto no Relatório da Secretaria da Receita Federal, de 12.01.98, encaminhado por meio do Ofício/COSAR/n° 043, de 16.01.98, o desempenho real da arrecadação dos principais tributos e contribuições sob a responsabilidade daquela Secretaria, calculados a preços de dezembro/97, com base no IGP-DI da FGV, se deveu aos seguintes fatores:

1) Crescimento do Imposto de Importação (+12,95%) e IPI – Vinculado (+22,71%):devido à elevação do valor, em dólar, das importações tributadas, principalmente de veículos (68,54%), no ano de 1997, em relação a 1996.

2) Aumento do IPI – Automóveis (+5,97): crescimento de cerca de 12% nas vendas de automóveis ao mercado interno no ano de 1997, superior a 1996.

3) Redução no IPI – Outros: em razão da redução nas saídas de produtos tributados do setor industrial e crescimento das compensações a título de crédito presumido do PIS/COFINS.

4) Queda do IRPJ (-8,42%): em face à redução de 48,18% no recolhimento relativo à Declaração de Ajuste de 1997, em relação à Declaração de 1996 (R$ 1,5 bilhão e R$ 3,0 bilhões, respectivamente). Tal fato decorreu, principalmente, de alterações na legislação e da redução do

Elenir T. G. Sa...
Elenir
Secretária do Plenário

lucro agregado das grandes empresas no ano base de 1996, em relação ao ano base de 1995. Foi registrada também a redução dos recolhimentos relativos ao lucro inflacionário de R$ 961 milhões em 1996 para R$ 140 milhões em 1997. As conversões de depósitos judiciais em renda da União atingiram R$ 77 milhões em 1997 contra R$ 718 milhões em 1996. Segundo a SRF esse resultado foi parcialmente compensado pelo expressivo crescimento dos recolhimentos em 1997, em regime de estimativa, das maiores empresas declarantes do lucro real (R$ 7,3 bilhões em 1997 e R$ 4,6 bilhões em 1996).

5) Crescimento do IRRF – Rendimentos do Trabalho (+6,65%): representa o aumento do número de contribuintes e da massa salarial tributada.

6) Redução do IRRF – Rendimentos de Capital (-4,84%): este fato deve-se à diminuição das aplicações financeiras de curto prazo, em virtude da CPMF.

7) Aumento do IRRF – Remessas ao Exterior (+26,16%): incremento do valor das remessas ao exterior, especialmente no último trimestre de 1997.

8) Aumento do IRRF – Outros Rendimentos (+18,75%): introdução da obrigatoriedade de retenção e recolhimento ao Tesouro, pelo órgãos públicos, a partir de 01.01.97, dos tributos oriundos do fornecimento de bens ou da prestação de serviços a esses órgãos (art. 64 da Lei n° 9.430/96).

9) Aumento expressivo do IOF (+22,72): elevação da alíquota do IOF sobre operações de crédito relativas às pessoas físicas de 6% para 15%, a partir de 05.05.97 (Decreto n° 2.219/97).

10) Queda da contribuição do PIS/PASEP (-4,82%): em razão da diminuição do volume de conversão de depósitos judiciais em renda da União (R$ 136,5 milhões), comparativamente ao valor dessas conversões no mesmo período de 1996 (R$ 300,5 milhões) e alteração da base de cálculo do PASEP para autarquias.

11) Redução do ITR (-25,81%): foi transferido para o exercício de 1996, o total do imposto referente ao exercício de 1995 (R$ 122 milhões), os quais foram somados ao valor arrecadado no ano de 1996, totalizando R$ 262 milhões. Em 1997, foi arrecadado apenas o pagamento da primeira quota ou quota única do ITR, no mês de dezembro, no valor de R$ 106 milhões, vencendo as demais quotas relativas ao exercício de 1997 nos primeiros meses de 1998.

Com relação às contribuições previdenciárias, foi observado o crescimento da arrecadação, passando de cerca de R$ 44,3 bilhões (1996) para R$ 47,8 bilhões (1997), incluídos os recursos de terceiros (SESI, SESC, SEBRAE e outros). Esse crescimento está em consonância com o aumento da massa salarial, segundo o disposto no Informe da Previdência Social, Vol. 10, de janeiro de 1998, elaborado pela Coordenação Geral de Estudos Previdenciários e Sócio-Econômicos do MPAS, uma vez que a massa salarial, entre 1996 e 1997, cresceu cerca de 2,7%.

Entretanto, a análise feita com base na participação percentual da arrecadação previdenciária em relação ao PIB de 1997, frente ao de 1996, revela que houve um decréscimo. Em 1996, a arrecadação previdenciária representava cerca de 5,7% do PIB naquele exercício, passando para 5,5% do PIB em 1997, ou seja, cerca de 0,20 pontos percentuais a menos, em que

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

pese haver o crescimento de 3,03% da economia em 1997.

Destaca-se na referida publicação do MPAS, que a implantação do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, disposto na Lei n° 9.317, de 05.12.97, e da CPMF, pela Lei n° 9.311/96, proporcionou impactos negativos sobre o financiamento da Previdência. Estimativas preliminares elaboradas pelo INSS indicavam um aumento de despesa e diminuição de receita que resultaram em R$ 144,0 milhões de perdas para a Previdência, em razão da desoneração da CPMF do beneficiário referente ao contribuinte de baixa renda. Além disso, informou-se que a redução da alíquota para empresas de pequeno e médio porte, pelo advento do SIMPLES, causou perda de arrecadação de cerca de R$ 381,7 milhões, totalizando perdas de R$ 525,7 milhões.

No tocante à arrecadação das contribuições sociais, de que trata o artigo 195 da Constituição Federal, e demais contribuições federais, incluídos os recursos do FGTS, percebe-se, após análise da tabela a seguir, o crescimento da participação delas entre as receitas da União após a CF/88. Este fato também ocorreu em 1997, já que a criação da CPMF, cuja arrecadação atingiu cerca de R$ 6,9 bilhões, proporcionou expressivo crescimento das contribuições federais, pois, em 1996, equivaliam a 12,17% do PIB/96, passando para 12,67% do PIB/97, ou seja, mais 0,50 pontos percentuais, o que tem motivado discussões sobre a vinculação desses tributos entre os entes governamentais.

PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS NO PIB
EXERCÍCIOS - 1996/97

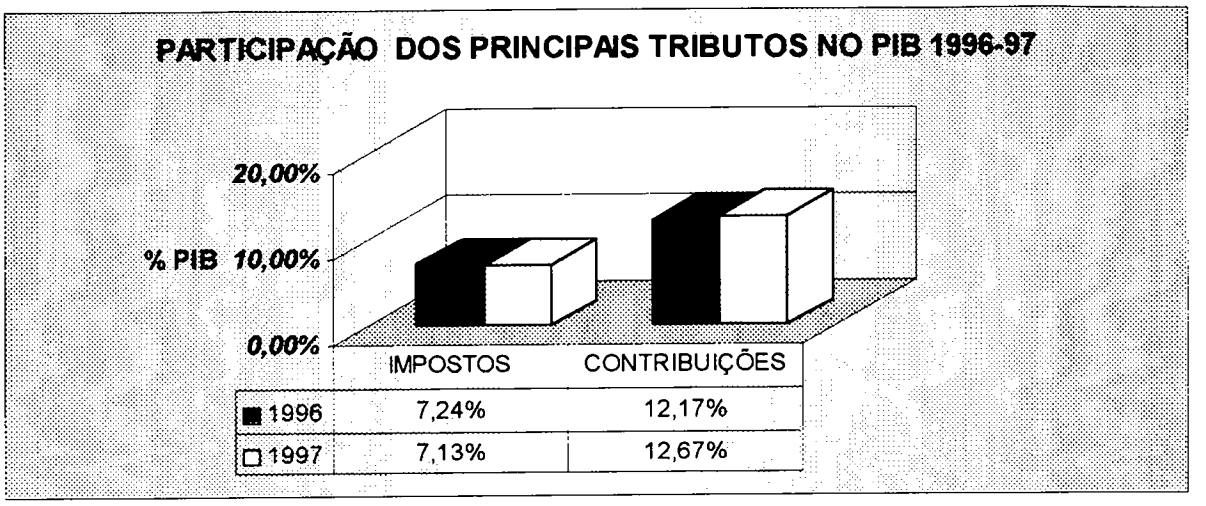
UNIÃO FEDERAL	1996	PIB/96 %	1997	PIB/97 %
IMPOSTOS	56.394.619.041,64	7,24%	61.742.666.391,76	7,13%
TAXAS	467.364.055,38	0,06%	579.374.264,70	0,07%
CONTRIBUIÇÕES	94.803.875.551,08	12,17%	109.739.881.681,11	12,67%
MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	2.688.685.739,72	0,35%	2.918.040.969,27	0,34%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	130.156.800,12	0,02%	237.455.022,48	0,03%
TOTAL	154.484.701.197,94	19,84%	175.217.418.329,32	20,24%

Essas discussões decorrem dos efeitos contínuos do processo de vinculação das contribuições, uma vez que, por um lado, são recursos que minimizam os problemas orçamentários da Seguridade Social. Por outro lado, essas vinculações contribuem para a redução da participação dos estados, Distrito Federal e municípios no produto da arrecadação dos tributos federais, visto que não se vinculam às receitas que pela Constituição são obrigatoriamente transferidas às demais esferas governamentais, além de elas não se constituírem em fontes tradicionais para custeio e investimento governamental.

Um fato que merece destaque no comportamento da arrecadação tributária federal, após análise da tabela acima e do gráfico a seguir, é o que se refere à participação percentual das principais espécies de tributos federais em relação ao PIB –1996/97, ou seja, o decréscimo de 0,11 pontos percentuais dos impostos e o crescimento de 0,50 pontos percentuais das contribuições. Não obstante a arrecadação desses tributos haver apresentado crescimento em 1997, era de se esperar que eles também acompanhassem a variação proporcional do PIB/97, uma vez que guardam forte correlação com o desempenho da atividade econômica do país,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

podendo-se considerar grave a queda das receitas decorrentes dos impostos como proporção do PIB.



6.5.4 Tributos Diretos e Indiretos

Entende-se que os tributos diretos sejam aqueles cujo contribuinte legal não tenha condições de transferi-lo a outrem, tornando-se o contribuinte de fato. Já os tributos indiretos são aqueles em que o contribuinte legal transfere o ônus tributário, via aumento ou redução dos preços, aos consumidores, neste caso, contribuintes de fato.

No demonstrativo a seguir mostra-se, a partir da classificação feita pelo IBGE para as Contas Nacionais dos impostos, taxas e contribuições federais em tributos diretos e indiretos, conforme publicação citada anteriormente, que os tributos tidos como indiretos apresentaram menor representatividade e ligeira queda na participação no PIB nos exercícios de 1996 e 1997, em relação aos tributos diretos. Tal fato evidencia que há um crescimento dos tributos federais diretos, o que sinaliza a progressividade da administração tributária federal, ou seja, pela instituição de tributos que possam ser arrecadados e fiscalizados mais eficazmente, proporcionando àqueles que tem maior renda, maior participação no recolhimento do tributo devido, como foi o caso, em 1997, da entrada em vigor da CPMF.

Participação dos Tributos Diretos e Indiretos Federais

Em % do PIB

TRIBUTOS	1996	1997
Diretos	13,07	13,71
Indiretos	6,76	6,53

6.5.5 Valores do Balanço/97 X Relatório SERPRO/SRF (L88/97)

Para elaboração da estimativa do coeficiente tributário no âmbito federal, referente ao exercício de 1997, foi necessário que se procedesse à análise comparativa entre os valores de

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

arrecadação de tributos federais constantes do Balanço da União e do Relatório de Acompanhamento da Arrecadação de Tributos Federais da SRF, emitido pelo SERPRO (L88/97). Este relatório contém os valores da arrecadação das receitas tributárias a cargo da SRF, recebidos via DARF e processados por meio do Sistema de Classificação e Controle - CLACON, após o encaminhamento das fitas magnéticas contendo o montante arrecadado pelos bancos da rede credenciada.

O resultado da comparação dos valores dos documentos acima, por usarem as mesmas fontes de dados, deveria ser o mesmo. Entretanto, foi evidenciada, conforme disposto em tabela anexa, uma diferença no valor total de R$ 522.048 mil, a menor, no relatório de acompanhamento da arrecadação da SRF em relação ao Balanço da União – 1997.

Há que se estranhar, nessa análise, o fato de que algumas receitas tributárias que são arrecadadas somente por DARF terem sido contabilizadas com valores maiores no Relatório da SRF/SERPRO – Acompanhamento da Arrecadação – L88/97, em relação ao SIAFI, fonte básica dos dados do Balanço Geral da União.

Deve-se registrar que apesar de haverem sido detectadas as referidas diferenças nos valores das receitas utilizadas para a realização da estimativa do coeficiente tributário federal, os dados não comprometeram a mensuração final deste indicador. Os valores relativos à diferença acima da arrecadação tributária federal em 1997, constantes dos documentos oficiais, apresentaram pouca representatividade diante do total das receitas arrecadadas e dos números do PIB/97, ou seja, equivaleram a 0,1% do PIB/97.

Além disso, as fontes de dados adotadas na análise para obtenção dos valores de receitas tributárias federais, nos exercícios de 1996 e 1997, foram as informações contidas nos Balanços da União, cujos valores consolidaram, inclusive, as receitas arrecadadas por meio de DARF, registrados no Relatório L88-SRF/SERPRO, além das receitas apropriadas pelas Notas de Lançamento no SIAFI, as receitas recolhidas por DARF eletrônico, Guias de Recebimento, GRPS e outros documentos de arrecadação.

Com vistas a se verificar a referida diferença, solicitou-se esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional que informou a este Tribunal que a mesma era proveniente de problemas operacionais na classificação da receita orçamentária por parte do arquivo da Secretaria da Receita Federal, que acarretaram registros em duplicidade das contribuições para o PIN/PROTERRA, e da ausência de registro de parte dos valores arrecadados constantes do mesmo arquivo. Assim, devem ser subtraídos do total do quadro do Balanço Geral da União, do valor constante como de IRPJ, o montante de R$ 647 milhões vinculados ao PIN/PROTERRA, o valor da Taxa Jurídica da Justiça do DF de R$ 3 milhões, apresentada com sinal invertido e o valor de R$ 79 milhões de registro efetuado através de Nota de Lançamento, assim como deve adicionar-se os valores de R$ 29 milhões, de diferença inexistente como Cota-parte de Compensações Financeiras entre o SIAFI e a L88, e R$ 179 milhões, não contabilizado em dezembro de 1997.

A Secretaria do Tesouro Nacional informou, ainda, que os citados problemas operacionais não produziram reflexos no processo de classificação por fonte de recursos, e, conseqüentemente, nos montantes destinados às unidades do Governo Federal e às demais

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

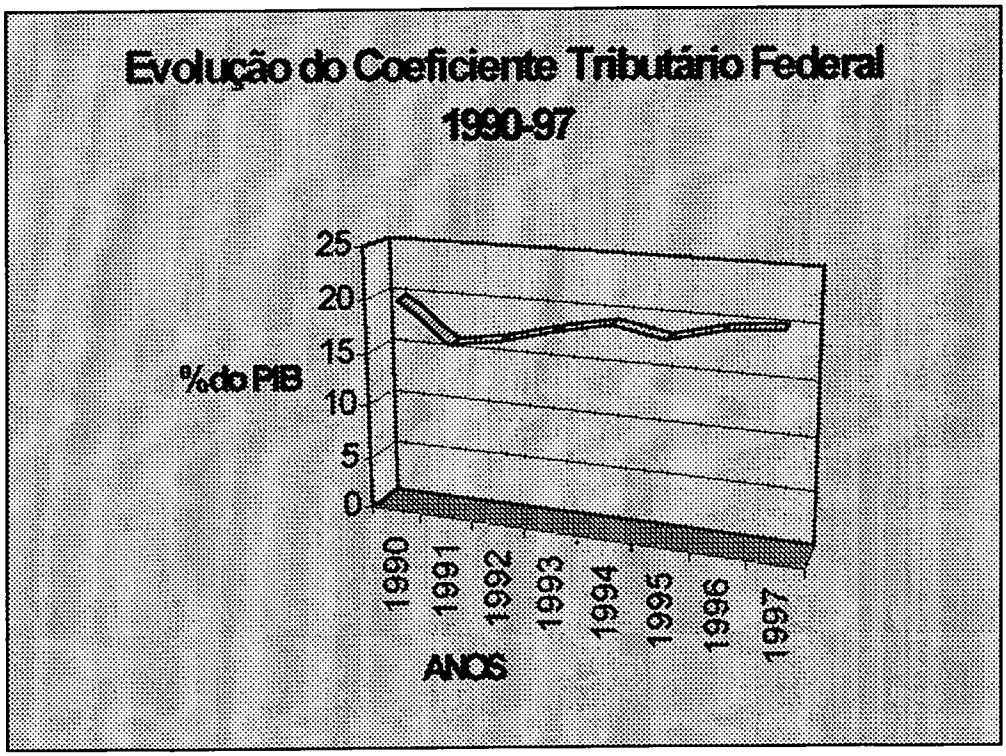
esferas de Governo (Estados e Municípios), e que as correções dos registros indevidos ou não efetivados serão efetuadas no exercício de 1998.

O coeficiente tributário federal, estimado da ordem de 20,24% do PIB em 1997, quando comparado com a média de 18,48% dos últimos 07 (sete) anos, conforme demonstrado na quadro a seguir, expressa, de maneira geral, o crescimento da participação das receitas tributárias federais em relação ao PIB, a partir, principalmente, do exercício de 1991. Ademais, confirma-se a forte influência que esse indicador vem exercendo no comportamento da carga tributária nacional. Não obstante, a descentralização de recursos tributários aos estados e municípios, aprovada pela Constituição Federal de 1988, tem sido uma das medidas para tornar o sistema tributário menos centralizador de receitas em poder da União e mais condizente com um federalismo fiscal.

COEFICIENTE TRIBUTÁRIO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
EXERCÍCIOS: 1990-1997
Em % do PIB

ANO	COEFICIENTE TRIBUTÁRIO FEDERAL (1)	COEFICIENTE TRIBUTÁRIO ESTADUAL	COEFICIENTE TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
1990	20,05	9,03	0,75
1991	16,20	8,03	1,24
1992	16,96	7,49	0,81
1993	18,35	6,49	0,67
1994	19,39	7,74	0,80
1995 (2)	18,59	8,10	1,35
1996(3)	19,84	7,77	1,24
MÉDIA 1990-1996	18,48	7,81	0,98
1997 (3)	20,24	Nd	Nd

Obs: (1) Os dados de 1990/94 foram calculados, conforme o TC 023.267/94-1
(2) Dados calculados pelo IBGE.
(3) Para 1996/97, os dados foram estimados neste relatório.
Nd – Não disponível



Elenir T. G. Santos
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

RECEITA ARRECADADA -1997
BALANÇO DA UNIÃO X RELATÓRIO DA SRF (L88/97)

NATUREZA DA RECEITA	1997 RECEITA REALIZADA (Balanço)=(A)	1997 RECEITA REALIZADA (Rel. L88-SRF)=(B)	DIFERENÇA (A) - (B)
TRIB. ARREC. PELA SRF E OUTROS ÓRGÃOS	**110.692.862.664,03**	**110.381.067.571,31**	**311.795.092,72**
IMPOSTOS	**61.742.665.969,83**	**61.303.242.625,75**	**439.423.344,08**
IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	5.073.976.043,82	5.105.346.134,69	(31.370.090,87)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	2.842.054,70	2.851.351,29	(9.296,59)
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	241.519.205,34	242.488.163,71	(968.958,37)
PESSOAS FISICAS	2.649.305.273,97	2.644.077.470,61	5.227.803,36
PESSOAS JURIDICAS	12.874.521.652,37	12.222.021.835,77	652.499.816,60
RETIDO NAS FONTES	20.684.005.579,66	20.705.733.110,27	(21.727.530,61)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	16.447.215.219,43	16.604.772.473,65	(157.557.254,22)
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.760.918.885,64	3.767.586.550,18	(6.667.664,54)
IMPOSTO PROV. MOV. TRANS. VAL E CREDITOS-IP	51.899,48	51.899,48	-
IMPOSTOS EXTINTOS	8.310.155,42	8.313.636,10	(3.480,68)
TAXAS	**579.374.264,70**	**581.172.835,64**	(1.798.570,94)
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE MINERAÇÃO	7.218.028,27	7.218.028,27	-
TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOE	105.805.852,30	107.135.868,61	(1.330.016,31)
TAXA REG.LIC.INST.BENEF.ALGOD.PLANTAS TEXT	400,12	535,48	(135,36)
TAXAS DE MIGRACAO	57.484.526,08	57.666.853,57	(182.327,49)
TAXA FISC.PROD.CONTROLADOS P/ MIN.DO EXER	1.499.681,57	1.501.735,18	(2.053,61)
TAXA DE FISC.DO MERC.TITUL. E VAL.MOBILIARIOS	45.839.544,87	45.887.678,73	(48.133,86)
TAXA FISC. MERC.SEG.,CAPIT.E PREV.PRIV.ABERT	27.752.648,75	27.767.650,29	(15.001,54)
EMOLUMENTOS CONSULARES	36.363.433,30	36.363.433,30	-
EMOLUMENTOS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDER	491.939,20	492.065,18	(125,98)
TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	9.980.828,88	9.921.929,06	58.899,82
TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DIST. FEDERAL	1.685.529,00	127.283,83	1.558.245,17
CUSTAS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	2.550.316,80	2.550.708,39	(391,59)
CUSTAS JUDICIAIS	97.267.998,74	99.064.838,34	(1.796.839,60)
PENSÕES MILITARES	146.061.894,26	146.091.604,73	(29.710,47)
MONTEPIO CIVIL	1.344.744,32	1.355.707,92	(10.963,60)
TAXAS PARA CERTIDOES DE QUITACAO - CLT	1.674,88	1.691,40	(16,52)
TAXA MILITAR	1.823.321,44	1.823.321,44	-
TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAI	32.538.206,51	32.538.206,51	-
TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS - INCRA	3.663.695,41	3.663.695,41	-
CONTRIBUIÇÕES	**48.370.822.429,50**	**48.496.652.109,92**	(125.829.680,42)
CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SO	18.202.481.315,25	18.324.978.492,64	(122.497.177,39)
CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	2.689.453.774,46	2.689.453.774,46	-
COTA DE PREVIDENCIA	25.283,73	25.861,69	(577,96)
COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	97.132.437,88	19.366.118,65	77.766.319,23
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIARIO	26.658.916,04	26.658.916,04	-
CONTRIBUIÇÃO PARA DES. DO ENS. PROF. MARÍTI	19.856.976,51	19.856.976,51	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE	145.273.625,47	145.273.625,47	-
CONTRIB. RENDA LIQ. CONC.PROGNOST.SEG. SO	306.016.628,70	306.016.628,70	-
CONTRIB. FNC - FUND. INV. REGIONAIS	9.680.556,05	9.680.556,05	-
CONTRIB. FNC - S/ PREMIOS SORTEIO	16.703.564,34	16.704.048,03	(483,69)
CONTRIB. E ADIC. REC. E CONC. PROGNOSTICO P/	70.096.894,22	70.099.874,03	(2.979,81)
CONTRIBUIÇÃO S/ REC. CONC. PROG. FUNPEN	48.392.384,19	48.392.384,19	-
CONTRIBUICAO DE MOVIMENTACAO FINANCEIRA -	6.887.275.263,23	6.910.464.868,35	(23.189.605,12)
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SER	2.588.116.609,60	2.594.698.743,72	(6.582.134,12)
CONT. EMPREG./TRABALHAD. P/SEG. SOCIAL - SIM	1.049.223.823,91	1.049.223.823,91	-

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTR. AO PROG. DE ENSINO FUNDAMENTAL	80.288.177,75	80.288.177,75	-
CONTR. INDUSTRIAL RURAL	52.628.670,88	52.628.670,88	-
ADICIONAL A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	256.801.561,94	256.801.561,94	-
CONTR. PARA O PIS/PASEP	7.254.121.079,25	7.263.502.735,93	(9.381.656,68)
CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDI	7.199.430.797,52	7.213.824.891,43	(14.394.093,91)
CONTRIBUIÇÃO SOB DPVAT - LEI 8.212/91	373.691.240,03	373.691.240,03	-
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	357.524,16	357.524,16	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	365.941.448,55	366.243.601,53	(302.152,98)
TAXA DE ORG. REGULAMENTACAO MERCADO BO	6.176.027,17	6.176.027,17	-
CONTRIBUIÇÃO S/APOSTAS EM COMPET. HÍPICAS	3.949.383,27	3.949.383,27	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESEN. IND. CINEM. NACI	4.483.378,06	3.102.268,84	1.381.109,22
COTA-PARTE PREÇO REAL COMBUSTIVEL	21.501.001,51	21.501.001,51	-
CONTR. S/ ARREC. QUANT. SUBSIST./ETAPA/FRO	16.760.255,42	16.760.255,42	-
ADIC S/ TARIFA PASSAGENS AEREAS DOMESTICA	44.448.533,96	44.448.533,96	-
COTA-PARTE AD FRETE P/ REN. MARINHA MERCA	460.279.408,47	460.337.967,13	(58.558,66)
COTA-PARTE INDEN.P/EXTR.PETROLEO, XISTO E	28.553.954,60	28.553.954,60	-
COTA-PARTE COMPENS. FINANCEIRAS	30.062.614,06	58.616.720,02	(28.554.105,96)
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	5.964.739,59	5.964.739,59	-
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO MIN. MARINHA	4.964.244,00	4.964.244,00	-
ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA	4.030.335,73	4.043.918,32	(13.582,59)
MULTAS, JUROS E DIVIDA ATIVA	**3.155.495.991,75**	**2.945.243.136,74**	210.252.855,01
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	1.110.782.382,65	1.184.872.705,98	(74.090.323,33)
MULTAS E JUROS DAS CONTRIBUIÇÕES	1.807.258.586,62	1.521.999.496,39	285.259.090,23
RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	138.193.618,25	139.109.530,14	(915.911,89)
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES	99.261.404,23	99.261.404,23	-
TOTAL GERAL	113.548.359.655,76	113.325.316.708,06	622.042.947,73

CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS EM INDIRETOS E DIRETOS

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA	TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
11120100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	196.838.673,03	241.519.205,34	D
11120401	PESSOAS FISICAS	2.350.583.330,67	2.649.305.273,97	D
11120402	PESSOAS JURIDICAS	13.405.715.456,16	12.874.521.652,37	D
11120403	RETIDO NAS FONTES	18.110.335.783,27	20.684.005.579,66	D
11210500	TAXAS DE MIGRACAO	48.379.494,48	57.484.526,08	D
11220100	EMOLUMENTOS CONSULARES	19.872.912,33	36.363.433,30	D
11220200	EMOLUMENTOS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	4.957.409,14	491.939,20	D
11220300	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	4.619.724,82	9.980.828,88	D
11220600	TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DIST. FEDERAL	1.864.342,97	1.685.529,00	D
11220700	CUSTAS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	2.024.616,73	2.550.316,80	D
11220800	CUSTAS JUDICIAIS	82.774.658,56	97.267.998,74	D
11220900	PENSOES MILITARES	130.736.069,75	146.061.894,26	D
11221000	MONTEPIO CIVIL	1.212.148,53	1.344.744,32	D
11221500	TAXA MILITAR	1.768.548,57	1.823.321,44	D
12101300	CONTRIBUICAO DE MOVIMENTACAO FINANCEIRA - CPMF	-	6.887.275.263,23	D
12102900	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	2.579.435.856,94	2.588.116.609,60	D
12103000	CONTRIBUICAO EMPREG./TRABALHAD. P/SEG. SOCIAL		1.049.223.823,91	D
12103100	CONTRIBUICAO AO PROG. DE ENSINO FUNDAMENTAL	68.602.403,35	80.288.177,75	D
12103201	CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	54.356.440,33	52.628.670,88	D
12103203	ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	240.216.800,02	256.801.561,94	D
12103800	CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	6.184.540.329,00	7.199.430.797,52	D
12105000	CONTRIBUICAO SOB DPVAT - LEI 8212/91	285.935.474,98	373.691.240,03	D
12109900	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	357.733,89	357.524,16	D
12200100	CONTRIBUICAO PARA O PIN	350.780.662,21	384.108.004,36	D
12200200	CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	241.686.841,56	263.146.503,76	D
12370100	CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	9.609.328.038,11	10.291.673.776,32	D
12370400	SEGURADOS - AUTONOMOS	1.537.157.508,28	2.249.658.712,04	D
12370500	EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	4.849.091,96	9.056.465,95	D
12370600	CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	24.156.726.503,30	25.740.025.533,45	D

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA	TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
12370700	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	2.478.175.497,38	2.531.718.650,50	D
12371100	CONTRIB. EM REGIME DE PARCELAMENTO E DEBITOS	2.222.632.246,30	1.891.301.355,87	D
12371200	CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS	111.592.512,27	187.768.589,18	D
12371300	ENTIDAD.FEDERAIS E SERVIDORES-BENEFICIOS RGPS	454.304,44	730.713,77	D
12379900	OUTRAS CONTRIBUICOES URBANAS	6.819.855,59	6.673.710,67	D
12380100	CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	493.368.037,51	617.188.090,01	D
12380200	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO-SAT		26.860.836,16	D
12389900	OUTRAS CONTRIBUICOES RURAIS		222.289.154,11	D
12390100	PREVIDENCIARIAS		192.156.925,69	D
19907001	CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	59.559.640,72		D
21130000	EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS	45.404.116,32	421,93	D
	TERCEIROS (SENAC, SENAI, SESC, SEBRAE, FUNDACENTRO,ETC)	3.630.291.627,13	3.829.590.723,32	D
	FGTS	11.671.686.175,56	12.925.111.506,45	D
	SUBTOTAL TRIBUTOS DIRETOS	**100.395.640.866,16**	**116.661.279.585,92**	
11110100	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	4.184.747.123,55	5.073.976.043,82	I
11110200	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	1.784.262,07	2.842.054,70	I
11130100	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.264.009.931,59	16.447.215.219,43	I
11130300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.833.266.381,58	3.760.918.885,64	I
11130400	IMPOSTO PROV. MOV. TRANS. VAL E CREDITOS-IPMF	(2.091.732,60)	51.899,48	I
11210100	TAXAS DE FISCALIZACAO DE MINERACAO	-	7.218.028,27	I
11210200	TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	66.132.091,78	105.805.852,30	I
11210400	TAXA REG.LIC.INST.BENEF.ALGOD.PLANTAS TEXTEIS	684,48	400,12	I
11211300	TAXA FISC.PROD.CONTROLADOS P/ MIN.DO EXERCITO	945.915,15	1.499.681,57	I
11211400	TAXA DE FISC.DO MERC.TITUL. E VAL.MOBILIARIOS	38.602.788,05	45.839.544,87	I
11211500	TAXA FISC. MERC.SEG.,CAPIT.E PREV.PRIV.ABERTA	25.371.688,28	27.752.648,75	I
11221200	TAXAS PARA CERTIDOES DE QUITACAO - CLT	3.019,82	1.674,88	I
11221900	TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	33.925.373,24	32.538.206,51	I
11222000	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS - INCRA	4.172.568,70	3.663.695,41	I
12100100	CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	17.191.121.759,91	18.202.481.315,25	I
12100200	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	2.693.700.539,67	2.689.453.774,46	I
12100300	COTA DE PREVIDENCIA	194.018,24	25.283,73	I
12100400	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	78.589.602,85	97.132.437,88	I
12100500	CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO	27.524.314,79	26.658.916,04	I

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA	TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
12100600	CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO	23.107.947,50	19.856.976,51	I
12100700	CONTRIB. PARA O FUNDO DE SAÚDE	110.532.363,84	145.273.625,47	I
12100800	CONTRIB. RENDA LIQ. CONC.PROGNOST.SEG. SOCIAL	420.525.886,00	306.016.628,70	I
12100900	CONTRIB. FNC - FUND. INV. REGIONAIS	9.232.415,61	9.680.556,05	I
12101000	CONTRIB. FNC - S/ PREMIOS SORTEIO	16.168.820,17	16.703.564,34	I
12101200	CONTRIBUIÇÃO S. /REC. CONC. PROG. FUNPEN	48.140.027,92	48.392.384,19	I
12103700	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7.129.812.866,18	7.254.121.079,25	I
12200300	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	362.052.595,49	365.941.448,55	I
12200400	TAXA DE ORG. REGULAMENTACAO MERCADO BORRACHA		6.176.027,17	I
12200500	CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	2.543.121,83	3.949.383,27	I
12200600	CONTRIBUIÇÃO PARA O DESEN. IND. CINEM. NACIONAL	2.814.781,85	4.483.378,06	I
12200800	CONTRIB.S/ARRECADACAO QUANT.SUBSIST/ETAPA/FRO	15.799.529,51	16.760.255,42	I
12201600	ADIC S/ TARIFA PASSAGENS AEREAS DOMESTICAS	45.621.287,51	44.448.533,96	I
12201800	COTA-PARTE AD FRETE P/ REN. MARINHA MERCANTE	462.858.703,55	460.279.408,47	I
12202100	COTA-PARTE INDEN.P/EXTR.PETROLEO, XISTO E GAS	22.088.269,67	28.553.954,60	I
12202200	COTA-PARTE COMPENS. FINANCEIRAS	30.263.486,68	30.062.614,06	I
12209900	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	5.216.282,14	5.964.739,59	I
16003500	ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA	37.858.971,85	4.030.335,73	I
17300000	CONTRIB. E ADIC. REC. E CONC. PROGNOSTICO	74.871.521,96	70.096.894,22	I
	COTA-PARTE PREÇO REAL. COMBUSTIVEL	2.617,53	21.501.001,51	I
	IMPOSTOS EXTINTOS	4.025.716,00	8.310.155,42	I
	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DA MARINHA	4.680.238,00	4.964.244,00	I
	SUBTOTAL TRIBUTOS INDIRETOS	**51.270.217.781,94**	**55.400.642.751,65**	
19110000	**MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE TRIBUTOS**	**1.008.469.238,06**	**1.110.782.382,65**	
	TRIBUTOS DIRETOS	707.969.612,53	841.724.893,91	
	TRIBUTOS INDIRETOS	300.499.625,53	269.057.488,74	
19120000	**MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES**	**1.680.216.501,66**	**1.807.258.586,62**	
	TRIBUTOS DIRETOS	657.619.022,68	1.070.766.963,45	
	TRIBUTOS INDIRETOS	1.022.597.478,98	736.491.623,17	
	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**98.643.236,29**	**138.193.618,25**	
	TRIBUTOS DIRETOS	26.538.173,25	75.803.109,43	
	TRIBUTOS INDIRETOS	72.105.063,04	62.390.508,82	
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES	**31.513.563,83**	**99.261.404,23**	

Elenir C. Santos
Secretária do Planejto

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA	TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
	TRIBUTOS DIRETOS	15.089.217,50	47.884.548,88	
	TRIBUTOS INDIRETOS	16.424.346,33	51.376.855,35	
	REC. DIV. ATIVA - PIS/PASEP	5.940.054,09	15.834.576,66	D
	REC. DIV. ATIVA - AFRMM	294.545,54	68.787,90	I
	REC. DIV. ATIVA - CSLL	9.149.163,41	32.049.857,22	D
	REC. DIV. ATIVA - CONT. AÇUCAR E ALCOOL	488.327,47	330.764,02	I
	REC. DIV. ATIVA - COFINS	10.039.097,98	44.833.353,85	I
	REC. DIV. ATIVA - CPMF		115,00	D
	REC. DIV. ATIVA FINSOCIAL	5.602.375,34	6.143.949,58	I
	TOTAL	164.484.701.187,94	176.217.416.329,32	
	TRIBUTOS DIRETOS	101.802.856.892,12	118.697.459.101,59	
	TRIBUTOS INDIRETOS	52.681.844.295,82	56.519.959.227,73	
	PIB	778.820.353.000,00	865.809.679.861,88	
	TRIBUTOS DIRETOS	13,07%	13,71%	
	TRIBUTOS INDIRETOS	6,76%	6,53%	
	Obs: Os valores da arrecadação dos tributos foram classificados como diretos e indiretos, conforme o disposto na publicação do IBGE: Regionalização das Transações do Setor Público - Metodologia - 1991, Vol. I e de acordo com a base de incidência do tributo.			

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ESTIMATIVA DO COEFICIENTE TRIBUTÁRIO FEDERAL

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA
	TRIB. ARREC. PELA SRF E OUTROS ÓRGÃOS	**95.637.813.493,23**	**111.340.117.172,15**
	IMPOSTOS	**56.349.214.925,32**	**61.742.665.969,83**
11110100	IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	4.184.747.123,55	5.073.976.043,82
11110200	IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	1.784.262,07	2.842.054,70
11120100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	196.838.673,03	241.519.205,34
11120401	PESSOAS FISICAS	2.350.583.330,67	2.649.305.273,97
11120402	PESSOAS JURIDICAS	13.405.715.456,16	12.874.521.652,37
11120403	RETIDO NAS FONTES	18.110.335.783,27	20.684.005.579,66
11130100	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.264.009.931,59	16.447.215.219,43
11130300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.833.266.381,58	3.760.918.885,64
11130400	IMPOSTO PROV. MOV. TRANS. VAL E CREDITOS-IPMF	-2.091.732,60	51.899,48
	IMPOSTOS EXTINTOS	4.025.716,00	8.310.155,42
	TAXAS	**467.364.055,38**	**579.374.264,70**
11210100	TAXAS DE FISCALIZACAO DE MINERACAO	-	7.218.028,27
11210200	TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	66.132.091,78	105.805.852,30
11210400	TAXA REG.LIC.INST.BENEF.ALGOD.PLANTAS TEXTEIS	684,48	400,12
11210500	TAXAS DE MIGRACAO	48.379.494,48	57.484.526,08
11211300	TAXA FISC.PROD.CONTROLADOS P/ MIN.DO EXERCITO	945.915,15	1.499.681,57
11211400	TAXA DE FISC.DO MERC.TITUL. E VAL.MOBILIARIOS	38.602.788,05	45.839.544,87
11211500	TAXA FISC. MERC.SEG.,CAPIT.E PREV.PRIV.ABERTA	25.371.688,28	27.752.648,75
11220100	EMOLUMENTOS CONSULARES	19.872.912,33	36.363.433,30
11220200	EMOLUMENTOS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	4.957.409,14	491.939,20
11220300	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	4.619.724,82	9.980.828,88
11220600	TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DIST. FEDERAL	1.864.342,97	1.685.529,00
11220700	CUSTAS DA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	2.024.616,73	2.550.316,80
11220800	CUSTAS JUDICIAIS	82.774.658,56	97.267.998,74
11220900	PENSOES MILITARES	130.736.069,75	146.061.894,26
11221000	MONTEPIO CIVIL	1.212.148,53	1.344.744,32
11221200	TAXAS PARA CERTIDOES DE QUITACAO - CLT	3.019,82	1.674,88
11221500	TAXA MILITAR	1.768.548,57	1.823.321,44
11221900	TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	33.925.373,24	32.538.206,51

Secretária do Plenário

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA
11222000	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS - INCRA	4.172.568,70	3.663.695,41
	CONTRIBUIÇÕES	**38.821.234.512,53**	**49.018.076.937,62**
12100100	CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	17.191.121.759,91	18.202.481.315,25
12100200	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	2.693.700.539,67	2.689.453.774,46
12100300	COTA DE PREVIDENCIA	194.018,24	25.283,73
12100400	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	78.589.602,85	97.132.437,88
12100500	CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO	27.524.314,79	26.658.916,04
12100600	CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO	23.107.947,50	19.856.976,51
12100700	CONTRIB. PARA O FUNDO DE SAÚDE	110.532.363,84	145.273.625,47
12100800	CONTRIB. RENDA LIQ. CONC.PROGNOST.SEG. SOCIAL	420.525.886,00	306.016.628,70
12100900	CONTRIB. FNC - FUND. INV. REGIONAIS	9.232.415,61	9.680.556,05
12101000	CONTRIB. FNC - S/ PREMIOS SORTEIO	16.168.820,17	16.703.564,34
17300000	CONTRIB. E ADIC. REC. E CONC. PROGNOSTICO P/IDESP	74.871.521,96	70.096.894,22
12101200	CONTRIBUIÇÃO S. /REC. CONC. PROG. FUNPEN	48.140.027,92	48.392.384,19
12101300	CONTRIBUICAO DE MOVIMENTACAO FINANCEIRA - CPMF	-	6.887.275.263,23
12102900	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	2.579.435.856,94	2.588.116.609,60
12103000	CONTRIBUICAO EMPREG./TRABALHAD. P/SEG. SOCIAL		1.049.223.823,91
12103100	CONTRIBUICAO AO PROG. DE ENSINO FUNDAMENTAL	68.602.403,35	80.288.177,75
12103201	CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	54.356.440,33	52.628.670,88
12103203	ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	240.216.800,02	256.801.561,94
12103700	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7.129.812.866,18	7.254.121.079,25
12103800	CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	6.184.540.329,00	7.199.430.797,52
12105000	CONTRIBUICAO SOB DPVAT - LEI 8212/91	285.935.474,98	373.691.240,03
12109900	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	357.733,89	357.524,16
12200100	CONTRIBUICAO PARA O PIN	350.780.662,21	384.108.004,36
12200200	CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	241.686.841,56	263.146.503,76
12200300	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	362.052.595,49	365.941.448,55
12200400	TAXA DE ORG. REGULAMENTACAO MERCADO BORRACHA		6.176.027,17
12200500	CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	2.543.121,83	3.949.383,27
12200600	CONTRIBUIÇÃO PARA O DESEN. IND. CINEM. NACIONAL	2.814.781,85	4.483.378,06
	COTA-PARTE PREÇO REAL. COMBUSTIVEL	2.617,53	21.501.001,51
12200800	CONTRIB.S/ARRECADACAO QUANT.SUBSIST/ETAPA/FRO	15.799.529,51	16.760.255,42
12201600	ADIC S/ TARIFA PASSAGENS AEREAS DOMESTICAS	45.621.287,51	44.448.533,96
12201800	COTA-PARTE AD FRETE P/ REN. MARINHA MERCANTE	462.858.703,55	460.279.408,47

Elenir C. G. Santos
Agente Técnico
Secretária do Plenário

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA
12202100	COTA-PARTE INDEN.P/EXTR.PETROLEO, XISTO E GAS	22.088.269,67	28.553.954,60
12202200	COTA-PARTE COMPENS. FINANCEIRAS	30.263.486,68	30.062.614,06
12209900	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	5.216.282,14	5.964.739,59
	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DA MARINHA	4.680.238,00	4.964.244,00
16003500	ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA	37.858.971,85	4.030.335,73
	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	**44.310.954.862,99**	**47.796.693.237,04**
12370100	CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	9.609.328.038,11	10.291.673.776,32
12370400	SEGURADOS - AUTONOMOS	1.537.157.508,28	2.249.658.712,04
12370500	EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	4.849.091,96	9.056.465,95
12370600	CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	24.156.726.503,30	25.740.025.533,45
12370700	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	2.478.175.497,38	2.531.718.650,50
12371100	CONTRIB. EM REGIME DE PARCELAMENTO E DEBITOS	2.222.632.246,30	1.891.301.355,87
12371200	CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS	111.592.512,27	187.768.589,18
12371300	ENTIDAD.FEDERAIS E SERVIDORES-BENEFICIOS RGPS	454.304,44	730.713,77
12379900	OUTRAS CONTRIBUICOES URBANAS	6.819.855,59	6.673.710,67
12380100	CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	493.368.037,51	617.188.090,01
12380200	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO-SAT		26.860.836,16
12389900	OUTRAS CONTRIBUICOES RURAIS		222.289.154,11
12390100	PREVIDENCIARIAS		192.156.925,69
	TERCEIROS (SENAC, SENAI, SESC, SEBRAE, FUNDACENTRO,ETC)	3.630.291.627,13	3.829.590.723,32
19907001	CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	59.559.640,72	
21130000	**EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS**	**45.404.116,32**	**421,93**
	FGTS	**11.671.686.175,56**	**12.925.111.506,45**
19110000	**MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE TRIBUTOS**	**1.008.469.238,06**	**1.110.782.382,65**
19120000	**MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES**	**1.680.216.501,66**	**1.807.258.586,62**
	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**98.643.236,29**	**138.193.618,25**
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÕES	**31.513.563,83**	**99.261.404,23**
	REC. DIV. ATIVA - PIS/PASEP	5.940.054,09	15.834.576,66
	REC. DIV. ATIVA - AFRMM	294.545,54	68.787,90
	REC. DIV. ATIVA - CSLL	9.149.163,41	32.049.857,22
	REC. DIV. ATIVA - CONT. AÇUCAR E ALCOOL	488.327,47	330.764,02
	REC. DIV. ATIVA - COFINS	10.039.097,98	44.833.353,85
	REC. DIV. ATIVA - CPMF		115,00
	REC. DIV. ATIVA FINSOCIAL	5.602.375,34	6.143.949,58

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CÓDIGO	NATUREZA DA RECEITA	1996 RECEITA REALIZADA	1997 RECEITA REALIZADA
	TOTAL GERAL	154.484.701.187,94	175.217.418.329,32

Obs: Valores da arrecadação bruta das receitas de impostos, taxas e contribuições do Governo Federal, constantes dos Balanços da União, Demonstrativos do INSS e CEF, bem como Relatórios da SRF (L88-1996/97), referentes a 1996/97.

	TOTAL GERAL	154.484.701.187,94	175.217.418.329,32
	PIB	778.820.353.000,00	865.809.679.861,88
	COEFICIENTE TRIBUTÁRIO FEDERAL	19,84%	20,24%

Obs. PIB/96 foi calculado pelo IBGE e o PIB/97 estimado, conforme metodologia estabelecida no subtópico 6.8.1 deste Relatório.

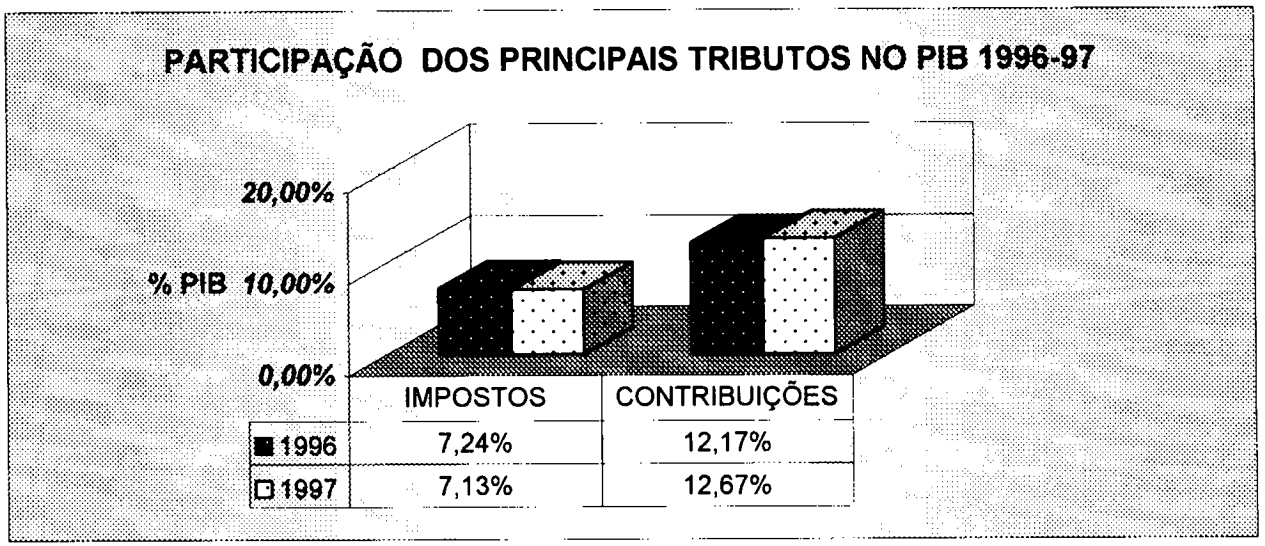
Secretária do Plenário

PARTICIPAÇÃO PIB - EXERCÍCIOS 1996/97

UNIÃO FEDERAL	1996	PIB/96 %	1997	PIB/97 %
IMPOSTOS	56.394.619.041,64	7,24%	61.742.666.391,76	7,13%
TAXAS	467.364.055,38	0,06%	579.374.264,70	0,07%
CONTRIBUIÇÕES	94.803.875.551,08	12,17%	109.739.881.681,11	12,67%
MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	2.688.685.739,72	0,35%	2.918.040.969,27	0,34%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	130.156.800,12	0,02%	237.455.022,48	0,03%
TOTAL	154.484.701.187,94	19,84%	175.217.418.329,32	20,24%

778.820.353.000,00 865.809.679.861,88

	1996	1997
IMPOSTOS	7,24%	12,17%
CONTRIBUIÇÕES	7,13%	12,67%



Edwin E. G. Santos
Técnico
Secretaria do Planalto

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.6 - O PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

6.6.1 - Considerações Iniciais

O Programa Nacional de Desestatização-PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12.04.90, e atualmente regulado pela Lei nº 9.491, de 09.09.1997, é parte essencial das reformas que vêm sendo conduzidas pelo Governo Federal para modernização do Estado e tem como objetivos fundamentais: a) permitir uma mudança do papel do Estado na economia, mediante a transferência à iniciativa privada de atividades indevidamente exploradas pelo setor público; b) contribuir na redução da dívida pública; c) permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades desestatizadas; d) estimular a competição no mercado, contribuindo para o aumento da qualidade de bens e serviços ofertados à população; e) concentrar ações, recursos e esforços da administração pública em áreas de prioridade nacional; e f) fortalecer e democratizar o mercado de capitais.

A mesma Lei que instituiu o PND criou o Fundo Nacional de Desestatização – FND, de natureza contábil, que se vincula a este por intermédio do depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indireta da União, emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa.

A estrutura institucional do PND é atualmente composta por dois agentes principais: o Conselho Nacional de Desestatização e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. O Conselho, subordinado diretamente ao Presidente da República, é órgão decisório integrado pelos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Indústria, Comércio e Turismo, da Administração Federal e Reforma do Estado e Ministro-Chefe da Casa Civil, bem como outros Ministros cujas presenças sejam necessárias em função do setor a que se subordine a empresa a ser desestatizada, como também o Presidente do Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituições financeiras.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES foi designado gestor do FND por determinação do Decreto nº 99.464, de 16.08.90, e suas competências e atribuições, no que concerne ao Programa Nacional de Desestatização, estão também definidas na própria Lei que instituiu o Programa, alterada pela Lei nº 9.491/97, e no Decreto nº 1.204, de 29.07.94, alterado pelo Decreto nº 2.077/96, recentemente revogados pelo Decreto nº 2.594, de 15.05.1998.

O Tribunal de Contas da União, por intermédio da IN nº 07/94, estabeleceu seis estágios de apreciação dos processos de privatização, especificando, em cada estágio, a documentação e informações a serem encaminhadas pelo gestor do Programa, bem como os prazos a serem cumpridos.

Os procedimentos de fiscalização relativos aos processos de concessão, permissão e autorização de serviço público foram fixados na Instrução Normativa nº 10/95, que também estabeleceu a análise da documentação em estágios, prevendo, ainda, o acompanhamento do processo na fase de execução contratual.

A fiscalização empreendida pelo Tribunal é efetuada, em ambos os casos, tanto

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

mediante a análise dos documentos e informações encaminhados, como por intermédio de inspeções e auditorias.

6.6.2 - Breve Retrospecto

A desestatização, como política de Governo, faz parte da agenda nacional há alguns anos, tendo passado por diversas fases.

Na década de 80 esse processo caracterizou-se pela privatização de 38 empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, sendo na maioria dos casos em função das dificuldades financeiras dessas. Na época ainda não havia uma intenção, por parte do Governo, de implementar um programa em larga escala. Foram privatizadas empresas de pequeno porte e os resultados foram modestos (US$ 780 milhões), pois o principal objetivo, à época, era evitar que o Poder Público ampliasse sua presença no setor produtivo.

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. O escopo da privatização foi, então, significativamente ampliado.

No período de 1990 a 1992 o Programa Nacional de Desestatização foi efetivamente implementado, sendo incluídas 68 empresas e desestatizadas 18, nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica, gerando uma arrecadação de US$ 4 bilhões.

Para se ter uma idéia desse incremento no Programa, apenas a venda da Usiminas, em outubro de 1991, permitiu a arrecadação de um volume de recursos duas vezes maior que o da década de 80. Dessa forma, o PND concentrou esforços na alienação de empresas vinculadas a setores anteriormente considerados estratégicos para o desenvolvimento, o que explicou a inclusão de empresas dos setores acima mencionados.

Nesse período, a prioridade foi a busca do ajuste fiscal, que redundou em uma maciça utilização das chamadas moedas de privatização (títulos representativos da dívida pública federal) como meio de pagamento no âmbito do PND.

No período de 1993 a 1994 intensificou-se o processo de transferência de empresas estatais ao setor privado, observando-se o término da privatização das empresas do setor siderúrgico. Foi dada ênfase à admissão de moeda corrente, o que não diminuiu, no entanto, a importância das chamadas moedas de privatização.

De fato, objetivando ampliar e democratizar o Programa foram introduzidas mudanças na legislação que permitiram a ampliação de uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meio de pagamento no PND, além de que a venda de participações minoritárias detidas pela União e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros também permitiram uma significativa ampliação do PND.

Nesse período foram privatizadas 15 empresas de vários segmentos econômicos e um grande volume de participações minoritárias, gerando uma arrecadação de aproximadamente US$ 4,5

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

bilhões.

6.6.3 - Legislação do período e a inclusão de empresas no PND

O Programa de Desestatização vem sendo desenvolvido com uma sustentação legal que merece destaque, dado o aperfeiçoamento das normas que regem os processos de privatização do PND, notadamente as alterações legais ocorridas nos últimos exercícios.

Destaca-se, nesse sentido, as Emendas Constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional em 1995, que têm grande importância para o desenvolvimento do Programa, entre as quais: a abertura à iniciativa privada para exploração dos serviços de gás canalizado; o fim da distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; a autorização para que empresas constituídas sob a lei brasileira e que tenham sede e domicílio no País realizem pesquisa e lavra de minérios; bem como a autorização para que a União firme contrato com empresas privadas visando ao desenvolvimento de atividades ligadas à exploração de serviços de telecomunicações e à exploração de petróleo.

Com o advento da Lei nº 8.987, de 13.02.95, que dispôs acerca das concessões, permissões e autorizações de serviços públicos, foi ampliado o escopo do PND, passando a abranger não só a venda de empresas, mas também a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos controlados pela União. Nos recentes exercícios, a aplicação dessa modalidade já se fez presente em vários setores específicos: o de energia elétrica, o de transportes (sistemas rodoviário, ferroviário e portuário) e o de telecomunicações.

A Lei nº 9.427/96 instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, objetivando regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com as políticas e diretrizes do Governo Federal. Foi também editada em 1996 a Medida Provisória nº 1.514/96, que estabeleceu mecanismos com vistas a incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e a privatização de instituições financeiras.

Por sua vez a Lei nº 9.491/97 introduziu a possibilidade de utilização, pelos trabalhadores, dos recursos de que são titulares em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na aquisição de valores mobiliários no âmbito do PND, por intermédio da aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regulamentados pelo Decreto nº 2.430/97.

No exercício em análise, foram incluídas no PND, com a edição do Decreto s/nº, de 13.01.97, a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, por intermédio do Decreto nº 2.249, de 11.06.97, uma série de aproveitamentos hidroelétricos (Lajeado/TO, Santa Clara/BA/MG, Itumirim/GO, Bom Retiro/RS, Complexo Paraíba/ES/RJ/MG, Jataizinho/PR, Itapebi/BA, Picada/MG e Pirajú/SP), a Companhia Energética de Alagoas, por intermédio do Decreto nº 2.356, de 23.10.97, e a Companhia Siderúrgica da Amazônia, com o advento do Decreto nº 2.303, de 18.08.97, e por conta do Decreto nº 2.125, de 17.01.97, foram excluídas do Programa de Desestatização as participações da Petroquisa na Nitroclor Produtos Químicos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.6.4 - Avaliação dos Serviços A e B e os Preços Mínimos Propostos

Objetivando obter um valor referencial e indicativo próximo do real preço das empresas a serem privatrizadas, o gestor do Programa de Desestatização contrata, mediante licitação pública, empresas de consultoria para a realização de trabalhos voltados para a avaliação das mesmas.

Para cada processo de privatização são realizadas pelo menos duas avaliações independentes, com as seguintes atribuições:

1) Serviço A - compreende a avaliação econômico-financeira da empresa e a proposição do preço mínimo de venda;

2) Serviço B - realiza o mesmo trabalho do serviço A, adicionando-se a avaliação patrimonial, montagem e execução do processo de privatização, proposta de sistemática para a alienação das ações, atuação junto ao mercado de capitais e preparação de informações para o gestor e para terceiros, entre outros.

Quando ocorrem divergências entre os valores de preços mínimos fixados pelos dois serviços superiores a 20% (vinte por cento), é contratado um terceiro serviço (Serviço C), que se manifestará, em até sessenta dias, sobre as avaliações, cujo estudo também servirá como base para a determinação do preço mínimo.

Os serviços de consultoria econômica e de avaliação patrimonial são objeto de licitação pública nas modalidades de tomada de preços e concorrência.

Cada empresa é avaliada pelo potencial de geração de resultados do seu ativo operacional refletido em fluxos operacionais de caixa projetados, os quais se baseiam em cenários econômicos que fundamentam as projeções de seus custos e receitas.

O fluxo operacional de caixa projetado para cada empresa é descontado a uma determinada taxa para a obtenção do seu valor presente, cujo resultado é o valor econômico do empreendimento, o qual não guarda, necessariamente, relação com o valor do patrimônio líquido escriturado nos demonstrativos contábeis da empresa avaliada.

O valor econômico determinado pelo desconto do fluxo operacional de caixa é ainda ajustado, caso a caso, à situação do ativo/passivo de cada empresa. Essas taxas são obtidas em função de diversos fatores, tais como: custo médio ponderado do capital, a situação da empresa e o ambiente macroeconômico.

Concluídos os trabalhos de avaliação das empresas pelos consultores (Serviços A e B), os mesmos recomendam ao Conselho Nacional de Desestatização um preço mínimo para cada empresa avaliada.

O Conselho Nacional de Desestatização, considerando os resultados dos serviços de consultoria, por intermédio de exposição fundamentada sobre os critérios adotados, fixa o preço mínimo de alienação das ações e bens.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O quadro a seguir discrimina os valores de avaliação econômico-financeira (Serviço A), de avaliação econômica, financeira e patrimonial (Serviço B) e o fixado pelo Conselho Nacional de Desestatização e pela então Comissão Diretora de Desestatização para cada uma das empresas privatizadas e privatizandas nos exercícios de 1995/97, bem como a participação governamental em cada empresa, com seu respectivo valor mínimo de alienação.

PND - VALORES DE AVALIAÇÃO (SERVIÇOS A e B) EMPRESAS ALIENADAS - 1995/97

US$ Milhões

Empresa	Valores de Avaliação Ajustados			Valor Fixado pela Comissão/ Conselho	Participação Governamental %	Valor Mínimo de Alienação (1)	Observações
	Serviço A	Serviço B	Serviço C				
COPENE	1.817,0	1.536,6	-	1.927,9	36,2	253,8	
ESCELSA	578,2	561,3	-	578,2	72,3	444,2	Não concluído
LIGHT	2.571,0	3.263,1	-	3.797,8	81,6	2.270,9	Não concluído
CVRD	(1)	(2)	-	2.609,8 (3)	51,1	2.609,8	Não concluído
CPC	384,6	382,1	-	384,6	20,8	90,1	
SALGEMA	317,3	328,2	-	328,2	29,3	37,9	
POLIBRASIL	327,0	368,1	-	386,7	25,7	99,4	
CBP	0,0	0,0	-	0,1	23,7	0,0	
POLIPROPILENO	219,3	219,5	-	237,6	34,2	81,2	
PRONOR	166,0	191,1	-	191,1	35,3	62,9	
NITROCARBONO	118,0	114,7	-	163,9	19,0	29,5	
CQR	(35,4)	(39,4)	-	0,0	36,9	0,0	
KOPPOL	(27,3)	(31,6)	-	6,3	49,6	3,1	
EDN	37,2	28,0	51,0	49,8	26,7	16,6	
Deten	171,0	155,5	-	181,5	33,5	12,1	
Malha Oeste	43,3	51,0	-	61,2	-	61,2	
Malha Centro-Leste	246,2	270,0	-	316,1	-	316,1	
Malha Sudeste	766,8	680,7	-	870,6	-	870,6	
Malha Sul	117,8	134,7	-	152,2	-	152,2	
Malha Teresa Cristina	14,2	13,4	-	16,1	-	16,1	
Malha Nordeste	9,8	10,6	-	10,6	-	10,6	
Banco Meridional (4)	-	-	-	155,4	-	155,4	-
Tecon I – Codesp (4)	-	-	-	92,6	-	92,6	-

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES

(1) A aplicação das metodologias resultou na indicação de faixas de valores para 100% do valor do patrimônio, variando entre US$ 8.257 milhões e US$ 10.601 milhões para o serviço A,

(2) A aplicação das metodologias resultou na indicação de faixas de valores para 100% do valor do patrimônio, variando entre US$ 9.544 milhões e US$ 6.941 milhões para o serviço B.

(3) Valor mínimo para as ações objeto de venda no leilão.

(4) Não foram informados os valores dos Serviços.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.6.5 - Os Meios de Pagamento utilizados no PND

Analisando os Relatórios de Atividades e os demonstrativos contidos no Sistema de Informações do PND, as informações dispostas nos editais, bem como diversos documentos elaborados pela Gerência de Títulos e Valores Mobiliários do BNDES, referentes aos exercícios de 1995/97, pode-se observar que as condições de pagamento estipuladas para cada processo de privatização, detalhadas no Manual de Instrução respectivo, resumem-se basicamente nas seguintes:

- obrigatoriedade de cada adquirente pagar em moeda corrente nacional um percentual mínimo fixado pelo Presidente da República, após proposição do Conselho de Desestatização, do preço das ações, objeto de alienação;

- admissão para o pagamento do preço das ações, além de moeda corrente, de títulos e créditos autorizados pela norma vigente, como:

a) certificados de privatização;
b) cruzados novos (até setembro de 1992);
c) debêntures da SIDERBRÁS;
d) obrigações do Fundo Nacional de Desestatização;
e) dívidas securitizadas da União;
f) títulos da dívida agrária;
g) títulos da dívida externa;
h) letras hipotecárias da CEF;

- determinação do pagamento à vista, quando da liquidação financeira das operações.

Os meios de pagamento mais utilizados no PND, até o final do exercício de 1997, foram moeda corrente, com US$ 8.935,3 milhões (49,8%), e dívidas securitizadas da União, com US$ 4.267,0 milhões (23,7%). Essas moedas representaram 93,8% e 3,3%, respectivamente, de um total arrecadado com a alienação de empresas de US$ 4.266,5 milhões no decorrer do exercício em análise.

A participação expressiva de arrecadação dessas moedas, no montante de recursos recebidos pelo PND, decorre do fato de haver determinação legal de recebimento num percentual mínimo em moeda corrente para cada processo de privatização e da significativa ampliação do montante de créditos contra a União securitizados.

Dentre as moedas recebidas no PND, os títulos da dívida externa continuam com baixa participação nas operações, visto que até o final de 1997 somente haviam sido arrecadados US$ 68,6 milhões, correspondendo a 0,4% do total, apesar da eliminação do desconto de 25% que incidia sobre o valor de face de vários tipos de bônus da dívida externa, autorizados a serem utilizados no PND, como conversão da dívida em investimentos, pela Resolução nº 2.062/94, do Banco Central do Brasil.

Cabe destacar, nesse sentido, uma das particularidades de grande relevância no Programa de Desestatização, que é a aceitação de títulos da dívida de médio e longo prazos das

Secretária do Plenário

próprias estatais e do setor público federal como moeda de pagamento na aquisição de participações acionárias de empresas incluídas no PND, principalmente por serem essas dívidas, em sua grande maioria, aceitas por seu valor de face.

O que muitos têm questionado na utilização dessas moedas é o fato de não haver os deságios necessários, considerando os baixos juros que elas rendem , e ainda, o risco inerente a esses papéis que é mais elevado que o de outras dívidas públicas.

As moedas recebidas pelas privatizações efetivadas têm um destino previamente estabelecido, conforme determina a legislação vigente. Devem ser direcionadas para o resgate da dívida mobiliária federal ou para aplicação em determinados setores considerados como prioritários para a ação do governo.

Para tanto, o governo criou fontes orçamentárias de receita específicas que devem contabilizar todos os recursos provenientes dos processos de privatização. Estas fontes são a 129 - Recursos de Concessões e Permissões, que registra os valores recebidos de outorga de concessões e permissões, a 163 - Reforma Patrimonial/Privatizações - que registra a receita proveniente da alienação de participação societária, inclusive controle acionário de empresas que sejam, direta ou indiretamente, de propriedade da União; recursos vinculados ao FND, constituídos, a título de depósito, da totalidade das ações ou quotas emitidas por aquelas empresas, e cujas alienações vierem a ser aprovadas; e a 167 - Notas do Tesouro Nacional/ Série P - Moeda - que registra a emissão de títulos especiais, de prazos de 15 anos, com a finalidade de transferir ao Tesouro Nacional os recursos recebidos em moeda corrente pelas empresas "holding" e pelo BNDES, em virtude da alienação das empresas constantes do PND.

Buscando melhor esclarecer aspectos relacionados ao efetivo recebimento das moedas utilizadas no âmbito do PND, procedeu-se verificação junto ao SIAFI e outros documentos pertinentes à alocação dada aos recursos provenientes da venda de ações das empresas incluídas no Programa de Desestatização, como também dos recursos provenientes de outorga de concessões e permissões, as vinculações desses recursos aos grupos de despesa e sobre o impacto do recebimento das moedas do PND na redução da dívida pública e no déficit público.

Quanto à questão do impacto na redução da dívida e no déficit público, pode-se verificar que, dos recursos arrecadados pelo Programa na alienação de empresas no exercício de 1997 (US$ 4,0 bilhões em moeda corrente e US$ 267 milhões em moedas de privatização, com posição de final de exercício), R$ 937 milhões foram aplicados, por intermédio da fonte 129, no pagamento de pessoal (R$ 483 mil), no pagamento de juros e encargos da dívida interna (R$ 936 milhões) e com outras despesas correntes (R$ 103 mil); R$ 1.650 milhões foram direcionados por intermédio da fonte 163 para amortização da dívida interna e R$ 69 milhões também foram aplicados no resgate da dívida mobiliária externa.

É de se ressaltar que no exercício em análise estas fontes registraram no SIAFI, como dotação orçamentária a ser executada, os valores de R$ 1.024,3 milhões para a fonte 129, R$ 5.073 milhões de dotação orçamentária para a fonte 163 e R$ 427 milhões para a fonte 167.

Confrontando os valores dotados com os realizados no orçamento, verifica-se que a

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

execução esteve muito abaixo dos valores esperados, mesmo considerando o montante arrecadado na alienação de empresas pelo Programa no exercício de 1997 (R$ 4.568 milhões). Ou seja, dos valores arrecadados pelo Programa somente 58% (R$ 2.656 milhões) foram utilizados nas respectivas fontes que deveriam registrar os recursos recebidos pelo Programa.

Visando confirmar a efetividade desses dados, foram solicitadas informações à Secretaria do Tesouro Nacional que encaminhou a esta Corte de Contas os esclarecimentos abaixo destacados, particularmente atendendo aos questionamentos sobre: quais fontes orçamentárias registraram e executaram dotações de recursos provenientes do PND; quais reais valores ingressaram na Conta Única do Tesouro, em 1997, por conta do PND; qual volume de recursos arrecadados pelo Programa que efetivamente não ingressaram na referida Conta Única; qual o entendimento conceitual da STN sobre o termo "clearing"; e qual a real posição do "clearing" que está sendo feito entre o Tesouro Nacional e o BNDES em 1997.

No que tange aos dois primeiros pontos, esclarece a STN que foram identificadas no exercício de 1997 movimentações de recursos orçamentários e financeiros nas fontes 129, 163, 167 e 171, nos valores de, respectivamente, R$ 1.518 milhões, R$ 1.653 milhões, R$ 69 milhões e R$ 129 milhões. Dos quais efetivamente ingressaram em 1997 os valores de R$ 1.517 milhões para a fonte 129, R$ 1.650 milhões para a fonte 163 e R$ 129 milhões para a fonte 171. Os R$ 73 milhões restantes referem-se a saldos de exercícios anteriores, sendo R$ 69 milhões da fonte 167, R$ 2,3 milhões da fonte 163 e R$ 1,5 milhão da fonte 129.

Para o terceiro item foi respondido pela STN que o BNDES divulgou que foram arrecadados em 1997 o montante de R$ 9.584 milhões, os quais, acrescidos da remuneração de R$ 14 milhões do fundo extra mercado, no qual são depositados os recursos arrecadados até sua efetiva transferência ao Tesouro Nacional/alienantes, alcançaram o valor de R$ 9.598 milhões. Desse total, R$ 3.478 milhões foram efetivamente transferidos ao Tesouro Nacional, sendo R$ 161 milhões em "moedas de privatização" e R$ 3.317 milhões em moeda corrente, dos quais R$ 3.296 milhões ingressaram na Conta Única em 1997 e R$ 21 milhões em 1998. O saldo remanescente de R$ 6.120 milhões encontra-se nas seguintes posições, em conformidade com os normativos vigentes:

a) R$ 3.226 milhões – valor financiado a ser arrecadado em parcelas, referentes aos leilões da RFFSA – Malha Nordeste, Banco Meridional, CODESP e Banda B;
b) R$ 1.648 milhões – correspondente a 50% do total arrecadado no leilão da CVRD, os quais foram destinados ao Fundo de Reestruturação Econômica-FRE em contrapartida à assunção de dívidas do Fundo de Compensações das Variações Salariais-FCVS, conforme Lei n° 9.491/97 e Decreto n° 2.201/97;
c) R$ 164 milhões – relativos às vendas aos funcionários da LIGHT, repassados diretamente à ELETROBRÁS, que deverá utilizá-los para pagamento de dívidas vincendas junto ao Tesouro Nacional;
d) R$ 149 milhões – parte do resultado das vendas de participações minoritárias no âmbito do Decreto n° 1.068/94. Esses recursos foram repassados diretamente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme determina o Decreto n° 2.083/96;
e) R$ 200 milhões – destinados à CODESP, em conformidade com o Edital de Leilão 1/97 da CODESP;
f) R$ 490 milhões – valor relativo à 1ª parcela da Banda B – Área 2, que até dezembro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

de 1997 não havia sido arrecadada, já que o processo de licitação encontrava-se "sub-judice";

g) R$ 138 milhões – valor referente a ações da CVRD pertencentes a acionistas minoritários, as quais foram alienadas em bloco junto com as participações da União;
h) R$ 85 milhões – débito efetuado pelo BNDES relativo a despesas incorridas nos processos de desestatização; e
i) Outras – R$ 20 milhões.

No que se refere aos dois últimos itens, informou a STN que o termo "clearing" refere-se ao processo de permuta das moedas de privatização, para o caso onde os recursos são originários de vendas de empresas detidas indiretamente pela União, bem como aqueles decorrentes da venda de participações societárias minoritárias (Decreto n° 1.068/94). Informou também que a realização da permuta, que se efetivou com a emissão de novos títulos públicos (NTN-P) em favor dos alienantes, em contrapartida ao repasse, à União, dos valores equivalentes em títulos e créditos, foi precedida de alguns procedimentos padronizados, destacados a seguir:

a) apuração das quantidades e valores dos diversos títulos e créditos recebidos por cada alienante, registrados junto ao Sistema SECURITIZAR, da CETIP;
b) conciliação dos dados acima mencionados com as informações contidas no banco de dados do PND, encaminhado à STN/CODIP pelo BNDES, gestor do Programa;
c) cálculo dos valores devidos aos alienantes, atualizados e remunerados segundo os mesmos critérios previstos para as Notas do Tesouro Nacional série P – NTN-P, conforme previsto no § 3° do art. 13 da Lei n° 9.491/97;
d) apuração das quantidades e prazos de vencimento das NTN-P a serem emitidas em favor de cada alienante; e
e) divulgação e conciliação dos valores acima mencionados com os alienantes.

Após a divulgação e conciliação dos valores, o próximo passo consistiu na baixa dos títulos e créditos de responsabilidade da União, custodiados nas contas dos alienantes, e na transferência dos valores correspondentes aos títulos de emissão de terceiros (Letras Hipotecárias da CEF e Obrigações do Fundo Nacional de Desestatização – OFND/FND) para a titularidade da União/Tesouro Nacional. Tais operações são solicitadas por Ofício à CETIP.

Quando da apuração das quantidades de NTN-P devidas a cada alienante, foram excluídos os valores relativos aos títulos e créditos que se encontram bloqueados por determinação judicial. Por orientação da PGFN, a permuta desses valores está condicionada à solução definitiva dos casos que determinaram o seu bloqueio.

Excluídos os valores bloqueados, que atingiram R$ 154 milhões, alcança-se o valor de R$ 8.650 milhões, com data-base de 01.06.97, correspondente à permuta realizada com as instituições e empresas BNDES, BNDESPAR, FND, IRB, PETROFÉRTIL, PETROQUISA, BANCO DO BRASIL e BAMB, conforme quadro a seguir:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ALIENANTE	SALDO APURADO Em R$ Mil (01.06.97)	NTN-P PERMUTADA Quantidade
BAMB	1.233	1.233.306
Banco do Brasil	1.063.936	1.063.936.237
BNDES	1.870.293	1.870.292.629
BNDESPAR	908.685	908.684.821
FND	9.337	9.336.534
IRB	2	1.940
PETROFÉRTIL	813.062	813.062.006
PETROQUISA	3.983.007	3.983.006.847
RFFSA	0	22
TOTAL	**8.649.555**	**8.649.554.342**

Fonte: STN/MF

Esclareceu que a ELETROBRÁS, na figura de devedora da União, utilizou-se de tal prerrogativa para destinação dos recursos arrecadados quando da venda de suas subsidiárias na quitação de seus débitos vencidos e vincendos para com a União, motivo pelo qual não participou do processo de "Clearing".

Informou, também, que, com relação à contabilização interna da permuta, os procedimentos adotados dependem da composição societária da empresa alienada, bem como da origem dos ativos arrecadados. Na situação em que são alienadas participações diretas da União, os recursos recebidos são, no caso de moeda corrente, captados junto àfonte 163 e utilizados para abatimento da Dívida Pública. No caso das Moedas de Privatização, os créditos securitizados de emissão do Tesouro Nacional são baixados do passivo da União e, no caso dos créditos não emitidos pelo Tesouro, como as Letras Hipotecárias e as OFND, são incorporadas ao seu ativo.

Para o caso de vendas de participações indiretas da União, a contabilização e a utilização dos recursos realiza-se da mesma forma descrita no parágrafo anterior. A diferença é que as baixas contábeis dos títulos e créditos próprios no passivo da União e a inscrição dos títulos de emissão de terceiros no ativo da União se dá concomitantemente ao registro, no passivo, dos valores em NTN-P.

Informou, ainda, que com a efetivação da permuta dos valores em títulos e créditos recebidos no PND por NTN-P, consolidou-se a sistemática de "clearing" entre a União e suas empresas controladas, tanto sob os aspectos operacionais quanto legais. A partir de então, esse procedimento deverá ocorrer sistematicamente a cada recebimento, no PND, de títulos e créditos de responsabilidade do Tesouro Nacional, considerando, para efeito de data de emissão das NTN-P ou créditos securitizados (conforme autoriza a legislação), as datas das liquidações financeiras dos eventos ocorridos no âmbito do Programa.

Destacou, por fim, a vinculação dos recursos recebidos em 1997. Do montante de R$ 9.598 milhões recebidos, foram alocados R$ 2.764 milhões para a dívida interna, R$ 129 milhões para a dívida externa, R$ 551 milhões para a Conta Única do Tesouro, R$ 1.648 milhões para o FRE/BNDES, R$ 3.226 milhões estão vinculados a valores financiados, R$ 497 milhões estão vinculados a valores bloqueados (Bolsa de Valores), R$ 149 milhões para o FND, R$ 200 milhões

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

para a CODESP, R$ 164 milhões para a Eletrobrás, dentre outros.

No quadro a seguir são demonstradas todas as moedas utilizadas pelos adquirentes nos processos de privatizações ocorridas, assim como suas respectivas participações no montante arrecadado no âmbito do Programa de Desestatização:

MOEDAS UTILIZADAS NA AQUISIÇÃO DE AÇÕES DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS-EXERCÍCIOS - 1995/97

US$ Milhões

EMPRESA/ MOEDAS	DEBÊNTU-RES SIDERBRÁS	CERTIF. PRIVATI-ZAÇÃO	OBRIGA-ÇÕES FND	DIV. SECUR. UNIÃO	TDAS	TÍTULOS DIV. EXTERNA	LETRAS HIPOTECÁRIAS	MOEDA CORRENTE	OUTRAS	TOTAL
Privatizadas até 1994	1.352,4	1.282,7	617,4	2.780,2	566,2	68,6	301,0	1.201,3	41,7	8.211,5
Escelsa				132,3				387,0		519,3
Copene	29,0			214,1	0,2			27,0		270,3
CPC	71,1	0,4		18,1				10,0		99,6
Salgema	43,5	5,2	0,3	66,9	9,3			14,0		139,2
CQR				1,4				0,2		1,6
Nitrocarbono				26,6				3,0		29,6
Pronor				57,1				6,3		63,4
Polipropileno		1,7		71,3				8,1		81,1
Koppol				2,8				0,3		3,1
Malha Oeste								63,4		63,4
Malha Leste								316,1		316,1
Malha Sudeste								870,6		870,6
Tereza Cristina								17,9		17,9
Malha Sul								208,5		208,5
Malha Nordeste								14,6		14,6
LIGHT	0,0	1,3	0,0	626,2	225,7			1655,6		2.508,8
Deten				6,4	4,5			1,2		12,1
CVRD								3.298,9		3.298,9
TECON I								251,1		251,1
Polibrasil				89,5				9,9		99,4
EDN				14,9				1,7		16,6
Banco		0,1		108,6				12,1	119,4	240,1

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Meridional										
Dec. 1.068	0,1	5,3		48,5	4,3			560,8		618,9
TOTAL (A)	1.496,2	1.296,6	617,7	4.264,9	810,2	68,6	301,0	8.939,5	161,1	17.956,0
em %	8,3	7,2	3,4	23,6	4,6	0,5	1,7	49,8	0,9	100,0

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDES

6.6.6 - Os Ajustes Prévios Necessários para a Alienação das Empresas

As empresas incluídas no PND, em alguns casos, necessitam de ajustes prévios, que podem ser de natureza contábil, jurídica, operacional, ou mesmo saneamento financeiro, com o objetivo de adequá-las a uma melhor condição de venda.

Estes ajustes, previamente aprovados pelo Ministro da Fazenda, habitualmente têm sido direcionados para: adoção de uma política de preços setoriais mais realista; reestruturação do passivo das empresas; renegociação de acordo de acionistas; reestruturação acionária; negociação de acordos trabalhistas; etc.

No que tange `as empresas que foram privatizadas no exercício em análise, destaca-se o saneamento financeiro na Rede Ferroviária Federal S.A. -RFFSA, por intermédio da Lei nº 9.364/96, que dispôs sobre o pagamento, pela União, com subrogação, de dívidas da Rede junto ao INSS, no valor de R$ 1.140 milhões, e junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social-REFER, até o limite de R$ 408 milhões, com data-base de 30.12.96.

Foi viabilizada pela implementação do "Projeto Nordeste" a privatização da Malha Nordeste. Essa viabilização se deu com recursos provenientes de financiamento concedido pelo Banco Mundial, que requereu da RFFSA o desenvolvimento de um projeto de recuperação do material de tração, modernização do sistema de telecomunicações, licenciamento e melhoria da via permanente.

Os ajustes financeiros realizados nas empresas alienadas no período de 1993 ao final de 1997, envolvendo 5 (cinco) empresas (CSN, COSIPA, AÇOMINAS, EMBRAER e RFFSA), totalizaram R$ 5,3 bilhões, isto é, o correspondente a 29,8% de toda a arrecadação do Programa.

Esses ajustes financeiros, em alguns casos, geraram uma situação em que os aportes de capital foram superiores aos valores recebidos com a alienação, gerando um descompasso que pode resultar no agravamento da situação do Erário, destacadamente nos casos em que esses saneamentos são realizados por intermédio de injeções de recursos em moeda corrente e as vendas têm como contrapartida o recebimento das chamadas "moedas podres".

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

6.6.7 - Custos e Despesas Incorridas com as Privatizações

Em cada processo de privatização são realizados dois tipos de despesas: as reembolsáveis pelos acionistas da empresa e as não reembolsáveis pelos alienantes.

Entre as do primeiro grupo destacam-se as referentes à Consultoria **A,** Consultoria **B**, Publicidade, Taxas e Emolumentos e Auditoria do Processo, em conformidade com o disposto nos artigos 24 e 25 do Decreto nº 1.204/94, alterado pelo Decreto nº 2.077/96, recentemente revogados pelo Decreto nº 2.594/98.

Já as despesas não reembolsáveis compreendem as administrativas, ou seja, aquelas que que englobam os dispêndios administrativos feitos pelo gestor do Programa, e que são cobertas por comissão paga pelo serviços prestados.

Nos demonstrativos anexos, constata-se que as despesas reembolsáveis alcançaram o montante de US$ 176,2 milhões, onde pode-se destacar os exercícios de 1996 e 1997, que somaram, respectivamente, US$ 20,8 milhões e US$ 67,7 milhões, correspondente a 11,8% e 38,4% do total dos gastos. O exercício de 1990 foi o que registrou menor volume de despesas, realizando apenas US$ 1,1 milhão, isto é, menos de 1% de todo o gasto realizado.

Verifica-se, também, que as maiores despesas estão vinculadas com o pagamento de serviços de consultoria (A e B), que totalizaram US$ 138,9 milhões até o final do exercício em análise, representando 78,8% de toda a despesa realizada.

Outra despesa de destaque diz respeito aos gastos efetivados com publicidade, que alcançaram o montante de US$ 30,8 milhões até o final de 1997, correspondente a 17,5% do gasto total realizado.

Os demais gastos realizados com as privatizações, sob o enfoque de despesas reembolsáveis, atingiram US$ 6,5 milhões (3,7% do total), sendo US$ 800 mil de despesas com auditoria de processo (0,4% do total), US$ 3,8 milhões de despesas com taxas e emolumentos (2,1% do total) e US$ 1,8 milhão de outras despesas (1,0% do total).

Demonstra-se ainda em anexo as despesas reembolsáveis realizadas em cada empresa, onde pode-se destacar a comparação entre os valores despendidos com os recursos arrecadados em cada venda. Nesse demonstrativo verifica-se que, das empresas incluídas no PND para alienação, até o final de 1997, a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD foi a que executou o maior volume de gastos, com US$ 73,9 milhões, seguida da Usiminas, que teve um volume de gastos que alcançou US$ 11,2 milhões. Somente essas duas empresas totalizam mais de 42% de todo o montante das despesas realizadas.

Dos demonstrativos pode-se verificar, também, que o total das despesas incorridas corresponde a somente 1,0% do valor total de vendas, devendo-se considerar ainda que muitas das empresas incluídas no Programa ainda não foram alienadas/vendidas e que algumas já estão com seus respectivos processos de venda em andamento, ou seja, já realizaram despesas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ressalte-se também que os pagamentos de todos os dispêndios realizados são efetuados em moeda corrente, apesar de a venda das participações societárias e das concessões, bem como dos ativos patrimoniais nem sempre serem pagos em sua totalidade em moeda corrente, sendo essa apenas uma das passíveis de recebimento.

6.6.8 - Avaliação dos Resultados Obtidos com o PND

O resultado obtido com o Programa de Desestatização, considerando todos os processos já encerrados e por se encerrar, consolida até o final de 1997 o montante de US$ 17.956 milhões, no qual está englobado todas as moedas recebidas. Desse montante, 30,9% (US$ 5.561 milhões) é resultante da alienação de empresas do setor siderúrgico, 16,9% (US$ 3.028 milhões) do setor elétrico, 18,4% (US$ 3.305 milhões) do setor de mineração, 15,1% (US$ 2.698 milhões) do setor petroquímico e 18,7% (US$ 3.363 milhões) dos demais setores (fertilizantes, ferroviário e outros).

RESULTADO DO PND POR PERÍODO - 1991/1997

(US$ Milhões)

Período	Nº de Empresas Alienadas	Receita em Moeda Corrente	Receita de Venda Total (a)
1991	4	-	1.614
1992	14	49	2.401
1993	6	171	2.627
1994	9	1.419	1.966
1995	8	327	1.004
1996	11	3.057	4.078
1997	4	4.004	4.266
TOTAL	**56**	**9.027**	**17.956**

Fonte: BNDES.

(a) engloba valores de alienação de participações minoritárias - Decreto 1.068/94.

(b) os valores arrecadados em determinados períodos podem englobar receitas provenientes de alienações de sobras de empresas que tiveram seus processos iniciados em exercícios anteriores.

Das 56 (cinquenta e seis) empresas alienadas, 24 (vinte e quatro) eram empresas controladas pela União, 25 (vinte e cinco) eram participações minoritárias da Petroquisa e da Petrofértil, 6 (seis) eram concessões de malhas da Rede Ferroviária Federal e 1 (uma) referente a concessão do Terminal de Conteineres da CODESP.

O montante arrecadado com a alienação de empresas controladas pela União representa 79,9% (US$ 14.343 milhões) do valor total recebido pelo PND até o final de 1997. O valor arrecadado com a venda das participações da Petroquisa e da Petrofértil representaram 6,9% (US$ 1.252 milhões), com as concessões de malhas da RFFSA e do terminal da CODESP arrecadou-se 9,8% (US$ 1.742 milhões) e com a alienação de participações minoritárias foi arrecadado o correspondente a 3,4% (US$ 618 milhões).

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Até o final do exercício de 1997 a oferta de participações acionárias na modalidade leilão, representando mais de 90% do ofertado, foi a que mais se destacou na arrecadação, com o valor de US$ 16.282 milhões. A oferta ao público correspondeu a somente 5,3% (US$ 945 milhões) e aos empregados, os 4,1% restantes (US$ 728 milhões).

A participação de capital estrangeiro nos processos de privatização aumentou significativamente de 1995 para 1996, que era em torno de 4% (US$ 417,1 milhões) de participação no total acumulado (US$ 9.569,3 milhões) das alienações ao final do primeiro ano citado, passando a quase 14% (US$ 1.864,7 milhões) ao final do segundo. No exercício em análise houve uma redução nessa participação, caindo para 12,5% (US$ 2,2 bilhões em US$ 17,9 bilhões). A perspectiva é de que com a venda de setores nobres da área de infra-estrutura, tais como: o setor de transporte, o setor elétrico e, a partir do ano em curso, mais intensamente o setor de telecomunicações, essa participação venha a ser incrementada.

Até o final de 1997 as empresas nacionais foram as que tiveram a maior participação nas alienações do PND (45%), seguidas do setor financeiro (15%) e das pessoas físicas (14%). Os fundos de pensão detiveram a participação restante (13%).

Em anexo são demonstrados os valores arrecadados por empresa, com as respectivas datas e modalidades de ofertas, liquidação financeira e encerramento.

Verifica-se no demonstrativo mencionado que muitas são as empresas que tiveram, até o final do exercício sob exame, seus processos encerrados, mesmo havendo pendências judiciais e obrigações a serem cumpridas.

Destaque-se, também, que o gestor do PND, quando de sua avaliação dos resultados do Programa, tem registrado em seus demonstrativos e relatórios as transferências de dívidas das empresas alienadas, ou seja, vem contabilizando positivamente as transferências de passivos dessas empresas aos seus compradores.

Até o final de 1997, no resultado global do PND, o BNDES registrou US$ 8.119 milhões de dívidas transferidas, que se somados ao de vendas (US$ 17.955 milhões) alcança um resultado total de US$ 26.074 milhões.

Levando-se em conta os ajustes realizados, que ao final do exercício em análise acumularam valores de US$ 5,3 bilhões, chega-se a um resultado global de US$ 20,8 bilhões.

Iniciou-se o exercício de 1997 com a perspectiva de deixar o ano registrado como o marco nacional do PND, tendo em vista que o Governo Federal esperava arrecadar no exercício aproximadamente R$ 10 bilhões. Alavancar o Programa era uma das principais metas para o ano. Além de privatizar a CVRD no primeiro semestre de 1997, o gestor do Programa tinha programado iniciar com toda força a privatização do setor portuário, assim como incrementar as alienações das participações minoritárias de que trata o Decreto nº 1.068/94. Outra perspectiva era concluir a alienação, até o final do primeiro semestre do exercício em análise, das malhas da RFFSA, bem como realizar o leilão da participação da União nas ações do Banco Meridional. Esperava ainda dar continuidade à privatização do setor elétrico, via transferência do controle acionário das subsidiárias

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

da Eletrobrás, bem como deslanchar o processo de privatização do setor de telecomunicações.

No exercício de 1997 foram arrecadados valores que totalizaram US$ 4.266,5 milhões, provenientes da venda de participações em 4 (quatro) empresas e de saldos remanescentes de participações acionárias de empresas que tiveram seus processos iniciados em exercícios anteriores. O setor de mineração (CVRD) foi responsável por mais de 77% do arrecadado, sendo o setor elétrico e o setor de transporte ferroviário responsáveis por, respectivamente, 6,4% e 0,3% desse montante, enquanto o setor financeiro respondeu por 5,6% e o setor portuário por 5,9%. O restante foi arrecadado por alienação de participações minoritárias do Decreto nº 1.068/94.

Do valor arrecadado no exercício, mais de 93% (US$ 3.972 milhões) foi recebido em moeda corrente, em decorrência da determinação governamental de somente receber moeda corrente na alienação de determinadas empresas.

No exercício em pauta foi concluída a desestatização do setor de transporte ferroviário federal de carga (malhas da RFFSA), além do que foi iniciada a privatização de empresas do setor portuário, as Companhias Docas, com o primeiro leilão para arrendamento e utilização do Terminal de Containeres do Porto de Santos-TECON 1 da CODESP.

Com o leilão do Banco Meridional, realizado em 04.12.97, iniciou-se a venda de instituições do setor financeiro dentro do PND. Foram alienados 75,6% do capital total detido por US$ 251 milhões, com ágio de 55%.

Segundo o gestor do Programa, os resultados do PND na redução da dívida pública e do déficit público são expressivos, podendo-se destacar a redução de gastos com juros por conta de dívidas contraídas e o aumento dos lucros das empresas privatizadas.

Para o primeiro ponto argumenta que o governo pagava muito mais de juros e encargos com as dívidas contraídas pelas empresas do que recebia com dividendos das mesmas. Para o BNDES o setor produtivo estatal teve, no período de 1981-1994, uma rentabilidade média negativa de 2,5% do capital, o que gerava apenas uma rentabilidade média, na forma de dividendos, de 0,4% ao ano, bem inferior aos rendimentos da caderneta de poupança e aos custos da dívida do setor público. Outro efeito consequente da redução de pagamento de juros, na visão do gestor do PND, pode-se dar pelo impacto sobre as taxas de juros em si, considerando que a privatização tem permitido reduzir a fragilidade financeira do setor público e sinalizar avanços nas reformas estruturais.

Quanto ao segundo ponto, alega o gestor que as empresas estatais não tinham capacidade de investimentos para incremento da produção e não tinham objetivos claros, o que influenciava sobremaneira seus resultados. Com a privatização foram incrementados os investimentos e melhor definidos os objetivos, resultando em um aumento das vendas e das receitas, gerando, assim, um crescimento dos lucros dessas empresas. Além do mais o Estado parou de aportar recursos nas mesmas, o que pode permitir a ele direcioná-los a outras atividades.

Para exemplificar melhor o impacto fiscal que a privatização pode ter sobre o setor público, o BNDES ilustra com uma conta simples a magnitude dos valores envolvidos. Pressupõe o gestor um juro real de 16% sobre a dívida pública e um rendimento de 1% para o capital vendido

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

pela União. Com esses parâmetros conclui que pode ser alcançada uma economia anual entre US$ 2,7 bilhões a US$ 3 bilhões com pagamento de juros, considerando apenas o efeito sobre o estoque da dívida.

Outro aspecto a se destacar no que tange à política de desestatização do Governo diz respeito aos processos de desestatização dos Governos Estaduais, que, conforme se verifica em anexo, obtiveram no exercício de 1997 uma arrecadação de R$ 14,9 bilhões, com um ágio de R$ 4,7 bilhões, além de ter transferido ao setor privado cerca de R$ 1,6 bilhão de dívidas. O sucesso dos processos de privatização estaduais, por intermédio dos leilões, que englobou ágios que se tornaram "recursos livres" nas mãos dos estados, foi um excelente negócio para os mesmos. Os recursos são considerados "livres" tendo em vista que os mesmos não foram objeto de negociação anterior, pois não existia o compromisso prévio dos estados quanto à destinação dos mesmos; cabendo lembrar que a decisão do Senado normatizando o uso dos recursos arrecadados (Resolução n° 117/97), com determinação de uso de 50% dos recursos em abatimento de dívida, está pendente de decisão do Poder Judiciário.

O BNDES participou no exercício de 1997, seja prestando assessoria seja na qualidade de gestor, de apenas cinco processos de privatização estadual: COELBA- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, ENERSUL- Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, CEMAT- Centrais Elétricas Matogrossense, ENERGIPE- Empresa Energética de Sergipe e COSERN- Companhia Energética do Rio Grande do Norte. Como condutor do processo o BNDES participou apenas da privatização da ENERGIPE.

Saliente-se, ainda, que o BNDES antecipou recursos aos estados nos anos de 1996 e 1997 por conta da realização dos processos de privatização. Essas antecipações, concedidas aos Estados de Goiás, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe, totalizaram R$ 3.650 milhões, sendo que, desses, R$ 2.482 milhões já retornaram ao BNDES, acrescidos de R$ 342 milhões de juros e R$ 355 milhões de "upside". Faltam retornar R$ 1.168 milhões de valores antecipados aos Estados, relativos a operações que ainda não foram concluídas. Deve-se esclarecer que o tempo médio das operações é de 10 meses e que a taxa de juros é TJLP mais 8%.

Têm sido feitas críticas ao ágio obtido nos últimos leilões estaduais, pois argumenta-se que o mesmo está relacionado às operações de financiamento realizadas pelo BNDES ao comprador. Para o Governo esse raciocínio parece equivocado, pois entende que cada alienante busca obter maximização do valor de seus ativos e ações a serem alienados, e que os compradores são grupos suficientemente fortes para poder se financiar, independentemente da operação que vem sendo realizada pelo Banco.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que os Governos Estaduais deslancharam os seus programas de privatização, arrecadando recursos da ordem de R$ 14,9 bilhões, foram finalizados no decorrer de 1997 os processos de renegociação de ajustes fiscais dos Estados com assunção de suas dívidas pela União. Dessa forma, os Estados estão tendo duas grandes oportunidades de implementação de políticas de redução de suas dívidas e de obtenção do equilíbrio fiscal, uma vez que os recursos obtidos com as privatizações podem ser utilizados para redução de suas dívidas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Deve-se também considerar que, para alguns, a utilização desses dois instrumentos parecem, de certa forma, contraditórios, particularmente quando se tratar, por um lado, de alguns casos de Estados que não utilizam os recursos recebidos da privatização na redução de dívidas e mesmo assim são beneficiados por uma assunção de dívidas por parte da União. Por outro lado, a implementação dessas duas políticas concomitantemente leva a acreditar que os Estados podem ser induzidos a não utilizarem os recursos da privatização na redução de dívidas, tendo em vista que a União assumiu ou vai assumir as mesmas.

A polêmica sobre os recursos da privatização não esbarra somente na utilização do arrecadado, mas também na forma como esses são considerados. Para alguns países esses recursos podem ser contabilizados como receita. No caso brasileiro, mesmo considerando que o Tesouro Nacional apropria esses recursos como receita, o Banco Central não considera a apropriação dos recursos da privatização como receita, mas como uma fonte de financiamento. Se esses recursos não forem utilizados no abatimento de dívidas, mas para cobrir despesas correntes, eles devem ser contabilizados como déficit nas contas públicas.

No âmbito do PND, que tem como um dos principais objetivos democratizar o capital, as formas de colocação das participações acionárias da União (Leilão, Oferta ao Público e Oferta aos Empregados) registraram até o final de 1997 a seguinte participação por tipo de oferta: Leilão 90,7%, Oferta ao Público 4,1% e Oferta aos Empregados 5,3%. Por intermédio desses tipos de ofertas as participações acionárias da União foram adquiridas no total de mais de 60% por segmentos empresariais (empresas nacionais e setor financeiro), cerca de 26% por investidores estrangeiros e fundos de pensão e apenas 14% foram por pessoas físicas (nesse último caso está a oferta aos empregados).

Dessa forma, o objetivo de democratizar o capital das empresas continua não sendo efetivamente alcançado, tendo em vista a absorção por poucos grupos econômicos, de forma concentrada, das ações alienadas, e que o grande número de empregados que adquiriram ações nos processos de privatização o fizeram num pequeno percentual, em torno de 10%.

6.6.9 - As Participações Minoritárias - Decreto nº 1.068/94

O Decreto nº 1.068, de 02.03.94, incluiu no Programa Nacional de Desestatização as participações minoritárias (inferiores a 5%) detidas pelas fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.

Todas as ações representativas dessas participações minoritárias deveriam ser depositadas no Fundo Nacional de Desestatização-FND, com exceção das participações detidas pelo BNDESPAR-BNDES Participações S/A, pelo Banco de Investimentos do Banco do Brasil BB-BI e pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB; como também as ações ou outros valores mobiliários, conversíveis em ações, de emissão de sociedades anônimas, objeto de demanda judicial, até seu trânsito em julgado; e as participações minoritárias que, a juízo do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais-CCE, fossem consideradas essenciais à consecução do objeto social

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

da empresa participante.

Deve-se atentar para o termo "participações minoritárias", que genericamente vem sendo utilizado tanto para as participações acionárias da Petroquisa e da Petrofértil nas empresas do setor petroquímico como para as participações minoritárias do Decreto nº 1.068/94, que é o caso neste item analisado. Cabe esclarecer que, no primeiro enfoque, tem-se participações que podem atingir até mais de 40% do capital das empresas participadas (mas minoritárias no que diz respeito ao controle), sendo no segundo participações inferiores a 5%, conforme demonstrado.

Para a realização de leilões e concretização de vendas, o gestor do programa, nesse caso da alienação de participações minoritárias de que trata o Decreto nº 1.068/94, representado pelo BNDESPAR, incorre em despesas/custos. Conforme informações colhidas junto ao próprio BNDESPAR, não existe um controle efetivo dos custos/despesas incorridas com a alienação dessas participações. Tal fato é explicado pela não vinculação exclusiva de técnicos e demais recursos do BNDESPAR alocados à condução dos processos de privatização dessas participações. Entretanto, para o exercício de 1997 foram disponibilizadas informações concernentes aos valores de Comissões/Emolumentos despendidos com as alienações ocorridas no decorrer do referido exercício, conforme se verifica em anexo.

Essas Comissões/Emolumentos despendidas no decorrer do exercício em análise totalizaram, com a alienação de participações minoritárias de 27 empresas, por intermédio de várias operações, US$ 4,2 milhões. Foi arrecadado no exercício com as operações mencionadas o total de US$ 193,8 milhões, que resultou numa arrecadação líquida de US$ 189,6 milhões.

As alienações por conta do Decreto nº 1.068/94, atingiram até o final do exercício em análise, em termos líquidos, o montante de US$ 618,9 milhões, sendo US$ 395,5 milhões em 1994, US$ 33,4 milhões em 1996 e US$ 190 milhões no decorrer do exercício de 1997, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

LEILÕES DE AÇÕES (DECRETO 1.068/94)

Em US$ milhões

LEILÃO	DATA DA OFERTA	VALOR DE VENDA
1° Leilão	10/11/94	109,0
2° Leilão	11/11/94	16,2
3° Leilão	14/11/94	151,6
4° Leilão	29/11/94	0,0
5° Leilão	01/12/94	38,7
6° Leilão	12/12/94	18,3
7° Leilão	15/12/94	7,0
8° Leilão	16/12/94	54,7

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

9° Leilão	30/12/96	33,4
10° Leilão	21/02/97	46,2
11° Leilão	23/05/97	108,9
12° Leilão	04/07/97	34,9
TOTAL	-	**618,9**

Fonte: BNDES

6.6.10 - Perspectivas do Programa

A perspectiva do Governo Federal para o exercício de 1998 é deslanchar de vez os processos de privatização do setor de telecomunicações, bem como avançar na privatização do setor elétrico e deixar o ano registrado como marco nacional do PND, arrecadar no exercício um volume substancial de recursos com as privatizações programadas.

Além de maior participação de instituições financeiras (programa dos bancos estaduais, Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, etc.), foram incluídos no PND os setores de saneamento e de rodovias federais, que possuem substancial capacidade de captação de investimentos nacionais e estrangeiros. Com efeito, está agendada para o exercício de 1998 a alienação de diversos trechos de rodovias federais e de algumas empresas de saneamento no âmbito estadual.

Outra proposta do Governo Federal é dar continuidade à privatização dos portos brasileiros, que, juntamente com a privatização das rodovias federais, objetiva reduzir o Custo Brasil, aumentando a competitividade entre os portos e dentro dos próprios portos, reduzindo seus custos e elevando os investimentos nesses setores.

Fazem parte também das metas do Governo Federal para 1988, dar seqüência aos trabalhos no âmbito do Ministério das Minas e Energia e do BNDES, com vistas à transferência do controle acionário das subsidiárias da Eletrobrás. Nesse contexto, além de se ter incluído a própria Eletrobrás no Programa, já estão inclusas empresas do Sistema, tais como: Furnas, CHESF, Eletronorte e Eletrosul, sendo que já foram divulgadas as diretrizes gerais do processo de desestatização da Centrais Elétricas do Sul-Eletrosul. Vale destacar que já foi realizada a contratação de consultores para a avaliação de Furnas Centrais Elétricas S. A.

Com a privatização do Banco Meridional existe grande perspectiva de ser incrementado o processo de privatização do setor financeiro, com a possibilidade de efetivamente se reduzir a participação governamental em instituições financeiras, particularmente nos casos de bancos estaduais, considerando a reestruturação que se pretende realizar no âmbito do que dispõe a Medida Provisória n° 1.590/97, várias vezes reeditada.

No início do exercício de 1998 foram selecionadas empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos, visando à venda das ações ordinárias que excedem o controle acionário detido pela União na Petrobrás. Existe a perspectiva de que até o final do exercício já se

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

tenha alienado essa participação excedente.

Estão agendadas também, para serem alienadas no decorrer do exercício de 1998, as empresas Armazéns Gerais Ferroviários-AGEF, Empresa de Processamento de Dados do MEC-DATAMEC e várias empresas estaduais de distribuição de energia elétrica, além de outras.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO Nº 01
DECRETOS DE INCLUSÃO DE EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES
EMPRESAS CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA UNIÃO
GESTOR: BNDES

DECRETO E DATA DE INCLUSÃO	EMPRESA	UF	SETOR DE ATIVIDADE
Nº 99.464, de 16.08.90	COSINOR	PE	Siderurgia
	CST	ES	Siderurgia Integrada
	USIMINAS	MG	Siderurgia Integrada
	USIMEC	MG	Bens de Capital
	AÇOS FINOS PIRATINI S.A.	RS	Siderurgia
	MAFERSA	SP	Material de Transporte
	COPESUL	RS	Petroquímica Básica
	GOIASFÉRTIL	GO	Fertilizantes Fosfatados
	CARAÍBA	BA	Mineração de Cobre
Nº 99.523, de 11.09.90	ULTRAFÉRTIL	SP	Fertilizantes Nitrog/Fosfatados
	FERTILIZANTES	MG	Fertilizantes Fosfatados
Nº 99.666, de 01.11.90	SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA	MG	Navegação Fluvial
	CELMA	RJ	Material Aeronáutico
	PETROFLEX	RJ	Petroquímica Elastrômeros
S/n de 05.03.91	ACESITA	MG	Siderurgia Integrada
	PQU	SP	Petroquímica Básica
Nº 423, de 14.01.92	EMP. BRASILEIRA DE AERONÁUTICA	RJ	Construção de Aeronaves
Nº 426, de 16.01.92	COMP. NACIONAL DE ÁLCALIS	RJ	Química Álcalis
	COSIPA	SP	Siderurgia Integrada
	AÇOMINAS	MG	Siderurgia Integrada
	CSN	RJ	Siderurgia Integrada
Nº 572, de 22.06.92	LIGHT/ESCELSA	RJ/ES	Serviços de Eletricidade
Nº 1.510, de 01.06.95	CVRD	RJ	Mineração
Nº 1.639, de 18.09.95	LLOYD BRAS	RJ	Navegação
Nº 99.666 de 01.06.95 (1)	EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA	PA	Navegação Fluvial
	CIA DE NAVEG. DO SÃO FRANCISCO	MG	Navegação Fluvial
Nº 473, de 10.03.92	REDE FED. DE ARMAZÉNS GERAIS FERROV. S/A	RJ	Armazéns Ferroviários
Res. CND 15/96 de 09.07.96	Ativos ELETROBRÁS		
	. SISTEMA ISOLADO DE MANAUS	AM	Elétrico
	. SISTEMA ISOLADO DE BOA VISTA	AM	Elétrico
Nº1.503, de 25.05.95 (2)	FURNAS	RJ	Elétrico
	CENTRAL ELÉTRICAS DO SUL	SC	Elétrico
	CENTRAL ELÉTRICAS DO NORTE	PA	Elétrico
	CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	PE	Elétrico
Nº 473, de 10.03.92	VALEC	RJ	Proj. de Engenharia
Nº 1.053, de 25.05.95 (2)	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS	RJ	Elétrico
Nº 1.836, de 14.03.96	LIGHT PARTICIPAÇÕES	RJ	Elétrico
Nº 1.977, de 07.08.96	USINA TERMELÉTRICA DE ALEGRETE	RS	Elétrico
99.464, de 16.08.90	INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE	SC	Fertilizantes Fosfatados
1.639, de 18.09.95	LLOYD BRAS	RJ	Navegação
2.039, de 15.10.96	CIA NORDESTE DE SOLDAGEM E PERFURAÇÕES	PA	Pesquisa
S/N de 13.01.97	CIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA	PA	Serv. de Urbanização
99.523,de 11.09.90/	FERTILIZANTES NITROGENADOS DO NORDESTE	SE	Fert. Nitrogenados
nº 844, de 24.06.93			
Nº 465, de 27.02.92/	COBRA COMPUTADORES E SIST. BRASILEIROS	RJ	Computadores
s/nº de 24.08.94			
Nº 1.073, de 04.03.94	NUCLEP S.A.	RJ	Bens de Capital

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO Nº 01
DECRETOS DE INCLUSÃO DE EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES
EMPRESAS CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA UNIÃO
GESTOR: BNDES

DECRETO E DATA DE INCLUSÃO	EMPRESA	UF	SETOR DE ATIVIDADE
Nº 473, de 10.03.92	MALHAS		
	OESTE		Transporte Ferroviário
	CENTRO-OESTE		Transporte Ferroviário
	SUDESTE		Transporte Ferroviário
	TEREZA CRISTINA		Transporte Ferroviário
	SUL		Transporte Ferroviário
	NORDESTE		Transporte Ferroviário
Nº 2.039, de 15.10.96	CONESP	SP	Planejamento
Nº 1.818, de 13.02.96	COMPLEXO SÃO JOSÉ/CARRAPATOS	SP	Elétrico
	CUBATÃO	SC	Elétrico
	EMBOQUE	MG	Elétrico
	ROSAL	RJ/ES	Elétrico
	BOCAÍNA	MG/ES	Elétrico
Nº 2.061, de 05.11.96	PORTO ESTRELA	MG	Elétrico
	CAMPOS NOVOS	SC	Elétrico
	CANA BRAVA	GO	Elétrico
	GATOS I	BA	Elétrico
	JUBA ZERO	MG	Elétrico
	QUEIMADO	MG/GO	Elétrico
	CAMPINHO	ES	Elétrico
	BONFANTE	MG/RJ	Elétrico
	IRAPÉ	MG	Elétrico
	MONTE SERRAT	MG	Elétrico
	PONTE DE PEDRA	MG/MS	Elétrico
Nº 1.990, de 29.08.96	CDRJ	RJ	Transporte
	CODEBA	BA	Transporte
	CDC	CE	Transporte
	CODESP	SP	Transporte
	CDP	PA	Transporte
	CODOMAR	MA	Transporte
	CODERN	RN	Transporte
	CODESA	ES	Transporte
Nº 654 de 17.09.92 (3)	BANCO MERIDIONAL S.ª	RS	Financeiro
Nº 2.249, de 11.06.97	LAJEADO	TO	Elétrico
	SANTA CLARA	BA/MG	Elétrico
	ITUMIRIM	GO	Elétrico
	BOM RETIRO	RS	Elétrico
	COMPLEXO PARAÍBA	PS/RJ/MG	Elétrico
	JATAIZINHO	PR	Elétrico
	ITAPEBI	BA	Elétrico
	PICADA	MG	Elétrico
	PIRAJÚ	SP	Elétrico

(1) Alterado pelo Decreto 1.539, de 27.06.95

(2) Alterado Pelo Decreto 1.677, de 18.10.95

(3) A partir da MP 1.481-49, de 15.05.97, que altera a Lei 8.031/90, em seu § 6º do Artigo 6º, o processo de desestatização de instituições financeiras passa a ser condizido pelo Banco Central do Brasil.
De acordo com o § 7º do mesmo Artigo 6º a competência para aprovar esses processos é do Conselho Monetário Nacional-CMN.

(*) Alterado pelo Decreto s/nº , de 25.03.92

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO Nº 02
DECRETOS DE INCLUSÃO DE EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS
DA PETROQUISA E DA PETROFÉRTIL

DECRETO E DATA DE INCLUSÃO	EMPRESA	UF	SETOR DE ATIVIDADE
Nº 99.464, de 16.08.90	PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.	BA	Petroquímica Básica
Nº 99.666, de 01.11.90	ARAFÉRTIL S.A.	MG	Fertilizantes
	INDAG S.A.	SP	Fertilizantes
	SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.	AL	Química
	CIA PERNAMBUCANA DE BORR.SINTET.	PE	Petroquímica
	NITRIFLEX	RJ	Petroquímica
Nº 99.464, de 16.09.90 (*)	POLISUL	RS	Petroquímica
de 16.09.90	PPH	RS	Petroquímica
	COPENE	BA	Petroquímica Básica
	ACRINOR	BA	Petroquímica
	CIQUINI	BA	Petroquímica
	CBP	BA	Petroquímica
	CPC	BA	Petroquímica
	CQR	BA	Química
	DETEN	BA	Petroquímica
	EDN	BA	Petroquímica
	METANOR	BA	Petroquímica
	NITROCARBONO	BA	Petroquímica
	POLIALDEN	BA	Petroquímica
	POLIPROPILENO	BA	Petroquímica
	POLITENO	BA	Petroquímica
	PRONOR	BA	Petroquímica
	ESTIRENO DO NORDESTE S.A.	BA	Petroquímica
	CIQUINE CIA PETROQUÍMICA	BA	Petroquímica
	CIA INDUST. DE POLIPROPILENO S.A.	RS	Petroquímica
Nº 99.666	ARAFÉRTIL	MG	Fertilizantes
de 01.11.90	INDAG	SP	Fertilizantes
	SALGEMA	AL	Química
	ALCLOR	AL	Alcoolquímica
	CINAL	AL	Petroquímica
	COPERBO	PE	Petroquímica
	NITRIFLEX	RJ	Petroquímica
	FCC	RJ	Química
	ALCOOQUÍMICA	RJ	Química
s/nº, 05.03.91 (*)	CBE	SP	Petroquímica
	OXITENO	SP	Petroquímica
	POLIBRASIL	SP	Petroquímica
	POLIDERIVADOS	SP	Petroquímica
	POLIOLEFINAS	SP	Petroquímica
Nº 480 de 25.03.92	PETROCOQUE	SP	Petroquímica
Nº 522, de 18.05.92	CIA QUÍMICA DO RECÔNCAVO S.A.	BA	Química
	POLIPROPILENO	BA	Petroquímica

Fonte: BNDES.

Observações:

- O Decreto 522, de 18.05.92, especificou mais duas participações da PETROQUISA no Pólo de Camaçari-BA.
- As participações da PETROQUISA encontram-se com seus processos suspensos pela Presidência da República.
- Alterado pelo Decreto s/n de 25.03.92.

Eleni T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO Nº 03
VALORES DE VENDA E DATAS DAS OFERTAS DAS LIQUIDAÇÕES FINANCEIRAS E DOS ENCERRAMENTOS 1993/97

US$ Milhões

EMPRESAS	VALOR DE VENDA	DATA DAS OFERTAS			DATA DA LIQUIDAÇÃO			DATA DE ENCERRAMENTO
		LEILÃO	EMPREG.	PÚBLICO	LEILÃO	EMPREG.	PÚBLICO	
USIMINAS	1.941,20	24.10.91 10.11.94 18.11.91	14.11.91	08.11.91 21.09.94	30.10.91 21.11.91 14.11.94	14.11.91	22.11.91 27.09.94	15.03.96
AÇOMINAS	598,5	10.09.93	04.10.93	-	15.09.93	04.10.93	-	22.03.94
COSIPA (1)	585,7	20.08.93 23.06.94	23.09.93	09.09.94 15.12.94	26.08.93 27.07.94	29.10.92 31.08.93 20.09.93 02.09.93	21.09.93	-
CSN	1.495,30	02.04.93 15.04.94 03.03.94	20.04.93	02.07.93	12.04.93 07.03.94 19.04.94	17.05.93 20.04.93	09.07.93	03.01.95
PQU (2)	287,5	24.01.94 16.06.94	09.03.94	-	31.01.94	16.06.94 09.03.94	-	21.09.94
POLIOLEFINAS	87,1	19.03.93	-	-	22.03.93 29.03.93	-	-	06.07.93
COPESUL(1)+A36	861,5	15.05.92	01.11.93	17.06.94	22.05.92	27.12.93 01.11.93	27.12.93	
OXITENO	53,9	15.09.93	-	-	22.09.93			04.02.94
MIN.CARAÍBA	5,8	28.07.94	12.08.94	-	02.08.94	12.08.94	-	30.12.94
ULTRAFÉRTIL	205,6	24.06.93	17.12.93	-	28.06.93 24.06.93	17.12.93	-	11.03.94
COPERBO	25,9		16.08.94	-	25.08.94	-	-	30.12.94
POLIALDEN	16,7	17.08.94	-	-	26.08.94	-	-	30.12.94
CIQUINE	23,7	17.08.94	-	-	26.08.94	-	-	30.12.94
POLITENO	44,9	18.08.94	-	-	31.08.94	-	-	30.12.94
ACRINOR	12,1	12.08.94	-	-	25.08.94	-	-	30.12.94
ARAFÉRTIL	10,8	15.04.94	-	-	29.04.94	-	-	24.06.94
EMBRAER (1)	192,1	07.12.94	16.12.94 23.12.94	-	13.12.94	16.12.94 23.12.94	-	-
ESCELSA (1)	519,3	11.07.95 14.08.95 18.08.97	09.08.95	-	17.07.95 14.08.95 21.08.97	09.08.95	-	-
COPENE	270,4	15.08.95	13.10.95	-	29.08.95	11.09.96	-	30.12.94
CPC	99,6	29.09.95	-	-	16.10.95	-	-	-
SALGEMA	139,2	05.10.95	-	-	16.10.95	-	-	29.01.96
CQR	1,7	05.10.95	-	-	16.10.95	-	-	29.01.96
NITROCARBONO	29,6	05.12.95	-	-	20.12.95	-	-	-
PRONOR	63,5	05.12.95	-	-	18.12.95	-	-	-
CBP	0	05.12.95	-	-	18.12.95	-	-	-
POLIPROPILENO	81,2	01.02.96	-	-	10.05.96	-	-	15.07.96
KOPPOL	3,1	01.02.96	-	-	12.03.96	-	-	05.06.96
MALHA OESTE (3)	63,4	05.03.96	-	-	11.03.96	-	-	-
CENTRO-LESTE (3)	316,1	14.06.96	-	-	20.06.96	-	-	-
SUDESTE(4)+A64	870,6	20.09.96	-	-	27.09.96	-	-	-
TEREZA CRISTINA (5)	17,9	22.11.96	-	-	29.11.96	-	-	-

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO Nº 03
VALORES DE VENDA E DATAS DAS OFERTAS DAS LIQUIDAÇÕES FINANCEIRAS E DOS ENCERRAMENTOS 1993/97

US$ Milhões

EMPRESAS	VALOR DE VENDA	DATA DAS OFERTAS			DATA DA LIQUIDAÇÃO			DATA DE ENCERRAMENTO
		LEILÃO	EMPREG.	PÚBLICO	LEILÃO	EMPREG.	PÚBLICO	
SUL (6)	208,5	13.12.96	-	-	29.11.96	-	-	-
LIGHT SESA (1)	2.508,60	21.05.96	31.05.96 07.10.96 26.12.96 09.05.97		30.05.96	31.05.96 07.10.96 26.12.96 09.05.97		
DETEN (1)	12,1	22.05.96	-	-	22.05.96	-	-	-
POLIBRASIL	99,4	27.08.96	-	-	03.09.96	-	-	27.12.96
EDN	16,6	26.09.96	-	-	09.10.96	-	-	30.12.96
CVRD	3.298,90	06.05.97	20.05.97	-	17.07.97	20.05.97	-	-
TECON 1	251,1	17.09.97	-	-	-	-	-	-
MALHA NORDESTE	14,6	18.07.97	-	-	-	-	-	-
MINORITÁRIAS	618,9	10.11.94 04.07.97	-	-	-	-	-	-

Fonte: BNDES.

(1) Processos não encerrados

(2) O total ofertado não corresponde à soma das parcelas devido à incorporação de sobras de ofertas anteriores

No caso da PQU a sobra de 8,6% do capital permaneceu coma PETROQUISA.

(3) Inclui o valor presente, à taxa de 12% a.a., de 112 prestações trimestrais de arrendamento

(4) Inclui o valor presente, à taxa de 10% a.a., de 116 prestações trimestrais de arrendamento.

(5) 112 parcelas trimestrais com inclusão de juros à taxa de 13% ao ano.

(6) 113 parcelas trimestrais com inclusão de juros à taxa de 12% ao ano. Liquidação financeira provisória. Aguardando liquidação definitiva para a devida conversão.

Elenir T. G. Secretária do Plenário

ANEXO Nº 04
RESULTADO POR EMPRESA

US$ milhões

EMPRESAS	DATA DA OFERTA	RECEITA DE VENDA	DÍVIDA TRANSFERIDA	TOTAL
USIMINAS	24.10.91	1.941	369	2.310
CELMA	01.11.91	91	5	96
MAFERSA	11.11.91	49	1	50
COSINOR	14.11.91	15	0	15
SNBP	14.01.92	12	0	12
PIRATINI	14.02.92	107	2	109
PETROFLEX	10.04.92	234	21	255
COPESUL	15.05.92	862	9	871
ÁLCALIS	15.07.92	81	6	87
CST	16.07.92	354	483	837
FOSFÉRTIL	12.08.92	182	44	226
GOIASFÉRTIL	08.10.92	13	9	22
ACESITA	22.10.92	465	232	697
CSN	02.04.93	1.495	533	2.028
ULTRAFÉRTIL	24.06.93	206	20	226
COSIPA	20.08.93	586	884	1.470
AÇOMINAS	10.09.93	599	122	721
PQU	24.01.94	287	41	328
CARAÍBA	28.07.94	6	0	6
EMBRAER	07.12.94	192	263	455
ESCELSA	11.07.95	519	2	521
RFFSA(MALHA OESTE)	05.03.96	63	0	63
LIGHT SESA	21.05.96	2.508	586	3.094
RFFSA (CENTRO-LESTE)	14.06.96	316	0	316
RFFFSA (MALHA SUDESTE)	20.09.96	870	0	870
RFFSA (TEREZA CRISTINA)	22.11.96	18	0	18
RFFSA(MALHA SUL)	13.12.96	208	0	208
INDAG	23.01.92	7	0	7
NITRIFLEX	06.08.92	26	9	35
POLISUL	11.09.92	57	131	188
PPH	29.09.92	59	35	94
CBE	03.12.92	11	0	11
POLIOLEFINAS	19.03.93	87	0	87
OXITENO	15.09.93	54	2	56
ARAFÉRTIL	15.04.94	11	2	13
ACRINOR	12.08.94	12	1	13
COPERBO	16.08.94	26	6	32
CIQUINE	17.08.94	24	6	30
POLIALDEN	17.08.94	17	2	19
POLITENO	18.08.94	45	28	73
COPENE	15.08.95	270	475	745
CPC	29.09.95	100	61	161
SALGEMA	05.10.95	139	44	183
CQR	05.10.95	2	0	2
PRONOR	05.12.95	64	35	99
NITROCARBONO	05.12.95	30	7	37
CBP	05.12.95	0	0	0
POLIPROPILENO	01.02.96	81	5	86
KOPPOL	01.02.96	3	67	70
DETEN	22.05.96	12	0	12
POLIBRASIL	27.08.96	99	12	111
EDN	26.09.96	17	0	17
CVRD	20.05.97	3.299	3.559	6.858
MERIDIONAL	10.12.97	240	0	240
TECON 1- CODESP	17.09.97	251	0	251
MALHA NORDESTE	18.07.97	15	0	15
Part. Min. Dec. 1068		619	0	619
TOTAL GERAL		17.956	8.119	26.075

Fonte: BNDES.

Elenir T. G. Santos
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 05
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS - EVOLUÇÃO - 1990/97

US$ Mil

TIPO DE DESPESA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL	%
AUDIT. DO PROCESSO	0	95	154	37	31	43	210	230	800	0,5
CONSULTORIA "A"	93	3.070	2.756	1.466	1.167	1.444	2.938	1.205	14.139	8,0
CONSULTORIA "B"	305	8.581	15.198	14.095	12.001	7.606	13.115	53.908	124.809	70,8
OUTROS CONSULTORES	0	28	93	129	46	507	861	164	1.828	1,0
PUBLICIDADE	746	5.573	6.906	550	1.289	1.103	3.274	11.356	30.797	17,5
TAXAS E EMOLUMENTOS	0	2.076	124	60	374	0	418	800	3.852	2,2
TOTAL GERAL	1.144	19.423	25.231	16.337	14.908	10.703	20.816	67.663	176.225	100,0

Fonte: BNDES.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 06
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS POR EMPRESA DESESTATIZADA
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE VENDA - 1990/97

US$ Mil

EMPRESA	VALOR DE VENDA (A)	DESPESAS (B)	% (B/A)
ACESITA	465.385,50	2.936,11	0,63
AÇOMINAS	598.512,52	4.105,26	0,69
ACRINOR	12.142,42	470,80	3,88
ÁLCALIS	81.406,46	1.514,82	1,86
ARAFÉRTIL	10.756,35	617,28	5,74
CBE	10.858,18	395,53	3,64
CBP	36,46	78,67	215,77
CELMA	91.109,05	1.644,95	1,81
CIQUINE	23.689,25	568,53	2,40
COPENE	270.443,52	2.007,06	0,74
COPERBO	25.949,23	483,41	1,86
COPESUL	861.500,50	4.657,15	0,54
COSINOR	15.049,34	771,67	5,13
COSIPA	585.707,20	4.498,45	0,77
CPC	99.563,92	1.428,56	1,43
CQR	1.708,20	459,49	26,90
CSN	1.495.254,22	6.267,60	0,42
CST	353.630,89	3.616,65	1,02
CVRD	3.298.920,41	73.922,44	2,24
DETEN	12.066,18	174,83	1,45
EDN	16.643,57	759,23	4,56
EMBRAER	192.012,13	2.730,27	1,42
ESCELSA	519.343,83	1.726,12	0,33
FOSFÉRTIL	182.000,77	1.148,31	0,63
GOIASFÉRTIL	13.052,89	847,38	6,49
INDAG	6.803,63	471,97	6,94
KOOPOL POLIDERIVADO	3.146,20	603,61	19,19
LIGHT	2.508.545,56	6.092,69	0,24
MAFERSA	48.770,38	1.459,53	2,99
MERIDIONAL	240.088,67	2.884,97	1,20
MINERAÇÃO CARAÍBA	5.769,20	709,38	12,30
NITRIFLEX	26.190,38	908,48	3,47
NITROCARBONO	29.550,37	568,71	1,92
OXITENO	53.941,56	1.062,38	1,97
PETROFLEX	234.123,65	1.894,11	0,81
PIRATINI	106.635,90	1.664,94	1,56
POLIALDEN	16.728,13	453,82	2,71
POLIBRASIL	99.391,64	1.356,39	1,36
POLIOLEFINAS	87.100,28	846,57	0,97
POLIPROPILENO	81.178,19	188,55	0,23
POLISUL	56.800,19	745,44	1,31
POLITENO	44.867,14	574,34	1,28
PPH	59.358,51	763,12	1,29
PQU	287.534,13	2.208,85	0,77
PRONOR	63.451,61	127,05	0,20
REDE	1.491.041,45	10.344,12	0,69
SALGEMA	139.212,66	1.601,47	1,15
SETOR PORTUÁRIO	251.083,30	45,12	0,02
SNBP	12.014,46	629,63	5,24
ULTRAFÉRTIL	205.580,11	1.226,31	0,60
USIMINAS	1.941.164,54	11.209,06	0,58
SUBTOTAL	17.336.814,83	168.471,18	0,97
PART. MINORITÁRIA	618.506,61	0	0,00
TOTAL GERAL	17.955.321,44	168.471,18	0,94

Fonte: BNDES.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 07
EVOLUÇÃO ANUAL DAS DESPESAS REEMBOLSÁVEIS POR SETOR
COMPARAÇÃO COM VALOR DE VENDA

US$ Milhões

SETOR	VALOR DE VENDA (A)	DESPESAS (B)	% (B/A)
QUÍMICO/PETROQUÍMICO	2.698,00	28,30	1,05
SIDERURGIA	5.562,00	35,10	0,63
SETOR TRANSPORTE	1.742,00	19,60	1,13
SERV. ELETRICIDADE	3.028,00	8,80	0,29
SERV. FINANCEIROS	240,00	2,90	1,21
MINERAÇÃO	3.305,00	73,90	2,24
FERTILIZANTES	418,00	5,50	1,32
OUTROS (*)	963,00	2,10	0,22
TOTAL GERAL	17.956,00	176,20	0,98

Fonte: BNDES.
(*) Inclui as particpações minoritárias do Decreto 1.068/94.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 08

LEILÃO - PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS DECRETO 1.068/94 - 1994/97

US$

EMPRESA	VALOR BRUTO			VALOR DE COMISSÕES/EMOLUMENTOS			VALOR LÍQUIDO		
	TOTAL	EM TÍTULOS	EM REAIS	TOTAL	EM TÍTULOS	EM REAIS	LÍQUIDO	MOEDA	REAIS
ARACRUZ	201.407,37	162.725,77	40.681,44	2.034,08	1.627,26	406,82	201.373,14	161.098,51	40.274,63
ARACRUZ	2.981.751,97	2.409.087,00	602.271,75	30.113,59	24.090,87	6.022,72	2.981.245,16	2.384.996,13	596.249,03
TRANSAUTO	88.744,89	88.744,89	0,00	887,45	887,45	0,00	87.857,44	87.857,44	0,00
EMBRATEL	4.144.337,36	0,00	4.358.599,60	43.585,99	0,00	43.585,99	4.315.013,61	0,00	4.315.013,61
TRANSAUTO	934.871,01	934.871,01	0,00	9.348,71	9.348,71	0,00	925.522,30	925.522,30	0,00
TELEBRÁS	494.215,98	0,00	519.766,95	5.197,68	0,00	5.197,68	514.570,22	0,00	514.570,22
TELEBRÁS	1.277.686,16	200.010,30	1.133.391,71	13.334,05	2.000,11	11.333,94	1.320.067,98	198.010,19	1.122.057,79
TELEBRASÍLIA	2.329.567,44	604.685,96	1.814.057,86	24.187,44	6.046,86	18.140,58	2.394.556,37	598.639,09	1.795.917,28
TELEMIG	1.733.137,94	0,00	1.822.741,17	18.227,41	0,00	18.227,41	1.804.513,76	0,00	1.804.513,76
EMBRAER	6.960,75	4.945,46	2.119,48	70,64	49,46	21,18	6.994,30	4.896,00	2.098,30
CRT	251.075,32	26.269,77	236.427,99	2.627,00	262,70	2.364,30	260.070,77	26.007,07	234.063,70
CRT	311.774,72	32.620,70	293.586,28	3.262,07	326,21	2.935,86	322.944,91	32.294,49	290.650,42
COPEL	1.086.587,65	982.759,98	109.195,56	10.919,56	9.827,60	1.091,96	1.081.035,98	972.932,38	108.103,60
MATSULFUR	23.221.137,16	23.221.137,16	0,00	232.211,37	232.211,37	0,00	22.988.925,79	22.988.925,79	0,00
COELBA	3.171.280,58	2.562.215,40	640.553,85	32.027,68	25.622,15	6.405,53	3.170.741,56	2.536.593,25	634.148,31
COELBA	2.851.441,80	2.578.975,48	286.552,83	28.655,28	25.789,76	2.865,52	2.836.873,03	2.553.185,72	283.687,31
CEMIG	390.865,08	353.516,40	39.279,60	3.927,96	3.535,16	392,80	388.868,04	349.981,24	38.886,80
CEMIG	1.882,96	1.521,33	380,33	19,01	15,21	3,80	1.882,63	1.506,11	376,52
CEMIG	44.602,84	31.221,99	13.380,85	446,03	312,22	133,81	44.156,82	30.909,77	13.247,05
CEMIG	20.247,68	16.198,14	4.049,54	202,50	162,00	40,50	20.045,18	16.036,14	4.009,04
COPEL	38.509,29	15.403,71	23.105,58	385,10	154,04	231,06	38.124,20	15.249,68	22.874,52
ARACRUZ	779.319,74	779.257,87	61,87	7.793,20	7.793,20	0,00	771.526,54	771.464,67	61,87
CEB	1.791.494,98	716.597,98	1.074.897,00	17.914,95	7.165,97	10.748,98	1.773.580,03	709.432,01	1.064.148,02
COELBA	12.976,76	6.488,38	6.488,38	129,78	64,89	64,89	12.846,98	6.423,49	6.423,49
CPEE	11.989,72	5.994,86	5.994,86	119,90	59,95	59,95	11.869,82	5.934,91	5.934,91
CPFL	30.896,51	0,00	30.896,51	308,97	0,00	308,97	30.587,54	0,00	30.587,54
CPFL	76.946,33	0,00	76.946,33	769,46	0,00	769,46	76.176,87	0,00	76.176,87
CTBC	16.732,12	0,00	16.732,12	167,32	0,00	167,32	16.564,80	0,00	16.564,80
CTBC	13.331,90	0,00	13.331,90	133,32	0,00	133,32	13.198,58	0,00	13.198,58
CTMR	105.630,23	105.630,23	0,00	1.056,30	1.056,30	0,00	104.573,93	104.573,93	0,00
CTMR	1.872,93	1.872,93	0,00	18,73	18,73	0,00	1.854,20	1.854,20	0,00
CIQUINE	1.542.404,59	1.388.164,13	154.240,46	15.424,04	13.881,64	1.542,40	1.526.980,54	1.374.282,49	152.698,05
EDN	9.410,69	9.410,69	0,00	94,11	94,11	0,00	9.316,58	9.316,58	0,00
MATSULFUR	425.111,15	425.111,15	0,00	4.251,11	4.251,11	0,00	420.860,04	420.860,04	0,00
PETROBRÁS	25.727.084,51	0,00	25.727.084,51	257.270,84	0,00	257.270,84	25.469.813,67	0,00	25.469.813,67
POLITENO	392.430,96	392.430,96	0,00	3.924,31	3.924,31	0,00	388.506,65	388.506,65	0,00
TELEBRÁS	1.778.797,20	0,00	1.778.797,20	17.787,97	0,00	17.787,97	1.761.009,23	0,00	1.761.009,23
TELEBRÁS	1.050.765,91	0,00	1.050.765,91	10.507,66	0,00	10.507,66	1.040.258,25	0,00	1.040.258,25
TELEBAHIA	5.356,52	2.142,61	3.213,91	53,56	21,43	32,13	5.302,95	2.121,17	3.181,78
TELEBAHIA	343.543,59	92.510,80	251.032,79	3.435,43	944,94	2.490,49	340.108,16	91.565,86	248.542,30
TELEBRASÍLIA	252.889,08	0,00	252.889,08	2.528,88	0,00	2.528,88	250.360,20	0,00	250.360,20
TELEMIG	10.366,91	0,00	10.366,91	103,67	0,00	103,67	10.263,25	0,00	10.263,25
TELEMIG	9.063,17	0,00	9.063,17	90,63	0,00	90,63	8.972,55	0,00	8.972,55
TELESP	30.844,42	0,00	30.844,42	308,45	0,00	308,45	30.535,98	0,00	30.535,98
TELESP	35.052,57	0,00	35.052,57	350,53	0,00	350,53	34.702,04	0,00	34.702,04
TELERJ	81.547,95	0,00	81.547,95	815,49	0,00	815,49	80.732,47	0,00	80.732,47
TELERJ	78.486,25	0,00	78.486,25	784,86	0,00	784,86	77.701,39	0,00	77.701,39
TELEPAR	99.200,85	0,00	99.200,85	992,01	0,00	992,01	98.208,85	0,00	98.208,85
TELEPAR	25.890,52	0,00	25.890,52	258,90	0,00	258,90	25.631,61	0,00	25.631,61
PETROBRÁS	112.322.614,75	0,00	112.322.614,75	3.419.102,03	0,00	3.419.102,03	108.903.512,71	0,00	108.903.512,71
CAIUA	605.823,39	550.708,77	55.114,62	6.058,23	5.507,08	551,15	599.765,16	545.201,68	54.563,48
TOTAL	193.249.962,15	38.703.231,81	155.131.697,21	4.234.225,24	387.052,80	3.847.172,44	189.600.704,76	38.316.178,98	151.284.525,78

Fonte: BNDES.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO 09
BALANÇO DAS PRIVATIZAÇÕES ESTADUAIS RESULTADO EM 1997

EMPRESAS	DATA DA VENDA	RESULTADO DA VENDA		ÁGIO OBTIDO (R$)
		EM R$ MIL	EM US$ MIL	
CEEE-N/NE (ES)	21.10.97	1.635.000	1.485.337	739.698
CEEE- CIA C. OESTE (EP)	21.10.97	1.510.000	1.372.228	729.880
CIA UNIÃO SEGURO (EP)	20.11.97	50.100	45.213	16.451
COPEL	25.03.97	226.200	213.095	23.693
CEB (PM)	30.04.97	79.120	74.410	6.077
COELCE (PM)	09.05.97	97.700	91.728	24.407
CEMIG (PM)	28.05.97	1.130.102	1.053.414	
CREDIREAL (EP)	07.08.97	121.361	111.843	
SABESP (PM)	31.07.97	406.770	375.457	1.298
CPFL (EP)	05.11.97	3.014.910	2.730.649	1.242.580
ELETROPAULO (PM)	16.12.97	476.221	427.373	
BANERJ (EP)	26.06.97	311.101	288.886	1.085
CEG (EP)	14.07.97	464.232	429.606	
RIO GÁS (EP)	14.07.97	157.950	146.169	52.199
METRÔ (EP)	19.12.97	291.660	261.672	
COELBA (EP)	31.07.97	1.730.888	1.597.644	755.080
COELBA (PM)	07.07.97	133.000	126.000	
CEMAT (EP)	27.11.97	391.500	353.053	68.187
ENERSUL (EP)	19.11.97	625.556	564.530	285.210
COSERN (EP)	12.12.97	676.400	606.582	286.791
ENERGIPE (EP)	03.12.97	577.102	519.724	282.737
CACH. DOURADO (EP)	05.09.97	780.000	714.000	236.408
BESC (PM)	30.09.97	30.906	28.189	254
TOTAL ACUMULADO		14.917.778	13.616.801	4.752.036

Fonte: BNDES.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

VII - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

Elenir T. G. Santos
Técnica
Secretaria do Plenário

7. AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

7.1 Considerações Preliminares

Nesta parte do Relatório procurou-se acompanhar as atividades e ações setoriais desenvolvidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício em análise, destacando-se as principais realizações e seus respectivos gastos; especificando, em alguns casos, as despesas autorizadas e realizadas por órgãos dos três Poderes da República.

A descrição analítica das atividades e das ações desenvolvidas pelo Poder Executivo consta do Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, que, juntamente com os Balanços Gerais da União, integra a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República apresenta, anualmente, ao Congresso Nacional.

Como as ações setoriais desenvolvidas pelos Poderes Legislativo e Judiciário não figuram no Balanço Geral da União, foram solicitadas direta e individualmente a cada órgão dos referidos Poderes as informações necessárias e pertinentes a cada instituição, que pudessem contribuir para a elaboração desse tópico do Relatório, conforme determina o Regimento Interno deste Tribunal, o que foi prontamente atendido pelos Dirigentes-Responsáveis dos citados órgãos.

Os dados relativos à execução orçamentária e financeira dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário encontram-se disponíveis nos volumes do Balanço Geral da União.

A análise procedida busca evidenciar se a despesa realizada não extrapolou os limites autorizados.

As ações governamentais foram executadas, no exercício de 1997, pelos Poderes da União, no montante de R$ 391.866 milhões, correspondendo a 71,6 % dos R$ 547.122 milhões autorizados em lei, do seguinte modo:

R$ Mil

PODERES	DESPESA		PARTIC. DA DESPESA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	TOTAL AUTORIZADO	TOTAL REALIZADO
Legislativo	2.182.009	2.133.893	0,40	0,54
Judiciário	6.138.692	6.029.144	1,12	1,54
Executivo	538.800.890	383.703.280	98,48	97,92
TOTAL	547.121.591	391.866.317	100,00	100,00

Fonte: Balanço Geral da União - 1997.

Da análise procedida no primeiro volume dos Balanços Gerais da União de 1997 (Relatório) e na Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, por conta da abertura dos trabalhos legislativos em 1997, pode-se destacar algumas das principais realizações efetivadas por parte de cada um dos Poderes durante o exercício em pauta.

As ações do Governo Federal no exercício de 1997 foram desenvolvidas pelos Poderes da República por meio dos seus mais diversos programas orçamentários, sendo que o

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

desempenho orçamentário-financeiro de cada um de seus órgãos ficou abaixo dos créditos autorizados.

7.2 Poder Legislativo

O Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional, compõe-se, em sua esfera institucional e administrativa, de três órgãos distintos: da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

As ações desenvolvidas pelas duas Casas do Congresso, no que se refere a sua atividade principal, dizem respeito ao processo legislativo.

Incumbe ainda ao Congresso Nacional a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração indireta, mediante controle externo. Esse é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cujas competências constitucionais estão explicitadas no art. 71 da Carta Magna de 1988.

7.2.1 Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados foi contemplada no Orçamento Público para o exercício de 1997, nos termos da Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997, para execução das ações e programas sob sua responsabilidade, com dotações orçamentárias no montante de R$ 1.057.955 mil.

Em análise procedida nos demonstrativos do Balanço Geral da União, verifica-se que executou uma despesa no total de R$ 1.034.000 mil, conforme se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	732.379
- Créditos Adicionais	326.576
- Movimentação Líquida de Crédito	0
- Crédito Contingenciado	(1.000)
Total da Despesa Autorizada (1)	1.057.955
Despesa Realizada (2)	1.034.000
Saldo (3) = 1-2	23.955
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	2,3%

Dentre as ações e realizações desenvolvidas pela Câmara dos Deputados em 1997 destacam-se, entre outras:

- foram instalados os 04 (quatro) sistemas previstos: Sistema de Controle de Visitantes; Sistema de Controle de Folha de Pagamento; Sistema de Legislação Interna da Casa; Sistema de Contratos-SICON;

- quanto à Capacitação de Recursos Humanos, foram atendidos 4.239 beneficiários, dos 6.000 previstos;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

- foram atualizados "softwares" existentes e adquiridos novos para micros e superminis; desenvolvidos sistemas aplicativos para micros e superminis;

- foram efetivamente implementadas cerca de 10% das 25 unidades previstas para implantação da Rede Corporativa de Informática;

- mantidos os contratos de consultoria especializada com o Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO e com o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal-PRODASEN;

- aquisição de 1.797 entre microcomputadores, impressoras, "scanners", estações multimídia, servidores e equipamentos complementares para as redes locais de informática e atualização tecnológica das plataformas de trabalho;

- foram reformadas as 1a. e 2a. Secretarias do prédio principal.

A Câmara dos Deputados, para o desenvolvimento de suas ações e realizações, contou com uma força de trabalho de 3.558 servidores, além dos funcionários sem vínculo com o serviço público (secretariado parlamentar).

7.2.2 Senado Federal

O Senado Federal teve consignado em seu orçamento para 1997 dotações destinadas a atender a execução dos programas sob sua responsabilidade, que alcançaram R$ 755.036 mil. Desse total autorizado, constatou-se uma execução de despesa no montante de R$ 731.938 mil, como a seguir demonstrado:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial.....	642.965
- Créditos Adicionais.....	112.071
- Movimentação Líquida de Crédito.....	0
- Crédito Contingenciado.....	0
Total da Despesa Autorizada (1).....	755.036
Despesa Realizada (2).....	731.938
Saldo (3) = 1-2.....	23.098
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	3,1%

Das ações realizadas e desenvolvidas pelo Senado Federal no exercício em análise, cumpre destacar, entre outras, as seguintes:

- foram realizadas 191 sessões plenárias, sendo 109 deliberativas ordinárias, 06 deliberativas extraordinárias, 73 não deliberativas e 03 especiais;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

- criou-se a TV Senado, a Rádio Senado, o Jornal do Senado e a Agência de Notícias Senado;

- o PRODASEN estabeleceu parceria com a iniciativa privada (Oracle) para reformular o banco de dados de matérias legislativas-MATE;

- segurança e gerenciamento da rede local do Senado Federal, assim como atualização tecnológica e modernização do parque computacional, com a instalação de 41 microcomputadores e 15 impressoras;

- apoio à elaboração, aprovação e acompanhamento da execução dos orçamentos da União de 1997 e 1998;

- implantação de novos equipamentos para consultores recém-contratados e substituídos os equipamentos obsoletos;

- iniciado o desenvolvimento da nova versão do Sistema de Informações Legislativas-SIL;

- implementada, experimentalmente, a TV Senado na Internet;

- o PRODASEN treinou 940 servidores do seu quadro;

Para o desenvolvimento e execução de suas atividades em 1997, o CEGRAF e o PRODASEN contaram, respectivamente, com 1.241 e 359 servidores.

7.2.3 Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União, para o desenvolvimento dos programas de trabalho sob sua responsabilidade, teve dotações orçamentárias no montante de R$ 368.018 mil.

Em análise procedida nos demonstrativos dos Balanços Gerais da União verifica-se uma despesa realizada no total de R$ 367.956 mil, conforme discrimina-se:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial.....	266.946
- Créditos Adicionais.....	101.072
- Movimentação Líquida de Crédito.....	0
- Crédito Contingenciado.....	0
Total da Despesa Autorizada (1).....	368.018
Despesa Realizada (2).....	367.956
Saldo (3) = 1-2.....	62
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0%

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No cumprimento de suas competências constitucionais, o Tribunal, no exercício de 1997, realizou 187 Sessões. Dessas, 120 ordinárias, 16 extraordinárias públicas e 51 extraordinárias reservadas.

Foram julgados pelo TCU, no exercício em exame, 14.649 processos, sendo 460 de Levantamentos, Inspeções e Auditorias, 491 Administrativos, 3.164 Tomadas e Prestações de Contas Anuais, 2.979 Tomadas de Contas Especiais, 2.521 Admissões de Pessoal, 2.963 Aposentadorias, 694 Pensões Civis e Militares, 63 Reformas, 179 Denúncias, 26 Consultas, 416 Recursos, 329 Representações e 365 Outros Assuntos.

Foram determinadas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício em pauta, 1.988 audiências, ordenadas 4.545 citações e 2.468 notificações, assim como formalizados 318 autos de cobrança executiva e acolhimento de 70 solicitações do Congresso Nacional (31 referentes a informações sobre trabalhos e 39 referentes a pedidos de realização de auditorias e de fornecimento de cópias de relatórios e informações diversas).

Foram realizadas pelo TCU 855 fiscalizações, sendo 462 constantes dos Planos Semestrais, 384 Extraplanos e 9 realizadas no Exterior, representando 67% do planejado.

Em 1997, o TCU apreciou os processos de privatização de 10 empresas, acompanhou os processos de privatização de 04 empresas, além de ter iniciado o acompanhamento dos processos de desestatização dos portos.

Do montante de processos julgados pelo TCU em 1997, 6.143 são de Tomadas de Contas e Tomadas de Contas Especiais. Desses, 1.071 foram julgados irregulares, condenando-se os responsáveis ao recolhimento de débitos ou pagamentos de multas, num total de 26.309.571,27 UFIRs, correspondente a R$ 23.941.709,85 (valores em 31.12.97). Dos 1.254 responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares, 481 tiveram seus nomes incluídos no cadastro para fins de inelegibilidade a ser encaminhado, em época própria, ao Ministério Público Eleitoral e à Justiça Eleitoral. Dos 1.254 responsáveis condenados, 316 não exerciam cargos ou funções públicas e 1.079 apresentaram recursos.

Foram instalados 137 computadores de mesa e 72 notebooks novos na rede de computadores do Tribunal, tendo sido implementada a interligação dos computadores do TCU com o Banco do Brasil. Com isso, são 26 sistemas externos que podem ser acessados pelos servidores desta Corte.

Foram inauguradas as Sedes das Secretarias de Controle Externo nos Estados de Minas Gerais e Sergipe, e recebido o terreno doado pelo Governo do Estado do Mato Grosso para construção da futura sede da Secretaria de Controle Externo naquele Estado.

Com a aprovação do Plano de Auditoria, em 12.12.96, das 577 auditorias planejadas, foram previstas a realização de 358 no primeiro semestre e 219 no segundo semestre. Quanto ao Plano Especial de Auditoria em obras inacabadas, foram mobilizados cerca de 200 servidores do TCU na coleta de informações em processos sobre 224 projetos custeados com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em trâmite ou julgados pelo Tribunal, e realizou-se levantamento de auditoria em 96 obras públicas, constantes dos orçamentos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Realizada auditoria operacional na Secretaria de Projetos Educacionais Especiais do Ministério da Educação-Sepespe-MEC (em extinção).

Foram promovidas pelo Instituto Serzedello Côrrea-ISC 8 palestras, 232 cursos de atualização (3.152 participantes) e 128 cursos de curta duração (560 participantes). Os programas de formação e suplementares, ministrados pelo ISC, contaram com 102 e 158 participantes, respectivamente. Foi autorizada a participação de vários servidores em 4 cursos de longa duração e em 31 congressos, encontros, exposições, palestras, seminários, simpósios, "workshops" ou fóruns de debates promovidos por outras entidades nacionais.

No âmbito internacional, houve participação de servidores em 16 cursos, seminários, reuniões de trabalho ou programa de formação, destacando-se os cursos de "Auditoria Ambiental"e "Auditoria de Gestão" por serem áreas prioritárias para o Tribunal.

Continuidade da construção dos anexos do edifício-sede do Tribunal com os 48,2% das obras realizadas, estimando-se para o segundo semestre de 1998 sua conclusão.

Foram projetadas novas e modernas instalações para as SECEXs do Amazonas, Minas Gerais e Sergipe, assim como obtidos, por cessão ou doação, edifícios ou terrenos para a instalação das sedes próprias das SECEXs em Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso e Piauí; reformados os imóveis das SECEXs no Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Destaca-se, ainda, a assinatura de contrato com a Universidade de Brasília para a cessão de terreno destinado à construção da Escola Nacional e Internacional de Fiscalização e Controle, com área de 3.500m² e capacidade para 200 alunos.

No decorrer do exercício foram firmados vários acordos de cooperação com entidades nacionais e prorrogados acordos firmados anteriormente, visando a intensificar o intercâmbio de informações com órgãos e entidades nacionais.

Para a realização de suas atividades e competências constitucionais o TCU contou com 2.012 servidores, divididos em 716 na área de apoio e 1.296 na área fim deste Tribunal, (Brasília e Estados).

7.3 Poder Judiciário

O Poder Judiciário é composto dos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar; Justiça Federal; Tribunais Regionais do Trabalho, Eleitorais e Federais.

As ações desenvolvidas pelos órgãos do Poder Judiciário estão relacionados com o processo judiciário, nas suas várias instâncias e especialidades.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

7.3.1 Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal, no exercício de 1997, para a execução dos programas de trabalho sob sua responsabilidade, recebeu dotações orçamentárias no montante de R$ 75.572 mil.

Em análise realizada no Balanço Geral da União verificou-se a execução da despesa pela Suprema Corte, no montante de R$ 68.733 mil, conforme se demonstra a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	66.044
- Créditos Adicionais	9.500
- Movimentação Líquida de Crédito	28
- Crédito Contingenciado	-
Total da Despesa Autorizada (1)	75.572
Despesa Realizada (2)	68.733
Saldo (3) = 1-2	6.839
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	9,1

Destacam-se entre as atividades realizadas pela Suprema Corte em 1997, as seguintes:

- foram registrados 1.114 processos, distribuídos 33.963, julgados com apreciação do mérito 39.904 e julgados em liminar 921. Entre os processos julgados com apreciação do mérito, merecem destaque, entre outras, as seguintes classes processuais: Agravo de Instrumento: 20.465 processos, Recurso Extraordinário: 16.213, "Habeas Corpus": 1.428 e Ação Direta de Inconstitucionalidade: 143;

- continuação da construção do Edifício Anexo II do STF, tendo sido utilizado nesse exercício, para atendimento desse programa, recursos inscritos em Restos a Pagar, no valor de R$ 24.761 mil e recursos orçamentários de apenas R$ 1.000,00 (mil reais);

- realizaram-se gastos com a participação de servidores em diversos cursos, seminários e outros eventos de formação profissional de interesse do STF;

- foram adquiridos móveis e equipamentos, material de consumo, firmados e/ou mantidos contratos de prestação de serviços técnico-profissionais, bem como a estabilização, manutenção e melhorias no ambiente computacional existente e o desenvolvimento de novos projetos dentro da rede do STF, compreendendo: a reengenharia dos sistemas de informação; a reformulação do ambiente computacional de 16 para 32 bits; a interligação do STF com a Procuradoria-Geral da República, fato que possibilitou o recebimento de pareceres por meio eletrônico; implantação de software anti-vírus; desenvolvimento do STF-PUSH que permitirá a emissão automática de avisos sobre andamento de processos.

O Supremo Tribunal Federal, para o desenvolvimento de suas atividades no decorrer do exercício em pauta contou com 446 servidores ativos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

7.3.2 Superior Tribunal de Justiça

Para execução dos programas afetos ao Superior Tribunal de Justiça, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1997 e outros dispositivos legais autorizativos dotaram essa Corte de recursos orçamentários no montante de R$ 196.347 mil. Do total autorizado foram realizados R$195.257 mil, como a seguir se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial.....	153.274
- Créditos Adicionais.....	43.552
- Movimentação Líquida de Crédito.....	21
- Crédito Contingenciado.....	(500)
Total da Despesa Autorizada (1).....	196.347
Despesa Realizada (2).....	195.257
Saldo (3) = 1-2.....	1.090
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0,6%

Dentre as realizações efetuadas pelo Superior Tribunal de Justiça em 1997, destacaram-se as seguintes:

- foram julgados 102.054 processos e publicados 51.324 acórdãos, proferidas 1.817 decisões em recursos extraordinários, realizadas 428 sessões de julgamento, decorrendo a média de julgamento de 3.580 processos por Ministro; cabendo ressaltar que em 1997 foram julgados 24.425 processos a mais que em 1996, representando um crescimento de 31,46%;

- foram analisados 8.359 acórdãos, revisados 8.692 , criados 510 novos códigos de catálogos, encaixados 9.229 catálogos e inseridos na base de dados 51.584 acórdãos, sendo que 97% dos acórdãos principais, que se encontram na base de dados, já receberam tratamento pela DIANAC;

- foi iniciado o desenvolvimento do novo "Sistema de Informações do STJ", dividido nos seguintes módulos: de acompanhamento de processos, de captura e tratamento textual, de automação corporativa e publicação processual e de pesquisa e recuperação jurisprudencial;

- foi redefinido o parque tecnológico doTribunal, sendo revistas as plataformas de banco de dados, banco de dados textual, sistema operacional e hardware de computadores de grande porte, software de segurança para a Internet e software para automação de atividades de escritório.

Para a execução das tarefas de sua alçada, o STJ contou, no ano de 1997, com 1.899 servidores.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

7.3.3 Justiça Federal

A Justiça Federal, para execução dos programas sob sua responsabilidade, foi contemplada, no exercício de 1997, com uma dotação orçamentária no valor de R$ 1.748.150 mil. Desse montante autorizado foram executados R$1.743.663 mil, do seguinte modo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	1.536.800
- Créditos Adicionais	211.424
- Movimentação Líquida de Crédito	-
- Crédito Contingenciado	(74)
Total da Despesa Autorizada (1)	1.748.150
Despesa Realizada (2)	1.743.663
Saldo (3) = 1-2	4.487
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0,3%

A Justiça Federal teve o trâmite de processos judiciais, durante o exercício de 1997, com os seguintes números:

Processos distribuídos : 1.337.315
Processos julgados : 700.716
Processos em tramitação : 3.014.542

Foram investidos em toda a Justiça Federal, na área de informática, recursos da ordem de R$ 12.770 mil, sendo aplicados para aquisição de equipamentos R$ 10.288 mil e para manutenção e aquisição de novos programas e sistemas R$ 2.482 mil;

Foram investidos, também, recursos significativos na construção e melhoria das instalações dos órgãos da Justiça Federal no montante de R$ 17.328 mil;

Para o desempenho de suas atividades, a Justiça Federal, em 1997, contou com a atuação de 626 magistrados e 12.594 servidores.

7.3.4 Justiça Militar

Para execução dos programas afetos à Justiça Militar foram destinados, no exercício em análise, R$ 86.296 mil; dos quais executaram-se R$ 85.262 mil, como a seguir se discrimina:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	75.337
- Créditos Adicionais	10.000
- Movimentação Líquida de Crédito	959
- Crédito Contingenciado	-
Total da Despesa Autorizada (1)	86.296

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Despesa Realizada (2).....	85.262
Saldo (3) = 1-2.....	1.034
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	1,2%

Entre as ações desenvolvidas pela Justiça Militar, destacam-se as seguintes:

- realização, pelo STM, das seguintes Sessões durante o exercício de 1997: De Julgamento 81, Administrativa 37, Especial 3 e Solene 3. Nas Sessões de Julgamento, foram julgados 458 processos;

- julgamento de 2.672 processos por todas as Circunscrições Judiciárias Militares;

- extinção das 5ª e 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar-CJM, sediadas no Rio de Janeiro, visando a implementação de medidas de racionalização dos Órgãos da Justiça Militar;

- realização de processo licitatório, concluído no final de 1997, para a construção do Edifício-Sede dos Órgãos da 1ª CJM, contrato assinado na segunda quinzena de novembro;

- disponibilização, na rede Internet, de informações diversas sobre o Superior Tribunal Militar.

A Justiça Militar contou no exercício de 1997, para o desenvolvimento de suas atividades judicantes, com 331 servidores.

7.3.5 Justiça Eleitoral

No exercício de 1997, para cumprimento de sua missão institucional, a Justiça Eleitoral dispôs, para execução dos programas sob sua responsabilidade, de dotações orçamentárias no montante de R$ 915.170 mil. Desse total realizou R$ 908.253 mil, conforme se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial.....	793.617
- Créditos Adicionais.....	192.231
- Movimentação Líquida de Crédito.....	(28)
- Crédito Contingenciado.....	(70.650)
Total da Despesa Autorizada (1).....	915.170
Despesa Realizada (2).....	908.253
Saldo (3) = 1-2.....	6.917
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0,8%

Destacam-se , entre outras, as seguintes realizações no exercício de 1997:

Secretária do Plenário

- modernização de aproximadamente 78.000 urnas eletrônicas, utilizadas nos pleitos eleitorais passados;

- aquisição de novas urnas eletrônicas, tendo em vista o incremento do número de municípios com votação eletrônica;

- aquisição de equipamentos para transmissão dos dados eleitorais entre as Unidades que compõem a Justiça Eleitoral.

Destaque-se que para o desempenho de suas funções a Justiça Eleitoral contou com 6.815 servidores, sendo 478 do TSE e o restante dos Tribunais Regionais Eleitorais.

7.3.6 Justiça do Trabalho

A Justiça Trabalhista, para execução dos programas sob sua responsabilidade, teve como dotação orçamentária no exercício em análise o montante de R$ 2.817.067 mil, dos quais foram executados R$ 2.798.787 mil, conforme se discrimina:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	2.359.849
- Créditos Adicionais	457.599
- Movimentação Líquida de Crédito	-
- Crédito Contingenciado	(381)
Total da Despesa Autorizada (1)	2.817.067
Despesa Realizada (2)	2.798.787
Saldo (3) = 1-2	18.280
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0,6%

No exercício em análise, as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal Superior do Trabalho foram as seguintes:

- autuação de 78.585 processos; distribuição de 73.640 e julgamento de 82.435. No final do exercício em análise, 95.961 processos aguardavam distribuição;

- realização de 319 Sessões Ordinárias, 42 Sessões Extraordinárias e 41 Audiências de Conciliação;

- aprovação pelo Órgão Especial da construção da nova sede do Tribunal, com a reformulação do projeto, que reduziu a área de construção de 122.458.65 m² para 86.463,78 m². Com esta modificação, a estimativa do custo unitário passou de R$ 1.000,00/m² para R$ 800,00/m², sendo que o custo total passou de R$ 122.458.650,00 para R$ 69.171.024,00;

- contratação do Escritório de Arquitetura Oscar Niemeyer S/C Ltda. para revisão e readequação dos projetos da nova sede e contratação da empresa SERVENG - CIVILSAN, por

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

meio de procedimento licitatório, processado e julgado pela Comissão Especial de Licitações, para executar o serviço de terraplenagem;

- início da implantação das carreiras judiciárias, preconizadas na Lei nº 9.421/96, de 24/12/96, com o enquadramento genérico das carreiras judiciárias e as transformações das funções comissionadas;

- implantação do Sistema de Informações Judiciárias - SIJ, e desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos.

A Justiça do Trabalho para a consecução de suas atividades contou em 1997 com 1.729 servidores.

7.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

As dotações orçamentárias para a Justiça do DF e dos Territórios totalizaram, no exercício em análise, R$ 229.539 mil. Foram realizados desse total R$ 229.188 mil, como a seguir se discrimina:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial	182.469
- Créditos Adicionais	46.996
- Movimentação Líquida de Crédito	74
- Crédito Contingenciado	-
Total da Despesa Autorizada (1)	229.539
Despesa Realizada (2)	229.188
Saldo (3) = 1-2	351
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	0,2%

Das realizações desenvolvidas pela Justiça do Distrito Federal e Territórios destacaram-se, entre outras, as seguintes:

- a Justiça de Primeira Instância realizou 93.169 audiências e proferiu 102.147 sentenças, 118,9 % e 19,6 %, respectivamente, a mais do que no exercício anterior;

- a Justiça de Segunda Instância julgou 10.458 processos, registrando-se um crescimento percentual de 0,46% em relação ao ano de 1996;

- foram registrados e publicados, no exercício em análise, 9.907 acórdãos, perfazendo um total acumulado de 101.478 acórdãos;

- conexão do TJDF à rede Internet, tornando disponível o acesso às informações institucionais e processuais do Tribunal;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

- instalação dos Bancos de Dados Textual BRS, para alimentação da base de Jurisprudência, ORACLE e SQL/SERVER;

- deu-se continuidade às obras do Edifício Anexo II ao Fórum de Brasília. No exercício de 1997, foram assinados 3 Termos Aditivos ao contrato original, no valor total de R$ 2.374.490,04, aumentando o valor total da obra para R$ 13.070.544,24;

- inauguração do Fórum de Samambaia em 28/11/97.

Para a consecução de suas atividades o TJDF dispôs durante o exercício em análise de 30 desembargadores, 81 juízes de direito, 54 juízes de direito substitutos e 2.842 servidores.

7.4 Funções Essenciais à Justiça

7.4.1 Ministério Público da União-MPU

O Ministério Público da União – MPU, para o desenvolvimento dos programas sob sua responsabilidade, foi dotado de recursos orçamentários no montante de R$ 393.900 mil, dos quais deixou de executar 1,6% (R$ 6.111 mil), conforme se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R$ Mil

- Dotação Inicial.....	376.649
- Créditos Adicionais.....	17.251
Movimentação Líquida de Crédito.....	-
Crédito Contingenciado.....	-
Total da Despesa Autorizada (1).....	393.900
Despesa Realizada (2).....	387.789
Saldo (3) = 1-2.....	6.111
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	1,6%

Podem ser destacadas as principais realizações no exercício de 1997:

I - Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal movimentou no decorrer do exercício em análise 602.123 processos, correspondendo a um acréscimo de 11,3% em relação ao ano anterior, cabendo a cada membro um total de 1.178 processos.

O Ministério Público Federal, no ano de 1997, para o desenvolvimento de suas atividades contou com 511 membros e 2.965 servidores, perfazendo um total de 3.476 servidores.

Destacam-se, ainda, a implantação, em 14 Procuradorias, de modernização do ambiente computacional; assim como acesso às informações e facilidades disponíveis em redes externas, entre as quais o Prodasen, a INTERNET, o SERPRO, o STJ e Bancos Comerciais.

Durante o exercício de 1997, deu-se continuidade às obras de construção do Edifício-Sede, ampliadas e reformadas as Procuradorias nos Estados de: São Paulo, Sergipe, Rio

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

de Janeiro, além de 05 Procuradorias nos Municípios de Araçatuba, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto.

Foram inauguradas as ampliações feitas nos Edifícios-Sede das Procuradorias de Mato Grosso do Sul e Paraíba e concluída a construção da sede da Procuradoria em Tocantins.

II - Ministério Público do Trabalho

Apesar das contenções orçamentárias do exercício, foram as seguintes as realizações do Ministério Público do Trabalho:

- foram movimentados 386.490 processos, cabendo, a cada membro um total de 976;

- ampliação do espaço físico e reformas e adaptações de 19 Procuradorias Regionais (Distrito Federal, Ceará, Paraíba, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas, Santa Catarina, Campinas, Maranhão, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí e Mato Grosso);

- iniciou-se a construção do Edifício-Sede da 5a. Procuradoria Regional do Trabalho, na Bahia;

- foram ampliadas, via locação, as Procuradorias nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

- adquiridos 04 imóveis nos Estados de Pernambuco, Pará, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, visando amenizar o problema de inadequação de espaço físico;

O Ministério Público do Trabalho contou, no exercício em exame, com 396 membros e 1.206 servidores, num total de 1.602.

III - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

O MPDFT movimentou 231.359 mil processos, representando um acréscimo de 22,4% em relação a 1996; cabendo 1.010 a cada membro.

No exercício em pauta o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios contou com 229 membros e 548 servidores, e foram contratados 54 promotores e 125 servidores administrativos.

Foram analisados pelas Promotorias de Justiça Civil e Criminal de Brasília e cidades satélites 6.934 denúncias, emitidos 16.274 pareceres e houve a participação em 22.287 audiências. Foram recebidos pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público Social e do Meio Ambiente, 1.409 processos, desses, 1.390 foram examinados. Foram ajuizados 1.289 ações e inquéritos civis e 806 inspeções e 13.309 investigações preliminares. Destaca-se ainda a atuação da Promotoria de Defesa do Consumidor, que examinou 2.474 processos e ajuizou 3.167 inquéritos e ações cíveis.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

As Promotorias Civis participaram de 15.389 audiências e emitiram 19.968 pareceres. A Promotoria de Defesa dos Acidentes de Trabalho recebeu 802 processos o que representou um crescimento de 17,77% em relação a 1996, resultando numa emissão de 560 pareceres e promoções, 6 ações ajuizadas e 136 participações em audiências.

Na área de capacitação de recursos humanos foram realizados 73 cursos, 9 palestras, 9 treinamentos, 3 ciclos de palestras, 9 congressos, 6 seminários, 4 encontros, 2 simpósios e 5 outros que beneficiaram 1.405 pessoas dentre as quais 670 membros, 686 servidores do órgão e 49 de outros órgãos.

Foi dado prosseguimento às obras de construção do Edifício-Sede de Taguatinga e Plano Piloto.

IV - Ministério Público Militar

No exercício de 1997, o Ministério Público Militar contou com uma força de trabalho composta de 67 membros e 267 servidores.

Foram movimentados 676 processos, cabendo a cada membro 52 processos.

Em relação à capacitação de recursos humanos, as metas traçadas corresponderam plenamente às expectativas, inclusive superando inclusive patamares dos anos anteriores. Entre cursos de reciclagem, aperfeiçoamento e formação atingiu-se o número de 406, com inclusão de servidores em até 05 eventos no período.

Na área de informática foram ampliados os serviços oferecidos em diversos setores, adquiridos 15 microcomputadores, 10 impressoras HP 692C, 02 servidores de rede, 01 impressora Laser 5, 01 roteador de protocolo; 01 Switch Ethernet; entre outros.

Foi dado prosseguimento às obras de construção do Edifício-Sede em Brasília e construção da Sede própria da Procuradoria da Justiça Militar em Salvador/BA.

7.4.2 Advocacia Geral da União - AGU

A Advocacia Geral da União, para a efetivação das atividades sob sua responsabilidade, durante o exercício de 1997, foi dotada orçamentariamente com R$ 38.368 mil, dos quais foram executados R$ 26.387 mil, conforme se demonstra:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	R$ Mil
- Dotação Inicial.....	39.070
- Créditos Adicionais.....	-
- Movimentação Líquida de Crédito.....	(701)
- Crédito Contingenciado.....	-
Total da Despesa Autorizada (1).....	38.368
Despesa Realizada (2).....	26.387

Secretaria do Plenário

Saldo (3) = 1-2.....	11.981
Participação das Sobras ou Excessos de Realização (3/1)	31,2%

Dentre as principais realizações efetivadas pela AGU em 1997 destacaram-se, entre outras, as seguintes:

- foram movimentados 449.551 processos judiciais;
- foram impugnadas liquidações, tendo a União como ré, no montante de R$ 1.644,6 milhões; além de auferir receitas no valor de R$ 354 milhões, tendo a União como autora;

- foram treinados 715 servidores;

- foram instaladas, entre Procuradorias Regionais e Seccionais, 02 Procuradorias, das 09 programadas.

7.5 Poder Executivo

7.5.1 Aspectos Gerais

Neste tópico, buscou-se acompanhar as ações setoriais do Governo, refletidas nas programações de cada área/setor selecionados, com vistas a verificar a eficácia na implementação das ações governamentais. Apesar de ser um bom indicador da atuação do Governo, deve ficar claro que a análise dos gastos públicos unicamente por esse aspecto é limitada, tendo em vista que as metas podem ou não ser alcançadas com facilidade. Tem-se que levar em conta, também, a real capacidade de realização do executor. Pode-se dizer que o alcance da plena eficácia mediante excessos de meios financeiros e operacionais, resulta numa eficácia a custo da ineficiência, ou em uma ação sem efetividade, isto é, sem conseguir o efeito social e econômico esperados.

É de se ressaltar que grande parte das metas foi realizada pelo Governo de forma descentralizada, por intermédio de seus vários ministérios e órgãos afins. Dessa forma, considerando que muitas informações não integraram o Relatório do BGU, utilizou-se também na análise, a Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1997.

No exercício em análise, o montante de gastos realizado pelo Poder Executivo alcançou R$ 383.704 milhões na execução de suas diversas ações e programas, que se efetivaram por intermédio de vários órgãos e entidades vinculados a este Poder.

Vale esclarecer que estão inclusas nos valores realizados por este Poder as Transferências Intragovernamentais, as Transferências Intergovernamentais e as Aplicações Diretas, que englobam as despesas com Encargos Financeiros da União (R$ 168.872 milhões), Benefícios Previdenciários (R$ 46.445 milhões), as Transferências Constitucionais (R$ 29.935 milhões) e as despesas executadas pelo Poder propriamente dito (R$ 138.452 milhões), sendo que totalizam R$ 383.704 milhões, conforme se discrimina:

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS EFETUADOS PELO PODER EXECUTIVO-EM 1997

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EXECUTADO	PART. DOS GASTOS DO EXECUTIVO NA	
		DESPESA DO EXECUTIVO	DESPESA REALIZADA TOTAL
Poder Executivo propriamente dito	138.452	36,08	35,33
Encargos Financeiros (1)	168.872	44,01	43,09
Benefícios Previdenciários (3)	46.445	12,10	11,85
Transf. a Estados, DF e Municípios	29.935	7,80	7,64
T O T A L (2)	**38**	**100,00**	**97,92**
Despesa Realizada Total	**3.704 391.86**	**-**	**100,00**

Fonte: STN.
(1) são consideradas as despesas com amortizações, refinanciamentos e encargos e juros das dívidas interna e externa
(2) inclui as Transferências Intragovernamentais.
(3) inclui valores de benefícios assistenciais

Considerando que o valor relativo ao pagamento de benefícios previdenciários constante do demonstrativo acima, elaborado a partir de quadro sintético disposto à página A-21 do 1° Volume do BGU/97 – Relatório, não coincide com os valores indicados às páginas C-517 e C-519 do mesmo volume, foram solicitados esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

As informações prestadas pelos dois órgãos atestam a diversidade de critérios utilizados na elaboração de relatórios como a causa para as diferenças constatadas.

A seguir, para melhor compreensão da matéria, transcrevo o teor da Nota Técnica n° 968, da Coordenação-Geral de Contabilidade, da Secretaria do Tesouro Nacional:

"As páginas A-21, C-517 e C-519, do Volume I do BGU, contêm informações sobre os Benefícios Previdenciários, apresentando valores apurados com diversos critérios na elaboração dos relatórios, conforme abaixo comentado:

a) O valor dos benefícios, contido na página A-21 está composto das despesas realizadas nos elementos de despesa, 01, 03, 05 e 06 e registradas no INSS e demais órgãos que compõem o orçamento fiscal e da seguridade social (INB, FNS, FNAS e FUNSA), totalizando R$ 46.445 milhões, destacados nos balanços constantes do BGU, volume II, página 003.

b) O valor descrito na página C-517, de R$ 45,6 bilhões refere-se exclusivamente aos Benefícios Previdenciários realizados pelo INSS, nos elementos de despesa, 01, 03 e 05. Não consta, pois, do montante o elemento 06 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso, conforme a composição abaixo:

01 – Aposentadorias e Reformas	30,0
03 – Pensões	10,7
05 – Outros Benefícios Previdenciários	4,9

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Total	45,6

c) Na página C-519, o valor informado representa a totalidade da despesa realizada na funcional programática 15.082.0492.2347 – Concessão e Manutenção de Benefício, nos diversos elementos detalhados por ocasião da execução orçamentária, no montante de R$ 46,5 bilhões.

Em relação aos valores da execução orçamentária, apresentados pelo INSS, respondendo ao Ofício nº 19/98-GS/SECON/TCU, no total de R$ 46.037,3 milhões, verifica-se que correspondem à unidade orçamentária do INSS, demonstrado no BGU, nos elementos de despesas 01, 03 e 05, e do elemento 91 – Sentenças Judiciárias, conforme demonstrado abaixo:

01 – Aposentadorias e Reformas	30.015,8
03 – Pensões	10.669,3
05 – Outros Benefícios Previdenciários	4.966,0
91 – Sentenças Judiciárias	386,2
Total	46.037,3

Os relatórios correspondentes às consultas, onde se identifica cada valor, seguem anexos."

7.5.2 Ações Desenvolvidas

O Poder Executivo desenvolve suas ações por intermédio de vários órgãos e entidades, que as executam dentro de um arcabouço funcional-programático, onde são agregadas as ações, objetos e metas correlacionados em um mesmo setor, área ou segmento.

Considerando que parte das ações de Governo em 1997 já foi analisada em outros tópicos específicos deste Relatório (Educação, Saúde e Infra-Estrutura), serão destacadas neste tópico apenas algumas das demais áreas, com suas respectivas ações.

a) Área de Ciência e Tecnologia

O dispêndio nacional em ciência e tecnologia apresenta um crescimento contínuo e consistente, com destaque para o expressivo aumento da participação do setor privado. Parte dessa mudança no perfil do gasto em pesquisa e desenvolvimento no Brasil deve-se aos incentivos fiscais para a evolução tecnológica da indústria e da agropecuária, conforme estabelece a Lei nºs 8.248/91 e 8.661/93, que alavancaram recursos e outros investimentos da ordem de R$ 419,5 milhões realizados pelas empresas, gerando renúncia fiscal correspondente ao valor aproximado de R$ 450 milhões. Vale ressaltar que a renúncia fiscal é, de fato, investimento governamental em pesquisa e desenvolvimento direto nas empresas.

Foram aprovados, até 1997, cerca de R$ 2 bilhões em projetos de desenvolvimento tecnológico, correspondendo a R$ 481 milhões de renúncia fiscal, nos próximos cinco anos. Para cada R$ 1,00 de renúncia fiscal concedida, as empresas deverão investir, em média, R$ 4,10.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A aplicação de recursos pelas empresas beneficiadas com os incentivos da Lei nº 8.248/91 nos programas prioritários em informática, estabelecidos pela Portaria Ministerial nº 200/94, permitiu, no exercício de 1997, a continuação da implantação do sistema INTERNET brasileiro, que hoje conta com mais de um milhão de usuários e que resultou no projeto da Rede Nacional de Pesquisa desenvolvido pelo CNPq.

Os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria de informática mostraram mais uma vez resultados expressivos, em 1997. Das 290 empresas incentivadas desde que a legislação entrou em vigor, em 1993, duzentas seguem o critério do Processo Produtivo Básico (PPB), essencial para fortalecer o conjunto da cadeia produtiva de informática no País. Além disso, 124 têm seus sistemas de qualidade certificados de acordo com as Normas ISO 9000 e realizaram, no mesmo período, investimentos da ordem de R$ 1,4 bilhão em pesquisa e desenvolvimento, sendo R$ 417 milhões em convênios com universidades e centros de pesquisa.

Após a entrada em operação do primeiro canal de 2 Mbps entre Brasília e Washington, em 1996, o segundo canal, ligando o Rio de Janeiro também a Washington, entrou em operação em janeiro de 1997. A entrada em operação deste segundo canal veio reduzir o nível de congestionamento do "backbone" nos acessos internacionais à INTERNET que, até então, dependiam exclusivamente dos canais operados pela FAPESP, e cedidos parcialmente para a RNP.

A normatização e a promoção da qualidade de bens e serviços é outra vertente da atuação do Governo e conta para isso com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Em 1997, foram intensificadas as atividades de fiscalização. Foram examinados cerca de 6,4 milhões de instrumentos de aferição utilizados no comércio e na produção e cerca de 1,6 milhão de produtos.

Cabe mencionar, na pesquisa ambiental, o prosseguimento dos estudos científicos na Antártica, dentro do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR e o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE, este último envolvendo 45 universidades e instituições dedicadas à pesquisa marinha.

Foi criado, em 1997, o Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM/Amazônia, com o objetivo de implantar o Centro de Biotecnologia da Amazônia. A finalidade do Centro é a realização de pesquisas e aplicações no campo da biotecnologia, visando ao aproveitamento econômico e à conservação da biodiversidade amazônica, com investimento previsto de US$ 55 milhões, em cinco anos.

O programa de desenvolvimento de satélites e cargas úteis contabilizou importantes progressos: a conclusão dos satélites de coleta de dados SCD-2 e SCD-2A e os efetivos avanços nos projetos dos primeiros satélites das séries CBRS e SACI.

O CBERS-1, de sensoriamento remoto, e o SACI, primeiro satélite científico nacional, deverão ser lançados conjuntamente por veículo chinês, ainda em 1998.

O teste do primeiro protótipo do VLS-1, apesar das dificuldades técnicas, foi um marco que expressa a capacidade da engenharia espacial brasileira. Representou, também, a

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

primeira experiência do Centro de Alcântara em lançamentos orbitais, passo importante para a qualificação daquelas instalações à oferta de serviços de caráter comercial, com vistas ao mercado internacional, extremamente promissor.

O acordo firmado com os Estados Unidos para a participação no projeto de construção da Estação Espacial Internacional - ISS, certamente o mais significativo empreendimento multilateral de cooperação tecnológica nesse setor no mundo, é o reconhecimento dos resultados alcançados pelo Programa Espacial Brasileiro.

Ainda na área da pesquisa espacial, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC consolidou seu sistema de previsão - único no mundo - para a América do Sul com antecedência de até três dias, tendo realizado ainda previsões, com até quatro meses de antecedência, dos efeitos climáticos no País do fenômeno "El Niño".

No âmbito da tecnologia militar, cabe destacar o cumprimento das metas do Programa Nuclear da Marinha, que prevê a capacitação tecnológica para o desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear. O programa tem proporcionado ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

Além do Programa Aeroespacial, a Aeronáutica aprovou os requisitos operacionais do sistema de adaptação das aeronaves nacionais EMBRAER-145 para plataforma de vigilância aérea e o desenvolvimento da aeronave leve de ataque AL-X, suporte de policiamento aéreo, visando à vigilância da Região Amazônica, por meio do SIVAM/SIPAM.

Quanto às linhas de financiamento à pesquisa, merecem ênfase as operações de crédito reembolsáveis da FINEP contratadas nas linhas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico à Empresa Nacional - ADTEN, de Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ e daquelas contratadas com recursos do FAT, como o Programa de Apoio à Educação para a Competitividade - PROEDUC. Essas linhas envolveram 270 empresas, totalizando R$ 340 milhões. As operações não reembolsáveis totalizaram R$ 68 milhões e beneficiaram micro e pequenas empresas, universidades e centros de P&D.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, cujo objetivo é financiar a pesquisa de forma dirigida em treze áreas, praticamente encerrou a fase II em 1997, contabilizando aplicação de US$ 294 milhões entre 1991 e 1997, sendo US$ 118 milhões oriundos de empréstimo junto ao Banco Mundial. Durante 1997 foram concluídas as negociações da terceira fase - PADCT III, envolvendo recursos de US$ 600 milhões, para um período de cinco anos.

Para assegurar o aperfeiçoamento e a expansão dos recursos humanos necessários à P&D, foram concedidas 50.023 bolsas-ano pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Entre essas, destacam-se 2.706 bolsas concedidas para apoiar a formação de pesquisadores junto às empresas, por meio do Programa de Capacitação Tecnológica em Áreas Estratégicas - RHAE.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por sua vez, foi responsável pela concessão de 20.812 bolsas de mestrado e doutorado. Esses investimentos permitiram que o programa de pós-graduação no País atingisse a marca de 1.800 cursos de mestrado e doutorado, oferecidos em todas as áreas do conhecimento.

b) Área de Recursos Hídricos e Irrigação

O Programa de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos é formado pelo Projeto Água Boa e por projetos de educação ambiental. O primeiro tem por objetivo disponibilizar água potável à população, destacando-se, entre suas realizações, o fornecimento de equipamentos de dessalinização para 64 localidades, beneficiando cerca de sessenta mil pessoas. No âmbito desse Projeto, encontram-se em desenvolvimento sistemas interativos e de fácil operação, que serão de grande utilidade aos habitantes de áreas com limitações no fornecimento de água de boa qualidade, característica marcante da Região Nordeste, em especial, no Semi-Árido.

Agências governamentais participam da implementação do PROÁGUA, entre as quais a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS.

Contribuiu para o aumento da infra-estrutura hídrica da região nordeste a conclusão de 26 barragens e de 20 aguadas, que garantem um aumento da capacidade de acumulação de 14 milhões de metros cúbicos. Além disso, foram recuperadas e completadas 07 barragens, construídos 216 quilômetros de adutoras, instalados 11 sistemas de abastecimento d'água e adquiridos 174 quilômetros de tubulação para adutoras, obras que resultaram em benefício direto para 37 mil pessoas. Entre as obras realizadas pela CODEVASF e pelo DNOCS destaca-se a barragem do Zabumbão, na Bahia, concluída em 1997, que assegura a acumulação de 76 milhões de metros cúbicos de água para múltiplos usos. Foram, ainda, perfurados e instalados 238 poços, recuperados 14 poços tubulares, construídos 22 poços amazonas, beneficiando 73 mil pessoas, e instaladas 03 unidades de dessalinização da água.

Dentro da meta de disponibilizar o acesso à água para consumo humano, foram também realizadas perfurações de 104 poços públicos e teve início a construção de 711 quilômetros de adutoras, para atender 290 mil habitantes em 42 municípios dos Estados de Pernambuco e Piauí.

Um novo modelo de irrigação foi lançado, em 1997, sob a forma do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem – PRONID. O objetivo governamental é promover e consolidar o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, por meio de projetos e ações específicas que sejam: (i) indutores de co-inversão privada; (ii) geradores de emprego e renda; e (iii) promotores de exportação ou atendimento estratégico do mercado interno.

Em 1997, foram implantados 131,3 mil hectares para aproveitamento hidroagrícola, o que implicou geração de 262 mil empregos e produção estimada em dois milhões de toneladas de alimentos, em especial frutas e hortaliças. Planos de Ação para recuperação e modernização de seis projetos de irrigação, compreendendo um total de 19,5 mil hectares, também foram

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

finalizados. Outros treze projetos em zonas de grande potencial agrícola estão sendo incorporados, gradativamente, ao processo produtivo, ocupando área de 65 mil hectares em seis Estados.

A retomada da execução de 20 obras de irrigação que estavam paralisadas e que totalizam uma área de 106 mil hectares, com capacidade de geração de 112 mil empregos e produção de 1,6 milhão de toneladas de alimentos viabilizou, em 1997, a incorporação ao processo produtivo de 18,2 mil hectares, em 08 projetos, dos quais dois totalmente concluídos.

Destaque-se também o papel da CODEVASF no novo modelo de irrigação, como responsável por levantamentos, estudos e projetos visando à implantação de mais áreas irrigadas. Em 1997, foram agregados 11,4 mil hectares de área irrigada aos 79,7 mil hectares de perímetros públicos da CODEVASF, gerando cerca de 187 mil empregos diretos e indiretos, e beneficiando uma população de aproximadamente 383 mil pessoas.

c) Área de Indústria e Comércio Exterior

A situação favorável da economia, associada às mudanças liberalizantes no tratamento do capital estrangeiro, provocou aumento sem precedentes nos fluxos de investimentos diretos, que alcançaram aproximadamente US$ 16 bilhões, colocando o Brasil como segundo maior receptor desses capitais no mundo. Hoje, 380 das quinhentas maiores empresas mundiais estão instaladas no Brasil.

Com o resultado de várias negociações, o intercâmbio comercial do Brasil com o Mercosul quintuplicou em apenas sete anos passando de US$ 3,6 bilhões em 1990 para quase US$ 19 bilhões em 1997. As exportações brasileiras para o Mercosul, que em 1990 eram da ordem de US$ 1,3 bilhão, atingiram US$ 9 bilhões em 1997, enquanto as importações se elevaram de US$ 2,3 bilhões em 1990 para US$ 9,6 bilhões em 1997. De janeiro a novembro de 1997, as exportações brasileiras para o Mercosul registraram as mais significativas taxas de crescimento, no comparativo janeiro/novembro/95/96/97, consignando receitas adicionais de US$ 1,5 bilhão.

O comércio do Brasil com o Mercosul representa atualmente a expressiva participação de 17% das nossas exportações e de 15,9% das nossas importações.

O setor automotivo é o que mais se destaca, em razão dos grandes investimentos realizados no País, visando à produção para o mercado interno e o MERCOSUL. Em 1997, os investimentos atingiram cerca de US$ 6,6 bilhões, superando o nível previsto de US$ 5,5 bilhões.

No que se refere ao setor externo, foram iniciadas negociações no âmbito do MERCOSUL com o objetivo de elaborar política comum para o setor automotivo, a ser implementada no ano 2000, bem como solucionadas as divergências nessa área com a OMC, Japão, Estados Unidos, União Européia e Coréia.

Medidas relevantes tomadas pelo Governo, no campo da promoção das exportações, começaram a gerar resultados. Cabe destacar, de maneira especial, o impacto da desoneração de

Secretária do Plenário

produtos semi-elaborados, determinada pela Lei Complementar nº 87, de 1996, que isenta do ICMS as exportações desses produtos e de básicos. Essa ação foi complementada com a garantia de crédito do imposto relativo aos insumos empregados nos produtos exportados.

Outra medida na mesma direção é particularmente importante para as empresas com produtos isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, tanto nas vendas internas quanto nas exportações, que ficam com saldo credor de IPI sobre insumos. Trata-se da compensação desses créditos com o pagamento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Foi reativado o seguro de crédito à exportação para dotar as empresas de mecanismos de indenização para possíveis perdas decorrentes de riscos comerciais, políticos e extraordinários. Foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A - SBCE, empresa privada constituída pelo Banco do Brasil e outros bancos e seguradoras privadas nacionais e estrangeiras, que atuará na cobertura de riscos comerciais em operações de exportação com prazo de pagamento de até dois anos, ficando os riscos políticos e extraordinários a cargo do Tesouro.

O sistema de seguro de crédito começa com credibilidade, já que, na eventualidade de inadimplência, ele poderá contar com recursos do Fundo de Garantia das Exportações - FGE.

Vale ressaltar que com a entrada em vigor da nova Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279, de 1997) o Brasil consolidou de forma inequívoca sua intenção de inserir-se, definitivamente, no processo de internacionalização da economia.

d) Área de Emprego e Renda

No âmbito das políticas de geração de emprego e de renda, de qualificação profissional, de proteção de direitos e de promoção da cidadania, merece ser destacado o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER. Instituído em 1995, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o PROGER consolidou-se como um dos instrumentos de que dispõem o Governo e a sociedade para fazer com que pequenos e microempreendedores urbanos e rurais, suas cooperativas e formas associativas de produção e os trabalhadores autônomos passem a ter acesso facilitado ao crédito, aliado a programas de qualificação técnico-gerencial e profissional. Da mesma forma, o programa tem atuado no fortalecimento da agricultura familiar, graças à alocação de recursos para a assistência financeira, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, buscando garantir mais empregos no campo.

O PROGER e o PRONAF, direcionados às famílias mais carentes, numa perspectiva não-assistencialista, teve como resultados em 1997 cerca de 362 mil empreendedores que receberam financiamentos, num total de R$ 2,3 bilhões. Estima-se que o PROGER e o PRONAF garantiram mais de 550 mil postos de trabalho no triênio 95/97.

Já o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR que foi implementado a partir de 1995, com o objetivo de mobilizar e articular, gradualmente, toda a competência e infra-estrutura de qualificação profissional existentes no País atingiu a marca de 1,8 milhão de trabalhadores treinados em 1997, com a aplicação de R$ 315,8 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No que tange ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, operado em convênio com os Estados, e que tem a finalidade de integrar a concessão do seguro-desemprego com a intermediação de mão-de-obra e o encaminhamento para cursos de reciclagem profissional, foram destinados R$ 59 milhões de recursos do FAT, que possibilitaram o atendimento de 1,87 milhão de trabalhadores e representam crescimento de 38% em relação ao ano anterior. 210 mil trabalhadores foram reempregados pelo SINE, em 1997.

Foram alocados no BNDES, para aplicação no Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, R$ 2,4 bilhões do FAT.

O Programa do Seguro-Desemprego, por sua vez, beneficiou cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, em 1997, com gastos de R$ 3,4 bilhões, oriundos do FAT.

Foram desembolsados com o Programa do Abono Salarial PIS/PASEP, R$ 507 milhões e atendidos 4,54 milhões de trabalhadores que recebem até dois salários mínimos mensais, de acordo com a Constituição Federal.

No campo da proteção dos direitos e da promoção da cidadania, um dos principais programas governamentais é o de Combate ao Trabalho Escravo, Infantil e Degradante, cuja execução é compartilhada entre vários órgãos governamentais e entidades da sociedade.

Apenas no combate ao trabalho escravo, foram inspecionados 129 estabelecimentos e lavrados 808 autos de infração, com 220 trabalhadores libertados da condição de escravos. Em Pernambuco e na Bahia, foi implantado o Programa de Ações Integradas - PAI, com atendimento de cerca de trinta mil crianças.

e) Área de Previdência e Assistência Social

Com a expansão do número de benefícios previdenciários, as despesas cresceram 48% nos últimos quatro anos — de R$ 30,8 bilhões, em 1994, para R$ 45,6 bilhões, em 1997. O número total de benefícios ultrapassou 17,5 milhões, em dezembro de 1997, o que foi um aumento de 11%, no triênio 1995-1997. Desses benefícios emitidos, 67% corresponderam ao pagamento de aposentadorias, 23% ao pagamento de pensões, 4% para auxílios e 6% para outros benefícios. Na média, em 1997, o INSS concedeu 196 mil novos benefícios por mês, apresentando um acréscimo de 8% em relação ao exercício anterior.

Ressalte-se que o valor das despesas com pagamentos de benefícios, acima referidas, de R$ 45,6 bilhões, não confere com o valor de gastos disposto em quadro sintético do Relatório do BGU às fls. A-21, como anteriormente mencionado. A explicação para a referida diferença já foi disponibilizada em subtópico anterior (7.5.1).

Verificou-se que 99,8% dos benefícios concedidos em 1997 situam-se na faixa de 1 a 10 salários mínimos, embora ocorram também benefícios cujos valores são superiores a 100 salários mínimos, conforme dados do SINTESE. A região Sudeste foi a que teve o maior número de beneficiários, aproximadamente 8.213 mil, seguida pela região Nordeste com 4.767 mil, a Sul com 3.021 mil, a Centro-Oeste com 770 mil e a Norte com 701 mil.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O perfil de distribuição dos gastos também teve melhora significativa: em 1993, apenas 34% dos aposentados e pensionistas recebiam mais de um salário mínimo. Em 1997, já eram 47%. Devido à crescente participação das aposentadorias por tempo de serviço, de maior valor médio, quase dobrou o número de pessoas que recebe da Previdência Social benefícios entre cinco e dez salários mínimos.

Em 1997, os 2,3 milhões de novos benefícios concedidos superaram em sete por cento o total do ano anterior, ainda assim inferior ao crescimento de dez por cento registrado de 1995 para 1996. Ao mesmo tempo, foram suspensos ou cancelados 1,7 milhão de benefícios, em decorrência de óbitos, da cessação de pagamentos temporários ou da descoberta de fraudes e irregularidades.

Em relação ao comportamento da arrecadação de contribuições previdenciárias, os resultados mostram que, apesar da retração nos níveis de arrecadação acima da inflação, que foram de 26% em 1995 e 11% em 1996, e em 1997 foi superior à inflação em apenas 4%. Contudo, a redução paulatina desses ganhos de arrecadação dos últimos anos sinalizou uma elevação do risco de déficits no sistema previdenciário. Vale ressaltar que a arrecadação bancária de 1997, projetada em R$ 48,9 bilhões atingiu o montante de R$ 47,9 bilhões, representando um incremento nominal de 9% sobre o ano anterior.

O crescimento continuado da arrecadação superou as expectativas geradas pelo comportamento da massa de salários, medida pela soma dos rendimentos da população empregada das principais regiões metropolitanas do país.

Com o objetivo de elevar o fluxo mensal de recolhimentos, foram instituídos novos critérios para os parcelamentos de débitos, com vistas a estimular a quitação. Desenvolvidas inicialmente junto às Prefeituras e Estados devedores, as negociações estenderam-se, posteriormente, às demais pessoas jurídicas.

A recuperação de créditos também mobilizou o Conselho de Recursos da Previdência Social, que intensificou o julgamento de processos de débitos. Apenas em 1997, foram julgados cerca de trinta mil, pouco menos do que o resultado obtido nos dois anos anteriores, que juntos tiveram 36,9 mil processos resolvidos.

Apesar dos avanços observados no desempenho da arrecadação e na modernização do sistema, o equilíbrio financeiro da Previdência não foi garantido. Tanto que, em 1997, somente foi possível fechar as contas e honrar a folha de pagamento de benefícios do mês de dezembro mediante aporte de recursos do Tesouro Nacional, que efetivou-se por intermédio da contratação de operação de crédito até o limite de R$ 6 bilhões, conforme autoriza a Medida Provisória n° 1.571-8, de 20.11.97.

Analisadas as despesas com benefícios nos últimos anos, nota-se um crescimento mais acelerado, a partir de 1994, sendo as principais causas: os reajustes sem corrosão inflacionária, o aumento de 55% nos valores das retribuições iniciais e de seis por cento anuais no número de novas aposentadorias, a grande quantidade de aposentadorias proporcionais, incentivadas pelas dificuldades de emprego e pelas facilidades criadas pela manutenção do vínculo trabalhista e, ainda, a redução no tempo médio para concessão de benefícios.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Visando aprimorar os sistemas de controle interno e minimizar as irregularidades na concessão de benefícios, a auditoria do INSS detectou em torno de 4.500 fraudes e 15.500 erros administrativos, correspondendo, aproximadamente a R$ 47 milhões a serem ressarcidos aos cofres públicos.

No campo da Assistência Social registrou-se, em 1997, o amparo de 674 mil idosos e deficientes com o pagamento de um salário mínimo por mês. Os recursos envolvidos chegaram a R$ 813 milhões, contra R$ 190 milhões, em 1996 — um crescimento de mais de trezentos por cento, apenas para custear os benefícios de prestação continuada, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Em outros programas sociais, foram gastos R$ 435 milhões, em articulação com Estados, Municípios e entidades prestadoras de serviços, consolidando-se a determinação de descentralizar ações e recursos. Na atividade de manutenção de creches, que tem por objetivo assistir crianças de 0 a 6 anos, foram atendidas 1.281 mil crianças por mês, com desembolso de recursos da ordem de R$ 247,2 milhões.

O Programa de Combate ao Trabalho Escravo, Infantil e Degradante retirou mais de 37 mil crianças do trabalho precoce, em 1997, investindo um total de R$ 15 milhões em bolsas concedidas às famílias. No Programa Brasil Criança Cidadã, 403 mil meninos e adolescentes foram atendidos a um custo de R$ 77 milhões. Nos demais programas de apoio à criança carente, o Governo investiu cerca de R$ 219 milhões, em benefício de 1,4 milhão de menores.

f) Área de Agricultura e Reforma Agrária

No setor agrícola dois resultados merecem destaque: o aumento de 6,4% da safra de grãos e de 32% no saldo comercial agrícola. A safra de 1996/97 foi de 78,3 milhões de toneladas contra 73,6 milhões, em 1995/96. O saldo da balança foi de US$ 8,4 milhões, em 1996, e o superávit estimado de 1997 é de US$ 11,1 milhões.

Apesar do desempenho favorável do setor agrícola, deve-se destacar que alguns produtos enfrentaram dificuldades com a abertura da economia. Diante do cenário de globalização dos mercados com que se defronta a agricultura brasileira, a atuação do Governo, na área de política agrícola, vem seguindo duas grandes linhas. A primeira, de cunho mais agregado, busca criar ambiente econômico e institucional favorável à expansão e à consolidação da estrutura produtiva. A segunda diz respeito aos programas de natureza social que têm seus melhores exemplos na integração de agricultores familiares a uma economia de mercado e no uso de estoques governamentais para distribuição emergencial de alimentos às populações carentes.

No que tange às áreas de crédito e comercialização destacam-se as ações na área tributária, como a eliminação do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-manufaturados. Os objetivos dessas políticas são aumentar a competitividade das exportações agropecuárias e reduzir os custos de transação, ainda elevados no Brasil, se comparados aos patamares internacionais.

A oferta de crédito rural, no ano de 1997, aumentou mais de cem por cento, em comparação a 1995, graças ao maior direcionamento pelo Governo das aplicações obrigatórias

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

dos bancos. Elas cresceram tanto em termos relativos quanto absolutos, por duas razões: o aumento dos depósitos a vista, devido à queda da inflação, e a elevação dos percentuais das exigibilidades bancárias.

A ampliação dos limites de crédito para os mutuários, a redução das taxas de juros de doze por cento para 9,5% ao ano e o maior ingresso de recursos externos também contribuíram para o aumento do crédito concedido à agricultura. Segundo dados do Banco Central, o crédito disponível passou de R$ 6,3 bilhões, em 1996, para R$ 9,1 bilhões, em 1997 - um crescimento de 44%.

A instituição de um moderno sistema de seguro rural é outra medida que o Governo está estudando com prioridade. A idéia é adotar-se, com supervisão oficial, instrumento essencialmente privado, destinado a cobrir riscos da agricultura num novo ambiente, no qual os tradicionais mecanismos já começaram a perder sentido econômico. Enquanto não se implanta essa nova sistemática de seguro, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO vem sendo aperfeiçoado de forma a se tornar mais eficiente.

É importante registrar que a taxa de juros do custeio agrícola para os agricultores familiares foi reduzida de 9,5% para 6,5% ao ano. Ao mesmo tempo, foi criada linha de crédito rotativo, por meio da qual os produtores passaram a dispor de uma espécie de cheque especial, que lhes possibilita acesso ao crédito sem maior burocracia nem exigências e no momento exato em que necessitam de recursos para desenvolver suas atividades.

No âmbito do PRODEA, também foi possível ampliar o atendimento. Em 1996, foram atendidas cerca de seis milhões de famílias com distribuição de 7,6 milhões de cestas básicas correspondentes a 659,7 mil toneladas de produtos. Em 1997, nove milhões de famílias receberam doze milhões de cestas básicas equivalentes a 1,2 milhão de toneladas de alimentos.

Com o assentamento de 82.168 famílias em 1997, pelo terceiro ano consecutivo, o Governo superou a meta estabelecida para o Programa de Reforma Agrária. O total de assentados nos últimos três anos equivale a 86% do número de trabalhadores beneficiados pela reforma agrária, nos trinta anos anteriores: 218.033 famílias, no período 1964-1994, e 187.124 famílias, de 1995 a 1997.

Além de terra, em 1997, 49.173 famílias receberam crédito de habitação, 50.376 famílias crédito de fomento, 44.860 crédito de alimentação e 68.840 famílias ganharam crédito para produção, no âmbito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA.

No ano de 1997 foram desapropriados 618 imóveis rurais com área total de 1.820.077,671 hectares. Foram adquiridos por compra e venda 44 imóveis com 112.447,305 hectares. Além disso, foram discriminados, arrecadados e incorporados ao patrimônio da União 2.462 mil hectares de terras devolutas. Dessa forma, foram obtidos 4.394.524,977 hectares de terra, o que corresponde a 99,8% da meta do ano, estabelecida na Lei Orçamentária.

Outra realização importante de 1997 foi a elaboração do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, que entrevistou oitenta por cento das famílias assentadas. O censo revelou as condições dos assentamentos e como vivem os trabalhadores, facilitando a elaboração de estudos

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

mais detalhados, que servirão de base para o aperfeiçoamento do processo de reforma agrária no País.

Foi iniciada, ainda, a revisão geral dos cadastros de terra do País, com metodologia diferente daquela utilizada em levantamentos anteriores, que se baseava em declarações prestadas pelos proprietários de imóveis rurais. Além da inspeção "in loco", o novo método conta com o uso de dois satélites. Para se ter idéia da complexidade da tarefa, em seis meses de trabalho, até outubro de 1997, os técnicos conseguiram recadastrar cerca de 2.084 imóveis rurais de um total de 3,7 milhões de estabelecimentos registrados no banco de dados do INCRA.

Outras medidas adotadas pelo Governo dizem respeito a adoção de instrumentos legais. Exemplos disso são a Medida Provisória nº 1.577 e o Decreto nº 2.250, ambos de 1997. A primeira tornou difícil ao proprietário ou preposto do imóvel rural usar de artifícios para não receber a comunicação de vistoria, uma prática comum que vinha retardando o processo de desapropriação de terras. A mesma medida estabeleceu em seis por cento ao ano os encargos financeiros incidentes sobre a diferença entre o preço ofertado em juízo e o valor efetivo do imóvel fixado pelo Poder Judiciário, o que reduz o custo da reforma agrária. Até então, o Poder Judiciário fixava os juros compensatórios em doze por cento ao ano.

Outra determinação da Medida Provisória é a revisão dos critérios de avaliação das áreas improdutivas, o que tornou os preços pagos pelo Governo mais adequados à realidade do mercado, onde a terra perdeu até cinqüenta por cento do valor, desde o Plano Real.

A Medida Provisória contém, ainda, mais um passo importante para descentralizar a reforma agrária. Mediante convênio, podem ser delegados aos Estados o cadastramento, a vistoria e a avaliação dos imóveis rurais, desde que sejam instituídos órgãos colegiados com participação da sociedade civil.

O Decreto nº 2.250, por sua vez, define uma série de providências, como a possibilidade de entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais e agricultores indicarem áreas passíveis de desapropriação com fins de reforma agrária, fixando o prazo de 120 dias para que o órgão fundiário realize a vistoria, sob pena de responsabilidade administrativa. A data da vistoria será comunicada às entidades dos trabalhadores rurais e dos proprietários, que poderão escolher representante técnico a fim de acompanhar os funcionários do INCRA.

g) Área de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento

A atuação do Governo Federal nessa área foi marcada por ampla reestruturação institucional da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em especial das políticas setoriais de habitação e saneamento, a fim de superar dificuldades operacionais nas três esferas de Governo.

A reestruturação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano iniciou-se com a revisão da legislação que limitava a execução das políticas de saneamento e de habitação de interesse social. Dessa forma, foram adotadas medidas para facilitar o trabalho das Prefeituras, na elaboração de projetos e na aplicação dos recursos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O Programa de Infra-Estrutura Urbana - PROINFRA deu prioridade aos investimentos públicos em transporte coletivo urbano e em segurança viária, para reduzir custos de deslocamento, de poluição ambiental e de acidentes de trânsito. O PROINFRA também aplicou recursos na infra-estrutura de áreas degradadas, insalubres ou em situação de risco, habitadas por populações de baixa renda. Foram contratados mais de quinhentos projetos em cerca de 450 Municípios, no valor de R$ 193,9 milhões, que melhoraram as condições de vida de aproximadamente um milhão de famílias e geraram mais de 21 mil empregos.

Responsável no Governo pela área de habitação e saneamento, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento obteve importantes avanços com a retomada do fluxo de financiamentos, a descentralização da alocação de recursos do FGTS, a focalização dos investimentos públicos no setor, a modernização e a regulação da prestação de serviços de saneamento e a oferta de programas mais abrangentes e flexíveis.

A grande aceitação do Programa Carta de Crédito, por exemplo, estimulou o Governo a ampliar seu alcance. A partir de 1997, tornou-se possível financiar, além da compra de casa própria, a aquisição de lote, a melhoria e a ampliação da moradia. Essa linha de crédito apresenta como inovações a simplificação dos procedimentos de empréstimo, a parceria com entidades públicas e privadas para acompanhamento das obras, o assessoramento técnico ao projeto e à construção, o reconhecimento do trabalho informal para composição da renda familiar e a possibilidade de edificação em terreno de terceiros.

Em 1997, a Carta de Crédito investiu R$ 2,1 bilhões, sendo R$ 1,42 bilhão na modalidade individual e R$ 689 milhões na associativa, atendendo a 113,2 mil famílias e possibilitando a geração de 77 mil empregos.

A prioridade da política de habitação do Governo, porém, continua sendo o atendimento às famílias de baixa renda. Os investimentos federais somaram R$ 3,21 bilhões e superaram em 42,83% o volume de recursos aplicados em 1996. Cerca de quinhentas mil famílias foram beneficiadas e quase duzentos mil empregos foram gerados.

Os Programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil permitiram melhorias habitacionais em favelas e em áreas degradadas em todo o País. Em 1997, as contratações do Pró-Moradia totalizaram R$ 650 milhões e atenderam a 209 mil famílias, além de gerar cerca de setenta mil empregos. O Habitar-Brasil contratou R$ 300 milhões, beneficiou 162 mil famílias e abriu 34 mil novos postos de trabalho.

Destinado a empresas de construção, o Programa de Apoio à Produção de Habitações fez operações de R$ 137 milhões e permitiu o acesso à moradia a quase onze mil famílias, além de favorecer a criação de dezesseis mil empregos.

Com o objetivo principal de universalizar os serviços, o Governo investiu, em 1997, cerca de R$ 2,2 bilhões em saneamento, com melhoria da qualidade de vida de 2,9 milhões de famílias e geração de aproximadamente 470 mil empregos. Esse volume de recursos é 35,4% superior ao aplicado em 1996.

Secretária do Plenário

Com investimentos de R$ 1,49 bilhão, o Programa Pró-Saneamento estendeu os serviços a 1,8 milhão de famílias. Já o Programa de Ação Social em Saneamento - PASS teve recursos de R$ 392 milhões, em 1997, e levou a 925 mil famílias das camadas mais pobres da população abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final de lixo.

Financiados pelo Banco Mundial e pelo BID, respectivamente, o Programa de Modernização do Setor Saneamento-PMSS e o Programa de Ação Social em Saneamento-PROSEGE, programas vinculados a financiamentos internacionais, investiram R$ 70,4 milhões, em 1997, e beneficiaram 161.313 famílias.

Em sintonia com a Secretaria de Política Urbana e o Programa Comunidade Solidária, o Ministério da Saúde também desenvolveu ações com enfoque epidemiológico, na área de saneamento básico em pequenos Municípios e comunidades do interior. Foram construídos 311 sistemas públicos de abastecimento de água, 128 sistemas de esgoto, cerca de mil sistemas simplificados e dezenove oficinas municipais de saneamento e 27 estações de tratamento de resíduos sólidos. Os investimentos foram de R$ 138 milhões, abrangendo um universo de 198 mil famílias e proporcionando um quadro sanitário mais favorável em 17,5 mil domicílios.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

VIII - SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROJETO DE PARECER

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

8 - SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROJETO DE PARECER

8.1 Síntese do Relatório

Senhor Presidente,

Senhores Ministros

Senhor Procurador-Geral,

Senhoras e Senhores,

Submetemos à consideração deste Plenário os resultados dos exames realizados nas Contas relativas ao exercício financeiro de 1997, prestadas ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Inicialmente, desejamos deixar consignado que o exíguo prazo constitucionalmente atribuído ao Tribunal de Contas da União para apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente ao Congresso Nacional pelo Presidente da República é fator que agrega enorme grau de dificuldade ao desempenho dessa relevante missão.

Sorteado, na Sessão Plenária de 25 de setembro de 1996, para relatar as presentes contas, cumpre-nos, nesta oportunidade, apresentar o Relatório e o Projeto de Parecer previstos no parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

O Relatório ora em apreciação foi elaborado em conformidade com as diretrizes gerais aprovadas pelo Plenário na Sessão Extraordinária realizada em 20 de agosto de 1997 (Decisão nº 533/97) e está dividido nos seguintes capítulos: Desempenho da Economia Brasileira; Os Orçamentos Públicos Federais; Análise dos Balanços Gerais da União; Descrição e Análise das Operações Extra-Balanço; Temas em Destaque, cujo capítulo está subdividido em Política e Ação Social do Governo, Área de Infra-estrutura, Os Financiamentos Externos, Dívida Pública Federal Interna, A Carga Tributária Nacional e o Programa Nacional de Desestatização; e A Ação Setorial do Governo.

A seguir, procuraremos apresentar, uma síntese do exaustivo Relatório produzido, salientando algumas considerações que, no nosso entendimento, merecem ser destacadas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No capítulo intitulado Desempenho da Economia Brasileira, buscamos consignar no Relatório informações capazes de permitir uma visualização geral do comportamento de nossa economia no decorrer de 1997, apresentando-as em seções com os seguintes subtítulos: Panorama Econômico em 1997, Produto Interno Bruto, Nível de Emprego, Preços e Salários, Mercado Financeiro, Dívida Pública Mobiliária Federal-DPMF, Dívida Pública Mobiliária Estadual e Municipal, Meios de Pagamento e Base Monetária, Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público, Setor Externo, Empréstimos do Sistema Financeiro, Execução Financeira do Tesouro Nacional e O Setor Agrícola.

Ante a dificuldade prática de abordar nesta apresentação, com a profundidade que se encontram tratadas no Relatório, todas as matérias que compõem esse capítulo, e considerando que foram distribuídas, anteriormente, aos Senhores Ministros e ao Senhor Procurador-Geral, cópias do trabalho, permitimo-nos extrair de algumas das seções acima mencionadas breves informações que possam, mesmo resumidamente, dar uma idéia geral do desempenho da economia nacional no ano passado. Acrescente-se a isso o fato de parte das matérias enfocadas neste capítulo terem sido analisadas com maiores pormenores em capítulos específicos do Relatório, merecendo outras considerações a respeito mais adiante nesta Síntese.

Assim, destacamos, inicialmente, da seção Panorama Econômico em 1997, o registro da ocorrência da crise no Sudeste Asiático, que alterou profundamente a tendência de retomada do crescimento iniciada em 1996. A duplicação da taxa de juros e a adoção de um "pacote" de medidas fiscais, providências imediatas tomadas pelo Governo Federal para enfrentar o processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra o Real, vieram desenhar um novo cenário econômico a partir de outubro do ano passado.

O Produto Interno Bruto-PIB registrou, em 1997, um crescimento real de 3% em relação ao ano anterior. De acordo com estimativas preliminares da Fundação IBGE, o seu valor a preços correntes alcançou R$ 865,9 bilhões.

No que se refere à estabilização dos preços, o ano de 1997 registrou a continuidade do sucesso do Plano Real. O INPC calculado pela Fundação IBGE evidenciou uma variação anual de 4,34% em dezembro, percentual inferior ao observado em 1996, de 9,12%, e em 1995, de 21,98%. O IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, registrou variação de 7,48% e o IPC da FIPE, variação de 4,82%.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O salário mínimo foi reajustado de R$ 112,00 para R$ 120,00, em maio de 1997, representando um aumento nominal de 7,1%. O salário mínimo real de dezembro de 1997 (deflacionado pelo INPC), foi 2,7% maior que o de dezembro do ano anterior. O custo da cesta básica, de acordo com o Procon/DIEESE, passou de R$ 109,86, no final de 1996, para R$ 117,59 no final de 1997, representando um aumento de 7%, praticamente igual ao do salário mínimo.

Com relação à Dívida Pública Mobiliária Federal, esta continuou, no exercício de 1997, sua trajetória de expressivo crescimento, a exemplo do ocorrido nos exercícios de 1995 e 1996, alcançando R$ 254,5 bilhões, sendo que R$ 189,3 bilhões correspondem a títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e R$ 65,2 bilhões a títulos emitidos pelo Banco Central.

No período de 1995 a 1997, a Dívida Pública Mobiliária Federal teve um aumento de 311,9%, isto porque no final de 1994 era de R$ 61,8 bilhões. No exercício em análise, a principal causa desse significativo aumento foi a renegociação das dívidas dos Estados, destacando-se a assunção e refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo, que exigiu a emissão de R$ 56,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

Em decorrência do início do processo de assunção e refinanciamento das dívidas estaduais pela União, a Dívida Pública Mobiliária dos Estados e Municípios teve um decréscimo equivalente a 20,7%,

Quanto à política fiscal, analisada na seção "Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público", as duas metas estabelecidas para 1997 não foram alcançadas.

A primeira delas era estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o PIB, mas o que ocorreu foi um incremento no estoque da dívida de quase três pontos percentuais, passando a representar 34,2% do PIB.

A outra meta estabelecia um superávit primário de 1,5% do PIB e, no entanto, ocorreu um déficit primário de 0,68% do PIB.

Entre os principais fatores que contribuíram para prejudicar o alcance das metas da política fiscal pode-se citar o desequilíbrio nas contas da Previdência Social, em razão do crescimento dos benefícios do INSS, tanto em termos do valor médio de contribuição, quanto do número de novas concessões.

No que concerne à dívida externa, esta alcançou o montante de US$ 192,8 bilhões ao final de 1997, contra US$ 178,1 bilhões em 1996, apresentando um incremento de 8,2%, embora tenham sido pagos juros no valor de US$ 10,4 bilhões, correspondente a um crescimento de 5,6% em relação ao exercício de 1996.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O Balanço de Pagamentos fechou o exercício de 1997 com um déficit de US$ 7,8 bilhões. As Balanças Comercial e de Serviços geraram déficit de US$ 8,3 bilhões e de US$ 27,3 bilhões, respectivamente.

Quanto à execução financeira do Tesouro Nacional, ocorreu em 1997 um déficit de caixa de R$ 5,8 bilhões. Esse resultado é 43,4% inferior ao observado em 1996, cujo déficit alcançou R$ 10,3 bilhões.

Finalizando esse capítulo do Relatório, na seção intitulada "O Setor Agrícola", foram consignadas algumas observações a respeito da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

A principal deficiência observada na condução do PRONAF foi a excessiva concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste, que ficaram com 83% dos recursos alocados pelo Programa em 1997.

É imprescindível a superação dos óbices existentes, de modo que a distribuição dos recursos do PRONAF pelas diversas regiões do país seja feita com eqüidade, evitando o agravamento da desigualdade entre elas.

Embora tenha sido objeto de outro capítulo específico do relatório, estão abaixo incluídas algumas considerações acerca da estimativa do coeficiente da carga tributária federal calculado por este Tribunal, uma vez que, em última instância, a carga tributária nacional é um importante elemento para análise do desempenho da economia. Ressalte-se que, no levantamento feito por este Tribunal, não foram considerados os tributos estaduais e municipais.

A elevação do coeficiente tributário federal no exercício de 1997 (20,24% do PIB – valores estimados), em relação ao exercício de 1996 (18,48 % do PIB), pode ser explicada principalmente pela criação da CPMF.

As contribuições sociais que, em 1996, equivaliam a 12,17 % do PIB, passaram a representar 12,67 % do PIB, em 1997.

Por ocasião do cálculo da estimativa da carga tributária federal, foi detectada diferença entre os valores de arrecadação registrados no Balanço Geral da União e os constantes do Relatório de Acompanhamento da Arrecadação de Tributos Federais da Secretaria da Receita Federal.

A referida diferença, de aproximadamente R$ 522 milhões, foi proveniente, segundo a Secretaria do Tesouro, de problemas operacionais na classificação da receita orçamentária dos valores fornecidos pela Receita Federal, e já estão sendo corrigidos. Observe-se que tais problemas não afetaram

Secretária do Plenário

a classificação por fonte de recursos, e, conseqüentemente, os montantes destinados às Unidades do Governo Federal e às demais esferas do Governo (Estados e Municípios).

OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

A execução dos Orçamentos Federais - Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Estatais - foi fundamentada na Lei nº 9.438, de 26.02.97 e em diversos dispositivos legais que a alteraram no decorrer do exercício.

Os gastos com o endividamento interno e externo representaram 43,1% (R$ 168.873 milhões) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e os gastos contabilizados no grupo de despesa "Outras Despesas Correntes", que abriga as despesas com a manutenção da máquina administrativa, atingiram 27% desses orçamentos.

No exercício analisado, houve acréscimo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais equivalente a 8,87%. No exercício de 1996, o valor executado alcançou o montante de R$ 40.900 milhões e R$ 44.530 em 1997.

A participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiu 46,2% das Receitas Correntes Líquidas, ficando abaixo do limite de 60% estabelecido pela Lei Complementar nº 82, de 27.03.95.

Mais uma vez, ficou evidenciada a concentração de gastos no final do ano, o que demonstrou não existir uma programação orçamentário-financeira bem definida.

Muito embora, no exercício em exame, o número de empresas que extrapolou as dotações consignadas no Orçamento de Investimentos tenha diminuído, se comparado com anos anteriores – 17 empresas em 1995 e 15 em 1996 - ainda se observou o excesso de gastos em relação aos limites das dotações autorizadas praticado pelas empresas Braspetro Oil Services Company, COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros, Telecomunicações do Amapá e Telecomunicações de Brasília, sendo que esta última excedeu apenas em 0,003%.

Ainda neste capítulo, foram analisados os gastos com irrigação com vistas a aferir o cumprimento dos percentuais indicados no art. 42 do ADCT. No entanto, essa análise foi prejudicada em razão de falhas detectadas no Balanço Geral da União, como por exemplo, o registro de aplicação de recursos com programas de trabalho orçamentários vinculados à Região Nordeste como se fossem na Região Centro-Oeste.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Solicitados esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional, foi informado que de fato os valores constantes da Demonstração da Execução da Despesa por Subprograma/Projeto por Região não refletem a efetiva aplicação regionalizada dos recursos orçamentários, em razão de incompatibilidade na sistemática de programação orçamentária e de apropriação contábil, que, a nosso ver, deve ser corrigida, para que haja melhor condição de ser aferido o cumprimento do referido dispositivo constitucional.

ANÁLISE DOS BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

O Balanço Orçamentário do exercício de 1997 apresenta um superávit orçamentário de R$ 23.252.378 mil, resultante da diferença entre a Receita Arrecadada (R$ 415.118.696 mil) e a Despesa Realizada (R$ 391.866.318 mil).

Relativamente às transferências intragovernamentais, registrou-se divergência entre alguns números constantes do Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional e os consignados no Balanço Orçamentário.

Solicitadas informações adicionais, aquela Secretaria esclareceu que o fato ocorreu em razão de, no Balanço Orçamentário, estarem registradas as despesas dos créditos orçamentários descentralizados pelos próprios órgãos no âmbito do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social ao passo que, nos demonstrativos do Relatório, somente estão registrados os valores executados como transferências para entidades da Administração Pública não contempladas nos citados orçamentos. Segundo a STN, essa falha será corrigida neste ano, mediante alteração a ser feita na denominação constante do Balanço Orçamentário.

Na parte do Relatório pertinente ao exame do Balanço Financeiro, entre outras considerações, foram evidenciados os cinco programas de governo que realizaram o maior volume de gastos, quais sejam: Administração Financeira (58,2%); Previdência (16,9%); Programa a cargo de Estados e Municípios (6,0%); Administração (6,0%); e Saúde (3,6%).

O dispêndio total desses programas foi de R$ 355.357.770 mil, correspondendo a 90,7% da despesa realizada, sendo o de Administração Financeira o que realizou o maior volume (R$ 228.260.315 mil). Ressalte-se que, neste programa, estão inseridos os subprogramas "Dívida Interna" e "Dívida Externa", que realizaram despesas nos montantes de R$ 158.605.507 mil e R$ 10.168.574 mil, respectivamente.

Os gastos do subprograma "Dívida Interna", que compreende as ações relativas ao atendimento de compromissos de amortização, de juros e de comissões de empréstimos e financiamentos,

Eleni T. G. Santos
Secretária do Plenário

assim como o resgate concernente à colocação interna de títulos do governo, corresponderam a 69,4% dos relativos à função Administração e Planejamento e a 40,5% do total das despesas realizadas.

A amortização da dívida interna vem sendo, ao longo dos anos, o mais expressivo grupo de despesas, superando os gastos com funções de governo, como Assistência e Previdência, Desenvolvimento Regional, Saúde e Saneamento e Educação e Cultura.

Quanto ao desempenho de caixa do Tesouro Nacional, em 1997, ocorreu um déficit de caixa de R$ 5.817 milhões. Em relação ao exercício anterior, o déficit de caixa, a preços correntes, apresentou uma variação nominal negativa de 35,7%, o que representa um decréscimo, em termos reais, de 38,4%.

Outra verificação feita, ao se analisar o Balanço Financeiro, está relacionada ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, o qual prescreve que a União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de 18% da receita líquida dos impostos arrecadados no Programa Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quanto a esse aspecto, verificou-se o cumprimento dessa disposição constitucional, pois foram aplicados no referido Programa recursos da ordem de R$ 6.733 milhões, correspondentes a 26,6% da arrecadação líquida de impostos.

Não menos importante, é a verificação do cumprimento do disposto no § 6° do art. 60 do ADCT, que diz respeito à aplicação de recursos no ensino fundamental. Após o esclarecimento das dúvidas suscitadas em virtude de deficiências em um dos quadros integrante do Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, ficou demonstrado o atendimento a essa disposição constitucional.

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei n° 4.320/64, demonstra um Patrimônio Líquido, em 31.12.97, de R$ 199.335 milhões. O resultado patrimonial do exercício alcançou o montante de R$ 110.510.441 mil.

Com relação à Dívida Ativa, o Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional confere destaque especial para o Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito Tributário - COMACO, instituído pela Portaria n° 195, de 07 de julho de 1995, do Senhor Ministro da Fazenda.

Não resta dúvida de que uma das metas fundamentais do Projeto COMACO - transferência de débitos que se encontravam represados na Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - tem sido executada a contento, haja vista o expressivo crescimento do estoque da dívida. Contudo, parece-nos, ainda, não plenamente satisfatório o desempenho desse projeto no que se refere à cobrança dos débitos. Segundo a STN, para um estoque de Dívida Ativa de cerca de R$ 45.943

Elen T. G. Santos
Secretária do Plenário

milhões em valor originário, houve uma arrecadação, em termos globais, no ano de 1997, de R$ 2.336 milhões, o que representa índice de cobrança efetiva na casa dos 5%.

É preciso imprimir maior celeridade à cobrança da Dívida Ativa. O estoque da dívida que em 1996 era de R$ 40.231 milhões passou, ao final de 1997, para R$ 105.132 milhões, apenas a parte administrada pela PGFN, pois o valor total, incluindo parcelas atinentes a outras entidades, alcançou o montante de R$ 135.197.911 mil.

Ao final do exercício de 1997, a Administração Indireta era composta por 124 autarquias; 41 fundações públicas; 17 empresas públicas e 11 sociedades de economia mista, já excluídas as 07 entidades que se encontravam em processo de extinção ou incorporação. Conforme salientado no Relatório, no Balanço Geral da União inserem-se também como Administração Indireta os 53 fundos especiais geridos por órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta.

O Balanço Geral da União – 1997 não contempla os Balanços Consolidados da Administração Indireta em sua totalidade. No entanto, objetivando demonstrar as informações e os dados consolidados de toda a administração indireta, tanto no que se refere ao Balanço Financeiro quanto ao Balanço Patrimonial, foram agrupados pelo Tribunal os dados concernentes às empresas públicas e às sociedades de economia mista ao consolidado das autarquias, fundações públicas e fundos especiais, que consta no BGU/97.

As Demonstrações das Variações Patrimoniais das entidades da administração indireta foram fruto de pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em face da inexistência desses dados no BGU.

Com vistas ao aperfeiçoamento das informações contábeis e financeiras da Administração Federal, estamos recomendando que a Secretaria do Tesouro Nacional deva incluir no Balanço Geral da União dados relativos às variações patrimoniais das entidades da Administração Indireta.

No tocante ao Balanço Financeiro consolidado da Administração Indireta, salientamos que a Receita Global alcançou R$ 626.853 milhões e a Despesa R$ 580.804 milhões, resultando em uma disponibilidade para este exercício de R$ 73.624 milhões.

O Patrimônio Líquido das entidades da Administração Indireta foi superavitário, alcançando o valor de R$ 46.049 milhões. Não obstante, esse resultado representou uma queda de 42% em relação ao exercício anterior. Uma das causas para esse resultado foi o ocorrido com o Patrimônio Líquido dos Fundos Especiais, que apresentou uma situação negativa de R$ 38.217 milhões.

Secretária do Plenário

Da análise procedida nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial que compõem o Balanço Geral da União, conclui-se que essas peças refletem, com fidelidade, a situação contábil, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

POLÍTICA E AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO

No que se refere a esse tema, que constitui uma das seções do capítulo "Temas em Destaque", procuramos enfatizar as áreas de educação e saúde.

Comparando-se a execução por função entre 1996 e 1997, verifica-se que houve um incremento real nos gastos na Educação e Cultura de cerca de 4,6% e de 16,2% na função Saúde e Saneamento.

Não obstante o aumento de despesas ocorrido no exercício de 1997 na função Saúde e Saneamento constitua um fator positivo para minorar as deficiências existentes na área, ainda há muito a ser feito para que seja de fato implantado um Sistema de Saúde que contemple as diretrizes fixadas no art. 198 da Constituição Federal, quais sejam:

- descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- participação da comunidade.

No exercício de 1997, a parcela do orçamento destinada aos gastos com assistência ambulatorial e hospitalar foi maior do que a destinada às ações preventivas de saúde. Parece-nos, neste caso, que os compromissos orçamentários já constituídos para o atendimento das despesas com assistência ambulatorial e hospitalar vêm dificultando a priorização das ações preventivas, além de perceber-se, claramente, que vários programas relativos a ações preventivas de saúde tiveram baixos percentuais de realização de despesas, basicamente porque os recursos não foram liberados em tempo hábil.

É preciso redobrar esforços no sentido de buscar soluções que permitam maior destinação de recursos para ações preventivas e, também, resolver definitivamente a questão do financiamento da Saúde, hoje tema que sem dúvida envolve grande preocupação nacional.

No tocante aos recursos alocados à área de Educação e Cultura, como já comentado anteriormente, houve um pequeno incremento no ano em análise, correspondente a 4,6% em relação ao montante de recursos despendidos na referida função no exercício de 1996, alcançando o montante de R$ 10.428 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No capítulo relativo às análises dos Balanços Gerais da União, foi registrado o cumprimento, pelo Governo Federal, das disposições constitucionais inseridas no artigo 212 e no art. 60, § 6°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no que se refere à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, notadamente o fundamental.

No exercício de 1997, tiveram continuidade os inúmeros programas executados pelo MEC nos exercícios anteriores, incluídos aqueles criados no Governo iniciado em 1995, tais como "Escola Pública – Gestão Eficiente", que despendeu R$ 329,2 milhões no ano em análise, alcançando o percentual de 45% de atendimento direto, em contraposição aos 16% registrados no exercício anterior, e a "TV Escola", que executou o total de R$ 7,4 milhões.

Deve-se registrar que as ações do Governo Federal empreendidas nesta área guardam conformidade com o preceito constitucional de descentralizar ações e recursos, objetivando, com isso, minimizar as desigualdades regionais existentes.

Esse objetivo deverá ser atingido com a implantação integral do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que ocorrerá somente neste exercício, conforme previsto na Lei n° 9.424/96, que o regulamentou.

Outro ponto destacado no Relatório diz respeito aos recursos gastos com o Ensino Superior: cerca de 55% dos recursos orçamentários do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Foi demonstrado que nos últimos 04 exercícios os gastos com as Instituições Federais de Ensino Superior situaram-se neste patamar.

O montante de recursos despendidos nesta área evoluiu cerca de 65%, em termos reais, em comparação com as despesas incorridas em 1995.

Um ponto que merece reflexão é o total dos dispêndios com pessoal, incluindo ativos, inativos e pensionistas, que vem se mantendo em torno de 77% do referido montante. Ao mesmo tempo em que se verificou um decréscimo de 35,5% no nível de investimento no mesmo período.

ÁREAS DE INFRA-ESTRUTURA

Entre as áreas de infra-estrutura, a de comunicações foi a que utilizou maior volume de recursos (R$ 7,7 bilhões), mesmo não sendo a que teve o maior volume de dotações, pois foi consignado para ela, nos orçamentos, o montante de R$ 7,9 bilhões, enquanto para a área de energia foram dotados R$ 8,1 bilhões e executados R$ 7,3 bilhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Entre as diversas ações desenvolvidas na área de comunicações, merecem destaque especial: a reestruturação e preparação do Sistema Telebrás para a privatização, que envolverá bilhões de dólares; e a ampliação da telefonia fixa e móvel, que ultrapassaram o patamar de mais de 2 milhões de acessos para o primeiro e mais de 1,5 milhão de acessos para o segundo.

É de se destacar, na área de energia, o atingimento da produção interna de petróleo de mais de 1 milhão de barris/dia, ocorrida no final do exercício, sendo que a média no ano alcançou 869 mil barris/dia.

A área de transportes, que realizou R$ 2,9 bilhões dos R$ 4,4 bilhões autorizados, é a que tem o maior número de ações e programas de infra-estrutura no "Programa Brasil em Ação" (14). Pode-se ressaltar, entre outras, como realização dessa área no exercício em exame, a recuperação de 2.101 km de rodovias; a construção de 630 km de rodovias (meta prevista de 532 km); a privatização da malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal; e a conclusão da eclusa de Jupiá - Hidrovia do Rio Tietê - que acresceu ao sistema hidroviário 700 km de vias navegáveis.

OS FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Neste tópico do Relatório foram reunidas informações sobre os projetos financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e a agências governamentais estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 1997, encontravam-se em execução 86 projetos, com um custo total de US$ 23,9 bilhões, sendo US$12,9 bilhões de empréstimos e US$ 11 bilhões referentes à contrapartida nacional.

Segundo dados do BACEN concernentes a empréstimos do BIRD e do BID, no exercício de 1997, houve um ingresso de recursos da ordem de R$ 2.793 milhões, ao mesmo tempo em que se verificaram transferências de R$ 2.073 milhões, sendo R$ 1.376 milhões referentes a amortização e R$ 697 milhões relativos a juros e comissões, resultando num ingresso líquido de R$ 720 milhões.

Ainda podem ser observadas algumas situações de descumprimento dos cronogramas de desembolso acordados e, conseqüentemente, de não atingimento de metas que, além de encarecerem os empréstimos já contratados, poderão eventualmente prejudicar as negociações para obtenção de futuros financiamentos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMF-i teve um crescimento extraordinário nos últimos exercícios. Saiu do patamar de R$ 59,3 bilhões no final de 1994 para R$ 226 bilhões ao final de 1997. Comparando com a posição do final de 1996, que registrou um estoque de R$ 115 bilhões, a dívida pública mobiliária federal interna cresceu, em apenas um ano, 96,88%, o que representa um incremento de R$ 111 bilhões.

Entretanto, para análise do crescimento do estoque da DPMF-i, devem ser considerados outros aspectos. Entre estes, cabe destacar que em razão desse aumento houve também, no decorrer do exercício, contrapartida econômico-financeira para o Tesouro Nacional, com aumento de ativos financeiros ou redução de passivos.

Considerando-se apenas os ativos recebidos como contrapartida de emissões especiais da DPMF-i em dezembro de 1997, o crescimento líquido em termos nominais restringir-se-á a 46,30%.

Exemplo disso foi a emissão de R$ 56,5 bilhões para consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de São Paulo, que teve, como contrapartida financeira, haveres no total de R$ 49,4 bilhões.

No que concerne à administração da dívida contratual, foram renegociadas e securitizadas, no exercício de 1997, diversas dívidas assumidas pela União, num montante global de R$ 852,4 milhões. No final do exercício, o estoque de créditos securitizados alcançava o valor de R$ 15,1 bilhões, computadas as securitizações decorrentes do refinanciamento de parte das dívidas estaduais assumidas pela União e do alongamento das dívidas do crédito rural.

Não obstante a consolidação, a assunção e o refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal - autorizados pela Lei nº 9.496, de 11.09.97 - tenham produzido, até o momento, um considerável custo financeiro para a União, é inegável a importância das medidas adotadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A rigor, referido Programa busca complementar o processo de saneamento financeiro iniciado no ano de 1990, visando, sobretudo, legitimar a dívida existente e ajustá-la a condições que permitam o seu resgate.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Neste tópico são fornecidas informações gerais sobre o tema, abrangendo os processos em andamento, os encerrados, o volume de recursos já obtidos e os valores que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional no exercício de 1997 por conta do PND.

Observa-se que foram desestatizadas até o exercício analisado o total de 56 (cinqüenta e seis) empresas, incluídas as participações minoritárias da PETROQUISA e da PETROFÉRTIL, bem como as concessões das malhas da RFFSA.

Os resultados financeiros consolidados dos processos concluídos totalizaram o montante de US$ 17.956 milhões (englobadas todas as moedas recebidas), tendo sido alcançados os mais diversos setores produtivos, dentre os quais: siderúrgico, petroquímico, elétrico, ferroviário, etc.

No exercício de 1997, consoante exposto ao longo do Relatório, o Gestor do Programa divulgou que foi arrecadada a soma de R$ 9.584 milhões que, acrescida da remuneração de R$ 14 milhões do fundo extra mercado, no qual são depositados os recursos arrecadados até sua efetiva transferência ao Tesouro Nacional / alienantes, alcançou o total de R$ 9.598 milhões, que foram assim distribuídos:

- R$ 3.478 milhões foram efetivamente transferidos ao Tesouro Nacional;
- R$ 3.226 milhões correspondem ao montante financiado a ser arrecadado em parcelas, referentes aos leilões da Malha Nordeste (RFFSA), Banco Meridional, CODESP e BANDA "B";
- R$ 1.648 milhões (valor referente a 50% do total arrecadado com o leilão da CVRD) foram destinados ao Fundo de Reestruturação Econômica-FRE em contrapartida à assunção de dívidas do FCVS;
- R$ 164 milhões (relativos às vendas aos funcionários da LIGHT) foram repassados à ELETROBRÁS para pagamento de dívidas vincendas junto ao Tesouro Nacional;
- R$ 149 milhões foram repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (relativos à venda de participações minoritárias de que trata o Decreto nº 1.068/94);
- R$ 200 milhões destinados à CODESP, em conformidade com o Edital de Leilão nº 1/97.

O restante, segundo exposto também no Relatório, correspondeu aos fatos seguintes: R$ 490 milhões (valor relativo à 1ª parcela da Banda B – Área 2) não haviam sido arrecadados até dezembro de 1997, em razão do processo de licitação encontrar-se "sub judice"; R$ 138 milhões referiram-se à

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ações da CVRD pertencentes a acionistas minoritários, as quais foram alienadas em bloco junto com as participações da União; R$ 85 milhões concernentes a débitos do Gestor do Programa relativos a despesas incorridas nos processos de desestatização e R$ 20 milhões correspondentes a outras situações.

AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

Destaco, a seguir, algumas das principais ações governamentais constantes do Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo que integra as Contas do Governo do exercício de 1997.

No setor agrícola houve um incremento da safra de grãos de 6,4% em relação ao exercício anterior. A safra de 1996/1997 foi de 78,3 milhões de toneladas, contra 73,6 milhões em 1995/1996.

Os créditos concedidos ao setor rural foram substancialmente ampliados, registrando um aumento de mais de cem por cento em relação ao exercício de 1995. Contribuíram para o aumento do crédito concedido à agricultura a ampliação dos limites de crédito para os mutuários, a redução das taxas de juros de doze por cento para 9,5% ao ano e o maior ingresso de recursos externos. Segundo dados do Banco Central, o crédito disponível passou de R$ 6,3 bilhões, em 1996, para R$ 9,1 bilhões, em 1997 – um crescimento de 44%.

No âmbito do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos-PRODEA foram atendidas nove milhões de famílias carentes, com distribuição de doze milhões de cestas básicas, ampliando o número de famílias atendidas, que em 1996 foi de seis milhões.

Quanto à reforma agrária, consta no Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo o assentamento de mais de 82 mil famílias e a concessão de crédito rural para mais de 50 mil famílias.

No que se refere à geração de emprego, o referido Relatório registra que o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF financiaram cerca de 362 mil famílias em 1997, com estimativas de geração de mais de 550 mil postos de trabalho. Foram alocados pelo BNDES, para aplicação no Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO, R$ 2,4 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O Programa Seguro-Desemprego beneficiou cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, com gastos da ordem de R$ 3,4 bilhões.

No setor de previdência social foram gastos mais de R$ 46 bilhões para atendimento de quase 17,5 milhões de beneficiários, número este que teve um incremento de 11% em relação ao

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

exercício anterior. No campo da assistência social, foram gastos R$ 813 milhões para atendimento de 674 mil idosos e despendidos R$ 435 milhões em outros programas.

De modo geral, houve avanços no desempenho da arrecadação e na modernização do sistema previdenciário. No entanto, conforme ressaltado no Relatório, o equilíbrio financeiro da Previdência não foi garantido. Tanto que, em 1997, somente foi possível fechar as contas e efetuar o pagamento da folha de benefícios do mês de dezembro mediante aporte de recursos do Tesouro Nacional.

Cumpre salientar, com referência à previdência social, que, no Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi constatada a indicação de valores relativos a pagamentos de benefícios não coincidentes. Esse fato exigiu solicitações de esclarecimentos àquela Secretaria e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

A despeito das explicações prestadas pelos dois órgãos terem comprovado ser a diversidade dos números decorrente da utilização de critérios diferenciados na elaboração dos relatórios que a Secretaria do Tesouro Nacional consolidou ao preparar as Contas do Governo, entendo que, em casos da espécie, aquela Secretaria deveria fazer constar informações adicionais junto aos respectivos números, de modo a evitar a possibilidade de interpretações equivocadas, muito embora todos os valores levantados indiquem a existência de um déficit em torno de três bilhões de reais.

Na área de habitação, além de aplicações em outros programas, o relatório governamental informa terem sido investidos R$ 2,1 bilhões por intermédio do Programa Carta de Crédito, sendo R$ 1,4 bilhão na modalidade individual e R$ 689 milhões na modalidade associativa. Estima-se terem sido atendidas, por conta desses investimentos, mais de 113 mil famílias.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

8.2 CONCLUSÃO

De acordo com o inciso IX do art. 49 da Constituição Federal, julgar as contas prestadas pelo Presidente da República é competência exclusiva do Congresso Nacional, cabendo ao Tribunal apreciá-las, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71 – I – CF).

As contas relativas ao exercício financeiro de 1997 deram entrada neste Tribunal no dia 23 de abril último, sendo o processo protocolizado sob o nº TC-002.103/98-2.

A Lei Orgânica deste Tribunal prescreve que as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República consistirão nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º, do art. 165, da Constituição Federal.

As análises empreendidas nas referidas contas evidenciaram que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997, não havendo sido constatados fatos capazes de comprometer a sua regularidade.

Contudo, dos exames levados a efeito, cumpre ressaltar algumas questões que, no nosso entendimento, devem merecer, dos órgãos competentes do Poder Executivo, a adoção de providências com vistas ao aperfeiçoamento de mecanismos e procedimentos existentes.

No que diz respeito aos gastos com irrigação, é indispensável introduzir alterações na sistemática de orçamentação e de registro contábil, de forma a eliminar os óbices existentes para demonstração da regionalização das despesas, ensejando, assim, melhores condições para que seja aferido o cumprimento dos percentuais assinalados no art. 42 do ADCT.

É preciso, também, que seja feita uma reavaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, pois as alterações até agora introduzidas no referido Programa não foram suficientes para promover uma distribuição de recursos mais eqüitativa entre as regiões do País. Devem ser adotadas medidas que evitem doravante a excessiva concentração de recursos verificada no exercício de 1997.

Quanto à cobrança da Dívida Ativa, analisados os resultados obtidos no exercício de 1997, verifica-se que o Projeto COMACO (Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Tributário) deve, igualmente, ser reexaminado, para que se possa alcançar melhores índices de arrecadação.

Parece-nos oportuno sugerir, outrossim, que a Secretaria do Tesouro Nacional inclua no Balanço Geral da União dados relativos às variações patrimoniais das entidades da Administração Indireta.

Outra medida importante que deve ser observada pela Secretaria do Tesouro Nacional é adotar cuidados especiais para sempre que ocorrer a indicação de números não coincidentes, como no caso das despesas com benefícios previdenciários, cujos números são levantados pelas várias fontes com a utilização de critérios diferenciados, fazer constar de forma destacada – em notas explicativas ou de rodapé – informações adicionais que contribuam para evitar o surgimento de dúvidas ou interpretações distorcidas.

No que concerne à área de saúde pública, é preciso que sejam redobrados esforços no sentido de que sejam encontradas soluções capazes de permitir uma maior destinação de recursos para ações preventivas e para que seja resolvida definitivamente a questão do financiamento do setor.

Quanto à extrapolação dos limites previstos no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, verificou-se uma sensível redução no número de empresas que inobservaram os limites estabelecidos. Em 1995, os limites autorizados foram descumpridos por 17 empresas, em 1996, esse número baixou para 15, e, no exercício de 1997, esse fato ocorreu em apenas 04 empresas. As eventuais responsabilidades pelo descumprimento dos limites deverão ser apuradas pelo Tribunal nos respectivos processos de prestação de contas das empresas que tiveram excessos identificados, BRASPETRO Oil Services Company, COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros, Telecomunicações do Amapá e Telecomunicações de Brasília, sendo que esta última excedeu o orçamento em apenas 0,003%.

Concluindo a análise das Contas do Governo relativas ao exercício de 1997, prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, entendemos que elas estão em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, podendo o Tribunal, se assim julgar oportuno, aprovar o Projeto de Parecer Prévio que acompanha o Relatório que acabamos de submeter à consideração dos Senhores Ministros, no qual procuramos fazer constar, atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 181 do Regimento Interno deste Tribunal, informações sobre:

I – a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

II – o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

III – o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País.

Ante todo o exposto, submetemos à discussão e deliberação deste Plenário Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

8.3 PROJETO DE PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO que as Contas do Governo da República, atinentes ao exercício de 1997, foram encaminhadas ao Congresso Nacional dentro do prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a análise procedida no Relatório do Órgão Central do Sistema do Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta e indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre: **a)** a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais; **b)** o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual; e **c)** o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

É DE PARECER que os Balanços Gerais da União representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 1997, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando as Contas do Governo prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO

Ministro-Relator

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO II DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Parecer Prévio aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto (v. no Anexo I desta ata a Síntese do citado Relatório), sobre as e as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO que as Contas do Governo da República, atinentes ao exercício de 1997, foram encaminhadas ao Congresso Nacional dentro do prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a análise procedida no Relatório do Órgão Central do Sistema do Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta e indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre: **a)** a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais; **b)** o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual; e **c)** o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

É DE PARECER que os Balanços Gerais da União representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 1997, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Administração Pública Federal, estando as Contas do Governo prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HOMERO SANTOS
Presidente

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Ministro-Relator

ADHEMAR PALADINI GHISI
Ministro

CARLOS ÁTILA Á. DA SILVA
Ministro

IRAM SARAIVA
Ministro

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro

VALMIR CAMPELO
Ministro

JOSÉ ANTÔNIO B. DE MACEDO
Ministro-Substituto

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro-Substituto

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO III DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Declarações apresentadas pelos Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Bento José Bugarin, Valmir Campelo e pelos Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha, correspondentes aos seus Votos proferidos na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1998.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Inicialmente, não posso deixar de congratular o Exmo. Sr. Ministro-Relator Humberto Guimarães Souto e sua eficiente equipe, pelo percuciente e minucioso trabalho desenvolvido na consecução de mais essa relevante tarefa, prevista na Constituição, de grande relevo para a vida democrática do país, concernente ao exame das contas do Governo, relativas ao exercício de 1997.

Aproveitando esta singular oportunidade, desejaria externar minha maior preocupação sobre o tema sempre presente nas agendas políticas internacionais, relacionadas à questão ambiental. Nosso País, pelo seu patrimônio natural, de valor incalculável, desponta como um personagem destacado na comunidade universal para a definição de rumos e objetivos a serem perseguidos nas principais questões ligadas ao relevante assunto. O Brasil é signatário de oito convenções internacionais sobre o meio ambiente tendo se comprometido a colocar em prática os mais variados compromissos. Afinal, não são poucos os olhares vigilantes sobre as ações do Governo brasileiro em prol de seus Ecossistemas, principalmente o Amazônico.

No processo de globalização que empolga o mundo contemporâneo, o meio ambiente é componente estratégico principalmente diante do fato de que os prejuízos gerados pelos impactos ambientais não reconhecem fronteiras, tornando efetiva e inexorável a sua socialização. Ante essa realidade palpável, há de projetar o componente estratégico do meio ambiente um novo paradigma para a sociedade de nossos dias, possibilitando o surgimento de formas que possam medir o desenvolvimento por intermédio de indicadores de crescimento humano e não apenas por índices frios, como o do Produto Interno Bruto, pelas quais, a partir de então, a dimensão da qualidade de vida e de padrões de produção e consumo sejam coincidentes com o que se almeja alcançar em uma sociedade justa e igualitária, portanto, democrática.

A questão ambiental envolve uma gama de aspectos que vão desde a política industrial (licenciamento de instalação, estudos de impacto ambiental); ao zoneamento agrícola; à reforma agrária; ao saneamento básico e habitação; à educação ambiental; à capacitação científica e tecnológica; à política florestal e de recursos hídricos; à conservação da diversidade biológica e seu uso sustentável; entre outros.

A capacidade do Governo Brasileiro em responder a esses desafios é de fundamental importância para o posicionamento do País no cenário mundial, principalmente numa economia globalizada, como dito, em constantes mudanças, onde a gestão ambiental passa a fazer parte da estratégia das empresas, com a instituição da ISO 14000, que constitui uma série de técnicas internacionais, as quais visam disciplinar a relação das empresa com o meio ambiente.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Voltam-se para o Brasil as atenções mundiais, pois nosso País continua sendo o detentor de um dos maiores e mais preservados estoques de biodiversidade, de águas e florestas do Planeta. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade ganha contornos ampliados, devendo possibilitar que seja permeado por todas as suas vertentes, ressaltando-se a econômica, a ambiental e a social.

Destaca-se, neste ponto, a Agenda 21 como um dos mais significativos documentos diplomáticos deste século, do qual o Brasil é signatário, resultado da Conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1992. Com este documento foi introduzido na pauta da globalização um novo pacto entre o desenvolvimento e o meio ambiente, associando a questão social à uma visão integrada e cooperativa entre os países dos hemisférios Norte e Sul. Adicionalmente, o País tem buscado manter um perfil elevado de representação nos foros globais de discussão ambiental.

Todavia, em paralelo, infelizmente deparamo-nos, nos últimos anos, com o descaso, as deficiências e a lentidão demonstrados pelo Governo Federal em dar respostas efetivas e ágeis a duas questões sempre pontuais vividas pelo País: a preservação da floresta amazônica e a seca no sertão nordestino. A preservação da floresta amazônica é ameaçada pelas constantes queimadas e pela extração predatória de madeiras. As queimadas além de destruir a flora, a fauna e a biodiversidade, provocam enorme poluição do ar, acarretando sérias doenças respiratórias às populações de vastas áreas atingidas pela fumaça. Como sabemos, a maior causa das queimadas na Amazônia, lamentavelmente, é a utilização de técnicas rudimentares por parte de agricultores, que utilizam o fogo como meio para limpar o terreno e permitir o plantio da lavoura.

Há indícios veementes de que a recente queimada em Roraima ocorreu, mais uma vez, devido à utilização dessa técnica. Mais grave, ainda, infelizmente, o fato de que a ação do Governo Federal só se fez sentir após pressão dos organismos internacionais, demonstrando o desacerto das ações em níveis federal e estadual na condução desta delicada questão ambiental e a fragilidade da política de proteção ambiental exercitada no plano interno. Já o desmatamento decorre da retirada de madeiras em grande escala de exemplares nobres, como é o caso do mogno, de grande valor no mercado internacional, sem sequer, uma correspondente e justa retribuição econômico-financeira para o nosso país.

Com relação à segunda questão, notícias recentes dão conta de que o grave e antigo quadro vivido no sertão nordestino, a seca, poderá se verificar em áreas contíguas ao litoral da região, o que já está provocando grandes prejuízos e forte desemprego, aumentando, assim, ainda mais, o número de flagelados. Verifica-se que o Estado brasileiro, em décadas, não conseguiu viabilizar a convivência adequada do homem com o meio ambiente, para que ela se maximizasse, gerando benefícios tanto para um quanto para o outro. Ações, como a necessária, mas incompreensivelmente protelada transposição do Rio São Francisco, já imaginada no 2° Império, ou a construção de poços profundos para o aproveitamento de água dos lençóis freáticos da região, poderiam criar condições de uma existência digna ao bravo e sofrido homem nordestino e assegurar seus meios econômicos, fazendo valer o tão propalado desenvolvimento auto-sustentado, o qual deveria extrapolar o discurso para concretizar-se em providências reais e efetivas. O sacrifício humano que estamos presenciando, lamentavelmente repetido, é inconcebível num país tão rico em recursos naturais como o nosso. Oferece, ademais, ao Mundo, a imagem da desídia e da incompetência que nos envergonham, marcas características de subdesenvolvimento crônico que impõe seja erradicado da realidade que nos cerca.

A ação deste Tribunal há de se fazer sempre presente no exame de todas as seqüelas oriundas de gestões desafeiçoadas dos princípios básicos da boa administração dos recursos da Nação, ou infringentes dos legítimos controles a serem cumpridos e observados por quem de direito, consoante os preceitos imperativos do art. 71 da nossa Carta Magna.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O meio ambiente permeia a vida humana. A conscientização dessa realidade é imprescindível para viabilizar as ações que o Governo Federal tem o dever de implementar para o setor. Tamanho é o relevo da matéria que o legislador constituinte criou na Carta de 1988 um capítulo especial sobre meio ambiente, prescrevendo regras, consolidando ganhos, instituindo a defesa dos mais importantes ecossistemas do País e considerando a proteção ambiental como um direito de cidadania. Assim, não poderia deixar de destacar "a educação ambiental em todos os níveis de ensino", insculpida em nossa Carta Magna como ação prioritária para a preservação do meio ambiente, e ainda sequer incluída no chamado ensino fundamental (embora implementada por projetos isolados de órgãos ambientais e de Secretarias de Educação em vários Estados). O direito a um meio ambiente saudável depende, principalmente, de sua defesa por via da prioridade estabelecida pelo Estado e da atuação de uma sociedade consciente que cobre as ações necessárias do Poder Público.

Nada faremos para dar um passo qualitativo nessa direção sem um esforço adicional de educação, que seja capaz de mostrar que o meio ambiente, qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento econômico são partes integrantes da mesma equação pela qual o homem busque sua sobrevivência preservando o Planeta onde vive. A questão, pois, está em se materializar o que sabiamente o constituinte de 1988 consubstanciou no art. 225 da Lei Maior: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A omissão, a desídia, a contemporização de hoje serão o sacrifício, o prejuízo, a morte, em futuro próximo.

Renovando apoio ao abalizado exame das Contas do Governo da União, relativas ao Exercício de 1997, produzido pelo nobre Relator Humberto Souto, manifesto meu integral apoio ao Parecer de Sua Excelência.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

ADHEMAR PALADINI GHISI
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Declaração de voto do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Felicito o Senhor Ministro Humberto Souto pelo excelente relatório com que examinou as contas do Governo, referentes ao exercício de 1997, e sobre o qual fundamentou a proposta de parecer prévio que submete à aprovação deste Plenário, para envio ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

Dentre os muitos aspectos a ressaltar nesse relatório, singularizo e saúdo a inclusão, por primeira vez, do capítulo de análise da carga tributária nacional, no qual se evidencia a relação percentual entre o valor da arrecadação e o PIB.

Trata-se de informação de alta relevância para os fins a que se destina o relatório, em especial no momento em que o tema da reforma fiscal entra na pauta de discussões do Congresso Nacional e de toda a sociedade.

O dado registrado no presente relatório se restringe ao valor arrecadado por meio dos tributos federais, cujo montante total equivaleu, em 1997, a 20,24% do PIB. Não se inclui no cômputo, portanto, a arrecadação obtida pelos Estados e Municípios com os tributos de sua competência. Embora a responsabilidade estrita do TCU se limite ao âmbito federal, conviria, para o futuro, agregar a esta avaliação, igualmente, as arrecadações auferidas pelas Unidades da Federação, de sorte a demonstrar na íntegra o esforço de contribuição fiscal realizado pela sociedade nos três níveis da Federação.

A medida da carga tributária, em todos os níveis e em caráter permanente, constitui informação essencial para permitir a definição de metas viáveis de políticas públicas e, ao mesmo tempo, fixar com clareza as responsabilidades dos diversos agentes políticos em sua execução. Quando se reitera a sempre almejada meta do equilíbrio das contas governamentais, é preciso lembrar que, segundo demonstrado no relatório, a atual arrecadação tributária tem proporcionado sempre menos de 20% do total da Receita Orçamentária. Somadas as contribuições e outras rendas, as receitas correntes ascenderam em 1997 a somente 42% da receita orçamentária. Já as receitas resultantes do endividamento público proporcionaram 54% dos recursos orçamentários no exercício examinado.

A meta de reduzir o endividamento e equilibrar o orçamento exigirá assim tanto o aumento substancial da arrecadação tributária quanto, simultaneamente, a redução da estrutura e dos programas de governo, de forma a diminuir a despesa pública.

São dados inexoráveis, de que a sociedade tem de tomar consciência, para que o debate dessas magnas questões se faça com um mínimo de racionalidade.

O relatório demonstra, a propósito, que as duas metas principais de política fiscal estabelecidas para 1997 – estabilizar a relação entre dívida pública líquida e o PIB, e produzir superávit primário equivalente a 1,5% do PIB – deixaram de ser alcançadas fundamentalmente em decorrência do desempenho negativo das contas dos Estados e Municípios. Por um lado, o estoque da dívida líquida do setor público federal aumentou em decorrência principalmente da absorção, pela União, da dívida mobiliária de Estados da Federação. Por outro lado, o pretendido superávit primário de 1,5% não só deixou de ser atingido, como a União incorreu em déficit de 0,68%, porque as contas dos Estados e Municípios acusaram déficit de 0,75%, anulando o equilíbrio alcançado nas contas do Governo Federal e do Bacen e o superávit de 0,07% obtido pelas empresas estatais. Não fosse o déficit das demais unidades federativas, as contas do Governo Federal teriam apresentado resultado positivo, ainda que inferior ao pretendido.

Sob esse ângulo de análise, o relatório ora examinado evidencia a necessidade de obter integração mais solidária e consistente das ações dos administradores públicos federais, estaduais e municipais, como condição essencial para implantar bases duradouras de estabilidade na economia

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

nacional e garantir a retomada sustentada do desenvolvimento. Não é justo ver-se o esforço de austeridade do Governo Federal, efetuado com grandes sacrifícios inclusive para o funcionalismo da União, ser anulado por ações contrárias praticadas nos outros dois níveis da Federação.

Nos demais aspectos tratados no relatório, evidencia-se que o Governo Federal persistiu, em 1997, nas linhas mestras de política consubstanciadas no Plano Real. Manteve, em conseqüência, pelo quarto ano consecutivo, a tendência de queda das taxas inflacionárias, contidas no patamar de cerca de 5% em 1997, com a preservação do poder aquisitivo da moeda em padrões similares aos de países desenvolvidos. São êxitos dignos de registro, mormente se lembrarmos a duração efêmera e o insucesso final de todos os planos empreendidos no passado com esses objetivos.

À vista do exposto, com renovados cumprimentos ao Senhor Ministro Relator Humberto Souto e aos membros da equipe que o assessorou na preparação desse relatório, VOTO pela aprovação do parecer prévio, nos termos em que apresentados por Sua Excelência a este Tribunal.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1998.

Carlos Átila Álvares da Silva
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Apresento ao ilustre Relator, Senhor Ministro Humberto Guimarães Souto, as minhas sinceras congratulações pela excelência do trabalho produzido, que retrata, com extrema fidedignidade, o desempenho governamental no exercício de 1997.

A análise das contas apresentadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, em cumprimento à expressa determinação de nossa Carta Magna, é certamente um dos pontos culminantes da atuação do Tribunal de Contas da União. A exemplo de outros Ministros que o antecederam nessa nobre missão, o brilhante trabalho apresentado pelo Relator procurou não apenas examinar a consistência dos números apresentados nos Balanços Gerais da União e nos relatórios que os acompanham, mas também efetuar uma apreciação dos resultados da política governamental sob uma ótica conjuntural ampla, inserindo-os em um contexto sócio-econômico dinâmico e em constante mutação.

Essa abordagem é especialmente relevante, quando aplicada ao exercício de 1997, uma vez que neste período se consolidou, de forma irreversível, o fenômeno da globalização da economia. De fato, a internacionalização do capital e de grandes empresas multinacionais, aliada a políticas de desregulamentação cambial e financeira recentemente adotadas, submeteu a economia mundial a uma nova ordem, numa velocidade sem precedentes. Entretanto, para diversos países, a globalização financeira não tem sido benéfica, nem em termos econômicos nacionais, nem em termos sociais, pois suas políticas tendem a elevar as taxas de juros e a pressionar os orçamentos fiscais, com impactos negativos sobre o crescimento e as políticas públicas, notadamente em economias não tão avançadas (como as latino-americanas).

Dentre as diversas conseqüências do processo de globalização, pode-se destacar o fato de que a economia dos países encontra-se, via de regra, muito mais vulnerável às alterações e turbulências verificadas no cenário internacional. Essa constatação se fez sentir especialmente durante a severa e inesperada crise financeira asiática, ocorrida no final do exercício de 1997, que provocou diversos sobressaltos nos mercados internacionais, iniciando um processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra as moedas dos países dependentes do influxo de capitais externos.

A economia nacional, até então, caminhava para a consolidação da política monetária implantada pelo Plano Real, para a redução das taxas de juros, e para a estabilização dos preços e da inflação. Consoante destacou o eminente Relator, a capacidade da economia brasileira de reagir a essa crise externa sem sofrer conseqüências mais sérias deveu-se principalmente à forte e rápida reação do governo, aumentando as taxas de juros em um primeiro momento, e adotando, a seguir, um conjunto de medidas de ordem fiscal destinado tanto a elevar receitas quanto a reduzir gastos públicos, demonstrando, inequivocamente, o comprometimento do governo com a estabilidade da moeda, provocando, em contrapartida, a redução das já módicas taxas de crescimento da economia, anteriormente registradas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A globalização econômica exerce, também, fortes pressões sobre o mercado de trabalho interno dos países. No caso específico do Brasil, a perda de postos de trabalho na indústria e o fato de a maior parte dos novos postos ser gerada no setor informal, motivo de preocupações quanto às tendências futuras de emprego, pode ser atribuída, em parte, a esse fenômeno. Diante das graves conseqüências sociais causadas pelo desemprego, é dever do Estado adotar políticas que fomentem a criação e a manutenção de níveis de emprego compatíveis com a força de trabalho disponível.

Nesse sentido, extrai-se do relatório que o nível de emprego formal da economia mostrou um quadro de estagnação, aumentando, porém, a informalidade no mercado de trabalho. O Governo Federal, atento à questão, implementou e incentivou diversos programas específicos para a área, merecendo destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, instituído com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que se consolidou como um dos principais instrumentos no sentido de propiciar a pequenos microempreendedores urbanos e rurais, cooperativas e associações produtivas, bem como a trabalhadores autônomos, acesso facilitado ao crédito e a programas de qualificação técnico-gerencial e profissional. Iniciativa semelhante, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, busca garantir mais empregos no campo. Estes dois programas, direcionados às famílias mais carentes, registraram empréstimos da ordem de R$ 2,3 bilhões no exercício e garantiram mais de 550 mil postos de trabalho no triênio 1995/1997.

Também é digno de nota o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida ao Trabalhador – PROEMPREGO, instituído em abril de 1996, destinado a investimentos na áreas de infra-estrutura, meio ambiente, turismo e revitalização de sub-setores industriais em regiões com problemas de desemprego. Estima-se que somente este programa, no biênio 1996/1997, gerou cerca de 430 mil novos postos de trabalho. Por certo, o relativo sucesso desses projetos e programas governamentais deve servir como estímulo adicional para a manutenção, consolidação e aperfeiçoamento das iniciativas já adotadas, para que venham a alcançar a sua potencialidade máxima. Mas, desde logo, deve ser reconhecida a sua importância na geração de emprego e de renda.

Para finalizar, não poderia deixar de trazer algumas considerações acerca da saúde pública nacional que, conforme consigna o relatório, vem apresentando problemas para o seu financiamento, utilizando-se, em 1995 e 1996, de recursos do FAT no montante de R$ 1,2 bilhão em cada ano, e a partir de 1997, de recursos da Contribuição Provisória para Movimentação Financeira – CPMF. No entanto, as mazelas que recaem sobre o setor não foram geradas no atual governo, e não decorrem apenas de aspectos financeiros, mas também de aspectos culturais. Verifica-se, por exemplo, uma inversão da lógica do sistema, que privilegia a cura da doença em detrimento da prevenção e da promoção da saúde da população. Tais constatações demonstram a necessidade premente da adoção de uma solução definitiva para a questão, não sendo mais aceitável o emprego de soluções paliativas, até porque a CPMF, cujos recursos evitaram o colapso do sistema em 1997, estará em vigor somente até fevereiro de 1999.

Feitas estas breves considerações, gostaria de, mais uma vez, ressaltar a extraordinária peça produzida pelo eminente Relator para, endossando as conclusões consignadas no Parecer Prévio, Votar por sua aprovação, nos termos propostos.

TCU, Sala das Sessões, em 16 de junho de 1998.

IRAM SARAIVA
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO BENTO JOSÉ BUGARIN

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Procurador-Geral,

O Tribunal de Contas da União cumpre, hoje, uma vez mais, missão que lhe foi constitucionalmente atribuída, cuja importância é de se aquilatar considerando o minudente e bem elaborado Relatório apresentado a este Colegiado pelo ilustre Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto, o qual servirá, certamente, de instrumento fiel, transparente e analítico da gestão do Governo Federal, no exercício de 1997, colocado à disposição da sociedade.

Com base no excelente trabalho apresentado pelo nobre Relator, gostaria de tecer breves considerações acerca do desempenho da administração pública no ano em questão.

Sem dúvida que a maior vitória do atual Governo Federal foi o controle do processo inflacionário, inimigo perverso que acentuava as desigualdades sociais, privilegiando certos grupos econômicos em detrimento da grande massa de assalariados.

A estabilidade da economia, no entanto, tem requerido parcela significativa de sacrifício da população brasileira. A política de manutenção de altas taxas de juros, atraindo, assim, capital externo especulativo, tem sido o principal inibidor da retomada dos investimentos no País, o que tem feito o Produto Interno Bruto crescer à taxa média de 3% ao ano e tem também contribuído para o aumento do desemprego.

Não obstante, conforme dados trazidos pelo eminente Relator, o Governo, ao longo do ano de 1997, promoveu uma queda gradual das taxas de juros reais, somente interrompida com a crise asiática, que o obrigou a quase duplicá-las, produzindo reflexos negativos no montante dos encargos financeiros pagos pelo Tesouro Nacional.

Foi possível também alongar o perfil da Dívida Pública Federal, cujo prazo médio de vencimento dos títulos passou a ser superior a 7 meses, ao passo que em 1996 o referido prazo foi de 3,6 meses.

Apesar disso, a emissão de Títulos pelo Tesouro Nacional, com fins de consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de São Paulo, no valor de R$ 56,5 bilhões, assim como alguns outros fatores de menor impacto, fizeram com que o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

aumentasse 97% em comparação com a posição de 31/12/96, alcançando cifras acima de 225 bilhões de reais.

Considerando que citado aumento ocorreu no final do exercício, os seus reflexos nos juros e demais encargos financeiros somente poderão ser analisados nas Contas do Governo relativas ao exercício de 1998, as quais terei a honrosa incumbência de relatar no próximo ano.

Outra questão que gostaria de abordar diz respeito aos processos de privatização de várias empresas federais.

Ressalto que, conforme tenho reiteradamente afirmado, os processos de privatização levados a efeito pelo Governo Federal têm, sistematicamente, demonstrado exagerada pressa na alienação das participações acionárias da União, nem sempre alcançando os melhores resultados possíveis.

Sem pretender discutir a conveniência da privatização desta ou daquela empresa, julgo questionável o modo como tem sido conduzido o processo de desestatização, com a venda das empresas em curto espaço de tempo, o que tem reduzido o preço mínimo de venda, além de dificultar a pulverização e a democratização do capital, contrariando um dos objetivos fundamentais do Programa Nacional de Desestatização.

No que concerne à área de saúde, percebe-se a necessidade ainda presente de uma melhor distribuição das dotações pelas regiões do país, de forma a carrear recursos para as áreas mais carentes.

Destaco, porém, os dados relativos a "*valores conveniados executados em 1997*". De um total de 98 milhões de reais conveniados, foram executados 60 milhões de reais, destacando-se os recursos relativos à vacinação anti-rábica e à campanha de vacinação que tiveram 100% do valor conveniado executado.

Não obstante, observo que dos valores conveniados relativos a algumas rubricas pouco ou nada do previsto foi executado. Cito os seguintes casos: tuberculose: 19,99% executados e hanseníase: 0,00%.

Ressalto que no ano de 1996 foram registrados 85.860 casos novos de tuberculose, não havendo ainda dados oficiais conclusivos quanto ao ano de 1997.

Já em relação à hanseníase, foram registrados 39.928 casos novos no ano de 1996, o que representa um coeficiente de 2,5 casos por 10.000 habitantes, número considerado alto pelos padrões da Organização Mundial da Saúde, assim como foram registrados 105.520 casos de pacientes em tratamento, número também bastante elevado segundo os mesmos padrões.

Segundo informações fornecidas pelo Ministério da Saúde, os indicadores parciais relativos ao exercício de 1997 encontram-se nos mesmos patamares do exercício anterior, não registrando, portanto, melhoria no tratamento dessas doenças.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Vê-se, assim, a necessidade de maior atenção do Governo para doenças que perseguem o ser humano desde os tempos antigos e que, diga-se, hoje são passíveis de cura, mediante tratamento adequado.

De qualquer forma, é de se destacar que a despesa com saúde e saneamento em 1997 foi, em termos reais, superior em 16,29% à despesa realizada no ano anterior, tendo atingido quase 18 bilhões de reais.

Para concluir, gostaria de comentar o desempenho da área de educação.

No ano de 1997, as despesas com educação foram 4,6% superiores às do ano de 1996, tendo alcançado a cifra de pouco mais de 10 bilhões de reais.

Segundo consta do percuciente Relatório do Ministro Humberto Guimarães Souto, o Governo Federal executou 26,6% da receita líquida dos impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo assim cumprido com a exigência prevista no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

Faço uma ressalva, porém, quanto à verificação do disposto no § 6° do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional n° 14/96.

Defende a Secretaria do Tesouro Nacional que o percentual ali indicado deva incidir sobre os 18% previstos no *caput* do art. 212 da CF. Tal tese significa dizer que não importa o quanto o Governo tenha aplicado na rubrica Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mas sim a receita líquida dos impostos. Desse modo, mesmo que o Governo aplique 50% da referida receita na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os 30% previstos no § 6° do art. 60 do ADCT incidiriam sobre o valor que corresponde a 18% da receita líquida dos impostos e não sobre o valor efetivamente aplicado pelo Governo na citada rubrica.

A prevalecer essa tese, bastava que o § 6° do citado artigo do ADCT mencionasse que deveriam ser aplicados 5,4% da receita líquida dos impostos na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, pois 5,4% correspondem a 30% de 18%. Não precisaria assim referido dispositivo ter dito que o valor a ser aplicado deve ser "*nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o* caput *do art. 212 da Constituição Federal*".

Não vejo esta como a melhor interpretação, até mesmo porque contraria o objetivo da norma, qual seja, direcionar 30% dos recursos **destinados** à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino à erradicação do analfabetismo e à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Caso contrário, tudo o que ultrapasse o limite mínimo de 18% da receita líquida dos impostos poderá, por exemplo, ser aplicado integralmente no ensino superior ou médio, excluindo-se dessa forma o ensino fundamental, pelo que entendo não ser a mais adequada a interpretação sugerida pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo do percentual previsto no § 6° do art. 60 do ADCT.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Cumpre, entretanto, ser destacada dinâmica atuação do Governo Federal na área de educação, buscando descentralizar as atividades, por meio da implementação de diversas ações como os Programas "Escola Pública - Gestão Eficiente", "TV Escola", "Alimentação Escolar", "Livro Didático", entre outros.

Com essas considerações, congratulo-me com o nobre Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto, pelo alentado trabalho que ora apresenta, e Voto por que seja aprovado o Projeto de Parecer Prévio que Sua Excelência submete à apreciação deste Plenário.

BENTO JOSÉ BUGARIN

MINISTRO

Edem
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Senhoras - Senhores,
Eminente Ministro Relator.

Congratulo-me com Vossa Excelência, Ministro HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO, pelo percuciente RELATÓRIO e pelo elucidativo PROJETO DE PARECER sobre as CONTAS PRESTADAS PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Professor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, relativas ao exercício de 1997, que acaba de apresentar a este Egrégio Plenário. Sem dúvida, uma obra de inestimável valor para a sociedade brasileira, em especial para os administradores públicos deste País.

O primor desse trabalho decorre sobretudo da competência e da refinada argúcia analítica do autor, que conduziu com singular senso crítico os laboriosos e exaustivos acompanhamentos, os levantamentos de dados e informações, os estudos e pesquisas, e as consolidações dos resultados pertinentes, tudo em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Tribunal, nos termos da Decisão nº 533/97-TCU-Plenário, na Sessão de 20 de agosto de 1997.

Não há que se fazer reparos em trabalho de tão magnífica qualidade, destaco apenas alguns pontos que, a meu ver, poderão suscitar alguma reflexão para todos que tenham interesse ou responsabilidade nas questões de relevante importância para a sociedade brasileira.

O nobre Relator registra valiosas informações resultantes do acompanhamento das atividades e ações setoriais desenvolvidas pelo Governo Federal, destacando, dentre as áreas selecionadas, a saúde, a educação e cultura, a ciência e tecnologia e a infra-estrutura. Demonstra os níveis de disponibilidade de recursos e a execução dos programas afins.

A questão da educação pública no País sempre mereceu especial atenção dos Ministros deste Tribunal, tendo os Relatores das Contas do Governo nos últimos anos consignado em seus Relatórios e Projetos de Parecer relevantes considerações quanto ao desempenho das ações do Governo Federal na área de educação.

Essas percucientes análises estimularam o Governo Federal na sua busca de instrumentos capazes de efetivamente promover o desenvolvimento do ensino fundamental e a valorização do magistério. A Emenda Constitucional nº 14/96, que criou bases mais amplas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e propiciou condições favoráveis a uma remuneração mais digna para o magistério, é um exemplo de iniciativa nesse sentido.

Com esse mesmo propósito, o FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, criado pela citada Emenda Constitucional e regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelos Decretos nºs 2.264/97 e 2.440/97, foi implantado, a partir de 1997, em todas as unidades da federação.

Ilenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Conforme se depreende dos demonstrativos e informações do minucioso Relatório apresentado, gastou-se a importância de R$ 10,4 bilhões com a Função Educação e Cultura em 1997. Isso representa um aumento real de 4,6% em relação aos valores gastos no ano anterior, sendo que 88,4% do montante foram executados pelo Ministério da Educação.

Nesse contexto, verifica-se um incremento dado pelo Governo Federal ao Programa Ensino Fundamental, onde aplicou R$ 3,1 bilhões, o que corresponde a 30% do total gasto em 1997 com educação e cultura no País, evidenciando maior agregação das ações governamentais nesta área.

O esforço do Governo Federal, priorizando investimentos na área educacional, confirma-se, também, nos valores despendidos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos do mandamento constitucional expresso no art. 212 da Carta Magna, com a aplicação de R$ 6,7 bilhões, o que representa 26,6% do total da arrecadação líquida de impostos, índice substancialmente superior ao mínimo de 18% exigido pela Constituição Federal.

O Relator, na análise que procedeu no Balanço Geral da União, ressaltou a conjunção de esforços institucionais no sentido de ampliar os investimentos em todas as áreas, demonstrando que, em relação ao ano anterior, houve incremento real de investimentos em todas as Funções examinadas. Cabe um registro especial para as seguintes:

- agricultura, onde foram aplicados R$ 8,7 bilhões, registrando-se um aumento real de investimentos da ordem de 31,4 %;
- habitação e urbanismo, com R$ 425 milhões, o que corresponde a um aumento real de 17,80% no montante dos recursos aplicados;
- saúde e saneamento, com R$ 17,9 bilhões, ou seja, 16,29% a mais de recursos aplicados em relação ao ano anterior;
- desenvolvimento regional, onde foram gastos R$ 25,4 bilhões, verificando-se um aumento real de investimentos da ordem de 7,94%;
- educação e cultura, com investimentos de R$ 10,4 bilhões, correspondendo a um aumento real de 4,60%, em relação ao ano anterior; e
- assistência e previdência, onde foram gastos 4,22% a mais que no ano anterior, com o montante de R$ 69,9 bilhões.

Sobre os resultados positivos obtidos pelo setor agrícola e o seu bom desempenho, merece destaque a atuação do Governo na área de política agrícola, seja pela busca da expansão e consolidação da estrutura produtiva, com um cenário econômico favorável, seja pela implementação de programas de natureza social, que buscam inserir numa economia de mercado a agricultura familiar, ou ainda, pela distribuição emergencial de estoques governamentais às populações carentes.

Convém destacar ainda o aumento da oferta de crédito rural no ano de 1997, que, em relação a 1995, cresceu mais de cem por cento. O crédito disponível aumentou de R$ 6,3 bilhões em 1996 para R$ 9,1 bilhões em 1997, significando um aumento de 44%. Além disso, as taxas de juros foram reduzidas de 12% para 9% ao ano, sendo que a taxa de juros do custeio agrícola familiar caiu de 9,5% para 6,5%, possibilitando maior ingresso de recursos externos.

No âmbito do Programa de Reforma Agrária, a ação governamental superou a meta inicialmente estabelecida e assentou 82.168 famílias no exercício de 1997. Com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA, 49.173 famílias receberam crédito de habitação, 50.376 crédito de fomento, 44.860 crédito de alimentação e 68.840 crédito para produção.

Com relação aos programas sociais, vale registrar os resultados obtidos com o PRODEA-Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, integrante do Programa Comunidade Solidária, cujo objetivo é combater a fome e a miséria de famílias e grupos populacionais localizados em bolsões de pobreza, que atendeu nove milhões de famílias em 1997, com a distribuição de doze milhões de cestas básicas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ainda refletindo sobre essa importante atividade em que se inserem milhões de trabalhadores brasileiros, gostaria de enfatizar a excelente análise e as reflexões que o eminente Relator apresenta em seu trabalho sobre o setor agrícola, destacando o PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que propiciou, no exercício em exame, o financiamento de milhares de famílias, permitindo e ampliando a capacidade produtiva, a geração de emprego e o aumento de renda.

Desse modo, o PRONAF, cujo objetivo é fortalecer a agricultura familiar, executou um montante de R$ 108,4 milhões em 1997, distribuídos entre suas diversas metas programadas e segundo três linhas básicas de ação: apoio a infra-estrutura rural e serviços nos municípios; capacitação e profissionalização de agricultores familiares e crédito rural.

No que tange à primeira linha básica de ação, foram selecionados até 1997, por critérios técnicos, 994 municípios, dos quais 496 integram o Programa Comunidade Solidária. Desses municípios, 462 já estão com contratos formalizados com a Caixa Econômica Federal para o recebimento de recursos federais não reembolsáveis, que representam um valor global de R$ 68,5 milhões, estimando-se que 679 mil agricultores e seus familiares sejam beneficiados.

Quanto à "capacitação de técnicos e profissionalização de agricultores familiares", os recursos do PRONAF em 1997 permitiram a capacitação de 3.101 técnicos e a profissionalização de 47.916 agricultores, de um total de 3.685 técnicos capacitados e de 77.444 agricultores familiares profissionalizados pelo serviço de extensão rural.

Vale dizer, quanto aos resultados alcançados pelo Crédito Rural/PRONAF, que 431.565 famílias foram beneficiadas com a aplicação de R$ 1,6 bilhão até novembro de 1997. Foram criadas, também, outras modalidades de crédito rural rápido, por intermédio do Banco do Brasil e um PRONAF Especial para agricultores familiares com renda bruta anual até R$ 8.000,00.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é, sem dúvida, um poderoso instrumento, que utilizado de forma correta e adequada pode criar as condições fundamentais no processo de desenvolvimento rural, possibilitando a geração de ocupações produtivas, criando renda, permitindo o uso sustentado dos fatores ambientais, reduzindo a migração campo-cidade e contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Os Programas PRONAF e PROGER, no que se refere à geração de emprego, financiaram cerca de 362 mil famílias em 1997, estimando-se, em conseqüência, uma geração de mais de 550 mil postos de trabalho. Outra parceria importante tem sido a do PRONAF com a Fundação Banco do Brasil no Programa Homem do Campo e sua ação integrada com o Programa Comunidade Solidária.

É de se ressaltar, no entanto, a necessidade de se perseguir o aperfeiçoamento do processo distributivo do Crédito-PRONAF entre as regiões do País, pois, conforme sinaliza o eminente Relator, a demanda por crédito não é determinada pela necessidade econômica da região ou pela condição social dos estados federados, mas sim pelas estruturas organizadas das famílias produtoras e, nesse caso, nos estados mais pobres, onde as famílias produtoras são menos organizadas, é bem menor a demanda por recursos creditícios.

A constatação dessa realidade pertinente aos recursos creditícios repassados pelo PRONAF pode ser vista na distribuição da importância de R$ 1,6 bilhão despendida até novembro de 1997. A região Norte foi beneficiada com R$ 23,7 milhões, que representam apenas 1,5% dos recursos aplicados; a região Centro-Oeste ficou com 6,7%, num total de R$ 108,4 milhões; a região Nordeste recebeu 9,4%, ficando com R$ 154 milhões; a região Sul, por sua vez, foi agraciada com montantes superiores a R$ 1 bilhão de reais, ou seja, 64,5% do total dos recursos aplicados; e a região Sudeste recebeu R$ 289,8 milhões, que equivalem a 17,8% do total dos recursos.

Em outras palavras, as regiões Sul e Sudeste foram contempladas com 82,3% do total dos recursos destinados ao crédito das famílias produtoras, ficando apenas 17,7% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Seria oportuno, portanto, que o PRONAF, como instrumento fomentador do

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

desenvolvimento agrícola, gerador de renda e emprego, identificasse os pontos de estrangulamento e adotasse medidas que permitissem uma melhor distribuição dos recursos creditícios entre as regiões do País.

Concluindo essas reflexões, renovo meus louvores ao eminente Ministro HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO pelo primoroso trabalho realizado e voto pela aprovação do Projeto de Parecer ora submetido à apreciação deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

VALMIR CAMPELO
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Pela sexagésima terceira vez, reúne-se este Tribunal, em Sessão Extraordinária, para exercer uma de suas mais importantes atribuições constitucionais, qual seja, a de emitir parecer prévio sobre as contas que o Presidente da República tem o dever de prestar, anualmente, ao Congresso Nacional.

2. Desta feita, por sorteio realizado em 25.09.96, coube ao eminente Ministro Humberto Guimarães Souto a relevante incumbência de elaborar o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República relativas ao exercício de 1997.

3. O excelente trabalho que o insigne Relator acaba de submeter à consideração deste Plenário faz jus à tradição desta Casa e bem revela sua reconhecida competência e larga experiência no campo da Administração Pública.

4. Com a clareza e a precisão que lhe são habituais, procedeu S.Exª a minuciosa e acurada análise, predominantemente informativa, dos Balanços Gerais da União, da execução dos Orçamentos Públicos Federais, do desempenho da economia brasileira e da ação setorial do Governo. Além disso, apresenta valiosas informações sobre os seguintes assuntos, tratados em destaque: a política e a ação social do Governo; a área de infra-estrutura; os financiamentos externos; a dívida pública federal interna; a carga tributária nacional; e o Programa Nacional de Desestatização.

5. Não obstante considere dispensável discorrer sobre os diversos temas, tão bem versados que foram na criteriosa análise desenvolvida pelo nobre Relator, permito-me ressaltar alguns pontos do Relatório.

6. O tópico intitulado "Panorama Econômico em 1997" assinala que, até o mês de outubro, a economia brasileira mantinha a tendência de retomada do crescimento, iniciada no ano anterior. Todavia, a crise que, na segunda quinzena desse mês, ocorreu nos países do Sudeste Asiático provocou uma seqüência de sobressaltos nos mercados financeiros internacionais, em face das preocupações que surgiram quanto à vulnerabilidade de países em situação semelhante, dando início, no Brasil, a um processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra a moeda nacional.

7. Registra o Relatório que, reagindo a essa crise, o Governo introduziu uma série de mudanças na política econômica, visando ao aumento da receita e à redução da despesa, com impacto estimado em cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto - PIB. Entre as principais, destacam-se a redução das despesas de custeio, excetuando-se as áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária; a reprogramação dos investimentos das empresas estatais; a contenção do crédito ao setor público; e a redução das despesas com pessoal, inclusive com a suspensão dos reajustes salariais.

8. Em que pesem tais medidas, em 1997 o PIB apresentou crescimento real de 3% em relação ao ano anterior. Perdurou, assim, a tendência de crescimento moderado, a taxas de 3 a 4%, compatível com a necessidade de manter sob controle o **déficit** em transações correntes e com a política de juros reais elevados.

9. De outra parte, o Relatório ressalta que o ano de 1997 foi marcado pela consolidação do Plano Real, no que se refere à estabilização de preços, e pela continuidade da política monetária menos restritiva até o mês de outubro, quando a crise do mercado financeiro internacional, conforme já acentuado, obrigou o Governo a duplicar as taxas de juros.

10. No tocante às taxas de inflação, importa realçar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação IBGE, registrou variação anual de 4,34% em dezembro, enquanto o Índice de Custo de Vida - ICV, calculado pelo DIEESE, foi de 6,11%, taxas essas bem inferiores às verificadas em 1996, quais sejam, 9,12% e 13,18%, respectivamente.

11. Em contrapartida, o nível de emprego do setor formal da economia em 1997 revelou um

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

quadro de estagnação, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, observando-se um aumento da informalidade no mercado de trabalho em decorrência da política econômica do Plano Real e das transformações estruturais da economia brasileira. Realmente, a taxa de informalidade, isto é, a relação entre o número de empregados sem carteira assinada mais o de trabalhadores por conta própria e a população ocupada subiu de 45,5% em 1994 para 52% em 1997.

12. Motivo de preocupação, igualmente, é o fato de não haverem sido alcançadas, no ano que se findou, as duas metas de política fiscal estabelecidas pelo Governo Federal, não obstante o esforço de cada nível do setor público para ajustar-se, controlando suas despesas e buscando ampliar as receitas.

13. Com efeito, não se conseguiu estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o Produto Interno Bruto, uma vez que, no referido exercício, o estoque da dívida líquida do setor público, em dezembro, representava 34,2% do PIB, havendo um incremento de quase três pontos percentuais (2,8%) em relação ao exercício de 1996. De outra parte, em vez de se obter um **superávit** primário de 1,5% do PIB, tal como se pretendia, verificou-se um **déficit** primário de 0,68% do PIB, com equilíbrio das contas do Governo Federal e BACEN (0%), **superávit** das empresas estatais (0,07%) e **déficit** dos Estados e Municípios (0,75%).

Com estas breves considerações, renovo as minhas homenagens ao eminente Ministro Humberto Guimarães Souto pelo primoroso trabalho realizado e – tendo em vista que o Relatório em foco contém informações sobre a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais e sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual – voto pela aprovação do Projeto de Parecer Prévio, ora submetido à apreciação deste Plenário.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Cumpre o Tribunal de Contas da União, nesta oportunidade solene, pela sexagésima-terceira vez, a mais relevante atribuição constitucional outorgada a esta Corte, a de apreciar, com o propósito de emitir Parecer Prévio, as Contas anuais enviadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

2. Para o desempenho da honrosa missão, nos estritos termos do art. 174 do Regimento Interno desta Casa, foi designado o ilustre Ministro Humberto Guimarães Souto, que, valendo-se da sua rica experiência de homem público e dos atributos de zelo e tenacidade com que executa seus trabalhos, trouxe ao crivo deste Colegiado, por meio dos documentos que integram o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio ora em exame, uma valiosa análise da gestão governamental, quer pela ótica formal da estruturação dos Balanços Gerais da União, quer pelo enfoque analítico das principais ações conduzidas pela Administração Pública Federal.

3. Como é assente, o julgamento das contas do Presidente da República é de competência privativa do Congresso Nacional, na forma em que dispõe o inciso IX do art. 49 da Constituição Federal. Tal mister representa o sistema de *"freios e contrapesos"* que, nos regimes democráticos, simboliza o princípio basilar da divisão de poderes.

4. Assim, compete ao Tribunal de Contas da União, de acordo com o mandamento Constitucional, atuar, nesse particular, de modo distinto daquele que pauta sua faina cotidiana, visto que o seu pronunciamento assume caráter consultivo, no intuito de fornecer ao Congresso Nacional informações e análises que irão subsidiar, naquele âmbito, o ajuizamento definitivo das aludidas Contas.

5. Por seu turno, o julgamento das Contas apresentadas pelo Poder Executivo, em nível do Parlamento, representa passo vital e indispensável para o pleno funcionamento dos processos de planejamento, programação orçamentária, execução financeira e legislativo.

6. Sem pretensão de alongar-me nas considerações aqui expendidas, faço consignar, desde já, os meus encômios às conclusões alcançadas pelo insigne Relator, as quais recepciono com a prolação do meu Voto.

7. Desejo realizar, todavia, breves considerações que entendo apropriadas à ocasião.

8. No exercício de 1997, como devidamente indicado no aludido Relatório (item 6 - Política e Ação Social do Governo, Tabela II - Quadro Comparativo da Execução por Função - 1996/1997), houve uma variação positiva real das despesas nas esferas do *"Desenvolvimento Regional"* (7,94%), da *"Educação e Cultura"* (4,60%), da *"Habitação e Urbanismo"* (17,80%), da *"Saúde e Saneamento"* (16,29%) e da *"Assistência e Previdência"* (4,22%).

9. Do elenco, confiro ênfase à área de saúde, visto que o art. 196 da Carta Magna consigna que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo ao último assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

10. O modelo adotado para a operacionalização do setor, o Sistema Único de Saúde, é constituído pelo conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e, de forma complementar, pela iniciativa privada que se vincula ao Sistema.

11. Alguns indicadores associados ao desempenho setorial sinalizam, ao longo das últimas décadas, evidentes progressos no que se refere à esperança de vida da população (alcançou o nível de 67 anos em 1995), à taxa de mortalidade infantil no Brasil (37,7 por mil nascidos vivos), ao acesso à água potável (92% da população brasileira, em média), à ocorrência da poliomielite (o Brasil recebeu o certificado de erradicação da doença, emitido pela Organização Pan-Americana de Saúde) e à incidência de coqueluche (ocorreu a redução de 19,16 para 1,8 por 100 mil habitantes).

12. Não obstante, houve o recrudescimento de males considerados erradicados ou sob controle, tais como cólera, dengue e tuberculose, e o aumento da incidência da AIDS, conforme publicação oficial do Ministério da Saúde (SAÚDE NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Maio/1988).

13. Em que pesem os ingentes esforços para o acerto, o sistema convive com dificuldades de natureza estrutural, a saber:

13.1. os recursos para o atendimento, em muitos casos, são aplicados de forma desordenada, sem uma fiscalização eficiente e sem uma cobrança permanente de resultados;

13.2. os hospitais encontram-se congestionados, uma vez que muitos postos de saúde funcionam mal ou simplesmente não funcionam;

13.3. a saúde pública gasta em torno de R$ 1,3 bilhão por ano com o diagnóstico e o tratamento de doenças complexas, que comportariam, em grande parte, ser cobertos pelos planos de saúde;

13.4. mais de 10 milhões de brasileiros sequer conseguem acesso ao atendimento básico; e

13.5. o modelo não detém um sistema estável de financiamento, que permita a aplicação regular de recursos federais, dos estados e dos municípios.

14. Aliás, os problemas com o financiamento do setor constituem o nó górdio a ser solucionado, visto que nos anos de 1995 e 1996 foi necessário contar com o financiamento oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no montante de 1,2 bilhão em cada ano, e, a partir do ano de 1997, valer-se do apoio de fonte de financiamento adicional e temporária, a Contribuição Provisória para a Movimentação Financeira - CPMF, cuja vigência expira em fevereiro de 1999.

15. Creio de todo indispensável promoverem-se os meios necessários à consecução de um modelo estável de financiamento para o setor, mediante o qual possam a União, os Estados e os Municípios estar obrigados a investir frações do respectivo orçamento no segmento.

16. Não se pode olvidar que esse filão da saúde pública, de certo pouco atrativo para o capital privado, reclama singular atenção do Estado, posto que é condição ***sine qua non*** para que contigente expressivo da população brasileira possa vislumbrar acesso real às condições de cidadania e dignidade.

17. O Anuário Estatístico do Brasil, versão 1996, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ao tabular os dados pertinentes a pessoas de 10 anos ou mais de idade e rendimento médio mensal desse extrato da população (situação atinente ao ano de 1995), evidencia que algo em torno de 49 milhões de brasileiros encontram-se, em termos formais, sem rendimentos, e outros 56 milhões percebem, ao mês, até cinco salários mínimos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

18. No momento em que a nova ordem mundial consagra o fenômeno da globalização, fazendo prevalecer o ideário capitalista em todos os cantos do planeta, com vigorosos apelos à competição, à qualidade e à capacidade empreendedora da iniciativa privada, há que se ter em mira que o Estado, ao assumir a responsabilidade estratégica das transformações, não pode se dissociar da sua natureza intrinsecamente social.

19. O desenvolvimento do País transcende os limites estatísticos do crescimento ou a efemeridade da performance conjuntural, pois deve estar lastreado no efetivo alcance de melhores condições de vida para a população.

20. O povo, enquanto nação, é muito mais do que registros estatísticos, do que tendências e intenções, ele é, na realidade, a gênese da organização política-social, a chama da soberania, a razão de ser dos poderes constituídos, o depositário legítimo das conquistas do Estado.

21. O controle exercido pelas cortes de contas é hoje um princípio democrático irrecusável como o é aquele que reconhece os direitos humanos.

22. Demonstra-o a grande realização política do presente século que foi a instituição da União Européia pelos países mais adiantados da Europa. Ali foi instituído como um instrumento moderno um Tribunal de Contas.

23. A instituição é hoje objeto de 4 tratados internacionais europeus: o de Roma (1957) que o instituiu; o de Bruxelas (1975) que o implantou; o de Maastricht que o consolidou e o de Amsterdam (2 de outubro de 1997) ainda não em vigor, que lhe está dando novas feições.

24. Interessante observar que o Tratado de Maastricht converteu o Tribunal de Contas em uma das 8 instituições da União Européia, ao mesmo nível das demais como o Parlamento Europeu, portanto, órgão independente.

25. Foi mais além o Tratado, como o demonstra o Juiz Hubert Weber, membro do Tribunal de Contas Europeu: "**en el Tratado se ánadió um detalle importante al procedimiento de aprobación de la gestión, al introducir en dicho procedimiento la exigencia de que el Parlamento examinara no solamente el informe Anual del Tribunal sino también todos los Informes Especiales pertinentes**".

26. Eis algumas das novidades do Tratado de Amsterdam: a exigência da publicidade da Declaração de Fiabilidade e a relativa vinculação do Parlamento a esse **veredictum** da Corte durante o processo de aprovação de gestão.

27. A cidade de Luxemburgo se transforma oficialmente na sede da Corte, pois já se encontra aí desde 1977.

28. Medida importante também é a que põe fim a uma das "crises do controle" que consiste na dificuldade de acesso aos elementos probatórios. O Tribunal passa a ter o direito de efetuar suas inspeções nas dependências de qualquer órgão que gestione receitas ou despesas em nome da comunidade ou nas dependências de qualquer pessoa física ou jurídica que receba fundos do orçamento.

29. Isso põe fim a dificuldade que até aqui tem encontrado, ocasionalmente, para visitas de controle aos beneficiários das verbas.

30. O Tratado de Amsterdam concede a personalidade processual ao Tribunal de Contas que passa a ter **legitimatio ad processum** para iniciar lides perante o Tribunal de Justiça da Comunidade contra qualquer das 7 outras instituições nas matérias relacionadas a acesso à informação de que necessite para o exercício do controle.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

31. O Juiz Weber assinala, entretanto, que **no tiene un derecho similar de acudir al Tribunal de Justicia en el caso de conflito com una entidad o com un particular de un Estado membro,** podendo recorrer apenas à Comissão nessa hipótese.

32. Finalmente, o Tratado de Amsterdam confirma a atual posição da Corte de Contas Européia como Auditora Externa dos gastos da União relativa aos outros dois pilares da União: o pilar nº 2, que o Tratado de Maastricht definiu como as ações relacionadas com a Política Externa e com a Segurança comum e o pilar nº 3, que é constituído pela Cooperação Judicial e Negócios Interiores.

33. O Tribunal até então desempenhava esse papel da auditoria apenas **ad hoc** como no caso da administração, pela União Européia, da cidade de MOSTAR, na antiga Yugoslávia e a assistência da União nas eleições da Palestina.

34. Diviso aí a importante função que a Corte assume de fazer uma auditoria operacional e de resultados, estabelecendo standards de conduta gerencial para os administradores e agentes políticos, papel que coloca os juízes integrantes da Corte em um nível de estadistas.

35. O Tribunal de Contas Europeu representa o interesse dos contribuintes, que são todos os cidadãos da Europa, que votam e pagam seus tributos. Tem como missão comprovar que a União Européia despende o seu dinheiro segundo as normas orçamentárias e o aplica na consecução dos objetivos da União Européia.

36. Alguns juristas o vêem como a *"consciência financeira"* da União e guardião do Tesouro.

37. Compõe-se de 15 juízes, um por Estado-Membro. Sua Sede fica em Luxemburgo.

38. Sua presença cria a expectativa de controle gerando comportamentos que muito contribuem para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico daquela União.

39. Os informes do Tribunal criam um clima moral propício a uma administração financeira e econômica, eficaz e eficiente.

40. O exame a que o Tribunal de Contas procede é amplo e tem os limites objetivos e subjetivos bastante elastecidos.

41. Do prisma objetivo alcança o universo de atividades orçamentárias, incluindo as verbas de empréstimos e investimentos.

42. Quanto aos limites subjetivos, sua jurisdição alcança todas as instituições e organismos com acesso aos fundos da União Européia, como as administrações nacionais, regionais e locais. Vai além, atinge também a todos os receptores e beneficiários da ajuda, dentro e fora da União.

43. Ao Tribunal de Contas Europeu compete comprovar que os ingressos e saídas de dinheiro obedecem ao princípio da legalidade e se ajustam aos princípios orçamentários e contábeis da Comunidade.

44. Além da legalidade, o Tribunal analisa a legitimidade do gasto verificando se alcançaram os objetivos da gestão financeira.

45. É o que se chama a Auditoria Operacional ou de resultados que deve ser a característica dos Tribunais de Contas no futuro que já está chegando tão celeremente já **hic et nunc**.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

46. No que concerne ao alcance territorial da ação do Tribunal de Contas, sabemos que a jurisdição se estende a todo espaço, não só dentro da Europa como fora dela.

47. Quanto à oportunidade temporal para o exercício da fiscalização, admite-se o controle concomitante, como também o posterior.

48. Os gestores de programas têm por dever jurídico prevenir, detectar e investigar irregularidades durante a execução dos programas comunitários. Quando o Tribunal detecta tais erros, irregularidades e possibilidade de fraude, dá publicidade do fato às administrações competentes e a outros organismos para que tomem medidas.

49. Assinala também as debilidades de Sistemas e procedimentos que possam vir a gerar problemas de qualquer natureza.

50. A atuação do Tribunal se faz por meio de três principais institutos: o Informe Anual, o **dictamen** e a Declaração de Fiabilidade.

51. O Informe Anual se faz em novembro e tem por escopo apontar os pontos e áreas em que se faz possível e desejável a melhoria na qualidade dos serviços prestados. É examinado pelo Parlamento Europeu ao qual realmente incumbe elaborar o juízo de aprovação da gestão orçamentária. Ao lado do Informe Anual, existem os Informes Especiais sobre as operações isoladamente consideradas.

52. O **dictamen** é uma orientação que a Corte emite a respeito de consultas sobre as modificações à normatização financeira da U.E. Essas consultas são prévias e obrigatórias. Delas resulta um **dictamen** do Tribunal de Contas.

53. A Declaração de Fiabilidade é o documento que garante a exatidão das contas, bem como a regularidade e legalidade das operações. Essa declaração deverá indicar claramente se as contas ou as várias operações podem ser aceitas. Para isso optou-se pela auditoria financeira sistemática, em que as disfunções terão o seu estudo aprofundado para a necessária correção.

His dictis, Congratulando-me com o nobre Ministro Humberto Guimarães Souto pelo nível do trabalho produzido, reitero a minha integral adesão às suas sensatas conclusões, votando tal como proposto por Sua Excelência no Projeto de Parecer Prévio a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza,
em 16 de junho de 1998

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IV DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir
Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Excelentíssimo Senhor Ministro Homero Santos, Presidente do TCU
(...)

No dia de hoje, cumprindo longeviva tradição republicana, reúne-se o Plenário do Egrégio Tribunal de Contas da União para apreciar as contas prestadas ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor Fernando Henrique Cardoso e sobre elas emitir parecer prévio, na forma proposta pelo eminente Ministro Humberto Souto e pelos demais Ministros integrantes deste Colegiado.

Esta especialíssima competência do Tribunal de Contas da União pontifica uma das mais importantes características do regime republicano, pois a cidadania repudia a ausência de prestação de contas dos governantes na gestão da coisa pública.

Verifica-se, portanto, nesta solene oportunidade, mais uma vez, que desde o Presidente da República, até o administrador do mais tênue convênio, são igualados pela Constituição Federal, quando se trata de dar cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, princípio basilar da República, cuja execução cotidiana reforça a solidez da democracia brasileira.

No caso específico das contas do Presidente da República, Chefe de Governo e Chefe de Estado, no sistema presidencialista, a relevante função político-fiscalizadora é exercida diretamente pelo Congresso Nacional, secundado por parecer prévio do Tribunal de Contas da União, cujos exatos termos relatam, por si mesmos, a situação do País e da Administração Pública, e a dinâmica das reformas e da desestatização que o aprimoramento do Estado e o interesse público intentam fazer prevalecer.

O relatório das contas do governo de 1977, elaborado pelo Ministro Humberto Souto, confere particular destaque, no tocante à política e ação social do governo, aos setores de saúde e educação, cuja importância para o desenvolvimento nacional foi especialmente reconhecida pela Constituição Federal de 1988. Foram, também, enfatizados os temas referentes à infra-estrutura, particularmente energia, comunicação e transportes, fundamentais para o desenvolvimento econômico e a superação da marginalização de parcela da população brasileira.

Nada tem, portanto, o Ministério Público, que objetar às conclusões expostas por S. Exa., antes a elas aderindo, pela excelência da composição final, cujo resultado, pela clareza, didática e sistematização, muito contribuirá para a reflexão crítica e adoção de medidas tendentes à superação de problemas nacionais. Parabéns, pois, ao Ministro Humberto Souto, pela qualidade e seriedade que, como sempre, soube imprimir ao seu trabalho.

Walton A. Rodrigues
Walton Alencar Rodrigues
Procurador-Geral

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO V DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Presidente, Ministro Homero dos Santos, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO-PRESIDENTE HOMERO SANTOS POR OCASIÃO DA APRECIAÇÃO, PELO TCU, DAS CONTAS PRESTADAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1997

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Demais autoridades presentes,

Reúne-se mais uma vez esta Corte, em sua composição plenária, para exercitar uma de suas mais relevantes atribuições, aquela que foi a primeira inscrita em seu rol de competências pelo Legislador Constituinte: apreciar e emitir parecer prévio sobre as Contas do Governo Federal.

Entendo ser este momento oportuno para se tecer alguns comentários acerca de tão significativo papel reservado a esta Instituição.

Como se sabe, compõem as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República os balanços gerais da União e o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social, e de investimento das empresas estatais.

Sobre essas contas o TCU, cumprindo mandamento da Constituição Federal, realiza abrangente e acurado exame, valendo-se, inclusive, dos resultados da sua ação fiscalizatória e de acompanhamento, e apresenta, como produto final, decorrente dessa apreciação, seu parecer prévio conclusivo, que é encaminhado ao Congresso Nacional, a quem compete o julgamento das referidas contas.

É bom lembrar que, por distinção constitucional, as contas do Presidente da República não se confundem com as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta e com as daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. Essas, sim, diferentemente das contas do Presidente, são julgadas diretamente pelo próprio Tribunal, que, sempre quando cabível, imputa aos responsáveis por irregularidades as sanções previstas em lei.

Após essas breves considerações, congratulo-me com o Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto. Ao se examinar o Relatório e o projeto de Parecer apresentados por Sua Excelência, constata-se a qualidade do trabalho levado a efeito em assunto de tamanha envergadura. Conheço bem a magnitude das ações desenvolvidas para o cumprimento dessa importante tarefa. Por intermédio desse trabalho técnico, competente, relevante e imparcial, o Tribunal de Contas da União oferece à sociedade brasileira uma radiografia do desempenho da economia brasileira, da política econômica, financeira, social e administrativa do País. Um trabalho que, por certo, fornecerá valiosos subsídios ao Poder Legislativo quando de seu soberano julgamento.

Destaco, por último, que o trabalho de que ora se desincumbe este Tribunal transcende o mero - embora complexo e da mais alta responsabilidade - exercício de se examinar as contas do Presidente da República e sobre elas se pronunciar com isenção e independência. É o cumprimento de um dos deveres maiores da democracia, onde os Poderes se submetem ao Estado Democrático de Direito. O

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Poder Executivo cumpre seu dever de prestar contas; o TCU, o dever de apreciá-las e sobre elas emitir parecer; o Congresso Nacional, o dever de julgá-las.

Agradeço a todos os que aqui compareceram, autoridades, servidores, membros da imprensa e demais cidadãos, e declaro encerrada esta Sessão Extraordinária.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HOMERO SANTOS
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

ATA Nº 22 DE 16 DE JUNHO DE 1998
- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA-

PLENÁRIO

APROVADA EM ..... DE ..... DE 1998
PUBLICADA EM .....DE ..... DE 1998

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ATA Nº 22, DE 16 DE JUNHO DE 1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência do Ministro Homero dos Santos
Repr. do Ministério do Público: Dr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral
Secretário-Geral das Sessões: Dr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, declarou aberta, a Sessão Extraordinária, às dez horas, conforme fora convocada.

Registrou a presença dos Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugarin e Valmir Campelo, dos Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo, Lincoln Magalhães da Rocha e do Auditor Benjamin Zymler, bem como do Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues e a ausência do Ministro Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, por motivo de férias.

Consignou a presença dos Ministros aposentados João Baptista Ramos, Guido Fernando Mondin, Ewald Sizenando Pinheiro, Luciano Brandão Alves de Souza e Paulo Affonso Martins de Oliveira. Registrou, ainda, a presença do Subprocurador-Geral aposentado, Dr. Sebastião Baptista Affonso.

Consignou, também, a presença do Sr. Subprocurador-Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado e dos Procuradores, Drs. Ubaldo Alves Caldas e Cristina Machado da Costa e Silva.

Comunicou que a Sessão Extraordinária do Tribunal de Contas da União fora convocada em 23 de abril passado e se destinava à apresentação do Relatório sobre o exercício financeiro de 1997 e à emissão de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, atinentes àquele período, nos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais (Constituição, artigos 49, inciso IX, 57 **caput**, 71, inciso I, e 84, inciso XXIV; Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, artigos 1º, inciso III, e 36; Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigo 68; Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, artigo 2º, inciso I; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 82 § 1º; e Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução Administrativa nº 15, de 15 de junho de 1993, artigos 1º, inciso VI, 19, inciso I, alínea **a**, 28, 29, 32, inciso II, e 172 a 182).

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, concedeu, em seguida, a palavra ao Ministro Humberto Guimarães Souto -- Relator sorteado na Sessão Plenária de 25 de setembro de 1996, conforme Ata nº 38/96 – para apresentar o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, atinentes ao exercício financeiro de 1997.

Concluída a leitura da Síntese do Relatório e apresentado o Projeto de Parecer Prévio (v. em Anexo I a esta Ata o inteiro teor da Síntese e do Projeto de Parecer Prévio), o Presidente, Ministro Homero dos Santos, após ter colhido os Votos, proclamou, de acordo com o disposto nos artigos 59, inciso I, 80, inciso IV, alínea **a** , e 83, inciso I, do Regimento Interno, a Deliberação do Plenário, aprovada, por unanimidade, sob a forma de Parecer Prévio, quanto às Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997 (v. Anexo II desta Ata).

Apresentaram as Declarações correspondentes aos seus Votos, os Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Bento José Bugarin, Valmir Campelo e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha, cujos textos foram inseridos no Anexo III desta Ata (Regimento Interno, arts. 61 e 66, inciso VIII, alínea **a**).

Anunciou, a seguir, que seriam remetidos ao Congresso Nacional e amplamente divulgados (Regimento Interno, artigo 182), o inteiro teor do Relatório elaborado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto e cuja Síntese foi lida em Plenário; o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal de Contas da União; os textos correspondentes às Declarações de Voto apresentadas e aos demais pronunciamentos feitos em Plenário.

Pelo Ministério Público junto ao Tribunal, manifestou-se o Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues (v. Anexo IV desta Ata).

Após o pronunciamento do Ministério Público, o Presidente, Ministro Homero dos Santos, devolveu a palavra ao Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto que expressou-se nos seguintes termos:

"Sr. Presidente,

Serei rápido, apenas ao considerar cumprida a tarefa que os meus eminentes pares confiaram, quero aproveitar para agradecer as palavras generosas dos Srs. Ministros com referência ao nosso trabalho, com referência a nossa preocupação em produzir um trabalho que espelhasse efetivamente a realidade das Contas do Governo. Devem ter percebido o Sr. Presidente, os Srs. Ministros, que evitamos nos posicionar com opiniões políticas no exame das contas do Senhor Presidente da República. Limitamo-nos a um exame frio, técnico, analítico, porque entendemos que esta é a competência do Tribunal de Contas.

Quero pedir desculpas aos Srs. Ministros pela singeleza do trabalho, naturalmente dentro das limitações que são impostas a cada um de nós, mas quero aproveitar a oportunidade, principalmente para agradecer aos funcionários que me ajudaram diretamente neste trabalho, principalmente os funcionários do meu gabinete, quero cumprimentar aos senhores funcionários da SECON, na pessoa do seu dirigente e do responsável pelas Contas, pelo trabalho incansável e sério que conseguiram produzir durante o período que lhes foi reservado após análise das contas do ano anterior.

Confesso ao Sr. Presidente, aos Srs. Ministros e ao Sr. Representante do Ministério Público que gostaria de ter tido tempo de trazer um trabalho mais minucioso, mas o tempo que é destinado ao Tribunal, em torno de 50 dias, para examinar as contas do Presidente da República e oferecer um Parecer é extremamente limitado.

Entendo que alguma coisa tem que ser feita ainda para aprimorar a análise dessas Contas com a finalidade de atingir os objetivos que a Constituição e a sociedade brasileira confiou ao Tribunal de Contas, mas que em época oportuna deverei trazer a este Plenário e aos Srs. Ministros.

Reafirmando os meus agradecimentos pelas generosas palavras e os elogios aqui recebido pelo nosso trabalho empreendido em nome do Tribunal, eu dou a nossa tarefa por encerrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente."

Antes de dar por encerrados os trabalhos, o Presidente, Ministro Homero dos Santos, apresentou suas considerações (v. Anexo V desta Ata).

ENCERRAMENTO

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, deu por encerrada às doze horas e trinta minutos, a Sessão Extraordinária, e, para constar, eu, Eugênio Lisboa Vilar de Melo, Secretário-Geral das Sessões, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Tribunal.

EUGÊNIO LISBOA VILAR DE MELO
Secretário-Geral das Sessões

Aprovada em 24 de junho de 1998

IRAM SARAIVA
Presidente em exercício

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO I DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Síntese, lida em Plenário, do Relatório e do Projeto de Parecer Prévio apresentados pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, cujas conclusões foram acolhidas pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, ao aprovar, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROJETO DE PARECER

Síntese do Relatório

Senhor Presidente,

Senhores Ministros

Senhor Procurador-Geral,

Senhoras e Senhores,

Submetemos à consideração deste Plenário os resultados dos exames realizados nas Contas relativas ao exercício financeiro de 1997, prestadas ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Inicialmente, desejamos deixar consignado que o exíguo prazo constitucionalmente atribuído ao Tribunal de Contas da União para apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente ao Congresso Nacional pelo Presidente da República é fator que agrega enorme grau de dificuldade ao desempenho dessa relevante missão.

Sorteado, na Sessão Plenária de 25 de setembro de 1996, para relatar as presentes contas, cumpre-nos, nesta oportunidade, apresentar o Relatório e o Projeto de Parecer previstos no parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

O Relatório ora em apreciação foi elaborado em conformidade com as diretrizes gerais aprovadas pelo Plenário na Sessão Extraordinária realizada em 20 de agosto de 1997 (Decisão nº 533/97) e está dividido nos seguintes capítulos: Desempenho da Economia Brasileira; Os Orçamentos Públicos Federais; Análise dos Balanços Gerais da União; Descrição e Análise das Operações Extra-Balanço; Temas em Destaque, cujo capítulo está subdividido em Política e Ação Social do Governo, Área de Infra-estrutura, Os Financiamentos Externos, Dívida Pública Federal Interna, A Carga Tributária Nacional e o Programa Nacional de Desestatização; e A Ação Setorial do Governo.

A seguir, procuraremos apresentar, uma síntese do exaustivo Relatório produzido, salientando algumas considerações que, no nosso entendimento, merecem ser destacadas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No capítulo intitulado Desempenho da Economia Brasileira, buscamos consignar no Relatório informações capazes de permitir uma visualização geral do comportamento de nossa economia no decorrer de 1997, apresentando-as em seções com os seguintes subtítulos: Panorama Econômico em 1997, Produto Interno Bruto, Nível de Emprego, Preços e Salários, Mercado Financeiro, Dívida Pública Mobiliária Federal-DPMF, Dívida Pública Mobiliária Estadual e Municipal, Meios de Pagamento e Base Monetária, Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público, Setor Externo, Empréstimos do Sistema Financeiro, Execução Financeira do Tesouro Nacional e O Setor Agrícola.

Ante a dificuldade prática de abordar nesta apresentação, com a profundidade que se encontram tratadas no Relatório, todas as matérias que compõem esse capítulo, e considerando que foram distribuídas, anteriormente, aos Senhores Ministros e ao Senhor Procurador-Geral, cópias do trabalho, permitimo-nos extrair de algumas das seções acima mencionadas breves informações que possam, mesmo resumidamente, dar uma idéia geral do desempenho da economia nacional no ano passado. Acrescente-se a isso o fato de parte das matérias enfocadas neste capítulo terem sido analisadas com maiores pormenores em capítulos específicos do Relatório, merecendo outras considerações a respeito mais adiante nesta Síntese.

Assim, destacamos, inicialmente, da seção Panorama Econômico em 1997, o registro da ocorrência da crise no Sudeste Asiático, que alterou profundamente a tendência de retomada do crescimento iniciada em 1996. A duplicação da taxa de juros e a adoção de um "pacote" de medidas fiscais, providências imediatas tomadas pelo Governo Federal para enfrentar o processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra o Real, vieram desenhar um novo cenário econômico a partir de outubro do ano passado.

O Produto Interno Bruto-PIB registrou, em 1997, um crescimento real de 3% em relação ao ano anterior. De acordo com estimativas preliminares da Fundação IBGE, o seu valor a preços correntes alcançou R$ 865,9 bilhões.

No que se refere à estabilização dos preços, o ano de 1997 registrou a continuidade do sucesso do Plano Real. O INPC calculado pela Fundação IBGE evidenciou uma variação anual de 4,34% em dezembro, percentual inferior ao observado em 1996, de 9,12%, e em 1995, de 21,98%. O IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, registrou variação de 7,48% e o IPC da FIPE, variação de 4,82%.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O salário mínimo foi reajustado de R$ 112,00 para R$ 120,00, em maio de 1997, representando um aumento nominal de 7,1%. O salário mínimo real de dezembro de 1997 (deflacionado pelo INPC), foi 2,7% maior que o de dezembro do ano anterior. O custo da cesta básica, de acordo com o Procon/DIEESE, passou de R$ 109,86, no final de 1996, para R$ 117,59 no final de 1997, representando um aumento de 7%, praticamente igual ao do salário mínimo.

Com relação à Dívida Pública Mobiliária Federal, esta continuou, no exercício de 1997, sua trajetória de expressivo crescimento, a exemplo do ocorrido nos exercícios de 1995 e 1996, alcançando R$ 254,5 bilhões, sendo que R$ 189,3 bilhões correspondem a títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e R$ 65,2 bilhões a títulos emitidos pelo Banco Central.

No período de 1995 a 1997, a Dívida Pública Mobiliária Federal teve um aumento de 311,9%, isto porque no final de 1994 era de R$ 61,8 bilhões. No exercício em análise, a principal causa desse significativo aumento foi a renegociação das dívidas dos Estados, destacando-se a assunção e refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo, que exigiu a emissão de R$ 56,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

Em decorrência do início do processo de assunção e refinanciamento das dívidas estaduais pela União, a Dívida Pública Mobiliária dos Estados e Municípios teve um decréscimo equivalente a 20,7%,

Quanto à política fiscal, analisada na seção "Necessidade de Financiamento e Dívida Líquida do Setor Público", as duas metas estabelecidas para 1997 não foram alcançadas.

A primeira delas era estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o PIB, mas o que ocorreu foi um incremento no estoque da dívida de quase três pontos percentuais, passando a representar 34,2% do PIB.

A outra meta estabelecia um superávit primário de 1,5% do PIB e, no entanto, ocorreu um déficit primário de 0,68% do PIB.

Entre os principais fatores que contribuíram para prejudicar o alcance das metas da política fiscal pode-se citar o desequilíbrio nas contas da Previdência Social, em razão do crescimento dos benefícios do INSS, tanto em termos do valor médio de contribuição, quanto do número de novas concessões.

No que concerne à dívida externa, esta alcançou o montante de US$ 192,8 bilhões ao final de 1997, contra US$ 178,1 bilhões em 1996, apresentando um incremento de 8,2%, embora tenham sido pagos juros no valor de US$ 10,4 bilhões, correspondente a um crescimento de 5,6% em relação ao exercício de 1996.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O Balanço de Pagamentos fechou o exercício de 1997 com um déficit de US$ 7,8 bilhões. As Balanças Comercial e de Serviços geraram déficit de US$ 8,3 bilhões e de US$ 27,3 bilhões, respectivamente.

Quanto à execução financeira do Tesouro Nacional, ocorreu em 1997 um déficit de caixa de R$ 5,8 bilhões. Esse resultado é 43,4% inferior ao observado em 1996, cujo déficit alcançou R$ 10,3 bilhões.

Finalizando esse capítulo do Relatório, na seção intitulada "O Setor Agrícola", foram consignadas algumas observações a respeito da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

A principal deficiência observada na condução do PRONAF foi a excessiva concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste, que ficaram com 83% dos recursos alocados pelo Programa em 1997.

É imprescindível a superação dos óbices existentes, de modo que a distribuição dos recursos do PRONAF pelas diversas regiões do país seja feita com eqüidade, evitando o agravamento da desigualdade entre elas.

Embora tenha sido objeto de outro capítulo específico do relatório, estão abaixo incluídas algumas considerações acerca da estimativa do coeficiente da carga tributária federal calculado por este Tribunal, uma vez que, em última instância, a carga tributária nacional é um importante elemento para análise do desempenho da economia. Ressalte-se que, no levantamento feito por este Tribunal, não foram considerados os tributos estaduais e municipais.

A elevação do coeficiente tributário federal no exercício de 1997 (20,24% do PIB – valores estimados), em relação ao exercício de 1996 (18,48 % do PIB), pode ser explicada principalmente pela criação da CPMF.

As contribuições sociais que, em 1996, equivaliam a 12,17 % do PIB, passaram a representar 12,67 % do PIB, em 1997.

Por ocasião do cálculo da estimativa da carga tributária federal, foi detectada diferença entre os valores de arrecadação registrados no Balanço Geral da União e os constantes do Relatório de Acompanhamento da Arrecadação de Tributos Federais da Secretaria da Receita Federal.

A referida diferença, de aproximadamente R$ 522 milhões, foi proveniente, segundo a Secretaria do Tesouro, de problemas operacionais na classificação da receita orçamentária dos valores fornecidos pela Receita Federal, e já estão sendo corrigidos. Observe-se que tais problemas não

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

afetaram a classificação por fonte de recursos, e, conseqüentemente, os montantes destinados às Unidades do Governo Federal e às demais esferas do Governo (Estados e Municípios).

OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

A execução dos Orçamentos Federais - Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Estatais - foi fundamentada na Lei nº 9.438, de 26.02.97 e em diversos dispositivos legais que a alteraram no decorrer do exercício.

Os gastos com o endividamento interno e externo representaram 43,1% (R$ 168.873 milhões) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e os gastos contabilizados no grupo de despesa "Outras Despesas Correntes", que abriga as despesas com a manutenção da máquina administrativa, atingiram 27% desses orçamentos.

No exercício analisado, houve acréscimo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais equivalente a 8,87%. No exercício de 1996, o valor executado alcançou o montante de R$ 40.900 milhões e R$ 44.530 em 1997.

A participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiu 46,2% das Receitas Correntes Líquidas, ficando abaixo do limite de 60% estabelecido pela Lei Complementar nº 82, de 27.03.95.

Mais uma vez, ficou evidenciada a concentração de gastos no final do ano, o que demonstrou não existir uma programação orçamentário-financeira bem definida.

Muito embora, no exercício em exame, o número de empresas que extrapolou as dotações consignadas no Orçamento de Investimentos tenha diminuído, se comparado com anos anteriores – 17 empresas em 1995 e 15 em 1996 - ainda se observou o excesso de gastos em relação aos limites das dotações autorizadas praticado pelas empresas Braspetro Oil Services Company, COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros, Telecomunicações do Amapá e Telecomunicações de Brasília, sendo que esta última excedeu apenas em 0,003%.

Ainda neste capítulo, foram analisados os gastos com irrigação com vistas a aferir o cumprimento dos percentuais indicados no art. 42 do ADCT. No entanto, essa análise foi prejudicada em razão de falhas detectadas no Balanço Geral da União, como por exemplo, o registro de aplicação de recursos com programas de trabalho orçamentários vinculados à Região Nordeste como se fossem na Região Centro-Oeste.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Solicitados esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional, foi informado que de fato os valores constantes da Demonstração da Execução da Despesa por Subprograma/Projeto por Região não refletem a efetiva aplicação regionalizada dos recursos orçamentários, em razão de incompatibilidade na sistemática de programação orçamentária e de apropriação contábil, que, a nosso ver, deve ser corrigida, para que haja melhor condição de ser aferido o cumprimento do referido dispositivo constitucional.

ANÁLISE DOS BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

O Balanço Orçamentário do exercício de 1997 apresenta um superávit orçamentário de R$ 23.252.378 mil, resultante da diferença entre a Receita Arrecadada (R$ 415.118.696 mil) e a Despesa Realizada (R$ 391.866.318 mil).

Relativamente às transferências intragovernamentais, registrou-se divergência entre alguns números constantes do Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional e os consignados no Balanço Orçamentário.

Solicitadas informações adicionais, aquela Secretaria esclareceu que o fato ocorreu em razão de, no Balanço Orçamentário, estarem registradas as despesas dos créditos orçamentários descentralizados pelos próprios órgãos no âmbito do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social ao passo que, nos demonstrativos do Relatório, somente estão registrados os valores executados como transferências para entidades da Administração Pública não contempladas nos citados orçamentos. Segundo a STN, essa falha será corrigida neste ano, mediante alteração a ser feita na denominação constante do Balanço Orçamentário.

Na parte do Relatório pertinente ao exame do Balanço Financeiro, entre outras considerações, foram evidenciados os cinco programas de governo que realizaram o maior volume de gastos, quais sejam: Administração Financeira (58,2%); Previdência (16,9%); Programa a cargo de Estados e Municípios (6,0%); Administração (6,0%); e Saúde (3,6%).

O dispêndio total desses programas foi de R$ 355.357.770 mil, correspondendo a 90,7% da despesa realizada, sendo o de Administração Financeira o que realizou o maior volume (R$ 228.260.315 mil). Ressalte-se que, neste programa, estão inseridos os subprogramas "Dívida Interna" e "Dívida Externa", que realizaram despesas nos montantes de R$ 158.605.507 mil e R$ 10.168.574 mil, respectivamente.

Os gastos do subprograma "Dívida Interna", que compreende as ações relativas ao atendimento de compromissos de amortização, de juros e de comissões de empréstimos e financiamentos,

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

assim como o resgate concernente à colocação interna de títulos do governo, corresponderam a 69,4% dos relativos à função Administração e Planejamento e a 40,5% do total das despesas realizadas.

A amortização da dívida interna vem sendo, ao longo dos anos, o mais expressivo grupo de despesas, superando os gastos com funções de governo, como Assistência e Previdência, Desenvolvimento Regional, Saúde e Saneamento e Educação e Cultura.

Quanto ao desempenho de caixa do Tesouro Nacional, em 1997, ocorreu um déficit de caixa de R$ 5.817 milhões. Em relação ao exercício anterior, o déficit de caixa, a preços correntes, apresentou uma variação nominal negativa de 35,7%, o que representa um decréscimo, em termos reais, de 38,4%.

Outra verificação feita, ao se analisar o Balanço Financeiro, está relacionada ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, o qual prescreve que a União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de 18% da receita líquida dos impostos arrecadados no Programa Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quanto a esse aspecto, verificou-se o cumprimento dessa disposição constitucional, pois foram aplicados no referido Programa recursos da ordem de R$ 6.733 milhões, correspondentes a 26,6% da arrecadação líquida de impostos.

Não menos importante, é a verificação do cumprimento do disposto no § 6° do art. 60 do ADCT, que diz respeito à aplicação de recursos no ensino fundamental. Após o esclarecimento das dúvidas suscitadas em virtude de deficiências em um dos quadros integrante do Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, ficou demonstrado o atendimento a essa disposição constitucional.

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei n° 4.320/64, demonstra um Patrimônio Líquido, em 31.12.97, de R$ 199.335 milhões. O resultado patrimonial do exercício alcançou o montante de R$ 110.510.441 mil.

Com relação à Dívida Ativa, o Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional confere destaque especial para o Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito Tributário - COMACO, instituído pela Portaria n° 195, de 07 de julho de 1995, do Senhor Ministro da Fazenda.

Não resta dúvida de que uma das metas fundamentais do Projeto COMACO - transferência de débitos que se encontravam represados na Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - tem sido executada a contento, haja vista o expressivo crescimento do estoque da dívida. Contudo, parece-nos, ainda, não plenamente satisfatório o desempenho desse projeto no que se refere à cobrança dos débitos. Segundo a STN, para um estoque de Dívida Ativa de cerca de R$ 45.943

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

milhões em valor originário, houve uma arrecadação, em termos globais, no ano de 1997, de R$ 2.336 milhões, o que representa índice de cobrança efetiva na casa dos 5%.

É preciso imprimir maior celeridade à cobrança da Dívida Ativa. O estoque da dívida que em 1996 era de R$ 40.231 milhões passou, ao final de 1997, para R$ 105.132 milhões, apenas a parte administrada pela PGFN, pois o valor total, incluindo parcelas atinentes a outras entidades, alcançou o montante de R$ 135.197.911 mil.

Ao final do exercício de 1997, a Administração Indireta era composta por 124 autarquias; 41 fundações públicas; 17 empresas públicas e 11 sociedades de economia mista, já excluídas as 07 entidades que se encontravam em processo de extinção ou incorporação. Conforme salientado no Relatório, no Balanço Geral da União inserem-se também como Administração Indireta os 53 fundos especiais geridos por órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta.

O Balanço Geral da União – 1997 não contempla os Balanços Consolidados da Administração Indireta em sua totalidade. No entanto, objetivando demonstrar as informações e os dados consolidados de toda a administração indireta, tanto no que se refere ao Balanço Financeiro quanto ao Balanço Patrimonial, foram agrupados pelo Tribunal os dados concernentes às empresas públicas e às sociedades de economia mista ao consolidado das autarquias, fundações públicas e fundos especiais, que consta no BGU/97.

As Demonstrações das Variações Patrimoniais das entidades da administração indireta foram fruto de pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em face da inexistência desses dados no BGU.

Com vistas ao aperfeiçoamento das informações contábeis e financeiras da Administração Federal, estamos recomendando que a Secretaria do Tesouro Nacional deva incluir no Balanço Geral da União dados relativos às variações patrimoniais das entidades da Administração Indireta.

No tocante ao Balanço Financeiro consolidado da Administração Indireta, salientamos que a Receita Global alcançou R$ 626.853 milhões e a Despesa R$ 580.804 milhões, resultando em uma disponibilidade para este exercício de R$ 73.624 milhões.

O Patrimônio Líquido das entidades da Administração Indireta foi superavitário, alcançando o valor de R$ 46.049 milhões. Não obstante, esse resultado representou uma queda de 42% em relação ao exercício anterior. Uma das causas para esse resultado foi o ocorrido com o Patrimônio Líquido dos Fundos Especiais, que apresentou uma situação negativa de R$ 38.217 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Da análise procedida nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial que compõem o Balanço Geral da União, conclui-se que essas peças refletem, com fidelidade, a situação contábil, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

POLÍTICA E AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO

No que se refere a esse tema, que constitui uma das seções do capítulo "Temas em Destaque", procuramos enfatizar as áreas de educação e saúde.

Comparando-se a execução por função entre 1996 e 1997, verifica-se que houve um incremento real nos gastos na Educação e Cultura de cerca de 4,6% e de 16,2% na função Saúde e Saneamento.

Não obstante o aumento de despesas ocorrido no exercício de 1997 na função Saúde e Saneamento constitua um fator positivo para minorar as deficiências existentes na área, ainda há muito a ser feito para que seja de fato implantado um Sistema de Saúde que contemple as diretrizes fixadas no art. 198 da Constituição Federal, quais sejam:

- descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- participação da comunidade.

No exercício de 1997, a parcela do orçamento destinada aos gastos com assistência ambulatorial e hospitalar foi maior do que a destinada às ações preventivas de saúde. Parece-nos, neste caso, que os compromissos orçamentários já constituídos para o atendimento das despesas com assistência ambulatorial e hospitalar vêm dificultando a priorização das ações preventivas, além de perceber-se, claramente, que vários programas relativos a ações preventivas de saúde tiveram baixos percentuais de realização de despesas, basicamente porque os recursos não foram liberados em tempo hábil.

É preciso redobrar esforços no sentido de buscar soluções que permitam maior destinação de recursos para ações preventivas e, também, resolver definitivamente a questão do financiamento da Saúde, hoje tema que sem dúvida envolve grande preocupação nacional.

No tocante aos recursos alocados à área de Educação e Cultura, como já comentado anteriormente, houve um pequeno incremento no ano em análise, correspondente a 4,6% em relação ao montante de recursos despendidos na referida função no exercício de 1996, alcançando o montante de R$ 10.428 milhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

No capítulo relativo às análises dos Balanços Gerais da União, foi registrado o cumprimento, pelo Governo Federal, das disposições constitucionais inseridas no artigo 212 e no art. 60, § 6°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no que se refere à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, notadamente o fundamental.

No exercício de 1997, tiveram continuidade os inúmeros programas executados pelo MEC nos exercícios anteriores, incluídos aqueles criados no Governo iniciado em 1995, tais como "Escola Pública – Gestão Eficiente", que despendeu R$ 329,2 milhões no ano em análise, alcançando o percentual de 45% de atendimento direto, em contraposição aos 16% registrados no exercício anterior, e a "TV Escola", que executou o total de R$ 7,4 milhões.

Deve-se registrar que as ações do Governo Federal empreendidas nesta área guardam conformidade com o preceito constitucional de descentralizar ações e recursos, objetivando, com isso, minimizar as desigualdades regionais existentes.

Esse objetivo deverá ser atingido com a implantação integral do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que ocorrerá somente neste exercício, conforme previsto na Lei nº 9.424/96, que o regulamentou.

Outro ponto destacado no Relatório diz respeito aos recursos gastos com o Ensino Superior: cerca de 55% dos recursos orçamentários do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Foi demonstrado que nos últimos 04 exercícios os gastos com as Instituições Federais de Ensino Superior situaram-se neste patamar.

O montante de recursos despendidos nesta área evoluiu cerca de 65%, em termos reais, em comparação com as despesas incorridas em 1995.

Um ponto que merece reflexão é o total dos dispêndios com pessoal, incluindo ativos, inativos e pensionistas, que vem se mantendo em torno de 77% do referido montante. Ao mesmo tempo em que se verificou um decréscimo de 35,5% no nível de investimento no mesmo período.

ÁREAS DE INFRA-ESTRUTURA

Entre as áreas de infra-estrutura, a de comunicações foi a que utilizou maior volume de recursos (R$ 7,7 bilhões), mesmo não sendo a que teve o maior volume de dotações, pois foi consignado para ela, nos orçamentos, o montante de R$ 7,9 bilhões, enquanto para a área de energia foram dotados R$ 8,1 bilhões e executados R$ 7,3 bilhões.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Entre as diversas ações desenvolvidas na área de comunicações, merecem destaque especial: a reestruturação e preparação do Sistema Telebrás para a privatização, que envolverá bilhões de dólares; e a ampliação da telefonia fixa e móvel, que ultrapassaram o patamar de mais de 2 milhões de acessos para o primeiro e mais de 1,5 milhão de acessos para o segundo.

É de se destacar, na área de energia, o atingimento da produção interna de petróleo de mais de 1 milhão de barris/dia, ocorrida no final do exercício, sendo que a média no ano alcançou 869 mil barris/dia.

A área de transportes, que realizou R$ 2,9 bilhões dos R$ 4,4 bilhões autorizados, é a que tem o maior número de ações e programas de infra-estrutura no "Programa Brasil em Ação" (14). Pode-se ressaltar, entre outras, como realização dessa área no exercício em exame, a recuperação de 2.101 km de rodovias; a construção de 630 km de rodovias (meta prevista de 532 km); a privatização da malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal; e a conclusão da eclusa de Jupiá - Hidrovia do Rio Tietê - que acresceu ao sistema hidroviário 700 km de vias navegáveis.

OS FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Neste tópico do Relatório foram reunidas informações sobre os projetos financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e a agências governamentais estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 1997, encontravam-se em execução 86 projetos, com um custo total de US$ 23,9 bilhões, sendo US$12,9 bilhões de empréstimos e US$ 11 bilhões referentes à contrapartida nacional.

Segundo dados do BACEN concernentes a empréstimos do BIRD e do BID, no exercício de 1997, houve um ingresso de recursos da ordem de R$ 2.793 milhões, ao mesmo tempo em que se verificaram transferências de R$ 2.073 milhões, sendo R$ 1.376 milhões referentes a amortização e R$ 697 milhões relativos a juros e comissões, resultando num ingresso líquido de R$ 720 milhões.

Ainda podem ser observadas algumas situações de descumprimento dos cronogramas de desembolso acordados e, conseqüentemente, de não atingimento de metas que, além de encarecerem os empréstimos já contratados, poderão eventualmente prejudicar as negociações para obtenção de futuros financiamentos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMF-i teve um crescimento extraordinário nos últimos exercícios. Saiu do patamar de R$ 59,3 bilhões no final de 1994 para R$ 226 bilhões ao final de 1997. Comparando com a posição do final de 1996, que registrou um estoque de R$ 115 bilhões, a dívida pública mobiliária federal interna cresceu, em apenas um ano, 96,88%, o que representa um incremento de R$ 111 bilhões.

Entretanto, para análise do crescimento do estoque da DPMF-i, devem ser considerados outros aspectos. Entre estes, cabe destacar que em razão desse aumento houve também, no decorrer do exercício, contrapartida econômico-financeira para o Tesouro Nacional, com aumento de ativos financeiros ou redução de passivos.

Considerando-se apenas os ativos recebidos como contrapartida de emissões especiais da DPMF-i em dezembro de 1997, o crescimento líquido em termos nominais restringir-se-á a 46,30%.

Exemplo disso foi a emissão de R$ 56,5 bilhões para consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de São Paulo, que teve, como contrapartida financeira, haveres no total de R$ 49,4 bilhões.

No que concerne à administração da dívida contratual, foram renegociadas e securitizadas, no exercício de 1997, diversas dívidas assumidas pela União, num montante global de R$ 852,4 milhões. No final do exercício, o estoque de créditos securitizados alcançava o valor de R$ 15,1 bilhões, computadas as securitizações decorrentes do refinanciamento de parte das dívidas estaduais assumidas pela União e do alongamento das dívidas do crédito rural.

Não obstante a consolidação, a assunção e o refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal - autorizados pela Lei nº 9.496, de 11.09.97 - tenham produzido, até o momento, um considerável custo financeiro para a União, é inegável a importância das medidas adotadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A rigor, referido Programa busca complementar o processo de saneamento financeiro iniciado no ano de 1990, visando, sobretudo, legitimar a dívida existente e ajustá-la a condições que permitam o seu resgate.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Neste tópico são fornecidas informações gerais sobre o tema, abrangendo os processos em andamento, os encerrados, o volume de recursos já obtidos e os valores que ingressaram na Conta Única do Tesouro Nacional no exercício de 1997 por conta do PND.

Observa-se que foram desestatizadas até o exercício analisado o total de 56 (cinqüenta e seis) empresas, incluídas as participações minoritárias da PETROQUISA e da PETROFÉRTIL, bem como as concessões das malhas da RFFSA.

Os resultados financeiros consolidados dos processos concluídos totalizaram o montante de US$ 17.956 milhões (englobadas todas as moedas recebidas), tendo sido alcançados os mais diversos setores produtivos, dentre os quais: siderúrgico, petroquímico, elétrico, ferroviário, etc.

No exercício de 1997, consoante exposto ao longo do Relatório, o Gestor do Programa divulgou que foi arrecadada a soma de R$ 9.584 milhões que, acrescida da remuneração de R$ 14 milhões do fundo extra mercado, no qual são depositados os recursos arrecadados até sua efetiva transferência ao Tesouro Nacional / alienantes, alcançou o total de R$ 9.598 milhões, que foram assim distribuídos:

- R$ 3.478 milhões foram efetivamente transferidos ao Tesouro Nacional;
- R$ 3.226 milhões correspondem ao montante financiado a ser arrecadado em parcelas, referentes aos leilões da Malha Nordeste (RFFSA), Banco Meridional, CODESP e BANDA "B";
- R$ 1.648 milhões (valor referente a 50% do total arrecadado com o leilão da CVRD) foram destinados ao Fundo de Reestruturação Econômica-FRE em contrapartida à assunção de dívidas do FCVS;
- R$ 164 milhões (relativos às vendas aos funcionários da LIGHT) foram repassados à ELETROBRÁS para pagamento de dívidas vincendas junto ao Tesouro Nacional;
- R$ 149 milhões foram repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (relativos à venda de participações minoritárias de que trata o Decreto nº 1.068/94);
- R$ 200 milhões destinados à CODESP, em conformidade com o Edital de Leilão nº 1/97.

O restante, segundo exposto também no Relatório, correspondeu aos fatos seguintes: R$ 490 milhões (valor relativo à 1ª parcela da Banda B – Área 2) não haviam sido arrecadados até dezembro de 1997, em razão do processo de licitação encontrar-se "sub judice"; R$ 138 milhões referiram-se à ações da CVRD pertencentes a acionistas minoritários, as quais foram alienadas em bloco junto com as

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

participações da União; R$ 85 milhões concernentes a débitos do Gestor do Programa relativos a despesas incorridas nos processos de desestatização e R$ 20 milhões correspondentes a outras situações.

AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

Destaco, a seguir, algumas das principais ações governamentais constantes do Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo que integra as Contas do Governo do exercício de 1997.

No setor agrícola houve um incremento da safra de grãos de 6,4% em relação ao exercício anterior. A safra de 1996/1997 foi de 78,3 milhões de toneladas, contra 73,6 milhões em 1995/1996.

Os créditos concedidos ao setor rural foram substancialmente ampliados, registrando um aumento de mais de cem por cento em relação ao exercício de 1995. Contribuíram para o aumento do crédito concedido à agricultura a ampliação dos limites de crédito para os mutuários, a redução das taxas de juros de doze por cento para 9,5% ao ano e o maior ingresso de recursos externos. Segundo dados do Banco Central, o crédito disponível passou de R$ 6,3 bilhões, em 1996, para R$ 9,1 bilhões, em 1997 – um crescimento de 44%.

No âmbito do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos-PRODEA foram atendidas nove milhões de famílias carentes, com distribuição de doze milhões de cestas básicas, ampliando o número de famílias atendidas, que em 1996 foi de seis milhões.

Quanto à reforma agrária, consta no Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo o assentamento de mais de 82 mil famílias e a concessão de crédito rural para mais de 50 mil famílias.

No que se refere à geração de emprego, o referido Relatório registra que o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF financiaram cerca de 362 mil famílias em 1997, com estimativas de geração de mais de 550 mil postos de trabalho. Foram alocados pelo BNDES, para aplicação no Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO, R$ 2,4 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O Programa Seguro-Desemprego beneficiou cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, com gastos da ordem de R$ 3,4 bilhões.

No setor de previdência social foram gastos mais de R$ 46 bilhões para atendimento de quase 17,5 milhões de beneficiários, número este que teve um incremento de 11% em relação ao

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

exercício anterior. No campo da assistência social, foram gastos R$ 813 milhões para atendimento de 674 mil idosos e despendidos R$ 435 milhões em outros programas.

De modo geral, houve avanços no desempenho da arrecadação e na modernização do sistema previdenciário. No entanto, conforme ressaltado no Relatório, o equilíbrio financeiro da Previdência não foi garantido. Tanto que, em 1997, somente foi possível fechar as contas e efetuar o pagamento da folha de benefícios do mês de dezembro mediante aporte de recursos do Tesouro Nacional.

Cumpre salientar, com referência à previdência social, que, no Relatório produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi constatada a indicação de valores relativos a pagamentos de benefícios não coincidentes. Esse fato exigiu solicitações de esclarecimentos àquela Secretaria e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

A despeito das explicações prestadas pelos dois órgãos terem comprovado ser a diversidade dos números decorrente da utilização de critérios diferenciados na elaboração dos relatórios que a Secretaria do Tesouro Nacional consolidou ao preparar as Contas do Governo, entendo que, em casos da espécie, aquela Secretaria deveria fazer constar informações adicionais junto aos respectivos números, de modo a evitar a possibilidade de interpretações equivocadas, muito embora todos os valores levantados indiquem a existência de um déficit em torno de três bilhões de reais.

Na área de habitação, além de aplicações em outros programas, o relatório governamental informa terem sido investidos R$ 2,1 bilhões por intermédio do Programa Carta de Crédito, sendo R$ 1,4 bilhão na modalidade individual e R$ 689 milhões na modalidade associativa. Estima-se terem sido atendidas, por conta desses investimentos, mais de 113 mil famílias.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

8.2 CONCLUSÃO

De acordo com o inciso IX do art. 49 da Constituição Federal, julgar as contas prestadas pelo Presidente da República é competência exclusiva do Congresso Nacional, cabendo ao Tribunal apreciá-las, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71 – I – CF).

As contas relativas ao exercício financeiro de 1997 deram entrada neste Tribunal no dia 23 de abril último, sendo o processo protocolizado sob o nº TC-002.103/98-2.

A Lei Orgânica deste Tribunal prescreve que as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República consistirão nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º, do art. 165, da Constituição Federal.

As análises empreendidas nas referidas contas evidenciaram que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997, não havendo sido constatados fatos capazes de comprometer a sua regularidade.

Contudo, dos exames levados a efeito, cumpre ressaltar algumas questões que, no nosso entendimento, devem merecer, dos órgãos competentes do Poder Executivo, a adoção de providências com vistas ao aperfeiçoamento de mecanismos e procedimentos existentes.

No que diz respeito aos gastos com irrigação, é indispensável introduzir alterações na sistemática de orçamentação e de registro contábil, de forma a eliminar os óbices existentes para demonstração da regionalização das despesas, ensejando, assim, melhores condições para que seja aferido o cumprimento dos percentuais assinalados no art. 42 do ADCT.

É preciso, também, que seja feita uma reavaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, pois as alterações até agora introduzidas no referido Programa não foram suficientes para promover uma distribuição de recursos mais eqüitativa entre as regiões do País. Devem ser adotadas medidas que evitem doravante a excessiva concentração de recursos verificada no exercício de 1997.

Quanto à cobrança da Dívida Ativa, analisados os resultados obtidos no exercício de 1997, verifica-se que o Projeto COMACO (Projeto Integrado de Aperfeiçoamento da Cobrança do Crédito

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Tributário) deve, igualmente, ser reexaminado, para que se possa alcançar melhores índices de arrecadação.

Parece-nos oportuno sugerir, outrossim, que a Secretaria do Tesouro Nacional inclua no Balanço Geral da União dados relativos às variações patrimoniais das entidades da Administração Indireta.

Outra medida importante que deve ser observada pela Secretaria do Tesouro Nacional é adotar cuidados especiais para sempre que ocorrer a indicação de números não coincidentes, como no caso das despesas com benefícios previdenciários, cujos números são levantados pelas várias fontes com a utilização de critérios diferenciados, fazer constar de forma destacada – em notas explicativas ou de rodapé – informações adicionais que contribuam para evitar o surgimento de dúvidas ou interpretações distorcidas.

No que concerne à área de saúde pública, é preciso que sejam redobrados esforços no sentido de que sejam encontradas soluções capazes de permitir uma maior destinação de recursos para ações preventivas e para que seja resolvida definitivamente a questão do financiamento do setor.

Quanto à extrapolação dos limites previstos no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, verificou-se uma sensível redução no número de empresas que inobservaram os limites estabelecidos. Em 1995, os limites autorizados foram descumpridos por 17 empresas, em 1996, esse número baixou para 15, e, no exercício de 1997, esse fato ocorreu em apenas 04 empresas. As eventuais responsabilidades pelo descumprimento dos limites deverão ser apuradas pelo Tribunal nos respectivos processos de prestação de contas das empresas que tiveram excessos identificados, BRASPETRO Oil Services Company, COBRA-Computadores e Sistemas Brasileiros, Telecomunicações do Amapá e Telecomunicações de Brasília, sendo que esta última excedeu o orçamento em apenas 0,003%.

Concluindo a análise das Contas do Governo relativas ao exercício de 1997, prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, entendemos que elas estão em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, podendo o Tribunal, se assim julgar oportuno, aprovar o Projeto de Parecer Prévio que acompanha o Relatório que acabamos de submeter à consideração dos Senhores Ministros, no qual procuramos fazer constar, atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 181 do Regimento Interno deste Tribunal, informações sobre:

I – a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais;

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

II – o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

III – o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País.

Ante todo o exposto, submetemos à discussão e deliberação deste Plenário Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PROJETO DE PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO que as Contas do Governo da República, atinentes ao exercício de 1997, foram encaminhadas ao Congresso Nacional dentro do prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a análise procedida no Relatório do Órgão Central do Sistema do Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta e indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre: **a)** a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais; **b)** o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual; e **c)** o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

É DE PARECER que os Balanços Gerais da União representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 1997, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando as Contas do Governo prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO

Ministro-Relator

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO II DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Parecer Prévio aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto (v. no Anexo I desta ata a Síntese do citado Relatório), sobre as e as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO que as Contas do Governo da República, atinentes ao exercício de 1997, foram encaminhadas ao Congresso Nacional dentro do prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a análise procedida no Relatório do Órgão Central do Sistema do Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta e indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no exercício de 1997;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do parágrafo único do art. 175 do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre: **a)** a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais; **b)** o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual; e **c)** o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

É DE PARECER que os Balanços Gerais da União representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 1997, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Administração Pública Federal, estando as Contas do Governo prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HOMERO SANTOS
Presidente

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Ministro-Relator

ADHEMAR PALADINI GHISI
Ministro

CARLOS ÁTILA Á. DA SILVA
Ministro

IRAM SARAIVA
Ministro

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro

VALMIR CAMPELO
Ministro

JOSÉ ANTÔNIO B. DE MACEDO
Ministro-Substituto

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro-Substituto

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO III DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Declarações apresentadas pelos Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Iram Saraiva, Bento José Bugarin, Valmir Campelo e pelos Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha, correspondentes aos seus Votos proferidos na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1998.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Inicialmente, não posso deixar de congratular o Exmo. Sr. Ministro-Relator Humberto Guimarães Souto e sua eficiente equipe, pelo percuciente e minucioso trabalho desenvolvido na consecução de mais essa relevante tarefa, prevista na Constituição, de grande relevo para a vida democrática do país, concernente ao exame das contas do Governo, relativas ao exercício de 1997.

Aproveitando esta singular oportunidade, desejaria externar minha maior preocupação sobre o tema sempre presente nas agendas políticas internacionais, relacionadas à questão ambiental. Nosso País, pelo seu patrimônio natural, de valor incalculável, desponta como um personagem destacado na comunidade universal para a definição de rumos e objetivos a serem perseguidos nas principais questões ligadas ao relevante assunto. O Brasil é signatário de oito convenções internacionais sobre o meio ambiente tendo se comprometido a colocar em prática os mais variados compromissos. Afinal, não são poucos os olhares vigilantes sobre as ações do Governo brasileiro em prol de seus Ecossistemas, principalmente o Amazônico.

No processo de globalização que empolga o mundo contemporâneo, o meio ambiente é componente estratégico principalmente diante do fato de que os prejuízos gerados pelos impactos ambientais não reconhecem fronteiras, tornando efetiva e inexorável a sua socialização. Ante essa realidade palpável, há de projetar o componente estratégico do meio ambiente um novo paradigma para a sociedade de nossos dias, possibilitando o surgimento de formas que possam medir o desenvolvimento por intermédio de indicadores de crescimento humano e não apenas por índices frios, como o do Produto Interno Bruto, pelas quais, a partir de então, a dimensão da qualidade de vida e de padrões de produção e consumo sejam coincidentes com o que se almeja alcançar em uma sociedade justa e igualitária, portanto, democrática.

A questão ambiental envolve uma gama de aspectos que vão desde a política industrial (licenciamento de instalação, estudos de impacto ambiental); ao zoneamento agrícola; à reforma agrária; ao saneamento básico e habitação; à educação ambiental; à capacitação científica e tecnológica; à política florestal e de recursos hídricos; à conservação da diversidade biológica e seu uso sustentável; entre outros.

A capacidade do Governo Brasileiro em responder a esses desafios é de fundamental importância para o posicionamento do País no cenário mundial, principalmente numa economia globalizada, como dito, em constantes mudanças, onde a gestão ambiental passa a fazer parte da estratégia das empresas, com a instituição da ISO 14000, que constitui uma série de técnicas internacionais, as quais visam disciplinar a relação das empresa com o meio ambiente.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Voltam-se para o Brasil as atenções mundiais, pois nosso País continua sendo o detentor de um dos maiores e mais preservados estoques de biodiversidade, de águas e florestas do Planeta. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade ganha contornos ampliados, devendo possibilitar que seja permeado por todas as suas vertentes, ressaltando-se a econômica, a ambiental e a social.

Destaca-se, neste ponto, a Agenda 21 como um dos mais significativos documentos diplomáticos deste século, do qual o Brasil é signatário, resultado da Conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1992. Com este documento foi introduzido na pauta da globalização um novo pacto entre o desenvolvimento e o meio ambiente, associando a questão social à uma visão integrada e cooperativa entre os países dos hemisférios Norte e Sul. Adicionalmente, o País tem buscado manter um perfil elevado de representação nos foros globais de discussão ambiental.

Todavia, em paralelo, infelizmente deparamo-nos, nos últimos anos, com o descaso, as deficiências e a lentidão demonstrados pelo Governo Federal em dar respostas efetivas e ágeis a duas questões sempre pontuais vividas pelo País: a preservação da floresta amazônica e a seca no sertão nordestino. A preservação da floresta amazônica é ameaçada pelas constantes queimadas e pela extração predatória de madeiras. As queimadas além de destruir a flora, a fauna e a biodiversidade, provocam enorme poluição do ar, acarretando sérias doenças respiratórias às populações de vastas áreas atingidas pela fumaça. Como sabemos, a maior causa das queimadas na Amazônia, lamentavelmente, é a utilização de técnicas rudimentares por parte de agricultores, que utilizam o fogo como meio para limpar o terreno e permitir o plantio da lavoura.

Há indícios veementes de que a recente queimada em Roraima ocorreu, mais uma vez, devido à utilização dessa técnica. Mais grave, ainda, infelizmente, o fato de que a ação do Governo Federal só se fez sentir após pressão dos organismos internacionais, demonstrando o desacerto das ações em níveis federal e estadual na condução desta delicada questão ambiental e a fragilidade da política de proteção ambiental exercitada no plano interno. Já o desmatamento decorre da retirada de madeiras em grande escala de exemplares nobres, como é o caso do mogno, de grande valor no mercado internacional, sem sequer, uma correspondente e justa retribuição econômico-financeira para o nosso país.

Com relação à segunda questão, notícias recentes dão conta de que o grave e antigo quadro vivido no sertão nordestino, a seca, poderá se verificar em áreas contíguas ao litoral da região, o que já está provocando grandes prejuízos e forte desemprego, aumentando, assim, ainda mais, o número de flagelados. Verifica-se que o Estado brasileiro, em décadas, não conseguiu viabilizar a convivência adequada do homem com o meio ambiente, para que ela se maximizasse, gerando benefícios tanto para um quanto para o outro. Ações, como a necessária, mas incompreensivelmente protelada transposição do Rio São Francisco, já imaginada no 2° Império, ou a construção de poços profundos para o aproveitamento de água dos lençóis freáticos da região, poderiam criar condições de uma existência digna ao bravo e sofrido homem nordestino e assegurar seus meios econômicos, fazendo valer o tão propalado desenvolvimento auto-sustentado, o qual deveria extrapolar o discurso para concretizar-se em providências reais e efetivas. O sacrifício humano que estamos presenciando, lamentavelmente repetido, é inconcebível num país tão rico em recursos naturais como o nosso. Oferece, ademais, ao Mundo, a imagem da desídia e da incompetência que nos envergonham, marcas características de subdesenvolvimento crônico que impõe seja erradicado da realidade que nos cerca.

A ação deste Tribunal há de se fazer sempre presente no exame de todas as seqüelas oriundas de gestões desafeiçoadas dos princípios básicos da boa administração dos recursos da Nação, ou infringentes dos legítimos controles a serem cumpridos e observados por quem de direito, consoante os preceitos imperativos do art. 71 da nossa Carta Magna.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

O meio ambiente permeia a vida humana. A conscientização dessa realidade é imprescindível para viabilizar as ações que o Governo Federal tem o dever de implementar para o setor. Tamanho é o relevo da matéria que o legislador constituinte criou na Carta de 1988 um capítulo especial sobre meio ambiente, prescrevendo regras, consolidando ganhos, instituindo a defesa dos mais importantes ecossistemas do País e considerando a proteção ambiental como um direito de cidadania. Assim, não poderia deixar de destacar "a educação ambiental em todos os níveis de ensino", insculpida em nossa Carta Magna como ação prioritária para a preservação do meio ambiente, e ainda sequer incluída no chamado ensino fundamental (embora implementada por projetos isolados de órgãos ambientais e de Secretarias de Educação em vários Estados). O direito a um meio ambiente saudável depende, principalmente, de sua defesa por via da prioridade estabelecida pelo Estado e da atuação de uma sociedade consciente que cobre as ações necessárias do Poder Público.

Nada faremos para dar um passo qualitativo nessa direção sem um esforço adicional de educação, que seja capaz de mostrar que o meio ambiente, qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento econômico são partes integrantes da mesma equação pela qual o homem busque sua sobrevivência preservando o Planeta onde vive. A questão, pois, está em se materializar o que sabiamente o constituinte de 1988 consubstanciou no art. 225 da Lei Maior: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A omissão, a desídia, a contemporização de hoje serão o sacrifício, o prejuízo, a morte, em futuro próximo.

Renovando apoio ao abalizado exame das Contas do Governo da União, relativas ao Exercício de 1997, produzido pelo nobre Relator Humberto Souto, manifesto meu integral apoio ao Parecer de Sua Excelência.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

ADHEMAR PALADINI GHISI
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Declaração de voto do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Felicito o Senhor Ministro Humberto Souto pelo excelente relatório com que examinou as contas do Governo, referentes ao exercício de 1997, e sobre o qual fundamentou a proposta de parecer prévio que submete à aprovação deste Plenário, para envio ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

Dentre os muitos aspectos a ressaltar nesse relatório, singularizo e saúdo a inclusão, por primeira vez, do capítulo de análise da carga tributária nacional, no qual se evidencia a relação percentual entre o valor da arrecadação e o PIB.

Trata-se de informação de alta relevância para os fins a que se destina o relatório, em especial no momento em que o tema da reforma fiscal entra na pauta de discussões do Congresso Nacional e de toda a sociedade.

O dado registrado no presente relatório se restringe ao valor arrecadado por meio dos tributos federais, cujo montante total equivaleu, em 1997, a 20,24% do PIB. Não se inclui no cômputo, portanto, a arrecadação obtida pelos Estados e Municípios com os tributos de sua competência. Embora a responsabilidade estrita do TCU se limite ao âmbito federal, conviria, para o futuro, agregar a esta avaliação, igualmente, as arrecadações auferidas pelas Unidades da Federação, de sorte a demonstrar na íntegra o esforço de contribuição fiscal realizado pela sociedade nos três níveis da Federação.

A medida da carga tributária, em todos os níveis e em caráter permanente, constitui informação essencial para permitir a definição de metas viáveis de políticas públicas e, ao mesmo tempo, fixar com clareza as responsabilidades dos diversos agentes políticos em sua execução. Quando se reitera a sempre almejada meta do equilíbrio das contas governamentais, é preciso lembrar que, segundo demonstrado no relatório, a atual arrecadação tributária tem proporcionado sempre menos de 20% do total da Receita Orçamentária. Somadas as contribuições e outras rendas, as receitas correntes ascenderam em 1997 a somente 42% da receita orçamentária. Já as receitas resultantes do endividamento público proporcionaram 54% dos recursos orçamentários no exercício examinado.

A meta de reduzir o endividamento e equilibrar o orçamento exigirá assim tanto o aumento substancial da arrecadação tributária quanto, simultaneamente, a redução da estrutura e dos programas de governo, de forma a diminuir a despesa pública.

São dados inexoráveis, de que a sociedade tem de tomar consciência, para que o debate dessas magnas questões se faça com um mínimo de racionalidade.

O relatório demonstra, a propósito, que as duas metas principais de política fiscal estabelecidas para 1997 – estabilizar a relação entre dívida pública líquida e o PIB, e produzir superávit primário equivalente a 1,5% do PIB – deixaram de ser alcançadas fundamentalmente em decorrência do desempenho negativo das contas dos Estados e Municípios. Por um lado, o estoque da dívida líquida do setor público federal aumentou em decorrência principalmente da absorção, pela União, da dívida mobiliária de Estados da Federação. Por outro lado, o pretendido superávit primário de 1,5% não só deixou de ser atingido, como a União incorreu em déficit de 0,68%, porque as contas dos Estados e Municípios acusaram déficit de 0,75%, anulando o equilíbrio alcançado nas contas do Governo Federal e do Bacen e o superávit de 0,07% obtido pelas empresas estatais. Não fosse o déficit das demais unidades federativas, as contas do Governo Federal teriam apresentado resultado positivo, ainda que inferior ao pretendido.

Sob esse ângulo de análise, o relatório ora examinado evidencia a necessidade de obter integração mais solidária e consistente das ações dos administradores públicos federais, estaduais e municipais, como condição essencial para implantar bases duradouras de estabilidade na economia

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

nacional e garantir a retomada sustentada do desenvolvimento. Não é justo ver-se o esforço de austeridade do Governo Federal, efetuado com grandes sacrifícios inclusive para o funcionalismo da União, ser anulado por ações contrárias praticadas nos outros dois níveis da Federação.

Nos demais aspectos tratados no relatório, evidencia-se que o Governo Federal persistiu, em 1997, nas linhas mestras de política consubstanciadas no Plano Real. Manteve, em conseqüência, pelo quarto ano consecutivo, a tendência de queda das taxas inflacionárias, contidas no patamar de cerca de 5% em 1997, com a preservação do poder aquisitivo da moeda em padrões similares aos de países desenvolvidos. São êxitos dignos de registro, mormente se lembrarmos a duração efêmera e o insucesso final de todos os planos empreendidos no passado com esses objetivos.

À vista do exposto, com renovados cumprimentos ao Senhor Ministro Relator Humberto Souto e aos membros da equipe que o assessorou na preparação desse relatório, VOTO pela aprovação do parecer prévio, nos termos em que apresentados por Sua Excelência a este Tribunal.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1998.

Carlos Átila Álvares da Silva
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Apresento ao ilustre Relator, Senhor Ministro Humberto Guimarães Souto, as minhas sinceras congratulações pela excelência do trabalho produzido, que retrata, com extrema fidedignidade, o desempenho governamental no exercício de 1997.

A análise das contas apresentadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, em cumprimento à expressa determinação de nossa Carta Magna, é certamente um dos pontos culminantes da atuação do Tribunal de Contas da União. A exemplo de outros Ministros que o antecederam nessa nobre missão, o brilhante trabalho apresentado pelo Relator procurou não apenas examinar a consistência dos números apresentados nos Balanços Gerais da União e nos relatórios que os acompanham, mas também efetuar uma apreciação dos resultados da política governamental sob uma ótica conjuntural ampla, inserindo-os em um contexto sócio-econômico dinâmico e em constante mutação.

Essa abordagem é especialmente relevante, quando aplicada ao exercício de 1997, uma vez que neste período se consolidou, de forma irreversível, o fenômeno da globalização da economia. De fato, a internacionalização do capital e de grandes empresas multinacionais, aliada a políticas de desregulamentação cambial e financeira recentemente adotadas, submeteu a economia mundial a uma nova ordem, numa velocidade sem precedentes. Entretanto, para diversos países, a globalização financeira não tem sido benéfica, nem em termos econômicos nacionais, nem em termos sociais, pois suas políticas tendem a elevar as taxas de juros e a pressionar os orçamentos fiscais, com impactos negativos sobre o crescimento e as políticas públicas, notadamente em economias não tão avançadas (como as latino-americanas).

Dentre as diversas conseqüências do processo de globalização, pode-se destacar o fato de que a economia dos países encontra-se, via de regra, muito mais vulnerável às alterações e turbulências verificadas no cenário internacional. Essa constatação se fez sentir especialmente durante a severa e inesperada crise financeira asiática, ocorrida no final do exercício de 1997, que provocou diversos sobressaltos nos mercados internacionais, iniciando um processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra as moedas dos países dependentes do influxo de capitais externos.

A economia nacional, até então, caminhava para a consolidação da política monetária implantada pelo Plano Real, para a redução das taxas de juros, e para a estabilização dos preços e da inflação. Consoante destacou o eminente Relator, a capacidade da economia brasileira de reagir a essa crise externa sem sofrer conseqüências mais sérias deveu-se principalmente à forte e rápida reação do governo, aumentando as taxas de juros em um primeiro momento, e adotando, a seguir, um conjunto de medidas de ordem fiscal destinado tanto a elevar receitas quanto a reduzir gastos públicos, demonstrando, inequivocamente, o comprometimento do governo com a estabilidade da moeda, provocando, em contrapartida, a redução das já módicas taxas de crescimento da economia, anteriormente registradas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

A globalização econômica exerce, também, fortes pressões sobre o mercado de trabalho interno dos países. No caso específico do Brasil, a perda de postos de trabalho na indústria e o fato de a maior parte dos novos postos ser gerada no setor informal, motivo de preocupações quanto às tendências futuras de emprego, pode ser atribuída, em parte, a esse fenômeno. Diante das graves conseqüências sociais causadas pelo desemprego, é dever do Estado adotar políticas que fomentem a criação e a manutenção de níveis de emprego compatíveis com a força de trabalho disponível.

Nesse sentido, extrai-se do relatório que o nível de emprego formal da economia mostrou um quadro de estagnação, aumentando, porém, a informalidade no mercado de trabalho. O Governo Federal, atento à questão, implementou e incentivou diversos programas específicos para a área, merecendo destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, instituído com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que se consolidou como um dos principais instrumentos no sentido de propiciar a pequenos microempreendedores urbanos e rurais, cooperativas e associações produtivas, bem como a trabalhadores autônomos, acesso facilitado ao crédito e a programas de qualificação técnico-gerencial e profissional. Iniciativa semelhante, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, busca garantir mais empregos no campo. Estes dois programas, direcionados às famílias mais carentes, registraram empréstimos da ordem de R$ 2,3 bilhões no exercício e garantiram mais de 550 mil postos de trabalho no triênio 1995/1997.

Também é digno de nota o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida ao Trabalhador – PROEMPREGO, instituído em abril de 1996, destinado a investimentos na áreas de infra-estrutura, meio ambiente, turismo e revitalização de sub-setores industriais em regiões com problemas de desemprego. Estima-se que somente este programa, no biênio 1996/1997, gerou cerca de 430 mil novos postos de trabalho. Por certo, o relativo sucesso desses projetos e programas governamentais deve servir como estímulo adicional para a manutenção, consolidação e aperfeiçoamento das iniciativas já adotadas, para que venham a alcançar a sua potencialidade máxima. Mas, desde logo, deve ser reconhecida a sua importância na geração de emprego e de renda.

Para finalizar, não poderia deixar de trazer algumas considerações acerca da saúde pública nacional que, conforme consigna o relatório, vem apresentando problemas para o seu financiamento, utilizando-se, em 1995 e 1996, de recursos do FAT no montante de R$ 1,2 bilhão em cada ano, e a partir de 1997, de recursos da Contribuição Provisória para Movimentação Financeira – CPMF. No entanto, as mazelas que recaem sobre o setor não foram geradas no atual governo, e não decorrem apenas de aspectos financeiros, mas também de aspectos culturais. Verifica-se, por exemplo, uma inversão da lógica do sistema, que privilegia a cura da doença em detrimento da prevenção e da promoção da saúde da população. Tais constatações demonstram a necessidade premente da adoção de uma solução definitiva para a questão, não sendo mais aceitável o emprego de soluções paliativas, até porque a CPMF, cujos recursos evitaram o colapso do sistema em 1997, estará em vigor somente até fevereiro de 1999.

Feitas estas breves considerações, gostaria de, mais uma vez, ressaltar a extraordinária peça produzida pelo eminente Relator para, endossando as conclusões consignadas no Parecer Prévio, Votar por sua aprovação, nos termos propostos.

TCU, Sala das Sessões, em 16 de junho de 1998.

IRAM SARAIVA
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO BENTO JOSÉ BUGARIN

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Procurador-Geral,

O Tribunal de Contas da União cumpre, hoje, uma vez mais, missão que lhe foi constitucionalmente atribuída, cuja importância é de se aquilatar considerando o minudente e bem elaborado Relatório apresentado a este Colegiado pelo ilustre Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto, o qual servirá, certamente, de instrumento fiel, transparente e analítico da gestão do Governo Federal, no exercício de 1997, colocado à disposição da sociedade.

Com base no excelente trabalho apresentado pelo nobre Relator, gostaria de tecer breves considerações acerca do desempenho da administração pública no ano em questão.

Sem dúvida que a maior vitória do atual Governo Federal foi o controle do processo inflacionário, inimigo perverso que acentuava as desigualdades sociais, privilegiando certos grupos econômicos em detrimento da grande massa de assalariados.

A estabilidade da economia, no entanto, tem requerido parcela significativa de sacrifício da população brasileira. A política de manutenção de altas taxas de juros, atraindo, assim, capital externo especulativo, tem sido o principal inibidor da retomada dos investimentos no País, o que tem feito o Produto Interno Bruto crescer à taxa média de 3% ao ano e tem também contribuído para o aumento do desemprego.

Não obstante, conforme dados trazidos pelo eminente Relator, o Governo, ao longo do ano de 1997, promoveu uma queda gradual das taxas de juros reais, somente interrompida com a crise asiática, que o obrigou a quase duplicá-las, produzindo reflexos negativos no montante dos encargos financeiros pagos pelo Tesouro Nacional.

Foi possível também alongar o perfil da Dívida Pública Federal, cujo prazo médio de vencimento dos títulos passou a ser superior a 7 meses, ao passo que em 1996 o referido prazo foi de 3,6 meses.

Apesar disso, a emissão de Títulos pelo Tesouro Nacional, com fins de consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida de responsabilidade do Estado de São Paulo, no valor de R$ 56,5 bilhões, assim como alguns outros fatores de menor impacto, fizeram com que o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

aumentasse 97% em comparação com a posição de 31/12/96, alcançando cifras acima de 225 bilhões de reais.

Considerando que citado aumento ocorreu no final do exercício, os seus reflexos nos juros e demais encargos financeiros somente poderão ser analisados nas Contas do Governo relativas ao exercício de 1998, as quais terei a honrosa incumbência de relatar no próximo ano.

Outra questão que gostaria de abordar diz respeito aos processos de privatização de várias empresas federais.

Ressalto que, conforme tenho reiteradamente afirmado, os processos de privatização levados a efeito pelo Governo Federal têm, sistematicamente, demonstrado exagerada pressa na alienação das participações acionárias da União, nem sempre alcançando os melhores resultados possíveis.

Sem pretender discutir a conveniência da privatização desta ou daquela empresa, julgo questionável o modo como tem sido conduzido o processo de desestatização, com a venda das empresas em curto espaço de tempo, o que tem reduzido o preço mínimo de venda, além de dificultar a pulverização e a democratização do capital, contrariando um dos objetivos fundamentais do Programa Nacional de Desestatização.

No que concerne à área de saúde, percebe-se a necessidade ainda presente de uma melhor distribuição das dotações pelas regiões do país, de forma a carrear recursos para as áreas mais carentes.

Destaco, porém, os dados relativos a "*valores conveniados executados em 1997*". De um total de 98 milhões de reais conveniados, foram executados 60 milhões de reais, destacando-se os recursos relativos à vacinação anti-rábica e à campanha de vacinação que tiveram 100% do valor conveniado executado.

Não obstante, observo que dos valores conveniados relativos a algumas rubricas pouco ou nada do previsto foi executado. Cito os seguintes casos: tuberculose: 19,99% executados e hanseníase: 0,00%.

Ressalto que no ano de 1996 foram registrados 85.860 casos novos de tuberculose, não havendo ainda dados oficiais conclusivos quanto ao ano de 1997.

Já em relação à hanseníase, foram registrados 39.928 casos novos no ano de 1996, o que representa um coeficiente de 2,5 casos por 10.000 habitantes, número considerado alto pelos padrões da Organização Mundial da Saúde, assim como foram registrados 105.520 casos de pacientes em tratamento, número também bastante elevado segundo os mesmos padrões.

Segundo informações fornecidas pelo Ministério da Saúde, os indicadores parciais relativos ao exercício de 1997 encontram-se nos mesmos patamares do exercício anterior, não registrando, portanto, melhoria no tratamento dessas doenças.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Vê-se, assim, a necessidade de maior atenção do Governo para doenças que perseguem o ser humano desde os tempos antigos e que, diga-se, hoje são passíveis de cura, mediante tratamento adequado.

De qualquer forma, é de se destacar que a despesa com saúde e saneamento em 1997 foi, em termos reais, superior em 16,29% à despesa realizada no ano anterior, tendo atingido quase 18 bilhões de reais.

Para concluir, gostaria de comentar o desempenho da área de educação.

No ano de 1997, as despesas com educação foram 4,6% superiores às do ano de 1996, tendo alcançado a cifra de pouco mais de 10 bilhões de reais.

Segundo consta do percuciente Relatório do Ministro Humberto Guimarães Souto, o Governo Federal executou 26,6% da receita líquida dos impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo assim cumprido com a exigência prevista no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

Faço uma ressalva, porém, quanto à verificação do disposto no § 6° do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional n° 14/96.

Defende a Secretaria do Tesouro Nacional que o percentual ali indicado deva incidir sobre os 18% previstos no *caput* do art. 212 da CF. Tal tese significa dizer que não importa o quanto o Governo tenha aplicado na rubrica Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mas sim a receita líquida dos impostos. Desse modo, mesmo que o Governo aplique 50% da referida receita na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os 30% previstos no § 6° do art. 60 do ADCT incidiriam sobre o valor que corresponde a 18% da receita líquida dos impostos e não sobre o valor efetivamente aplicado pelo Governo na citada rubrica.

A prevalecer essa tese, bastava que o § 6° do citado artigo do ADCT mencionasse que deveriam ser aplicados 5,4% da receita líquida dos impostos na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, pois 5,4% correspondem a 30% de 18%. Não precisaria assim referido dispositivo ter dito que o valor a ser aplicado deve ser "*nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o* caput *do art. 212 da Constituição Federal*".

Não vejo esta como a melhor interpretação, até mesmo porque contraria o objetivo da norma, qual seja, direcionar 30% dos recursos **destinados** à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino à erradicação do analfabetismo e à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Caso contrário, tudo o que ultrapasse o limite mínimo de 18% da receita líquida dos impostos poderá, por exemplo, ser aplicado integralmente no ensino superior ou médio, excluindo-se dessa forma o ensino fundamental, pelo que entendo não ser a mais adequada a interpretação sugerida pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo do percentual previsto no § 6° do art. 60 do ADCT.

Elenir C. G. Santos
Secretária do Plenário

Cumpre, entretanto, ser destacada dinâmica atuação do Governo Federal na área de educação, buscando descentralizar as atividades, por meio da implementação de diversas ações como os Programas "Escola Pública - Gestão Eficiente", "TV Escola", "Alimentação Escolar", "Livro Didático", entre outros.

Com essas considerações, congratulo-me com o nobre Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto, pelo alentado trabalho que ora apresenta, e Voto por que seja aprovado o Projeto de Parecer Prévio que Sua Excelência submete à apreciação deste Plenário.

BENTO JOSÉ BUGARIN

MINISTRO

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

CONTAS DO GOVERNO DE 1997

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Senhoras - Senhores,
Eminente Ministro Relator.

Congratulo-me com Vossa Excelência, Ministro HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO, pelo percuciente RELATÓRIO e pelo elucidativo PROJETO DE PARECER sobre as CONTAS PRESTADAS PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Professor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, relativas ao exercício de 1997, que acaba de apresentar a este Egrégio Plenário. Sem dúvida, uma obra de inestimável valor para a sociedade brasileira, em especial para os administradores públicos deste País.

O primor desse trabalho decorre sobretudo da competência e da refinada argúcia analítica do autor, que conduziu com singular senso crítico os laboriosos e exaustivos acompanhamentos, os levantamentos de dados e informações, os estudos e pesquisas, e as consolidações dos resultados pertinentes, tudo em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Tribunal, nos termos da Decisão nº 533/97-TCU-Plenário, na Sessão de 20 de agosto de 1997.

Não há que se fazer reparos em trabalho de tão magnífica qualidade, destaco apenas alguns pontos que, a meu ver, poderão suscitar alguma reflexão para todos que tenham interesse ou responsabilidade nas questões de relevante importância para a sociedade brasileira.

O nobre Relator registra valiosas informações resultantes do acompanhamento das atividades e ações setoriais desenvolvidas pelo Governo Federal, destacando, dentre as áreas selecionadas, a saúde, a educação e cultura, a ciência e tecnologia e a infra-estrutura. Demonstra os níveis de disponibilidade de recursos e a execução dos programas afins.

A questão da educação pública no País sempre mereceu especial atenção dos Ministros deste Tribunal, tendo os Relatores das Contas do Governo nos últimos anos consignado em seus Relatórios e Projetos de Parecer relevantes considerações quanto ao desempenho das ações do Governo Federal na área de educação.

Essas percucientes análises estimularam o Governo Federal na sua busca de instrumentos capazes de efetivamente promover o desenvolvimento do ensino fundamental e a valorização do magistério. A Emenda Constitucional nº 14/96, que criou bases mais amplas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e propiciou condições favoráveis a uma remuneração mais digna para o magistério, é um exemplo de iniciativa nesse sentido.

Com esse mesmo propósito, o FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, criado pela citada Emenda Constitucional e regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelos Decretos nºs 2.264/97 e 2.440/97, foi implantado, a partir de 1997, em todas as unidades da federação.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Conforme se depreende dos demonstrativos e informações do minucioso Relatório apresentado, gastou-se a importância de R$ 10,4 bilhões com a Função Educação e Cultura em 1997. Isso representa um aumento real de 4,6% em relação aos valores gastos no ano anterior, sendo que 88,4% do montante foram executados pelo Ministério da Educação.

Nesse contexto, verifica-se um incremento dado pelo Governo Federal ao Programa Ensino Fundamental, onde aplicou R$ 3,1 bilhões, o que corresponde a 30% do total gasto em 1997 com educação e cultura no País, evidenciando maior agregação das ações governamentais nesta área.

O esforço do Governo Federal, priorizando investimentos na área educacional, confirma-se, também, nos valores despendidos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos do mandamento constitucional expresso no art. 212 da Carta Magna, com a aplicação de R$ 6,7 bilhões, o que representa 26,6% do total da arrecadação líquida de impostos, índice substancialmente superior ao mínimo de 18% exigido pela Constituição Federal.

O Relator, na análise que procedeu no Balanço Geral da União, ressaltou a conjunção de esforços institucionais no sentido de ampliar os investimentos em todas as áreas, demonstrando que, em relação ao ano anterior, houve incremento real de investimentos em todas as Funções examinadas. Cabe um registro especial para as seguintes:

- agricultura, onde foram aplicados R$ 8,7 bilhões, registrando-se um aumento real de investimentos da ordem de 31,4 %;
- habitação e urbanismo, com R$ 425 milhões, o que corresponde a um aumento real de 17,80% no montante dos recursos aplicados;
- saúde e saneamento, com R$ 17,9 bilhões, ou seja, 16,29% a mais de recursos aplicados em relação ao ano anterior;
- desenvolvimento regional, onde foram gastos R$ 25,4 bilhões, verificando-se um aumento real de investimentos da ordem de 7,94%;
- educação e cultura, com investimentos de R$ 10,4 bilhões, correspondendo a um aumento real de 4,60%, em relação ao ano anterior; e
- assistência e previdência, onde foram gastos 4,22% a mais que no ano anterior, com o montante de R$ 69,9 bilhões.

Sobre os resultados positivos obtidos pelo setor agrícola e o seu bom desempenho, merece destaque a atuação do Governo na área de política agrícola, seja pela busca da expansão e consolidação da estrutura produtiva, com um cenário econômico favorável, seja pela implementação de programas de natureza social, que buscam inserir numa economia de mercado a agricultura familiar, ou ainda, pela distribuição emergencial de estoques governamentais às populações carentes.

Convém destacar ainda o aumento da oferta de crédito rural no ano de 1997, que, em relação a 1995, cresceu mais de cem por cento. O crédito disponível aumentou de R$ 6,3 bilhões em 1996 para R$ 9,1 bilhões em 1997, significando um aumento de 44%. Além disso, as taxas de juros foram reduzidas de 12% para 9% ao ano, sendo que a taxa de juros do custeio agrícola familiar caiu de 9,5% para 6,5%, possibilitando maior ingresso de recursos externos.

No âmbito do Programa de Reforma Agrária, a ação governamental superou a meta inicialmente estabelecida e assentou 82.168 famílias no exercício de 1997. Com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA, 49.173 famílias receberam crédito de habitação, 50.376 crédito de fomento, 44.860 crédito de alimentação e 68.840 crédito para produção.

Com relação aos programas sociais, vale registrar os resultados obtidos com o PRODEA-Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, integrante do Programa Comunidade Solidária, cujo objetivo é combater a fome e a miséria de famílias e grupos populacionais localizados em bolsões de pobreza, que atendeu nove milhões de famílias em 1997, com a distribuição de doze milhões de cestas básicas.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Ainda refletindo sobre essa importante atividade em que se inserem milhões de trabalhadores brasileiros, gostaria de enfatizar a excelente análise e as reflexões que o eminente Relator apresenta em seu trabalho sobre o setor agrícola, destacando o PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que propiciou, no exercício em exame, o financiamento de milhares de famílias, permitindo e ampliando a capacidade produtiva, a geração de emprego e o aumento de renda.

Desse modo, o PRONAF, cujo objetivo é fortalecer a agricultura familiar, executou um montante de R$ 108,4 milhões em 1997, distribuídos entre suas diversas metas programadas e segundo três linhas básicas de ação: apoio a infra-estrutura rural e serviços nos municípios; capacitação e profissionalização de agricultores familiares e crédito rural.

No que tange à primeira linha básica de ação, foram selecionados até 1997, por critérios técnicos, 994 municípios, dos quais 496 integram o Programa Comunidade Solidária. Desses municípios, 462 já estão com contratos formalizados com a Caixa Econômica Federal para o recebimento de recursos federais não reembolsáveis, que representam um valor global de R$ 68,5 milhões, estimando-se que 679 mil agricultores e seus familiares sejam beneficiados.

Quanto à "capacitação de técnicos e profissionalização de agricultores familiares", os recursos do PRONAF em 1997 permitiram a capacitação de 3.101 técnicos e a profissionalização de 47.916 agricultores, de um total de 3.685 técnicos capacitados e de 77.444 agricultores familiares profissionalizados pelo serviço de extensão rural.

Vale dizer, quanto aos resultados alcançados pelo Crédito Rural/PRONAF, que 431.565 famílias foram beneficiadas com a aplicação de R$ 1,6 bilhão até novembro de 1997. Foram criadas, também, outras modalidades de crédito rural rápido, por intermédio do Banco do Brasil e um PRONAF Especial para agricultores familiares com renda bruta anual até R$ 8.000,00.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é, sem dúvida, um poderoso instrumento, que utilizado de forma correta e adequada pode criar as condições fundamentais no processo de desenvolvimento rural, possibilitando a geração de ocupações produtivas, criando renda, permitindo o uso sustentado dos fatores ambientais, reduzindo a migração campo-cidade e contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Os Programas PRONAF e PROGER, no que se refere à geração de emprego, financiaram cerca de 362 mil famílias em 1997, estimando-se, em conseqüência, uma geração de mais de 550 mil postos de trabalho. Outra parceria importante tem sido a do PRONAF com a Fundação Banco do Brasil no Programa Homem do Campo e sua ação integrada com o Programa Comunidade Solidária.

É de se ressaltar, no entanto, a necessidade de se perseguir o aperfeiçoamento do processo distributivo do Crédito-PRONAF entre as regiões do País, pois, conforme sinaliza o eminente Relator, a demanda por crédito não é determinada pela necessidade econômica da região ou pela condição social dos estados federados, mas sim pelas estruturas organizadas das famílias produtoras e, nesse caso, nos estados mais pobres, onde as famílias produtoras são menos organizadas, é bem menor a demanda por recursos creditícios.

A constatação dessa realidade pertinente aos recursos creditícios repassados pelo PRONAF pode ser vista na distribuição da importância de R$ 1,6 bilhão despendida até novembro de 1997. A região Norte foi beneficiada com R$ 23,7 milhões, que representam apenas 1,5% dos recursos aplicados; a região Centro-Oeste ficou com 6,7%, num total de R$ 108,4 milhões; a região Nordeste recebeu 9,4%, ficando com R$ 154 milhões; a região Sul, por sua vez, foi agraciada com montantes superiores a R$ 1 bilhão de reais, ou seja, 64,5% do total dos recursos aplicados; e a região Sudeste recebeu R$ 289,8 milhões, que equivalem a 17,8% do total dos recursos.

Em outras palavras, as regiões Sul e Sudeste foram contempladas com 82,3% do total dos recursos destinados ao crédito das famílias produtoras, ficando apenas 17,7% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Seria oportuno, portanto, que o PRONAF, como instrumento fomentador do

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

desenvolvimento agrícola, gerador de renda e emprego, identificasse os pontos de estrangulamento e adotasse medidas que permitissem uma melhor distribuição dos recursos creditícios entre as regiões do País.

Concluindo essas reflexões, renovo meus louvores ao eminente Ministro HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO pelo primoroso trabalho realizado e voto pela aprovação do Projeto de Parecer ora submetido à apreciação deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

VALMIR CAMPELO
Ministro

Blenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Pela sexagésima terceira vez, reúne-se este Tribunal, em Sessão Extraordinária, para exercer uma de suas mais importantes atribuições constitucionais, qual seja, a de emitir parecer prévio sobre as contas que o Presidente da República tem o dever de prestar, anualmente, ao Congresso Nacional.

2. Desta feita, por sorteio realizado em 25.09.96, coube ao eminente Ministro Humberto Guimarães Souto a relevante incumbência de elaborar o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República relativas ao exercício de 1997.

3. O excelente trabalho que o insigne Relator acaba de submeter à consideração deste Plenário faz jus à tradição desta Casa e bem revela sua reconhecida competência e larga experiência no campo da Administração Pública.

4. Com a clareza e a precisão que lhe são habituais, procedeu S.Exª a minuciosa e acurada análise, predominantemente informativa, dos Balanços Gerais da União, da execução dos Orçamentos Públicos Federais, do desempenho da economia brasileira e da ação setorial do Governo. Além disso, apresenta valiosas informações sobre os seguintes assuntos, tratados em destaque: a política e a ação social do Governo; a área de infra-estrutura; os financiamentos externos; a dívida pública federal interna; a carga tributária nacional; e o Programa Nacional de Desestatização.

5. Não obstante considere dispensável discorrer sobre os diversos temas, tão bem versados que foram na criteriosa análise desenvolvida pelo nobre Relator, permito-me ressaltar alguns pontos do Relatório.

6. O tópico intitulado "Panorama Econômico em 1997" assinala que, até o mês de outubro, a economia brasileira mantinha a tendência de retomada do crescimento, iniciada no ano anterior. Todavia, a crise que, na segunda quinzena desse mês, ocorreu nos países do Sudeste Asiático provocou uma seqüência de sobressaltos nos mercados financeiros internacionais, em face das preocupações que surgiram quanto à vulnerabilidade de países em situação semelhante, dando início, no Brasil, a um processo de fuga de capitais e ataques especulativos contra a moeda nacional.

7. Registra o Relatório que, reagindo a essa crise, o Governo introduziu uma série de mudanças na política econômica, visando ao aumento da receita e à redução da despesa, com impacto estimado em cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto - PIB. Entre as principais, destacam-se a redução das despesas de custeio, excetuando-se as áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária; a reprogramação dos investimentos das empresas estatais; a contenção do crédito ao setor público; e a redução das despesas com pessoal, inclusive com a suspensão dos reajustes salariais.

8. Em que pesem tais medidas, em 1997 o PIB apresentou crescimento real de 3% em relação ao ano anterior. Perdurou, assim, a tendência de crescimento moderado, a taxas de 3 a 4%, compatível com a necessidade de manter sob controle o **déficit** em transações correntes e com a política de juros reais elevados.

9. De outra parte, o Relatório ressalta que o ano de 1997 foi marcado pela consolidação do Plano Real, no que se refere à estabilização de preços, e pela continuidade da política monetária menos restritiva até o mês de outubro, quando a crise do mercado financeiro internacional, conforme já acentuado, obrigou o Governo a duplicar as taxas de juros.

10. No tocante às taxas de inflação, importa realçar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação IBGE, registrou variação anual de 4,34% em dezembro, enquanto o Índice de Custo de Vida - ICV, calculado pelo DIEESE, foi de 6,11%, taxas essas bem inferiores às verificadas em 1996, quais sejam, 9,12% e 13,18%, respectivamente.

11. Em contrapartida, o nível de emprego do setor formal da economia em 1997 revelou um

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

quadro de estagnação, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, observando-se um aumento da informalidade no mercado de trabalho em decorrência da política econômica do Plano Real e das transformações estruturais da economia brasileira. Realmente, a taxa de informalidade, isto é, a relação entre o número de empregados sem carteira assinada mais o de trabalhadores por conta própria e a população ocupada subiu de 45,5% em 1994 para 52% em 1997.

12. Motivo de preocupação, igualmente, é o fato de não haverem sido alcançadas, no ano que se findou, as duas metas de política fiscal estabelecidas pelo Governo Federal, não obstante o esforço de cada nível do setor público para ajustar-se, controlando suas despesas e buscando ampliar as receitas.

13. Com efeito, não se conseguiu estabilizar a relação entre a dívida pública líquida e o Produto Interno Bruto, uma vez que, no referido exercício, o estoque da dívida líquida do setor público, em dezembro, representava 34,2% do PIB, havendo um incremento de quase três pontos percentuais (2,8%) em relação ao exercício de 1996. De outra parte, em vez de se obter um **superávit** primário de 1,5% do PIB, tal como se pretendia, verificou-se um **déficit** primário de 0,68% do PIB, com equilíbrio das contas do Governo Federal e BACEN (0%), **superávit** das empresas estatais (0,07%) e **déficit** dos Estados e Municípios (0,75%).

Com estas breves considerações, renovo as minhas homenagens ao eminente Ministro Humberto Guimarães Souto pelo primoroso trabalho realizado e – tendo em vista que o Relatório em foco contém informações sobre a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais e sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual – voto pela aprovação do Projeto de Parecer Prévio, ora submetido à apreciação deste Plenário.

J. Bellaccio.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Cumpre o Tribunal de Contas da União, nesta oportunidade solene, pela sexagésima-terceira vez, a mais relevante atribuição constitucional outorgada a esta Corte, a de apreciar, com o propósito de emitir Parecer Prévio, as Contas anuais enviadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

2. Para o desempenho da honrosa missão, nos estritos termos do art. 174 do Regimento Interno desta Casa, foi designado o ilustre Ministro Humberto Guimarães Souto, que, valendo-se da sua rica experiência de homem público e dos atributos de zelo e tenacidade com que executa seus trabalhos, trouxe ao crivo deste Colegiado, por meio dos documentos que integram o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio ora em exame, uma valiosa análise da gestão governamental, quer pela ótica formal da estruturação dos Balanços Gerais da União, quer pelo enfoque analítico das principais ações conduzidas pela Administração Pública Federal.

3. Como é assente, o julgamento das contas do Presidente da República é de competência privativa do Congresso Nacional, na forma em que dispõe o inciso IX do art. 49 da Constituição Federal. Tal mister representa o sistema de *"freios e contrapesos"* que, nos regimes democráticos, simboliza o princípio basilar da divisão de poderes.

4. Assim, compete ao Tribunal de Contas da União, de acordo com o mandamento Constitucional, atuar, nesse particular, de modo distinto daquele que pauta sua faina cotidiana, visto que o seu pronunciamento assume caráter consultivo, no intuito de fornecer ao Congresso Nacional informações e análises que irão subsidiar, naquele âmbito, o ajuizamento definitivo das aludidas Contas.

5. Por seu turno, o julgamento das Contas apresentadas pelo Poder Executivo, em nível do Parlamento, representa passo vital e indispensável para o pleno funcionamento dos processos de planejamento, programação orçamentária, execução financeira e legislativo.

6. Sem pretensão de alongar-me nas considerações aqui expendidas, faço consignar, desde já, os meus encômios às conclusões alcançadas pelo insigne Relator, as quais recepciono com a prolação do meu Voto.

7. Desejo realizar, todavia, breves considerações que entendo apropriadas à ocasião.

8. No exercício de 1997, como devidamente indicado no aludido Relatório (item 6 - Política e Ação Social do Governo, Tabela II - Quadro Comparativo da Execução por Função - 1996/1997), houve uma variação positiva real das despesas nas esferas do *"Desenvolvimento Regional"* (7,94%), da *"Educação e Cultura"* (4,60%), da *"Habitação e Urbanismo"* (17,80%), da *"Saúde e Saneamento"* (16,29%) e da *"Assistência e Previdência"* (4,22%).

9. Do elenco, confiro ênfase à área de saúde, visto que o art. 196 da Carta Magna consigna que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo ao último assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

10. O modelo adotado para a operacionalização do setor, o Sistema Único de Saúde, é constituído pelo conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e, de forma complementar, pela iniciativa privada que se vincula ao Sistema.

11. Alguns indicadores associados ao desempenho setorial sinalizam, ao longo das últimas décadas, evidentes progressos no que se refere à esperança de vida da população (alcançou o nível de 67 anos em 1995), à taxa de mortalidade infantil no Brasil (37,7 por mil nascidos vivos), ao acesso à água potável (92% da população brasileira, em média), à ocorrência da poliomielite (o Brasil recebeu o certificado de erradicação da doença, emitido pela Organização Pan-Americana de Saúde) e à incidência de coqueluche (ocorreu a redução de 19,16 para 1,8 por 100 mil habitantes).

12. Não obstante, houve o recrudescimento de males considerados erradicados ou sob controle, tais como cólera, dengue e tuberculose, e o aumento da incidência da AIDS, conforme publicação oficial do Ministério da Saúde (SAÚDE NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Maio/1988).

13. Em que pesem os ingentes esforços para o acerto, o sistema convive com dificuldades de natureza estrutural, a saber:

13.1. os recursos para o atendimento, em muitos casos, são aplicados de forma desordenada, sem uma fiscalização eficiente e sem uma cobrança permanente de resultados;

13.2. os hospitais encontram-se congestionados, uma vez que muitos postos de saúde funcionam mal ou simplesmente não funcionam;

13.3. a saúde pública gasta em torno de R$ 1,3 bilhão por ano com o diagnóstico e o tratamento de doenças complexas, que comportariam, em grande parte, ser cobertos pelos planos de saúde;

13.4. mais de 10 milhões de brasileiros sequer conseguem acesso ao atendimento básico; e

13.5. o modelo não detém um sistema estável de financiamento, que permita a aplicação regular de recursos federais, dos estados e dos municípios.

14. Aliás, os problemas com o financiamento do setor constituem o nó górdio a ser solucionado, visto que nos anos de 1995 e 1996 foi necessário contar com o financiamento oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no montante de 1,2 bilhão em cada ano, e, a partir do ano de 1997, valer-se do apoio de fonte de financiamento adicional e temporária, a Contribuição Provisória para a Movimentação Financeira - CPMF, cuja vigência expira em fevereiro de 1999.

15. Creio de todo indispensável promoverem-se os meios necessários à consecução de um modelo estável de financiamento para o setor, mediante o qual possam a União, os Estados e os Municípios estar obrigados a investir frações do respectivo orçamento no segmento.

16. Não se pode olvidar que esse filão da saúde pública, de certo pouco atrativo para o capital privado, reclama singular atenção do Estado, posto que é condição ***sine qua non*** para que contigente expressivo da população brasileira possa vislumbrar acesso real às condições de cidadania e dignidade.

17. O Anuário Estatístico do Brasil, versão 1996, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ao tabular os dados pertinentes a pessoas de 10 anos ou mais de idade e rendimento médio mensal desse extrato da população (situação atinente ao ano de 1995), evidencia que algo em torno de 49 milhões de brasileiros encontram-se, em termos formais, sem rendimentos, e outros 56 milhões percebem, ao mês, até cinco salários mínimos.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

18. No momento em que a nova ordem mundial consagra o fenômeno da globalização, fazendo prevalecer o ideário capitalista em todos os cantos do planeta, com vigorosos apelos à competição, à qualidade e à capacidade empreendedora da iniciativa privada, há que se ter em mira que o Estado, ao assumir a responsabilidade estratégica das transformações, não pode se dissociar da sua natureza intrinsecamente social.

19. O desenvolvimento do País transcende os limites estatísticos do crescimento ou a efemeridade da performance conjuntural, pois deve estar lastreado no efetivo alcance de melhores condições de vida para a população.

20. O povo, enquanto nação, é muito mais do que registros estatísticos, do que tendências e intenções, ele é, na realidade, a gênese da organização política-social, a chama da soberania, a razão de ser dos poderes constituídos, o depositário legítimo das conquistas do Estado.

21. O controle exercido pelas cortes de contas é hoje um princípio democrático irrecusável como o é aquele que reconhece os direitos humanos.

22. Demonstra-o a grande realização política do presente século que foi a instituição da União Européia pelos países mais adiantados da Europa. Ali foi instituído como um instrumento moderno um Tribunal de Contas.

23. A instituição é hoje objeto de 4 tratados internacionais europeus: o de Roma (1957) que o instituiu; o de Bruxelas (1975) que o implantou; o de Maastricht que o consolidou e o de Amsterdam (2 de outubro de 1997) ainda não em vigor, que lhe está dando novas feições.

24. Interessante observar que o Tratado de Maastricht converteu o Tribunal de Contas em uma das 8 instituições da União Européia, ao mesmo nível das demais como o Parlamento Europeu, portanto, órgão independente.

25. Foi mais além o Tratado, como o demonstra o Juiz Hubert Weber, membro do Tribunal de Contas Europeu: "**en el Tratado se ánadió um detalle importante al procedimiento de aprobación de la gestión, al introducir en dicho procedimiento la exigencia de que el Parlamento examinara no solamente el informe Anual del Tribunal sino también todos los Informes Especiales pertinentes**".

26. Eis algumas das novidades do Tratado de Amsterdam: a exigência da publicidade da Declaração de Fiabilidade e a relativa vinculação do Parlamento a esse **veredictum** da Corte durante o processo de aprovação de gestão.

27. A cidade de Luxemburgo se transforma oficialmente na sede da Corte, pois já se encontra aí desde 1977.

28. Medida importante também é a que põe fim a uma das "crises do controle" que consiste na dificuldade de acesso aos elementos probatórios. O Tribunal passa a ter o direito de efetuar suas inspeções nas dependências de qualquer órgão que gestione receitas ou despesas em nome da comunidade ou nas dependências de qualquer pessoa física ou jurídica que receba fundos do orçamento.

29. Isso põe fim a dificuldade que até aqui tem encontrado, ocasionalmente, para visitas de controle aos beneficiários das verbas.

30. O Tratado de Amsterdam concede a personalidade processual ao Tribunal de Contas que passa a ter **legitimatio ad processum** para iniciar lides perante o Tribunal de Justiça da Comunidade contra qualquer das 7 outras instituições nas matérias relacionadas a acesso à informação de que necessite para o exercício do controle.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

31. O Juiz Weber assinala, entretanto, que **no tiene un derecho similar de acudir al Tribunal de Justicia en el caso de conflito com una entidad o com un particular de un Estado membro,** podendo recorrer apenas à Comissão nessa hipótese.

32. Finalmente, o Tratado de Amsterdam confirma a atual posição da Corte de Contas Européia como Auditora Externa dos gastos da União relativa aos outros dois pilares da União: o pilar nº 2, que o Tratado de Maastricht definiu como as ações relacionadas com a Política Externa e com a Segurança comum e o pilar nº 3, que é constituído pela Cooperação Judicial e Negócios Interiores.

33. O Tribunal até então desempenhava esse papel da auditoria apenas **ad hoc** como no caso da administração, pela União Européia, da cidade de MOSTAR, na antiga Yugoslávia e a assistência da União nas eleições da Palestina.

34. Diviso aí a importante função que a Corte assume de fazer uma auditoria operacional e de resultados, estabelecendo standards de conduta gerencial para os administradores e agentes políticos, papel que coloca os juízes integrantes da Corte em um nível de estadistas.

35. O Tribunal de Contas Europeu representa o interesse dos contribuintes, que são todos os cidadãos da Europa, que votam e pagam seus tributos. Tem como missão comprovar que a União Européia despende o seu dinheiro segundo as normas orçamentárias e o aplica na consecução dos objetivos da União Européia.

36. Alguns juristas o vêem como a *"consciência financeira"* da União e guardião do Tesouro.

37. Compõe-se de 15 juízes, um por Estado-Membro. Sua Sede fica em Luxemburgo.

38. Sua presença cria a expectativa de controle gerando comportamentos que muito contribuem para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico daquela União.

39. Os informes do Tribunal criam um clima moral propício a uma administração financeira e econômica, eficaz e eficiente.

40. O exame a que o Tribunal de Contas procede é amplo e tem os limites objetivos e subjetivos bastante elastecidos.

41. Do prisma objetivo alcança o universo de atividades orçamentárias, incluindo as verbas de empréstimos e investimentos.

42. Quanto aos limites subjetivos, sua jurisdição alcança todas as instituições e organismos com acesso aos fundos da União Européia, como as administrações nacionais, regionais e locais. Vai além, atinge também a todos os receptores e beneficiários da ajuda, dentro e fora da União.

43. Ao Tribunal de Contas Europeu compete comprovar que os ingressos e saídas de dinheiro obedecem ao princípio da legalidade e se ajustam aos princípios orçamentários e contábeis da Comunidade.

44. Além da legalidade, o Tribunal analisa a legitimidade do gasto verificando se alcançaram os objetivos da gestão financeira.

45. É o que se chama a Auditoria Operacional ou de resultados que deve ser a característica dos Tribunais de Contas no futuro que já está chegando tão celeremente já **hic et nunc**.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

46. No que concerne ao alcance territorial da ação do Tribunal de Contas, sabemos que a jurisdição se estende a todo espaço, não só dentro da Europa como fora dela.

47. Quanto à oportunidade temporal para o exercício da fiscalização, admite-se o controle concomitante, como também o posterior.

48. Os gestores de programas têm por dever jurídico prevenir, detectar e investigar irregularidades durante a execução dos programas comunitários. Quando o Tribunal detecta tais erros, irregularidades e possibilidade de fraude, dá publicidade do fato às administrações competentes e a outros organismos para que tomem medidas.

49. Assinala também as debilidades de Sistemas e procedimentos que possam vir a gerar problemas de qualquer natureza.

50. A atuação do Tribunal se faz por meio de três principais institutos: o Informe Anual, o **dictamen** e a Declaração de Fiabilidade.

51. O Informe Anual se faz em novembro e tem por escopo apontar os pontos e áreas em que se faz possível e desejável a melhoria na qualidade dos serviços prestados. É examinado pelo Parlamento Europeu ao qual realmente incumbe elaborar o juízo de aprovação da gestão orçamentária. Ao lado do Informe Anual, existem os Informes Especiais sobre as operações isoladamente consideradas.

52. O **dictamen** é uma orientação que a Corte emite a respeito de consultas sobre as modificações à normatização financeira da U.E. Essas consultas são prévias e obrigatórias. Delas resulta um **dictamen** do Tribunal de Contas.

53. A Declaração de Fiabilidade é o documento que garante a exatidão das contas, bem como a regularidade e legalidade das operações. Essa declaração deverá indicar claramente se as contas ou as várias operações podem ser aceitas. Para isso optou-se pela auditoria financeira sistemática, em que as disfunções terão o seu estudo aprofundado para a necessária correção.

His dictis, Congratulando-me com o nobre Ministro Humberto Guimarães Souto pelo nível do trabalho produzido, reitero a minha integral adesão às suas sensatas conclusões, votando tal como proposto por Sua Excelência no Projeto de Parecer Prévio a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza,
em 16 de junho de 1998

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO IV DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Excelentíssimo Senhor Ministro Homero Santos, Presidente do TCU
(...)

No dia de hoje, cumprindo longeviva tradição republicana, reúne-se o Plenário do Egrégio Tribunal de Contas da União para apreciar as contas prestadas ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor Fernando Henrique Cardoso e sobre elas emitir parecer prévio, na forma proposta pelo eminente Ministro Humberto Souto e pelos demais Ministros integrantes deste Colegiado.

Esta especialíssima competência do Tribunal de Contas da União pontifica uma das mais importantes características do regime republicano, pois a cidadania repudia a ausência de prestação de contas dos governantes na gestão da coisa pública.

Verifica-se, portanto, nesta solene oportunidade, mais uma vez, que desde o Presidente da República, até o administrador do mais tênue convênio, são igualados pela Constituição Federal, quando se trata de dar cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, princípio basilar da República, cuja execução cotidiana reforça a solidez da democracia brasileira.

No caso específico das contas do Presidente da República, Chefe de Governo e Chefe de Estado, no sistema presidencialista, a relevante função político-fiscalizadora é exercida diretamente pelo Congresso Nacional, secundado por parecer prévio do Tribunal de Contas da União, cujos exatos termos relatam, por si mesmos, a situação do País e da Administração Pública, e a dinâmica das reformas e da desestatização que o aprimoramento do Estado e o interesse público intentam fazer prevalecer.

O relatório das contas do governo de 1977, elaborado pelo Ministro Humberto Souto, confere particular destaque, no tocante à política e ação social do governo, aos setores de saúde e educação, cuja importância para o desenvolvimento nacional foi especialmente reconhecida pela Constituição Federal de 1988. Foram, também, enfatizados os temas referentes à infra-estrutura, particularmente energia, comunicação e transportes, fundamentais para o desenvolvimento econômico e a superação da marginalização de parcela da população brasileira.

Nada tem, portanto, o Ministério Público, que objetar às conclusões expostas por S. Exa., antes a elas aderindo, pela excelência da composição final, cujo resultado, pela clareza, didática e sistematização, muito contribuirá para a reflexão crítica e adoção de medidas tendentes à superação de problemas nacionais. Parabéns, pois, ao Ministro Humberto Souto, pela qualidade e seriedade que, como sempre, soube imprimir ao seu trabalho.

Walton A. Rodrigues
Walton Alencar Rodrigues
Procurador-Geral

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

ANEXO V DA ATA Nº 22, DE 16.06.1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Presidente, Ministro Homero dos Santos, na Sessão Extraordinária realizada em 16 de junho de 1998, quando o Tribunal de Contas da União, ao acolher as conclusões do Relatório apresentado pelo Ministro Humberto Guimarães Souto, aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, relativas ao exercício financeiro de 1997.

Glenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO-PRESIDENTE HOMERO SANTOS POR OCASIÃO DA APRECIAÇÃO, PELO TCU, DAS CONTAS PRESTADAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1997

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Demais autoridades presentes,

Reúne-se mais uma vez esta Corte, em sua composição plenária, para exercitar uma de suas mais relevantes atribuições, aquela que foi a primeira inscrita em seu rol de competências pelo Legislador Constituinte: apreciar e emitir parecer prévio sobre as Contas do Governo Federal.

Entendo ser este momento oportuno para se tecer alguns comentários acerca de tão significativo papel reservado a esta Instituição.

Como se sabe, compõem as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República os balanços gerais da União e o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social, e de investimento das empresas estatais.

Sobre essas contas o TCU, cumprindo mandamento da Constituição Federal, realiza abrangente e acurado exame, valendo-se, inclusive, dos resultados da sua ação fiscalizatória e de acompanhamento, e apresenta, como produto final, decorrente dessa apreciação, seu parecer prévio conclusivo, que é encaminhado ao Congresso Nacional, a quem compete o julgamento das referidas contas.

É bom lembrar que, por distinção constitucional, as contas do Presidente da República não se confundem com as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta e com as daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. Essas, sim, diferentemente das contas do Presidente, são julgadas diretamente pelo próprio Tribunal, que, sempre quando cabível, imputa aos responsáveis por irregularidades as sanções previstas em lei.

Após essas breves considerações, congratulo-me com o Relator, Ministro Humberto Guimarães Souto. Ao se examinar o Relatório e o projeto de Parecer apresentados por Sua Excelência, constata-se a qualidade do trabalho levado a efeito em assunto de tamanha envergadura. Conheço bem a magnitude das ações desenvolvidas para o cumprimento dessa importante tarefa. Por intermédio desse trabalho técnico, competente, relevante e imparcial, o Tribunal de Contas da União oferece à sociedade brasileira uma radiografia do desempenho da economia brasileira, da política econômica, financeira, social e administrativa do País. Um trabalho que, por certo, fornecerá valiosos subsídios ao Poder Legislativo quando de seu soberano julgamento.

Destaco, por último, que o trabalho de que ora se desincumbe este Tribunal transcende o mero - embora complexo e da mais alta responsabilidade - exercício de se examinar as contas do Presidente da República e sobre elas se pronunciar com isenção e independência. É o cumprimento de um dos deveres maiores da democracia, onde os Poderes se submetem ao Estado Democrático de Direito. O

Elenir T. G. Santos
Secretária do Plenário

Poder Executivo cumpre seu dever de prestar contas; o TCU, o dever de apreciá-las e sobre elas emitir parecer; o Congresso Nacional, o dever de julgá-las.

Agradeço a todos os que aqui compareceram, autoridades, servidores, membros da imprensa e demais cidadãos, e declaro encerrada esta Sessão Extraordinária.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de junho de 1998.

HOMERO SANTOS
Presidente